

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 12 n. 1 • Janeiro-Abril de 2022 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê e Equipe Editorial: Jorge Leite Júnior, Priscila Martins Medeiros, Svetlana Ruseishvili, Beatriz Patriota (editora assistente) e João Pedro Volante (editor assistente).

Conselho Editorial:

Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) Celi Scalón (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/ Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 12, n. 1, janeiro - abril (2022) -, - São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2022.

Quadrimestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Portal de Periódicos da CAPES, Sumarios.org (nacional) e LA Referencia, RCAAAP, REDIB, Web of Science, Libreria Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales CLACSO, Scientific Indexing Services (SIS) e BI-BLAT - Bibliografía Latinoamericana en revistas de investigación científica y social (internacionais).

Endereço:

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia
UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Dossiê Olhares cruzados entre pesquisas em sociologia rural no Brasil e no Norte da África

ORGANIZADO POR MOHAMED RAOUF SAÏDI E ALEXSANDRO ARBAROTTI

Sobre o uso apropriado da etnologia..... 11
PIERRE BOURDIEU

MOULOUD MAMMERI

A extinção da Sociologia Rural na Argélia: dos fatores sócio-políticos ao contexto acadêmico de ensino das ciências sociais..... 33

BRAHIM BENMOUSSA

A revolta catalisou a sociologia rural tunisina?

Uma revisão bibliográfica..... 55

MOHAMED RAOUF SAÏDI

Água, cultura e política em assentamentos rurais no Brasil 71

ALEXSANDRO ELIAS ARBAROTTI

RODRIGO CONSTANTE MARTINS

Acesso à água para consumo humano no semiárido brasileiro: o programa Um Milhão de Cisternas e suas implicações sociais..... 95

PAULO CESAR OLIVEIRA DINIZ

CHRISTIANE FERNANDES DOS SANTOS

CIMONE ROZENDO

A dinâmica do movimento das mulheres *sulâliyât* no Marrocos: uma história de relação com a terra e de resistência feminina 121

KAMAL MELLAKH

AZIZA SAKHRAJI

Artigos

“É a fome que te faz morrer, não a doença!” As trabalhadoras agrícolas entre o martelo da precariedade e a bigorna da COVID-19: impactos e estratégias de sobrevivência..... 151

ZHOUR BOUZIDI

EL HASSANE ABDELLAOUI

Internacionalização das ciências sociais: a sociologia paulista e o Projeto Tensões da UNESCO..... 169

GUSTAVO TANIGUTI

Horkheimer crítico de Weber: autoridade, razão e emancipação social.....	199
CAIO VASCONCELLOS	
Nação e unidade nacional nos pensamentos de Herder, Fichte e List	221
FLÁVIO DOS SANTOS OLIVEIRA	
O gênero da marca – Repensando a relação entre subjetividade e mercado	249
NICOLAS WASSER	
Dimensões da branquitude na política de oferta de vagas do Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Mato Grosso	273
MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA ARRUDA	
O reconhecimento na era do desempenho: tensões e disputas na luta moral contemporânea	299
MARCOS DE JESUS OLIVEIRA	
LORENA RODRIGUES TAVARES DE FREITAS	
As mulheres na política institucional em Mato Grosso do Sul: análises da participação feminina nos pleitos eleitorais	321
JAQUELINE TEODORO COMIN	
ALZIRA SALETE MENEGAT	
Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa no Brasil: balanço de vinte anos de produção acadêmica	347
KÁTIA SENTO SÉ MELLO	
JULIANA TONCHE	
Justiça restaurativa e reconhecimento.....	373
MARCOS ROLIM	
LUCIANO FEDOZZI	
A ideologia do empreendedorismo no campo da tecnologia da informação: adesões e rupturas a partir dos trabalhadores assalariados	395
LAURA SENNA FERREIRA	
Ação sindical e política industrial: a participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no Inovar-Auto.....	423
JONAS TOMAZI BICEV	

Contents

Dossier Shared viewpoints between researches in rural sociology in Brazil and Northern Africa

DOSSIER ORGANIZED BY MOHAMED RAOUF SAÏDI E ALEXSANDRO ARBAROTTI

On the proper use of ethnology 11

PIERRE BOURDIEU

MOULOUD MAMMERI

The extinction of rural sociology in Algeria: from socio-political factors to the academic context of social science teaching.....33

BRAHIM BENMOUSSA

Has the revolt catalyzed tunisian rural sociology?

A bibliographic review..... 55

MOHAMED RAOUF SAÏDI

Water, culture and politics in rural settlements in Brazil.....71

ALEXSANDRO ELIAS ARBAROTTI

RODRIGO CONSTANTE MARTINS

Access to water for human consumption in the Brazilian semiarid region: challenges, tensions and perspectives of the One Million

Cisterns program95

PAULO CESAR OLIVEIRA DINIZ

CHRISTIANE FERNANDES DOS SANTOS

CIMONE ROZENDO

Soulâliyyât dynamic in Morocco: An account of attachment to land that questions the tutorship status attributed by colonial anthropology 121

KAMAL MELLAKH

AZIZA SAKHRAJI

Articles

It's the hunger that kills you, not the disease!' Female agricultural workers between the hammer of precarity and the anvil of COVID 19: impacts and survival strategies151

ZHOUR BOUZIDI

EL HASSANE ABDELLAOUI

Internationalization of the Social Sciences: UNESCO's Tensions Project and the Paulista Sociology.....	169
GUSTAVO TANIGUTI	
Horkheimer critique of Weber: authority, reason and social emancipation.....	199
CAIO VASCONCELLOS	
Nation and national unit in the thoughts of Herder, Fichte and List.....	221
FLÁVIO DOS SANTOS OLIVEIRA	
The gender of the brand – Rethinking the relationship between subjectivity and the market.....	249
NICOLAS WASSER	
Whiteness dimensions in the vacancy offer policy of the Federal Institute of Professional, Scientific and Technological Education of Mato Grosso.....	273
MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA ARRUDA	
The recognition in the era of performance: tensions and disputes in the contemporary moral struggle.....	299
MARCOS DE JESUS OLIVEIRA	
LORENA RODRIGUES TAVARES DE FREITAS	
Women in institutional politics in Mato Grosso do Sul: analyses of female participation in electoral elections.....	321
JAQUELINE TEODORO COMIN	
ALZIRA SALETE MENEGAT	
Conflict Mediation and Restorative Justice in Brazil: review of twenty years of academic production.....	347
KÁTIA SENTO SÉ MELLO	
JULIANA TONCHE	
Restorative justice and recognition.....	373
MARCOS ROLIM	
LUCIANO FEDOZZI	
The entrepreneurship ideology in the information technology field: adhesions and ruptures from salaried workers.....	395
LAURA SENNA FERREIRA	
Trade union action and industrial policy: the participation of the ABC metalworkers' union in Inovar-Auto.....	423
JONAS TOMAZI BICEV	

Olhares cruzados entre pesquisas em sociologia rural no Brasil e no Norte da África

MOHAMED RAOUF SAÏDI E ALEXSANDRO ARBAROTTI





Dossiê Olhares cruzados entre pesquisas em sociologia rural no Brasil e no Norte da África

Sobre o uso apropriado da etnologia¹

Pierre Bourdieu

Mouloud Mammeri

Tradução: Alessandro Arbarotti²

On the proper use of ethnology

Introdução à tradução brasileira

Embora apresentado como entrevista, este texto seria melhor definido como um diálogo. Uma conversa entre dois pensadores marcados pelo processo de independência da Argélia e pelo contato com suas comunidades rurais.

Antes de se tornar uma referência na sociologia internacional, consagrado dentro e fora dos muros físicos e simbólicos de Paris, Pierre Bourdieu teve sua infância marcada pela sociabilidade camponesa da região do Béarn, no sudoeste da França. Depois de licenciado em filosofia pela *École Normal Supérieur* de Paris, Bourdieu seguiu para a Argélia, em 1955, para realizar seu serviço militar. Foi justamente neste período da Argélia que seu engajamento na sociologia seria definido, mediante o trabalho de campo que ele faria junto ao campesinato Cabila. Cinco anos depois, quando de sua volta à França, o estudo sobre os Cabila seria a referência para a condução da pesquisa que ele próprio realizaria sobre o desenraizamento do campesinato de Béarn, sua região natal, no início da década de

1 Traduzido do artigo de Pierre Bourdieu et Mouloud Mammeri, *Du bon usage de l'ethnologie*. Actes de la recherche en sciences sociales, número 150, décembre 2003, p. 09-18. Tradução: Alessandro Arbarotti. Revisão técnica: Rodrigo Constante Martins – <http://orcid.org/0000-0003-2700-3319>
 2 LEESU – Ecole des Ponts ParisTech, Marne-la-Vallée, France – arbarotti@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-9318-3322>

1960. Os resultados desses estudos são apresentados, de maneira mais sistemática, nos trabalhos *Sociologie de l'Algérie*, de 1958; *Travail et travailleurs en Algérie* (com Alain darbel, Jean-Paul Rivet e Claude Seibel), de 1963; *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie* (com Abdelmalek Sayad), em 1964; *Esquisse d'une théorie de la pratrique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, de 1972; e *Algérie 60: structures économique et structures temporelles*, de 1977.³

Mouloud Mammeri, por sua vez, era um Cabila. Escritor e poeta berber, foi professor de língua berbere na Universidade de Argel, onde dirigiu o Centro de Pesquisas Antropológicas, Pré-Históricas e Etnográficas. Presidiu a União de Escritores Argelinos e foi um dos líderes da resistência Cabila à “arabização” forçada pelo Estado argelino.

O primeiro contato entre Bourdieu e Mammeri decorreu dos diálogos que o primeiro faria, entre 1956 e 1957, com universitários de esquerda e intelectuais de oposição à política francesa para a Argélia. Em pesquisa recente realizada nos arquivos pessoais de Pierre Bourdieu, Amín Pérez encontrou exemplares de *L'Espoir Algérie* – publicação da *Fédération des Libéraux d'Algérie* (FLA) – e, particularmente, números com textos de Mammeri, seguidos de anotações do sociólogo francês. Estes textos provocaram o primeiro esforço de Bourdieu para o contato com Mammeri, logo após o fim de seu serviço militar, em dezembro de 1957⁴. A partir de então, a interlocução entre os jovens autores ganharia fôlego e proximidade, e a posição anticolonial do sociólogo colocaria em cheque sua já frágil adesão à etnologia francesa.

Em 1978, Bourdieu publicou no *Actes de la Recherche em Sciences Sociales* (ARSS) uma entrevista feita por ele com Mammeri, sobre a poesia oral entre os Cabila⁵. Na década seguinte, em 1985, para o primeiro número da revista *Awal*, Mammeri realizou uma entrevista com o Bourdieu sobre “o bom uso da etnologia”, na qual o sociólogo francês retomaria seus trabalhos de campo com os camponeses Cabila e com os camponeses de Béarn. A entrevista seria publicada no ARSS em 2003, ano seguinte à morte de Bourdieu.

3 A referência aos Cabila foi recorrente na trajetória de Bourdieu. Para além dessas obras, efetivamente dedicadas aos estudos da Argélia, referências sistemáticas à etnografia Cabila ainda apareceriam nos trabalhos *Le sens pratique* (1980), *La domination masculine* (1998) e *Esquisse pour une auto-analyse* (2004). A etnografia sobre o campesinato de Béarn foi publicada em formato de artigos no início da década de 1960 e reunidos em livro na obra *Le bal des célibataires: crise de la société paysanne em Béarn* (2002).

4 Amín Pérez, *Combattre en sociologues: Pierre Bourdieu & Abdelmalek Sayad dans une guerre de libération (Algérie, 1958-1964)*, Marseille, Agone, coll. « L'Ordre des choses », 2022

5 No Brasil, a tradução deste artigo foi publicada em 2006, no volume 26 da Revista de Sociologia e Política, dedicado ao dossiê *Pierre Bourdieu no campo*. O texto traduzido foi intitulado “Diálogo sobre a poesia oral na Cabília: entrevista de Mouloud Mammeri a Pierre Bourdieu”.

Publicada agora pela primeira vez em português, a entrevista de 1985 revela o diálogo entre os pensadores e seus respectivos olhares para temas que seguem contemporâneos na sociologia do Século XXI, tais como a importância do trabalho etnográfico, a produção do saber colonial, a complexidade do lugar de fala e a experiência camponesa marcada pela colonialidade. Esses temas aparecem no diálogo não como produtos teóricos ou como simples sistematização de conceitos. O diálogo com Mammeri revela como, em Bourdieu, os avanços analíticos na sociologia são necessariamente produzidos empiricamente.

Tanto no Béarn como na Argélia, a empiria em Bourdieu permitiu a formulação da problemática do “choque de civilizações” com a deflagração da competição individual, que teriam impactos multifacetados na estrutura social e nas subjetividades camponesas, atuando sobre o comportamento e as estratégias dos agentes individuais. Nesse contexto, formas de agir e sentir foram redimensionadas também como conflitos e/ou resistências, podendo ser acompanhadas nas narrativas camponesas sobre as estratégias matrimoniais, os modos de sucessão, a desonra, a tragédia, a zombaria etc.

Nesta entrevista, embora atravessada pelas dimensões do fazer na etnologia, nenhum dos autores recorre ao debate escolástico sobre estrutura e tempo histórico, tal como feito no conhecido debate francês envolvendo Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss⁶.

Em seu *Esboço de auto-análise*, Bourdieu diria que sua passagem da filosofia à sociologia teve nessa experiência argelina seu momento crítico. O texto que segue traz fatos e impressões importantes sobre essa passagem.

Rodrigo Constante Martins

Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos

Introdução à publicação no *Actes de la Recherche em Sciences Sociales* (n. 150, dezembro de 2003)

É com Mouloud Mammeri (escritor cabila) que Bourdieu retorna, no momento do lançamento da revista *Awal*, em 1985, à importância da relação com o campo e às dificuldades inerentes à apreensão do objeto, como as questões de taxonomia que preocupam mais os etnólogos do que o próprio grupo estudado. Nomear, classificar, tem de fato a função de estabelecer uma hierarquia

6 Os marcos iniciais deste debate são os textos *História e etnologia*, publicado por Levi-Strauss em 1949, na *Revue de Métaphysique et Morale*, e a reação de Braudel em 1958, no texto *História e ciências sociais: a longa duração*, publicado na revista dos *Annales*.

e, por definição, de atribuir uma identidade de acordo ou não com a “verdade” do mundo social, aquilo que este último, do fato da sua elasticidade, é tanto vontade quanto representação. A observação participante revela uma série de obstáculos ligados às denominações que variam em função dos grupos, das situações políticas e dos agentes, enquanto que a tendência de muitos etnólogos é a reificação. A entrevista retorna sobre o fato de que nomear é também “fazer existir”; nisso, reside a importância da linguagem e do seu poder de designação nas sociedades em crise de identidade. A experiência cabila permite a Bourdieu deduzir que uma etnologia bem feita assume o papel de psicanálise social quando o presente e o passado estão entrelaçados, como é o caso da colonização na Argélia, e que é impossível se projetar no futuro sem voltar à História que os agentes tendem a reprimir. Por meio do jogo da auto revelação, esse diálogo permite ao etnólogo – que é proveniente de uma região dominada dentro de um universo dominante – fornecer ao outro ferramentas científicas e intelectuais. A etnologia é, desde esse ponto de vista, a disciplina apropriada: ela participa da reflexão sobre si, que é indispensável para o conhecimento do outro.

Tassadit Yacine

Laboratório de Antropologia Social, *École des Hautes Études em Sciences Sociales* de Paris

Entrevista

Mouloud Mammeri – Talvez você se lembre da entrevista que tivemos sobre a poesia cabila e que você publicou na revista *Actes de la recherche en sciences sociales*, em 1978⁷. Era sobre uma questão precisa. Repensando desde então, pareceu-me que ela levantava uma série de questões de ordem mais geral. Não estou falando dos problemas clássicos que são colocados ao etnólogo, mas eu estou pensando em um ponto mais preciso. Existe atualmente uma etnologia ou antropologia argelina e, de uma forma mais circunscrita, cabila ou berbere. Mas, para alguém que é originário da sociedade cabila, é evidente que isso representa um problema particular. Dado que é sua própria sociedade que ele estuda, eu me pergunto qual o grau de validade das conclusões que ele pode tirar.

Pierre Bourdieu – Eu poderia responder de duas maneiras: por um lado, situando-me em um nível estritamente epistemológico e, por outro lado, e isso é o que eu farei, situando-me em um ponto de vista sociológico. De fato, estou ciente das resistências à etnologia e aos etnólogos, e estou profundamente

7 N. T. Artigo disponível em português: Diálogo sobre a poesia oral na Cabília: entrevista de Mouloud Mammeri a Pierre Bourdieu <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100006>

convencido de que vale a pena tentar estudá-las e superá-las. É por isso que eu tentarei responder primeiro por analogia com a minha própria experiência.

Eu fiz algo bastante similar ao que você faz, visto que eu trabalhei com uma sociedade que, a propósito, é muito parecida com a sociedade cabila: a sociedade béarn⁸. O que caracteriza em particular a situação na qual procuramos entender uma sociedade com ferramentas que foram forjadas por toda uma tradição antropológica acerca de sociedades extremamente diferentes, principalmente as sociedades melanésias ou americanas? Devo dizer, antes de tudo, com toda franqueza, que há certo número de perguntas que eu nunca teria tido a ideia de fazer à sociedade béarn, se eu não tivesse feito antropologia: mesmo sobre as questões de parentesco que ainda são extremamente importantes para os próprios agentes – fala-se somente disso, praticamente, nessas sociedades, por meio das questões de transmissão de patrimônio, de herança, os problemas colocados pelas relações ou conflitos entre pais etc. –, eu não tenho certeza se teria reinventado tudo o que ensina a tradição dos estudos de parentesco e a questão que ela implica. Em outras palavras, existe uma cultura técnica que é indispensável para evitar fazer outra coisa que apenas a gravação um pouco ingênua do dado tal como é ele se mostra. A importação de questões estrangeiras, internacionais, dá uma distância e uma liberdade: ela permite não ficarmos agarrados à realidade, às evidências, à intuição nativa, que faz com que entendamos tudo e nada ao mesmo tempo. Isso é o que faz a diferença entre a etnologia espontânea dos amadores e a etnologia profissional.

Por exemplo, com relação à Cabília, é muito surpreendente constatar que, até muito recentemente, por razões históricas complicadas, os estudos cabilas tinham permanecido quase completamente fora de todas as correntes intelectuais (com algumas raras exceções). Existe uma espécie de etnologia espontânea, produzida tanto pelos administradores civis quanto pelos militares, que aplicavam as categorias que eles tinham em mente, ou seja, frequentemente categorias jurídicas (no caso de Hanoteau⁹ e Le Tourneau¹⁰, isso é óbvio). Sendo

8 N. T. *Béarn* é uma antiga província francesa que atualmente faz parte da região Nova Aquitânia, no sudoeste do país.

9 N. T.: Adolphe Hanoteau foi um general francês que realizou estudos sobre a sociedade Cabília. Para saber mais consultar: « Adolphe Hanoteau (X 1832, 1814-1897: une passion pour le monde Barbère » Salhi (2019) (N.T.). <https://doi.org/10.4000/sabix.2560>

10 N. T.: Roger Le Tourneau foi um historiador francês, licenciado pela École Normale Supérieure e especialista na história do norte da África, particularmente nos três países do Maghreb – Argélia, Marrocos e Tunísia. Foi professor na Université d'Aix-Marseille, na Universidade de Argel (Argélia) e na Universidade de Princeton (Estados Unidos). Dentre outros, publicou em 1969 a obra *The Almohad Movement in North Africa in the 12th and 13th Centuries* (re-editada em 2015 pela Princeton Legacy Library)

essas categorias muito inadequadas, muitas vezes, eles não viam coisa alguma ou, mais exatamente, não viam realmente aquilo que viam, porque, de acordo com a imagem de Heidegger, eles não viam os óculos que estavam na ponta dos seus narizes e que lhes permitiam ver aquilo que eles viam, *e somente isso*¹¹. No caso da Cabília, como em Béarn, houve também uma espécie de literatura espontânea, muitas vezes produzida por professores originários do próprio país: por exemplo, um certo Tucac, um professor, tinha feito uma pequena monografia de sua aldeia do Béarn e, durante anos, era tudo o que havia sobre Béarn; os raros etnólogos que conheciam os problemas da etnologia europeia (e havia alguns muito bons, como Marcel Maquet, antes do renascimento dos anos 60) falavam do *besiat* (o conjunto de vizinhos, *lous besis*) como uma estrutura típica da sociedade béarn.

Houve muita literatura desse tipo na Cabília, que, aliás, não eram as piores, e que pelo menos fornecia boas descrições. Mas a familiaridade faz com que haja perguntas que não pensamos nem mesmo em fazer, por serem tão óbvias. Por exemplo, em um dado momento, considerando o papel do ferreiro no sistema de práticas e de representações rituais na Cabília (eu tinha em mente a questão da diferença entre a estrutura espacial de uma forja e a de uma casa), eu estava procurando uma boa descrição de uma forja de outrora. Eu encontrei em tudo que olhei apenas uma, em Boulifa¹², porque as pessoas não se interessavam por isso, por falta de problema a esse respeito. E tenho quase certeza que, se Boulifa deu uma descrição da forja em seu manual de linguagem cabila destinado aos professores de Bouzaréa, é porque ele tinha em mente os manuais da escola primária francesa, em que havia sempre uma forja e um ferreiro...

Mouloud Mammeri – Eu também acho o mesmo. Eu simplesmente me pergunto se não deveríamos fazer justiça a alguns desses etnólogos espontâneos. Creio que nenhum deles (exceto talvez um, Masqueray, o da “*La Formation des cités*”, mais naturalmente que o de “*Souvenirs et visions d’Afrique*”)...

Pierre Bourdieu – Masqueray era um homem muito culto, mas sua ciência era obviamente muito datada.

Mouloud Mammeri – Creio que nenhum deles realmente tinha o projeto de explicar a sociedade cabila. Creio que, acima de tudo, eles queriam torná-la conhecida e, no que diz respeito à documentação, eu devo dizer que, pessoalmente, acho muito bem fundamentada e geralmente muito precisa. Sobre o ponto específico da poesia, por exemplo, eles salvaram produções, sobre as

11 N.T. Itálico no original.

12 Ammar ben Saïd ben Ammar Boulifa (1863-1931 Argélia), é um escritor, linguista e sociólogo cabila.

quais precisamente se pode agora exercer uma reflexão mais crítica ou erudita. Outro exemplo é o dos *Pères blancs*¹³...

Pierre Bourdieu – O que torna o trabalho dos *Pères blancs* tão interessante é, paradoxalmente, que eles não tinham um problema estritamente etnológico ou sociológico. Digo isso, é evidente, forçando um pouco o paradoxo, e muitas vezes me ocorreu, ao ler suas transcrições, de lamentar que eles não tivessem tido um mínimo de cultura etnológica que lhes teria permitido ir um pouco mais longe em seus questionamentos ou descrições (por exemplo, da casa ou sobre algum ritual), em vez de ficarem satisfeitos com a gravação do que lhes foi dito. Dito isso, na medida em que queriam antes de tudo coletar o discurso e transcrevê-lo o mais exaustivamente possível, eles coletavam tudo, sem distinção, sem fazer muitas perguntas sobre a relevância etnológica e, assim, eles entregam um tesouro de recursos inexplorados, no qual todos os etnólogos profissionais, eu mesmo o primeiro, tiraram muito proveito.

É por isso que eu acredito que o acesso a um problema teórico internacional é importante. Eu penso – e eu tomo a liberdade de dizê-lo porque eu acredito profundamente – que você teve um papel muito importante na Argélia independente, ao continuar a criar uma tradição nacional de etnologia científica, colocando em prática métodos e conceitos comprovados. Isso é muito importante, tanto por razões científicas quanto políticas: a atitude que consiste em recorrer à familiaridade do nativo ou à denúncia do colonialismo para repudiar toda a tradição científica tem efeitos bastante catastróficos. No que me concerne, se eu entendi alguma coisa sobre a sociedade béarn, é que, quando eu comecei a estudá-la, eu tinha em mente problemas muito gerais, como a questão da relação entre estruturas de parentesco e as bases econômicas, e também todas as minhas histórias cabilas: eu queria ver, por exemplo, se as estratégias matrimoniais variavam de acordo com o modo de sucessão, com o direito de nascimento (*le droit d'aînesse*), por um lado, e a partilha em partes iguais com a não-divisão (*indivision*), por outro.

Mouloud Mammeri – No Béarn, você tem a tradição do direito do primogênito...

Pierre Bourdieu – Sim. Como eu tinha a comparação em mente, eu pude ver coisas que eu não teria visto se eu tivesse ficado na relação de familiaridade nativa. Mas essa relação de familiaridade também me permitiu ver coisas que eu não via quando eu não estava no meu universo.

13 Ordem de missionários católicos com atuação na África, fundada em 1868 por Dom Charles Lavigerie, arcebispo de Argel.

Mouloud Mammeri – Às vezes, eu me pergunto se, para um etnólogo que estuda sua própria sociedade, essa relação de familiaridade não foi fragilizada há muito tempo. Na grande maioria dos casos, ele teve que deixar muito cedo sua sociedade e se acostumar ao novo mundo no qual entrara, ou seja, o mundo ocidental, geralmente pelo intermédio da escola. Ele aprende desde cedo às suas próprias custas que as coisas que lhe pareciam as mais familiares, precisamente, não o eram. É curioso constatar que, em um âmbito completamente diferente, o da ficção, esse fenômeno da ruptura de uma familiaridade tradicional deu origem, tanto em inglês quanto em francês, a toda uma produção literária, romances, peças de teatro etc., naturalmente sempre em uma língua ocidental.

Pierre Bourdieu – Do fato de ser nativo, a condição de saber tudo o que isso significa, isto é, tudo o que isso esconde (e isso esconde muito: tudo o que é evidente), existem vantagens extraordinárias. Por exemplo, uma das coisas mais difíceis para um etnólogo é saber o que é importante ou o que não é, o que é sério ou o que não é, a justa ponderação das coisas.

Mouloud Mammeri – Eu acho que é muito difícil, por razões concretas: de língua, de hábitos culturais etc.

Pierre Bourdieu – Eu acredito que, muitas vezes, ele nem mesmo se pergunta. Quando eu trabalhava a respeito da Cabília, eu sempre me dizia: “Se fosse um velho camponês do Béarn que me dissesse isso, o que isso significaria?”. Eu não tinha dificuldade em imaginar o que pensaria um camponês do Béarn sobre um etnólogo um pouco ingênuo, cheio dessa boa vontade irrisória que o define profissionalmente: ele é um cara da cidade, ele é gentil, ele têm uma cara boa, ele me escuta, ele é educado... Além disso, ele é francês... Em situação colonial, respeitamos esse tipo de respeito... Dito isso, temos uma relação um pouco protetora: explicam gentilmente a ele os valores oficiais do grupo, a honra, tudo isso... Não vão contar para ele as anedotas que, no entanto, formam o essencial. (Eu redescobri tudo isso quando comecei a estudar sobre o mundo universitário e intelectual: o mais importante só é revelado nos pequenos casos particulares, que fazem fronteira com os boatos...). Dito de outra forma, para ser bem honesto, contam para ele histórias que não são exatamente verdadeiras.

Mouloud Mammeri – Talvez o próprio fato de ser um etnólogo, ou seja, alguém que não é diretamente implicado e que vem de fora, crie uma espécie de relação particular entre ele e aqueles a quem ele próprio chama de seus informantes. Ele coloca, de certa forma, o informante na condição, na postura de alguém que “responde para”, e me parece que o discurso que ele mantém para um pesquisador estrangeiro, que ele sente que é evidentemente estrangeiro e simpático, não é o mesmo que ele manteria com outro camponês cabila ou de

béarn, porque talvez ele não coloque ênfase nas mesmas coisas. Isso provavelmente falseia muito a comunicação.

Pierre Bourdieu – Com certeza! Nem que fosse porque o outro lhe diria: “Olhe, está tudo bem, não me conte falsas histórias”.

Mouloud Mammeri – O paradoxo, pelo menos aparentemente, é que, mesmo quando ele “interpreta” desse modo o informante, está agindo de boa-fé etc.

Pierre Bourdieu – Sim, e isso em parte por respeito...

Mouloud Mammeri – Ele sistematiza, penso eu, qualquer coisa que não é sistemática na realidade, porque ele se diz: “Tenho que dizer-lhe coisas que sejam consistentes, que sejam coerentes” etc. Muitas vezes, mais ou menos conscientemente, ele também advoga: ao estrangeiro, deve-se sempre enfrentá-lo, mesmo que, como aqui, em uma espécie de cumplicidade pacífica.

Pierre Bourdieu – Exatamente! Dito isso, também pode acontecer com um nativo burguês da cidade: também funciona muito bem... Eu muitas vezes vi na Argélia meninos ou meninas que se sentiam um pouco culpados em relação ao povo, especialmente durante o período revolucionário, que precisavam dessas histórias e que, portanto, aceitavam-nas tal qual. Eu acho que existe uma espécie de troca, um engano a dois, no qual ninguém tenta enganar. A pessoa entrevistada torna-se etnóloga; ela se encontra num nível em que ela diz: “Honra, eu lhe direi o que é...”. Ela vai procurar os ditados, os provérbios, as definições, a história tradicional daquele que tinha dito a sua esposa: “Se eu sou desonrado” etc. Em resumo, a situação de pesquisa dá origem a toda uma confusão do discurso convencional, que nada tem a ver com o que recebemos assim que dizemos: “Mas vejamos, conte-me a história do casamento de um fulano que causou escândalo. Uma história verdadeira!” Existe entre os camponeses de béarn uma tradição de discurso sentencioso, reforçada pelas “redações” da escola primária, que encanta os filósofos (heideggerianos) rurais. Este tipo de discurso oficial, destinado as trocas oficiais, não é falso. Ele é o que deve ser dito em situações de representação; ele faz parte das estratégias de apresentação de si.

Isso é verdade em todos os círculos. Mas a característica da postura populista, da qual a efusão etnológica é um dos aspectos, é que ela conduz a se contentar com esse discurso cerimonial. O que é um informante senão esse personagem muito respeitável a quem você é encaminhado? Você é sempre encaminhado a pessoas idosas muito dignas, que “conhecem bem”, que são consideradas como sábias, que falam balançando a cabeça, seriamente, que querem parecer bem, para si mesmas e para todo o grupo, do qual elas são um pouco os porta-vozes. Tudo muda quando rompemos esse discurso oficial nos referindo a casos concretos, ou deixando claro que conhecemos as anedotas. O que é uma forma de

trazer ao ordinário, não oficial, de falar das coisas da vida. Isso é, com os nomes próprios, de coisas precisas, e não de grandes declarações vagas sobre a honra ou a desonra em geral. Portanto, não é mais a mesma coisa.

Mouloud Mammeri – No que diz respeito à sociedade cabila, o que poderíamos dizer sobre ela é que, penso eu, ambos os discursos são igualmente verdadeiros, mas não funcionam, de alguma forma, no mesmo nível de verdade. A realidade simples é naturalmente aquela do discurso ordinário, mas, em certas circunstâncias, justamente o homem mais ordinário conhece e se sente vinculado pelo discurso preparado, oficial etc. Ele está encurralado, por assim dizer. “Você reconhece o valor desse discurso, o preparado? Então você não tem mais escolha: você lhe assemelha aos teus atos”. Isso geralmente leva à tragédia (é raro, mas existe) e talvez a maior ocorrência de um ou outro dos dois casos dependa, independentemente do temperamento individual (dados obviamente impossíveis de serem levados em conta), de parâmetros que podem ser identificados pela análise.

Eu acredito que o status social, o lugar em que estamos situados na hierarquia, é um dos parâmetros mais importantes: quanto mais possuímos uma condição de prestígio (as grandes famílias), mais nós somos obrigados. Também a época: antes da colonização, o código do *nifera* imperativo, o que significa que a realidade não estava muito longe do discurso. Durante o período colonial, o exílio dos homens, a existência dos tribunais e o simples contato com uma sociedade em que as mesas são diferentes fazem que, dessa vez, a discrepância cresça entre as petições de princípio convencionais e as condutas reais. A guerra de libertação e de independência ampliou a lacuna: o discurso “preparado” se torna mais raro; ele aparece cada vez mais como anacrônico; ele continua a ser mantido, é verdade, mas acredito que isso se deve ao fato de que a língua ainda não elaborou formas de discurso que possam substituí-lo. Ele está sendo construído em torno de valores como a reivindicação da identidade, mas que naturalmente levará algum tempo para ser aperfeiçoado e assim poder substituir o outro, modificá-lo ou coexistir com ele: a tribo perde as palavras muitas vezes bastante tempo depois de ter perdido a coisa.

Isso para dizer que o discurso do informante mais conhecedor precisa sempre ser decodificado, porque eu imagino que o mesmo se aplica a um camponês de béarn, uma espécie de porta-voz autorizado, investido, por sua posição e pelos outros, com o papel de dizer-lhes; poderíamos quase acrescentar: de dizer-lhes, na melhor das hipóteses, quando ele dá a versão “revistida” do *besiat*.

Pierre Bourdieu – Sim, você está absolutamente certo: os dois modos de discurso fazem igualmente parte da realidade. E seria absurdo privilegiar o

discurso ordinário, que podemos manter entre si, como mais verdadeiro, mais autêntico, comparado ao discurso formal, na forma, de situações extraordinárias, entre as quais a relação de pesquisa como relação com um estrangeiro. Os dois são verdadeiros. Mas o etnólogo, se ele não desconfia, ele tem todas as chances de conhecer apenas um. É por isso que deve ser feito um trabalho intenso, o que implica muita informação prévia, para fugir da pregação moralista sobre o *aounou* (a honra) ou o *nif*. Vemos então surgir as dificuldades, os conflitos e também as coisas que podem ser de uma brutalidade então extraordinária. Um velho informante, a quem eu havia pedido para me contar um caso dramático, que eu havia ouvido falar, de conflito familiar sobre o casamento do filho mais velho, dizia-me que o pai havia dito a seu filho, que queria “fugir” do casamento com uma menina pobre: “Mas o que ela vai trazer? – Seu sexo!” Ele nunca teria me dito isso, se eu não o tivesse posto no terreno das realidades cotidianas. Creio que existe um lugar para uma etnologia extraordinária, que seria feita por pessoas capazes de ir além das generalidades normativas e de conduzir a pesquisa em uma situação natural, em relações normais, sem sequer ter que questionar.

Mouloud Mammeri – No caso do informante nativo, para ir ao encontro do que você diz, existe ainda um obstáculo adicional: é que, quando os outros percebem que o cara está fazendo algo como um estudo sobre isso, eles tendem a...

Pierre Bourdieu – A zombar dele...

Mouloud Mammeri – Eles tendem a zombar dele, sabendo que ele é do vilarejo (*bled*¹⁴), que ele conhece muito bem as coisas das quais eles lhe falam. Nesse caso preciso, eles consideram que ele mudou de papel e eles contam para ele a história tal como ela deve ser contada.

Pierre Bourdieu – Uma espécie de versão oficial...

Mouloud Mammeri – É isso. Eu tenho exemplos específicos da mesma história, que me foram contadas, sabendo quem eu era etc., e depois, totalmente por acaso, em um ônibus, a mesma história me foi contada, mas por alguém que não sabia quem eu era ... Havia um mundo entre as duas!

Pierre Bourdieu – E o que contava essa história?

Mouloud Mammeri – Um assunto de adultério, algo muito trágico na Ca-bília, pelo menos de acordo com o antigo código. A primeira versão era impecável, de acordo com as antigas leis: é preciso reprimir, a honra exige etc. Porém, quando um homem, que estava diretamente implicado nisto (ele não estava no interior do ocorrido, mas, ainda assim, ele estava muito próximo), contou-me

14 N.T. Expressão utilizada para designar o país de origem e/ou vilarejo rural de origem.

isso, sem saber, porque surgiu na conversa, pareceu que havia muitas acomodações, compromissos etc.; o código de honra é muito bonito, mas pode arrancar nossa pele; é preciso talvez tomar algumas precauções. É um jogo completo...

Pierre Bourdieu – Eu penso que o etnólogo só pode escapar um pouco da ingenuidade se ele tiver em mente que a realidade é infinitamente mais complicada, e se, tendo isso em mente, ele for capaz de obter e dominar a informação útil. O que não é fácil, porque, para seguir as histórias tão complicadas como as histórias de parentesco cabila ou béarn, é um trabalho e tanto: as informações relevantes estão nas alusões, nas sutilezas, que temos dificuldade de entender no seu próprio país... Isso é o que me faz pensar que uma etnologia que, com a força de toda uma tradição teórica, teria além desse tipo de senso de finesa, de sutilezas, de compromissos, representaria uma revolução e faria aparecer que a diferença que fazem entre etnologia e sociologia não existe. Eu penso que a diferença é essencialmente o fato de que a relação com o objeto é diferente.

Mouloud Mammeri – É um pouco o que mostra seu próprio trabalho, seu próprio itinerário. Em particular, o fato de você ter vivenciado concretamente esse problema de relações entre sociologia e etnologia, o que, à primeira vista, pode parecer assunto de debates puramente acadêmicos; isso certamente te ajudou nas soluções que você apresentou.

Pierre Bourdieu – Sim, eu acho que sim. Eu mencionei anteriormente os discursos sobre a noção de *besiat*, o conjunto de *besis*, de vizinhos. Falava-se sobre isso como se se tratasse de uma unidade social bem delimitada. Eu jamais havia ouvido falar de tal coisa. *Lous besis* são os vizinhos. Há algumas circunstâncias nas quais isso é um pouco formalizado, porque há problemas de protocolo: em particular, por ocasião de funerais. É bastante formalizado para evitar os conflitos (na Cabília, é igual: formaliza-se para que não haja conflitos, quando há riscos, para os grandes casamentos exteriores, por exemplo). Eles dizem: “O primeiro vizinho, é o da frente, o segundo é o que está a direita, o terceiro é o que está a esquerda”; algo assim. Isso dito, isso existe no papel. Em primeiro lugar, estamos muitas vezes em desacordo com os vizinhos; em seguida, há vizinhos de casa e vizinhos de terra (o que não é de modo algum a mesma coisa). E depois, existe toda uma casuística. Em certas ocasiões, pode-se convidar esse vizinho ou aquele outro em uma ocasião distinta.

Sobre a Cabília, eu também me perguntava como o vilarejo estava organizado; deram-me diferentes divisões, com nomes diferentes: em um lugar, *adrum*; em outro, *taxerrubt*; ora *adrun* engloba *taxerrubt*, ora é o oposto. Diante dessas incoerências, eu pensava: “Eu devo ter anotado errado”. Eu queria criar um esquema limpo, “perfeito”, com unidades encaixadas, da “casa” até à “tribo”, como

havia feito o General Hanoteau. Foi publicado um artigo na revista *L'homme*¹⁵, de Jeanne Favret... Impecável! Hanoteau melhorado! E eu tinha sempre em mente *lou besiat* e dizia para mim mesmo: “Eles estão sendo enganados, eles reificam unidades ocasionais; isso existe, mas não como pensamos”. Isso se encaixa no que você estava dizendo há pouco: tudo pode se negociar, tudo pode se discutir. Uma história de casamento: podem contá-la de trinta e seis maneiras, dependendo da pessoa a quem ela é contada. Isso é o que tentamos mostrar com Sayad sobre os casamentos: o casamento com a prima paralela é muitas vezes um desastre, porque a menina é deficiente ou deformada, o que requer a todo preço a dedicação de alguém; entretanto, ela é apresentada como formidável, porque ela está nas regras. Em outras palavras, existe um enorme trabalho, um trabalho propriamente político. Foi realmente isso o que eu aprendi na Cabília: os homens (eu acredito que seja universal) manipulam a realidade social. Essa realidade existe em grande parte no discurso.

Mouloud Mammeri – Eu acredito que podemos eliminar o inconveniente, assim que nos damos conta (e, portanto, que admitimos) que existe, em todas essas designações de grupos, uma espécie de inflação nominalista. Dar um nome simplifica ao mesmo tempo em que tranquiliza. O segredo é saber a que cada uma dessas designações corresponde exatamente... Pessoalmente, eu tenho a impressão... eu não sei como dizer ... que elas todas existem, mas de alguma forma virtualmente, ou melhor, algumas quase sempre e realmente ... eu não sei, por exemplo, *axxam*, *taddart*, *laârc* (a família, o vilarejo, a tribo) ... e muitos outros, elas estão como esperando para existir, esperando o quê?... Justamente a ocasião na qual elas vão ter um sentido e eventualmente funcionar: *adrum*, *taxerrubt*, *ssef* e *taqbilt* são algumas dessas noções. Mesmo seus significados são imprecisos, instáveis, e eu me dou conta apenas agora que, se eu tivesse que traduzir e dizer exatamente o que separa um *adrum* de uma *taxerrubt*, eu ficaria bastante aborrecido, e assim um Cabília pode viver uma vida inteira sem que jamais essas entidades interfiram em sua existência, e se a ocasião se apresenta – ou obriga – a reativá-las, o sentimento que se tem é tão turvo (por causa do não uso) que não se sabe mais muito bem o que se chama *adrum* e o que, ao seu lado, chama-se *taxerrubt*.

Pierre Bourdieu – Exatamente, os grupos existem antes de tudo no discurso. Assim que dizemos “os Cabílias”, isso existe um pouco. E, sobre isso, podemos manipular. Se eu mudar a maneira de designar as coisas, eu mudo um pouco as

15 N.T. Revista francesa de antropologia fundada em 1961 por Émile Benveniste, Pierre Gourou e Claude Lévi-Strauss.

coisas. Dizendo de outra forma, eu conto outra coisa. Dessa forma, voltamos à conversa que nós tivemos anteriormente, quando nós discutimos sobre aqueles poetas que eram, no fundo, profissionais da manipulação do mundo social.

Mouloud Mammeri – Absolutamente!... Profissionais da manipulação da linguagem e, conseqüentemente, da sociedade. Na mesma linha de ideias, eu não sei o que você pensa, mas me parece que é difícil escapar dessa tentação quase sempre inconsciente da manipulação. Eu me pergunto se eu posso citar o exemplo atual de alguns intelectuais cabilas que, de certa forma, estão tentando recuperar a sociedade cabila, uma sociedade, como eu deveria dizer... ideal?... mítica?... Podemos sempre dizer: essa imagem da sociedade cabila, do béarn ou da grega dos tempos homéricos, é mais ideal do que real. Mas quem define a realidade? Fica evidente que, na prática, por razões concretas óbvias (políticas, sociais, culturais), um intelectual cabila atual é muito requisitado no sentido de uma recriação ideal de sua própria sociedade, particularmente em reação à imagem depreciativa que tentam dar àqueles que a negam.

Pierre Bourdieu – Eu penso que a etnologia, quando bem feita, é um instrumento de autoconhecimento muito importante, um tipo de psicanálise social que nos permite captar o inconsciente cultural, que todas as pessoas nascidas em uma determinada sociedade têm em suas cabeças: estruturas mentais, representações, que são o princípio de fantasmas, de fobias e de medos. E é preciso incluir nesse inconsciente cultural todos os traços da colonização, o efeito das humilhações... Dizer que a etnologia é uma ciência colonial, portanto, boa para se jogar fora, é uma grande estupidez. Quando voltei a Argel e vi o que você estava fazendo, eu pensei: “Que milagre que a Argélia escapa desse tipo de reação¹⁶ estúpida!”

Mouloud Mammeri – Era muito isolado e mais tolerado do que realmente admitido ou, ainda mais, assumido. Os ideólogos não oficiais, duplicando ocasionalmente o discurso oficial, condenavam sem ouvir. No XXIV Congresso Internacional de Sociologia, realizado em Argel em março de 1974, o então Ministro do Ensino Superior e da Pesquisa Científica fez uma acusação em grande escala contra a etnologia, na linha de uma oposição maniqueísta: sociologia = sociedades desenvolvidas; etnologia = sociedades coloniais, portanto, a ser rejeitada *a priori*. Agora, pode-se também dizer que essa atitude é curiosamente a do camponês cabila ou béarn de que estávamos falando anteriormente.

16 Bourdieu utiliza o termo “*abréaction*” que vem da psicanálise. A definição desse termo no dicionário da academia francesa é o seguinte: “Reação emocional, espontânea ou provocada, que, ao ser externalizada, permite que o sujeito se liberte de uma repressão emocional”.

Porque devo dizer que, apesar dessa declaração de princípio, apesar desse discurso do porta-voz autorizado, o ministro nunca colocou nenhum obstáculo às pesquisas que estavam sendo feitas em etnologia. Por exemplo, nós pudemos, efetivamente, dedicar toda uma reflexão justamente ao problema que você está se referindo.

Pierre Bourdieu – Sim. Para voltar à nossa pergunta, eu penso que o que está em jogo é a capacidade de enfrentar a realidade, de olhar de frente a verdade. O que pode representar para esses jovens a “*kabylité*” originária? Uma espécie de fantasma do retorno à origem, à democracia originária?

Mouloud Mammeri – Tudo isso é, às vezes, verdadeiro e falso, na minha opinião; não sei o que você pensa...

Pierre Bourdieu – Sim. Aqui, novamente, a analogia entre o Béarn e a Cabília pode ser útil. No Béarn, existiam, em cada um dos pequenos vales, verdadeiras pequenas repúblicas autônomas, que tinham seus próprios costumes etc. Havia os *direitos costumeiros*, o equivalente ao *qanoun* cabila. Existem muitas analogias: os mesmos valores masculinos, os mesmos valores de honra, assembleias muito democráticas, em que as decisões são tomadas por unanimidade etc. Mas, ao mesmo tempo, essas sociedades eram extraordinariamente duras e violentas: era preciso ser duro para viver e sobreviver a cada instante. A sua vida estava em jogo em uma palavra... uma palavra infeliz. No tocante às sociedades pré-capitalistas, nós queremos que elas sejam ou o paraíso perdido ou a barbárie primitiva. Na verdade, é muito complicado: são sociedades que têm um encanto incrível, que produzem tipos de homens extraordinários e, em muitos aspectos, mais nobres e mais simpáticos do que nossos contemporâneos. Ao mesmo tempo, essas são sociedades muito difíceis de se viver, com formas extremamente duras de exploração e também com uma extraordinária violência física e simbólica. É por isso que esse tipo de exaltação populista do passado é, ao mesmo tempo, muito compreensível e muito perigoso.

Mouloud Mammeri – Mas você não tem a impressão de que é complicado, ainda mais pelo fato de que essas sociedades, a do béarn ou a cabila, estão – em todos os casos, mas, na Argélia, isso é muito claro para a sociedade cabila – em um estado de crise total? Então, realmente todas essas coisas que tínhamos a tendência de sistematizar, de estruturar, se vão ou já se foram. Assim, a pesquisa torna-se difícil.

Pierre Bourdieu – Você está certo em me corrigir... Esse estado originário, sem dúvida um pouco mítico, está totalmente abolido e querer revivê-lo agora é um pouco mistificador. Por exemplo, uma das bases dessa sociedade era a indivisão; a posse conjunta entre os irmãos era, creio eu, o fundamento de todo

o sistema. Entretanto, as rupturas da posse conjunta começaram no período entre as duas guerras mundiais. Havia até mesmo todos os tipos de estratégias para escondê-las. Essa sociedade havia sido atingida desde um longo período nos seus fundamentos próprios, pois, sem a posse conjunta, torna-se muito difícil fazer funcionar a relação entre os irmãos, entre as esposas, a unidade da casa, a autoridade do chefe da família, a honra e todo o resto. Em seguida, a guerra, particularmente com o reagrupamento de toda a violência, concluiu a alteração das estruturas sociais e das estruturas mentais. Em outras palavras, é completamente ingênuo ou perigoso esperar restaurar a antiga ordem social, quando as condições para seu funcionamento não existem mais de forma alguma.

Mouloud Mammeri – Em sua opinião, não se coloca um problema com a validade dos resultados? Seria certamente muito mais fácil tirar do antigo sistema uma série de conclusões rigorosas; havia uma coerência nessa sociedade. Agora, nesse estado de transição, a sociedade cabila ou béarn não é exatamente, ou mesmo de modo algum, a sociedade moderna. E ela não é mais o que ela era.

Pierre Bourdieu – Penso que uma série de coisas importantes devem continuar a funcionar de acordo com as antigas tradições. Por exemplo, com relação ao intercâmbio matrimonial, isso deve ter mudado muito (eu adoraria muito ver como acontece atualmente). Mas eu acho que é uma área em que, pelo menos no nível do discurso, pelo menos para justificar ou descrever, ainda se deve utilizar a antiga terminologia e todas as representações associadas. Da mesma forma, as estruturas mítico-rituais, as oposições entre o seco e o úmido, o masculino e o feminino, não funcionam mais como nos tempos em que os grandes ritos coletivos ainda eram praticados. Dito isso, elas ainda existem na cabeça das pessoas, na linguagem, por meio dos ditados... Como demonstrou Sayad, por exemplo, em relação ao *el ghorba*, os imigrantes, para pensar sobre suas próprias situações completamente novas, recorrem a todos os recursos do pensamento tradicional, como a oposição do Leste e do Oeste. Penso que precisamos conhecer essa lógica, sabendo que ela não funciona mais da mesma forma como funcionava outrora, e que temos uma espécie de estrutura ambígua, entre a lógica da divisão em classes e as antigas solidariedades. Seria necessário estudar as relações entre as estruturas familiares e as estruturas sociais... Como as unidades familiares, dilaceradas pelas desigualdades, conseguem sobreviver. Seria fascinante estudar um grande casamento cabila hoje em dia, com a reunião dos imigrantes e das pessoas que ficaram, as linhagens enriquecidas e as linhagens que permaneceram no vilarejo etc.

Tudo isso está sem dúvida muito longe da sociedade berbere com a qual alguns sonham... Dito isso, é compreensível que essas pessoas inventem para

si uma sociedade berbere como eles gostariam que fosse, de acordo com suas necessidades atuais.

Mouloud Mammeri – Eu também acho. Há uma espécie de projeção das aspirações do presente sobre a realidade do passado. Os berberes são marginalizados, diminuídos, não reconhecidos, não legítimos. Eles tendem a dar à antiga sociedade berbere todos esses atributos que vemos que lhes faltam atualmente. Aqui, não sei se posso acrescentar que essa visão não é necessariamente mais falsa do que as outras. Eu conheço todos os argumentos que podem ser colocados contra mim. Eu tendo a acreditar que existe um olhar antropológico que desencanta o mundo despidendo-o. Entretanto, se o mundo encantado é uma amplificação, o mundo despido é uma restrição. Essas são duas formas de dissimulação que talvez sejam também reveladoras uma da outra. A Cabília encantada ainda é a Cabília, porque eu acho que não se pode construir tudo do nada. É necessário um pretexto, talvez apenas um texto. É provável que, para um sociólogo como você, essa opinião pareça completamente impertinente. Eu queria somente submetê-la a você para obter sua opinião a esse respeito.

Pierre Bourdieu – Sim. As ciências sociais encontram problemas muito difíceis, especialmente quando elas são aplicadas a sociedades em dificuldade de existir... Como os Canaques de hoje, os berberes etc. Aqueles que são colocados nessas situações críticas, em que a identidade coletiva está em crise, e, especialmente, evidentemente, os intelectuais desses grupos são propensos a projeções mais ou menos fantasiosas. A sociedade berbere, como sonhada por seus intelectuais, lembra o que Feuerbach disse sobre Deus: assim como damos a Deus tudo o que nos falta – somos finitos, Ele é infinito; somos imperfeitos, Ele é perfeito – assim damos à antiga sociedade berbere tudo o que a sociedade berbere não tem hoje, tudo o que lhe falta. E, nessa reconstrução fantasiosa, até mesmo a melhor etnologia pode ser usada como um instrumento ideológico de idealização. É uma forma de milenarismo... que é muito compreensível, mas que, no entanto, continua sendo muito perigosa, pois ela conduz a problemas como da unidade dos Berberes.

Eu dizia anteriormente que os cabilas haviam me ensinado que o mundo social é, para uma grande parte, o que nós queremos que ele seja. Eu intitulei um capítulo de *O Senso Prático* (acho que é o capítulo sobre o casamento) “O Mundo Social como Representação e Vontade”¹⁷, seguindo o título de um famoso livro de Schopenhauer. Esse é o limite puro do nominalismo idealista. Dizer que o mundo é minha representação e minha vontade, quando se trata

17 N.T.: Possivelmente, ele faz referência ao primeiro capítulo do livro dois de “O senso prático”: “A terra e as estratégias matrimoniais”.

do mundo social, não é completamente maluco, porque há uma elasticidade no mundo social, pelo fato de que o mundo social existe em parte pela representação que fazem as pessoas que nele vivem, e que os berberes, ou outrora o clã dos *Aït Abdeslam* ou a tribo dos *Aït Menguellat*, ou o que quer que seja, se as pessoas acreditam que isso existe, isso já existe um pouco. Portanto, o fato de desenvolver representações, mesmo que sejam um pouco delirantes e que contenham um grau de milenarismo mítico, pode ter uma virtude política.

Isso faz com que o sociólogo esteja um pouco encurralado, como dizia Marx, entre o utopismo e o sociologismo. Ele pode dizer: “Os berberes, isso não existe. Os Mozabitas, os Cabilas, os Chaouias, os Tuaregues, isso não têm nada a ver”. São estruturas sociais diferentes, estruturas de parentesco completamente diferentes, para não mencionar as bases econômicas ou tradições religiosas. Evidentemente, eles têm uma linguagem comum e olhe lá etc. Isso é sociologismo e o sociologismo foi muito frequentemente utilizado pela potência colonial, que divide para reinar. Dito isso, o fato de as pessoas dizerem que “os berberes são berberes” ou “berberes de todos os países uni-vos!” é um fato social: dizendo isso, eles podem fazer com que isso aconteça. Mas eles têm ainda mais chances de fazer isso acontecer se o que eles dizem esteja mais fundado na realidade, que seu utopismo tenha bases sociológicas, se os berberes ou o mundo berbere sonhados tenham fundamentos na realidade, um nome, uma língua, a crença na unidade de origem etc. O problema é o mesmo para as classes sociais: a classe também é representação e vontade, mas ela só tem a possibilidade de se tornar um grupo real se a representação e a vontade não forem completamente malucas e tiverem uma base objetiva na realidade.

Mouloud Mammeri – Eu penso que, se deveríamos citar apenas um exemplo, o melhor é o da democracia. Dizem: a sociedade cabila, ou a sociedade berbere de uma forma geral, era democrática. Eu creio que é verdade. Contudo, ao mesmo tempo, pensa-se como se essa democracia fosse um atributo inseparável e obrigatório dessas sociedades, ou, o que equivale à mesma coisa, o resultado de uma escolha feita exatamente assim, no empíreo, sem restrições ou determinações. Mas, pelo menos no que diz respeito à Cabília, o poder turco era praticamente inexistente, aliás, como qualquer outra forma de Estado. Isso significa que, se realmente queremos salvar a democracia como um atributo essencial da sociedade cabila ou berbere de uma forma geral, devemos também querer as condições sem as quais ela não é mais do que um fruto da imaginação ou, na melhor das hipóteses, uma utopia mobilizadora.

Pierre Bourdieu – Em todo caso, o fato de as pessoas acreditarem que um grupo existe, lutarem por sua existência, contribui para sua existência. Eu

poderia falar novamente por analogia, evocando o caso da Occitânia¹⁸. A Occitânia não tem muito fundamento na realidade. Os occitanos (*occitanistes*), a fim de lutar contra o domínio da língua francesa, criam uma linguagem artificial, que as pessoas não entendem mais.

Mouloud Mammeri – As pessoas, são todas ou apenas algumas?

Pierre Bourdieu – Os occitanos “ordinários” não entendem seus próprios idiomas (*le béarnais, le landais, le bigourdan etc.*) quando eles os leem nas transcrições unificadas dos eruditos locais. Você consegue imaginar as transcrições berberes dos *Pères Blancs*?... Quem poderia lê-los em cabila? Reelabora-se um idioma erudito. O verdadeiro fundamento para a unidade da Occitânia é o fato que se trata de uma região dominada, reunindo pessoas que são estigmatizadas porque elas não têm o sotaque certo. Essa já é uma base real para a unificação.

Mouloud Mammeri – Essa é uma definição negativa.

Pierre Bourdieu – Sim. Existe sem dúvida mais algumas tradições culturais específicas. Dito isso, se as pessoas começam a acreditar, se começam a colocar “*oc*” em seus carros etc., não é impossível que que haja um dia um Estado occitano... Essa é a elasticidade do social.

Mouloud Mammeri – O que você diz me faz lembrar de nossa entrevista na revista *Actes de la recherche en sciences sociales*. Você deve se lembrar talvez que, em certo ponto, falamos sobre *tamusni*, a sabedoria cabila. Para mim, a *tamusni* existia, porque eu mesmo vivi nessa atmosfera quando eu era jovem. Alguns cabilas, que leram o artigo, vieram me dizer: “*Tamusni*, nós sabemos o que é, mas todas essas coisas que você colocou em torno dele?”... Para mim, todas essas coisas existiam. Mas, diante dessas reações, eu fui levado a me perguntar se eu não tinha dado de *tamusni* uma imagem fiel, sem dúvida, mas talvez um pouco...

Pierre Bourdieu – Um pouco exaltada?

Mouloud Mammeri – Um pouco exaltada... talvez de acordo com minhas expectativas, eu não sei. Porém, eu continuo a acreditar que ela seja no fundo verdadeira. Porque algo bastante surpreendente aconteceu em seguida. As mesmas pessoas que me haviam criticado por falar de *tamusni* dessa forma vieram até mim algum tempo depois para me dizer: “Você não disse tudo: você esqueceu isto, você esqueceu aquilo...” Ou seja, as coisas que eu havia falado eram praticamente como eu as havia dito, mas talvez eles não tivessem pensado o

18 N.T. A Occitânia (Occitanie em francês) é uma região administrativa criada pela reforma territorial de 2014. Entretanto, historicamente, essa palavra foi utilizada para designar a particularidade cultural e linguística (langue d'oc ou occitan) da Europa do sul.

suficiente sobre elas. Era preciso que alguém lhes dissesse para que finalmente eles tomassem consciência delas.

Pierre Bourdieu – As questões das palavras têm uma importância decisiva nesses assuntos. Não é a um cabila que eu vou ensinar que há grupos que existem apenas pela palavra que os designa. Esse é o caso, na tradição ocidental, das famílias nobres. Como o nome é transmitido pelos homens, uma linhagem pode desaparecer quando o último homem morre sem descendência. É a mesma coisa na Cabília. Então, não é por acaso que, nas lutas pela independência, ou seja, pelo “reconhecimento”, as palavras têm tanta importância... Sobre os *Canaques*, o debate é sobre a ortografia: há uma luta para saber se escrevemos “*Canaque*” ou “*Kanak*”; *Kanak* é nacionalista, *Canaque* é colonial.

Mouloud Mammeri – Isso me lembra um caso um pouco semelhante na Argélia. O discurso oficial, até muito recentemente, recusava até mesmo o simples uso da palavra “berbere”. A imprensa, os discursos oficiais e os meios de comunicação se desdobraram para inventar novos termos: magrebino, tradicional, original, africano, *libyque*¹⁹... desde que o termo verdadeiro fosse evitado. Uma espécie de retorno à mentalidade mágica no Século XX, o medo irracional – a reflexão, não tanto, o medo irracional de que a verbo acabe por fazer o ser...

Pierre Bourdieu – Desde o momento em que as pessoas acreditam que ele existe, o grupo começa a existir... esse é o grande paradoxo do mundo social. Na sociedade tradicional, é exatamente a mesma coisa: os termos de parentesco e as taxonomias políticas (*axxam*, *adrum*, *taxerrubt* etc.) estruturaram a percepção do mundo social, dos outros e, conseqüentemente, as relações que podemos estabelecer com eles. Dito isso, essas estruturas, como vemos no uso dos termos de *adresse*²⁰, podem servir de funções diferentes. Isso é o que faz que exista uma espécie de elasticidade do social, e precisamente *tamusni* – é, me parece, uma de suas virtudes – é a arte de jogar com as possibilidades que oferece essa elasticidade das palavras e das estruturas que elas designam e produzem de cada vez.

Mouloud Mammeri – De jogar com maleabilidade, ou seja, às vezes, permanecendo dentro do jogo, dentro das normas, mas com uma certa margem de manobra, saindo quando necessário, mas somente o necessário... é preciso que não se rompa... Joga-se até o limite em que o que se arrisca não é apenas mudar as regras do jogo, mas quebrar o jogo.

19 N.T.: Referência à Líbia antiga e seus habitantes berberes.

20 N.T.: Em francês, *adresse* pode significar: 1) Destreza nos exercícios e movimentos corporais; 2) Mentalidade fina e sutil em ação ou conduta; 3) Designação do lugar onde podemos encontrar alguém. Cf. Dicionário da academia francesa: <<https://www.dictionnaire-academie.fr/>>.

Pierre Bourdieu – Sim, para os berberes é o mesmo. Tem que haver uma base; portanto, um limite. Se não há base, não funciona. Alguém que hoje diria algo como “Vamos fazer a união dos burgueses e dos proletários” não tem muitas chances de sucesso. Em tempos de guerra, como vimos em 1914, isso pode funcionar. Mas, em tempos ordinários, temos mais chances de êxito dizendo: “Proletários, unam-se!” Esse é o problema das unidades sociais: para que elas existam, devem haver bases objetivas; mas não é suficiente que haja bases objetivas para que elas existam. Os berberes podem ser agrupados de trinta e seis maneiras. Se um agrupamento prevalece sobre os outros, é em parte porque as pessoas o fizeram existir.

Mouloud Mammeri – Ou o que, eu acredito, aconteça com bastante frequência, porque esse agrupamento, em um dado momento e por determinadas razões históricas, conduz e dinamiza um projeto no qual os outros se reconhecem...

Eu quero dizer que as condições históricas precisas podem empurrar um grupo específico e quase forçá-lo a uma reação mais intensa... Teremos a impressão que existe uma forma... eu não sei como dizer... uma forma mais afirmada. Mas os outros, que estão basicamente na mesma situação que ele, sentem que ele também os expressa. Tenho medo de ir longe demais, mas eu estaria inclinado a acreditar que, um certo número de condições objetivas estando reunidas, haverá necessariamente um grupo para levá-las em conta; esse grupo, com ou sem razão, dará a impressão de que ele existe, de alguma forma, mais do que os outros.

Realizado em Paris, fevereiro de 1985

Recebido em: 12/01/2022

Aprovado em: 23/05/2022

Como citar esta entrevista:

BOURDIEU, Pierre e MAMMERI, Mouloud. Sobre o uso apropriado da etnologia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 011-031.





Dossiê Olhares cruzados entre pesquisas em sociologia rural no Brasil e no Norte da África

A extinção da Sociologia Rural na Argélia: dos fatores sócio-políticos ao contexto acadêmico de ensino das ciências sociais

Brahim Benmoussa¹

Tradução: Jéssica Pires Cardoso²

Resumo: O artigo aborda os elementos mais significativos da produção de conhecimento em torno da sociedade rural argelina, realizando uma avaliação do ensino das ciências sociais e da sociologia nas universidades argelinas. Os resultados da análise apontam para uma forte relação entre a universidade, o poder político e a sociedade no ensino da sociologia, havendo ainda uma notável tendência à “popularização” das ciências sociais. Esse processo de popularização do conhecimento indica profundas mudanças no status dessas ciências e, em geral, no lugar do conhecimento na sociedade, bem como na forma como a sociedade rural é estudada na Argélia.

Palavras chaves: Argélia rural; ciências sociais na Argélia; sociologia rural argelina; universidade na Argélia.

The extinction of rural sociology in Algeria: from socio-political factors to the academic context of social science teaching

1 Faculté des sciences sociales, Université d'Alger 2 – bramost@yahoo.com – <https://orcid.org/0000-0002-0932-5616>

2 Universidade federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos - Brasil – jessicapires.cardoso@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-0180-1737>

Abstract: *The article discusses the most significant elements of knowledge production around Algerian rural society, by conducting an evaluation of the teaching of social sciences and sociology within the Algerian University. The teaching of sociology shows a strong relationship between the University, the political power and the society, where a notable tendency towards the “popularization” of social sciences indicates profound changes in the status of these sciences and, in general, in the place of knowledge in society as well as in the way rural society is studied in Algeria.*

Keywords: *“rural Algeria, social sciences in Algeria, Algerian rural sociology, university in Algeria*

La desaparición de la sociología rural en Argelia: de los factores socio-políticos al contexto académico de la enseñanza de las ciencias sociales

Resumen: El artículo aborda los elementos más significativos de la producción de conocimiento en torno a la sociedad rural argelina, realizando una evaluación de la enseñanza de las ciencias sociales y la sociología en las universidades argelinas. Los resultados del análisis apuntan a una fuerte relación entre la universidad, el poder político y la sociedad en la enseñanza de la sociología, y también hay una notable tendencia a la “popularización” de las ciencias sociales. Este proceso de popularización del conocimiento indica cambios profundos en el estatus de estas ciencias y, más generalmente, en el lugar del conocimiento en la sociedad, así como en la forma de estudiar la sociedad rural en Argelia.

Palabras clave: Argelia rural; ciencias sociales en Argelia; sociología rural argelina; universidad en Argelia.

Introdução

Ao longo das últimas décadas, são raros os pesquisadores e os universitários argelinos que se dedicaram diretamente aos trabalhos acadêmicos ou publicações científicas sobre o mundo rural. Essa raridade é ainda mais notável quando se trata da sociologia, dado que os sociólogos ligados às universidades que produziram trabalhos sobre a sociedade rural argelina podem ser contados nos dedos de uma mão.

Se a sociedade rural foi estudada de maneira insuficiente, de modo frequente, ela foi tributária de um interesse pontual em função de sua conjuntura, especificamente por sua realidade histórica e contexto político particular. Este artigo, portanto, tem como objetivo principal constituir um quadro geral da produção

de saberes em torno da sociedade rural argelina, avaliando o ensino da sociologia nas universidades da Argélia e situando-o em um campo mais vasto do ensino das ciências sociais.

Como resultado desse levantamento avaliativo, percebe-se que a evolução do ensino nas ciências sociais se deu por meio de uma forte relação entre universidade, poder político e sociedade, acarretando, assim, em uma notável tendência à “popularização” desse saber. A rigor, essa mudança indica transformações profundas no status das ciências sociais e, de modo geral, do lugar desses saberes na sociedade.

Em um contexto geral de ensino das ciências sociais na Argélia, a sociologia rural, como uma especialidade autônoma no campo da sociologia, foi ministrada apenas na Universidade de Argel. No entanto, a disciplina desapareceu definitivamente dos programas universitários em 2012, após ter existido sob duas definições diferentes, dentro do processo das suas significativas evoluções. A primeira, ensinada de 1970 a 1990, sob o título de “Sociologia Rural e Urbana”, seguiu uma abordagem que integrava tanto as questões urbanas quanto as rurais, sob a forma de uma disciplina de duas facetas, sem colocar em evidência a independência do campo específico da sociologia rural.

Em seguida, de 1990 até meados de 2012, a sociologia rural foi denominada “Sociologia da Alimentação e do Desenvolvimento Agrícola”, seja em uma estratégia de maquiagem a opção “rural” da disciplina, visto que se constitui em um obstáculo a sua emergência por razões ligadas à imagem do rural nas representações coletivas, seja pelo novo status das ciências sociais marcado, como veremos, pela “popularização” e sua passagem de uma ciência elitista às ciências “populares”.

A sociologia rural na esteira de sucessivas crises das ciências sociais na Argélia: o ensino das ciências sociais e a herança da universidade colonial francesa

Após a independência da Argélia, em 1962, o ensino das ciências sociais foi ministrado por três universidades – Argel, Constantino e Oran – que, apesar da vontade declarada pelos poderes públicos de reformá-las, funcionaram segundo os métodos legados pela universidade colonial francesa.

Evidentemente, o acesso a essas universidades³ não poderia escapar às regras de seleção social herdadas do sistema colonial, na medida em que essas

3 O acesso ao ensino superior se faz por meio da obtenção do diploma, após 12 anos de estudo, com base no *baccalauréat*. (N.T. O *baccalauréat*, proveniente do sistema escolar francês, equivale ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) brasileiro, e foi colocado em prática na Argélia). Esse exame comporta várias áreas de estudo, notadamente: letras (literatura e filosofia), ciências naturais, matemática etc.

universidades acolhiam, pelo menos nas correntes francófonas, à época muito mais numerosas que as correntes de língua árabe, estudantes, geralmente, oriundos de origens sociais privilegiadas, como a burguesia cidadina. Além desse aspecto ligado à origem social dos estudantes que se impõem à seleção escolar, em geral, eles seguiram seus estudos de ensino médio em escolas em que os clássicos programas da “metrópole francesa” eram ensinados, e uma boa parte dos formandos da época fizeram seus estudos eruditos⁴.

Ademais, a inserção em diferentes áreas e especialidades universitárias não foi submetida a nenhum critério de orientação prévia, como tem sido o caso desde 1970, o que é absolutamente contrário às orientações de restrições em vigor hoje. Essa liberdade de escolha representa um dado importante em relação à questão do ensino em ciências sociais, no sentido de que os estudantes que se matricularam nessas disciplinas, à época, fizeram-no com base em uma predileção pessoal, e não por uma orientação que balizou as inscrições desde 1970, de acordo com os objetivos planejados⁵.

Também, em particular nos primeiros anos de independência, os estudantes de ciências sociais que se submeteram às regras de seleção do *lycées*⁶, realizaram seus estudos superiores em um ambiente universitário e pedagógico favorável⁷. Nesse sentido, figuras conhecidas do mundo universitário francês⁸ ministravam cursos e, como resultado, um bom número de seus estudantes se tornaram referências no mundo universitário argelino.

De modo complementar, as universidades argelinas ofereceram infraestrutura adequada aos estudantes em ciências sociais, dispondo de cidades universitárias e

4 Mazouni (1969), ao analisar a severa seleção social que atinge os nativos durante o acesso à educação no período colonial, afirma: “as desvantagens de ensinar programas franceses a uma minoria de argelinos são incontáveis. No entanto, eles eram auxiliados por excelentes professores, que tinham à disposição ferramentas pedagógicas desenvolvidas por um país com uma cultura antiga e sólida e, enfim, que ensinavam em uma língua que não sofria de diglossia”.

5 Os critérios de matrícula nas diferentes áreas do ensino superior são regulamentados pelos poderes públicos e, após a obtenção do diploma superior, ocorre uma orientação decisiva, notadamente marcada pela impossibilidade de um estudante formado em programa de “letras” no ensino médio de acessar às disciplinas científicas e técnicas (*N.T.: na França existem três programas que os estudantes podem escolher no ensino médio e que determinam os estudos superiores que eles farão*).

6 *N.T. O lycée equivale ao Ensino Médio no Brasil, e pode ser de dois tipos de ensino: o lycée général e technologique ou o lycée professionnel. O lycée era sinônimo de um nível de cultura geral por si só muito apreciado em uma época em que a expressão “ter seus dois diplomas” (em referência ao diploma probatório e diploma final) simbolizava o pertencimento ao mundo dos letrados.*

7 Em 1962-1963, por exemplo, a universidade argelina funcionava com uma taxa proporcional de aproximadamente 1 professor para 10 estudantes (enquanto hoje são 1 para 25) (Mazouni, 1969).

8 Estão entre os muitos acadêmicos franceses que lecionaram em universidades argelinas após a independência: Pierre Bourdieu na sociologia; Yves Lacoste, Charles Robert Ageron, Marc Cote na história e na geografia; Geroges Labica, na filosofia; Jen Claude Vatin na ciência política.

acesso às bibliotecas, por exemplo. Ademais, nesse ambiente universitário onde as ciências sociais foram praticadas de maneira profissional, destacaram-se os primeiros institutos de pesquisa da área, que, por conseguinte, realizaram pesquisas em larga escala e, ainda, impulsionaram o surgimento de algumas revistas científicas, tornando-se espaço de expressão aos especialistas dessas disciplinas universitárias.

No entanto, o golpe de estado de 19 de junho de 1965 conduziria a implementação de um sistema autoritário que modificaria a paisagem econômica e social argelina alguns anos mais tarde. Esse projeto de sociedade que visava desenvolver a indústria, reformar a agricultura e promover a cultura (ou as três revoluções: industrial, agrícola e cultural – pilares do “socialismo argelino”) iria, obviamente, afetar a universidade e, por consequência, ter efeitos significativos na qualidade do ensino e na mobilização das ciências sociais.

As ciências sociais: do elitismo à popularização

Para avaliar a produção de saberes sobre a sociedade rural argelina, tal qual o ensino da sociologia rural, é necessário analisar a evolução do ensino das ciências sociais desde a independência do país, em 1962. Essa análise consiste em avaliar os fatores que deram lugar às mudanças que o ensino das ciências sociais conheceu: passando de uma realidade em que estavam essencialmente preocupados com uma elite intelectual de origens privilegiadas, há cerca de cinquenta anos, a essa de hoje, mais preocupada com as categorias sociais “populares”. Abordar os fatores que contribuíram para essa mudança e a forma como ela ocorreu na universidade nos permite compreender as especificidades das ciências sociais na Argélia, principalmente no que diz respeito aos mecanismos pelos quais elas se tornaram “popularizadas”.

A sociologia aparece como uma das disciplinas mais representativas dessa situação, e a sociologia rural se destaca significativamente neste processo de “popularização” das ciências sociais.

Essa “popularização” se refere, em primeiro lugar, à implementação no setor do ensino superior, no início dos anos 1970, do princípio da “democratização da educação”. A partir daí, permitiu-se o acesso à universidade de um número expressivo de estudantes, que haviam sido excluídos durante a colonização francesa. Concretamente, esse princípio se traduziu na rápida criação de várias universidades nas províncias e, como consequência, no aumento do número de estudantes e professores no ensino superior.

A abertura, a passos largos, das universidades na Argélia com, por uma boa parte delas, a criação do percurso de cursos de ciências sociais em seus

programas⁹ foi acompanhada de um problema, frequentemente espinhoso, da supervisão pedagógica de um número crescente de estudantes.

Além do princípio da democratização da educação, outro fator, também no tocante às questões políticas, iria contribuir à “popularização” das ciências sociais. Esse fator foi a arabização das ciências sociais, em 1980. Isso significa que, por mais de 40 anos, a língua de ensino dessas disciplinas foi submetida, por um lado, ao domínio insuficiente do árabe pelos professores francófonos que constituíam a maioria do corpo pedagógico e, de outro, a uma certa “simplificação” do árabe acadêmico pelos professores de língua árabe¹⁰.

Enquanto a democratização da educação nos anos 70 e a arabização do ensino das ciências sociais nos anos 80 estão entre fatores importantes que modificaram o status das ciências sociais na Argélia, destaca-se, ainda, a crise de segurança que assolou o país na década de 1990. Durante esse período, muitos acadêmicos foram alvos de atentados terroristas mortais, outros forçados ao exílio, ou, simplesmente, obrigados a parar suas publicações e trabalhos. Sem dúvida, esse período foi o golpe mais duro ao caráter elitista das ciências sociais, capaz de romper com as aspirações dos acadêmicos e dos pesquisadores em ciências sociais de formar uma elite intelectual ativa em seu país.

A reforma do ensino superior de 1970 e a introdução da “seleção reversa” nas ciências sociais

A reforma do ensino superior introduzida em 1970 fez modificar consideravelmente os contornos da universidade argelina em relação ao modelo que ela herdou da França e sobre o qual havia operado até então. Essa transformação se assentou em dois princípios fundamentais subjacentes a essa reforma: por um lado, democratizar a educação; por outro, colocar a universidade a serviço do desenvolvimento.

Desde então, as ciências sociais foram integradas à dinâmica gerada pela vontade de concretizar esses dois princípios, por meio de uma fórmula cara aos

9 Segundo dados do Ministério Argelino de Ensino Superior e da Pesquisa Científica, a rede universitária argelina conta com aproximadamente 106 estabelecimentos de ensino superior distribuídos por 48 *Wilayas* (distritos), que cobrem todo o território nacional. Essa rede é constituída de 50 universidades, 13 centros universitários, 20 escolas nacionais superiores, 11 escolas normais superiores e 2 anexos, na qual os estudantes de ciências sociais representam quase 60% dos inscritos.

10 Em suma, a língua de ensino das ciências sociais, de modo frequente, tem sido reduzida a um árabe coloquial que, em muitos casos, suplantou o árabe clássico que teria sido exigido para um ensino acadêmico rigoroso.

líderes políticos da época: “a Universidade deve formar quadros operacionais a serviço do desenvolvimento”¹¹.

Assim, desde 1970¹², um plano de desenvolvimento de instituições de formação superior foi implementado, levando à rápida construção de inúmeras universidades com investimentos financeiros importantes. A construção dessas universidades foi, além disso, apoiada no slogan sacrossanto do “equilíbrio regional”, em nome do qual as universidades e as instituições foram criadas em todo o lugar em uma década, por vezes, em regiões onde não existia sequer escola secundária.

Mas o aumento quantitativo das estruturas, dos recursos humanos e de sua regionalização não foram os únicos elementos característicos dos efeitos da reforma do ensino das ciências sociais. Outro fator importante contribuiu para a formação desse campo científico, firmado em um dos princípios-chave da reforma em questão, foi a orientação científica e técnica. Com efeito, a orientação às áreas do ensino superior começou em 1970, pela regulamentação das escolhas dos campos de estudo dos futuros universitários durante o processo do *baccalauréat*. Esse processo deu lugar a uma predileção sistemática dos universitários à série “letras” sobre as ciências sociais.

Esse já era um claro símbolo da hierarquização das áreas de ensino superior no qual os universitários que optaram pelos domínios das “ciências” e “matemáticas” tinham a possibilidade de se inscrever em áreas de sua escolha, selecionando, de início, aquelas que são socialmente valorizadas, como as ciências médicas, a arquitetura e as grandes escolas de engenharia.

Deve-se notar, no entanto, que a orientação e a seleção não começaram na universidade. Na realidade, os futuros universitários costumavam fazer uma espécie de orientação profissional ainda durante o *lycée*, que dirigiam aos domínios das “ciências” e “matemáticas” aqueles que apresentavam os melhores resultados escolares. Temos então um fator de “seleção reversa” no qual os estudantes do ensino médio com menor desempenho e que, em geral, não provinham dos estratos sociais mais privilegiados, acabaram formando o grupo de estudantes nas ciências sociais.

Além disso, esse processo de “seleção reversa” das ciências sociais não se limitou à orientação dos estudantes “literários”¹³ para essas disciplinas. Ao

11 Discurso do Ministro argelino do Ensino Superior no 24º Congresso do Instituto Internacional de Sociologia, Argel, 25-30 de março de 1974, extraído da “*l’Université*”, n. 23 de dezembro de 1975.

12 Este é um ano considerado histórico no planejamento da economia argelina dado que corresponde ao lançamento do 1º plano quadrienal argelino.

13 N.T. *Trilhar o percurso literário (littéraires) no Ensino Médio*, leva o estudante às ciências humanas no ensino superior.

longo dos anos, à medida que o número de estudantes aumentava, a quantidade de vagas disponíveis nos cursos universitários dito científicos se tornava gradativamente mais limitado, em comparação à demanda social por essa área.

Instaurou-se, assim, uma hierarquia das disciplinas universitárias, com uma corrida às melhores notas, critério determinante na escolha dos cursos e, por meio desse mecanismo, as ciências sociais foram relegadas ao segundo plano em relação às especialidades médicas e técnicas.

Paradoxalmente, desde meados dos anos 1980, as ciências sociais começaram a receber estudantes que não atingiram a nota esperada para se frequentar os cursos científicos. Além disso, entre os estudantes da área “letras”, as ciências sociais acolheram os mais fracos entre eles, pois aqueles que detinham as melhores médias se dirigiam às áreas literárias mais “nobres”, tais como direito, ciência política, jornalismo e interpretação, em que o número de vagas era limitado.

Assim, tudo se passou como se por meio da conjunção dos fatores entre a generalização do ensino e a orientação planejada dos estudantes; as ciências sociais se tornaram o lugar de acolhimento dos estudantes menos bem-sucedidos e raramente foram direcionados à área por meio de uma escolha pessoal¹⁴.

Esse mecanismo de marginalização das ciências sociais também foi acompanhado, igualmente, de uma notável hierarquização entre os estudantes no interior desses campos de estudos, em que a filosofia ocupa o último lugar¹⁵, precedida apenas pela história. À frente dessas disciplinas, está a psicologia, classificada em primeiro, sem dúvida graças a um preconceito favorável que lhe atribui uma certa “cientificidade”, sendo seguida, em segundo lugar, pela sociologia.

Por outro lado, deve-se ter em mente que o corpo docente nessas áreas também passou pelos mecanismos de “seleção reversa”¹⁶. Assim, a popularização das ciências sociais não diz respeito apenas aos estudantes, mas toca também o corpo docente.

14 A esse respeito, e com base em uma pesquisa que realizamos no início de cada ano universitário durante 15 anos entre estudantes de sociologia, menos de 2% deles dizem se inscrever com base em uma escolha pessoal.

15 Em setembro de 2019, durante a contagem das listas de desejos dos estudantes de “ciências sociais” da Faculdade de Ciências Sociais de Argel, nenhum havia optado pela filosofia e mais de 95% escolheu a psicologia (Fonte: Dados internos da referida Universidade).

16 A maioria do corpo docente universitário se encontra entre 40-45 anos e, geralmente, aceita estudantes do primeiro ano, aqueles cuja formação pedagógica é importante para a formação e aprendizagem de uma disciplina.

A arabização do ensino das ciências sociais em 1980: um momento decisivo na relação ciência/sociedade

É interessante lembrar que a introdução do árabe no ensino das ciências sociais é um pensamento antigo, que data de 1962. A concretização dessa ideia, em 1980, foi precedida pela coexistência, desde 1970, de duas opções: uma francesa e outra árabe para o mesmo curso de ciências sociais¹⁷.

Em 1980, os poderes públicos ordenaram a arabização total do ensino das ciências sociais, colocando em evidência, de forma indireta, as dificuldades objetivas que poderiam surgir ao adotar disciplinas difíceis de ensinar na ausência de uma equipe de língua árabe suficiente, materiais didáticos e documentação em árabe.

Diante disso, os professores francófonos tiveram duas opções: ou ensinavam em árabe ou deixavam a universidade. Aqueles que continuaram a exercer sua profissão o fizeram em condições frequentemente difíceis, tendo que ensinar em um idioma que não eram habituados a usar em um ambiente acadêmico.

É fato que o árabe utilizado, nesse caso, não foi o árabe clássico¹⁸, exigidos nas disciplinas científicas por utilizar conceitos precisos e rigorosos. Além disso, um árabe bastante próximo de uma linguagem coloquial serviu de vetor de conhecimento nas universidades, saberes até então difundidos por meio da língua francesa. Isso posto, deve-se notar que o uso predominante do árabe coloquial nas relações pedagógicas entre estudantes/professores desempenhou papel proeminente no processo de popularização das ciências sociais.

No entanto, a extensão da arabização do ensino das ciências sociais causou efeitos sobre o ambiente profissional das universidades. No caso, esse processo refletiu diretamente na posição dos diplomados em ciências sociais no mercado de trabalho, estando eles em uma posição frágil face às regras do mercado de trabalho, no qual o francês continua a ser a língua fortemente presente.

Por meio desse panorama geral, percebe-se que a popularidade das ciências sociais se consolidou, progressivamente, mediante processos marcados pela transversalidade dos campos político e socioeconômico, notadamente pela

17 Essa coexistência não ocorreu isenta de problemas culturais e ideológicos de vários tipos. A esse respeito, seria apropriado analisar a oposição “árabe/francesa”, um fenômeno particularmente marcado na Argélia (em comparação aos outros países árabes bilíngues) e que, por vezes, deu origem a grandes conflitos de ideias.

18 A língua árabe se subdivide, de maneira geral, em duas categorias: o árabe clássico, utilizado na literatura e nas instituições de ensino, e o árabe coloquial, utilizado como uma língua comum entre a população. O árabe coloquial, às vezes, tem variações significativas dependendo do país (por exemplo: o árabe coloquial egípcio é diferente do árabe argelino ou marroquino).

democratização da educação ao longo dos anos 70 e pela arabização realizada nos anos 80. Nos anos 90, outro fator contribuiu para a eliminação definitiva do status de disciplina elitista que as ciências sociais conheciam na época da independência do país. Esse fator está na situação criada pela crise de segurança na Argélia durante os anos 1990, com terrorismo e relatos de violência.

Ciências sociais e crise de segurança nos anos 1990

Se as décadas de 1960 a 1980 marcaram o ensino das ciências sociais pela ação de fatores relacionados à vontade “política” do Estado central, a década de 1990 foi marcada pela ação de fatores exógenos ao Estado. Evidente que o Estado continuaria a regular os mecanismos de acesso à universidade, bem como seus princípios de funcionamento, mas o que é específico desses anos é o fato que o islamismo, como um movimento social e político, penetrou nas universidades de maneira notável nos primeiros anos da década em questão¹⁹.

Essa inserção ocorreu, notadamente, no momento em que os professores em ciências sociais, adeptos a esse movimento, adaptaram o conteúdo disciplinar ao projeto de uma sociedade islâmica, encontrando um público favorável entre os estudantes fiéis a esse projeto. Assim, nos dois primeiros anos da década de 1990 e antes do início do terrorismo armado em 1992 (particularmente, antes de começar a atingir os acadêmicos na primavera de 1993²⁰), houve uma proliferação das ideias e ações em torno do Islã, do projeto de uma sociedade islâmica e de sua introdução na educação em ciências sociais.

Os apoiadores desse movimento utilizaram tanto as possibilidades legais, como a reforma curricular de 1992 (na qual algumas disciplinas, como “sociologia islâmica”, por exemplo, foram introduzidas no primeiro ano do curso de sociologia), quanto as possibilidades oferecidas pela liberdade de expressão na Universidade.

Esses mesmos anos foram igualmente marcados pelo aparecimento de associações culturais e sindicais estudantis, que militavam pelo mesmo objetivo. A universidade, como campo político, encontrou-se inserida em um movimento social em plena ascensão, embora esse movimento não tenha conseguido dominá-la inteiramente.

19 Na realidade, a entrada do islamismo na universidade data de 1960, mas, após os tumultos populares que ocorreram na Argélia, em 1988 (conhecidos como “eventos de outubro” de 88), e a subsequente democratização da vida política, a corrente islâmica conheceu um desenvolvimento importante pela universidade, que esteve plenamente envolvida no processo.

20 Dois sociólogos, Djilali Liabes e M’hamed Boukhobza, assim como um agrônomo que trabalhava com o mundo rural, Youcef Sebti, foram assassinados, inaugurando uma série de homicídios de intelectuais que iria durar vários anos.

Em harmonia com o que estava acontecendo na sociedade, a Universidade mergulhou em uma crise política, transformada em uma crise de segurança após o cancelamento do segundo turno das eleições legislativas de dezembro de 1991 (no qual a Frente de Salvação Islâmica, o maior partido do movimento islâmico, obteve uma parcela expressiva de cadeiras na Assembleia Nacional Popular já no primeiro turno).

Desde então, a violência que caracterizou a Argélia atingiu duramente a universidade. Cerca de vinte professores do ensino superior foram assassinados entre 1993 e 1997 (aos quais devem ser somados dezenas de professores do ensino secundário que sofreram o mesmo destino), centenas de acadêmicos receberam ameaças de morte individuais e houve ainda uma ameaça coletiva endereçada a todo o corpo docente com o objetivo de cancelar o ano acadêmico e social de 1994-1995 (Leperlier, 1998).

Essa crise de segurança teve, de modo evidente, um impacto sobre as ciências sociais e sobre as universidades argelinas em geral, impacto que se traduziu, notadamente, no exílio de inúmeros professores²¹.

Evidentemente, as pesquisas de campo, essenciais para a prática das ciências sociais, tornaram-se difíceis, ou mesmo impossíveis, em particular nas zonas rurais, reduzindo ainda mais o campo de intervenção das ciências sociais durante os anos de 1990 e, *a fortiori*, da sociologia rural.

No entanto, a despeito desse difícil contexto, as universidades de ciências sociais permaneceram funcionando, bem como as defesas de monografias de graduação, de mestrado e de doutorado²². Melhor ainda, contra todas as possibilidades, os pequenos rituais festivos, celebrando as defesas realizadas, continuaram incansavelmente a ser organizados e a fazer parte da decoração das universidades de ciências sociais. Eles tornaram, quase que inconscientemente, os lugares de resistência “popular” pelo simples fato de continuarem a funcionar apesar das provações que foram submetidos, às quais, em outros contextos, poucas instituições teriam resistido.

É preciso destacar que o funcionamento das universidades não se limitou a manter a vida “administrativa e física” dessas disciplinas; além desses aspectos,

21 Igualmente, traduziu-se, durante os anos mais mortíferos da crise de segurança, como uma tendência pronunciada entre numerosos professores de ocultar, na vida cotidiana e nos espaços públicos da Argélia, a função de docente.

22 A título de exemplo, segundo os serviços estatísticos da biblioteca central da Universidade da Argélia, entre 1998 e 1999, mais de 130 teses de mestrado e 25 doutorados foram defendidas na Universidade de Argel, nas diversas disciplinas das ciências sociais. Isso significa que esses trabalhos foram escritos em meados dos anos 90, ou seja, durante a crise de segurança.

elas puderam manter uma atividade científica, de modo que uma dúzia de periódicos universitários em ciências sociais continuou a aparecer regularmente.

Naturalmente, o fato de o ambiente acadêmico continuar a existir não é, por si só, suficiente em termos das exigências para a produção do conhecimento científico. Uma análise dos trabalhos acadêmicos realizados em ciências sociais ao longo desses anos é, sem dúvida, necessária para avaliar o nível do envolvimento das ciências sociais na compreensão das situações vividas pela Argélia durante esse período e no estudo dos fenômenos que as caracterizaram.

As ciências sociais sob uma administração controladora desde os anos 2000

Desde o início dos anos 2000, as ciências sociais foram aprisionadas a uma administração controladora, fortemente marcada pela imposição de um Estado jacobino que planejou reduzir a crítica social desde o aumento quantitativo do número de diplomados em ciências sociais.

A primazia da administração sobre a pedagogia e a pesquisa científica se constitui em um fenômeno que se desenvolveu particularmente durante os anos 2000 e que se fez sentir fortemente no ensino das ciências sociais na Argélia. Isso se refletiu, em particular, no rigor dos prazos para a defesa das teses²³, muitas vezes limitados pelas restrições dos cronogramas administrativos e não pelo rigor científico.

Sociologia rural e produção de saberes em torno do mundo rural na Argélia: problemáticas e conjunturas

A produção de conhecimento sobre o mundo rural na Argélia, que não é somente um trabalho dos sociólogos rurais, esfriou de modo significativo desde os anos 1980, após ter sido campo de interesse dos pesquisadores das ciências sociais desde a independência. Além disso, ela poderia ser tematizada em função de problemáticas e conjunturas particulares.

A Guerra da Libertação Nacional, a Independência, a Revolução Agrária e, em menor escala, as reformas do setor agrícola e, simplesmente, o pertencimento a uma região precisa serviram de catalizador para a produção científica em torno da população rural argelina.

23 Embora o rigor administrativo não seja exclusivo às ciências sociais, essa área científica o sentiu de modo particular, em razão de seu vasto campo de aplicação, que demanda maior quantidade de tempo para produzir pesquisas bem-sucedidas.

Guerra da Libertação Nacional e a produção de saberes sobre a sociedade rural

Uma análise militante do mundo rural, diretamente ligada à Guerra da Libertação, travada de 1954 a 1962, e seus efeitos na sociedade argelina, caracterizou os trabalhos de Lacheraf – *le ruraliste*²⁴. Ele esteve particularmente interessado no campesinato e em seu papel na descolonização, mediante vários escritos dominados pelo apego aos valores patrióticos camponeses. *Le patriotisme rural* é o título de um capítulo importante de sua célebre obra *L'Algérie nation et société*. Esse capítulo é dedicado ao campesinato, a quem ele atribui a paternidade da insurreição contra o colonialismo francês e no qual mostra, sem ambiguidade, uma forma de superioridade do rural em relação ao urbano.

Este patriotismo de defesa, exclusivamente rural, será posteriormente substituído pelo nacionalismo cidadão cujas características são outras e cujo relativo fracasso se explica pelo fato de ter ignorado ou parecido ignorar as exigências e vantagens de todos os tipos que suscitaram ou ajudaram seu grande antecessor (Lacheraf, 1974: 70).

Outras obras desse mesmo autor revelarão esse forte apego; no entanto, ele aparece tingido de uma nuance “subjetiva”, no modo de apreender a sociedade rural. Em alguns momentos, há um claro viés a favor da população rural em detrimento da população urbana.

Que fique claro que se a cidade com suas técnicas, suas instituições, seus homens, suas contribuições indispensáveis, não vai às massas rurais, é a miséria camponesa, o êxodo camponês que irá sitiá-la... como uma re-provação viva e um lembrete insuportável cujo alguns querem reter apenas uma imagem embelezada ou exagerada para aliviar sua consciência (Lacheraf, 1988: 312).

Mas o vínculo ao campesinato e às raízes militantes não são os únicos fatos de destaque na produção científica sobre a população rural argelina motivada pela Guerra da Libertação Nacional.

Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad, presentes na Argélia durante os últimos anos da guerra, realizaram uma pesquisa sociológica que se tornou um marco na sociologia rural. *Le déracinement* (Bourdieu; Sayad, 1964), um estudo sobre o reagrupamento das populações rurais pelas autoridades francesas

24 Esse adjetivo foi dado por Claudine Claulet durante o “Colóquio Mostefá Lacheraf: Argélia 50 anos – nação, sociedade e cultura”, realizado em dezembro de 2004 e organizado pela Associação Argelina para o Desenvolvimento de Pesquisa em Ciências Sociais (AADRESS) e a Revista Naqđ.

resultado do combate armado, foi realizado nas regiões de Collo e Chlef por meio de métodos etnográficos e estatísticos. Essa obra destacou a transformação radical da sociedade camponesa causada, de modo concomitante, pela destruição de seus quadros espaciais tradicionais pelo poder colonial e ainda pela generalização das rendas e das trocas monetárias dentro dela.

Le déracinement também não está isento de um caráter militante, ainda que o principal autor tenha escrito, alguns anos depois, *Le métier de sociologue* (Bourdieu, 1968), livro metodológico no qual os sociólogos têm retirado, durante décadas, os conceitos-chave da objetividade do fazer pesquisa.

O “retorno às fontes”: uma estrutura insuspeita para a produção de saberes sobre a sociedade rural

A referência à terra e à questão das origens rurais tem um peso simbólico, visto que essas temáticas inspiraram, às vezes de modo significativo, a pesquisa científica. A produção sociológica argelina inclui múltiplas monografias de pesquisadores acerca da terra e da região de origem, que ilustra o domínio exercido pelo mundo rural. Como exemplo, destaco o trabalho de Mahfoud Bennoune (1986), dedicado ao *douar* d’El-Akbia.

Esse trabalho, que contém inúmeros dados históricos, antropológicos, sociológicos e econômicos, foi redigido no início dos anos 1970. Em linhas gerais, ele lançou um olhar crítico aos valores do nacionalismo e do patriotismo apoiado em um trabalho de campo singular, conduzido e apoiado pelo conhecimento pessoal do próprio autor. A noção de tribo aplicada às populações rurais sedentárias foi um dos exercícios ao qual o autor se dedicou. Ademais, Bennoune analisou a questão migratória francesa, levando em conta as relações tribais e parentais vivenciadas nesse *douar* no leste da Argélia.

As monografias dedicadas ao mundo rural inspiradas pelo sentimento de pertencimento regional também podem ser ilustradas pelo trabalho de Mostefa Lacheraf sobre Hodna, sua região de origem. Intitulada *Un terroir d’Algérie*, essa monografia contém inúmeras informações sobre a história social e cultural dos anos 20 e 30 de uma importante região do mundo rural argelino.

Ainda no que concerne aos trabalhos sociológicos inspirados nos territórios de origem, destacamos a pesquisa realizada por Ahmed Ouitis (1977), na região de Maamoura, dedicada às práticas rituais de destituição na sociedade rural.

Além disso, outras pesquisas sociológicas mais globais têm sido realizadas, propondo a reflexão sobre o território regional ao qual os autores pertencem. M’hamed Boukhobza, nativo do sudoeste argelino, apresentou sua tese

sociológica em 1976, sob a orientação de Pierre Bourdieu, que levou à publicação de um trabalho marcante sobre o nomadismo na Argélia. Nela, o autor adotou uma abordagem centrada nos golpes infligidos ao agropatorialismo tradicional pela colonização, por meio da destruição dos fundamentos do nomadismo, que o autor considera como o modo de organização econômica e social dominante na Argélia pré-colonial.

A tentativa antropológica nos trabalhos sobre a sociedade rural

O emprego dos métodos da antropologia social e cultural nos estudos da sociedade rural caracterizou uma abordagem adotada por inúmeros pesquisadores que se interessaram sobre o mundo rural argelino; isso se deu ao contrário dos pesquisadores que estudaram o mundo urbano e a indústria, que apenas se apaixonaram pelo método antropológico em um passado relativamente recente.

A sociedade rural argelina, prisioneira do fascínio dos antropólogos por seu caráter dominante como *sociedade oral* ou *sociedade segmentar*, tem sido o terreno de pesquisadores fortemente inspirados pelos métodos dos primeiros antropólogos anglo-saxões que analisaram as sociedades primitivas. Os exercícios de observação participante, de análise da memória e dos documentos orais foram realizados em numerosos trabalhos, que estão relacionados à sociedade rural argelina.

Nadir Marouf (1980) analisou a tradição oral no Touat (vasta região no sudoeste do Saara argelino), enquanto Youcef Necib (1986), por procedimentos metodológicos similares, realizou uma análise contextualizada da *geste hilalienne*²⁵ no território do Ouled Nail (famosa tribo na estepe central argelina). Fanny Colonna (1987), por sua vez, utilizou técnicas antropológicas na análise dos documentos bíblicos, visto que se interessava pela presença de uma cultura escrita no interior das aldeias em Aurès.

Por fim, mais recentemente, em um estudo antropológico sobre a santidade no Ksours, Rachid Belil (2003) analisou a tradição oral, a hagiografia e as crônicas locais da região do Gourara, no centro-oeste do Saara.

A contribuição dos sociólogos rurais argelinos

A produção de saberes sobre a sociedade rural argelina realizada pelos sociólogos rurais argelinos, apresentada como tal, mostra-se como exceção. Embora seja difícil determinar com precisão o campo de conhecimento dos sociólogos

25 A *geste hilalienne* é uma poesia tradicional relacionada às migrações épicas das tribos hilallienes do Nadj (Arábia Saudita), que povoaram o Maghrebe entre os Séculos XI e XIII.

rurais na Argélia, e definir quais argumentos tornariam um pesquisador mais *ruralista* que outro, o critério de produção científica no campo do rural, associado à filiação do único curso universitário de sociologia especializada nessa área, constitui uma referência importante para identificar sociólogos especializados no estudo da sociedade rural.

O tema da agricultura foi o aspecto do mundo rural que Chaulet C. analisou em suas várias publicações, sendo que as principais estão relacionadas, primeiro, ao setor agrícola autogerido (Chaulet, 1971) e, segundo, às práticas familiares (Chaulet, 1984). Em seu segundo trabalho, o autor analisa as estratégias familiares na mobilização dos recursos naturais em torno da produção agrícola e define o contexto no qual os agricultores argelinos se estabeleceram, no final dos anos 70, destacando o conjunto de instituições em torno das quais – e dentro das quais – a família rural evolui.

Em sua tese de doutorado, C. Benguergoura (2000) focalizou os mecanismos pelos quais as famílias de um centro rural nas proximidades de Argel mobilizaram os dispositivos de ajuda concedidos pelo Estado às comunidades rurais. Em sua monografia, o autor descreve e analisa as mudanças recentes em uma parte do mundo rural argelino.

B. Benmoussa (2007) também estudou os processos de mudança social observadas no âmbito da sociedade rural argelina durante os anos 2000. Em sua análise, o autor tomou como base diversas pesquisas de campo desenvolvidas por pesquisadores que trabalharam com as comunidades rurais em regiões da Argélia, notadamente nas áreas montanhosas do centro e do extremo sul.

Paralelo às temáticas da agricultura e das comunidades rurais, alguns trabalhos têm se dedicado à questão da promoção dos direitos das mulheres e das famílias no meio rural, sem que esses autores, no entanto, reivindiquem explicitamente ser do campo da sociologia rural.

De fato, ao explorar os dados disponíveis no Portal Nacional de Indicação de Tese (PNST)²⁶, somente cerca de vinte teses foram identificadas utilizando palavras-chave que, direta ou indiretamente, estão relacionadas ao campo da sociologia rural. Ao contrário, os títulos relacionados a outros campos da sociologia, como do trabalho, da cultura e urbana, contam com um número maior de trabalhos catalogados.

26 Sistema online que gere a produção científica nacional. Para mais detalhes. Disponível em: <<https://www.pnst.cerist.dz/>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

O conhecimento da sociedade rural argelina não é o único trabalho dos sociólogos

Estabelecer um inventário crítico da produção dos saberes em torno da sociedade rural argelina no campo do conjunto das disciplinas científicas poderia ser objeto de várias publicações com um conteúdo mais aprofundado que a presente contribuição. Contudo, de fato, esse trabalho não se trata de realizar um inventário exaustivo sobre os saberes produzidos, mas assinalar algumas disciplinas próximas à sociologia que contribuíram de maneira marcante para o conhecimento do mundo rural argelino. A título de exemplo, destaca-se a economia agrícola, cujos especialistas, de modo frequente, ultrapassaram o campo restrito de sua especialidade destacando problemáticas relacionadas à sociologia em muitos aspectos. A esse respeito, podemos citar Bessaoud (1999), que complexificou a questão do campesinato argelino ao negar sua existência, ou mesmo Bedrani (1993), que, por sua vez, elencou questões sociológicas relevantes em seu trabalho sobre a estepe argelina.

Os trabalhos dos antropólogos e dos geógrafos também merecem atenção particular no que concerne à produção de saberes sobre a sociedade rural. Algumas dessas publicações aparecerão no Centro Nacional de Pesquisa em Antropologia Social e Cultural (CRASC)²⁷. Da mesma forma, destacam-se os trabalhos dos agrônomos que, frequentemente, contribuíram de modo notável ao conhecimento sobre mundo rural argelino. Em qualquer caso, a escassez de trabalho acadêmico sobre a sociedade em questão, produzido em quantidades infinitesimais, demonstra que a universidade não é mais o lugar em que o conhecimento sobre a sociedade rural argelina é produzido.

Parece que é fora da universidade onde os estudos sobre essa parte da sociedade têm sido relativamente mais dinâmicos, particularmente por meio da realização, por parte de algumas instituições, de pesquisas sociológicas nas quais os sociólogos têm estado envolvidos²⁸.

Seriam a urbanização e a estigmatização da ruralidade fatores do declínio da sociologia rural na Argélia?

Em menos de 50 anos, houve uma transformação significativa na proporção da população urbana e rural. Grosso modo, na década de 1960, apenas 20% do território argelino era urbano, enquanto 80% rural; hoje, apenas 20% do

27 Disponível em: <<https://www.crasc.dz/index.php/fr/>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

28 Destaca-se, por exemplo, o Bureau National d'Etudes pour le Développement Rural (BNEDER), que realizou pesquisas ao longo dos anos 2000.

território se constitui de zona rural, sendo o restante área urbana. Essa inversão afetou diretamente as práticas de uso do solo, descritas por Marc Côte (1998) de “territorialidades brownieenes”.

Entre os anos de 1966 e 2018, o número de aglomerações urbanas sofreu uma evolução espetacular. Em termos percentuais, houve um aumento de 553% das cidades com 5.000 a 10.000 habitantes, 556% entre 10.000 e 20.000 habitantes e, na categoria de igual e/ou acima de 100.000 habitantes, um aumento de até 1.000%. Esse contexto de crescimento urbano, único na história nacional, apresenta grandes dificuldades para distinguir, sociologicamente, o rural do urbano, face à imperceptibilidade da linha entre esses dois grupos em uma simples leitura dos dados estatísticos e demográficos.

A análise sociológica sobre o contexto urbano está se tornando uma realidade que deve ser investigada por meio de métodos e abordagens da sociologia rural. Essa análise necessária parece ser hoje limitada pela estigmatização do mundo rural no imaginário coletivo das populações urbanas, em que a ruralidade, frequentemente, é associada às formas de atraso que precisam ser ocultadas.

Essa “estigmatização social” do mundo rural e os processos de hierarquização que o acompanham certamente contribuíram para o declínio da sociologia rural na Argélia. Os pressupostos históricos e antropológicos dessa hipótese constituem, em si, um importante campo de pesquisa para a disciplina, em que é possível refletir sobre os fatores que contribuíram, ao mesmo tempo, para a estigmatização social do mundo rural e para a deserção dos pesquisadores desta parte da sociedade.

À guisa de conclusão: sociologia rural e “ruralização” da sociologia na Argélia, que futuro para a disciplina?

De modo geral, a avaliação do caminho percorrido pelas ciências sociais na Argélia, nas últimas cinco décadas, corresponde a cinco etapas características das transformações e desenvolvimento dessas disciplinas: gestão do legado da universidade colonial francesa e do elitismo; reforma do ensino superior e acesso à universidade para novas classes sociais; arabização e popularização; crise de segurança e resistência “popular”; e, finalmente, o domínio de setor administrativo controlador.

A sociologia, que está envolvida em uma dinâmica de “seleção reversa”, conhece uma hierarquização de suas próprias especialidades, na qual a sociologia rural é relegada a segundo plano no processo de matrícula na universidade. Denominada, ao longo de 22 anos, de “Sociologia do Desenvolvimento Agrícola e

Alimentar”, e desaparecendo completamente em 2012, ela quase sempre acolheu estudantes que se matricularam de modo coercitivo pelos procedimentos administrativos. De fato, essa especialidade era o “receptáculo dos excluídos”: em primeiro lugar, excluídos do sistema de orientação dos formandos Ensino Médio; depois, excluídos no seio de uma disciplina que eles não escolhiam.

Produto da popularização das ciências sociais, os estudantes de sociologia rural foram resultado da “ruralização” da sociologia. Os trabalhos acadêmicos sobre a sociedade rural são, necessariamente, raros nesse contexto, e nem sempre são análises sociológicas.

A ruralização da sociedade argelina, na qual, em menos de 40 anos, a população rural caiu de 70% da população total para menos de 30%, constitui, sem dúvida, um quadro potencial de produção científica de primeira escolha para a sociologia rural. Essa inversão demográfica ilustra um processo de mudança social profunda, na qual a ruralização das cidades e a urbanização dos campos ocorrem em um ritmo particularmente rápido. A rigor, essa transformação justifica sua abordagem pela sociologia rural.

A saída mais importante que poderia ter as ciências sociais nesse contexto, e a sociologia rural em particular, ainda que formalmente a disciplina não exista mais no campo universitário argelino, deveria ser, sem dúvida, de aprofundar o conhecimento da sociedade. A proximidade entre as ciências sociais e a sociedade argelina de hoje, por meio do caráter “popular” da última, constitui um potencial notável na produção de saberes em torno da sociedade rural na Argélia.

Referências :

- BEDRANI, Slimane. La steppe algérienne, Cérès, 4, 1983
- _____. Les systèmes agro-pastoraux maghrébins : une étude de cas à El Guedid (Wilaya de Djelfa, Algérie), *Revue des Régions Arides*, 5, 1993.
- BENBEKHTI, Omar. La stratégie sociale du développement rural- Introduction aux méthodes de l'approche participative, Editions Dar El Gharb, Oran, 2004.
- BELLIL, Rachid. Ksour et saints du Gourara, C.N.R.P.A.H., Alger, 2003.
- BENDJELID, Abed Brûlé Jean-Claude; FONTAINE, Jacques. Aménageurs et aménagés en Algérie», héritage des années Boumediene et Chadli, L'Harmattan, Paris, 2004
- BENDJABALLAH, Souad. Droit foncier étatique et stratégies locales, Les réponses plurielles à la violence des politiques domaniales en Algérie entre 1962 et 1995, Constantine, Doctorat d'Etat en Droit, 1997.
- BENDJELID, Abed. Mutations sociales et adaptation d'une paysannerie Ksourienne du Touat, *Insanyat*, 7, 1999

- BENGUERGOURA, Chérif. Les ruraux et la réappropriation sociale de la mobilisation de travail en Algérie indépendante, Alger, Doctorat d'Etat en Sociologie, 2000.
- BENGUERGOURA, Cherif. «Droits sur la terre et jeu social en Algérie», Les annales de l'Université d'Alger, 15,2005.
- BENMOUSSA, Brahim. Approches participatives et production du savoir sur l'Algérie rurale – Aspects de la société rurale algérienne au début du 21ème siècle. Alger, Doctorat d'Etat en Sociologie, 2007.
- . La tribu ou la face cachée de la lune, colloque: Les anthropologues algériens par eux-mêmes. Centre national de recherches préhistoriques, anthropologiques et historiques, Alger, 1996.
- BEN NAOUM, Ahmed. Uled Sidi Esh Sheykh essai sur les représentations hagiographiques de l'espace au sud-ouest algérien, Aix en Provence, Doctorat d'Etat es-lettres et Sciences Humaines, 1993.
- BENNOUNE, Mahfoud. El Akbia, Un siècle d'histoire algérienne, Office des publications universitaires, Alger, 1986.
- BESSAOUD, Omar. «L'agriculture et la paysannerie en Algérie, les grands handicaps», symposium «Etat des savoirs en sciences sociales et humaines» Crasc-Oran - sept, 2004
- . L'Algérie agricole: de la construction du territoire à l'impossible émergence de la paysannerie, Insanyat, 7,1999
- BOUKHOBZA, M'hammed. Monde rural: contraintes et mutations, Office des publications universitaires, Alger, 1992
- BOUKHOBZA, M'hammed. Lagro-pastoralisme traditionnel en Algérie: De l'ordre tribal au désordre colonial, Office des publications universitaires, Alger, 1982.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. Le déracinement - La crise de l'agriculture algérienne, Editions de Minuit, Paris, 1964.
- CHAULET, Claudine. La terre, les frères, l'argent, Office des publications universitaires, Alger, 1984.
- COLONNA, Fanny. Savants paysans: Eléments d'histoire sociale sur l'Algérie rurale, Office des publications universitaires, Alger, 1987.
- COTE, Marc. L'Algérie ou l'espace retourné, Mediaplus-Algérie, Constantine, 1993.
- . Y-a-t-il une paysannerie algérienne? Insanyat, 7,1999.
- LACHERAF, Mostefa. Des noms et des lieux, Mémoires d'une Algérie oubliée, Casbah Editions, Alger, 1998
- . Ecrits didactiques sur la culture, l'Histoire et la société, ENAP, Alger, 1988.
- . L'Algérie nation et société», SNED, Alger 1974.
- LEPERLIER, Tristan, Algérie, les écrivains de la décennie noire. Edition du CNRS, Paris, 1998.

- MAROUF, Nadir. Lecture de l'espace oasien. Sindbad, Paris, 1980
- MAZOUNI, Abdallah. Culture et enseignement en Algérie et au Maghreb. Maspero, Paris 1969.
- MEGHERBI, Abdelghani. La paysannerie algérienne face à la colonisation. ENAP, Alger, 1973.
- NACIB, Youcef. Cultures oasiennes, Boussada, Essai d'histoire sociale, ENAL, Alger, 1986.
- OUITIS, Ahmed. Les contradictions sociales et leur expression symbolique dans le seti-fois, SNED, Alger, 1977.
- SARI, Djilali. La dépossession des fellahs, SNED Alger, 1975.

Recebido em: 14/02/2022

Aprovado em: 23/05/2022

Como citar este artigo:

BENMOUSSA, Brahim. A extinção da Sociologia Rural na Argélia: dos fatores sócio-políticos ao contexto acadêmico de ensino das ciências sociais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 033-053.





Dossiê Olhares cruzados entre pesquisas em sociologia rural no Brasil e no Norte da África

A revolta catalisou a sociologia rural tunisiana? Uma revisão bibliográfica

Mohamed Raouf Saidi¹

Tradução: Tarcísio Perdigão Araújo Filho²

Resumo: Este artigo objetiva verificar, por meio do levantamento bibliográfico e temático, se a dita “primavera tunisiana” ocorrida em 2010 em Sidi Bouzid, uma das mais povoadas regiões rurais, desencadeou, ao mesmo tempo, a primavera de uma sociologia rural, até então praticamente inexistente na Tunísia. Para responder a essa pergunta, a primeira parte será baseada, primeiramente, no exame temático de três bases de dados relativas a teses registradas nesse país, principalmente desde 2010. Em seguida, ela buscará identificar o lugar da sociologia rural nos artigos publicados desde 2010 pelo Centre de recherches économiques et sociales (CERES). Este trabalho tentará, na segunda parte, explorar as pistas interpretativas a respeito da inércia que tem marcado a sociologia rural durante várias décadas.

Palavras-chave: Sociologia rural; Tunísia; “Revolução”; repositório de teses.

Has the revolt catalyzed tunisian rural sociology? A bibliographic review

Abstract: *The purpose of this communication is to assess whether the so called «Tunisian Spring» triggered from the agricultural region Sidi Bouzid in 2010, at the*

1 Ladyss-CNRS Paris – França – saidi.raouf@free.fr – <https://orcid.org/0000-0003-3611-0490>

2 Laboratoire interdisciplinaire pour la sociologie économique (Lise) do Conservatoire national des arts et métiers (Cnam) – Paris – França – tarcisioperdigao@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-2446-2296>

same time triggered the spring of a quasi-dying rural sociology in the country. To answer this question, the analysis in this paper is based on bibliographic and thematic inventory work. The first part of the paper provides a thematic examination of three databases devoted to dissertations recorded in Tunisia, and identifies the place of rural sociology in articles published by the Center for Economic and Social Research (CERES), in particular since 2010. The latter part of the paper will explore a few avenues of interpreting the lethargy which has marked rural sociology for several decades.

Keywords: *Rural sociology; Tunisia; “Revolution”; thesis file; RTSS; thesis files.*

¿El levantamiento catalizó la sociología rural tunecina? una revisión de la literatura

Resumen: Este artículo pretende comprobar, a través de un estudio bibliográfico y temático, si la llamada “primavera tunecina” ocurrida en 2010 en Sidi Bouzid, una de las regiones rurales más pobladas, desencadenó, al mismo tiempo, la primavera de una sociología rural, hasta entonces, prácticamente inexistente en Túnez. Para responder a esta pregunta, la primera parte se basará, en primer lugar, en el examen temático de tres bases de datos relativas a las tesis registradas en ese país, principalmente desde 2010. A continuación, tratará de identificar el lugar que ocupa la sociología rural en los artículos publicados desde 2010 por el *Centre de recherches économiques et sociales (CERES)*. Este trabajo intentará, en la segunda parte, explorar pistas interpretativas sobre la inercia que ha marcado la sociología rural durante varias décadas.

Palabras clave: Sociología rural; Túnez; “Revolución”; depósito de tesis.

Introdução

Desde a descolonização, assistimos, tanto na Argélia como no Marrocos, ao surgimento de uma sociologia rural nativa, construída como uma disciplina autônoma, organizada, na maior parte das vezes, em autênticas correntes de pensamento e em torno de pesquisadores cujo nome e trabalho a marcarão, como Paul Pascon, Hassan Rachik, Abdelmalek Sayyad, Claudine Chaulet etc. Contudo, o mesmo não ocorreu no caso tunisiano. Além disso, as raras publicações que trataram a respeito da sociologia na

Tunísia descolonizada não abordaram a dimensão rural da disciplina (Melliti; Mahfoudh, 2014)³.

A pesquisa “nativa” acerca do mundo rural tunisiano foi desempenhada principalmente por geógrafos que, em sua maioria, romperam com a “ciência” colonial e participaram da formação de várias gerações de pesquisadores. Além desses, há também certos sociólogos, como Abdelkader Zghal (1931-2015), cujo trabalho marcou longa e consideravelmente a produção científica sobre o espaço rural. Entretanto, de maneira geral, o interesse por esse espaço como campo de pesquisa se enfraqueceu progressivamente desde o fim dos anos oitenta. É preciso dizer que os acadêmicos que se engajaram nela o fizeram de uma forma bastante efêmera, sem se proclamarem resolutamente como parte integrante dessa especialidade, ou mesmo sem investir em dimensões teóricas ou epistêmicas originais.

A revolta contra o autoritarismo na Tunísia em dezembro de 2010 ocorreu em Sidi Bouzid (centro-oeste), uma região caracterizada por ser uma das áreas rurais do país⁴ de maior densidade populacional e cuja economia e mercado de trabalho são fortemente ligados à agricultura. O contexto desse governadorato⁵ (departamental) se constituiu em um revelador da crise que incidia tanto sobre o modelo produtivista de desenvolvimento agrícola iniciado nessa região nos anos 70 quanto da agricultura em pequena escala que se desmantelava pelo capitalismo globalizado.

No terreno acadêmico, embora o novo contexto não tenha sido necessariamente acompanhado da chegada de maiores recursos para os investigadores, ajudou, no entanto, em certa medida, a amenizar as restrições que paralisaram a investigação empírica (temas tabus, necessidade de autorizações, controle policial, dificuldades de acesso à informação etc.).

Todavia, após mais de dez anos desde a partida do Général Ben Ali, poderíamos afirmar que o novo contexto sócio-político favoreceu a (re)mobilização dos sociólogos rurais tunisianos e, conseqüentemente, o relançamento da investigação sociológica sobre o mundo rural?

3 Os autores se engajaram, implicitamente, em uma espécie de reabilitação da “ciência colonial”, empenhando-se, sem qualquer base teórica ou epistêmica, em um falso debate entre francófonos e árabes. De forma mais distanciada, em sua entrevista para a revista *Genèses*, Lilia Ben Salem aborda o nascimento da sociologia na Tunísia, principalmente citando os investigadores franceses que participaram de sua construção, bem como as primeiras figuras locais da disciplina (Ben Salem, 2009). A dimensão rural da disciplina, no entanto, foi apenas muito brevemente mencionada.

4 Conforme o censo de 2004, 75,4% da população de Sidi Bouzid era rural. Já segundo o censo de 2014 essa população passou para 72,9%.

5 NT: O governadorato (*gouvernorat*) é uma unidade da subdivisão territorial da Tunísia, semelhante a uma província ou estado.

O presente artigo se apoia em uma problemática raramente estudada e que conta com uma bibliografia escassa. Objetiva-se verificar, por meio de um levantamento bibliográfico, se a referida “primavera tunisiana” desencadeou, ao mesmo tempo, a primavera da sociologia rural no país. A primeira parte desse artigo será baseada, primeiramente, no exame temático de três bases de dados relativas a teses registradas conforme suas diferentes fontes de informações. De outro lado, buscar-se-á identificar o lugar ocupado pela sociologia rural por meio da análise da base de artigos publicados na *Revue Tunisienne des Sciences Sociales* (RTSS) desde 2010. Na segunda parte, esse artigo explorará pistas interpretativas a fim de explicar a inércia que tem caracterizado a disciplina por várias décadas. Iremos nos basear tanto em nossa própria experiência de trabalho empírico nesse país quanto nos resultados das entrevistas exploratórias efetuadas junto aos colegas e doutorandos tunisianos, considerados como observadores privilegiados.

1. A sociologia rural nos repositórios de tese e publicações do CERES desde 2010

Esta seção traz uma abordagem estatística. Exploraremos, primeiro, o lugar ocupado pela sociologia rural nas três bases de dados que reúnem teses de doutorado registradas e defendidas na Tunísia desde o fim da ditadura. E, em seguida, examinaremos o lugar desse campo de referências em meio às publicações do CERES durante o período de nosso interesse, e desde a sua criação.

1.1 Os repositórios de teses

Nosso trabalho de pesquisa bibliográfica focalizou três bases de dados bilingües⁶:

- pist.tn;
- theses.tn;
- teses defendidas em ciências sociais mas não publicadas, e que foram obtidas por meio dos serviços da biblioteca da *Faculté des Lettres, des Arts et des Humanités de la Manouba* (FLAHM).

Sem cair em redundância, uma vez que elas se concentram em períodos particulares, a análise temática e semântica das três fontes permite apreender as tendências descritas por cada uma e, por comparação, verificar em que medida existe uma inclinação por parte dos doutorandos e pesquisadores em sociologia pelas temáticas do mundo rural.

6 Na Tunísia, não existe (ainda) um repositório centralizado e completo que reúne todas as teses de doutorado (sejam elas já defendidas ou não), a exemplo do theses.fr na França ou o pnsst.cerist.dz na Argélia.

Concretamente, nossa abordagem consistiu em cruzar, por meio de cada base de dados, o termo *sociologia* (*sociologie*) com os derivados do radical de três outros termos que consideramos como as palavras-chave mais significativas, quais sejam: agricultura (*agriculture*), camponês (*paysan*) e rural (*rural*).

1.1-1. These.tn

A plataforma de teses these-tn foi lançada em 2013 e reúne unicamente teses registradas (defendidas ou em andamento) provenientes do conjunto de universidades tunisianas desde essa data. Ela inclui um total de 16.125 “temas” relacionados a todas as disciplinas, dos quais 209 são de sociologia. Dentre essas, 21 teses foram defendidas e as restantes (188) ainda se encontram em fase de projeto.

Entre os 207 projetos de tese em sociologia elaborados por tunisianos⁷, apenas um contém a palavra-chave *camponês*. Trata-se de uma *monographie*⁸ dedicada à participação de agricultores no desenvolvimento local. Ela foi redigida no idioma árabe durante o ano acadêmico de 2016/2017 por um candidato que completou toda a sua formação em sociologia.

Dois projetos contêm a palavra-chave *rural*. Em preparação desde 2014/2015, o primeiro foi escrito em árabe por um sociólogo de formação que estudou as relações sociais na zona rural de Sidi Bouzid. O segundo projeto também é uma *monographie*, e está em preparação desde 2020-2021 por outra socióloga que, por sua vez, dedicou-se a um estudo sobre a mulher rural.

A ampliação do escopo da nossa investigação com base nas 3 palavras-chave a todos os 19.667 projetos de doutorado, incluindo todas as disciplinas registradas na base de dados theses.tn, revela que o rural é um tema muito marginal entre as pesquisas de doutorado de forma geral, mas particularmente no campo das ciências sociais.

Com efeito, excetuando a sociologia, dentre as 33 teses (das quais 12 já haviam sido defendidas) que continham a palavra-chave *agricultura*, dez fazem parte do campo da agronomia, considerando suas diversas especialidades⁹. A agronomia é seguida pelas ciências econômicas e administração (sete projetos), muito à frente da informática e das ciências biológicas (três projetos cada). Somente dois estudantes do direito e da história citam a palavra-chave *agricultura* em seus projetos.

7 Não levamos em conta duas das 209 teses, uma vez que elas foram escritas por não-tunisianos. Um deles é palestino e o outro é mauritano.

8 NT: No francês, o termo *monographie* remete a um tipo de estudo de caráter mais descritivo, que se propõe a se aprofundar sobre um tema ou um objeto de pesquisa específico. Não se confunde, portanto, com o trabalho de final de curso de graduação que, no Brasil, chamamos de monografia, e que se traduz para o francês como *mémoire*.

9 Algumas delas são: engenharia rural, das águas e florestas, economia-gestão agrícola e agro-alimentar, meio ambiente.

Tabela 1 – Frequência dos projetos de tese que contêm a palavra-chave *agricultura*¹⁰

Especialidade	Frequência
<i>Ciências agronômicas</i>	10
<i>Ciências econômicas e administração</i>	7
<i>Ciências biológicas</i>	3
<i>Informática</i>	3
<i>Engenharia elétrica</i>	2
<i>Tecnologia</i>	1
<i>Direito público</i>	1
<i>Química</i>	1
<i>Medicina veterinária</i>	1
<i>História</i>	1
<i>Engenharia de geo-recursos e ambiente</i>	1
<i>Engenharia física</i>	1
<i>Sistemas industriais e energias renováveis</i>	1

A palavra *camponês* aparece em quatro projetos com a seguinte distribuição: dois na literatura, um na história e um na geografia.

No que diz respeito ao termo *rural*, para além da sociologia, ele aparece em 16 projetos¹¹, principalmente em agronomia e nas ciências econômicas.

Os 15 projetos apresentados por tunisianos, dos quais 4 já foram defendidos, estão principalmente relacionados às ciências econômicas, seguidos pela agronomia e história.

Tabela 2 - Frequência dos projetos de tese que contêm a palavra-chave *rural*

Especialidade	Frequência
<i>Ciências econômicas e administração</i>	4
<i>Ciências agronômicas</i>	3
<i>História</i>	3
<i>Engenharia</i>	2
<i>Ciências do cinema</i>	1
<i>Estéticas e práticas artísticas</i>	1
<i>Ciências e Tecnologias da Vida e da Terra</i>	1

10 NT: Optamos por fazer a tradução literal do nome dos cursos existentes na Tunísia.

11 Um dos quais foi apresentado em árabe por um palestino.

1.1-2 pist.tn

A plataforma pist.tn foi criada em 2014 pelo *Centre National Universitaire de Documentation Scientifique et Technique* (CNUDST)¹². Embora boa parte de suas informações sejam mais antigas que as da plataforma these.tn, essa é menos exaustiva e conta apenas teses de doutorado concluídas, totalizando 9061.

A base de dados em questão lista 69 obras sobre a Tunísia com a palavra-chave *sociologia* defendidas desde 1974. Dentre essas, cerca de dez foram trabalhos elaborados por não-tunisianos (principalmente americanos) e sua validação foi realizada exclusivamente em universidades estrangeiras.

Dois trabalhos realizados por tunisianos associam as palavras-chave *Tunísia*, *sociologia* e *agricultura*. Eles foram apresentados por uma socióloga da Universidade de Toulouse em 1981 e por um geógrafo da Universidade de Bordeaux em 1985.

Apenas uma tese, defendida na França em 1987, conta com a combinação das palavras-chave *Tunísia*, *sociologia* e *camponês*. Por outro lado, foram três as teses que contaram com as palavras-chave *Tunísia*, *sociologia* e *rural*. Essas também foram defendidas na França, sendo duas delas no campo da sociologia e uma na geografia.

Em suma, com base nos dados obtidos pelo pist.tn, o número de teses em sociologia rural também é insignificante, bem como, em geral, as pesquisas de doutorado centradas em temas relacionados ao mundo rural, considerando-se tanto sua dimensão social (*camponês*) quanto econômica (*agricultura*).

1.1-3 O repositório de teses da FLAHH

O repositório de teses em literatura e ciências sociais¹³ defendidas na Tunísia entre 1973 e 2013 se divide em duas partes: os trabalhos realizados em língua francesa e em língua árabe.

1.1-3.1 As teses escritas em francês

As teses escritas em francês defendidas pelos estudantes locais entre 1973 e 2013 totalizam 907. Grosso modo, os francófonos parecem demonstrar pouco interesse pelos termos *agricultura*, *camponês* e *rural*. Nas vezes em que esses termos são adotados, tratam-se principalmente de trabalhos defendidos antes

12 O centro se apresenta pelo objetivo de “fornecer informação e documentação científicas e técnicas especialmente a pesquisadores, pertencentes a qualquer área”. <<http://cnudst.nrnt.tn/>>.

13 O repositório não faz distinção entre os diferentes campos disciplinares.

da “Revolução”, ou seja, entre 1992 e 2008, ou então durante o início do movimento de protesto (em 2010 e 2011), mas muito marginalmente desde então (duas vezes em 2012).

Conseqüentemente, entre 1973 e 2013, o termo *agricultura* foi mobilizado seis vezes: por quatro geógrafos, um sociólogo e um *designer*. Enquanto isso, *camponês* aparece somente uma vez, em uma tese de geografia. Por sua vez, o termo *rural* foi mobilizado cinco vezes: por três historiadores e dois geógrafos.

Tabela 3 – Frequência de teses em francês que apresentam as palavras-chave *agricultura*, *camponês* e *rural*

Palavras-chave	Ocorrências	%	Conteúdos temáticos
<i>Agricultura</i>	6	0,6	Pequenas atividades agrícolas locais (1992, geografia) * Gestão de terrenos agrícolas estatais (1993, sociologia) Desenvolvimento e planejamento espacial agrícola, normas de dados cartográficos no Sistema de Informações Geográficas (SIG) (2008, geografia) Contribuição do SIG para o aprimoramento do mapeamento cadastral e desenvolvimento agrícola (2010, geografia) Concepção e desenvolvimento de uma base de dados temáticos agrícolas (2011, geografia) <i>Design</i> de embalagens, passado e modernidade e produtos agroalimentare (2012, <i>design</i>)
<i>Camponês</i>	1	0,1	Impacto das comunidades do campo sobre as matas e seus entornos (2006, geografia)
<i>Rural</i>	5	0,5	Impacto dos problemas socio-econômicos sobre o rendimento escolar no meio rural (1991, geografia) Proteção e valorização de um sítio arqueológico no meio rural (2005, história) Desenvolvimento de critérios de seleção para o saneamento rural (2008, geografia) Calendário agrário e seus mitos fundadores, o exemplo da região rural de Kef (2008, história) Arquitetura no mundo rural durante o período colonial (2012, história)

* Ano de defesa e disciplina

1.1-3.2 As teses escritas em árabe

A base de dados em idioma árabe da FLHM conta com um total de 1712 trabalhos de pesquisa defendidos entre 1965 e 2015. Em comparação com a porção

francófona do arquivo, constata-se um menor entusiasmo por parte dos pesquisadores pela sociologia rural e pelos termos associados a ela.

Entre as cinco obras enumeradas que citaram pelo menos uma das palavras-chave, *agricultura*, *camponês* ou *rural*, não encontramos nenhum trabalho em sociologia e nenhuma delas foi defendida depois de 2013. O termo *agricultura* foi citado três vezes nas teses de história, geografia e literatura; o termo *rural* foi citado duas vezes em teses de geografia e história e uma vez em tese de literatura; enquanto isso, o termo *camponês* não teve nenhuma ocorrência.

Tabela 4 – Frequência de teses em árabe que apresentam as palavras-chave *agricultura*, *camponês* e *rural*

Palavras-chave	Ocorrências	%	Conteúdos temáticos
<i>Agricultura</i>	3	0,1	- Agricultura e a multiplicidade de atividades no contexto de famílias do meio rural (2000, geografia) - Agricultura <i>Ifrikiyya14</i> e registro civil no período de 1288-1289 (2012, história) - Abordagem metodológica sobre termos agrícolas (1992, literatura)
<i>Camponês</i>	0	0	
<i>Rural</i>	5	0,3	- Questões rurais nos romances dos anos 1970 (1991, literatura) - Agricultura e a multiplicidade de atividades em famílias rurais (2000, geografia) - A realidade dos <i>hambous</i> ¹⁵ rurais (2013, história) - Mercados rurais entre 1864-1914 (2010, história) - Plantio de produtos orgânicos, espaço e economia (2013, geografia)

Em conclusão, as três bases de dados trabalhadas confirmam a abnegação dos sociólogos pelo mundo rural, uma forte tendência que se verifica pouco após o início do processo de descolonização que persiste até os dias de hoje. Podemos afirmar que a questão rural, em suas dimensões empíricas ou teóricas, é muito pouco mobilizada até mesmo pelos agrônomos e, da mesma forma, pelos geógrafos e historiadores.

14 O nome da Tunísia na antiguidade.

15 O *habous* é uma instituição do direito muçulmano segundo a qual o proprietário de um bem o torna inalienável, a fim de atribuir o seu usufruto em benefício de um ato de devoção religiosa ou em nome de uma utilidade geral.

A plataforma francesa theses.fr confirma a mesma tendência identificada na Tunísia. De fato, de um total de 1406 teses sobre a Tunísia defendidas nas universidades francesas entre 1987 e 2021, apenas 47 delas eram de sociologia. Quando cruzamos os dois grupos de palavras-chave *Tunísia/sociologia/agricultura*, ou *Tunísia/sociologia/agricultura*, não obtivemos nenhum resultado. Por outro lado, quando cruzamos as três palavras-chave *Tunísia/sociologia/rural*, limitando a pesquisa ao período que nos interessa, de 2011 a 2021, a busca aponta para uma única tese que foi defendida em 2011. Ao alargar o espectro, contudo, sem limitar o período, o resultado indica ainda uma segunda tese que foi defendida em 1987.

Podemos considerar que a *Revue tunisienne des sciences sociales* (RTSS) é uma revista cuja as publicações são indicadores que proporcionam uma visão confiável acerca dos interesses temáticos e disciplinares dos pesquisadores em diferentes períodos. Nesse sentido, em que medida as constatações a que chegamos até aqui podem ser verificadas por meio da análise do inventário temático do catálogo dessa revista?

2. O lugar da sociologia rural na *Revue tunisienne des sciences sociales*

A RTSS é uma revista acadêmica bilíngue publicada pelo *Centre d'études et de Recherches en Sciences Sociales* (CERES)¹⁶, órgão público de pesquisa científica fundado na Tunísia há cerca de 60 anos¹⁷, na alvorada do processo de descolonização. Desde sua criação em 1964, a revista confere espaço em suas páginas tanto a seus próprios pesquisadores como a pesquisadores e universitários tunisianos pertencentes aos diversos campos científicos e disciplinares (dedicados a pesquisas de campo locais ou internacionais), além de seus colegas estrangeiros¹⁸.

Uma análise transversal do conteúdo temático da revista revela que, fora sua abertura ao conjunto das ciências humanas e sociais, as publicações informam sobre os interesses acadêmicos vigentes com relação a cada época e em diferentes gerações de pesquisadores. Qual é o lugar ocupado pela sociologia rural no conjunto de publicações da RTSS desde o início da “Revolução”?

16 O CERES também publica cadernos (*cahiers*) em séries dedicadas a seus diferentes campos disciplinares (economia, geografia, literatura, sociologia etc.), em que os artigos são organizados em torno de temas bem definidos.

17 O CERES começou com seções de economia, geografia e sociologia e, em seguida, expandiu-se para a linguística, demografia e direito.

18 Trata-se principalmente dos especialistas no mundo rural, como o sociólogo Henri Mendras (1927-2003), o demógrafo Alfred Sauvy (1898-1990) ou o geógrafo Jean Poncet (1912-1980), entre outros.

2.1 A ruralidade no RTSS desde 2010

Entre 2010 e 2019, a RTSS publicou seis números, reunindo um total de 59 artigos¹⁹ (29 em árabe e 30 em francês). Desses, mais de dois terços foram dedicados às temáticas nacionais²⁰.

De forma geral, durante a década em questão, nenhum artigo explicitamente relacionado à sociologia rural foi publicado pela RTSS. A socióloga Lilia bem Salem mal abordou a disciplina em sua revisão analítica das publicações da revista Bem Salem, 2016). Enquanto isso, os geógrafos Faouzi Zaraii e bemib ben Gharbia o fizeram, ainda que de forma indireta, em artigos publicados nos números 143 e 145 (Zaraii, 2016, 2019), no caso do primeiro; e no 144 (Gharbia, 2018), no caso do segundo.

Essa baixa frequência não deflagra necessariamente em um deliberado desinteresse por parte da equipe editorial do CERES pelas questões rurais. De fato, em 2016, a instituição dedicou uma edição bilingue de sua “Série S”ciologia” (*Série sociologie*) ao tema do Desenvolvimento Local (Najjar, 2016), na qual a ruralidade ganhou um lugar de destaque.

O dossiê reuniu 17 artigos (nove em árabe e oito em francês) relacionados, em sua maioria, às discussões sobre as mulheres do campo. As questões foram elaboradas pelas autoras (principalmente sociólogas) por meio da articulação dos temas do desenvolvimento e gênero. Apresentada sob a coordenação de uma socióloga não vinculada ao estudo das ruralidades (tal como a maioria das autoras), essa edição se apresenta mais como uma abertura dos estudos de gênero ao mundo rural do que com o renascimento ou o surgimento de novas equipes de sociólogos rurais.

Em todo caso, deve-se reconhecer que, desde sua criação, a RTSS e, mais amplamente, os diversos volumes temáticos lançados pelo CERES raramente têm consistido em um espaço editorial que favorece a sociologia rural, como aliás sugere a análise diacrônica dos temas rurais que foram publicados.

2.2 A RTSS, uma fraca tradição ruralista

Se observamos de perto a frequência de utilização dos termos *agricultura*, *camponês* e *rural* nos títulos dos artigos publicados tanto na RTSS como nos diversos volumes do CERES, constatamos que o lugar da sociologia rural esteve garantido desde o início.

A contagem de vezes que a palavra *agricultura* aparece nos títulos das publicações, quase 45 anos desde a criação da CERES, revela uma frequência de menos

19 Excluem-se as homenagens e os relatórios.

20 Três artigos dizem respeito ao Mundo Árabe, dois sobre o Magreb, um sobre a Argélia, um sobre a Arábia Saudita e Kuwait, um sobre o Camarões, um sobre o Egito e um sobre a Palestina.

de 1 artigo por ano, embora esses números tenham atingido seu pico entre os anos de 1965 e 1968, período em que o número de trabalhos dedicados à agricultura oscilou e 2 para 5 por ano.

O termo *camponês* é ainda menos frequente, sendo usado muito menos de uma vez por ano, mais precisamente, um total de sete vezes, a uma taxa de quase uma vez a cada dez anos: em 1969, 1970, 1980, 1981, 1991, 1993 e 2008.

Quanto ao termo *rural*, totalizam 19 ocorrências nos títulos dos artigos, ou seja, sendo utilizado, em média, uma vez a cada dois anos, com exceção do ano de 1981, quando esteve presente em três títulos.

Os resultados colhidos por meio das frequências dos termos *agricultura*, *camponês* e *rural* nas teses defendidas (ou em andamento), bem como nos títulos dos mais diversos artigos publicados pela CERES, refletem, em última análise, o lugar modesto que a sociologia rural tem ocupado. Isso pode ser dito uma vez que mais da metade das teses e publicações que mobilizaram os termos em questão foram trabalhos de não-sociólogos.

3. Considerações sobre a miséria da sociologia rural na Tunísia. Algumas pistas interpretativas

A sociologia rural ocupa um lugar bastante modesto, tanto no conjunto de teses defendidas pelos tunisianos, incluindo as que ainda estão em curso, como entre os artigos publicados nas publicações do CERES.

Para explicar esse fenômeno, introduziremos duas categorias de argumentos que julgamos pertinentes: a primeira delas se referem à dimensão acadêmica e a segunda são de ordem sociológica.

3.1 Explicações acadêmicas: não há sociologia rural sem pesquisadores do mundo rural

Do ponto de vista acadêmico, vale ressaltar que não há departamentos de sociologia rural em nenhuma universidade tunisiana, já que a disciplina é ensinada principalmente em instituições ligadas à agronomia. Essa é sem dúvida uma escolha política que pode ser atribuída aos tomadores de decisão tanto em nível universitário como, de forma mais direta, pelo ministério responsável, em nível governamental.

É preciso levar em conta que a Tunísia nunca teve uma verdadeira tradição acadêmica ligada à sociologia rural, seja durante o período colonial ou depois. O mesmo não pode ser dito sobre o contexto do Marrocos (onde a tradição persiste) ou da Argélia²¹. Durante o período colonial, esse foi praticamente

21 O que ocorreu até a chamada “década negra”, período caracterizado por uma grande onda de terrorismo islâmico que impôs dificuldades ao desenvolvimento da sociologia e aos trabalhos de campo de modo geral. Ver as contribuições de Brahim Benmoussa nesta edição.

um domínio dos geógrafos. Desde a fase pós-colonial, essa tradição perdurou, ainda que tenha progressivamente perdido sua dimensão teórica e compromisso político. O número de sociólogos rurais na comunidade acadêmica era bastante reduzido antes de 1956 e essa realidade não mudou efetivamente nos anos seguintes. Desde o período pós-colonial, o país contou com uma geração de sociólogos formados, em sua maioria, por sociólogos franceses, como Jean Duvignaud²². É preciso reconhecer que, fora os sociólogos Abdelkader Zghal, Sadok Sahli e Naïma Karoui, cujas publicações sobre temas rurais aparecem regularmente nas publicações do CERES, poucos nomes estão associados à ruralidade. Sem uma ancoragem efetiva em campos mais particulares, os demais oscilarão ao longo de suas carreiras entre variadas especialidades da sociologia.

Isso explica, desde uma perspectiva histórica, a ausência de uma tradição dos estudos rurais que poderia ser capitalizada e desenvolvida pelas diferentes gerações de sociólogos. Além disso, se olharmos de perto a lista dos 26 professores habilitados à supervisão de doutorados em sociologia na *Faculté des Sciences Humaines et Sociales de Tunis* (FSHST), constatamos que nenhum deles demonstra uma ancoragem real e contínua nos temas rurais, inclusive aqueles que, no passado, realizaram suas pesquisas de doutorado nesse campo. É por isso que os poucos projetos de doutorado em sociologia (relacionados ao mundo rural) que encontramos na plataforma de tese.tn são supervisionados por sociólogos ligados à demografia ou, em outros casos, por especialistas nas temáticas do desenvolvimento ou da religião.

A ausência de departamentos e centros de pesquisas dedicados às ruralidades capazes de acolher projetos de tese implica logicamente em uma falta de financiamento, sem a qual a pesquisa no meio rural, normalmente custosa, torna-se difícil de ser conduzida²³.

Deve-se dizer que o aparecimento na Tunísia, desde o final do século passado – como em outras partes do mundo –, de novas especialidades transdisciplinares, tais como gênero, meio ambiente, estudos sobre a questão das águas²⁴ etc., contribuiu de alguma forma, se não para a dissolução da sociologia

22 Jean Duvignaud (1921-2007) é um sociólogo e antropólogo dedicado à temática do teatro, seja como pesquisador, crítico ou ensaísta. Sua obra acerca do Chibika, um vilarejo no Sul da Tunísia, resultou de uma pesquisa cujo trabalho de campo foi realizado juntamente com uma equipe de estudantes locais que constituíram, tempos depois, a primeira geração de sociólogos do país (Duvignaud, 1990).

23 Diferentemente das pesquisas realizadas nos meios urbanos, aquelas realizadas nos meios rurais são mais dispendiosas, principalmente em função dos gastos típicos do trabalho de campo, como hospedagem, alimentação etc.

24 O fenômeno é acompanhado pela chegada à sociologia de pesquisadores vindos de outros campos disciplinares, como agronomia, economia, ciência política etc.

“tradicional”, pelo menos para o desvio de sua especificidade e de seu objeto inicial, quais sejam, o estudo de grupos e fenômenos sociais.

3.2 Explicações sócio-políticas

A ausência de uma tradição em sociologia rural bem como de estruturas universitárias dedicadas a esse campo de estudos contribuiu para a falta de atratividade da disciplina. Entretanto, essa não é a única razão. Politicamente, o período autocrático cumpriu um incontestável e determinante papel que também explica esse desinteresse.

Por um lado, antes da “Revolução”, como o caso de Sidi Bouzid demonstra, o mundo rural tunisiano viveu uma dinâmica de retrocesso pluridimensional (pauperização, desemprego, escassez de recursos e infraestrutura, falta de terras e de recursos naturais, multiplicação de intermediários etc.) que atingia particularmente os pequenos agricultores. De toda maneira, ao contrário do que é transmitido por certo discurso populista – com exceção de alguns movimentos contestatórios restritos territorialmente e efêmeros –, a dinâmica dos conflitos socioeconômicos foi politicamente silenciosa. Como tal, ela acabou não atraindo a atenção nem da mídia nem de pesquisadores.

Ademais, naquela época, não era fácil conduzir pesquisas no meio rural, devido às autorizações que se demandavam para realizar pesquisas e ter acesso aos dados. Isso sem contar o controle policial que era submetido a qualquer pessoa estranha às localidades, ou o fato de que os informantes ficavam sob constante vigilância.

A queda do regime autoritário levou a uma maior liberdade de expressão e de manifestação, tornando mais expostas as desigualdades regionais e as reivindicações das comunidades e zonas rurais menos favorecidas. A democratização também levou a uma maior transparência das ações da União Tunisiana de Agricultura e de Pesca (UTAP) – que, até então, era dominada pelos interesses dos grandes proprietários e funcionava como um braço do poder – fazendo-a perder seu monopólio sobre a representatividade dos agricultores do país.

No entanto, como demonstramos por meio da análise da produção bibliográfica, os fatores que teriam impulsionado a pesquisa não abriram caminhos para os estudos sobre o rural. A aparição de grupos criminosos e de grupos islâmicos armados atuantes em certas regiões isoladas e o aumento da insegurança, de forma geral, desempenharam um papel dissuasivo.

Mas há ainda outros fatores de natureza sociológica que também interviram. Trata-se, de um lado, dos estereótipos e da representação social negativa que seguem recaindo sobre o campo e sua população, que desencorajam as pessoas a se deslocarem às localidades distantes dos circuitos turísticos.

De outro lado, a intensa feminização da população de estudantes explica, em grande medida, a repulsa das novas gerações pela sociologia rural. De fato, embora tenha diminuído globalmente de 61,6% no ano acadêmico 2011-2012 para 51,4% no ano acadêmico 2019-2020, a porcentagem de estudantes do sexo feminino deu um salto considerável no país. Esse aumento foi particularmente notável nas ciências sociais e comportamentais em que, em todas as universidades, o quantitativo de matrículas femininas tem excedido consistentemente a de seus pares masculinos, com taxas que excedem 80% em algumas instituições.

Embora a feminização das ciências sociais seja um fato altamente apreciável, isso não necessariamente favorece ao renascimento da sociologia rural. Isso se explica não somente levando em conta o estigma social que contribui para a desvalorização da ruralidade, mas também o conservadorismo e o paternalismo que ainda caracterizam o *ethos* rural tunisiano.

Conclusão: uma causalidade circular

Embora os movimentos de contestação, iniciados em 1910 por jovens vindos de áreas rurais, tenham se espalhado como um incêndio por todo o país, aparentemente isso não levou a uma (re)mobilização dos sociólogos tunisianos em torno da questão rural.

O exame temático e lexical de várias bases de dados dedicadas a teses de doutorado defendidas ou em preparação nas universidades tunisinas revela uma real falta de interesse nos assuntos rurais, o que não foi revertido com o advento da “Revolução”. Atestado por diferentes publicações do CERES, pode-se concluir que esse desinteresse tem sido uma forte tendência histórica. Isso pode ser explicado tanto por razões de cunho acadêmico quanto político. Também estão vinculados fatores sociológicos ligados à estigmatização do campo e de seus habitantes, e até mesmo pelo conservadorismo repulsivo desses últimos que possivelmente esbarra em um corpo estudantil cada vez mais feminino.

Todos esses fatores interagem em uma espécie de causalidade circular, de modo que todas as dimensões explicativas se somam. De forma geral, elas contribuem para que a sociologia rural continue como um mero pano de fundo da pesquisa científica; e, em particular, seja mantida como uma prima pobre da sociologia.

Essa pesquisa buscou abrir caminhos de análise e de reflexão que demandam serem complementadas por meio de um trabalho acerca da frequência e conteúdo da pesquisa sociológica que se produz sobre o mundo rural. Essa abordagem deve ser baseada em uma perspectiva dupla, diacrônica e sincrônica; e também deve levar em conta a dimensão comparativa, tanto entre os países do Magrebe quanto mais amplamente.

Referências :

- DUVIGNAUD, Jean. *Chebika. Suivi de Retour à Chebika, 1990. Changements dans un village du sud tunisien*. Paris, Plon, 1990, 501 p.
- GHARBIA, Habib (ben). La gestion de l'eau et la gouvernance territoriale dans le district du Cap-Bon. *RTSS*. Tunis, n. 144, pp. 33-62, 2018 (em árabe).
- MELLITI, Imed and MAHFOUDH, Dorra. Les sciences sociales en Tunisie : histoire et enjeux actuels, *Sociologies pratiques*. Paris, v. 3, HS 1, pp. 271-280, 2014.
- NAIM AHMED, Samir. Sociology in the Arab World: A Self Criticism. *Contemporary Sociology*. USA, v. 27, ISS, pp. 327-328, 1998.
- NAJJAR, Sihem (Dir). Développement local, acteurs sociaux et genre. Enjeux et stratégies après la révolution, *RTSS*. Tunis, Série sociologie, n. 30, 2016, 371 p.
- BEN SALEM, Lilia. Propos sur la sociologie en Tunisie, Entretien avec Sylvie Mazzella. *Genèses*. Paris, v. 2, n. 75, pp. 125-142, 2009.
- ZARAI, Faouzi. L'effet de l'urbanisation sur les petites villes: cas de Kalaate Al Andalouss dans le district de Tunis. *RTSS*. Tunis, n. 143, 2016, pp. 39-70 (em árabe).
- ZARAI, Faouzi. Étalement urbain et environnement à Soliman. *RTSS*. Tunis, n. 145, 2019, pp. 127-162.
- ZGHAL Abdelkader. *Modernisation de l'agriculture et populations semi-nomades*. La Haye, Mouton, 1967, 186 p.
- ZGHAL Abdelkader and KAROUI Hachmi. State of National Scholarship: Decolonization and Social Science Research: the Case of Tunisia. *Middle East Studies Association Bulletin*. USA, 1973, v. 7, n. 3, pp. 11-27.

Recebido em: 08/02/2022

Aprovado em: 23/05/2022

Como citar este artigo:

SAÏDI, Mohamed Raouf. A revolta catalisou a sociologia rural tunisiana? Uma revisão bibliográfica. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 055-070.



Dossiê Olhares cruzados entre pesquisas em sociologia rural no Brasil e no Norte da África

Água, cultura e política em assentamentos rurais no Brasil

Alexsandro Elias Arbarotti¹

Rodrigo Constante Martins²

Resumo: O objetivo do presente artigo é compreender o processo de construção do valor econômico da água por meio da análise dos estudos para a cobrança do uso da água na agricultura realizado pelo Comitê de bacia Baixo-Tietê (SP). Tomamos como contraponto dessa nova visão as práticas e as relações sócio culturais históricas com a água dos agricultores do assentamento Reunidas em Promissão (SP). A pesquisa permitiu verificar que a regulação da água é vista com maus olhos pelos assentados. Esses elementos são expressos com a verbalização de que essa cobrança é injusta e não resolveria o problema de escassez hídrica.

Palavras-chave: Governança das águas; ruralidades e meio ambiente; comitês de bacias hidrográficas; Assentamentos rurais.

Water, culture and politics in rural settlements in Brazil

Abstract: *The aim of this article is to understand the process of constructing the economic value of water based on the analysis of the studies for charging for water use in agriculture carried out by the Lower Tietê Basin Committee (SP). This new vision is counterpointed by the historical practices and socio-cultural relations*

1 LEESU – École des Ponts Paris Tech Paris – França – arbarotti@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-9318-3322>

2 Universidade federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos - Brasil – rmartins@ufscar.br – <https://orcid.org/0000-0003-2700-3319>

with water of the farmers of the Reunidas settlement in Promissão (SP). The research allowed us to verify that the regulation of water is viewed in a bad light by the settlers. These elements are expressed by verbalizing that this charge is unfair and would not solve the problem of water scarcity.

Keywords: *Water governance; ruralities and environment; river basin committees; rural settlements.*

Agua, cultura y política en asentamientos rurales en Brasil

Resumen: El objetivo de este artículo es comprender el proceso de construcción del valor económico del agua a partir del análisis de los estudios de tarificación del uso del agua en la agricultura realizados por el Comité de Cuenca del Bajo Tietê (SP). Esta nueva visión se contrapone a las prácticas históricas y las relaciones socioculturales con el agua de los agricultores del asentamiento Reunidas en Promissão (SP). La investigación demostró que la regulación del agua está mal vista por los residentes del asentamiento. Estos elementos se expresan en la verbalización de que esta tasa es injusta y no resolvería el problema de la escasez de agua.

Palabras clave: Gobernanza del agua; ruralidad y medio ambiente; comités de cuenca; asentamientos rurales.

Introdução

O objetivo do presente artigo é compreender o processo de construção do valor econômico da água por meio da análise dos estudos para a cobrança do uso da água na agricultura realizado pelo Comitê de bacia Baixo-Tietê (SP). Tomamos como contraponto dessa nova visão as práticas e as relações socioculturais históricas com a água dos agricultores do assentamento Reunidas em Promissão (SP).

É importante pontuar que esse processo de valoração econômica da água no Estado de São Paulo se inicia com a instalação dos Comitês de Bacias como unidade de gestão dos recursos hídricos. Inspirando-se do modelo francês de gestão dos recursos hídricos, o Estado de São Paulo, de forma pioneira, elaborou o Sistema Paulista de Gestão de Águas, por meio da Lei Estadual n. 7663/91. Essa lei estava amparada pela Constituição Federal, em que encontrasse a determinação do domínio público dos recursos hídricos por meio de mecanismos legais

e modalidades de valoração econômica. Essa lei propunha o estabelecimento de uma Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) (Martins, 2008).

Segundo Gonçalves (2010), essa legislação foi desenhada para atender à política de democratização e descentralização, que teria nos Comitês de Bacia Hidrográfica o órgão deliberativo e consultivo para viabilizar a Política Estadual de Recursos Hídricos. O estado de São Paulo foi então dividido em 21 Comitês de Bacias Hidrográficas, cada um deles compostos por representantes do estado, dos municípios que integram o Comitê e de integrantes da sociedade civil.

Essas arenas foram desenhadas pensando a mais ampla participação possível. Entretanto, em muitos casos, elas não conseguiram superar alguns limites no que tange a ser um espaço realmente democrático. Segundo a pesquisa de Florit e Noara (2010), existe nos Comitês a tendência de as questões técnicas se sobreponham às questões sociais e democráticas, isto é, falta o “[...] reconhecimento do papel das relações sociais na emergência e na solução de problemas ambientais” (Florit e Noara, 2010: 86).

Em outros termos, as pesquisas em Comitês de Bacias apontam que eles não são isentos de disputas e hierarquias, visto que as relações entre os atores dentro dessas arenas não ocorrem de forma homogênea, mas em um jogo de unidades parciais que formam configurações parciais, a depender de classe, formação e escolaridade (Martins, 2008; 2015; Billaud, 2014).

Billaud (2014), observando espaços configurados em democracias participativas, afirma que provoca perplexidade “[...] as verdadeiras relações de força e de poder, que permanecem determinantes no momento das decisões e confirmam, quase sempre, as posições estabelecidas” (: 144). Isso, pelo fato, segundo Jacobi (2009), do corpo técnico-científico ocupar um papel de destaque no processo decisório dentro dos Comitês, e exercer relações de força desiguais diante dos outros membros, limitando, assim, um maior envolvimento da comunidade.

Esse contexto, segundo Martins (2015), acaba por marcar o Comitê como local de hierarquias discursivas, levando em conta que as desigualdades não acontecem somente no âmbito material, mas também no simbólico. Isso ocorre por meio da incorporação e da naturalização de visões de mundo vindas por um discurso recheado por termos técnicos e advindo de formações escolares que muitos não dominam. Assim, acaba-se por se produzir uma verdade ambiental da bacia hidrográfica, que se refere à suposta neutralidade da ciência e da técnica, mas que acaba legitimando o monopólio de certas pessoas em detrimento de outras.

Assim, diante de todos esses fatores, o parlamento das águas tem em sua efetivação elementos que escapam a sua proposta descentralizadora e participativa, visto que há muitos interesses em jogo, como pode ser percebido nas investigações de Martins (2008; 2015), Jacobi (2007; 2009), Fracalanza (2009) e Gonçalves (2010). Nessas pesquisas, é possível perceber a disputa em torno dos enunciados ambientais e das disputas políticas dentro dos Comitês, como descreveu Gonçalves (2010), ao investigar as disputas internas no Comitê Baixo-Tietê, e perceber a formulação de uma coalizão entre estado e municípios para fortalecer seus interesses e posições frente à demanda da sociedade civil.

Ribeiro (2009), por sua vez, aponta para a não rara convergência entre representantes federais, estatais e municipais com setores do empresariado. Segundo Ribeiro (2009), esses setores se articulam nessa coalizão para implementar projetos de seus interesses a despeito das reais necessidades do Comitê. Vale destacar que Martins (2010), em estudo no Comitê de Bacia Tietê Jacaré, no estado de São Paulo, indica a representação corporativa desempenhada pela União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica) no interior do Comitê em busca de aprovação de diretrizes que beneficiem seus membros, a despeito dos interesses dos pequenos produtores de cana. Nesse sentido, é possível perceber que a participação dentro dos Comitês se dá por meio de negociações permanentes e por meio de disputas sociais declaradas ou veladas, mas que de fato expressam conflitos acerca de distintas visões de mundo e interesses políticos e econômicos (Martins, 2010; 2015).

Nesses termos, o presente artigo busca compreender o impacto da construção da visão de mundo do Comitê na realidade social dos agricultores que não participam dessas arenas de democracia participativa, mas que são impactados por suas decisões. Como os Comitês passaram a formular instrumentos para realizar a gestão dos recursos hídricos tendo como base principal a outorga e a cobrança pelo uso, tomou-se esse fator como porta de entrada para realizar a nossa análise, pois ele interfere diretamente no uso costumeiro da água dos agricultores.

O presente artigo conta com essa introdução, que delimitou os objetivos e descreveu o problema de pesquisa e em seguida é exposta as estratégias metodológicas. A terceira parte do artigo traz a visão dos assentados sobre a água, fruto de saberes tradicionais dentro de condições históricas específicas. Trataremos logo em seguida o processo de transformação econômica da água pelo Comitê com base nos documentos oficiais. Para finalizar, iremos colocar em evidência as discordâncias dos assentados diante desse cenário.

Metodologia

Para pensar de forma profunda as questões envolvendo os Comitês de Bacias e agricultores, a estratégia metodológica adotada foi realizar um estudo de caso. Como o foco foi compreender como os agricultores percebiam a entrada em cena de uma regulação externa para utilização da água, o ponto de início foi escolher uma territorialidade onde fosse possível perceber uma partilha de saberes entre os agricultores dentro de uma perspectiva coletiva. Assim, a escolha de um assentamento rural de reforma agrária surgiu como uma possibilidade interessante, visto que o processo de luta pela terra reavivou elementos da memória coletiva e o sentimento de pertencimento à terra. A escolha do maior assentamento do Estado de São Paulo, o Assentamento Reunidas, no município de Promissão, surgiu como uma possibilidade de visualizar diferentes trajetórias, culturas e saberes.

Figura 1 – Estado de São Paulo com divisões em municípios
(Destaque do município de Promissão)



Fonte: wikimedia.org/

O presente Assentamento surgiu após um processo de luta política iniciada em 1983, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Sindicatos Rurais da região, e culminou na desapropriação para a reforma agrária de 17 mil hectares da Fazenda Reunidas. Desses 17 mil hectares desapropriados pelo governo, cinco mil foram reservados para área de preservação

ambiental e doze mil foram divididos entre 629 famílias. Para possibilitar uma maior organização e articulação, as famílias foram divididas em 10 grupos, denominadas de “agrovilas” (Arbarotti, 2018).

O clima e o solo do território possibilitam a produção, sobretudo, de vegetais, hortaliças e a criação de gado leiteiro. A disponibilidade hídrica para consumo e para a produção agropecuária são as águas subterrâneas e superficiais (dos rios e do reservatório da usina hidrelétrica). Os agricultores utilizam a água sobretudo para a irrigação da produção agrícola e para dessedentação animal.

No assentamento, a perspectiva metodológica adotada para o trabalho de campo foi a história oral por meio da coleta de histórias de vida dos assentados. Foram realizadas entrevistas com os agricultores, tendo como norte a suas histórias com a terra e as suas estratégias de produção agropecuária. Os trabalhos de campo ocorreram entre os anos 2013 e 2017 em 11 lotes diferentes.

Os valores, saberes e visão de mundo emergidos nesses depoimentos foram colocados em perspectiva com os documentos oficiais produzidos pelo Comitê Baixo-Tietê, que é o Comitê responsável pela gestão dos recursos hídricos daquele território. O Comitê Baixo-Tietê foi o segundo instalado no Estado de São Paulo, em 1994, tendo como sede o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) de Birigui (SP). Em área, o Comitê possui cerca de 200 quilômetros de extensão, desde a barragem da Usina Mário L. Leão (reservatório de Promissão) até o Rio Paraná, na divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul; cerca de 15 mil quilômetros quadrados de drenagem e aproximadamente 800 mil habitantes, sendo cerca de 95% na área urbana.

No que tange à estratégia metodológica de pesquisa no Comitê Baixo-Tietê, para compor os dados que possibilitariam a comparação, foi realizada pesquisa documental nos documentos e atas produzidas pelo Comitê (principalmente os que se referem ao processo de cobrança pelo uso da água) e uma entrevista semiestruturada com a coordenadora do estudo sobre os poços do assentamento Reunidas.

A água no universo camponês

João Cabral de Melo Neto (1992), ao descrever a saga do sertanejo Severino rumo ao litoral em busca de terras agricultáveis, pois a seca assolava a sua terra, dá o tom da importância da água para o universo camponês, além de mostrar que a tradição de buscar água cavando o chão, por meio de poços cacimba, é algo partilhado por muitos camponeses, em diferentes partes do Brasil.

Os rios que correm aqui
têm água vitalícia.

Cacimbas por todo lado
cavando o chão, água mina.
Vejo agora que é verdade
o que pensei ser mentira
Quem sabe se nesta terra
não plantarei minha sina? (Melo Neto, 1992: 86).

No assentamento “Reunidas”, não foi diferente. Em praticamente todos os relatos sobre o processo de instalação nos lotes, os assentados evocam como umas das primeiras coisas que foram feitas: “*cavar um poço, fazer um barraco e plantar umas plantas*”. Isso porque, nos anos de 1980 e 1990, as políticas públicas de instalação de assentamentos de reforma agrária não previam a instalação de infraestruturas, nem casa, nem cerca, nem poço e nem saneamento básico. Nesse sentido, quando da instalação de um assentamento, eram os próprios assentados que elaboravam estratégias para viabilizar a permanência na terra. Segundo relatos dos assentados, eles foram informados onde seriam seus lotes e não receberam nada mais. Muitos passaram meses em barracos improvisados, pois não tinham meios financeiros para construir uma casa (Norder, 2004; Arbarotti, 2018).

Diante disso, a maneira mais barata e mais rápida de acessar água no lote, nesse contexto, era a construção de um poço chamado cacimba. Isto porque o poder público não teve a preocupação em saber de que forma os assentados teriam acesso à água para beber e para realizar a produção agropecuária. Seu Bento relembra esse momento da seguinte forma: “*Eles jogaram a gente aqui e nem pensaram o que a gente ia comer e o que a gente ia beber. Fizeram isso achando que a gente não ia aguentar e ia deixar a terra. Mas nós resistimos. Plantamos e fizemos poço*”.

O poço cacimba é feito de forma artesanal, ou seja, foram os próprios assentados que os fizeram, utilizando de seus repertórios culturais, epistemológicos, técnicos e com as ferramentas que fazem parte dos seus cotidianos. Normalmente, as ferramentas utilizadas para fazer o poço cacimba eram pá, enxada, balde, corda, picareta e, o principal, uma varinha em forma de forquilha. “*Ela [a varinha] não pode ser muito grossa, tem que ser no máximo assim, de uma caneta, ou um pouco mais que uma caneta, aí você tem essa técnica*”, explicava Seu Benedito.

Entretanto, não bastava ser qualquer varinha verde, pois somente com a varinha de amoreira, goiabeira ou leiteira o trabalho poderia ser realizado. Isso porque, como visto na fala de Seu Benedito, a varinha é um dos elementos que

compreende a técnica de se fazer o poço. Desse modo, ao definir que esse empreendimento faz parte de uma técnica, percebe-se o caráter dos saberes e conhecimentos que estão nele envolvidos.

E a varinha, nesse empreendimento, aparece como um elemento principal para a cava do poço, pois é por ela que tudo começa. Entretanto, não basta somente a varinha; é imprescindível a presença de uma pessoa que a saiba manusear, um caçador de poço, um poceiro, pois, segundo dizem, não são todas as pessoas que possuem o dom de encontrar o bom lugar para se fazer o poço. Como disse Seu João: *Tem gente que não puxa, que vai daqui até lá e não acha nada, não sei se é o dom, se é o sangue, não sei o que que é.*

Segundo a especulação de Seu João, seria necessário possuir um *dom* ou ter algo especial no *sangue*. Essas duas palavras levam à compreensão de que dominar a procura pela água está para além dos domínios de algo aprendido dentro dos ditames escolares, ou seja, é algo difícil de explicar, uma vez que as pessoas não podem aprender a realizar a caça do poço com a varinha. Em nenhum momento, é usada a palavra aprender, mas sim a distinção entre as pessoas que não são capazes de encontrar água e as que não são capazes. Nesse sentido, a varinha não é somente um instrumento, mas um objeto que tem função ativa no processo. Assim, existe um elemento simbiótico entre varinha e a pessoa que procura o poço.

Entrevistador: *Mas o seu foi tirado assim [com a varinha]?*

Seu Benedito: *Foi tirado, o José que veio, o José dominava isso aí, ele é danado, ele já veio, nós pegamos a melhor posição.*

O uso da expressão “*ele é danado*”, dentro do universo cultural rural, quer chamar atenção para o fato de essa pessoa que veio fazer a caça do poço para seu Benedito ser uma pessoa com um dom excepcional reconhecido na arte da caça do poço. Portar esse conhecimento e dominar a técnica é algo admirado e reconhecido por toda a comunidade, visto que a comunidade dependia, à época, dessa pessoa para ter a garantia de acesso à água. Assim, a procura por água passa em um primeiro momento pelas mãos daquele que possui o dom. Um dom que é colocado à disposição da comunidade, pois aquele que vem mostrar onde o poço deve ser cavado não cobrará por isso.

Assim, antes mesmo de começar a cava do poço, o dom, a gratuidade e uma visão de mundo são colocados em prática. Isso porque esse empreendimento não é realizado sozinho, pois mesmo os que possuem o dom precisam chamar os vizinhos, amigos e parentes para ajudar na cava. E aqueles que não possuem o dom precisam acessar essa rede de relacionamento não só para a cava, mas para encontrar alguém que possa lhe ofertar o dom, caçando o poço. Nesse

sentido, o dom de encontrar a água ganha centralidade na cava do poço, pois é com a pessoa dotada desse dom que o empreendimento começa.

Todavia, cabe pontuar que a pessoa que iria caçar o poço não o fazia andando por todo o lote, pois a cava do poço também leva em consideração os elementos geográficos do lote. A pessoa que iria procurar a água não andava a esmo pelo lote, mas sim em uma determinada área, levando em consideração a casa, o local da produção, a fossa etc. para que o poço não ficasse em qualquer lugar e de modo a favorecer e a otimizar a utilização da água.

Assim, é possível perceber que o ato de fazer o poço leva em conta vários elementos do conhecimento e das técnicas, pois não é pura e simplesmente deixar com que a varinha determine o local, já que existe toda uma reflexão e análises prévias que são realizadas pelos assentados, no que tange à observação do terreno e do sistema hidráulico para que o local do poço seja o mais prático possível. Essa técnica é usada para saber onde a água está mais próxima da superfície e onde o veio principal de água está correndo, o que garante um maior volume de água. Com isso, é possível ter mais água em uma profundidade menor, o que também facilita o trabalho.

Um olhar desde acima e desde de fora pode pensar que essa técnica consiste em uma superstição, ou que deve haver alguma explicação racional para isso. No limite, algumas pessoas aficionadas pela ciência cartesiana podem afirmar que se trata de uma varinha mágica. Entretanto, um olhar desde baixo e desde dentro permite perceber que não há mágica, mas sim prática, conhecimento e saber envolvidos no processo de concepção e construção do poço.

Desse modo, não há varinha mágica, não há superstição, mas sim uma técnica desenvolvida desde muitos anos, que ninguém sabe ao certo de onde veio e quem a descobriu, mas que é praticada pelas famílias rurais há séculos, como é possível perceber na fala de Seu Benedito, quando perguntado sobre o fato de usar uma varinha para determinar onde realizar a perfuração do poço: “É uma técnica que não sei quantos anos tem isso aí, não sei se é antes de cristo, sei lá, mas eu sei que diz que funciona”.

Essa prática histórica de fato faz parte do universo social, do cotidiano e da vida das famílias rurais desde a mais tenra idade, como é possível identificar na fala de Seu João:

Seu João: *Quando a gente era pequeno a gente brincava disso.*

Entrevistador: *Brincava de procurar água com varinha?*

Seu João: *Brincava. Pegava as forquilha, e saía assim pra ver. Meu primo fazia assim: “ó, aqui tem um monte de água” e fazia assim com a forquilha*

só pra dizer que tinha água. [...] Tinha uma moita de leiteira assim e a gente pegava e ficava brincando de caçar água.

O fato de caçar água ser uma brincadeira de criança demonstra como isso fazia parte do universo cultural dos moradores do campo. Além disso, é um indício de como essa prática acaba se perpetuando dentro desse sistema social-cultural, uma vez que a prática da técnica não se dá em moldes escolares, mas sim dentro de um sistema de transmissão de conhecimento integrado à vida cotidiana, em que brincadeira e transferência de conhecimento são indissociáveis.

Nota-se que seu João disse que seu primo repetia a expressão, provavelmente ouvida de um conhecedor da técnica, um caçador de poço: “*ô, aqui tem um monte de água*”. O fato de as crianças realizarem essa imitação prestigiosa é um dos elementos que pode ter contribuído para a propagação da técnica e do conhecimento. Um ambiente de coletividade em que os dons são passados, sem a obrigatoriedade do aprendizado, mas por imersão em uma lógica coletiva de visão de mundo. Algo que está em contraponto com a visão de um mundo tecnificado e que não oferece mais oportunidades de partilhas coletivas, como lembra Benjamin (1986).

E, como dito, o ato de fazer um poço é um evento que compreende familiares, companheiros, amigos e vizinhos, demonstrando seu caráter social e coletivo, pois é um trabalho feito, quase sempre, no velho estilo de mutirões, que é uma prática de cooperação que consiste em “[...] um convite regido pela necessidade de um trabalho coletivo, associado ao desejo de realizá-lo não através de empresa paga, mas por meio de uma coletivização de um serviço vivido em um dia, como um rito” como lembra Brandão (1995: 247). Os relatos das construções desses poços dão conta dessa prática ritualística congregadora do coletivo. Um empreendimento executado sem o uso do dinheiro, pois os que auxiliam na construção recebem comida, geralmente produzida ali mesmo, e bebida.

As pessoas que se deslocavam para realizar o empreendimento não se moviam na ânsia de ganhar dinheiro, mas sim com o objetivo de ajudar. O dinheiro não mediava essa relação; a água que brotava no seio da terra era um dom, visto em muitos casos como um dom divino, “é Deus que dá essa água para a gente”, encontrada pela pessoa que possuía um dom e que lhe oferecia sem paga, ou seja, uma relação não monetarizada (Taussig, 2010). De fato, terra e água são elementos indissociados, pois vistos como algo que está fora dos meandros regidos pelos valores econômicos.

Essas parcerias e mutirões sempre foram uma constante nos espaços rurais, principalmente quando surgia um trabalho a ser desempenhado em que o

proprietário da terra não tinha mão de obra suficiente para executá-la. E é nessa rede de ajuda mútua, sem a necessidade de pagamentos por meio de dinheiro, que surgem e se fortalecem as solidariedades vicinais entre os agricultores (Wortmann, 1990).

Como observado por Bourdieu (1977) na sociedade Cabila, existe no universo camponês todo um conjunto de práticas e crenças de homenagem, reverência e divinização do papel da terra e da natureza na organização social da comunidade. Assim, a terra não possui um valor de troca, mas sim um valor de uso e isso se revela no sentido do trabalho que é formulado por esses camponeses. O trabalho na terra nesse sentido se revela como uma categoria central carregada de significados morais e éticos em uma estreita relação de troca de dádivas, pois os frutos recebidos da terra são resultado de uma profunda dedicação e suor dentro de um ciclo imposto e respeitado pela natureza. O ato de ajudar, portanto, ganha outros contornos, pois fazem parte de um universo de troca entre indivíduos para acessar algo que é uma dádiva da natureza/terra.

Não vamos nos alongar nos próximos passos desse empreendimento que compreende a cava do poço, pois o que é importante frisar nesse processo é que essas populações rurais sempre foram obrigadas a buscarem a sobrevivência por meios próprios. O Estado não garantiu o acesso à água para essa comunidade de assentados. Entretanto, eles foram capazes, graças aos conhecimentos, experiência e mediante a um grande esforço criativo transformar a realidade social adversa em uma realidade possível. Como afirma Agnes Heller (1989), só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida, pois é nas rupturas do cotidiano e na inviabilidade da reprodução que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento e da transgressão.

A construção econômica da água

Passados muitos anos, grande parte dos poços que haviam sido construídos há 30 anos ainda vertem água para o uso dos moradores em suas casas e, principalmente, para a produção agropecuária³. Entretanto, toda essa sociabilidade e essa relação cultural com a terra e a água vem sofrendo um processo de transformação, na medida em que os Comitês de Bacia transformam a água,

3 O processo de seca vivido no Estado de São Paulo nos anos de 2013 e 2014 revelou o limite de alguns desses poços e algumas famílias, desde então recorreram a poços artesianos feitos por empresas privadas com instrumentos técnicos que não são dominados pelos assentados. Para mais informações sobre essa problemática, ver (Arbarotti e Martins, 2019).

por meio de dispositivos legais, de um dom a recursos hídricos passíveis de valoração econômica.

Nas palavras de Bourdieu (1977), o desencantamento do mundo e o desenraizamento nas sociedades rurais se dão justamente no processo, com base na aplicação de categorias estranhas à experiência do camponês. Com isso, desapareceram os encantos e os prestígios que levavam o camponês a ter atitudes de submissão e a homenagem à natureza, fazendo surgir certa distinção entre os aspectos técnicos e rituais da atividade agrícola. A imposição de categorias econômicas para elementos outrora vividos de forma livre e como um dom é um processo histórico, que por vezes passa por métodos violentos – como a expropriação da terra e dos instrumentos de trabalho – e por vezes de forma sutil – pela imposição de uma nova forma de ver e praticar o mundo que toca diretamente na própria subjetividade e identidade dos camponeses.

É o que buscaremos mostrar com o processo de enquadramento legal do uso da água na agricultura no Estado de São Paulo. O ponto de início dessa dinâmica ocorreu no ano de 2015 com a Lei n. 12.183, que delimitou os procedimentos para a fixação dos limites, condicionantes e valores pelo uso da água no Estado, alinhando-se, assim, com as diretrizes Nacionais. Vale destacar que os dois primeiros artigos da lei expressam a necessidade de reconhecer a água como bem público de valor econômico e a necessidade de dar ao usuário uma indicação de seu real valor incentivando o uso racional e sustentável da água (São Paulo, Lei n. 12.183/2005). A justificativa para a cobrança está ligada à possibilidade de proporcionar o seu uso racional e sustentável, ou seja, partindo do pressuposto de que a melhor forma de gerenciar o uso de um bem limitado é por meio da mediação econômica, como previsto nas diretrizes neoliberais da conferência de Dublin (Ruf, 2011).

No artigo quarto, da referente lei, é possível identificar a aplicação do princípio poluidor pagador, uma vez que o dispositivo prevê a distribuição dos custos por eventuais usos indiscriminados da água e de degradações ambientais. E, para finalizar, no artigo quinto, visualiza-se a justificativa da cobrança dos recursos, baseando-se na busca de uma gestão que seria instrumento de resolução de possíveis conflitos que envolvessem os mais distintos usuários. Esse fato é controverso, pois, ao passo que a água passa a ser passível de tarifação, o número de tensões cresce, uma vez que as arenas em que esses debates ocorrem não conseguem formular convergências democráticas e respeitar as diferentes visões e usos históricos.

E, ainda tratando o estado de São Paulo como um todo, pode-se observar, apoiando-se na afirmação de Gonçalves (2010), que é com o decreto n. 50.667,

de 2006, que trata das etapas para a cobrança dos recursos hídricos, que surge a grande questão no que tange à cobrança do uso da água e ao processo de cadastramento dos usuários que estariam sujeitos à cobrança. Essa questão surgiu porque somente os usuários que estivessem devidamente cadastrados e recebessem a outorga de uso que passariam a ser devidamente taxados. Essa outorga – que é uma concessão de uso dos recursos hídricos emitida pelo DAEE – é o instrumento utilizado pelo governo para conferir legalidade e a entrada dos usuários nos parâmetros estabelecidos pela Lei para se ter acesso aos recursos hídricos (Gonçalves, 2010).

Entretanto, esse processo não é somente um instrumento burocrático, visto que ele acaba por se tornar um instrumento de controle da quantidade e da forma de uso, que até pouco tempo atrás não era passível de regulação, como, por exemplo, no caso dos espaços rurais. A outorga, portanto, é um instrumento econômico que taxa as práticas e controla as formas de uso dos usuários. Nos espaços rurais, portanto, é possível identificar grandes dificuldades para a implementação das outorgas, pois o cadastro exigido para a passagem para o estágio de cobrança se tornou um desafio devido ao pequeno número de funcionários em relação ao grande número de propriedades rurais.

Especificamente no Comitê Baixo-Tietê, que é o Comitê do qual o Assentamento Reunidas faz parte, esse problema foi debatido pelos seus membros, segundo Gonçalves (2010), uma vez que não havia dados confiáveis disponíveis sobre a quantidade de poços perfurados por particulares nas áreas urbanas e rurais do Comitê. Isso significa que os poços, em sua maioria, não possuíam outorga e o Comitê não possuía a informação exata de quantos poços poderiam existir.

Diante disso, o Comitê, por meio do Decreto n. 56.504 de 09/12/2010, regulamentou as normas que iriam conduzir o processo de cobrança pelo uso da água. Nos documentos “*Fundamentos para a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos*” e “*Uso e ocupação de margens de reservatórios de hidroelétricas*”, ao tratar sobre o planejamento e gestão do Comitê Baixo-Tietê, previsto para os anos de 2009 a 2020, é descrito o objetivo de “Ampliar e consolidar o cadastro de usuários de recursos hídricos com o objetivo de regularizar os diferentes usos e interferências” (CBH-BT, 2009; 2010).

Cabe destacar a palavra *regularizar*, do ponto retirado do documento do Comitê. O emprego dessa palavra demonstra duas questões importantes que merecem ser analisadas.

A primeira é o fato de o Comitê reconhecer que existem usuários não cadastrados que não fazem uso do sistema de distribuição regular, ou seja, esses

usuários acessam os recursos hídricos por poços ou por captação nos rios. Essas características compreendem, em sua grande maioria, os usuários rurais, que fazem uso da água para produção agropecuária e para o consumo, a despeito de possuírem outorga. Ou seja, antes da formulação das normas e da existência dos Comitês já existiam pessoas que faziam uso da água com base em um repertório político, social, cultural e histórico.

Passando para a segunda questão, consequência da primeira, o fato é que o Comitê passou, apoiado na formulação da legislação, a compreender esses poços como irregulares, ou seja, eles estariam fora da nova legislação. Nessa perspectiva, ao utilizar o termo *regularizar*, o Comitê assume o objetivo de buscar o cadastramento dos poços para que esses usuários entrem em conformidade com a nova legislação. Isto é, o Comitê busca regular e enquadrar segundo seus moldes e sua lógica – surgida, também, dentro de um contexto histórico –, uma outra prática histórica, cultural e social.

Na esteira desse processo de regularização dos recursos hídricos, o Assentamento foi objeto de um estudo encomendado pelo Comitê Baixo-Tietê no ano de 2012. O referido estudo teve como objetivo mapear os poços que existissem sem outorga e que precisariam ser regularizados no Assentamento Reunidas. Esse mapeamento faz parte das ações propostas no Plano de Bacias, e foi realizado com recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), com coordenação da Associação Promissense Olho d'Água de Proteção Ambiental e execução da empresa Méthodos Consultoria, conforme contrato FEHIDRO n. 202/2012. O título da pesquisa em questão é: *“Educação Ambiental em Áreas de Assentamento Rural no Município de Promissão/SP”*.

No tocante aos recursos hídricos, o levantamento apresenta a realidade dos poços no Assentamento como um todo e aponta a necessidade de investimento por parte do Comitê no que tange aos usos de água superficial e subterrânea, pois não foi detectada nenhuma outorga para os usos dos recursos hídricos. Especificamente sobre os recursos hídricos subterrâneos, o relatório informa que, dos 629 lotes pesquisados, fora constatada a existência de 778 poços, com profundidade entre 2 a 280 metros e que em nenhum há registro de outorga (Méthodos, 2014) ⁴.

Em entrevista com a coordenadora do projeto, fomos informados que essa pesquisa fez parte do processo de implementação da cobrança da água no

4 A diferença entre o número de lotes, 629, e o número maior de poços se dá em razão de alguns lotes possuírem mais de um poço. Essa realidade foi encontrada principalmente em lotes divididos entre irmãos, mas que não possuem a divisão formal por conta de um impedimento legal do INCRA. Para saber mais sobre a divisão de lotes entre irmãos, ver Arbarotti (2014).

Assentamento por parte do Comitê. Os assentados, segundo a coordenadora do projeto, posicionaram-se contrários à regulação e não enxergavam com bons olhos a outorga, uma vez que esse dispositivo passaria a mediar as suas relações com a água com base no dinheiro.

Com isso, é possível perceber que o movimento de formulação da regra acerca da cobrança sobre o uso da água e da construção de poços nas propriedades rurais é a criação de uma regra que acaba por definir uma prática como ilegal, advinda de um grupo externo, no caso o Comitê, que, como foi possível visualizar, possui uma visão cultural divergente da praticada pelos assentados (Becker, 2008).

Vale lembrar que a lógica do Comitê e da formulação da lei de regulação dos recursos hídricos está inserida dentro de uma demanda de crescimento de consciência ambiental que visa regular os bens naturais por meio de instrumentos econômicos e a base de pareceres técnicos. Como observa Mbembe (2020), esse processo de “*technolâtrie*” faz parte da extensão do capital rumo ao conjunto da vida. Segundo o autor, dos corpos, passando pelos nervos e chegando à energia, o projeto é o mesmo “(...) a conversão de toda substância em quantidades, o cálculo preventivo das potencialidades, riscos e perigos com vistas à sua financeirização, por um lado, e a conversão de fins orgânicos e vitais em meios técnicos, por outro” (: 66). A lei, surgida e imposta em um movimento “de cima para baixo”, pode ser identificada com sérias características tendenciosas de setores técnicos, políticos e empresariais, pois, como lembra Mbembe, a função dos poderes contemporâneos é, mais do que nunca, tornar possível a extração.

Como mostra Martins (2015), ao revisitar algumas pesquisas em Comitês, os elementos técnicos estão fortemente presentes e acabam por influenciar decisivamente na agenda político-ambiental regional, mascarando, marginalizando e até apagando eventuais divergências políticas e de saberes. Desse modo, é notório que as propostas que aparecem como resultado da resolução do “parlamento” para melhoria da gestão hídrica não estão levando em consideração as tradições, os pensamentos e as práticas de pequenos agricultores e assentados. Uma vez pautada em pareceres técnicos, as resoluções acabam por colocar algumas pessoas na situação de irregulares ou clandestinos.

Por isso, a elaboração da lei pela cobrança de água na agricultura se baseia em pareceres técnicos, uma vez que esse aspecto lhe atribuirá legitimidade

5 “(...) la conversion de toute substance en quantités, le calcul préemptif des potentialités, des risques et des aléas en vue de leur financiarisation d’une part, et la conversion des finalités organiques et vitales en moyens techniques d’autre part”.

para conferir a determinados grupos e a pessoas o *status* de “infratores”, para algo que até então não era passível de regulamentação. Isso acontece porque a posição do Comitê não é a de que há um diferente que precisa ser ouvido, mas que há um desigual-subalterno, que não compreende a melhor forma de gerir o recurso, pois sua relação com o recurso água se daria dentro dos planos dos sentidos, muito distante do que é tido como racional e operado dentro de uma lógica cartesiana metódica (Martins, 2015).

Nesses termos, o processo para a implementação da regulação do uso da água no Brasil como um todo é, para Martins (2015), uma ilustração sintomática da concentração da informação, da autoridade discursiva da tecnociência e da injustiça ambiental. Isso porque a estratégia de implementação se dedica exclusivamente ao mecanismo de estímulo econômico (valoração do recurso) e à mudança no padrão de uso, sem contar com os integrantes de grupos sociais historicamente excluídos das arenas de tomada de decisão.

Sendo assim, o levantamento sobre onde os poços foram quantificados e qualificados, de fato, é um instrumento dentro do processo de transformação de uma prática histórica em algo ilegal. Ou seja, os poços que foram detectados sem outorga – muitos feitos nos primeiros dias do assentamento, há 30 anos, antes mesmo de existir o Comitê de Bacias – com base no documento de cobrança pelo uso da água, passaram a ser legalmente irregulares. A formulação da regulação do Comitê surge colocando em questão as históricas práticas e usos que os assentados possuem com a água.

As vozes discordantes no assentamento

Tereza vocaliza a discordância da possibilidade da cobrança pela água, afirmando que os assentados “*estão todos passados*”, isto é, estão todos perplexos com a possibilidade de terem que pagar pelo uso da água. Assim, quando ela mobiliza a palavra *todos*, ela quer se referir ao sentimento partilhado que percebe na maioria dos assentados, de que a cobrança da água é algo com o qual não concordam e que não acham justo, visto que tradicionalmente eles sempre acessaram a água de modo livre e sem mediação financeira. Tal aspecto também aparece na fala de Leandro, ao afirmar: “*eu acho que isso é errado*”. Uma mediação financeira que será implantada a despeito da vontade e da opinião dos assentados, que serão obrigados a assimilar a lei de alguma forma.

Um dos pontos que fundamenta essa discordância na cobrança pela água é o fato de o processo custar muito caro. Além do mais, a autorização terá que ser mediada pelo saber técnico, que dirá se o modo como os assentados estão

usando a água é correto ou não. Esse saber técnico, portanto, custará muito caro para os assentados, o que os levam a não concordarem com a cobrança.

Mas não é somente esse fato que leva os assentados a não concordarem com a cobrança. Outros aspectos que aparecem de forma recorrente na fala dos assentados é o questionamento e a sensação de que esse tipo de regulação está formulado para prejudicar os pequenos agricultores, visto que as suas experiências lhes informam que os grandes produtores conseguem escapar ou burlar qualquer que sejam as leis que são obrigados a pagar. A fala de Dona Julia toca nesses pontos, quando falávamos sobre a escassez de água e o processo de regulação hídrica:

Dona Júlia: *Vai cobrar, todo mundo vai ter que pagar.*

Entrevistador: *E o que você acha disso?*

Dona Júlia: *Não vai resolver o problema! você tem que pagar um preço, vai pagar para quê, se não vai resolver o problema? Porque não pode irrigação, vai estar proibido também a irrigação. Para quem vai estar proibido? Essa é a pergunta que nós fazemos, pra quem vai estar proibido? Vai estar proibido para o pequeno agricultor, para os assentados, ou vai estar proibido também para os grandes do agronegócio que tem aqueles “canhãoção” esticado, que joga água para tudo quanto é lado, para os usineiros que joga nas cana?*

A fala de Dona Júlia é interessante por trazer um conjunto de pontos que fazem parte das dúvidas e das opiniões dos assentados. Ela é categórica ao dizer que esse tipo de regulação que passa pelo viés econômico não será capaz de resolver o problema de escassez de água. Desenvolvendo os motivos que a levam a pensar o porquê de achar que esse modelo não resolverá o problema, ela mobiliza um conjunto de questões que estão ligadas à desinformação sobre o processo e sobre a experiência de que esse tipo de regulação é facilmente burlado pelos grandes proprietários do agronegócio. Assim, na opinião de Dona Júlia, quem arcará e terá as práticas produtivas afetadas com essa lei serão os pequenos agricultores e assentados.

Em um país em que os privilégios das classes dominantes são vistos, percebidos e experimentados, a pergunta de Dona Júlia não é em vão: “*Para quem vai estar proibido [a irrigação]*”? A percepção é de que a lei de regulação dos recursos hídricos é mais um ataque aos direitos das populações pobres e marginalizadas. Dona Júlia nomeia quem são os verdadeiros responsáveis pelo problema da seca em sua opinião, pois, se a justificativa para a cobrança dos recursos hídricos está baseada na escassez de água, não seriam os pequenos agricultores os grandes responsáveis e sim os usineiros e grandes proprietários do agronegócio.

Nesse sentido, não é legítimo, segundo a fala dos assentados em geral, que somente o pequeno proprietário pague pela regulação dos recursos hídricos. Até mesmo porque, como já colocou Becker (2008), as regras são marcadas fortemente por uma presença dos poderes políticos e econômicos, o que acaba por refletir na aplicabilidade das regras, que atingem mais algumas pessoas que outras.

Os assentados percebem esse traço da aplicabilidade da lei – porém, no caso das outorgas, antes mesmo delas serem aplicadas – que atinge mais os pobres e não os detentores do poder econômico e político, devido ao histórico de opressão experimentada em seus cotidianos e por vários desmandos vividos e desaforos sofridos; por serem estigmatizados de “*sem-terra*”, mesmo possuindo terra; por ouvirem que são “*pé vermelho*”; por trazer no corpo a marca do espaço social que vivem; por serem discriminados por serem negros, pobres e assentados. Esses elementos e tantos outros lhes informam que qualquer tipo de lei pesará muito mais sobre eles do que sobre qualquer outro. Em se tratando de uma lei que regula a água para a agricultura, desde os grandes latifundiários até os assentados, a experiência diz que os assentados é quem pagarão a conta mais uma vez.

E essa sensação de estarem sendo prejudicados é algo partilhado por muitos agricultores, pois, quando Lara tocou nesse assunto com seus alunos do EJA, na escola do Assentamento, a reação deles foi a seguinte: “*Como que vou medir isso lá em casa? Vão colocar relógio?*” E Lara complementa: “*A opinião dos produtores que eu dava aula é que isso é tirar dinheiro do pobre mesmo, tão fazendo de tudo pra poder tirar dinheiro da gente*”. Assim, a sensação que os assentados vivem diante da possibilidade da cobrança é de que ela surge para retirar o dinheiro daqueles que já possuem tão pouco e, ainda, sem oferecer nada em troca.

Nesse sentido, o fato de os assentados pensarem que os grandes proprietários ligados ao agronegócio não pagarão pela água e o fato de a água ter sempre sido acessada de forma livre compõem os fundamentos que fazem com que os assentados não concordem com a cobrança, como diz Dona Júlia, ao ser inquirida sobre o que achava da possibilidade da cobrança: “*É errado né, cobrar, aí fica difícil*”.

Assim, é possível observar no contexto do assentamento que a gestão contemporânea da água acaba por provocar uma nova ordem social, como observado por Van Aken (2011). Consequentemente, essa nova ordem social acarreta novas concepções de território, de tempo e de sentimento de pertencimento. Isso porque esse novo modelo de gestão traz em seu seio novos padrões técnicos e de conhecimento para comunidades tradicionais que experimentavam a água

como um bem e um dom e não como H₂O. Essa nova gestão, portanto, coloca em rota de colisão distintas concepções culturais da relação com a água.

Assim, a entrada desse elemento estranho na sociabilidade dos assentados, no que tange à ressignificação da água pelo seu valor econômico, isto é, mediada pelo dinheiro, pode ser lida com base no que Taussig (2010) observou ao analisar o impacto da introdução da racionalidade produtivista da economia capitalista em comunidades rurais da Colômbia e da Bolívia. Para Taussig (2010), a entrada do modelo econômico capitalista de organização social modificou as relações dos agricultores das comunidades camponesas, pois inseriu o dinheiro como mediador para as trocas que outrora eram feitas à base da economia doméstica natural, na qual a troca se dava por meio de produtos e alimentos que cada um produzia. Esse fato também foi observado por Bourdieu (1977), ao dizer que, na sociedade camponesa Cabila, ligada muito mais aos ciclos agrários, aos produtos agropecuários e aos da produção artesanal familiar, permitia-se a satisfação de grande parte das necessidades sem a necessidade de recorrer ao mercado, ou seja, a economia financeira do mundo urbano que requer imperativamente a renda em dinheiro.

A comunidade do Assentamento também vivenciou essas transformações, em que o dinheiro passou a ganhar um lugar importante dentro das relações socioculturais, principalmente quando observada as distintas gerações (Arbarotti, 2014; Arbarotti e Martins, 2016). Entretanto, por mais que a entrada da racionalidade capitalista possa ser percebida em várias ações dos assentados, quando se trata da relação com a terra e dos bens que ela oferece, como a água, a mediação pelo dinheiro não é bem aceita, ou vista com certa desconfiança. Assim, a terra compõe um elemento só, que não pode ser dividido, como visto na observação de Seu Inácio:

Seu Inácio: É que agora não está chovendo, mas quando chove a água cai tudo aí na nossa propriedade e vai pro lençol, então se fosse ver era o povo da cidade que tinha que pagar a gente, porque lá é tudo asfaltado. De lá a água vai é tudo pro rio. É aqui que ela entra na terra. Então aqui nos tira a água que caiu na nossa terra e o povo da cidade pega da água nossa aqui. Se fosse ver era isso aí...

Assim, essa nova reconfiguração, elaborada desde fora e desde cima, pautada em uma racionalidade capitalista monetarizada, não é aceita pelos assentados, pois ainda preserva em sua sociabilidade outra lógica de compreender e se relacionar com a terra. Terra no sentido totalizante do termo, pois muitos foram

os assentados que expressaram inconformidade de pagar por algo que faz parte do seu lote. A imposição de uma nova forma de se relacionar com a água, no limite, acaba por transformar a relação histórica dos assentados com a própria terra. Por esse motivo, a reação dos assentados é não acatar a imposição dessa nova forma de se relacionar com a terra, o que os leva a afirmar a possibilidade de elaborar meios para passar ao largo dessa recomendação.

Com isso, é possível perceber que a monetarização da água não é entendida pelos assentados como um processo pedagógico que busca forjar uma nova consciência no uso dos recursos hídricos e no processo produtivo na agricultura, mas sim como uma intromissão externa nos seus usos e práticas históricas e também um dispositivo injusto.

Considerações finais

A proposta com o presente artigo foi trazer à baila a relação dos Comitês de Bacias e os agricultores assentados no dentro do processo de regulação do uso e acesso a água na agricultura. A discussão passou por elementos que demonstram que existe um conflito entre racionalidades e saberes no que tange ao acesso e utilização da água entre Comitê e assentados. Foi possível visualizar que os assentados possuem uma relação tradicional e histórica de utilização da água em seu cotidiano produtivo e que a regulação do recurso é vista com maus olhos pelos assentados. Esses elementos são expressos com a verbalização de que essa cobrança é injusta e não resolveria o problema de escassez hídrica.

Como lembra Martins (2013), os controles por meio de instrumentos econômicos possuem a função de induzir os agentes econômicos a se comportarem de acordo com padrões socialmente desejados. Entretanto, diante dessa proposta – hipotético-dedutiva de relação abstrata entre os conceitos que fundamentam a compreensão da temática ambiental pelo viés econômico – Martins (2013) afirma que é necessário pensar as dimensões extra-econômicas do comportamento econômico dos agentes. Isso porque a noção de racionalização dos recursos naturais, derivada da retórica econômica, aparece na vida cotidiana de forma muito fragmentada e baseada em outras lógicas e, porque não, em outras racionalidades.

Essa crítica, para Martins (2013), busca colocar em questão as propostas de gestão dos recursos naturais baseadas em categorias econômicas, pois esse modelo desse apoia em uma ideia de pessoa abstrata e não leva em conta as dimensões culturais, sociais, históricas e regionais que regem a relação das pessoas com a água. Essa água é vista como sagrada pelas comunidades indígenas,

como dádiva de Deus nas comunidades rurais, e que, por isso, não pode ser impedida de ser acessada; sua mediação por dinheiro beira o sacrilégio. Algo que está presente dentro da lógica de um direito costumeiro, de livre acesso a um bem, como foi possível verificar na relação dos assentados com a água que envolve saberes e que são muito diferentes das formulações abstratas dos Comitês – baseadas na economia política da água, marcada por saberes técnicos que contribuem para a ausência de outras formas de saberes e vividos.

Referências:

- ARBAROTTI, Alexsandro Elias. *Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária: estudo sociológico sobre gerações e identidades*. Dissertação de mestrado, São Carlos, UFSCar, 2014.
- . *Disputas e hierarquias no acesso à água em assentamentos de reforma agrária*. Tese de doutorado, sociologia, São Carlos, UFSCar, 2018.
- ARBAROTTI, Alexsandro Elias; MARTINS, Rodrigo Constante. Configurações contemporâneas dos assentamentos rurais de reforma agrária: o surgimento de novas gerações e a construção de novos projetos de vida. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 45, julho/dezembro 2016.
- . Mudanças climáticas nos assentamentos rurais: uma etnografia sobre a experiência de futuro. *Retratos de Assentamentos*, v. 22, 2019, p. 116.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BILLAUD, Jean-Paul. A injunção da participação no campo ambiental ou a questão da incorporação dos “públicos” nos espaços de discussão. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 16, n. 35, janeiro/abril 2014, pp. 138-164.
- BOURDIEU, Pierre. *Algérie 60: Structures économiques et structures temporelles*. Paris, Éditions de Minuit, 1977.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A partilha da vida*. São Paulo, Cabral, 1995.
- FLORIT, Luciano Félix; NOARA, Cleci Teresinha. Visão de mundo: Desenvolvimento, meio ambiente e democracia nos comitês de bacias hidrográficas no Brasil. In: ABERS, Rebecca Neaera. (Org.). *Água e política: instituições e poder nos organismos colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2010.
- FRACALANZA, Ana Paula. Gestão das águas no Brasil: rumo à governança da água? In: RIBEIRO, Wagner Costa. *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. São Paulo, Annablume, 2009.

- GONÇALVES, Juliano Costa. *Os conflitos e a gestão do uso da água no Baixo Tietê*. 34º Encontro anual da ANPOCS, 2010.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- JACOBI, Pedro Roberto. *Governança da água no Brasil e os desafios da participação*. Anais do Encontro Governança da Água na América Latina, 2007.
- . Governança da água no Brasil. In: RIBEIRO, Wagner Costa. *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. São Paulo, Annablume, 2009.
- MBEMBE, Achille. *Brutalisme*. Paris, La découverte, 2020.
- MARTINS, Rodrigo Constante. Sociologia da governança francesa das águas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, 2008, pp. 83-100.
- . Bases fundiárias da governança ambiental: um estudo de caso sobre barragens. *Novos Cadernos*, v. 13, n. 2, 2010, pp. 63-82.
- . A construção social da economia política da água. *Sociologia*. Lisboa, v. 2013, 2013, pp. 111-130.
- . Fronteiras entre desigualdade e diferença na governança das águas. *Ambiente & Sociedade*, v. 18, 2015, pp. 211-228.
- MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina e outros poemas em voz alta*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992.
- NORDER, Luiz Antonio Cabello. *Políticas de Assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Impasses da governança da água no Brasil. In: RIBEIRO, W. *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. São Paulo, Annablume, 2009.
- RUF, Thierry. Le façonnage des institutions d'irrigation au XX^e siècle, selon les principes D'Elionor Ostrom, est-il encore pertinent en 2010? *Revista Nature Sciences Sociétés*, 2011.
- TAUSSIG, Michael. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo, Edunesp, 2010.
- WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico 87, pp. 11-73. Brasília, UNB, 1990.
- VAN AKEN, Mauro. Riego y desorden tecno-lógico: La disputa por el agua, el conocimiento y la técnica de la agroindustria en el valle del Jordán (Jordania). In: HABIB, Ayeb. (a cura di), *El agua en el mundo árabe: percepciones globales y realidades locales*. Casa Árabe. Madrid, pp. 59-86, 2011.

Documentos

- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO-TIETÊ (CBH-TB). Fundamentos para implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, 2009. Disponível

em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7406/fundamentacao_cobranca_bt.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO-TIETÊ (CBH-TB). “Uso e ocupação de margens de reservatórios de hidroelétricas”, 2010. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7228/relatorio-preliminar-gt_usoocupacoesuhes_cdrom.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MÉTHODOS (Consultoria e projetos ltda.) Educação ambiental em áreas de assentamento rural no município de Promissão/SP, 2014. (O referido documento não é de domínio público).

SÃO PAULO. Lei n. 7.663, 30 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://www.dae.sp.gov.br/legislacao/arquivos/748/LEI_76631991.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SÃO PAULO. Decreto n. 56.504, de 9 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-56504-09.12.2010.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

Recebido em: 12/02/2022

Aprovado em: 23/05/2022

Como citar este artigo:

ARBAROTTI, Alexsandro Elias e MARTINS, Rodrigo Constante. Água, cultura e política em assentamentos rurais no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 071-093.





Dossiê Olhares cruzados entre pesquisas em sociologia rural
 no Brasil e no Norte da África

Acesso à água para consumo humano no semiárido brasileiro: desafios, tensões e perspectivas do programa “Um Milhão de Cisternas”

Paulo Cesar Oliveira Diniz¹

Christiane Fernandes dos Santos²

Cimone Rozendo³

Resumo: Neste artigo, buscou-se construir um panorama da implementação do programa de cisternas no semiárido brasileiro, com o propósito de compreender os limites e as potencialidades dos mecanismos de aprendizagem coletiva dele resultantes. A relação entre Estado e sociedade civil estabelecida nesse processo constituiu o pano de fundo da análise que se fundamentou em categorias oriundas das abordagens decolonial e seniana. Verificou-se que o desmantelamento do Programa de cisternas cerceou as possibilidades de agência em construção e privou centenas de agricultores familiares do acesso à água.

1 Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) e Universidade Federal de Campina Grande - Sumé - Brasil - paulo.cesar@professor.ufcg.edu.br - <https://orcid.org/0000-0002-9074-2483>

2 Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal - Brasil - chrisfernandes@ufersa.edu.br - <https://orcid.org/0000-0002-3519-9027>

3 Programas de Desenvolvimento e Meio Ambiente e de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal - Brasil - cimone.rozendo@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-4903-0839>

Palavras-chave: Programa de cisternas; Convivência com o semiárido; Experimentalismo institucional; Acesso à água no Semiárido.

Access to water for human consumption in the Brazilian semiarid region: challenges, tensions and perspectives of the One Million Cisterns program

Abstract: *In this article, we sought to build an overview of the implementation of the cistern program in the Brazilian semiarid region, with the purpose of understanding the limits and potential of the resulting collective learning mechanisms. The relationship between the State and civil society established in this process constituted the background of the analysis that was based on categories derived from the decolonial and senian approaches. It was found that the dismantling of the Cisterns Program curtailed the possibilities of an agency under construction and deprived hundreds of family farmers of access to water.*

Keywords: *Cistern program; Living with the semiarid; Institutional experimentalism; Access to water in the semiarid region.*

Acceso al agua para consumo humano en la región semiárida brasileña: desafíos, tensiones y perspectivas del programa Un Millón de Cisternas

Resumen: En este artículo, buscamos construir un panorama de la implementación del programa de cisternas en la región semiárida brasileña, con el objetivo de comprender los límites y potencialidades de los mecanismos de aprendizaje colectivo resultantes. La relación entre el Estado y la sociedad civil establecida en este proceso constituyó el trasfondo del análisis que se basó en categorías derivadas de los enfoques decolonial y seniano. Se constató que el desmantelamiento del Programa Cisternas cercenó las posibilidades de un organismo en construcción y privó a cientos de agricultores familiares del acceso al agua.

Palabras-claves: programa de cisternas; Vivir con el semiárido; experimentalismo institucional; Acceso al agua en la región semiárida.

Introdução

O país tem passado, na última década, por uma forte reorganização política e institucional em muitos setores, tanto no âmbito da União como nos entes federativos. No mundo rural, há certo consenso, principalmente no que concerne às questões agrárias, alimentares e agroambientais, sobre a repercussão efetiva

dessas mudanças em termos de políticas públicas para o setor, fazendo com que estudiosos da área busquem analisar as possíveis rupturas e/ou continuidades desses processos e apontem para cenários e possibilidades (Oppa, 2018). A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e dos espaços de diálogos, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), por exemplo, levaram a uma intensificação da disputa de narrativas sobre desenvolvimento rural, ganhando um “novo fôlego a perspectiva de negar-anular a diferenciação socioambiental e cultural dos modelos agrícolas expressa na categoria sociopolítica agricultura familiar” e agronegócio (Maluf; Zimmermann; Jomalinis, 2021: 541).

Dentre as repercussões concretas dessas mudanças nas políticas públicas para o semiárido, destaca-se o programa de cisternas que, desde 2018, teve seu orçamento drasticamente diminuído e, em 2020, foi zerado (Castro, 2021). De acordo com Madeiro (2020), em 2019, o programa construiu em torno de 30 mil cisternas, cinco vezes menos que em 2014, quando foram construídas quase 150 mil. Em termos orçamentários, os números indicam uma queda de 80% dos valores entre 2014 e 2019. Ao mesmo tempo, as organizações da sociedade civil, por meio da ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro), continuaram a alertar sobre a existência de uma grande demanda por cisternas no semiárido. Em fins de 2019, a organização lançou um comunicado com a intenção de dialogar com o Governo Federal e o Congresso Nacional, em função da elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, informando sobre uma demanda represada de cerca de 350 mil cisternas para captação e armazenamento de água de chuva para consumo humano.⁴

Alçado ao patamar de modelo de tecnologia social de acesso à água para outros países, o programa de cisternas foi fundamental para o enfrentamento dos efeitos das últimas secas que ocorreram no semiárido. Além disso, a construção de cerca de um milhão de cisternas, desde 2003, foi um dos fatores que contribuiu para que o Brasil deixasse o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), desde 2014 (Melito, 2020, [s/p]). Aliás, a importância do programa foi reconhecida pelo recebimento de prêmios internacionais, destacando-se, dentre eles, o Prêmio Sementes 2009, da Organização das Nações Unidas (ONU), concedido a projetos de países em desenvolvimento, feitos em parceria entre organizações não governamentais, comunidades

4 Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Acesso_a_agua_para_populacoes_do_Semiariado_brasileiro.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.

e governos; bem como o prêmio “*Future Policy Award*” (Política para o Futuro), em 2017, da *World Future Council*, em cooperação com a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, afirma Madeiro (2020).

Por intermédio desse texto, busca-se refletir sobre a abrangência do programa de cisternas no semiárido brasileiro, analisando seu alcance e limites, frente ao cenário de desmonte das políticas públicas para o mundo rural, bem como as possíveis implicações de seu esvaziamento gradual nos últimos anos⁵. Reconstruindo a trajetória do programa, apresenta-se um panorama de sua implementação desde os dados de execução, buscando entremear a análise com os diferentes contextos políticos. Os dados do programa de cisternas⁶ se referem ao período de implementação entre 2003 e setembro de 2018. Para examinar o seu alcance, esses foram relacionados com o número de estabelecimentos da agricultura familiar do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) em cada estado do semiárido, considerando a nova delimitação.⁷

O artigo está organizado em quatro seções, além dessa breve introdução e uma seção conclusiva. Na primeira, aborda-se o surgimento da noção de convivência com semiárido e do programa de cisterna e, em seguida, analisa-se o panorama de execução do programa, desde 2003, destacando os principais conflitos nesse percurso. Na terceira seção, destaca-se o alcance do programa, relacionando-o com o número de estabelecimentos da agricultura familiar para, finalmente, na quarta seção, apresentar o programa na perspectiva decolonial e seniana, em especial, apoiado na categoria de “experimentalismo institucional”, que iluminou as reflexões aqui apresentadas.

A ideia de convivência com o semiárido e o programa de cisternas

Há pouco mais de duas décadas, no ano de 1999, durante a Terceira Sessão da Conferência das Partes (COP-3) da Convenção das Nações Unidas para

5 Uma versão desse texto foi apresentada no 43º Encontro da ANPOCS; porém, foram usados dados do Censo 2006 e a delimitação do semiárido de 2005 (cf. Diniz; Santos; Rozendo, 2019).

6 Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação. Solicitação feita ao então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 14 de novembro de 2018, sob o número de protocolo 71200001678201839. Em 12 de dezembro de 2018, a solicitação foi atendida pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS).

7 O Semiárido, atualmente, passou a ter 1.262 municípios (antes eram 1.135), numa área de 1.128.697 Km² e uma população total de 27.870.241 habitantes (em 2017). Dos novos municípios (127 no total), 12 se encontram na Bahia, 25 no Ceará, 02 no Maranhão, 06 em Minas Gerais, 24 na Paraíba, 01 em Pernambuco e 57 no Piauí. Os demais estados (AL, RN e SE) não sofreram nenhuma alteração em relação a 2005, segundo SUDENE. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

o Combate à Desertificação (UNCCD), em Recife, surgiu a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) com a missão de “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido” (ASA, 2020, [s/p]). Definindo-se como uma rede formada por diversas organizações da sociedade civil, a ASA se consolidou como ação coletiva, atuando nos dez estados que compõem o semiárido brasileiro – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – agregando, atualmente, mais de 3 mil organizações (ASA, 2020), das mais distintas naturezas: sindicatos, associações, organizações não governamentais, cooperativas, pastorais etc. Nessa ocasião, em 1999, contando apenas com 65 organizações, a ASA elaborou um manifesto denominado *Declaração do Semiárido*, denunciando as condições de vida das populações rurais, as quais, à época, enfrentavam um período de seca (1998-1999). O documento advertia para os equívocos das estratégias governamentais adotadas para a região, que, pautadas na ideia de “combater a seca”⁸, contribuíam para reforçar o clientelismo e a subalternidade para com as populações rurais que ficavam reféns da ação do Estado e das oligarquias regionais. Além disso, alertava que, naquele momento, infelizmente, o sertão já conhecia a fome crônica e, em muitos municípios, estava “faltando água, terra e trabalho” e medidas emergenciais deveriam ser tomadas imediatamente pelos governos (ASA, 1999: 03).

Associada às denúncias, a *Declaração* alertava para a especificidade do bioma caatinga no semiárido e chamava a atenção para a necessidade de uma política de desenvolvimento baseada no princípio da “convivência com o semiárido”, fundamentado em duas premissas basilares: “a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido e a quebra do monopólio do acesso à terra, à água e outros meios de produção” (ASA, 1999: 05). Enfim, superar o discurso e ações centradas no combate à seca implicava pensar em ações e práticas de construção coletiva e, ao mesmo tempo, compartilhar narrativas capazes de atribuir sentidos e significados à convivência com o semiárido. Essa visão ganhava corpo por meio de diversas experiências sociais e

8 A ideia de combate à seca vai orientar, por quase todo o Século XX, as ações governamentais e políticas no semiárido brasileiro. Sua intervenção direta está pautada na política hidráulica que, por meio do armazenamento de água, buscava combater a seca e livrar a população do seu flagelo. Contudo, salvo a rede de açudes construída na região, essa política em nada mudou a condição de vulnerabilidade das populações frente ao problema que, por sua vez, não se resume à seca em si, mas à subalterna condição sócio-econômica expressa pelas relações com a indústria da seca. Sobre esse tema, conferir Silva (2010) e Santos (2015), dentre outros.

produtivas exitosas desenvolvidas nessa região, junto às populações rurais. Assim, enquanto uma ação coletiva, a ASA fortaleceu sua rede de organizações em defesa da convivência com o semiárido fortemente centrado na defesa do direito à água; visto como “alimento necessário à vida e insumo para a produção de outros alimentos, a água tornou-se um elemento aglutinador de forças para essa rede que se formava no semiárido” (ASA, 2020, [s/p]).

Provocada por representantes do governo brasileiro⁹, ainda por ocasião da COP-3, a ASA se debruçou sobre a elaboração de um programa que pudesse expressar o “elo” da ação coletiva das diversas organizações, surgindo então o *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido*. Embora ambicioso em seus propósitos mais gerais, o programa ficou restrito, inicialmente, à construção de um milhão de cisternas rurais (conhecido pela sigla P1MC). O programa consistia na construção de um reservatório feito de placas de cimento (daí o nome “cisternas de placas”), próximo à residência, com capacidade de armazenamento para 16 mil litros de água para consumo humano, captada da chuva por meio de calhas conectadas aos telhados das casas. O processo decorre com a mobilização e participação das famílias a serem beneficiadas; toda a matéria-prima era prioritariamente adquirida no comércio local, além de capacitar os pedreiros e as pedreiras¹⁰ para a construção das cisternas, portanto, dinamizando a economia local e dando oportunidade de trabalho às famílias. Grosso modo, a intenção era de contribuir para uma prática da convivência com o ecossistema do semiárido, compreendida como processo educativo, para de transformação social, visando à preservação, ao acesso, ao gerenciamento e à valorização da água como um direito essencial à vida e à cidadania (ASA, 2020).

Entre os anos 2000 e 2001, as organizações da sociedade civil se dedicaram à preparação do programa, com encontros estaduais e nacionais, até chegar à configuração atual. O primeiro momento, denominado de “fase demonstrativa”, contemplou a elaboração do programa e a construção de 500 cisternas em vários estados como forma de demonstrar a metodologia de sua implementação

9 Na época, no governo Fernando Henrique Cardoso, o ministro do Meio Ambiente era Sarney Filho e permaneceu no cargo entre janeiro de 1999 a março de 2002. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-sarney-filho>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

10 Sobre o papel das mulheres como construtoras de cisternas, conferir: “As mulheres pedreiras do sertão: A casa lilás e a construção de uma nova história das mulheres no cariri (2004-2010)”. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia/as-mulheres-pedreiras-sertao-casa-lilas.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2022. “Organização de mulheres e convivência com o semi-árido: a experiência das cisterneiras no Rio Grande do Norte”. Disponível em: <<https://aspta.org.br/article/organizacao-de-mulheres-e-convivencia-com-o-semi-arido-a-experiencia-das-cisterneiras-no-rio-grande-do-norte/>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

(Diniz, 2007). Simbolicamente, a primeira cisterna foi construída no município de Sobradinho – BA (à margem da barragem de Sobradinho, no rio São Francisco), na comunidade de Lagoa Grande, na casa da família de Dona Josefa, conforme relatado por ela:

Lembro que o agente da CPT (...) chegou aqui com a proposta de construir essa cisterna. No dia de 23 de novembro do ano de 2000 o Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho esteve na minha propriedade para inaugurar junto com o pessoal da ASA. Eu fico muito feliz em saber que tudo começou aqui no *oitão* da minha casa com a cisterna n. 01 e hoje está espalhado por este Brasil.¹¹

Como o próprio nome expressava, tratava-se não apenas de acesso à água, mas de mobilização e formação. Por isso, para que as famílias pudessem aderir ao programa, tinham que passar por um processo de qualificação e sensibilização, e assumir a co-responsabilidade em relação à preparação do local em que a cisterna seria implementada. Outro elemento importante da metodologia era o compromisso de cada família beneficiária, em participar de uma capacitação sobre a “Gestão de Recursos Hídricos” (GRH) em seu estabelecimento e na comunidade. Os cursos abordavam questões sobre a importância da captação e do manejo da água de chuva para a melhoria das condições de vida das famílias e reiteravam a ideia da água como um direito básico, e da cisterna como uma conquista política e de cidadania.

O programa de cisternas ainda passou por uma segunda etapa, definida como “fase de transição”, entre 2001 e 2003. Na época, havia uma “sobra” de recursos para o combate à seca (1998-1999) e, junto à Agência Nacional de Águas (ANA), a ASA firmou um convênio para construção de cerca de 12 mil cisternas em todos os estados do semiárido. Essa foi, portanto, a primeira ação da organização de alcance territorial. Esses foram passos importantes na trajetória da ASA, de acordo com Santos (2015: 151), pois fortaleceram as articulações políticas, em cada estado do semiárido: “(...) o trabalho executado pela ASA, a partir dos primeiros convênios, foi bem-sucedido e resultou no fortalecimento da Articulação e no reconhecimento público de sua capacidade para a execução de um programa de grande alcance como o P1MC”. Esse reconhecimento se deu desde 2003, quando o P1MC passou a ser apoiado pelo governo federal, conforme abordado a seguir.

11 Depoimento Dona Josefa, a primeira família a receber a cisterna do programa. Disponível em: <https://www.facebook.com/Sajuc.Semiario/posts/2578210542267143?__tn__=K-R>. Acesso em: 28 fev. 2022.

A incorporação do Programa de Cisterna às estratégias de segurança alimentar como potencializador de sua implementação

Em 2003, nos primeiros dias do Governo Lula, foi lançado o Programa Fome Zero (PFZ). A erradicação da fome no Brasil havia sido um dos principais pontos da campanha de sua plataforma política e, ao assumir o cargo, estabeleceu a promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil como meta. O semiárido estava dentre às prioridades do PFZ, dadas suas condições de vulnerabilidades socioeconômicas, e foi aí que a ASA, num senso de antecipação, por meio de “carta política” destinada aos novos governantes recém-eleitos no país, reafirma seus princípios fundantes, colocando que a água, enquanto direito humano básico, necessitava ser urgentemente disponibilizada para toda a população do semiárido:

(...) A oferta centralizada de água através de grandes barragens e adutoras, centrada numa política historicamente emergencial e clientelista, articulada a uma gestão raramente participativa, beneficiam os grandes proprietários e as grandes empresas e não democratizam o acesso à água de qualidade para todos. (...) Suprimindo o direito das populações tradicionais a este bem essencial à vida (ASA, 2002: 03).

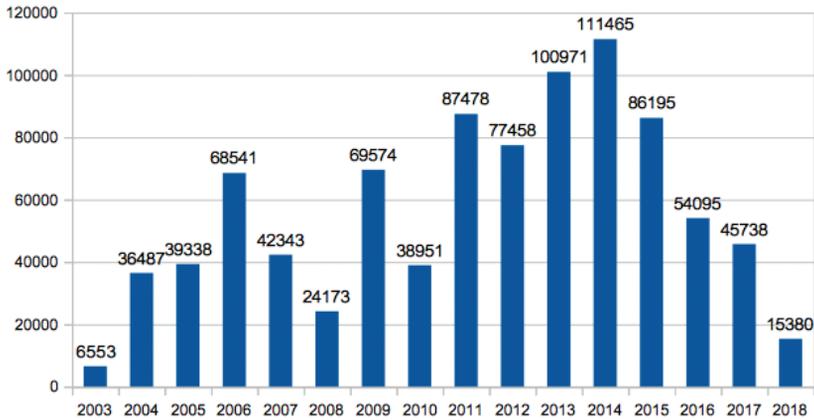
Nesse contexto, a ASA reivindicava, no âmbito das políticas de segurança alimentar e nutricional, a incorporação das experiências de captação, armazenamento, aproveitamento e manejo da água, desenvolvidas pela sociedade civil. Isso é, sugeria a imediata implantação do P1MC “como uma política pública de democratização e acesso à água de qualidade para as famílias do Semiárido brasileiro” (ASA, 2002: 03) e, ao mesmo tempo, propunha que o governo federal direcionasse seu olhar para diversidade de experiências em curso e sobre como elas contribuam para a segurança alimentar e nutricional no país (Diniz, 2007: 27).

De certo modo, a reivindicação da ASA foi atendida e, em 2003, o programa de cisternas se tornou uma ação do Programa Fome Zero, tendo, inicialmente, uma tríplice parceria: sociedade civil (ASA), governo federal e iniciativa privada (Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN). Simbolicamente, o programa foi inaugurado em outubro de 2003, na cidade de Lagoa Seca, estado da Paraíba, contando com a presença da comitiva do Governo Federal, na época, o presidente Lula (Diniz e Lima, 2017).

O fato é que, passados 16 anos do programa (de 2003 a 2018), a meta de um milhão de cisternas estava na iminência de ser atingida, mas sofreu

uma grande retração. Conforme os dados da Figura 1, foram implementadas quase 953 mil unidades, perfazendo uma média anual de quase 60 mil unidades construídas. O período entre 2013 e 2014 foi o de maior volume de implementação de cisternas no semiárido, ultrapassando a marca de 100 mil unidades por ano.

Figura 1 – Número de cisternas construídas para consumo humano (de 2003 a set/2018)



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados obtidos a partir da Lei de Acesso à Informação (2018).

Os dados acima (Figura 1) demonstram ainda que mais da metade das cisternas implementadas se concentraram no período entre 2011 e 2016 (em apenas 6 dos 16 anos analisados), que corresponde ao governo Dilma (sucendendo ao governo do presidente Lula). Apesar do elevado número, 517 mil unidades (ou seja, 54,3% do total), esse período foi acompanhado também por um forte tensionamento na relação entre o Estado e sociedade civil, colocando em cheque a relação estabelecida ao longo do programa.

Esta tensão é decorrente do fato de que, no primeiro ano do governo Dilma, foi lançado o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, denominado de “Água para Todos”, tendo como diretriz priorizar a população em situação de extrema pobreza (Brasil, 2011). Entretanto, em vez de potencializar as ações da ASA com o novo programa, o governo adota a proposta de implantar cisternas de polietileno (“cisternas de plástico”). Essa postura desencadeou uma grande polêmica, uma vez que a “tecnologia” consistia na implantação de cisterna pronta, não carecendo da mobilização comunitária e local. Também não previa a contrapartida/compromisso da

família que a recebia – uma das principais virtudes educativas do programa de cisternas em parceria com a ASA. Além disso, o governo federal questionava a exclusividade de parceria com a ASA na construção de cisternas, alegando, dentre outros motivos, que a opção pelas cisternas de polietileno permitiria acelerar a execução do programa, atingindo um maior número de famílias em menor tempo, considerando que essas poderiam ser produzidas em grande escala. Representantes da ASA associaram essa decisão ao *lobby* praticado pelas indústrias fabricantes¹², segundo pesquisas feitas por Rozendo (2015).

O conflito entre as cisternas de plástico e cisternas de placas gerou um falso dilema (maior rapidez ou mais lentidão), pois aquelas não apenas rompiam com a possibilidade de dinamizar a economia local (comércio, mão de obra, produção), mas, fundamentalmente, como diz Santos (2002), levavam à construção de “ausências”. Ao virem “prontas”, o processo de instalação das cisternas de plástico se torna pobre educativo e socialmente, tendo em vista que bloqueava a possibilidade de construção colaborativa, de participação das famílias e da comunidade, impedindo-os de lidar e buscar soluções com base em sua própria capacidade, de seus saberes e de suas práticas. Nogueira, Milhorange e Mendes (2020: 15) apontaram que a autonomia relativa dos agentes responsáveis pela implementação das cisternas de “placas” levava a “resultados positivos em termos de apropriação das tecnologias e de articulação das políticas de redução da pobreza”, como, por exemplo, “políticas de acesso ao crédito rural e de vendas institucionais da agricultura familiar”.

Enfim, a implementação da cisterna de “plástico” significava reestabelecer o clientelismo e a subalternidade das populações locais, reativando os tão conhecidos mecanismos utilizados pela “indústria da seca”, uma vez que ela facilitou a entrada de governos estaduais e municipais, sob o argumento do respeito ao pacto federativo. Até então, mesmo reivindicando a participação no P1MC, esses entes da federação encontravam muitas dificuldades na execução dos programas, justamente em razão da metodologia empregada pela ASA (mobilização comunitária, participação das famílias e compromisso com a autonomia etc.). Os prefeitos e governadores pretendiam “contratar” uma empresa apenas para fazer a cisterna, desconsiderando o processo de mobilização, que constituía um dos pilares educativos do programa, em

12 Saliente-se que, “neste contexto, uma multinacional mexicana que ganhou a licitação para o primeiro lote de cisternas, construiu fábricas em Petrolina (PE), Penedo (AL), Teresina (PI) e Montes Claros (MG)”, conforme afirmam Nogueira, Milhorange e Mendes (2020: 13).

sua versão inicial. As cisternas de “placas”, Figura 2 (A), representavam um tipo de empreendimento pouco atrativo economicamente para as empresas quando consideravam seu porte, a falta de *know-how* para as construções e os planos de distribuição espacial da implementação de cisternas (locais dispersos e longas distâncias no mesmo território). Sob tais circunstâncias, a adoção da cisterna de “plástico”, Figura 2 (B), foi a via perfeita para a entrada de prefeitos e governadores no programa, que passaram a reivindicar para si parte do acúmulo de “capital” político adquirido pela ação coletiva da ASA em torno do programa de cisternas.

Figura 2 – Cisternas de placas (A) e cisternas de plástico (B)



Fonte: Fotos ilustrativas: <https://www.asabrasil.org.br>.

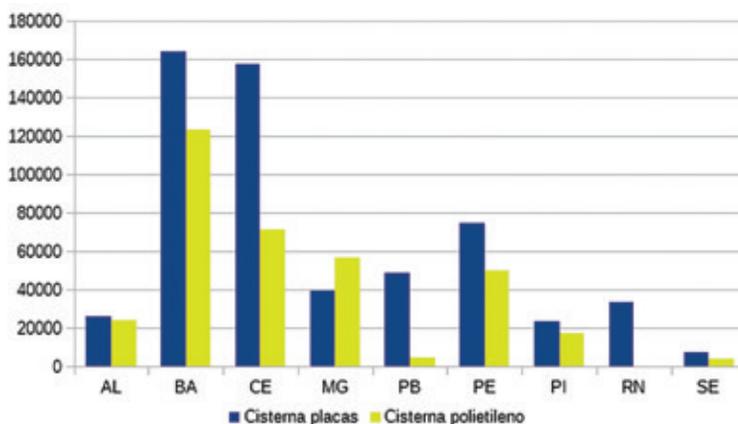
O fato é que, segundo Nogueira, Milhorange e Mendes (2020: 16), as divergências e os conflitos observados, em verdade, não se limitavam “ao tipo de material empregado, mas a concepções e projetos de desenvolvimento e a atores políticos”. Esse tensionamento gerou uma série de manifestações de apoio à manutenção do programa executado pela ASA, tendo como ponto alto o protesto ocorrido entre as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

Após o anúncio da substituição da cisterna de placas por cisternas de plástico, a ASA organizou em poucos dias uma grande manifestação (...). Ônibus chegaram de todos os estados do Nordeste, no dia 20 de dezembro (de 2011) trazendo para Juazeiro umas 10.000 pessoas, entre camponeses e lideranças; estes atravessaram a ponte que liga Juazeiro a Petrolina, e realizaram um ato em frente à catedral (Duque, 2015: 211).

Em razão dessas e de outras pressões, o governo voltou atrás na sua decisão de romper a parceria com a ASA, mas não recuou em relação à adoção da cisterna de plástico, de modo que houve importantes alterações nas regras relativas às transferências de recursos do governo federal. Entre 2012 e 2016, por exemplo, parte significativa da implementação do programa ficou por conta de estados, municípios e consórcios municipais que privilegiaram, em grande medida, as cisternas de polietileno.

Conforme dados compilados a seguir (Figura 3), entre os anos de 2011 e 2016, 38% do número de implementações foram com cisternas de “plástico”, demonstrando uma inserção significativa de uma tecnologia que capturou as possibilidades de participação, do debate público e dos aprendizados, comprometendo, sobremaneira, a metodologia de trabalho da ASA. Minas Gerais foi o estado em que mais se implementou a cisterna de “plástico”, seguido de Alagoas, Bahia, Piauí e Pernambuco, respectivamente. Em contrapartida, o Rio Grande do Norte e Paraíba foram os estados com menores percentuais de implementação da referida tecnologia. Nesses estados, as cisternas de placas (modelo da ASA) continuaram prevalecendo na execução do programa, tendo em vista a resistência das comunidades e articulação política das organizações sociais ligadas à ASA desses estados. No Rio Grande do Norte, segundo Nogueira, Milhorce e Mendes (2020: 12), “estudos indicaram uma rejeição do público à cisterna de plástico, alegando menor durabilidade do produto industrializado e orientação inadequada quanto ao manejo da água”.

Figura 3 – Comparativo entre cisternas de placas e cisternas de plástico (2011 a 2016).



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

O fato é que a crise política que se instalou no país, exatamente em 2015, que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, teve forte repercussão nas políticas sociais, entre elas, o programa de cisternas. Em razão dessa nova conjuntura, o programa foi perdendo força e, sob as diretrizes do governo Temer, os recursos previstos para 2017 representavam um quarto do orçamento que havia sido destinado à construção de cisternas em 2012, afirma Longo (2017). Para 2018, a proposta orçamentária apontava cortes na ordem de 90% dos recursos dos programas de cisternas, em relação a 2017. Segundo Castro (2021: 33), essa “inflexão é reflexo da crise fiscal da União”, agravando-se especialmente a partir de 2015, iniciando-se um processo de revisão dos gastos públicos, com a resultante de sucessivos cortes orçamentários em políticas públicas diversas. Castro (2021) afirma que, em função dos cortes e ajustes orçamentários, frequentemente os valores efetivamente aplicados no programa foram inferiores ao orçamento previsto. Essa mudança, ainda de acordo com Castro (2021: 33), “também pode ser explicada pela redefinição de prioridades por parte do governo federal”, uma decisão “não sensata”, dado o baixo custo do programa, bem como “os resultados por este alcançados”.

Alcances e limites do programa de cisterna nos estados

No sentido de analisar o alcance do programa de cisternas por estado, estabeleceu-se uma relação entre número de cisternas implementadas e o número de Estabelecimentos Agropecuários Familiares (EAF) no semiárido de cada estado, conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) e a nova delimitação do semiárido (SUDENE, 2019).

Inicialmente, é importante destacar que o programa de cisternas tinha como foco as populações rurais, dada sua situação de vulnerabilidade frente aos períodos de seca.

[O semiárido] é uma das regiões mais vulneráveis à variabilidade atual e mudança futura do clima no país. Apesar de ser dotada – para regiões semiáridas – de níveis de precipitação relativamente elevados (de 400 mm a 800 mm por ano, em ocasiões até 1.000 mm anuais), as atividades agrícolas estão fortemente limitadas por padrões de precipitação insuficientes e pouco confiáveis – concentradas em poucos meses (três a quatro) –, bem como níveis de evapotranspiração elevados (Obermaier, 2011: 01).

O Censo 2017 revela que o semiárido tem quase um milhão e meio de EAF, representando, aproximadamente, oitenta por cento (78,82%) do total geral de

estabelecimentos agropecuários da região (familiares e não familiares). A região abriga em torno de 37% dos estabelecimentos familiares rurais do país (que são pouco mais de 3,8 milhões no total). Dos 10 estados que fazem parte do semiárido, em seis deles (AL, MA, PE, PI, RN e SE), os estabelecimentos rurais familiares superam 80% em relação ao total geral de estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019).

Os dados demonstram (Quadro 1) que o programa de cisternas alcançou aproximadamente 65% do total de EAF no semiárido brasileiro. Ou seja, foram implementadas cerca de 950 mil cisternas entre 2003 e 2018, para um universo de quase 1,5 milhão de EAF na região. Destaque-se aí o RN, em que o número de cisternas implementadas supera o número de EAF em 30%. Uma hipótese sobre esse dado está na mudança metodológica do Censo 2017 (em relação ao Censo 2006), que passou a considerar como um mesmo estabelecimento agropecuário aquele formado por área não contínua e explorado por um mesmo produtor¹³. Com isso, houve uma diminuição significativa de quase 30% dos EAF no estado entre 2006 (66 mil) e 2017 (cerca de 47 mil) no referido estado.

Por outro lado, em três estados (PB, AL e CE, respectivamente), o programa está acima de 70% em alcance ao total dos EAF, faltando pouquíssimo para sua universalização. Os casos opostos são os estados do Maranhão e Piauí. No caso do Maranhão, o estado passou a compor o semiárido (dois municípios) apenas no ano de 2017 (em função da nova delimitação). No Piauí, que tem apenas um terço de cobertura do programa em relação à totalidade dos estabelecimentos familiares rurais, a explicação pode estar no fato de que, na nova delimitação do semiárido, o número de municípios desse estado foi ampliado em 57 novos, passando de 128 (em 2005) para 185 municípios, em 2017 (SUDENE, 2019).

13 As áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo município, utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho etc.) e os mesmos recursos humanos (mesmo pessoal), e, também, estivessem subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. No Censo Agropecuário 2006, bastava que as áreas não contínuas do estabelecimento estivessem situadas em setores diferentes para que fossem admitidas como estabelecimentos distintos, consideradas algumas particularidades quanto à existência e localização de sua sede. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

Quadro 1 – Relação entre cisternas (Primeira Água) e EAF no semiárido brasileiro.

UF	Cisternas construídas (2003-Set/2018)	EAF no Semiárido (Censo 2017)	% entre cisternas e EAF
AL	40236	52100	77,22
BA	261755	462684	56,57
CE	222864	291843	76,36
MA	212	3979	5,32
MG	51092	81859	62,41
PB	97928	109688	89,27
PE	136921	197618	69,28
PI	58395	167527	34,85
RN	62759	47283	132,73
SE	17490	32261	54,21
Total	949652	1446842	65,63

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados via Lei de Acesso à Informação; e no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

De modo geral, embora a meta de um milhão de cisternas esteja bem próxima de ser concluída, a universalização do acesso à água para consumo humano e, portanto, a garantia da segurança alimentar e nutricional no semiárido (tendo a água como elemento central), ainda é um limitante do programa. Cerca de um terço das famílias rurais, de acordo com os números (quadro 1), ainda não têm acesso à cisterna. Muito embora se saiba que a cisterna não cumpre, por si só, todas as necessidades e usos das famílias, essa passou a desempenhar um papel fundamental para as populações rurais, em grande parte, dispersas territorialmente, e que não tem a garantia de acesso à água pelas políticas de saneamento básico. Na medida em que a água da chuva não é suficiente para os usos familiares, a cisterna passou a ser o repositório adequado para a água “comprada” pelas próprias famílias ou distribuída pelos programas emergências de enfrentamento aos efeitos das secas, por meio da “operação carro-pipa” (como na seca entre 2012 e 2017).

Esse déficit para quase um terço dos EAF no semiárido, por si só, configura-se um argumento de manutenção do programa de cisternas no sentido da universalização do acesso à água. Todavia, a sua continuidade precisa levar em conta os fundamentos do programa de co-responsabilidade entre sociedade civil (basicamente articulada na ação coletiva da ASA, mas não exclusivamente) e governo federal, que não pode assumir o papel unicamente de “cobrador”

do andamento da execução do programa. Além disso, colocar, no âmbito do debate, o papel de estados e municípios, que não estava pensado no programa inicialmente. Em recente estudo sobre tecnologias sociais para convivência com o semiárido, realizado no estado da Bahia, por Ventura, Andrade e Garcia (2014), demonstrou-se que a principal debilidade do programa foi a ausência da participação dos governos municipais. Para os autores, a atuação da gestão municipal é considerada fundamental na promoção de inovações necessárias e eficazes estratégias de desenvolvimento no semiárido. O fato é que a participação de governos municipais, como no caso das cisternas de “plástico”, é visto como reprodução do modelo de assistencialismo e clientelismo que ainda persiste em parte da região.

Por outro lado, algumas experiências de convivência com o semiárido, estudadas por Arsky (2019), demonstram o caráter inovador entre a ação coletiva da ASA, governo federal e governos estaduais. Elas apontam avanços do programa de cisterna em relação ao acesso à água e à promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias rurais participantes e, portanto, geração de liberdades, de expansão de capacidades e de emergências de expectativas sociais no semiárido, que, por sua vez, devem ser observadas atentamente, caso o programa passe por novos arranjos e procedimentos institucionais para alcançar a universalização das famílias rurais.

Trajetória de experimentalismo institucional: construindo agências e descolonizando práticas socioprodutivas

O programa de cisternas está fundamentado na noção de convivência com o semiárido e passou a ser a “porta” de entrada para o que Castells (1999) definiu como “identidade de projeto”: uma identidade que produz “sujeitos”, isto é, um ator social coletivo, pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. É desse modo que a ideia de convivência com o semiárido é concebida, caracterizando-se como uma perspectiva orientadora de processos emancipatórios e autônomos, de expansão das capacidades criativas da população da região, que buscava otimizar os recursos existentes, recuperando conhecimentos e práticas, colocando-os a serviço das populações historicamente vulneráveis aos efeitos das secas. Em síntese, essa perspectiva significa uma nova orientação estratégica para intervenção pública naquela realidade (Silva, 2010), um processo de construção de inovações sociais e de sua experimentação prática, buscando aprender a conviver com as especificidades ambientais, formulando proposições que visavam à promoção e ao alcance do desenvolvimento

sustentável na região, conforme evidenciado por Diniz e Lima (2017). Esse é o sentido de identidade de projeto (Castells, 1999) que, baseado em experiências dos sujeitos sociais, apontava perspectivas de mudança social.

Todos os esforços coletivos empreendidos ao longo da implementação do programa, os ajustes, os acordos e alianças, bem como os conflitos e a própria gestão desses conflitos, foram criando capacidades de diálogo entre Estado e sociedade civil até então pouco desenvolvidas e/ou exploradas no país, resultando na institucionalização de um processo de experimentalismo. Essas capacidades acabaram por constituir competências de negociação e de governança que possibilitaram o surgimento de uma identidade a ser compartilhada por esses atores sociais e políticos. Essas capacidades de diálogo e competências de negociação – construídas ao longo do percurso da aprendizagem – tanto de um lado (governo), como de outro (sociedade civil), redundam em um “experimentalismo institucional” (Santos e Avritzer, 2002), um exercício fundamental para a concretização do programa de cisternas e seu alcance, conforme apresentados anteriormente.

Na medida em que a ação coletiva – centrada na ASA, politicamente, e no P1MC, concretamente – se consolida, as famílias agricultoras assumem um certo protagonismo nesse processo, apoiado na emergência de suas experiências, práticas e saberes. Ou seja, com base nos conhecimentos locais acumulados e praticados pelas famílias, até então ignorados, desconsiderados – “desperdício das experiências” (Santos, 2002) – pelas ações e políticas governamentais em relação à região, esses saberes locais se transformam em expectativas efetivas de ações para a convivência com o semiárido.

Para entender como as experiências sociais passam a fundamentar a ação coletiva da ASA, recorreu-se à “sociologia das ausências e sociologia das emergências”, tratadas por Santos (2002: 247). Partindo da crítica à racionalidade científica e à forma de conhecimento hegemônica, o autor destaca os “modos de produção da não-existência”, derivados da lógica da “monocultura do saber e do rigor do saber” que, por sua vez, consiste na transformação da ciência moderna e da “alta cultura” em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. Tudo o que o “cânone científico” não legitima ou não reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura – do atraso, pode-se dizer, em relação ao semiárido. A sociologia das ausências pode assim ser definida como “uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal”, isto é, construída como uma “alternativa não-credível ao que existe” (Santos, 2002: 246), uma prática desacreditada e desprovida de racionalidade que possa

suscitar outros processos. Portanto, o objetivo da sociologia das ausências “é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças”, conclui o citado autor.

Assim, a sociologia das ausências, de acordo com Santos (2002: 250), visa substituir a monocultura do saber e do conhecimento científico por uma ecologia de saberes, permitindo que os saberes e as experiências locais, definidos como “alternativos”, superem a hegemonia científica e a conotação latente de subalternidade atribuída às práticas sociais e conhecimentos locais. A ideia de convivência com o semiárido, desse modo, fundamentada nas experiências de famílias agricultoras, pode ser não apenas uma alternativa à falida política de combate à seca, mas fundamentalmente deve ser pensada como um novo paradigma que emerge com base no conhecimento diverso e apropriado pelas populações que vivem e convivem com a realidade de secas históricas no semiárido: um paradigma que emerge de “subjetividades rebeldes resultantes do diálogo dos saberes” (inclusive, com o saber científico). As experiências e práticas individuais e coletivas de conviver com as adversidades e limitações do ambiente, assim como a configuração de redes sociais e de “interconhecimentos”, normas comunitárias e territoriais, mecanismos de cooperação como mutirões, ajudas mútuas, fundo de pasto, gestão de aguadas etc. (Sabourin et al., 2005), são experiências que resistiram em suas “trincheiras” e representam um exercício de imaginação da sociologia das ausências na luta contra a não-existência, pela diversificação de saberes e pelo reconhecimento de diferentes atores e práticas sociais, buscando ampliar o presente, demonstrando que ele é muito maior, graças às variadas experiências sociais (Santos, 2002). A sociologia das emergências, por sua vez, faz um movimento de pensar o futuro com possibilidades plurais e concretas (pelos saberes, práticas e agentes); não um futuro vazio, infinito, mas um futuro concreto, realista (mesmo que ele seja “incerto e perigoso”): “Enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais” (Santos, 2002: 256).

Portanto, com base nas experiências e expectativas sociais criadas em torno da ASA, formas alternativas de governança de políticas no semiárido se constituem, exigindo uma relação de co-responsabilidade entre Estado e sociedade civil, entre governo e movimentos sociais, entre instituições e sujeitos coletivos e territoriais. Institui-se aí um novo processo – experimentalismo institucional –, em que uma nova “gramática” se estabelece entre as partes em torno de objetivos comuns, tendo um papel central no sentido de negar as concepções e as formas homogeneizadoras e dominantes de organização política e social. Esse

processo de experimentação aponta na direção de novas formas e mecanismos que buscaram alargar e aprofundar as mudanças políticas levando a um “novo paradigma” da dialética entre Estado e sociedade civil, afirmam Santos e Avritzer (2002). No caso do programa de cisternas, os procedimentos e normas de atuação compartilhada não estavam dados *a priori*, mas precisavam cumprir etapas, em que mecanismos de experimentação e sedimentação foram ocorrendo sucessivamente e/ou simultaneamente. Não sem conflitos (conforme relatado em torno das cisternas de “plástico”), a relação entre Estado e sociedade civil, estabelecida desde 2003 em torno do P1MC, suscitou expectativas amplas que passaram a ser a base do paradigma de convivência com o semiárido.

Ressalte-se que a reflexão de Santos e Avritzer (2002: 76) está centrada na ideia de “experimentalismo institucional” que representa uma forma de “complementaridade” democrática, buscando combinar formas limitadas da democracia representativa com formas de democracia participativa. Implica ainda uma articulação mais profunda entre representação e participação, associando ao processo de “fortalecimento da democracia local formas de renovação cultural ligadas a uma nova institucionalidade política que recoloca na pauta democrática as questões da pluralidade cultural e da necessidade de inclusão social”. Essa prática “experimental” foi comum na América Latina nos anos 80 e, nesse processo de redemocratização, os movimentos sociais cumpriram importante papel. Suas experiências de luta e reivindicação se inseriram num profundo movimento pela ampliação do político e pelo aumento da cidadania, bem como pela transformação – mudança – das políticas dominantes e pela inserção na política de atores sociais excluídos (Santos e Avritzer, 2002).

Analogamente à possibilidade de emancipação social pelo alargamento e aprofundamento da democracia (Santos e Avritzer, 2002), Amartya Sen (2010) vai conceber a democracia como um valor fundamental do desenvolvimento, uma vez que a liberdade de participação política, componente básico dos regimes democráticos, não apenas permite a escolha de representantes, mas contribui na construção de valores. Mesmo reconhecendo as limitações das democracias, Sen (2010) considera que o principal argumento a seu favor está na possibilidade de debate público que essas possibilitam, na construção de consensos e na expressão do dissenso. Não é possível falar em expansão (alargamento e aprofundamento, lembrando Santos e Avritzer, acima) das capacidades em condições de privação da participação ou de negação do direito ao contraditório. A contribuição na construção dos valores aparece como um componente primordial da capacidade de agência dos indivíduos, o que só pode ocorrer sob condições democráticas. A agência se define, portanto, como a

capacidade de o indivíduo induzir mudanças em sua vida e influir no seu entorno; nesse contexto, além das disposições sociais e/ou institucionais, a cultura também vai desempenhar um papel de grande relevância: “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo” (Sen, 2010: 33).

Na abordagem Seniana, o desenvolvimento só pode ser conquistado com a ampliação da liberdade individual cujo grau e alcance dependem também da força das influências sociais. A eliminação de privações de liberdade e a expansão destas é, portanto, considerada o principal fim e meio do desenvolvimento. O que está em questão é a oportunidade de os indivíduos realizarem escolhas, mas não quaisquer escolhas. Como assevera Sen (2010), não é suficiente apenas não sucumbir à morte e à fome, mas questionar sobre quais são as condições que a sociedade oferece, para que esse feito possa ser potencializado e que habilite seus indivíduos a realizarem escolhas capazes de melhorarem suas vidas. É evidente na abordagem das capacidades, a centralidade da interação entre indivíduo, sociedade e governos e o grau de suplementação entre eles. Assim, expandir as capacidades é proporcionar às pessoas liberdade para que possam fazer coisas e levar o tipo de vida que valorizam; que avancem no constante melhoramento das condições de suas vidas.

Ao primar por ações que permitem a democratização do acesso à água para consumo humano, água de qualidade e em quantidade para favorecer a segurança alimentar e nutricional, ao possibilitar a participação das populações a partir de experiências e práticas sociais e inovadoras (consideradas ausentes, segundo Santos, 2002) e ao estabelecer mecanismos sociais de superação do clientelismo e da subalternidade para com a “indústria da seca”¹⁴, o programa de cisternas aponta para a expansão das capacidades dos indivíduos e grupos sociais vulneráveis na região. Capacidades que têm revelado a ampliação das liberdades e da autonomia; portanto, do desenvolvimento de melhores condições de vida para as populações vulneráveis, que se traduziu aqui como convivência com o semiárido.

14 Termo utilizado para explicar a forma de exploração política da miséria no Sertão Nordestino que ganhou projeção nacional com base no jornalista Antônio Callado (Jornal Correio da Manhã), quando visitou a região em 1959 e constatou que as máquinas e equipamentos do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) eram utilizados diretamente pelos fazendeiros em suas terras, que as obras de emergência eram pré-financiadas por comerciantes que cobravam juros escorchantes dos trabalhadores das frentes de trabalho, que os reservatórios de água construídos com recursos públicos eram cercados e controlados por grandes proprietários. Em síntese, a seca era um grande e próspero negócio para uma classe social *sui generis*: os “industriais da seca” (Silva, 2010: 169).

Conclusão: aprendizados e argumentos em favor do programa

Na tentativa de analisar a abrangência do programa de cisternas no semiárido brasileiro e seu alcance para a agricultura familiar na região, percebeu-se, em primeiro lugar, que a democratização do acesso à água no semiárido ainda é um problema a ser resolvido, especialmente para as populações rurais, dispersas por esse imenso território. Tendo como parâmetro o Censo Agropecuário de 2017, foi possível inferir que cerca de um terço dos estabelecimentos rurais familiares ainda não têm acesso à cisterna como fonte de água para consumo humano. Embora não se possa concluir que elas não disponham de outra fonte de água, nos últimos anos, o programa de cisternas (independente do tipo: placas ou plástico) se transformou num dispositivo importante para facilitar o acesso à água, conforme demonstrado, além do reconhecimento de organismos internacionais de como o processo educativo desencadeado com a cisterna contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como para a capacidade de mobilização social das populações.

Além disso, Santos e Kuwajima (2019) recentemente destacaram o protagonismo no Brasil na gestão das águas por intermédio da P1MC. Para os autores, o programa está em consonância com o sexto Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos. No caso brasileiro, destacam que as experiências mais inovadoras, com maior efetividade na gestão da água e saneamento, em lugares onde há o maior déficit, são aquelas que contam com o protagonismo da comunidade e instituições locais. Assim, além dos objetivos de democratizar o acesso à água, a ação é portadora de um forte conteúdo mobilizador que deve ser igualmente valorizado. A implementação implicou em um conjunto de ações que colocaram diferentes atores locais em diálogo, configurando um importante momento de compartilhamento que possibilitaram, em certa medida, fortalecer o tecido social local. Isso pode ser considerado um efeito positivo da ação coletiva que se consolidou com base na capacidade progressiva de mobilização da ASA. Se, no início do programa, havia certa desconfiança de setores do governo, uma vez que eram poucas organizações fazendo algo tão pequeno (uma cisterna!), ao longo dos anos, o processo de mobilização fez com que muitas organizações se unissem na ação coletiva e o “trabalho de formiguinha” (como diz um representante da ASA) passou a ter o reconhecimento do governo e da sociedade.

Essa ação coletiva e ampla vai repercutir também quando se trata de saúde para os membros das famílias participantes do programa. Por exemplo, em

relação ao “Impacto de Cisternas Rurais Sobre a Saúde Infantil”, o programa demonstrou avanços surpreendentes, conforme pesquisa de Silva (2015: 03). Seu estudo sobre os indicadores de mortalidade infantil (de 0 a 4 anos) por doença diarréica aguda dos municípios do semiárido, com dados entre 2000 a 2010, concluiu que houve uma redução de 19%, quando o programa de cisternas tinha até dois anos de atuação. Já quando o programa tinha nove anos, a redução foi de 69% nas localidades, quando os dados eram comparados com a média de mortalidade por diarreia, que os municípios apresentavam em 2000.

Embora não se resumam apenas a esses, os resultados do programa não sensibilizaram os governos nos últimos anos. A diminuição de recursos, conforme citado acima, e as mudanças nos marcos normativos têm preocupado os representantes das organizações da ASA. Faz parte do jogo democrático e de valorização da diversidade de atores focados em determinada temática e, no caso do programa de cisternas, foi fundamental a participação da rede de organizações da ASA e toda a experiência acumulada ao longo desses 20 anos: experiência de uma ação coletiva para convivência com o semiárido e de um inovador processo de experimentalismo institucional centrado no tripé entre as organizações sociais, as famílias participantes do programa e o governo federal. A mudança de direção nessa trajetória de “experimentalismo” e de descontinuidade do programa certamente acarretará no fim de uma das mais bem-sucedidas ações de desenvolvimento de capacidades, de participação, de autonomia e de liberdade no semiárido brasileiro nas últimas décadas, reconhecidas inclusive internacionalmente. Viu-se o que pode ser feito com um Estado um pouco mais sensível às demandas da sociedade civil. Agora, cabe compreender a potência das capacidades dos sujeitos coletivos criadas nesse contexto para superar esses desafios e continuar sua trajetória de construção do paradigma da convivência com o semiárido.

Referências:

- ARSKY, Igor da Costa. *Determinantes, efeitos e institucionalização do programa cisternas na visão dos implementadores*. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais em Desenvolvimento, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2019.
- ASA. *História*. 2020. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- ASA. *Carta do Piauí – Carta da Terra*. Teresina/PI. 2004. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta%20da%20Terra.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

- ASA. *Declaração do Semiárido*. 1999. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/images/userfiles/file/declaracao_do_semi-arido.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- BRASIL. *Decreto n. 7.535, de 26 de julho de 2011*. Brasília. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7535.htm>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2), 3. ed. São Paulo, Paz e Terra. [Tradução: Klauss Brandini Gerhardt]. 1999.
- CASTRO, César N. de. *Avaliação do programa nacional de apoio à captação de água de chuva e outras tecnologias sociais (programa cisternas), à luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, IPEA, 2021. (texto para discussão 2722).
- DINIZ, Paulo Cesar Oliveira. *Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”*: Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil – experiências no Semi-Árido. Tese (Doutorado Sociologia), Universidade Federal da Paraíba – PPGS, Campina Grande, 2007.
- DINIZ, Paulo Cesar Oliveira; LIMA, Jorge Roberto Tavares de. Mobilização social e ação coletiva no Semiárido Brasileiro: convivência, agroecologia e sustentabilidade. *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, pp. 189-207, abr. 2017. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9353>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- DINIZ, Paulo Cesar Oliveira; SANTOS, Christianne F; ROZENDO, Cimone. Política para o futuro? a trajetória do programa de cisternas em um contexto de desmonte das políticas públicas no Brasil. In: 43º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG. 2019. *Anais do 43o Encontro Anual da ANPOCS*, 2019.
- DUQUE, Ghislaine. Água para o desenvolvimento rural: a ASA e os Programas P1MC e P1+2 – Desafios da participação sociedade civil – governo. In: GRISA, Cátia e SCHNEIDER, Sergio. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2015.
- IBGE. *Banco de Dados Agregados*. 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- LONGO, Ivan. Premiado pela ONU, Programa Cisternas pode ter corte de 92% no orçamento para 2018. *Fórum*. 2017. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/premiado-pela-onu-programa-cisternas-pode-ter-corte-de-92-no-orcamento-para-2018/>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- MADEIRO, Carlos. Sob Bolsonaro, programa construiu menor número de cisternas de sua história. *UOL*. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/12/bolsonaro-menor-numero-cisternas-desde-origem-programa.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

- MALUF, Renato S.; ZIMMERMANN, Silvia A.; JOMALINIS, Emília. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, pp. 517-544, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-2>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- MELITO, Leandro. Projeto-modelo vem perdendo recursos ano a ano. Edital do governo Bolsonaro pode excluir principal articuladora das construções. *Outras Palavras*. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/ojoioeotrigo/2020/01/programa-de-cisternas-enfrenta-seca-de-recursos-e-fome-bate-a-porta-do-semiarido/>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- NOGUEIRA, Daniela; MILHORANCE, Carolina; MENDES, Priscylla. Do Programa Um Milhão de Cisternas ao Água para Todos: divergências políticas e bricolagem institucional na promoção do acesso à água no Semiárido brasileiro. *IdeAs* [on line], v. 15, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.4000/ideas.7219>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- OBERMAIER, Martin. *Velhos e novos dilemas nos sertões*: mudanças climáticas, vulnerabilidade e adaptação no semiárido brasileiro. Tese (Doutorado Programa de Planejamento Energético), Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE, Rio de Janeiro, 2011.
- OPPA. Observatório de Políticas Públicas para Agricultura. *Políticas públicas para o meio rural brasileiro no período recente*: mudanças, continuidades e rupturas. 2018. Disponível em: <<http://oppa.net.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- ROZENDO, Cimone. Mudanças climáticas e convivência com o semiárido na agenda pública do Seridó Potiguar. *Revista Guaju*. Matinhos-UFPR, v. 1, n. 1, pp. 90-105, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/43432>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- SABOURIN, Eric et al. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no nordeste. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v. 22, n. 2, pp. 293-306, 2005. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/540590/1/document_540590.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n. 63, pp. 237-280, 2002. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/1285#text>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático (pp. 39-82). In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos. v. 1). 2002.
- SANTOS, Gesmar Rosa dos; KUWAJIMA, Julio Issao. *Cadernos ODS*: ODS 6 – Assegurar a Disponibilidade e Gestão Sustentável da Água e Saneamento para Todas e Todos.

2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_6.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- SANTOS, Thiago Araujo. *Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil): A convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20072016-185024/publico/2016_ThiagoAraujoSantos_VCorr.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Lucas Emanuel da. *O impacto de cisternas rurais sobre a saúde infantil: uma avaliação do Programa 1 milhão de cisternas, 2000-2010*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Pernambuco – CCSA, Recife, 2015.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/livroPDF.aspx?cd_livro=176>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- SUDENE. *Nova delimitação Semiárido*. Brasília. 2019. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/semiárido/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- VENTURA, Andréa Cardoso; ANDRADE, José Célio Silveira; GARCIA, Luz Fernández. Tecnologias sociais de convivência com o semiárido como estratégia de mitigação/adaptação às mudanças climáticas no Brasil. *Astrolabio. Nueva Época*. n. 12, 2014. Disponível em: <<https://revistas.psi.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/7361>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

Recebido em: 19/06/2020

Aprovado em: 30/05/2022

Como citar este artigo:

- DINIZ, Paulo Cesar Oliveira; SANTOS, Christiane Fernandes dos; ROZENDO, Cimone. Acesso à água para consumo humano no semiárido brasileiro: desafios, tensões e perspectivas do programa “Um Milhão de Cisternas”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 095-119.





Dossiê Olhares cruzados entre pesquisas em sociologia rural no Brasil e no Norte da África

A dinâmica do movimento das mulheres *sulâliyât*¹ no Marrocos: uma história de relação com a terra e de resistência feminina

Kamal Mellakh²

Aziza Sakhrâji³

Tradução: Giuliana Bueno Denari⁴

Resumo: Fundamentado em pesquisa de campo com as mulheres *sulâliyât* no Marrocos, que lutam por seu direito à propriedade coletiva, este artigo evidencia a profunda relação dessas mulheres com a terra. Os resultados desta pesquisa questionam a classificação de mulheres submissas, que lhes foi atribuída por uma antropologia etnocêntrica. As *sulâliyât* não se definem como sendo sustentadas, mas sim como participantes ativas e responsáveis pela economia interna de seus lares.

Palavras-chave: *Sulâliyât*; terras coletivas; relação com a terra; luta coletiva.

- 1 Uma mulher *sulâliyât* é definida por seu pertencimento a uma comunidade dita "étnica" (*jamâ'a sulâliyât*), que nada mais é do que uma fração de uma tribo. Ela é definida institucionalmente por dois determinantes principais: pela *sulâla*, que se refere à linhagem sanguínea que a liga à tribo original, e por sua relação histórica com o território ocupado pela comunidade, à qual pertence de maneira coletiva.
- 2 Université Hassan II (UHII) – Laboratoire dynamique des espaces et des sociétés (LADES) – Mohammedia – Maroc – kmellakh@yahoo.fr
- 3 Université Hassan II (UHII) – Laboratoire dynamique des espaces et des sociétés (LADES) – Mohammedia – Maroc – azizasakhrâji68@gmail.com
- 4 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – giudenari@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-2714-1642>

Soulâliyât dynamic in Morocco: An account of attachment to land that questions the tutorship status attributed by colonial anthropology

Abstract: Based on field research with Sulâliyât women in Morocco, who are fighting for their right to collective property, this paper highlights their profound attachment to their land. The conclusions of this research call into question the image of submissive women, that has been cast upon them by an ethnocentric anthropology. Sulâliyât women do not define themselves as being cared for, but rather active participants, and in charge of their household's economy.

Keywords: *Sulâliyât; collective land; collective struggle; relationship to land.*

La dinámica del movimiento de mujeres *sulâliyât* en Marruecos: Una historia de relación con la tierra y de resistencia femenina

Resumen: Basado en una investigación de campo con mujeres Sulâliyât de Marruecos, que luchan por su derecho a la propiedad colectiva, este artículo destaca la profunda relación que estas mujeres tienen con la tierra. Los resultados de esta investigación cuestionan la clasificación de las mujeres sumisas que les ha atribuido una antropología etnocéntrica. Las mujeres de los Sulâliyât no se definen como mantenidas, sino como participantes activas y responsables de la economía interna de sus hogares.

Palabras clave: Sulâliyât; tierra colectiva; relación con la tierra; lucha colectiva.

Introdução

Em 2007, um novo movimento social sem precedentes surgiu no Marrocos. Foi na comunidade de *Haddada*, na região de Kenitra, que uma ação coletiva de mulheres chamou a atenção de pesquisadores e associações que lutam pelos direitos das mulheres, tanto a nível nacional quanto internacional. Sua causa, apoiada pela Associação Democrática das Mulheres Marroquinas (*Association démocratique des femmes du Maroc* – ADFM) e por outras organizações de direitos humanos, alcançou em 2009 a dimensão de debate nacional. Posteriormente, despertou particular interesse das instituições estatais de mais alto nível: três ministros do interior sucessivamente acompanharam essa dinâmica e enviaram circulares para chamar

atenção dos *walis* e dos governadores⁵. Eles ordenaram que fizessem todo o possível para garantir o direito de acesso das *sulâliyyât* às terras coletivas e às suas rendas⁶.

A dinâmica das *sulâliyyât* também tem sido uma das principais razões que deram início a um debate jurídico em torno do futuro da terra coletiva no Marrocos. Três projetos de lei⁷ relativos à gestão de terras coletivas têm sido objeto de debate público desde 2017. Sua importância é extremamente significativa, pois se destinam a substituir o *dahir*⁸ de 27 de abril de 1919⁹. A Lei n. 62-17, uma das três leis que foram votadas em 2020, finalmente garantiu o direito dos *sulâliyyât* à terra coletiva e aos seus rendimentos¹⁰. Ao optar por lutarem por seu direito de acesso à terra coletiva, as *sulâliyyât* provam que o *status* de mulheres submissas não correspondem mais a elas. Assim sendo, mediante a análise de suas dinâmicas, pretendemos contribuir com o debate epistemológico contemporâneo da sociologia da mulher no Marrocos.

As duas comunidades “étnicas” que são objeto de nossa pesquisa, *Ahl Taroudant*¹¹ e *Oulad Sbita*¹², têm em comum a presença de uma dinâmica de resistência por parte das mulheres *sulâliyyât*, em um contexto de desapropriação de terras em sua comunidade.

5 Os *wali* e os governadores são nomeados pelo rei para representar o Estado nos órgãos eleitos, que asseguram a supervisão do Ministério do Interior sobre as assembleias eleitas e coordenam a ação dos departamentos ministeriais em nível regional e local.

6 Por renda, também estão incluídas as receitas de arrendamentos/locação de terras coletivas ou de sua transferência; que são fontes de compensação para as comunidades desapropriadas.

7 A Lei 62-17 diz respeito à organização da tutela administrativa das comunidades étnicas "*jamâ'ât sulâliyya*" e à gestão de suas terras coletivas; a Lei n. 63-17 diz respeito à delimitação administrativa das comunidades *sulâliyya*; e a Lei n. 64-17 diz respeito à *melkização* das terras coletivas localizadas ao redor das áreas irrigadas.

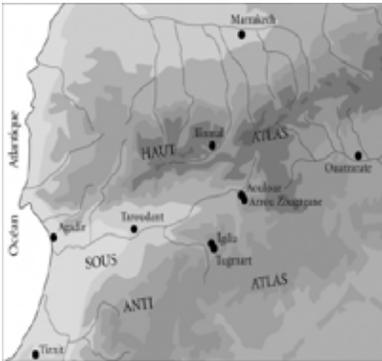
8 O *dahir* (*cherifien*) é um decreto real, que pode ser judicial ou legislativo; outros dahirs dizem respeito à nomeação para cargos superiores.

9 Este *dahir* estabeleceu a tutela do Estado colonial sobre as comunidades tribais e padronizou as regras de uso e divisão de terras coletivas. Ele permaneceu em vigência durante um século inteiro, antes que as três novas leis, 62, 63 e 64-17, fossem finalmente aprovadas em junho de 2020.

10 O artigo 6 dessa lei ressalta que "os membros das comunidades étnicas, tanto homens quanto mulheres, se beneficiam do usufruto dos bens de suas próprias comunidades conforme a distribuição (ou partilha) estabelecida pela assembleia dos delegados (*jamâ'at nuâb*)".

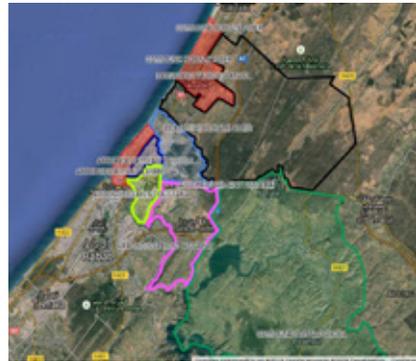
11 O termo *Ahl Taroudant* se refere aos habitantes originais de Taroudant, que são os membros das frações tribais que viveram em Taroudant.

12 O termo *Oulad Sbita* se refere aos descendentes de Sbita, que são os membros das frações tribais que foram conduzidos para essa região pelo sultão Alaouite Moulay Smail no Século XVII.



Taroudant, no sul do Marrocos, na planície de Souss entre as duas cadeias montanhosas: o Alto Atlas e o Anti-Atlas.

Fonte: Periódicos em edição aberta* *Olivier de Sardan, J. P. *Anthropologie de développement : Essais-en socio-anthropologie du changement social*. Collection Hommes et sociétés, édit. Karthala, 1995. p. 6



Oulad Sbita, no norte do mapa, localizado na comuna rural de Amer, na província de Salé.

Fonte: referência de preços de transações imobiliárias na Prefeitura de Salé:

Para nós, trata-se de buscar as explicações para essa dinâmica, na história da relação com a terra entre as *sulâliyyât*, por meio das sucessivas transferências das terras em suas comunidades. Nossos sujeitos estão situados, portanto, em um contexto de expropriação da terra, atravessado por conflitos sociais. De fato, as duas comunidades que são objeto de nossa pesquisa experimentaram a expropriação de suas terras coletivas para projetos de modernização agrícola, de urbanização e de investimentos imobiliários e em turismo. Essas intervenções apresentam obstáculos para todos os atores que interagem nesse contexto e trazem em si mesmas um incentivo para a mudança social. Destacamos dessa questão, portanto, a relevância da dinâmica antropológica como uma abordagem, tanto teórica quanto metodológica.

Nossos dados se baseiam em observações e entrevistas biográficas realizadas principalmente com 40 mulheres *sulâliyya*, entre aquelas que lutam pelo direito à terra coletiva e à renda. Também realizamos entrevistas com 10 homens membros de ambas as comunidades, selecionados pela importância de seus papéis sociais desempenhados. Também realizamos entrevistas com representantes da Diretoria de Assuntos Rurais em Salé e Taroudant, que são representantes locais do Conselho Tutelar, que é a competência responsável pela gestão e transferência de terras coletivas.

I. A realidade das mulheres de comunidades tribais na socio-antropologia colonial

Desde os anos 1980, os sociólogos marroquinos¹³ demonstraram, mediante seus estudos sobre as condições das mulheres marroquinas, o dinamismo de nossa sociedade. Eles se engajaram em um debate crítico sobre os pressupostos teóricos estáticos e etnocêntricos, estabelecidos pela sócio-antropologia colonial, sobre as condições das mulheres marroquinas. A realidade das mulheres rurais raramente tem sido tratada, entre sociólogos e os antropólogos coloniais, como objeto de estudo e análise central em si. Os trabalhos sobre a sociedade rural marroquina têm privilegiado o estudo das estruturas macrosociológicas das comunidades tribais e das relações de poder entre tribos, *makhzen*¹⁴ e *zaouïa* (fundação religiosa) (El Harras, 2006: 105). Dessa forma, a família foi apreendida nas pesquisas coloniais apenas à luz da ordem social geral, por meio de estudos orientados mais para relações extrafamiliares do que para as intrafamiliares (Bouaasria, 2020: 327).

As abordagens *segmentaristas*¹⁵ (Ernest Gellner, 1969) consideraram as famílias como entidades indivisíveis, cuja principal função seria a de preservar a continuidade das linhagens genealógicas que garantiriam o acesso ao território (El Harras, 1987: 129). Paralelamente, os sociólogos estrutural-funcionalistas que se debruçaram sobre os papéis sociais de gênero no centro das famílias das tribos norte-africanas os analisaram à luz da ideologia da honra¹⁶ (Bourdieu, 1981). Além disso, a análise das relações de dominação entre homens e mulheres levou à elaboração de uma série de dicotomias sociais (Rahma Bourqia, 1999: 97): interior/exterior, espaço privado/espaço público, invisível/explicito, vergonhoso/nobre e honra/desonra (Bourdieu, 1981: 49-50).

Os sociólogos e antropólogos mencionados anteriormente abordaram as famílias marroquinas por meio de grades analíticas pouco inclinados a compreender a complexidade de sua realidade social (Bouaasria, 2020: 327). Suas teorias holísticas têm apresentado as mulheres pertencentes a comunidades tribais

13 Citamos neste artigo: Mokhtar El Harras, Rahma Bourqia, Aicha Bellarbi e Laila Bouaasria.

14 O conceito de *makhzen* se refere ao poder central pré-colonial, uma autoridade de sobreposição que usa a razão divina para impor relações às comunidades, territoriais e religiosas autônomas, relações de lealdade. Graças a seu exército e sua burocracia, foi capaz de converter a aliança em obediência. Alain Claisse, *Le makhzen hoje*, em: Jean-Claude Santucci, *le Maroc actuel*, pp. 285-310, 2013, OpenEditions Books.

15 NT: campo de estudos que pode ser consultado. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/insanariat/5802>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

16 Citamos: Camille Lacoste-Du jardin, « Un village algérien. Structures et évolution récente ». *Alger, Organisme national de la recherche scientifique*, Société nationale d'édition et de diffusion, 1976, et Raymond Jamous, *Honneur et baraka: les structures sociales traditionnelles dans le Rif*. Editions de la maison des sciences de l'homme, 2019.

como submissas e passivas diante da fatalidade de seu destino, que consiste em passar suas vidas sob a tutela de seus familiares masculinos. Esses modelos teóricos estáticos e dicotômicos não permitem evidenciar a realidade social vivida pelas mulheres em sua diversidade e dinamismo (Belarbi, 1997: 77). O problema da relação subjetiva das mulheres *sulâliyyât* com a terra é um dos fatores que tem sido negligenciado.

II. Contexto geral da dinâmica das mulheres *sulâliyyât*

Os *sûlaliyyât* decidiram se organizar para reivindicar seus direitos em um contexto caracterizado por uma grande pressão sobre a terra coletiva. Terras coletivas são terras que pertencem coletivamente a uma tribo, a uma fração de uma tribo ou a um *douar*. De acordo com o Dahir de 27 de abril de 1927, as comunidades tribais – oficialmente chamadas comunidades “étnicas¹⁷” “*jamâât sulâliyya*” – são classificadas como *personnalité morale*¹⁸ e são, portanto, proprietárias de domínios territoriais que podem ser delimitados e registrados¹⁹. Os membros dessas comunidades, denominados *sulâliyyûn* (plural masculino) e *sulâliyyât* (plural feminino), não detêm, segundo esse *dahir*, a propriedade do território, mas apenas o direito a seu usufruto (Le Coz, 1964: 263). De acordo com o mesmo *dahir*, os chefes de família só podem transmitir a seus descendentes um direito e não uma propriedade, o que explica a centralidade do *sulâla*, que se refere à linhagem sanguínea/agnático²⁰, na relação com as terras coletivas. As *sulâliyyât*, mesmo que se definam por suas descendências que as ligam à sua comunidade “étnica”, eram excluídas desta herança em nome da tradição.

As terras coletivas representam uma reserva fundiária, cuja superfície declarada pelo Ministério do Interior é atualmente de 15 milhões de hectares. Sua importância é ainda maior se levarmos em consideração o número de pessoas que têm o direito ao seu usufruto. Trata-se efetivamente de cerca de um terço da população marroquina, ou seja, são por volta de 10 milhões de *collectivistes*²¹ que têm nessas terras a garantia de sua sobrevivência. Entretanto, o aspecto

17 Este termo se refere institucionalmente às frações tribais que possuem terras coletivas desde as primeiras reformas fundiárias estabelecidas pelo protetorado. No entanto, essa *etnização* do território tribal levanta muitas questões; daí a escolha de colocá-lo entre aspas e privilegiar o termo árabe *sulâliyya*. A palavra *etnia* também tem sido muito criticada por sociólogos e antropólogos como Max Weber, Jaque Berque e Paul Pascon.

18 NT: diferente de pessoa física, próximo à concepção de pessoa jurídica.

19 Artigos 1, 2 e 3 do Dahir de 27 de abril de 1919.

20 Nota da tradução: descendência sanguínea pela linhagem masculina.

21 NT: *collectivistes* são as pessoas que possuem o direito de usar as terras coletivas.

inalienável dessa terra tem sido considerado pelo Estado colonial e pós-colonial como um obstáculo que impede seu desenvolvimento e modernização²². Para contornar isso, e ainda permitir a mobilização desse patrimônio para fins ligados à modernização do Estado e o crescimento econômico, o sistema de propriedade coletiva da terra foi objeto de várias reformas, incluindo principalmente o art. 11 do Dahir de 27 de abril de 1919. Esse último permite às *personnalité morale*, isto é, ao Estado, aos municípios e aos estabelecimentos públicos, adquirir propriedades coletivas.

A transferência de terras coletivas é feita por consentimento, desde que a comunidade proprietária e o conselho de tutela estejam de acordo. Caso contrário, a transferência é realizada pela via da desapropriação por razões de utilidade pública. A desapropriação faz parte da competência do conselho de tutela vinculado ao Ministério do Interior. Grandes áreas de terras coletivas foram então cedidas ou arrendadas para a realização de projetos de investimento de grande escala em diversos setores, tais como investimento agrícola, habitação social, educação, saúde, mineração, indústria e turismo (Ahmed Daoudi, 2011).

No contexto atual, caracterizado por uma grande pressão sobre as terras coletivas, as *sulâliyyât* se viram ameaçadas pela transferência das terras de suas comunidades. Por isso, elas decidiram se mobilizar para lutar contra sua exclusão das listas de proprietários legítimos, o que consideram como um ato discriminatório. Elas reivindicam seu estatuto como proprietárias da mesma maneira que os homens, desafiando assim as regras costumeiras para o uso e compartilhamento de terras coletivas, que têm sido padronizadas desde o período colonial.

A padronização e rigidez dos costumes tribais por parte do Estado colonial:

As regras do *’orf* (costume) que governavam o usufruto e a partilha da terra comunitária, antes da intervenção do Estado colonial e pós-colonial, extraíram seu significado do princípio da vida comunitária das comunidades tribais. Mesmo que o costume fosse diferente de uma tribo para outra, geralmente oferecia

22 Desde a independência, o Estado se engajou em um processo de modernização das terras coletivas a fim de integrá-las à economia do país e adaptar seu regime de propriedade às exigências econômicas liberais. Conforme Bouderbala N. «L'état et la modernisation des terres collectives». In: RUBINO, R. et MORAND-FEHR, P. *Systems of sheep and goat production: Organization of husbandry and role of extension services*. Zaragoza: CIHEAM, 1999. p. 339-344 et Lazarev G., *les politiques agraires au Maroc 1956-2006: un témoignage engagé*, collection: économie critique, 2012.

a cada chefe de família (masculino) o direito de se beneficiar de uma ou mais partes de terra designadas pelo *jmâa*²³.

As mulheres, assim como os homens das comunidades tribais, beneficiaram-se em princípio do usufruto da terra coletiva, dada a sua condição de membros da família estendida. O lote de terra é destinado apenas ao chefe da família para suprir as necessidades dos membros, masculinos e femininos, da família estendida. Mas, como as mulheres tinham excepcionalmente o *status* de chefe de família, as regras do costume que foram generalizadas pelo Estado colonial só ofereciam às viúvas com filhos pequenos o acesso direto a terra anteriormente confiada ao falecido chefe de família (Karsenty, 1988).

É importante ressaltar que as regras tradicionais de uso, que raramente foram escritas, não são aplicadas de forma rígida. Elas dependiam em geral das decisões do *jmâa*²⁴. O Estado colonial decidiu generalizar as regras de uso da tribo *beny hssen* de *lgharb*²⁵, em uma versão muito rígida e fixa (Bouderbala, 1999: 52). Desde então, foram os *nuâb* (representantes²⁶), designados em geral pelos *caïds* e *pachas*²⁷, que representaram as comunidades *sulâliyya* perante o conselho de tutela. Eles executam suas decisões e assinam os contratos de transferência. A sua área de competência é muito ampla, mas suas decisões só podem ser contestadas pelo conselho de tutela²⁸. Eles elaboraram as listas de beneficiários, mas não incluíram as *sulâliyyât*, o que as excluiu da compensação pela transferência de terras pertencentes às suas comunidades.

Karsenty (1988) conseguiu relativizar o modelo de terras coletivas construídas por juristas colonialistas. Com base em um estudo de relatórios e correspondência escritos por controladores civis, ele destacou as dificuldades colocadas pela generalização e projeção desse modelo e seus princípios rígidos. As realidades sociais dos coletivos tribais à época eram muito diversas e, na maioria dos casos, muito distintas do modelo estabelecido pelos referidos juristas. Entre

23 Artigos 2, 3 e 4 do Dahir de 27 de abril de 1919.

24 Os *jmâa* são os conselhos dos representantes das frações tribais, em todos os níveis de suas organizações sociais. São geralmente compostos pelos representantes de todas as entidades constituintes da fração em questão.

25 A região de El Gharb compreende uma vasta área do Marrocos, incluindo as planícies mais ricas voltadas para produção agrícola; abrange duas grandes províncias: Kenitra, Sidi Kassem e Sidi Yahya El Gharb.

26 O artigo 2 do Dahir de 1919 especifica as formas de nomeação ou eleição dos *nuâb* por parte das comunidades *sulâliyya*; entretanto, as *sulâliyyât* e os *collectivistes* entrevistados afirmaram que os *nuâb* atuais não foram eleitos nem nomeados pela *jmâa*, mas sim pelas autoridades locais. Eles não os consideram como representantes legítimos da *jmâa*.

27 Foram ao longo da história do makhzen marroquino, seus representantes locais junto às tribos e suas frações; hoje, eles representam as autoridades locais e exercem suas funções sob a supervisão do Ministério do Interior. Eles permanecem, entretanto, nas representações sociais dos cidadãos, os representantes do makhzen.

28 Artigo 4 do Dahir de 27 de abril de 1919.

os princípios relativizados por Karsenty e outros juristas²⁹, citamos o do princípio da intervenção periódica³⁰, que, segundo Karsenty, era aplicável apenas em casos excepcionais.

Com base nas correspondências por ele analisadas, concluiu que as famílias das comunidades envolvidas se comportavam com a chamada terra “coletiva” como se fosse um *melk*³¹ familiar. Após a morte do chefe de família, os herdeiros partilhavam a terra que o falecido possuía. Ele também mostrou que a exclusão das mulheres dessa partilha não era a regra; elas também recebiam sua parte dessa herança (Karsenty, 1988: 433). O autor concluiu em seu estudo que, enquanto as comunidades tribais tivessem autoridade para agir de acordo com suas próprias decisões, eles se refeririam a seus próprios costumes e regras de uso. Mas no que o juizado os privou dessa competência, eles foram obrigados a se submeter ao Dahir imposto pelo Estado colonial. Entretanto, ao longo das décadas de projeção e aplicação das regras de uso oficializadas pelo Estado colonial, os *jmâ'a* foram obrigados a se referir aos princípios gerais do modelo imposto. Os costumes tribais entraram então em oposição ao modelo rígido e institucionalizado, reconstruindo assim uma realidade territorial muito complexa (Tozy e Bendella, 2007).

Em 2017, Berriane e Ringuel³² situaram as discussões atuais em torno do direito das mulheres às terras coletivas no contexto geral da construção mútua do direito consuetudinário e do direito positivo desde o protetorado. Elas consideram que os discursos dos diferentes atores envolvidos nessa dinâmica conservam as mesmas “categorias coloniais”. De fato, eles “reproduzem a distinção entre os regimes tradicionais que oprimem as mulheres e a lei positiva que promove a sua igualdade”. Berriane e Ringuel insistem na importância de levar em consideração o “peso da herança colonial que muitas vezes é diminuída, até mesmo esquecida” (Berriane e Ringuel, 2017: 97). Estudos e análises anteriores sobre a evolução do direito consuetudinário mediante o período colonial e pós-colonial nos permitiram deduzir que o modelo de terras coletivas, construído

29 Salmon, Quelques particularités de la propriété marocaine dans le Rharb », *Archives marocaines* T. II, 1904, PIERSUIS, *Études sur les communautés rurales en Beni Ahsen*, 1947, Ed. F. Moncho, Rabat: citado por Karsenty.

30 Este princípio consiste em renovar a divisão periodicamente, com o objetivo de distinguir o direito de uso da terra coletiva da propriedade familiar.

31 NT: *melk* significa uma propriedade; porém, que faz referência à herança e não uma propriedade comprada de maneira individual, ou seja, o estatuto da terra permanece diferente da propriedade privada. Já *melkisation* é a apropriação de terras coletivas indivíduos, transformando-as assim em propriedade.

32 Berriane, Yasmine et Rignall, Karen. La fabrique de la coutume au Maroc : le droit des femmes aux terres collectives. *Cahier du genre*, n. 62, 2017/1, pp. 97-118.

por juristas coloniais, formalizou e generalizou a exclusão das mulheres *sulâliyyât* do acesso direto à terra, em nome do costume.

III. A relação das *sulâliyyât* com a terra: uma questão eminentemente antropológica

As pesquisas sociológicas desenvolvidas no início desse processo, por Berriane e Ait Mouss (2016), Berriane (2015) e depois Berriane e Rignall (2017), concentraram-se na análise dos valores e estratégias mobilizados para legitimar a igualdade diante do direito de usufruto dos bens coletivos. Em particular, eles prestaram atenção ao hibridismo das normas e valores mobilizados para legitimar a igualdade do direito de acesso às terras coletivas. De acordo com esses estudos, os registros mobilizados para esse objetivo variaram entre tradição, jurisprudência islâmica e direito civil moderno: as *sulâliyyât* se referem ao mesmo tempo ao seu estatuto herdado por meio da linhagem sanguínea/agnática e aos valores internacionais relativos à igualdade de direitos. A evolução do estatuto das mulheres no Marrocos, a constituição que enfatiza o princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como as convenções assinadas contra todas as formas de discriminação com base no gênero, foram todas mobilizadas (Berriane, 2015). Esse hibridismo de referências é frequentemente justificado pelo que poderia ser descrito como bricolagem³³ (Hassan Rachik et al., 2007), se quisermos ser mais precisos.

Apesar da diversidade de registros, valores e argumentos citados, as análises anteriores não atribuíram importância suficiente à relação subjetiva das *sulâliyyât* com a terra, o objeto central de sua luta coletiva. Essa relação, que merece nossa atenção enquanto objeto de estudo, é antropológicamente indissociável de sua relação com a tradição. As análises da relação entre as *sulâliyyât* e a terra tem se concentrado, geralmente, em sua exclusão do direito de acesso a ela, deixando-nos entender que a terra só diz respeito aos homens das comunidades tribais³⁴.

Ao se organizarem para reivindicar seu direito de acesso às terras coletivas e à sua renda, as *sulâliyyât* provam que não estão em uma lógica de sujeitos que sofrem discriminação de forma passiva. Elas se mostram, pelo contrário, ativas e até mesmo vanguardistas e militantes, por seus direitos e os de sua

33 Conceito atribuído a: Hassan Rachik, Abdellah Laaroui et Youssef Blal. «Nation, nationalisme et citoyenneté», *les cahiers bleus*, n. 8, publication du cercle d'analyse politique, 2007.

34 Cf. MILLIOT, LE COZ, GUIILAUME: “Nenhuma delas mencionou a participação das mulheres na partilha de “terras coletivas”. Estudos e pesquisas recentes realizados entre os *sulâliyyât* também analisaram sua relação com a terra através de sua exclusão das listas de proprietários legítimos”.

comunidade. As reivindicações das *sulâliyyât* revelam uma consciência de sua condição de pessoas com direitos, cuja explicação deve ser buscada na história de sua relação com a terra. Quais são suas próprias representações de sua relação com a terra? Será que elas se consideram responsáveis pela terra como os membros de suas famílias natais e/ou conjugais? Ou será que elas se veem como sendo cuidadas, e sob a tutela dos membros masculinos de suas famílias?

II. As *sulâliyyât* de vanguarda que não se enquadram nos padrões de mulheres submissas:

Em todos os domingos, os passageiros na estrada nacional entre Rabat e Kenitra têm a oportunidade de observar a luta coletiva liderada pela comunidade *sulâliyya* Oulad Sbita³⁵. A despeito da forte presença feminina que ocupa esse espaço público, a figura carismática da jovem Saida Sekkat atrai rapidamente a atenção. Ela se posicionou no centro para comandar a manifestação. Com um megafone na mão, ela gritou as reivindicações de sua *collectivité*, enquanto homens e mulheres *collectivistes* em frente a ela repetem as mesmas palavras de protesto. Usando toda a força de sua voz, Saida Sekkat enfrenta o desafio: “Se você fala de desenvolvimento, atreva-se a enfrentar os *sulâliyya*! Se você fala em transparência, atreva-se a enfrentar os *sulâliyya*!”

A imagem que essa mulher vanguardista nos dá de mobilização em uma comunidade rural na periferia da cidade de Salé está longe de ser a imagem elaborada pela sociologia da dominação masculina. Estamos falando de mulheres que ocupam o espaço público, à frente de um movimento de luta coletiva pelo direito à terra. Mulheres que protestam há 10 anos e que não estão prontas para abandonar sua causa e sua mobilização de ocupar as ruas.

Por outro lado, no sul do Marrocos, os membros da comunidade *Ahl Taroudant* se reúnem todas as sextas-feiras³⁶ na sede de um sindicato para discutir sua atuação coletiva. São duas *sulâliyyât*, Souad e Aicha, no centro da mesa redonda, que abrem o debate, depois de terem apresentado o relatório e o andamento das ações dos coletivos. Apesar das diferenças entre os contextos de atuação de duas lutas coletivas, entre suas estratégias e conteúdo, elas têm em comum a forte participação feminina e a confiança de que duas *sulâliyyât* vanguardistas em lutas coletivas terão êxito em suas demandas. Os *collectivistes*

35 A continuidade dos protestos mudou devido às normas de biossegurança relativos ao controle da pandemia da COVID-19.

36 O mesmo para esse coletivo, as assembleias não acontecem mais semanalmente, apenas de acordo com a necessidade, com número limitado de participantes, em espaços privados.

solidários ao seu redor confirmam todos o compromisso e a honestidade das ativistas, Souad e Aicha em Taroudant, e Saida Sekkat em Oulad Sbita.

1. O desencadear da luta coletiva:

O início da luta coletiva nas duas comunidades que são objeto de nossa pesquisa ocorreu em 2011, no contexto da “primavera dos povos do Oriente Médio e do Norte da África”. Esse período também remete ao contexto da reforma constitucional que resultou na Constituição de 2011, que integra o princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

1-1 A exclusão das listas de pessoas com direito

Essa exclusão desempenhou, em ambas as comunidades, um papel muito importante no desencadeamento da luta coletiva, especialmente em Taroudant, onde as datas de transferência são dos anos 1980. A lista de requerentes do direito a terra publicada pela primeira vez no boletim oficial em 2011 excluiu, de acordo com os depoimentos dos *collectivistes*, quase metade dos membros da comunidade. Em contrapartida, incluía pessoas estrangeiras³⁷ que se apropriaram das terras coletivas. Os ativistas decidiram então se organizar em uma associação local de contestação, originária da comunidade, sob o nome “*sulâliyû Ahl Taroudant / collectivistes de Ahl Taroudant*”.

1-2 A decisão judicial de desocupação

As transferências de terras coletivas são geralmente objeto de resistência por parte das comunidades afetadas pela desapropriação. Como esses últimos se recusam a desistir e deixar suas terras, o investidor busca entrar com um processo legal para desocupar as terras compradas ou arrendadas. A ação judicial resulta em uma decisão de desocupação, executada pelas forças policiais, que atuam para forçar os *collectivistes* a desocupar a terra cedida.

Em Oulad Sbita, os *collectivistes* afirmam que foram informados em 2007 que a transferência era apenas para uma parcela de suas terras. Foi-lhes prometido que poderiam continuar cultivando na outra parcela, que também utilizavam para moradia e para estábulos para o gado. Em 2011, eles ficaram surpresos com a decisão judicial de desocupação. Eles souberam pela primeira vez que a

37 Esse termo é utilizado pelos *collectivistes* para designar os habitantes que não são *sulâliyîn*.

transferência se referia a todas as suas terras *bûr*³⁸, incluindo a segunda parte, em favor da Prestigia. Essa é uma filial da empresa imobiliária Addoha, especializada na construção de edifícios de alto padrão. Diante dessa ameaça de desapropriação total, e se encontrando sem recursos, os *collectivistes* decidiram se organizar em torno de um protesto sob a bandeira da associação local “Jovens *Oulad Sbita*”.

2. O pioneirismo de duas lutas coletivas: do masculino ao feminino

Diante da impotência do *jmâ'a* em proteger o interesse coletivo, e paralelamente ao aumento da pressão sobre terras coletivas que ameaçam sua segurança socioeconômica, os *collectivistes* mudaram sua estratégia de resistência para uma luta coletiva organizada em torno de manifestações. Nesse mesmo contexto, surge a dinâmica das *sulâliyyât* que provocou um debate nacional sobre seus direitos, o que abriu caminho para que as mulheres pioneiras provassem sua capacidade de mobilização e organização, além de seu engajamento. Em pouco tempo, outros membros de suas comunidades se juntaram a elas, que também se sentiam injustiçados.

III. As origens da insegurança socioeconômica das mulheres *sulâliyyât*:

A análise do conteúdo das entrevistas realizadas com as *sulâliyyât* das duas comunidades que são objetos de nossa pesquisa nos levam a classificar as fontes de sua insegurança de acordo com a importância que eles dão a cada tema. A transferência de suas terras ocupa o primeiro lugar em suas declarações.

1. Transferência e insegurança alimentar:

A terra vendida ou alugada era fonte de vida para suas famílias e seus rebanhos; assim, elas compreendem que nenhuma compensação seria capaz de garantir sua segurança alimentar: “Eles nos privaram de nossa terra, nossa fonte de vida, esta terra nos pertence, nós a herdamos de nossos ‘pais e de nossos avós’^{39!}”⁴⁰ A desapropriação, politicamente legitimada por sua utilidade pública é contestada pelos interessados em termos assertivos que simbolizam a

38 As terras coletivas geralmente não são irrigadas (*bûr*); as que se encontram nos perímetros da irrigação foram objeto de *melkisation* após a reforma instaurada pelo Dahir de 1969.

39 *aban 'an jadd*: é uma expressão recorrente entre os marroquinos para falar de patrimônio seja material ou imaterial.

40 Entrevista com as *sulâliyyât* de Oulad Sbita, março 2019.

injustiça: “Fomos expulsos de nossa própria terra”; “nossa terra nos foi tirada”; “estamos proibidos de ter acesso a ela”. Esses são os termos que as *sulâliyât* utilizam para expressar a expropriação de suas terras. As representações que os membros das comunidades *sulâliyya* têm de sua relação com a terra diferem totalmente da lógica na qual se baseia o regime coletivo legal de posse de terras. Eles a consideram como uma propriedade familiar: «mesmo o membro mais novo da tribo pode reconhecer a qual família cada parcela de terra pertence, cada família investiu em suas terras desde a independência!»⁴¹

As *sulâliyât* de Taroudant nos contaram as histórias de resistência dos grandes *jmâ'a* sobre a expropriação de suas terras. Seus pais foram presos e torturados porque se recusaram a acatar a decisão judicial de desocupação. Eles resistiram durante anos antes de serem retirados à força. Essa resistência feroz dos membros da comunidade à expropriação de suas terras mostra muito bem a divergência entre os pontos de vista das autoridades e aqueles preocupados com a natureza da propriedade coletiva.

Essa divergência só pode ser entendida por meio da história da relação entre o *makhzen* pré-colonial, as tribos e seus territórios. O discurso dos representantes locais do Ministério do Interior nos remete a essa história: “A terra cedida não lhes pertence, é o Estado que lhes concedeu o direito ao seu usufruto!”⁴² De fato, os Oulad Sbita se estabeleceram nesse território depois que Moulay Smail⁴³ os trouxe de Doukkala⁴⁴ e lhes concedeu essa terra nas proximidades de Salé. Ele confiou a seus ancestrais, que eram cavaleiros guerreiros, a responsabilidade de garantir a segurança da rota entre seus dois palácios de Louwdaya⁴⁵ e de Mehdiã⁴⁶. Essa história é contada de diferentes maneiras pelas duas partes envolvidas. A Oulad Sbita a mobilizam para legitimar a propriedade do território que conquistaram mediante seus serviços militares, de segurança e de guerra. Por meio dessa história, eles expressam sua identidade coletiva, que se baseia em sua história comum de migração. Por outro lado, as autoridades se remetem a essa história para lembrá-los de que o território não lhes pertence, e que o *makhzen* só lhes concedeu o direito ao seu usufruto.

41 Entrevista com as *sulâliyât* de Oulad Sbita, março 2019.

42 Entrevista com o sheik da comunidade 'Amer do Norte, junho 2021.

43 Sultão Alaouite que reinou no Século XVIII.

44 Uma planície na província de El-Jadida-Safi.

45 O Palácio Louwdaya fica ao redor de Rabat; Mahdiã é uma cidade localizada na área costeira da província de Kenitra.

46 Os relatos dos *collectivistes*, e dos representantes do Ministério do Interior, convergem sobre esse assunto com a documentação sobre a história do Alaouites.

2. Processos de compensação discriminatória

Como explicado acima, as *sulâliyyât* não constavam nas listas de beneficiários elaboradas pelo *nuâb*, o que as privou de indenizações por desapropriação em nome da tradição e do costume. As recomendações dos *pachas* e dos *caïds* na elaboração das listas de beneficiários consistiam, antes da votação da Lei n. 62-17 em 2020, em contar apenas os chefes de família que lavravam a terra. As autoridades tutelares se referiram ao “costume” institucionalizado pelo Estado colonial em um contexto de desapropriação que nunca foi tratado pelo costume. Isso resultou na exclusão de mulheres *sulâliyyât* e de outros *collectivistes* não reconhecidos pelo *nuâb* como não tendo direito às terras.

Em Taroudant, o procedimento de compensação foi realizado de acordo com os princípios da família estendida; foi o mais velho dos irmãos, supostamente o chefe da família, que recebeu a soma para distribuí-la entre os membros da família, de acordo com as regras do código sucessório. Entretanto, a fonte dessa compensação é a renda de locação, paga anualmente pelos investidores. Portanto, não está relacionado com a herança. Recordamos a esse respeito a *fatwa*⁴⁷ do conselho de *oulémas*⁴⁸ no Marrocos, que foi consultado pelo Ministério de *Habous* e Assuntos Islâmicos, a respeito do direito das mulheres *sulâliyyât* em 2010. Naquela época, os mais altos cargos políticos avançavam no sentido de resolver essa questão. Esse conselho emitiu sua *fatwa* em relação à partilha bens coletivos e declarou que ela não é uma herança, e que não há nada que impeça a partilha igualitária, desde que seja objeto de acordo entre os *collectivistes*.

A situação em Taroudant mostra claramente que as autoridades fiscalizadoras não foram além das regras que marginalizaram as mulheres *sulâliyyât*, conforme recomendado pelas circulares do Ministério do Interior em 2010. As autoridades preferiram se referir às regras de uso estabelecidas desde o protetorado para administrar uma situação que nunca foi tratada de acordo com a tradição. Nesse caso, sobre a partilha da renda da locação no contexto de desapropriação de terrenos coletivos.

Em Oulad Sbita, a compensação só visava ao que os *collectivistes* chamam de *ljudûr* / (as raízes); assim, todos os *collectivistes* que têm um avô vivo não foram compensados. A divisão das indenizações, da mesma forma, foi feita de acordo com a lógica da família estendida, que é mantida pelas autoridades tutelares, mesmo que de fato ela já não exista mais. As mulheres dessa comunidade

47 É um esforço de exegese por parte dos *oulémas*, que emana da interpretação de textos religiosos, segundo o espírito da jurisprudência, a fim de adaptá-los a diferentes contextos

48 Estudiosos que dominam as origens da jurisprudência islâmica.

foram todas excluídas em nome do *orf*. As autoridades tutelares utilizam as regras tradicionais estabelecidas em um contexto que não condiz com o atual, para contornar o problema do descompasso entre a renda proveniente da transferência de terras coletivas e o número de *collectivistes* viviam nelas. As mulheres são o elo mais fraco dessa cadeia, pois são excluídas em nome da tradição. Testemunhamos cinco casos em Oulad Sbita, onde as mulheres não puderam receber a indenização pela desapropriação de suas terras, mesmo que seus pais tivessem morrido sem deixar filhos homens. A ideologia patriarcal que norteou o modelo de terras coletivas construídas pelo Estado colonial ainda é adotada por representantes do Ministério do Interior, na gestão desse dossiê.

Laarbi, uma *naib* de Oulad Sbita, explicou-nos que, quando as listas foram elaboradas em 2010, o *caïd* e o governador se recusaram a incluir as mulheres *sulâliyyât*. O argumento era de que a transferência de suas terras ocorreu antes da circular de 2010, o que lhes garantia o direito de transferir a indenização. Esse argumento, que também foi apresentado por representantes da Diretoria de Assuntos Rurais em Salé e pelo *pacha* da comunidade rural 'Amer, suscita muitas questões. Por um lado, porque as *sulâliyyât* das duas comunidades de Mehdiã e Haddada⁴⁹, na província de Kenitra, beneficiaram-se da soma do montante das indenizações de transferência em 2010, embora a transferência tenha sido feita antes de 2007. Por outro lado, algumas *sulâliyât* em Ahl Taroudant se beneficiaram por uma compensação pelo arrendamento de suas terras em 2011, apesar do contrato datar dos anos 1980.

A ausência de uma política coerente na gestão do dossiê de transferências das terras coletivas e nos procedimentos de indenização confirma o que Tozy e Bendella descreveram como pragmatismo perturbador de Estado. Diante da escassez de recursos ligados à espoliação da terra e à desvalorização das terras coletivas *bûr* no mercado fundiário, as autoridades encontram uma saída por meio do direito consuetudinário. Eles a utilizam para amenizar os problemas causados pelo valor das vendas, inadequado em relação ao valor que a própria terra agrícola possui como uma fonte de subsistência. Assim, a tradição é descontextualizada e utilizada para resolver problemas que não são de sua alçada.

Os *collectivistes* estão começando a compreender que a questão da terra está se tornando cada vez mais complexa, “como se você a estivesse arrancando dos dentes da hiena⁵⁰”, segundo Aicha, uma das duas ativistas que organizam a luta

49 Estas são as duas comunidades que foram objeto de pesquisa sociológica realizada por Ait Mouss e Berriane, depois Berriane e Ringuel publicadas em 2015, 2016 e 2017.

50 “Comme si tu l'arrache des dents de l'hyène”.

coletiva de Ahl Taroudant. O direito aos bens coletivos, dos quais as mulheres *sulâliyyât* foram privadas, assim como outros *collectivistes*, é referenciado nas declarações dos membros das duas lutas coletivas, aos desafios do poder e dos interesses econômicos, compartilhados entre os grandes investidores e os tomadores de decisão do interesse coletivo.

2. Os impactos das desapropriações: precariedade e subemprego

Sendo educadas apenas para trabalhar com a terra, o costume camponês das *sulâliyyât* de Taroudant as levou a trabalhar nos campos que lhes foram expropriados. Elas trabalharam como empregadas para os investidores que se apropriaram de suas terras. Essa é a situação à qual elas foram submetidas por se verem desprovidas de sua fonte de subsistência. O setor agrícola é um dos setores mais marcados pelo subemprego do Marrocos. Os salários são muito baixos e o trabalho é sazonal, sem contratos ou seguridades. Essa experiência foi muito dura e psicologicamente traumática para elas: foram forçadas a trabalhar em suas terras pelo equivalente de 5 a 7 euros por dia, o que não supria, de forma alguma, suas necessidades. A maior parte das *sulâliyyât* não aceita mais esse tipo de contrato e continuam procurando outras alternativas, embora o contexto da crise da COVID-19 tenha piorado sua realidade.

As *sulâliyyât* de Oulad Sbita, especialmente as mais jovens, trabalham como domésticas nas vilas “*Prestigia*”, próximas à praia das Nações. Aquelas que costumavam trabalhar em pequenos comércios no local agora estão proibidas de o fazer, desde que Addoha tomou conta da costa. Seus filhos, que costumavam ganhar uma renda com o aluguel de guarda-sol, cadeiras e bancos para turistas, foram, por sua vez, banidos dessa atividade. A polícia confiscou seus produtos. “Addoha colocou barreiras de cimento reforçado para nos impedir de acessar a praia, fomos privadas de todas as fontes de renda, estamos em total insegurança, nossos filhos estão entrando na delinquência!”. É assim que as *sulâliyyât* de Oulad Sbita expressam suas condições de vida. A baixíssima renda proveniente de atividades alternativas, que estão se tornando cada vez mais raras, não lhes permitem satisfazer suas necessidades básicas.

III. As *sulâliyyât*: sustentadas, participantes ou responsáveis pela economia doméstica?

As entrevistas de caráter biográfico com as ativistas dos dois coletivos nos ajudaram a revelar o significado que elas dão aos seus próprios costumes e ao uso das terras coletivas. É mediante esse significado que podemos compreender a situação das *sulâliyyât* dentro de suas comunidades.

1. O acesso das *sulâliyyât* ao usufruto das terras coletivas:

As *sulâliyyât* afirmam que, ao contrário das interpretações comuns, os membros femininos da família não foram⁵¹ excluídos do usufruto das terras coletivas. A parte da colheita das *sulâliyyât* foi garantida pelos valores acordados, compartilhados entre os membros femininos e masculinos da família. Para os *Ahl Taroudant*, as *sulâliyyât* se beneficiavam de sua parte da colheita mesmo após o casamento; seus pais continuavam a enviá-la para elas. Entretanto, esta prática não é mais comum em Oulad Sbita, pois os irmãos se recusam a garantir a parte de suas irmãs após seu casamento. Para eles, elas agora fazem parte de outra família e tem sua parte com seus maridos. “Para nós *sulâliyyâ*, uma vez casada, a mulher não tem mais direito à colheita da terra de seus pais, seus irmãos nunca aceitariam; se sua mãe quiser lhe enviar uma parte da colheita, ela deve fazê-lo em segredo!”. Essa atitude é totalmente rejeitada pelas mulheres envolvidas, que consideram legítima a reivindicação de sua parte do usufruto da “terra de seus pais”. Por um lado, porque elas são *sulâliyyât* como seus irmãos e, por outro, porque sua atuação nas atividades agrícolas excede em muito a de seus irmãos.

Além disso, as *sulâliyyât*, sejam elas mães, esposas ou filhas, beneficiavam-se de seu direito ao usufruto das terras coletivas, da mesma forma que todos os membros masculinos do lar, como membros da família. Na ausência do chefe de família, seja em caso de morte ou de imigração, sua esposa que o substituiria e cuidaria da segurança econômica da família. Quando o chefe de família não está, os *jmâa* confiam suas terras à sua esposa. Pudemos conhecer alguns casos similares em Taroudant e Oulad Sbita, onde as *sulâliyyât* cuidam da terra e das atividades agrícolas e pastoris.

Os fatos que observamos nos levam a questionar: com base em quais princípios as autoridades tutelares se basearam para excluir as *sulâliyyât* das listas de beneficiários? O fato de os terrenos serem confiados pelos *jmâa* aos chefes de família masculinos implicam realmente na exclusão de membros do sexo feminino do estatuto de beneficiárias?

2. A relação das *sulâliyyât* com a terra:

“A terra representa para nós a escola em que crescemos”. É assim que as *sulâliyyât* de *Ahl Taroudant* descrevem sua relação com a terra. Elas citam

51 Nossa pesquisa foi realizada em um contexto de transferência de terras das duas comunidades, de modo que elas não tiveram acesso às suas terras durante anos. É por isso que usamos o tempo imperfeito quando nos referimos à relação com a terra. NT: na língua francesa, o tempo imperfeito é utilizado para marcar uma situação contínua no tempo passado; por isso a diferenciação destacada pelas autoras.

orgulhosas as principais atividades agrícolas nas quais participam⁵². Os períodos de safra e colheita são, para elas, oportunidades de romper com a rotina das tarefas domésticas habituais. A divisão de trabalho de acordo com o gênero é um fato social que não pode ser ignorado. Entretanto, essa realidade não impede que as mulheres e suas filhas participem das atividades agrícolas, tais como a lavoura, a colheita e extração. De fato, descobrimos que as *sulâliyyât* têm uma relação forte e estreita com a terra.

“Nós trabalhamos a terra desde pequenas e nossa participação nas atividades agrícolas excede em muito a de nossos irmãos”. As meninas de Oulad Sbita raramente têm a chance de continuar seus estudos, por razões ligadas à dificuldade de acesso às escolas, localizadas longe de onde habitam. É por isso que sua participação no trabalho agrícola supera em muito a de seus irmãos. Esses últimos, ao contrário delas, ou estão ocupados com seus estudos ou com atividades que geram renda.

As *sulâliyyât* que entrevistamos em Taroudant citam a preparação do *zenbu* ou *zemmita*⁵³, por meio de todas as suas etapas, como expressão concreta de sua relação com a terra e sua participação nas atividades agrícolas. Essa refeição à base de cereais é uma especialidade feminina no campo marroquino. A memória coletiva das *sulâliyyât* de *Ahl Taroudant* ainda preserva seu valor simbólico por meio de uma canção feminina de Aissaoui⁵⁴ chamada *zemmita*. O poema descreve com precisão o ritual de sua preparação, mediante as diferentes etapas e atividades agrícolas necessárias para sua produção. O poema nos chama a atenção porque anuncia, desde o início, uma estratégia feminina para contornar as regras consuetudinárias. É por meio do aluguel que as mulheres garantem o acesso direto à terra. As mulheres começam esta canção com dois versos:

Ô honorable Damme, au nom de Dieu! Ô *zemmita*! Amour de la *Aissaouiyya*⁵⁵!
Je pars chez le *Nâthôr*⁵⁶, pour qu'il me loue la terre!⁵⁷

52 Nossa pesquisa foi realizada em um contexto de transferência de terras das duas comunidades, de modo que elas não tiveram acesso às suas terras durante anos. É por isso que usamos o tempo imperfeito nos parágrafos que dizem respeito às atividades agrícolas. NT: na língua francesa o tempo imperfeito é utilizado para marcar uma situação contínua no tempo passado, por isso a diferenciação destacada pelas autoras.

53 Também chamada *zemmita*: uma receita baseada em trigo ou cevada fresca, cozida, descascada e seca, depois moída e misturada com ervas aromáticas e grãos.

54 A *zaouya Aissaouiyya* é uma das irmandades mais famosas; da região de Meknès e de Ouazzan, ela se espalhou por todo o Marrocos. É uma escola *súfy*, cujo fundador foi o *sheik Lhâdi Ben Aissa*.

55 A *Aissaouiyya* é a mulher que adere à irmandade Aissaouite

56 O *nâthôr* é a pessoa a quem os *jmâa* confiam a gestão das transações fundiárias.

57 NT: “Ô Honorable Damme, em nome de Deus! Ô *zemmita*! Amor à *Aissaouiyya*! Estou partindo para *Nâthôr*, para que ele possa me emprestar a terra!”

O aluguel de terras coletivas era uma prática comum reconhecida pelos *jmâa*, pela qual os que não tinham terras garantiam sua segurança alimentar. As mulheres *sulâliyât* puderam, assim, assegurar o acesso à terra e exercer a agricultura, em terras que não eram oficialmente suas. Elas poderiam explorá-la em troca de uma parte de sua colheita ou por uma quantia em dinheiro. As *sulâliyât* das duas comunidades confirmaram esta prática, e nos ajudaram a conhecer algumas das mulheres que tinham acesso direto ao terreno por meio de arrendamento.

3. A presença nos campos e a participação na agricultura:

As mulheres conciliam diferentes papéis sociais ao mesmo tempo: criar seus filhos, fazer as tarefas domésticas e participar do trabalho agrícola. Além disso, a maneira como atuam nos campos difere de um caso para outro. Conseguimos categorizar como as *sulâliyât* atuam nos campos e sua participação nas atividades agrícolas, de acordo com as estruturas da atividade:

- **Famílias pequenas que realizam todas as atividades** não tem necessidade ou demanda de usar mão-de-obra externa. Nesse caso, todos os membros da família trabalham juntos para realizar as atividades agrícolas de lavoura, colheita ou coleta. As mulheres estão, portanto, presentes nos campos para participar de todas as atividades.
- **Famílias que exploram terras de pequeno a médio porte:**
 - ✓ A Taroudant: as atividades de coleta e colheita se organizam de acordo com o que os *jmâa* chamam de *touiza*⁵⁸. Nesse caso, as mulheres têm uma dupla responsabilidade: preparar alimentos para a família e para os agricultores e depois se juntar aos homens nos campos para participar da colheita à tarde. Se a família for grande, como era o caso das famílias estendidas tradicionais, as mulheres se revezavam para dividir as tarefas, e aquelas que não tinham que preparar as refeições se juntavam aos homens nos campos para ajudar no trabalho agrícola.
 - ✓ A Oulad Sbita: a maior parte da exploração agrícola são de pequeno porte. A prática da *touiza* não é costumeira, e a ajuda mútua coletiva é praticada principalmente no nível da comunidade da vizinhança⁵⁹. Os vizinhos, que geralmente são parentes, também podem emprestar seus

58 Uma organização circular da atividade de colheita: os membros do *douâr* unem seus esforços e seus animais para juntos, colherem seus cultivos.

59 O conceito é retirado de Max Weber, em seu livro *Comunidades*, no qual ele analisa o vínculo comunitário em três níveis: a comunidade doméstica, a comunidade de vizinhança e a comunidade étnica.

animais de carga uns aos outros para garantir a colheita. As mulheres, acompanhadas por suas filhas, participaram de todas as atividades agrícolas, estando presentes nos campos durante o ano todo.

- **As famílias abastadas que exploram grandes áreas** tem a possibilidade de garantir o uso de mão-de-obra externa. Em casos parecidos, as mulheres raramente trabalham no campo.
- **As famílias cujas chefes são mulheres:** nos casos excepcionais em que os chefes masculinos não estão presentes, são as mulheres que realizam todas as atividades; elas estão presentes nos campos, seja para trabalhar com a ajuda de seus parentes, seja para supervisionar os trabalhadores rurais, se tiverem condições de pagá-los.
- **As mulheres agricultoras:** em Oulad Sbita, pudemos conhecer mulheres que cuidam elas mesmas da própria terra. Por meio de transações informais, as *sulâliyyât* conseguem garantir o acesso direto à terra, seja por meio de aluguel ou por compra incluída nos contratos de transferência (*tanâzul*) entre *collectivistes*. Em Taroudant, as mulheres agricultoras ainda exploram as terras *melk* irrigadas, herdadas de seus pais. Em ambos os casos, essas agricultoras estão acostumadas às atividades agrícolas desde sua infância. Elas eram o braço direito de seus pais e cresceram nos campos, porque seus irmãos ainda eram jovens. Essas *sulâliyyât* agricultoras cuidam de suas atividades agrícolas e também estão presentes nos mercados para comercializar seus produtos.

Mesmo que essa categorização simplifique muito a realidade que é muito mais complexa, ela nos permite questionar a imagem da mulher limitada à esfera privada.

4. A tomada de consciência do estatuto de beneficiário:

O estatuto da mulher nas comunidades tribais, nas representações das *sulâliyyât* e dos *collectivistes* solidários está longe de se basear na lógica da tutela. A percepção de sua condição de pessoas com direitos é baseada principalmente em três argumentos:

- A primeira é de ordem ética: eles e elas lembram o princípio de honrar o compromisso com os membros de suas famílias, como um valor compartilhado por homens e mulheres. Assim, o direito das *sulâliyyât* é considerado como um reconhecimento das responsabilidades assumidas pelas mulheres para com suas famílias.

- A segunda poderia ser incorporada à lógica da contribuição/retribuição: as *sulâliyât* merecem ter seu direito aos bens coletivos porque elas contribuem para a economia doméstica: elas participam das atividades agrícolas, cuidam do gado e fazem um grande esforço para garantir as refeições dos agricultores durante as épocas de safra e colheita.
- O terceiro argumento se baseia no fato de que a terra e sua renda não foram concebidas como propriedade do chefe de família. As *sulâliyât* afirmam que uma vez que o produto da colheita pertence ao lar, elas tinham total responsabilidade por sua gestão. Elas providenciam as condições adequadas de armazenamento e manutenção da safra, para depois a armazenarem, garantindo que seja suficiente para o ano inteiro. Elas também são livres para fazer o que julgam melhor: separar uma parte para caridade e fazer doações.

No círculo familiar, não agem dentro da lógica da propriedade privada; “a terra e sua colheita são para toda a família, e é por isso que as *sulâliyât* ainda militam por seu direito e o de todos os membros de suas famílias. A maioria dos chefes de família não está mais presente, mas suas filhas e esposas continuam a lutar para recuperar o direito de todos os membros da família.”⁶⁰

5. A dicotomia relativizada pela realidade social das *sulâliyât*

A dicotomia entre o espaço privado feminino/ espaço público masculino tem sido defendida há muito tempo por antropólogos interessados nas condições das mulheres das comunidades tribais. Esse é também o caso de alguns estudos antropológicos mais recentes, com destaque para o de Gélard (2007: 203). Esse último, cujo estudo se concentrou nas expressões corporais de gênero no sul do Marrocos, não se afastou muito da imagem defendida por Bourdieu e Jamous, citada anteriormente. Ela, por sua vez, permaneceu presa à visão estática dos papéis e espaços de gênero, sem dar importância adequada ao dinamismo das comunidades estudadas, nem à diversidade de situações vividas por essas mulheres. Essa visão estática e dicotômica reproduz a visão ocidental, dominada pela imagem de um Oriente patriarcal que enclausura suas mulheres atrás dos muros (Belaarbi, 1971: 77).

Em sua análise da dominação masculina nas comunidades Kabyle em Argel, Bourdieu procurou demonstrar que as tarefas confiadas às mulheres eram consideradas humilhantes e vergonhosas. As realizadas por homens foram consideradas honrosas e nobres, em contraste com as realizadas por mulheres. Para

60 Entrevista com uma *sulâliyya* de Ahl Taroudant, em maio 2020.

concretizar essa dicotomia em termos dos valores dos papéis sociais, ele descreve a tarefa atribuída às mulheres durante a colheita da azeitona. Essa que consiste em se ajoelhar para colher as azeitonas, que ele descreve como insignificante e humilhante (Bourdieu, 1981: 41).

Os relatos das *sulâliyyât*, e também dos outros *collectivistes* de *Ahl Taroudant*⁶¹, apresentam-nos outro quadro e outras explicações sobre esse assunto:

Durante a época da colheita da azeitona, quando os trabalhadores rurais sacodem as árvores para retirar os frutos logo nas primeiras horas da manhã, as mulheres têm outras tarefas que normalmente as impedem de estar presentes nos campos ao nascer do sol. Elas voltam para o campo depois de ter preparado as refeições dos agricultores, quando elas ajudam a colher as azeitonas. Essa não é uma tarefa especificamente feminina; os homens também participam dessa atividade. As *sulâliyyât* de *Ahl Taroudant* nos contaram sobre a importância desta atividade, que requer muita paciência, indulgência e conhecimento de como fazer. Como colher azeitonas pode ser vergonhoso e insignificante, enquanto sacudir as árvores é nobre? Ajoelhar-se sobre a terra torna essa tarefa vergonhosa? O que podemos dizer, então, sobre as atividades agrícolas, incluindo o plantio, que tradicionalmente não podiam ser realizadas de outra forma?

A divisão de tarefas dentro das comunidades que são objeto de nossa pesquisa é uma realidade que não exclui a possibilidade de inversão de papéis em circunstâncias específicas. Os *ma'rouf* são cerimônias tradicionais de partilha, doação e caridade, que foram organizadas após a época da safra e da colheita; os homens que prepararam as refeições com esse propósito não se sentem envergonhados ou humilhados. Mulheres e crianças foram convidadas a participar e compartilhar a alegria com outros membros da comunidade por ocasião dessas cerimônias anuais. A diversidade das situações descritas pelas *sulâliyyât*, de ajuda mútua, de partilha e troca entre homens e mulheres põe em questão a desvalorização das tarefas das mulheres em comparação com as dos homens. As histórias de vida das *sulâliyyât*, que orgulhosamente descrevem as atividades agrícolas nas quais participam, refletem uma valorização das tarefas pelas quais elas contribuem para a economia de suas casas. Elas têm orgulho da história de sua relação com a terra, que remonta a um período em que sua comunidade desfrutava da soberania alimentar.

61 Taroudant é conhecida por seus generosos campos de oliveiras que asseguraram uma colheita farta graças às *séguías* que se destinavam a irrigá-las; enquanto isso, em Oulad Sbita, essa atividade agrícola não existe. NT: *séguías* são como são chamados os canais de irrigação.

Os *collectivistes* que conhecemos não acham vergonhoso realizar tarefas que são consideradas femininas. Durante as assembleias gerais que pudemos observar em Taroudant, foram os homens que prepararam e serviram as refeições. Eles o fizeram com prazer e não se envergonharam. Ao mesmo tempo, eles não perderam a oportunidade de nos contar sobre os sacrifícios das *sulâliyyânt* que militam, afirmando sua perseverança e seu engajamento.

Conclusões:

Pudemos deduzir, levando em consideração a historicidade da relação com a terra entre as *sulâliyât*, que as ameaças à sua segurança social e econômica estão ligadas ao contexto da espoliação da terra, legitimada pelas políticas de “desenvolvimento das terras coletivas”. Essas intervenções geraram transformações em níveis de comunidade e solidariedade familiar: a dissolução do *jmââ*, a desconstrução da família estendida e a pressão sobre as terras coletivas são todos parâmetros que favorecem o desengajamento familiar, mediante as gerações que passaram por essas transformações.

Consideramos que a padronização e a rigidez das práticas tradicionais, em um contexto que objetivamente mudou muito, afetou a segurança social e econômica das *sulâliyyât*. As práticas costumeiras eram destinadas a um modo de organização socioeconômica que não existe mais. Além disso, o fato de se referir aos costumes padronizados pelo Estado colonial para amenizar os problemas causados pela espoliação fundiária fez com que ela se desviasse de sua função inicial; em vez de consolidar o vínculo comunitário dentro das comunidades *sulâliyya*, gerou conflitos sociais que a colocaram em crise.

Além do mais, parece que as micro mudanças na solidariedade coletiva e familiar pesam muito mais na situação das *sulâliyyât* em Oulad Sbita do que em *Ahl Taroudant*; as diferenças dos aspectos culturais entre as duas comunidades significam que os valores de solidariedade e compromisso com a família ainda resistem na região sul, apesar da história de desapropriações que remontam aos anos 1980. Deve-se lembrar que Taroudant é uma cidade medieval, enquanto Oulad Sbita ainda é um vilarejo com aspecto rural. É muito importante levar em consideração o acúmulo em termos de civilização herdada pelos *Ahl Taroudant*, o que significa que o estatuto da mulher é mais avançado.

A análise da relação com a terra entre as *sulâliyât* nos levou a rever a hipótese que se baseava numa divisão de espaço fundamentada no gênero: espaço privado para as mulheres e espaço público para os homens. As *sulâliyyât* estavam presentes nos campos, em cerimônias e em espaços de troca e negociação. Elas

tinham outras responsabilidades e preocupações relacionadas ao seu papel social como donas de casa, mas não eram prisioneiras de seu ambiente doméstico. O modelo teórico de mulheres que passam seu tempo em um espaço privado feminino como o “*harim*” orientalista correspondia mais a uma categoria social aristocrática, em que as mulheres levavam uma vida confortável, rodeadas de empregadas e *khadems*⁶². Elas foram dispensadas de todas as tarefas árduas, tanto dentro como fora de casa. De modo paralelo, a maioria das mulheres das comunidades tribais, que não tem esse privilégio, combinou seu papel de donas de casa com seu compromisso de ajuda mútua e solidariedade familiar, desde que pudessem cumpri-lo.

O que concluímos sobre esse assunto está de acordo com as análises de Aicha Belarbi, que insistiu na complementaridade e na interação entre os dois espaços, privado e público. Ela criticou o que chamou de “ausência de vigilância científica” por parte de alguns pesquisadores, cujas análises se referiam a “um quadro teórico que permanece descritivo e de uso limitado para explicar todas as variações observáveis no estatuto da mulher no Marrocos” (Belarbi, 1995).

A divisão de tarefas entre homens e mulheres nas duas comunidades abrangidas em nossa pesquisa não excluiu a possibilidade de inversão de papéis, em diferentes circunstâncias. Além do mais, as representações que as *sulâliyyât* tem de seus papéis sociais estão longe de serem depreciativas. A situação das *sulâliyyânt* nas comunidades que observamos coloca em questão as interpretações feitas sobre a situação das mulheres nas comunidades tribais marroquinas, à luz da ideologia patriarcal de honra. Aqueles que lhes atribuem o *status* de mulheres submissas, sob a tutela de seus familiares. Tais interpretações não correspondem ao *status* de mulheres *sulâliyyat* militantes, cujo comportamento temos observado no espaço público.

Referências

- BERGER, Petter et LUCKMANN, Thomas. *La construction sociale de la réalité*. Paris, Armand Colin, 2006 (357).
- BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris, édition du seuil, 1981 (177).
- LE COZ, Jean. *Le Rharb. Fellahs et colons. Etude de géographie régionale*. Rabat, 1964, Tome I: les cadres de la nature et de l’histoire, (487).
- WEBER, Max. *Les communautés*. Paris, édition La découverte, 2019 (399).

62 O *khadem* (servo) é um termo que se refere à história da escravidão no Marrocos. Na história contemporânea, os *khadems* são pessoas geralmente negras, homens ou mulheres, dedicados a servir os membros das famílias da aristocracia que estão sempre com eles.

- WEBER, Max. *Economie et société*. tome 2, Paris, Presse Pocket, 1995 (424).
- BALANDIER, George. Réflexion sur une anthropologie de la modernité. *Cahiers internationaux de sociologie*, v. 51, juillet-décembre 1971, Paris, Les Presses universitaires de France, pp. 197-211.
- BALANDIER, Georges. Anthropologue de la modernité. *Espaces Temps*, 57-58, 1995. *France: contrôle d'identités. Lectures du « modèle républicain »*, sous la direction de Christian Delacroix, pp. 69-79.
- BELARBI, Aicha. Réflexions préliminaires sur une approche féministe: de la dichotomie espace public/espace privé. *Etudes féminines: notes méthodologique*, Série colloque et séminaires 1997, pp. 73-82.
- BERRIANE, Yasmine et AIT MOUS, Fadma. Droit à la terre et lutte pour l'égalité au Maroc: le mouvement des soulaliyates. In: RACHIK, Hassan. *Contester le droit: communauté, famille et héritage au Maroc*. Casablanca, La croisée des chemins, 2016, pp. 87-173.
- BERRIANE, Yasmine et RIGNALL, Karen. La fabrique de la coutume au Maroc: le droit des femmes aux terres collectives. *Cahier du genre*, n. 62, 2017/1, pp. 97-118.
- BOUASRIA, Leila. Des grilles d'analyse socio-anthropologiques dans l'air du temps: Vers une nouvelle ère de famille?. *Hespéris-Tamuda*, LV 3, 2020, pp. 325-349.
- BOUDERBALA, Néjib. Les systèmes de propriété foncière au Maghreb. Le cas du Maroc. JOUVE, Anne-Marie. (éd.), BOUDERBALA, Néjib. (éd.). *Politiques foncières et aménagement des structures agricoles dans les pays Méditerranéens: à la mémoire de Pierre Coulomb*. Montpellier, CIHEAM, 1999, pp. 47-66 (Cahiers Options Méditerranéennes, n. 36),
- BOUDERBALA, Negib. Les terres collectives du Maroc dans la première période du protectorat (1912-1930). *Revue du monde musulman et de la Méditerranée*, n. 79-80, *Biens communs, patrimoines collectifs et gestion communautaire dans les sociétés musulmanes*, 1996, pp. 143-156.
- KARSENTY, Alain. «Les terres collectives» du Gharb et le protectorat: modèle et réalité. *Annuaire de l'Afrique du Nord*, Tome XXVII, Éditions du CNRS, 1988, pp. 429-447.
- MAHDI, Mohamed. Devenir du foncier agricole au Maroc. Un cas d'accaparement des terres. *New Medit*, v. 13, n. 4, Décembre 2014, pp. 02-10
- EL HARRAS, Mokhtar. Les mutations de la famille au Maroc. In: Maroc, 50 ans de développement humain. *Perspectives 2025*, 2006, pp. 105-129.
- EL HARRAS, Mokhtar. *Evaluation critique de quelques études récentes sur la famille rurale au Maroc*. Collection Approche, Casablanca, Éditions le Fennec, 1987
- GELARD, Marie-Luce. Expressions corporelles et langage du corps: mise en scène de soi et discours à l'autre dans le Sud marocain (Note de recherche). *Anthropologie et Sociétés*, v. 31, n. 1, 2007, pp. 201-213.

- PASCON, Paul. La formation de la société Marocaine. *Etude rurale: Idées et enquêtes sur la campagne Marocaine*, société marocaine des éditeurs réunis. Rabat, 1980, pp. 189-212.
- PASCON, Paul. Le droit et le fait dans la société composite: essai d'introduction au système juridique Marocain. *Bultin économique et social du Maroc*, v. XXXII, n. 17, Avril-Juin 1971, pp. 212-229.
- TOZY, Mohammed et BENDELLA, Ahmed. Proposition pour une analyse de la complexité juridique en situation dualiste: le cas des terres collectives au Maroc. *Le débat juridique au Maghreb, de l'Etatisme à l'Etat de droit*. p. Editions published-Ireman, 2009, pp. 83-100, p. 84.

Recebido em: 30/01/2022

Aprovado em: 23/05/2022

Como citar este artigo:

- MELLAKH, Kamal e SAKHRAJI, Aziza. A dinâmica do movimento das mulheres *sulâliyât* no Marrocos: uma história de relação com a terra e de resistência feminina. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 121-147.

Artigos





“É a fome que te faz morrer, não a doença!” As trabalhadoras agrícolas entre o martelo da precariedade e a bigorna da COVID-19: impactos e estratégias de sobrevivência¹

Zhour Bouzidi²

El Hassane Abdellaoui³

Tradução: Marcos Roberto Pina⁴

Resumo: Este artigo analisa o impacto da COVID-19 na situação socioeconômica das mulheres trabalhadoras agrícolas nas planícies de Sais e Gharb e as estratégias de enfrentamento que elas mobilizaram para lidar com a pandemia. A grande maioria das mulheres entrevistadas continuou a trabalhar em um ambiente repleto de riscos e incertezas. Diante da redução das oportunidades de emprego, do risco constante de contaminação, da estigmatização e das dificuldades em sustentar as suas famílias, as trabalhadoras mobilizaram várias formas de adaptação para garantir sua sobrevivência e a de suas famílias. Destacar essas capacidades de adaptação e resiliência nos permite repensar o papel e as condições de trabalho dessa categoria esquecida das políticas públicas.

1 Tradução de Marcos Roberto Pina do texto original: “« C’est la faim qui fait crever, ce n’est pas la maladie! » Travailluses agricoles entre le marteau de la précarité et l’enclume de la COVID-19: impacts et stratégies d’adaptation” publicado em Alternatives Rurales em abril 2021.

2 Université Moulay Ismail – z.bouzidi@umi.ac.ma – <https://orcid.org/0000-0002-5921-6653>

3 Ecole Nationale d’Agriculture de Meknè.

4 Faculdade de Educação FE – Universidade de Campinas (UNICAMP) Campinas – Brasil – pinaroberto1@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-8797-7660>

Palavras chaves: COVID; Trabalhadores rurais; Marrocos.

It's the hunger that kills you, not the disease!' Female agricultural workers between the hammer of precarity and the anvil of COVID 19: impacts and survival strategies

Abstract: *This paper analyzes the impact of COVID-19 on the socio-economic situation of women farm workers in the Saiss and Gharb plains and the coping strategies that these women have mobilized to deal with it. The vast majority of the women interviewed continued to work in an environment fraught with risk and uncertainty. Faced with reduced employment opportunities, the constant risk of contamination, stigmatization, and difficulties in providing for their families, the women workers mobilized various forms of adaptation to ensure their survival and that of their families. Highlighting these capacities for adaptation and resilience allows us to rethink the role and working conditions of this category forgotten of public policy.*

Keywords: COVID; rural workers; Morocco.

“Es el hambre lo que te mata, no la enfermedad!” Las trabajadoras agrícolas entre el martillo de la precariedad y el yunque de la COVID 19: impactos y estrategias de afrontamiento”

Resumen: Este trabajo analiza el impacto del COVID 19 en la situación socioeconómica de las trabajadoras agrícolas de las planicies de Saiss y Gharb y las estrategias de afrontamiento que estas mujeres han movilizado para hacerle frente. Sin embargo, la gran mayoría de las mujeres entrevistadas siguieron trabajando en un entorno repleto de riesgos e incertidumbre. La reducción de las oportunidades de empleo, el riesgo constante de contaminación, la estigmatización y las dificultades para mantener a la familia han generado problemas económicos y psicológicos. El trabajo agrícola sigue siendo la única fuente de ingresos a falta de otras alternativas. Por otro lado, a pesar de la precariedad, las trabajadoras movilizan diversas formas de adaptación para garantizar su subsistencia y la de sus familias. Destacar estas capacidades de adaptación y resiliencia permite repensar el papel y las condiciones de trabajo de esta categoría olvidada del desarrollo y de las políticas públicas.

Palabras clave: COVID, trabajadores rurales, Marrocos

Introdução

Em junho de 2020, as estatísticas do Ministério da Saúde mostraram um aumento súbito e exponencial de novos casos de contaminação por coronavírus no Marrocos, com mais de 800 casos registrados num único dia. A situação parecia estar sob controle até então, com as medidas colocadas em prática desde os primeiros casos de COVID-19 em março de 2020 (Saih, 2020). A origem desse pico foi um surto de transmissão em Lalla Mimouna, na zona costeira de Gharb, em três grandes unidades de produção e processamento de frutas vermelhas.

Essas unidades empregam uma força de trabalho majoritariamente feminina. Um hospital de campo foi instalado na área e medidas de isolamento foram postas em prática nos vilarejos de onde essas trabalhadoras agrícolas vêm. Em 22 de julho de 2020, o comunicado emitido pelo procurador do rei na corte de primeira instância de Souk Larbaa du Gharb revelou inúmeras violações das normas e medidas sanitárias decretadas pelas autoridades públicas para conter a pandemia. Os gerentes das três unidades e os transportadores foram processados por violação do art. 4 da Lei sobre o estado de emergência sanitária (Bellarbi, 2020).

Se as situações de pandemia confrontam os trabalhadores com riscos sócio-econômicos e psicológicos comprovados, seu impacto é ainda mais forte nas categorias sociais mais vulneráveis, particularmente as do setor informal. A pobreza, a escassez de oportunidades de emprego e a ausência de direitos sociais os tornam ainda mais vulneráveis e os expõem à necessidade imperativa de encontrar um meio de vida diário. As condições precárias dos trabalhadores do setor informal são assim exacerbadas pelo início muitas vezes repentino de uma pandemia como a COVID-19. A situação das trabalhadoras agrícolas é particularmente confusa, pois o setor agrícola não é sequer contado enquanto um setor informal e, não obstante, a maioria das trabalhadoras não é declarada e trabalha sem contrato ou cobertura da previdência social, com exceção da mão-de-obra permanente recrutada pelas grandes propriedades capitalistas.

Diante do dilema da escolha entre segurança sanitária e manutenção da atividade econômica, o compromisso pode ser doloroso para os Estados. Foi o caso do governo marroquino, o qual, desde o início, priorizou as medidas de restrição de circulação para limitar o risco de uma disseminação incontrolável e desproporcional da COVID-19. A alta virulência dessa pandemia impôs, portanto, um período de restrição de mais de três meses e um congelamento em larga escala da atividade econômica.

Essa escolha ocorreu em detrimento da atividade econômica, que foi visivelmente retardada. No entanto, apesar dos esforços da população para respeitar o confinamento, essa medida não foi de fácil implementação nos bairros populares e áreas agrícolas onde existe uma concentração de trabalhadores precários que vivem geralmente na informalidade e em constante busca de uma renda diária medíocre e instável, mas indispensável para a sua sobrevivência.

Esse é o caso da força de trabalho agrícola, que foi duramente atingida primeiro pelos efeitos da seca que caracterizou a estação agrícola de 2019-2020 e depois pela crise sanitária. As trabalhadoras agrícolas, que são particularmente precárias, são afetadas por essas freqüentes crises no meio rural (Bouzidi, 2011; Árab e Bouzidi, 2020).

O trabalho agrícola expõe essas mulheres a muitas formas de violência: física, verbal, psicológica e sexual (Árab, 2018). Embora elas sejam invisíveis, as trabalhadoras estão no centro dos sistemas de produção agrícola mais intensivos e menos ecológicos (Hellio, 2008). A precariedade é ainda mais acentuada quando as mulheres enfrentam o risco da COVID-19 e assim se veem duplamente marginalizadas sem proteção, contrato ou direitos sociais (Bouzidi, 2020; Bouzidi e Árab, 2020, Árab e Bouzidi, 2020).

Por um lado, elas têm que lidar com a redução ou ausência de oportunidades de emprego e com os riscos envolvidos no trabalho. Por outro lado, elas devem prover as necessidades básicas de suas famílias pobres na ausência da possibilidade de acesso à ajuda pública dependente da filiação ao CNSS (Fundo Nacional de Seguridade Social) ou ao sistema RAMED (Medical Assistance Scheme for the Economically Deprived) fundado nos princípios da solidariedade nacional e da assistência social para os mais pobres.

Além disso, nesse contexto de crise pandêmica e incerteza sobre as condições de trabalho e o medo diário de serem contaminadas pelo vírus, é importante mostrar como essas trabalhadoras agrícolas não atravessam passivamente essa situação. Entretanto, ao contrário, mobilizam estratégias de adaptação a fim de superar os constrangimentos psicológicos, sociais e econômicos para continuar a sobreviver e mesmo sustentar as suas famílias (Árabe e Bouzidi, 2020). É dessa perspectiva que esse artigo propõe analisar o impacto da crise sanitária sobre as trabalhadoras agrícolas e as estratégias que elas empregam para sobreviver à pandemia.

O objetivo do nosso estudo é duplo. Em primeiro lugar, não se trata apenas de tornar essas trabalhadoras visíveis, revelando suas condições socioeconômicas obviamente muito difíceis (Bouzidi et al., 2011). Em segundo lugar, é uma questão de atestar sua presença ativa e necessária para a sustentabilidade das

fazendas, particularmente no contexto de uma crise sanitária em que a segurança alimentar pode ser muito comprometida. É a esse respeito que as políticas públicas são mobilizadas para repensar o status legal do trabalho agrícola em geral e das trabalhadoras agrícolas em particular, para que os seus direitos humanos sejam de fato reconhecidos (respeito, dignidade, salário decente, previdência social, aposentadoria etc.). Essas mulheres trabalhadoras agrícolas são atores indispensáveis na economia agrícola e nas dinâmicas dos territórios rurais e suburbanos.

Método

Para analisar o impacto da crise de saúde nas mulheres trabalhadoras rurais e as estratégias que elas utilizam para enfrentá-la, optamos por uma abordagem qualitativa baseada em duas fases. A primeira fase consistiu em entrevistas semi-estruturadas com 60 trabalhadoras agrícolas nas planícies de Saïss e Gharb, duas regiões com forte dinâmica agrícola e um atrativo de mão-de-obra devido à irrigação e intensificação da agricultura. Buscamos analisar a categoria de trabalhadoras agrícolas em toda sua diversidade, levando em conta a idade, estado civil, trajetória, experiência social e as atividades agrícolas realizadas (horticultura, arboricultura, frutos vermelhos etc.) e também a mobilidade (trabalhadoras que trabalham no Marrocos, trabalhadoras envolvidas em uma dinâmica migratória circular entre o Marrocos e a Espanha).

Essas pesquisas se inscrevem em um projeto de pesquisa coordenado pelo primeiro autor⁵ e financiado em 2020 pelo CNRST (Centre National de Recherche Scientifique et Technique). As entrevistas começaram em março de 2020 (início do confinamento) por meio de entrevistas telefônicas com trabalhadoras com as quais já havíamos trabalhado em pesquisas anteriores realizadas desde 2018. As entrevistas presenciais continuaram depois do confinamento em julho de 2020 até janeiro de 2021. Uma dezena de entrevistas também foram conduzidas com empregadores, sindicatos agrícolas e gerentes rurais para caracterizar as estratégias implementadas em termos de recrutamento e proteção dos direitos dos trabalhadores.

A fim de aprofundar as nossas entrevistas, analisamos as histórias de vida de 15 trabalhadoras escolhidas entre as 60, de acordo com a diversidade de suas origens e as estratégias de enfrentamento que implementaram para lidar com a

5 A primeira autora já coordenou dois projetos de pesquisa sobre trabalhadoras agrícolas: o primeiro entre 2008-2010, financiado pelo Population Council, e o segundo em 2018-2019, com financiamento da OSF nas regiões do Gharb e Saïss.

crise sanitária. As histórias de vida foram conduzidas durante o mês de fevereiro de 2021 e exigiram várias visitas à mesma pessoa a fim de coletar o máximo de informações possíveis e responder nossas perguntas sobre: 1) quando e como essas trabalhadoras agrícolas tomaram conhecimento da COVID-19; 2) qual foi o impacto do coronavírus em sua situação socioeconômica; e 3) até que ponto essas mulheres eram capazes de gerenciar o risco socioeconômico associado à COVID-19?



Foto 1: Colheita de ameixas por trabalhadoras na região de El Hajeb (foto de Z. Bouzidi, 2018).

O trabalho agrícola no Marrocos: centralidade e marginalidade

A agricultura representa um setor chave na economia marroquina e gera em média 14% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, aproximadamente 14 bilhões de dirhams. O emprego rural representa 80% do emprego em nível nacional e a agricultura é o primeiro setor a proporcionar emprego no país (4 milhões de pessoas ativas). As mulheres participam em 23,5% do emprego em nível nacional, 18,9% em áreas urbanas e 39,9% em áreas rurais (HCP, 2021). A feminização do setor agrícola é cada vez mais evidente no setor agroindustrial (Nieto, 2012), bem como nos *moquefs*, que são os lugares onde os trabalhadores agrícolas se reúnem nas primeiras horas da manhã na esperança de serem selecionados pelos empregadores (Chattou, 2019).

Entretanto, as condições de trabalho das trabalhadoras permanecem precárias em sua maioria: baixos salários, uma marcante falta de direitos sociais e exposição à violência nas fazendas que as recrutam (Bouzidi et al., 2011). As mulheres constituem uma força de trabalho que é percebida como dócil, mal remunerada e explorada (Bouzidi et al, 2011; Arab, 2018; Bossenbroek, 2019). A precariedade dessas mulheres foi exacerbada durante a pandemia (Bouzidi, 2020). As estatísticas do HCP (2021) mostram os efeitos desastrosos da pandemia, combinados com a seca que caracterizou o ano 2020, em todos os setores econômicos e no emprego rural em particular. Assim, mais de 432.000 empregos foram perdidos em 2020, incluindo 295.000 em áreas rurais e 137.000 em áreas urbanas (HCP, 2021). Os setores agrícola, florestal e da pesca perderam 273.000 empregos em nível nacional.

A perda de emprego tem sido acompanhada por uma queda no volume de trabalho por hora e um aumento do desemprego, subemprego e inatividade. A taxa de desemprego entre as mulheres rurais subiu de 2,7% em 2019 para 3,9% em 2020 (ibid). Pouco se sabe sobre a situação das trabalhadoras agrícolas devido à informalidade das condições de trabalho, sua sazonalidade e a virtual ausência de estatísticas e estudos quantitativos dedicados a essa categoria social, essencial para o desenvolvimento agrícola e rural.

Resultados

A COVID-19: Impactos sobre as experiências das trabalhadoras rurais

Em 20 de março de 2020, o governo marroquino declarou estado de emergência e impôs um bloqueio geral após o surgimento dos primeiros casos confirmados do coronavírus. Desde então, foram adotadas medidas rigorosas para conter a propagação do vírus: proibição de reuniões e viagens sem autorização oficial e incentivo a regras rigorosas de higiene e distanciamento físico.

Normalmente, o circuito de mão-de-obra agrícola é organizado ao redor do *mouquef*, derivado da palavra *waqef* ou “de pé”, que designa o local onde a mão-de-obra agrícola se reúne, em pé desde as 4 da manhã para esperar a chegada dos empregadores que os transportam para as fazendas.

De acordo com a situação, o trabalho é diário ou por tarefa. Em áreas agrícolas, onde há uma grande força de trabalho, como Bouderbala na planície de Saiss, várias centenas ou até milhares de trabalhadores vão ao *mouquef* todas as manhãs, na esperança de conseguir um dia de trabalho. As mulheres geralmente vão para lá em pequenos grupos de amigos, vizinhos ou familiares para

se proteger de ataques freqüentes, para negociar o recrutamento de grupos e para ajudar uns aos outros dentro das fazendas. O grupo pode representar uma forma de proteção, solidariedade ou controle social, sobretudo, para as jovens trabalhadoras acompanhadas por suas mães, tias ou vizinhas.

A introdução de restrições sanitárias perturbou essa organização do trabalho, que se baseava em um alto grau de proximidade e interação no *mouquef*, nos meios de transporte e no local de trabalho. Como resultado, as reuniões eram proibidas e os *mouquefs* eram estritamente controlados pelos policiais e autoridades. Os veículos de transporte de mão-de-obra, geralmente sobrecarregados, não podiam exceder a metade de sua capacidade. A oferta de mão-de-obra foi assim visivelmente reduzida, impactando diretamente nos meios de sobrevivência dessas pessoas e das famílias que delas dependem.

“Nossa situação já muito miserável piorou com a corona. As autoridades controlavam o mouquef, os agricultores limitaram o número de trabalhadores porque é mais caro transportar menos trabalhadores em veículos, especialmente durante este ano de seca e doenças” (Halima⁶, viúva, 50 anos de idade, Bouderbala).

O salário das trabalhadoras é normalmente usado para sustentar crianças e famílias, para pagar aluguel, contas de luz e água e para comprar remédios. Mais da metade das 60 mulheres pesquisadas experimentaram dificuldades financeiras significativas durante o período de confinamento de março a julho de 2020 e tiveram dificuldades para sustentar seus filhos. O seu poder de compra básico, que já era baixo, foi reduzido mais ainda com o fechamento dos *souks* semanais, forçando-as a comprar alimentos em mercearias e lojas a um preço relativamente mais alto. A esse respeito, alguns dos testemunhos são pungentes:

“Os preços dos alimentos subiram! Eu não podia pagar o aluguel e já estava muito endividada na mercearia. O dono desta barraca em que vivo com meus filhos ameaçou jogar minhas coisas fora! Eu não tive outra escolha senão alimentar meus 3 filhos ou pagar o aluguel, água e eletricidade! Ninguém é sensível à minha situação, exceto Alá... É a fome que faz você morrer, não a doença” (Halima, viúva, 50 anos de idade, Bouderbala).

Um sentimento de medo e insegurança acompanhou a busca diária de trabalho no *mouquef* para a maioria das mulheres entrevistadas.

6 Os nomes das trabalhadoras foram alterados para resguardar o seu anonimato.

“Eu só trabalhava dia sim, dia não. Eu costumava me levantar de manhã com o coração pesado e ir até o mouquet com medo de ser presa pelos agentes da polícia que nos seguiam e, às vezes, até brigavam para desfazer as aglomerações. Quando voltei do trabalho, tinha ainda mais medo de trazer o vírus para casa e transmiti-lo aos meus quatro filhos” (Ghita, 40, viúva, Bouderbala).

O medo e o estresse foram aumentando devido à pressão da família e dos amigos, o que levou a problemas psicológicos.

“Todas as noites, quando eu voltava do trabalho, meu marido gritava comigo; ele dizia que, pelos dois centavos que você ganha, você vai trazer o vírus para casa. É difícil ter que passar por isso todos os dias” (Naima, casada, 36, Dlalha, Gharb).

Os problemas psicológicos se estenderam aos filhos de trabalhadoras agrícolas. Por exemplo, mais de 20 das 60 mulheres entrevistadas disseram que seus filhos sofreram de doenças ou distúrbios psicológicos (depressão, ansiedade, violência etc.) ou recorreram a práticas desviantes (alcoolismo, drogas etc.). Segundo elas, a precariedade e a estigmatização social que as crianças experimentam, particularmente as de mães solteiras, tornam suas condições de vida difíceis.

Além disso, o surto registrado em junho de 2020 em Lalla Mimouna criou uma polêmica sobre as condições de trabalho dessas mulheres e as medidas de proteção implementadas nas fazendas de morangos e unidades de empacotamento. Embora os gerentes afirmem que máscaras e géis hidroalcoólicos foram disponibilizados às trabalhadoras, as mulheres se manifestaram contra a negligência e a falta de controle durante os primeiros meses de propagação da pandemia.

“Nós tivemos que gritar para pedir máscaras de proteção, sabão e desinfetantes suficientes. Mas em vão: as autoridades só intervieram quando a situação se agravou em Lalla-Mimouna” (Sanae, 28 anos, solteira, zona costeira de Gharb).

As informações sobre a contaminação das 800 trabalhadoras de Lalla-Mimouna deram origem a um sentimento de medo e frustração entre as trabalhadoras de outras regiões agrícolas. Esse era o caso daquelas da região de Saiss que, apesar das informações divulgadas, não tinham conseguido parar de trabalhar na ausência de outras alternativas para obter uma renda decente para sua sobrevivência e, às vezes, a de suas famílias.

“Quando ouvimos falar do surto de Lalla Mimouna, tínhamos muito medo de ter o mesmo destino. Meus amigos e eu decidimos parar de trabalhar por um

tempo, mas não podíamos passar mais de três dias sem trabalhar. As contas podem esperar um pouco, mas as bocas para alimentar não suportam a fome. Precisávamos de farinha e gás para cozinhar. O que podemos fazer sem trabalhar? Também tive que economizar algum dinheiro para comprar as ovelhas para meus filhos. Chamamos o ‘caporal’⁷ para pedir trabalho e graças a Deus ninguém contraiu o vírus” (Drissia, 55, divorciado, 6 filhos, Bouderbala).

Diante de dificuldades financeiras, alguns trabalhadores foram obrigados a interromper a escolarização de seus filhos durante o período de confinamento devido à falta de meios de acesso ao ensino a distância (computador, smartphone etc.) ou de meios para pagar as recargas da Internet. Três estudantes femininas que trabalham em *mouquef* para ajudar suas famílias e financiar seus estudos expressaram os problemas de acesso ao ensino a distância:

“Minha família precisou muito mais do meu trabalho depois que minha mãe pegou corona. Eu tinha que ir a mouquef todos os dias. Eu deixei o meu telefone com os meus dois irmãos mais novos para que acompanhassem as suas aulas. Tive que adicionar taxas de recarga de internet às despesas da família. Tive de sacrificar o último semestre porque não tinha dinheiro para isso”.

Enquanto a maioria das trabalhadoras agrícolas trabalha em fazendas no Marrocos, outras tentam encontrar trabalho sazonal no sul da Espanha. De fato, a cada ano, milhares de trabalhadoras são selecionadas para contratos de trabalho sazonais em fazendas de morango em Huelva, no sul da Espanha. Essas mulheres devem atender a uma série de critérios: ter entre 25 e 40 anos de idade, ter filhos pequenos para garantir seu retorno ao lar no final da estação agrícola e ter experiência agrícola. Em 2020, 7.000 mulheres sazonais (de 16.600 selecionadas) puderam retornar às fazendas de produção e embalagem de morangos em Huelva antes do fechamento das fronteiras.

A ocorrência da crise sanitária, o confinamento e o fechamento das fronteiras comprometem a situação e o futuro dessa categoria de trabalhadoras agrícolas. As entrevistas com 10 trabalhadores sazonais que retornam de Huelva destacam seu sofrimento durante sua estada na Espanha.

“Eu vivi o início da pandemia e o período de confinamento nas fazendas de morangos em Huelva, Espanha. Foi uma sensação horrível de medo de morrer na Espanha longe das minhas filhas e da minha família. Eu tinha mais

7 Pessoa desempenhando um papel de capataz nas fazendas, ver Chattou (2019).

medo por minhas filhas muito jovens deixadas para trás no Marrocos. Eu falava com elas todos os dias e tinha medo de nunca poder encontrá-las. O medo se tornou mais agudo quando as fronteiras foram fechadas. Entretanto, continuamos a fazer nosso trabalho duro com a obrigação de desinfetar, lavar as mãos e usar uma máscara o dia todo. Quando voltamos à noite, só falávamos sobre a situação do corona no Marrocos. Continuamos trabalhando até junho, quando todas as unidades foram fechadas, mas não tínhamos notícias sobre nosso futuro e sobre a possibilidade de voltar ao Marrocos. A mídia só falou sobre as estatísticas da doença, mas não sobre a situação dos marroquinos encalhados na Europa e nunca sobre nós. Eu chorava o tempo todo, sentia falta do cheiro dos meus filhos e do meu país, especialmente quando Aid Lkbir⁸ se aproximava. Ficamos assim esperando até 15 de julho, quando a esperança foi restaurada com o início dos testes para o retorno ao Marrocos” (Khadija, 37, casada, Ain Felfel, Gharb).



Foto 2. Trabalhadoras agrícolas deixando fazendas de morango para o caminhão de transporte, região de Gharb (foto de Z. Bouzidi, 2018).

As estratégias de adaptação

As restrições impostas durante a pandemia às concentrações de pessoas no *mouquef* e aos veículos de transporte foram compensadas por muitas estratégias de adaptação. Os transportadores começaram a recolher trabalhadores diretamente dos vilarejos em vez de do *mouquef*. Alguns confidenciaram que, às vezes, eram obrigados a contornar as estradas para evitar pontos de controle ou não declarar o número real de trabalhadores aos policiais.

8 N.T.: Aïd el-Kébir, ou Aïd al-Adha, é uma festa celebrada todos os anos por muçulmanos em todo o mundo. Segundo a tradição muçulmana, ela comemora o sacrifício que Deus pediu a Abraão para testar sua fé. Esse festival, que reúne as famílias, é um momento importante de partilha e convívio.

As trabalhadoras que tinham as suas redes de contatos com corporações, empregadores etc. recebiam chamadas telefônicas para o trabalho. É assim que elas puderam garantir dias de trabalho durante todo o período de confinamento, sem serem obrigadas a ir ao *mouquef* e se exporem ao controle das autoridades. Por medo de contaminação no transporte, algumas preferiram ir para as fazendas próximas ao local onde moravam. As outras trabalhadoras continuaram a viajar para o *mouquef*, permanecendo vigilantes às medidas impostas pelas autoridades.

As mulheres mais velhas lamentaram a prioridade dada às meninas jovens para o recrutamento no *mouquef*:

“Vejam como estas garotas se vestem e se maquam! Eles usam meias-calças apertadas e aventais abertos e apertados. Os empregadores não querem mais mulheres velhas como eu. Às vezes, eu espero várias horas no mouquef apenas para voltar de mãos vazias no final do dia! As mulheres mais jovens têm todos telefones e recebem chamadas, mas não nós!” (Rquia, 58 anos, casado, Ain Taoujdat).

Admitindo o assédio e o flerte aos quais elas podem ser expostas, as jovens apontam para a seletividade do recrutamento em favor de meninas mais jovens que são percebidas como mais dinâmicas e enérgicas, especialmente se elas são mais atraentes fisicamente e, às vezes, aceitam avanços de funcionários e patrões. As mulheres mais velhas têm mais chances se já forem conhecidas em termos de desempenho e experiência pelo recrutador. A negociação do preço diário, às vezes, direciona a escolha para aquelas que aceitam mais facilmente o que é oferecido, especialmente em uma situação de crise, ou para aquelas que podem trazer de volta um grupo de trabalhadoras que concordam em trabalhar sob as mesmas condições.

Além disso, enquanto a maioria dos trabalhadores continuava a trabalhar durante a crise de saúde, alguns pararam por solicitação de seus parentes. Esse é o caso de Chama (50, solteira, Bouderbala) e suas irmãs, que foram proibidas de trabalhar por seu irmão que vivia na Espanha.

“Meu irmão, que está trabalhando na Espanha há três anos, obrigou-nos a abandonar o trabalho no mouquef durante a Corona. Ele costumava nos enviar ordens de pagamento mensais para toda a família, de mais de doze pessoas. Estava fora de questão expor as suas irmãs mais velhas, que trariam para ele risco de contaminação e morte enquanto ele ainda trabalhava para nós”.

Além das redes de solidariedade familiar, houve o apoio de associações e benfeitores, que aumentaram em número, particularmente durante os períodos do Ramadã e d'Aid. Assim, das 60 mulheres entrevistadas, 28 se beneficiaram

de cestas de alimentos distribuídas às famílias carentes. Além disso, 6 delas receberam ovelhas para o festival d'Aid. Da mesma forma, a ajuda pública prevista no âmbito do fundo para combater o vírus permitiu que 14 mulheres se beneficiassem do auxílio reservado para o setor informal (6 mulheres) e para as famílias que recebem RAMED (8 mulheres). O montante previsto para três meses variava entre 800 e 1200 dh, dependendo do tamanho do lar.

“Graças a Deus, consegui passar o período de confinamento com a ajuda de benfeitores que me forneceram cestas de alimentos durante o Ramadan e o Aid. Meu irmão me comprou as ovelhas para Aid e eu recebi 1000 dh em ajuda da RAMED três vezes. Também usei a bolsa universitária de primeiro ano de minha filha para despesas familiares. Com a ajuda do Estado, paguei o aluguel, as contas, comprei roupas para minhas duas filhas e comprei para Aid” (Aicha, 40 anos, divorciada, 2 filhas, Sebaa Ayoun).

Entretanto, a maioria das trabalhadoras entrevistadas lamentou a falta de acesso à ajuda, pois não tinham um cartão RAMED ou CNSS. Nenhuma das mulheres entrevistadas era filiada ao CNSS, e apenas 8 delas (4 casadas, 2 viúvas e 2 divorciadas) tinham RAMED elas mesmas ou por meio dos seus maridos. A maioria das trabalhadoras lamentou a distribuição desigual da ajuda durante o período de confinamento, o que excluiu muitas mulheres carentes, particularmente mães solteiras.

Diante da falta de meios para pagar o aluguel e as contas de eletricidade e água etc., algumas trabalhadoras foram forçadas à pluriatividade, realizando trabalhos alternativos geradores de renda (venda de alvejante, venda de pão e bolos durante o Ramadan, trabalhos domésticos) ou a contrair empréstimos de membros da família, merceeiros etc.

“Antes da Corona, eu costumava trabalhar por até 150-200 dh por dia. Com a Corona, fui forçado a trabalhar por 70 dh e, como não tinha amigos funcionários, era difícil garantir trabalho todos os dias. Eu cuido de minha mãe doente e de seus remédios. Eu me afoguei em crédito por comida na mercearia, aluguel, eletricidade. Trabalho em mouquef há mais de 20 anos e minha situação e minha moral estão ficando cada vez piores” (Mina, 49 anos, divorciada, Sebaa Ayoun).

A prostituição é uma atividade econômica bastante presente no meio do trabalho assalariado agrícola. Em alguns casos, essa atividade é mobilizada como uma estratégia para negociar o trabalho agrícola e suas condições. O trabalho agrícola proporciona anonimato às mulheres de várias regiões do Marrocos e

lhes permite criar legitimidade e identificação com essas mulheres que nunca se definem como prostitutas, mas sim como trabalhadoras agrícolas. A prostituição tem continuado, mesmo em tempos de crise, para permitir que algumas trabalhadoras, particularmente mães solteiras, vivam com seus filhos, apesar do forte estigma que as envolve.

“Depois que minha mãe morreu, minha madrasta me tratou como uma criada e eu fugi aos 15 anos de idade para Casablanca, onde trabalhei na prostituição. Eu dei à luz um menino e depois me uni a um amigo em Bouderbala que trabalhava no mouquef e na prostituição. Aqui há muitas mães solteiras e prostitutas; eu senti mais respeito aqui do que em qualquer outro lugar. Às vezes, trabalho no mouquef, mas frequentemente como garçonne no café (exceto durante o confinamento) ou na prostituição para sustentar meu filho e comprar meus cigarros! (Khawla, 22 anos de idade, Bouderbala).

A estigmatização das trabalhadoras agrícolas as obriga a desenvolver muitas estratégias para criar legitimidade (Bossenbroek, 2019) e para lidar com um ambiente social esmagador. As trabalhadoras geralmente usam um véu espesso e opaco que cobre o rosto com uma tampa em cima que revela discretamente seus olhos e seu olhar vazio (Bouzidi e Arab, 2020). Elas se referem a si mesmas como tal e são conhecidas como “mulheres ninja”.

O véu oferece proteção contra pesticidas e o Sol, mas também proteção contra o olhar estigmatizante que tende a assimilar as trabalhadoras a prostitutas ou mulheres promíscuas (ibid). Por meio do véu, algumas trabalhadoras tentam não ser reconhecidas. Assim, observamos que muitas trabalhadoras usam um apelido para evitar mostrar sua verdadeira identidade e para garantir a mobilidade entre as zonas agrícolas, preservando ao mesmo tempo o seu anonimato.

Finalmente, outras trabalhadoras disseram que haviam esgotado suas modestas economias ou vendido seu pequeno gado (galinhas ou ovelhas) para pagar as despesas do mês ou procuraram refúgio com suas famílias em suas regiões de origem.

Discussão e conclusão

Trabalho essencial para os trabalhadores essenciais

Apesar da redução nas oportunidades de trabalho e do risco comprovado de contaminação, a maioria dos trabalhadores continuou a trabalhar para sobreviver e alimentar as suas famílias. Para muitos trabalhadores, o período pré e pós-corona não mudou a sua situação precária.

“Com ou sem Corona, tenho que trabalhar; se não, morro de fome” (Fatiha, 55).

O sonho de ser selecionado para trabalhar na Espanha continua apesar dos relatos de agressões nas fazendas em Huelva e do risco de fechamento das fronteiras aéreas e marítimas.

“Meu marido estava muito relutante em me deixar voltar à Espanha, especialmente com os rumores de um segundo período de confinamento e o fechamento das fronteiras. Ele tinha medo que eu ficasse preso como da última vez. Mas consegui convencê-lo de que essa é a única maneira de garantir uma boa quantia de dinheiro para nosso futuro e para nossos filhos” (Khadija, 37, Ain felfel, Gharb).

O trabalho agrícola é essencial para essa população particularmente precária, que não tem outras alternativas. Mas, muitas vezes, esquece-se que esses trabalhadores também são essenciais para manter a atividade agrícola e nosso abastecimento alimentar (Árabe e Bouzidi, 2020). A crise sanitária revelou a centralidade dos trabalhadores agrícolas como “trabalhadores essenciais” para garantir a segurança alimentar.

Na Europa, a crise sanitária revelou a importância da mão-de-obra estrangeira nos sistemas de produção de alimentos. Muitos países europeus tiveram que mudar as restrições de transporte aéreo e marítimo para salvar o campo agrícola, trazendo mão-de-obra estrangeira durante o período de confinamento. Esse é o caso no Reino Unido, onde normalmente mais de 90% dos trabalhadores sazonais agrícolas são de origem estrangeira.

Nesse contexto, onde a produção intensiva exige “a importação de mulheres para a exportação de morangos” (Hellio, 2008), é preciso reconsiderar as condições de trabalho, os direitos sociais e o “custo amargo” das frutas e legumes (Árab e Bouzidi, 2020) que enfeitam as prateleiras dos supermercados europeus. A situação dos trabalhadores agrícolas no Marrocos ou na Europa lembra a observação do antropólogo americano David Graeber em seu livro “*Bullshit jobs*” (2018), de que os empregos mais úteis para a sociedade são os menos remunerados e menos reconhecidos.

Repensando o lugar das mulheres trabalhadoras rurais nas políticas públicas

A crise sanitária acentuou a luta diária das trabalhadoras agrícolas em fazendas, *mouquefs*, meios de transporte, unidades de embalagem etc. A maioria dessas trabalhadoras não tem cobertura de seguridade social e estão expostas a múltiplos riscos no dia-a-dia: acidentes de trabalho, contaminação, estupro e

assédio. O *mouquef* continua abrigando essa população vulnerável (mães solteiras, prostitutas, mulheres abandonadas por seus cônjuges) e a lhes proporcionar o anonimato e um meio de subsistência. O coronavírus revelou a vulnerabilidade dessa categoria social, mas também sua capacidade de resiliência, que se torna possível essencialmente pela mobilização das diversas redes de solidariedade (família, benfeitores, associações etc.) que estiveram ativas durante essa crise.

A organização dos circuitos do trabalho agrícola é mais necessária do que nunca no contexto da crise, o que exige que se repensem as condições de trabalho das mulheres, seu acesso ao seguro e à seguridade social e a sua proteção contra todas as formas de agressão. Além disso, no Marrocos, o Salário Mínimo Agrícola (SMAG) permanece abaixo do SMIG.

Embora a formalização da mão-de-obra agrícola predominantemente sazonal e diária pareça difícil de implementar, o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores é essencial, como demonstrou o contexto da crise sanitária.

Em setembro de 2020, o governo buscou generalizar a cobertura social por meio da universalização do seguro de saúde obrigatório (AMO). Isso abrange apenas 7 milhões de pessoas declaradas no setor privado (CNSS) e 3 milhões no setor público cobertas pela Caisse Nationale des Organismes de Prévoyance Sociale (CNOPS). A transição de um sistema de assistência médica (RAMED) para um esquema de seguro de saúde obrigatório deve incluir como prioridade as categorias sociais mais carentes, tais como trabalhadoras agrícolas e mães solteiras e seus filhos. Quando as crianças não têm documentos oficiais, elas ficam sem escolaridade, sem futuro, sem ajuda e expostas à delinquência, estigmatização e problemas psicológicos.

O controle de toda a cadeia de trabalho e o respeito às medidas de prevenção e higiene são essenciais, particularmente nas grandes unidades de produção e embalagem de frutas e vegetais que concentram uma grande força de trabalho (Bouzidi, 2020). O transporte e as condições de trabalho devem ser drasticamente controlados e reconsiderados, como a crise sanitária nos lembrou.

Referências:

- ARAB, Chadia; BOUZIDI, Zhour. Le coût amer des fruits : la galère des ouvrières au Maroc et en Espagne face au Covid-19. *The conversation*, 10 juin. 2020.
- ARAB, Chadia. *Dames de fraises, doigts de fée, les invisibles de la migration saisonnière marocaine en Espagne*. En toutes lettres, Casablanca, 2018.
- BELLARBI. Coronavirus à LallaMimouna: les responsables des unités incriminées seront poursuivis. *Le 360*, édition du 22 juillet. 2020.

- BOSSENBROEK, Lisa Année. Les ouvrières agricoles dans le Saïss au Maroc, actrices de changements sociaux? *Alternatives Rurales*, 7, 2019.
- BOUZIDI, Zhour; ARAB, Chadia. Le combat des ouvrières agricoles au Maroc et en Espagne face au coronavirus. *Site Yabiladi*, 15 mai. 2020.
- BOUZIDI, Zhour; EL NOUR, Saker; MOUMEN, Wided. Le travail des femmes dans le secteur agricole: Entre précarité et empowerment. Cas de trois régions en Egypte, au Maroc et en Tunisie. *Gender and Work in the MENA Region Working Paper*, n. 22. Cairo: Population Council, 2011.
- BOUZIDI, Zhour. Covid-19 chez les ouvrières agricoles: l'éclairage de Zhour Bouzidi. *Site Medias24*, 2020.
- CHATTOU, Zoubir. La gestion « caporaliste » du travail salarié agricole dans l'agriculture capitaliste au Maroc. *Alternatives Rurales*, 7, 2019.
- GRAEBER, David. *Bullshit Jobs: A Theory*. Editions Les Liens qui Libèrent, 2018.
- HELLIO, Emmanuelle. Importer des femmes pour exporter des fraises (Huelva). *Etudes rurales*, Paris: Éditions de l'École pratique des hautes études, 2008.
- NIETO, Juana Moreno. «Faut-il des mains de femmes pour cueillir les fraises ?» *Dynamique de la gestion de la main-d'oeuvre et du travail dans le secteur fraisier du périmètre irrigué du Loukkos (Maroc)*. Les Etudes et Essais du Centre Jacques Berque, n. 11 – Décembre (Rabat – Maroc), 2012.
- SAIH, Y. Coronavirus/Maroc: Les dessous du scandale sanitaire de LallaMimouna. *Site Hespress*, 19 juin. 2020.

Recebido em: 11/03/2022

Aprovado em: 23/05/2022

Como citar este artigo:

- BOUZIDI, Zhour e ABDELLAOUI, El Hassane. “É a fome que te faz morrer, não a doença!” As trabalhadoras agrícolas entre o martelo da precariedade e a bigorna da COVID-19: impactos e estratégias de sobrevivência. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 151-167.





Internacionalização das ciências sociais: a sociologia paulista e o Projeto Tensões da UNESCO¹

Gustavo Taniguti²

Resumo: Este artigo examina um dos projetos centrais conduzidos entre 1947 e 1955 pelo Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, denominado Projeto Tensões. Caracterizo-o com o intuito de revelar o seu intercâmbio com o campo acadêmico da sociologia paulista. Procuo demonstrar que o interesse da UNESCO nas tensões sociais foi apresentado enquanto um terreno comum para viabilizar uma proposta de universalismo científico. Por meio desse projeto, seus formuladores almejavam introduzir certo *modus operandi* em pesquisas científicas. Especificamente, essa tentativa ganhou expressão em estudos da psicanalista Virgínia Leone Bicudo e do sociólogo Hiroshi Saito.

Palavras-chave: UNESCO; História das ciências sociais; História da sociologia; Virgínia Bicudo; Hiroshi Saito.

Internationalization of the Social Sciences: UNESCO's Tensions Project and the Paulista Sociology

Abstract: *This article examines one of the central projects carried out by UNESCO's Department of Social Sciences between 1947 and 1955 – the Tensions Project. My*

1 Este artigo é resultado pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

2 Instituto Federal de Minas Gerais – Brasil – gustavotaniuti@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-3905-5140>

aim is to reveal its connections with the academic field of sociology from São Paulo, Brazil. I demonstrate that the UNESCO's interest in social tensions was a common ground for its scientific universalism. By carrying on this project, social scientists sought to introduce a certain modus operandi in scientific research. More specifically, this proposal was put into practice by two studies conducted in Brazil by psychoanalyst Virginia Leone Bicudo and sociologist Hiroshi Saito.

Keywords: UNESCO; History of the social sciences; History of sociology; Virginia Bicudo; Hiroshi Saito.

Internacionalización de las ciencias sociales: el proyecto Tensiones de la UNESCO y la sociología paulista

Resumen: Este artículo examina uno de los proyectos centrales llevados a cabo por el Departamento de Ciencias Sociales de la UNESCO entre 1947 y 1955: el Proyecto Tensiones. Mi objetivo es revelar sus conexiones con el campo académico de la sociología de São Paulo, Brasil. Demuestro que el interés de la UNESCO por las tensiones sociales fue un terreno común para su universalismo científico. Al llevar a cabo este proyecto, los científicos sociales buscaron introducir un cierto modus operandi en la investigación científica. Más específicamente, esta propuesta fue puesta en práctica por dos estudios realizados en Brasil por la psicoanalista Virginia Leone Bicudo y el sociólogo Hiroshi Saito.

Palabras clave: UNESCO; Historia de las ciencias sociales; Historia de la sociología; Virginia Bicudo; Hiroshi Saito.

Introdução

Em “A sociologia no Brasil”, escrito originalmente em 1956, o sociólogo e crítico literário Antonio Candido identificou etapas de desenvolvimento percorridas pela sociologia brasileira. Em seguida, afirmou que, nos anos 1940, verificou-se tanto a sua presença no sistema universitário quanto a sua consolidação enquanto atividade profissional. Na década posterior ao fim da Segunda Guerra, Candido testemunhava, em São Paulo, sinais de um acelerado processo de profissionalização. Ali, em meio à efervescência cultural do centro urbano em expansão, foram instaladas as instituições pioneiras inteiramente voltadas ao ensino e pesquisa em ciências sociais. Desde os anos 1930, as elites locais haviam se envolvido diretamente na reforma educacional e na organização universitária (Miceli, 1989).

Não por acaso, a Universidade de São Paulo foi concebida por essas elites e o I Congresso Brasileiro de Sociologia ocorreu em 1954, com o patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. De um modo geral, especialistas na história disciplinar da sociologia e antropologia brasileiras afirmam que, em meados do Século XX, o campo acadêmico das ciências sociais paulistas já possuía características marcantes (Jackson, 2007). Na parte final do seu texto, Antonio Candido identificou que a atividade sociológica por ele avaliada já dispunha de conexões externas e certa representatividade: “é fora de dúvida que a sociologia brasileira já existe como bloco, o que se verifica pela posição internacional que vem adquirindo aos poucos” (Candido, op.cit.: 301).

Em países latinoamericanos como o Brasil, Argentina, México e Chile, seria difícil conceber o estabelecimento profissional das ciências sociais alheio à força impulsionadora da UNESCO, agência especializada da ONU (Maio, 2000; Beigel, 2013; Grisendi, 2014; Duedahl, 2016; Cutroni, 2018). Entre as décadas de 1940 e 1950, essa agência financiou diversos estudos e inaugurou espaços institucionais dedicados, a exemplo da *Internacional Sociological Association* (ISA), fundada em 1949. A sua vice-presidência foi ocupada pelo sociólogo e educador Fernando de Azevedo, docente da Universidade de São Paulo que também acumulava o cargo de presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Desse modo, além de nomes conhecidos na ONU, como Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Paulo Carneiro, emergentes cientistas sociais brasileiros passavam a lograr uma participação nesse incipiente circuito internacional.

Neste artigo, reconstituo vínculos que os conectam por meio de um projeto internacional de pesquisas ainda pouco discutido, denominado *Tensions Affecting International Understandings* ou, simplesmente, Projeto Tensões. O meu objetivo é examinar a sua participação na história das ciências sociais brasileiras.

O projeto foi financiado diretamente pela UNESCO e contemplou realidades de nações como os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e Brasil. Seus produtos finais foram diversos, como conferências, brochuras, manuais, coletâneas e relatórios que ainda hoje aguardam avaliações. Em São Paulo, o Projeto Tensões ganhou expressão a partir de duas pesquisas específicas. Elas são analisadas visando ampliar entendimentos a respeito da circulação de conhecimento científico entre pesquisadores profissionais e agências especializadas – o que envolveu movimentos de importação, transferência, tradução, aplicação e transformação de ideias.

Concebido no plano transnacional, o projeto ganhou expressão local nos trabalhos de dois alunos do sociólogo estadunidense Donald Pierson, formados na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP): a psicanalista

Virgínia Leone Bicudo e o sociólogo Hiroshi Saito. As suas pesquisas foram intituladas respectivamente “Atitudes dos alunos dos grupos de escolares em relação com a cor dos seus colegas” (1955) e “Metodologia para o estudo de tensão inter e intragrupos dos imigrantes japoneses no Brasil” (1953).

Ambas representaram a tentativa de colocar em prática um *modus operandi* do fazer científico, concebido a partir de um eixo coordenador externo. Ao fazê-lo, esses autores buscaram validar a aplicação instrumentos de pesquisa supostamente universais, bem como corroboraram uma interpretação sobre a situação racial brasileira, segundo à qual viveríamos sob um padrão harmonioso de convivência social devido à inexistência do preconceito de raça. Tal avaliação era bem aceita pela UNESCO e por vários cientistas sociais europeus e estadunidenses, contrapondo-se aos casos dos Estados Unidos e África do Sul (Maio, 2007; Motta, 2007; Maio, 2017).

Avaliar essas duas pesquisas demandou assinalar suas diferenças e proximidades com “O preconceito racial em São Paulo” – pesquisa de Roger Bastide e Florestan Fernandes, também executada com o patrocínio da UNESCO. Embora realizadas sob condições semelhantes, o seu planejamento, os seus resultados e a sua recepção no meio acadêmico brasileiro foram distintos.

Por um lado, a pesquisa de Bastide e Fernandes se tornou ao longo dos anos uma referência fundamental para os estudos sociológicos sobre relações raciais no Brasil. O seu planejamento remonta à investigação inicialmente prevista para a revista *Anhembi* (Fernandes, 2008: 17), o que explica, em partes, conclusões e a adoção de fundamentos teóricos e metodológicos distantes daqueles esperados pela UNESCO. Já as pesquisas de Bicudo e Saito tiveram uma baixa repercussão acadêmica, ao passo que aplicaram métodos de pesquisa previstos e, a partir de objetos distintos, validaram a tese de inexistência do preconceito racial em São Paulo. Tais nuances podem ser melhor compreendidas a partir da trajetória do Projeto Tensões. Os dados aqui apresentados resultam de pesquisa documental realizada nos arquivos da UNESCO em Paris, França.

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, caracterizo os primeiros anos de atividade do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Em seguida, apresento o processo de elaboração do Projeto Tensões. Demonstro que o tema das “tensões” foi apresentado à comunidade sociológica internacional enquanto um terreno comum para viabilizar uma proposta de universalismo científico. Por fim, argumento que os estudos de Virgínia Leone Bicudo e Hiroshi Saito e Seiichi Izumi representaram a aplicação do Projeto Tensões nas ciências sociais brasileiras, segundo haviam proposto os seus formuladores.

A UNESCO e as políticas de conhecimento do pós-guerra

A proposta de criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ocorreu em novembro de 1942 na primeira edição de uma conferência interministerial dos Países Aliados. Nela, buscou-se confrontar a propaganda dos países do Eixo e coordenar esforços para o planejamento educacional (Singh, 2011; Maurel, 2006; Duedahl, 2016; Elzinga, 2004; Domingues, 2004; Cutroni, 2018). A sua fundação ocorreu anos depois em Londres, em 16 de novembro de 1945, quando estiveram reunidas 43 delegações nacionais, inclusive a brasileira, e foram definidos os seus objetivos e princípios norteadores: contribuir para a manutenção da paz e avançar na colaboração entre as nações a partir de três pilares: educação, ciência e cultura (United Nations Education Scientific and Cultural Organization, 1945).

A sua trajetória não esteve dissociada de ideias e valores apregoados por influentes intelectuais, diplomatas e representantes de Estados-Membros. Ao longo dos anos, as agências especializadas se mostraram terrenos férteis para a consolidação profissional de camadas escolarizadas como cientistas, burocratas e diplomatas. Um exemplo ilustrativo é o da socióloga sueca Alva Myrdal, diretora do Departamento de Ciências Sociais (1951-1954) e laureada com o Prêmio do Nobel da Paz em 1982 (Lengyel, 1986).

O compromisso reconstrucionista da UNESCO acompanhou a ideia de existência de uma só humanidade, em um caminho evolutivo e guiada pela “tradição iluminista de confiança no poder do conhecimento” (Wisselgren, 2017: 149). Ademais, em seus anos iniciais, a relação direta com a prática científica demandou da UNESCO assumir uma posição epistemológica. Basicamente, ela pode ser resumida enquanto a crença no pressuposto da “neutralidade”, isto é, a separação entre resultados científicos e interesses nacionais (Rangil, 2011: 04). Na prática, o Departamento de Ciências Sociais adotou esse pressuposto e o expressou por meio de uma orientação *universalista* conferida a seus estudos até cerca de 1951, mesmo que guiada por interesses de potências como os Estados Unidos.

O governo brasileiro esteve envolvido ativamente na criação da UNESCO. Estudos que examinaram a composição do seu Comitê Executivo nos mostram, inclusive, que, até 1958, a participação brasileira ali foi notável. Além de atuar na constituição da ONU, até 1946, o Brasil foi um dos poucos Estados-Membros da UNESCO oriundos da América Latina. Também dispunha de uma representação instalada em território nacional, denominada Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), criada em 13 de junho de 1946, na cidade do Rio de Janeiro e vinculada ao Itamaraty.

Uma figura de destaque nesse ambiente de relações institucionais foi o diplomata e químico Paulo Estevão de Berredo Carneiro. Naquele mesmo dia, em Londres, Carneiro coordenou a Reunião do Comitê Preparatório da UNESCO, ocasião em que foi definida a sua estrutura organizacional. Era o início efetivo de suas atividades.

Somada a outras sete seções³, nessa reunião, foi aprovada a criação da Seção de Ciências Sociais. A justificativa para tal foi apresentada em um texto intitulado “*The Social Sciences in Modern Society*”. O texto foi redigido por uma comissão de especialistas, recrutada desde o ano anterior para planejar as primeiras atividades da Seção de Ciências Sociais. Ela foi composta pelo geógrafo egípcio Mohamed Bey Awad, pelo economista britânico Percival W. Martin e pelo sociólogo norueguês Arvid Brodersen.

Cerca de cinco meses depois, em novembro, ocorreu em Paris a primeira Conferência Geral da UNESCO. Mohamed Awad representou a comissão preparatória e buscou definir um programa geral de atividades. Ele deu início à sessão citando o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e acatou sugestões feitas por comissões nacionais. Entre elas, a do primeiro presidente negro da Fisk University, Charles Johnson, para quem a UNESCO deveria se dedicar a reunir conhecimentos relacionados ao assunto das “tensões” internacionais que levassem à guerra. Ao final, formulou-se um plano geral de projetos a serem desenvolvidos nos próximos dois anos. Nos registros da Conferência, é possível observar que o estudo das “tensões” esteve entre os seis grupos temáticos de interesse⁴.

A proposta geral do Departamento foi endossada pelo Diretor-Geral, o biólogo inglês Julian Huxley. Pouco antes da Conferência, no texto *Unesco, Its Purpose and Its Philosophy* (1946), ele já havia explicitado a sua simpatia pelas ciências sociais, interessando-se no seu desenvolvimento metodológico, com especial atenção à psicologia social. A Conferência foi encerrada com a projeção de um inédito protagonismo às ciências sociais ao lado de outras áreas, como o direito internacional (Bodet, 1949). Isso ganhou forma nos anos seguintes, em ações e programas de estudos que lhe atribuíram o papel de mediadora de conflitos, isto é, um tipo de conhecimento capaz de contribuir para a convivência pacífica entre nações e grupos.

3 As seções criadas foram: Educação; Ciências Naturais; Filosofia e Estudos Humanos; Museus; Bibliotecas; Ciências Sociais; Artes e Letras; Comunicação em massa.

4 Ao lado de temas como: Organização e serviço às ciências sociais; Planejamento doméstico e comunitário; Centros internacionais de estudo; Organizações internacionais e técnica; Lei internacional.

O Departamento de Ciências Sociais da UNESCO

Em janeiro de 1947, os membros da comissão preparatória do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO se reuniram com Julian Huxley para dar início ao planejamento de atividades. Além dessa comissão, um conjunto de especialistas havia sido recrutado para fins consultivos, em grande maioria oriundos de universidades estadunidenses: Edward Shils (Universidade de Chicago), Nathan Leites (Universidade de Yale), Henry V. Dick (*Tavistock Institute of Human Relations*), Hadley Cantril (Universidade de Princeton), Otto Klineberg (Universidade de Columbia) e Robert Angell (Universidade de Michigan). Durante aquele ano, eles se incumbiram da tarefa de delinear os programas de ação do Departamento, incluindo-se projetos de estudos internacionais.

Entre 1946 e 1951, o Departamento passou por um processo de estabelecimento institucional e, por isso, buscava ainda definir com mais clareza o seu escopo de atuação. É válido lembrar que ele também enfrentava problemas operacionais por ser um dos menores departamentos em termos de recursos e de estafe profissional. Além disso, ele não contava com experiências prévias – o que por vezes alimentava incertezas sobre os caminhos a serem seguidos. O trânsito de seus diretores evidencia certa instabilidade em seu núcleo de gestão. Até o ano de 1955, ocuparam o cargo Mohamed Awad (1946), Arvid Brodersen (1946-49), Arthur Ramos (1949), Robert Angell (1949-1950) e Alva Myrdal (1951-1955).

Além disso, no âmbito das agências da ONU, as ciências sociais tinham um desafio mais abrangente: provar a sua relevância no debate científico da época, concorrendo com as ciências naturais e exatas. As disputas entre essas áreas se evidenciaram no processo de elaboração da conhecida “Declaração sobre raça” (1950) (Brattain, 2007; Maio e Santos, 2010; Hazard, 2016; Gil-Riaño, 2018). Além do impasse sobre a legitimidade da área, a almejada amplitude internacional das ações do Departamento ainda demandava a construção de um circuito acadêmico interligado, mas encontrava resistência devido aos diversos entendimentos locais existentes sobre as ciências sociais (Bodet, 1949). Até fins de 1948, o Departamento se dedicou à organização de sua estrutura interna e ao detalhamento de projetos. Isso significou endossar a fundação de periódicos acadêmicos e associações científicas e estabelecer contato com universidades e departamentos ao redor do mundo.

Nesse período, o tema das “tensões” internacionais foi adotado como um eixo central de interesse para a realização de pesquisas empíricas, o que ocorreu sob forte influência da comissão nacional dos Estados Unidos. O governo

estadunidense dispunha de um quadro próprio de consultores para a área de ciências sociais: o *Panel on Functions of Social Research*. Um de seus membros era o capitão da aeronáutica Robert Angell, que, em 1950, assumiu a posição de Diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO e também de Coordenador do Projeto Tensões.

Em documento de recomendação à comissão nacional estadunidense, esses consultores enfatizaram a possibilidade de as ciências sociais contribuírem para o entendimento de atitudes agressivas, nacionalismos e choques culturais, com o intuito de se evitar a ocorrência de conflitos (Panel on Functions of Social Research, 1947). A recomendação se pautava em uma noção presente na constituição da UNESCO, segundo a qual a guerra começa na mente dos seres humanos e, portanto, é na mente deles que a paz deveria ser construída.

Na interpretação de Rangil (2011), interesses estratégicos teriam levado ao predomínio da influência acadêmica estadunidense no Departamento. Até meados da década de 1950, o governo dos Estados Unidos era o principal financiador da UNESCO: em 1947, ele contribuiu com 44% do orçamento total e, em 1950 e 1951, contribuiu, respectivamente, com 35% e 33% do total. Dessa forma, o domínio econômico e o alcance da política externa dos Estados Unidos – evidenciados pelo Plano Marshall e pela Organização dos Estados Americanos – não deixaram de afetar o universo cultural e científico da época (Wells, 1987; Fernandes e Lopes, 2014; Wisselgren, 2017). Mesmo enfrentando limitações diversas, no início de 1948, o Departamento de Ciências Sociais deu prosseguimento a algumas principais atividades. Em meio a outros dois projetos ali conduzidos, intitulados “Estudo de colaboração internacional” e “Métodos em ciência política”, o mais destacado foi o Projeto Tensões. A seção a seguir o apresenta em maiores detalhes.

O Projeto Tensões da UNESCO

O Projeto Tensões foi um programa de estudos oficializado por meio de resolução aprovada na Primeira Conferência Geral, em 1946. Até o início da década seguinte, ele foi o principal projeto do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Os seus objetivos foram declaradamente favoráveis ao exame das tensões sociais que formariam as bases da intolerância entre grupos, oferecendo propostas de convivência social pacífica após o fim da guerra.

Os formuladores originais do projeto foram Edward Shils e Mohamed Awad. O seu primeiro coordenador foi Hadley Cantril, autor do documento *Preliminary Outline of Project on Tensions Affecting International Understanding*. Ainda

sob o título *Tensions Crucial to Peace*, um esboço foi escrito por Mohamed Awad e enviado a Percival W. Martin e Arvid Brodersen no início de 1947. O esquema analítico de Awad, revelado por Mösslinger (2016) e reproduzido a seguir na Figura 1 com base no documento original, informa os temas contemplados e a variedade de disciplinas das ciências sociais responsáveis por estudá-los. Ao final deste artigo, demonstro que estudos específicos representaram a tentativa de executar o Projeto Tensões no Brasil.

Figura 1 Reprodução do esquema analítico do Projeto Tensões (1947)



Fonte: Unesco Archives.

Do planejamento à prática do projeto, foram consumidos cerca de dois anos, ou seja, o período entre 1946 e 1948. Por isso mesmo, o projeto foi apresentado em diferentes versões em que variam os planos de execução, coordenadores e pesquisadores envolvidos. Ainda no primeiro esboço, Awad apresentou seu objetivo central: “reduzir as hostilidades entre os seres humanos, promovendo a aplicação na prática, na vida pública e privada, das lições que podem ser derivadas da pesquisa científica” (Awad, 1947). Para isso, pretendia-se, de início, abordar dezenove tópicos, muitos deles relacionados a questões geopolíticas consideradas prementes. Com a anuência estadunidense, privilegiou-se a eliminação de “tensões” nacionais e étnico-raciais, pois isso representava, no âmbito da produção de conhecimento, uma possível forma de evitar conflitos entre grupos de origens e costumes distintos. Progressivamente, com a participação de especialistas, o Projeto Tensões foi delineado; já na Segunda Conferência Geral da UNESCO, ocorrida no México em fins de 1947, foram aprovadas resoluções específicas para ele.

Procurando atendê-las, em maio do ano seguinte, foi produzida a brochura intitulada “*The Human Sciences and World Peace – The Unesco Project: Tensions*

Affecting International Understandings” (1948), de autoria de Hadley Cantril. Ela apresentou oficialmente e pela primeira vez o projeto ao público. O seu conteúdo projetava uma série de ações a serem realizadas já no segundo semestre daquele ano. Até então, o Brasil não estava incluído no rol de países a serem investigados por pesquisas empíricas. Uma mudança na coordenação do projeto alterou esse cenário.

Em fins de 1948, Hadley Cantril passou o cargo de coordenador para o psicólogo canadense Otto Klineberg, aluno de Franz Boas. Entre 1945 e 1947, Klineberg atuou como professor do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo. A sua posição como coordenador do Projeto Tensões tornou sugestiva a realização de pesquisas sobre raça, estereótipos e preconceito em cidades brasileiras, pois essa havia sido a sua intenção quando residiu no Brasil (Maio, 2017: 137). A isso se somou a já mencionada chegada de Arthur Ramos à direção do Departamento, em 1949 – especialista no estudo do negro brasileiro, com quem Klineberg já mantinha contato.

Na revista *Courier*, foram publicadas reportagens anunciando o início do projeto. Nelas, reforçou-se a ideia do protagonismo dos cientistas sociais. Eles foram apresentados à sociedade civil na condição personagens centrais para a pacificação das relações entre nações por meio do conhecimento científico. Munido desse espírito, o Departamento organizou uma conferência em Paris no mês de junho de 1948, referida como “Conclave dos 8” (Dimas e Leenhardt, Pesavento, 2006).

A partir dos trabalhos individuais apresentados na conferência, foi redigido um manifesto intitulado “*Statement of Tensions Affecting International Understanding*” (1948). Nele, foi ressaltada a importância das ciências sociais e humanas no estabelecimento do entendimento mútuo entre nações. Alguns de seus distintos signatários foram Max Horkheimer, Georges Gurvitch e Gilberto Freyre. No documento, os autores explicitaram que o problema das “tensões” poderia ser contornado por um esforço conjunto e, por isso, recomendaram a realização de estudos científicos internacionais.

A convergência de uma diplomacia ativa com pesquisadores especializados e uma proposta inédita de internacionalização nos mostram que foram múltiplos os vetores que conectaram a UNESCO ao campo da sociologia brasileira a partir de 1948. Certamente, o compromisso do governo brasileiro possibilitou uma participação direta em ações e estudos. E, sobretudo, na ONU, era bem aceita uma visão segundo a qual a tolerância racial e a convivência harmoniosa seriam os padrões de sociabilidade dominantes no Brasil (Maio, 2017). Esse imaginário foi aceito e ganhou força com o reestabelecimento democrático

durante a Quarta República brasileira (1945-64). Formou-se, assim, um cenário propício para a participação do Brasil no Projeto Tensões.

O contato com a sociologia paulista

Os vínculos que aproximaram brasilianistas, cientistas sociais brasileiros e a UNESCO nos primeiros anos do pós-guerra foram variados, e aqui pretendo reconstruir aqueles estabelecidos por meio do Projeto Tensões.

Durante o ano de 1948, o Departamento de Ciências Sociais buscou estabelecer contato com instituições educacionais e de pesquisa em diversos países, seguindo uma resolução específica para o Projeto Tensões. Ela recomendava ao Diretor-Geral listar fontes e distribuir tarefas entre universidades e centros de pesquisa. Em relatório de maio de 1948, consta que o Departamento havia estabelecido contato com o antropólogo e sociólogo alemão Emílio Willems (United Nations Education Scientific and Cultural Organization, 1948). À época, ele era docente da ELSP e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), além de ter fundado a revista “Sociologia” em parceria com Romano Barreto. Também era um atento observador das iniciativas engendradas pela ONU, tendo noticiado a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵.

Willems aceitou fornecer um levantamento e a FFCL se incumbiu de apresentar instituições e pesquisadores brasileiros dispostos a colaborar com a UNESCO. Em outubro, o diretor da FFCL informou que, em julho e agosto, seus pesquisadores foram ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte para fins consultivos. Informaram que “algumas resoluções do Projeto Tensões podem ser conduzidas pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de São Paulo” (Rodrigues, 1948). Por fim, forneceu cartas de apresentação das seguintes instituições:

- Escola Livre de Sociologia e Política;
- Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura do Município de São Paulo;
- Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo;
- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Departamento Nacional de Educação;
- Fundação Getúlio Vargas;
- Museu Nacional;

5 O Estado de S. Paulo, 8 de maio de 1948, p. 09.

- Laboratório de Psicologia do Instituto de Educação de Minas Gerais;
- Faculdade de Filosofia de Minas Gerais;
- Instituto de Pesquisas Econômicas de Minas Gerais;

Essas instituições buscaram estabelecer um primeiro contato profissional de pesquisa prevendo atuar no Projeto Tensões, embora as parcerias não tenham efetivamente se concretizado naquele ano. A condução de estudos vinculados ao projeto foi realizada somente em 1951 em São Paulo, com os estudos de Virgínia Bicudo, Aniela Ginsberg e Lucilla Hermann. Antes de examinar o Projeto Tensões em maiores detalhes, é importante ressaltar que o seu desenho foi alterado diversas vezes ao longo dos anos, acompanhando o próprio desenvolvimento do ambiente institucional que o envolveu.

Um projeto e suas vertentes

Em sintonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em novembro de 1948, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas recomendou ao Departamento de Ciências Sociais a inclusão em suas ações de uma agenda antirracista e de outra agenda voltada à assistência a imigrantes e refugiados. As sugestões foram e incorporadas ao Projeto Tensões, gerando discussões sobre as formas mais adequadas de estudá-las.

Diversos trabalhos interessados na história das ciências sociais brasileiras procuraram elucidar a conformação e execução da agenda antirracista da UNESCO (Pereira e Sansone, 2007; Guimarães, 2007). Ao endossá-la, o Departamento de Ciências Sociais previa atuar, entre outros, na compreensão dos conflitos raciais do ponto de vista psicológico, antropológico e sociológico. Isso resultou, por exemplo, nas conhecidas declarações sobre raça, de 1950 e 1951, e na série “*The Race Question In Modern Science*”. Este artigo focaliza um aspecto que relaciona essa agenda à execução do Projeto Tensões.

Em termos de recursos financeiros, a agenda antirracista inicialmente dependeu do orçamento disponível para o Projeto Tensões (Xirau, 1949). Por isso, em diversas ocasiões, os coordenadores desse projeto anunciaram que o estudo do preconceito racial seria incorporado aos eixos de investigação já existentes (Klineberg, 1949). Essa condição é perceptível nos estudos conduzidos em São Paulo. Eles assumiram um caráter híbrido: alguns estudos permaneceram ligados à proposta do Projeto Tensões e outros foram executados segundo propostas metodológicas distintas. Progressivamente, a agenda antirracista se notabilizou no âmbito da UNESCO a ponto de se desvencilhar do

Projeto Tensões. Os estudos sobre raça passaram, inclusive, a serem assistidos por uma seção departamental interna, coordenada pelo etnólogo suíço Alfred Métraux (Rangil, 2011: 09).

A Figura 2 ilustra o planejamento do Projeto Tensões em dois momentos: 1949 (sob coordenação de Otto Klineberg) e 1951 (sob coordenação de Robert Angell). Ela evidencia uma mudança na configuração dos eixos de investigação propostos, nos temas de estudos e nos países envolvidos que serviram como campo para pesquisas⁶. Assim, nos anos seguintes, os estudos sobre raça já não eram mais situados no âmbito do Projeto Tensões, e mesmo este último já começava a ganhar outros contornos, interessando-se em temas como democracia e desenvolvimento, delegando os estudos psicoculturais à seção de Ciências Sociais Aplicadas.

A inclusão definitiva de cidades brasileiras nos estudos sobre preconceito racial ocorreu no biênio 1949-50, sob tutela do Projeto Tensões. Nesse período, o Departamento recebeu os planos de trabalho para esse fim. Otto Klineberg, então diretor do projeto, recomendou a realização de estudos sobre estereótipos raciais em São Paulo, além do estudo-piloto previsto para Salvador. Ele também sugeriu a inclusão de grupos estrangeiros como judeus, árabes e asiáticos nas amostras (Klineberg, 1950).

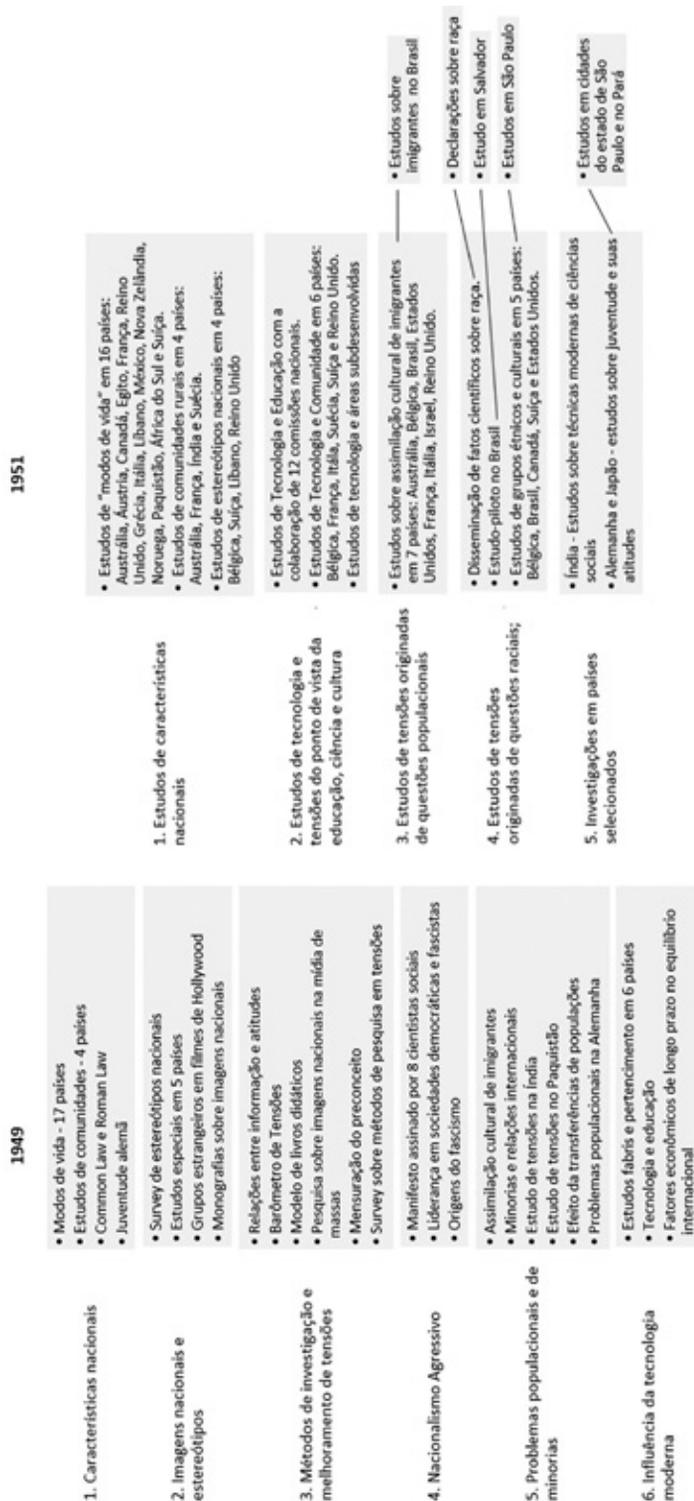
Os estudos sobre preconceito racial patrocinados pela UNESCO executados em São Paulo revelam, portanto, uma diversidade de propostas metodológicas, algumas delas originalmente vinculadas ao Projeto Tensões, e outras mais relutantes em adotar pressupostos pré-estabelecidos. De todo modo, no início dos anos 1950, o tema das “tensões” já figurava no debate acadêmico internacional com certo destaque, o que pode ser constatado a partir de iniciativas engendradas pela *International Sociological Association* (ISA).

O tema das “tensões” e o circuito sociológico internacional

Foi afirmado anteriormente que a UNESCO se empenhou em organizar um circuito acadêmico internacional na área das ciências sociais. A criação de associações e periódicos bem expressou isso: a *International Sociological Association* (ISA), o *International Social Science Council* (ISSC) e o periódico *International Social Science Bulletin* (ISSB). Estimulado pela UNESCO, no início dos anos 1950, o tema das “tensões” internacionais esteve presente nesse circuito.

6 A ilustração se baseia nos documentos de UNESCO Social Sciences Department (1949; 1951).

Figura 2 – Eixos de investigação e temas de pesquisa do Projeto Tensões, 1949 e 1951



A iniciativa de criação da ISA ocorreu em Paris em outubro de 1948, em reunião coordenada por Arvid Brodersen, diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, e por Otto Klineberg, coordenador do Projeto Tensões. Cerca de onze meses depois, em Oslo, na Noruega, foi realizada a reunião de constituição da associação. O seu estatuto foi enviado a cerca de 120 sociólogos de 48 países e deixava claro que o alcance da nova associação era declaradamente maior do que o seu antecessor europeu, o *Institut International de Sociologie*, criado em 1893 por René Worms. Entre os profissionais contatados pela ISA, três eram atuantes em instituições brasileiras: Donald Pierson, Emílio Willems e Fernando Azevedo.

Este último, além ser presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, também ocupou a vice-presidência da ISA (1950-52). Para a presidência da ISA, foi eleito o sociólogo germano-estadunidense Louis Wirth, que já acumulava diversas experiências executivas, como a presidência da *American Sociological Association* (1947-48) e cargos de direção no *American Council on Race Relations* e no *American Jewish Committee*. Wirth era à época um dos principais sociólogos no campo acadêmico dos Estados Unidos. Especialista na questão racial e expoente de uma segunda geração da Escola de Chicago, ele havia sido um dos orientadores de Donald Pierson. Em sintonia com o Projeto Tensões, Wirth atuou como consultor na tentativa de produzir instrumentos de avaliação de comportamentos e atitudes raciais, como o “barômetro das tensões” – uma pesquisa de atitude destinada a elucidar as causas da violência interracial (Gordon, 2010).

Em linhas gerais, nos meados da década de 1950, uma parcela não desprezível de sociólogos estadunidenses se ocupou do tema das “tensões”, abordando aspectos como relações raciais, nacionalismo e política internacional. Entre eles: Robert Angell, Charles Johnson, Elton Mayo, Talcott Parsons, Joseph Roucek, Krishnalal Shridharani, Gordon Allport, Pitirim Sorokin e Louis Wirth (Wotherspoon, 2015). Contando com a simpatia deste último, o tema das “tensões” se fez presente no *I World Congress of Sociology*, ocorrido em setembro de 1950, em Zurique, Suíça. Ele teve como mote “Pesquisa sociológica em sua pertinência às relações internacionais” e comportou três seções: Questões metodológicas; Características e atitudes nacionais; e Aspectos sociológicos das relações entre nações. Entre os participantes de instituições brasileiras, estiveram Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes e Mário Lins. Outro participante do evento foi o antropólogo japonês Seiichi Izumi, que, em 1952, viria ao Brasil para executar uma vertente do Projeto Tensões.

Sob a presidência de Robert Angell na ISA, a segunda edição do congresso mundial de sociologia ocorreu em 1953 em Liège, Bélgica, e contou com mais

de 300 participantes de 46 países. A lista de trabalhos apresentados se mostrou diversificada e centrada em conferir um status de atividade profissional à área, organizando-se em quatro seções: Estratificação Social e Mobilidade Social; Desenvolvimentos Recentes em Pesquisa Sociológica; Atividades profissionais e responsabilidades de sociólogos; e Conflitos entre grupos.

Alguns dos trabalhos pertencentes à última seção foram selecionados para publicação na ISSB, na “*American Journal of Sociology*” e na “*Revista Mexicana da Sociologia*”. Sob grande interesse de Angell, o período entre 1953 e 1956 foi o último em que o Projeto Tensões teve centralidade no Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, voltando-se ao estudo de conflitos industriais e raciais em nível internacional e questões metodológicas no estudo de conflitos. Desde a segunda edição do congresso, parte dos estudos que compunham o projeto era executada pela Seção de Ciências Sociais Aplicadas; já na Conferência Geral da UNESCO de 1956, nenhuma menção direta foi feita ao projeto.

O que deve ser destacado é o respaldo institucional oferecido pela ISA no estudo das “tensões”, evidenciado na segunda edição de seu congresso mundial: “Após as reuniões do congresso, a ISA foi convidada pelo Departamento de Ciências Sociais da Unesco para preparar um estudo crítico e abrangente das pesquisas atuais, tanto sociológicas quanto psicológicas, sobre conflitos entre grupos” (International Sociological Association, 1958). Disso resultou a publicação *The Nature of Conflict* (1957), organizada com o apoio de Robert Angell, Georges Davy, Arnold Rose, Raymond Aron, Jessie Bernard, Tom Hatherley Pear, Tom Bottomore e Otto Klineberg. Ela se apresentou como um produto direto do Projeto Tensões, celebrando a colaboração entre a sociologia e a psicologia por intermédio da ISA. Centremos nossas atenções nos estudos que representaram a sua execução em São Paulo.

Disputas no estudo do preconceito racial em São Paulo

Embora a principal questão a ser investigada fosse demarcada pelos estudos comportamentais, o âmbito do trabalho ampliou-se, principalmente se levarmos em consideração o rumo que tomam os estudos de Florestan Fernandes, um dos responsáveis pela investigação. Nesse sentido, não são questionadas apenas as relações naquele momento existentes entre negros e brancos em São Paulo, mas buscam-se, na escravidão, as raízes desse relacionamento (Bastos, 2007: 251).

No trecho citado, Élide Rugai Bastos fornece informações importantes que remetem ao planejamento e aos resultados dos estudos sobre preconceito racial

em São Paulo patrocinados pela UNESCO. Venho argumentando que alguns desses estudos contemplaram propostas metodológicas originalmente elaboradas para o Projeto Tensões.

A maior expressão disso era a utilização de instrumentos de pesquisa de enfoque comportamental, oriundos da psicologia social – dos quais Otto Klineberg era um grande expoente. Quando residiu em São Paulo, entre 1945 e 1947, ele acabou não concretizando o plano de estudar estereótipos raciais por problemas de agenda (Maio, 2017); já no âmbito da UNESCO, dedicou-se a um estudo comparativo (Klineberg, 1950). Seu plano de realizar pesquisas sobre estereótipos raciais em São Paulo viria a ser conduzido posteriormente por uma de suas alunas, Virgínia Bicudo.

Mesmo ciente das recomendações de Klineberg e da proposta de universalismo científico da UNESCO, Alfred Métraux, coordenador da divisão de estudos sobre raça, reconhecia que a abordagem psicocultural encontrava resistências entre pesquisadores brasileiros. Por isso, considerava que novos métodos e técnicas de pesquisa poderiam ser adotados no estudo da realidade racial brasileira. Entre outubro e dezembro de 1950, Métraux esteve no Brasil para se reunir com pesquisadores e acertar os detalhes operacionais desses estudos, a serem executados em Salvador, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro. Em relatório, informou à direção do Departamento que São Paulo ocupava uma “posição de liderança em toda a América Latina nas ciências sociais” e que, nos dois meses em que esteve no Brasil, foi bem sucedido em firmar as parcerias institucionais desejadas com a FFCL e a ELSP. Além disso, alertou que os resultados dos estudos em São Paulo poderiam ir na contramão de expectativas sobre a inexistência do preconceito racial: “corremos o risco de chegar a conclusões que não atendem às esperanças daqueles que apresentaram e votaram a resolução” (Métraux, 1950).

Em São Paulo, foram conduzidos quatro estudos diferentes: um deles de autoria de Roger Bastide e Florestan Fernandes e outros quatro de autoria de Anieli Ginsberg, Virgínia Leone Bicudo, Lucilla Hermann e Oracy Nogueira. O estudo de Bicudo colocou em prática a sua colaboração prevista desde 1948, centrada nos estereótipos raciais, bem como incluiu a população japonesa em seu inquérito.

As pesquisas foram conduzidas entre 1951 e 1952. Seus resultados foram publicados a partir de 1953 na revista “Anhembi” e, posteriormente, como capítulos do livro “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo – Ensaio sociológico sobre as origens, manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo” (1955), organizado por Roger Bastide e Florestan

Fernandes⁷. Ao longo dos anos, o livro se consagrou como um marco para o estudo das relações raciais na sociologia brasileira.

A pesquisa de Bastide e Fernandes se singularizou por seguir uma orientação fundamentada no princípio sociológico durkheimiano, “que considera os fenômenos particulares investigados em seu modo de integração ao contexto social”. Para os dois autores, o preconceito racial assumia uma configuração distinta em São Paulo. Já em nível nacional, ele expressaria uma forma de estar ligado às estruturas sociais mais amplas. Assim, seria necessário averiguar se, no contexto urbano, o preconceito ainda guardava relações com a antiga ordem escravocrata. Para isso, seriam examinados os seus seguintes aspectos: formação, exteriorização, integração, função e transformação.

Fundamentados nesse princípio metodológico próprio à sociologia, Bastide e Fernandes optaram por não adotar um método de investigação *a priori*, preterindo a abordagem psicológica então almejada pelo Departamento de Ciências Sociais da UNESCO: “A elaboração de um projeto de estudo não está sujeita a normas fixas. O pesquisador precisa ajustar-se a condições que variam consideravelmente, em função das causas que podem determinar o desejo ou a necessidade de conhecer-se cientificamente uma dada situação”.

No prefácio à segunda edição do livro, de 1958, Florestan Fernandes revelou que, quando Métraux esteve em São Paulo para discutir o planejamento dos estudos sobre preconceito racial da UNESCO, “o plano desse trabalho já estava pronto e algumas de suas partes em desenvolvimento” (Fernandes, 2008: 17). Isso porque Bastide atendera ao pedido de Paulo Duarte para que fosse conduzida uma investigação, sob patrocínio da revista *Anhembi*. Portanto, diferente das outras pesquisas que o acompanharam, a pesquisa de Bastide e Fernandes, já em fase inicial de execução, não havia sido planejada para a UNESCO, mas se uniu a ela: “os dois planos foram fundidos e unificados, dando-se maior amplitude à pesquisa de campo e à contribuição da psicologia social” (Idem).

Vários trabalhos já examinaram a formulação e a execução desses estudos, com especial atenção ao caso de Bastide e Fernandes, que empregaram métodos de pesquisa variados e se destacaram pela originalidade de seus argumentos (Maio, 1997, 2000; Bastos, 2015; Campos, 2016). De modo complementar, neste trabalho, procurou compreender o lugar ocupado pelo estudo de Virgínia Bicudo, visto que, desde 1948, ela havia manifestado interesse em participar do Projeto Tensões.

7 A obra é originalmente composta por nove capítulos, de autoria de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Anieli Meyer Ginsberg e Virgínia Leone Bicudo. Lucilla Hermann também realizou uma pesquisa no âmbito do projeto. Devido ao seu falecimento, os resultados foram apresentados por Roger Bastide e Pierre Van Den Bergue posteriormente, em artigo na *American Sociological Review*, v. 22, n. 6, 1957.

Virgínia Bicudo, Otto Klineberg e o estudo dos estereótipos raciais da UNESCO

Desde a sua dissertação de mestrado, defendida em 1945 na Escola Livre de Sociologia e Política⁸, Bicudo realizava estudos sobre estereótipos raciais (Maio, 2010). Naquele ano de 1948, participar de um projeto internacional era uma oportunidade singular para uma jovem pesquisadora negra em ascensão. Conforme mencionado anteriormente, em correspondência da FFCL com o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, consta uma carta de apresentação de Virgínia Bicudo atestando o seu interesse em participar do Projeto Tensões.

Essa atuação prevista ocorreu somente em 1951 e seguiu a proposta de Otto Klineberg, centrada nos aspectos psicoculturais das tensões: “Seguindo a linha de orientação dos trabalhos mencionados, trabalhos que focalizam o problema das tensões psicológicas, estou interessada em colaborar no ‘*tensions project*’ da UNESCO” (Bicudo, 1948). A pesquisa foi intitulada “Atitudes dos alunos dos grupos de escolares em relação com a cor dos seus colegas”.

Na década de 1930, Bicudo concluiu o Curso de Educadores Sanitários do Instituto de Higiene de São Paulo e, no ano de 1940, foi contratada como docente de Higiene Mental e Psicanálise da ELSP. Na companhia de Oracy Nogueira e Gioconda Mussolini, ela compôs uma geração de alunos que, anos mais tarde, tornou-se docente na FFCL e na ELSP. Em 1954, foi contratada pelo Departamento de Psicologia da FFCL e passou a se especializar em psicanálise. Nos anos 1960, após retornar de uma estadia de cinco anos na Inglaterra, Bicudo tornou-se professora e diretora do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de São Paulo. Na década seguinte, lecionou na Divisão de Saúde Mental da Universidade de Brasília, bem como trabalhou em periódicos e institutos, sendo considerada uma das pioneiras no desenvolvimento da psicanálise no Brasil.

À época da realização de “Atitudes dos alunos dos grupos de escolares em relação com a cor dos seus colegas”, a UNESCO apostava na contribuição trazida pela psicologia social para a interpretação das relações raciais no Brasil. Para isso, a agência promoveu a realização de estudos comportamentais (aceitação/recusa) dos estereótipos raciais. O recrutamento de Bicudo ocorreu por indicação de Donald Pierson e Otto Klineberg, que reconheciam a relevância de sua dissertação de mestrado. Em 1946, ela havia assistido ao “Seminário de Psicologia Social”, ofertado por Klineberg na Universidade de São Paulo.

Em seu mestrado, Bicudo chegou a conclusões originais, distintas de Pierson. Para a autora, a aquisição de status social não significava a eliminação do

8 Intitulada “Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo”, sob orientação de Donald Pierson.

preconceito de cor. O mulato, em São Paulo, consciente da discriminação existente, procurava adquirir símbolos do grupo branco dominante de forma a ganhar aceitação. Assim, o preconceito de cor não se subsumia à classe (Maio, 2010). Entretanto, em seu estudo sob patrocínio da UNESCO, Bicudo enfatizou não ter encontrado evidências de preconceito racial de fato. Buscou, assim, confirmar a tese da inexistência do preconceito racial na sociedade brasileira.

É importante ressaltar que diversos estudos sobre estereótipos raciais e nacionais (inclusive entre grupos escolares) eram realizados à época no âmbito da UNESCO por profissionais como William Buchanan, Milton Graham, Pierre de Bie, Jean Piaget, Georges Friedmann, Cora Tenen, Harold James e por Otto Klineberg. Este último foi, portanto, um personagem central na tentativa de se implementar métodos de pesquisa comportamental no Brasil em fins dos anos 1940.

O psicólogo procurou introduzir algumas dessas técnicas no campo acadêmico brasileiro, influenciando jovens pesquisadores. Como exemplo disso, podemos mencionar “Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, “raciais” e regionais em São Paulo”, de Carolina Martuscelli (1950), “Um inquérito sobre as atitudes de estudantes baianos em relação a diversos grupos nacionais e raciais” (1950), de Anielia Ginsberg, e “Um questionário sobre estereótipos raciais” (1951), de Thales de Azevedo. Na avaliação de Jackson e Weidman (2004), a partir da década de 1920, os antropólogos culturais formaram uma “linha de frente” na batalha contra o racismo científico. A outra frente foi formada por psicólogos, dentre os quais Klineberg teve lugar de destaque a partir da década de 1930, quando já era docente na Universidade de Columbia.

Recém-retornado de um período de estadia profissional na Universidade de São Paulo, Klineberg coordenou o Projeto Tensões. No âmbito da UNESCO, a agenda antirracista encontrava respaldo científico nas ciências sociais; para muitos, o Brasil parecia comportar evidências da convivência racial harmoniosa. Na visão de Klineberg, essa característica poderia ser analisada a partir dos estudos comportamentais.

Conforme sintetizou Antônio Sérgio Guimarães (2007), se no Brasil se acreditava não haver preconceito de raça, até então, a discussão das ciências sociais residia em saber se existiria preconceito de cor (conforme afirmava Franklin Frazier) ou apenas preconceito de classe (segundo sustentava Donald Pierson). Essa discussão ganharia ainda mais contornos com a tese da sociedade de transição de Charles Wagley (1952), o estudo da ascensão social de homens de cor na Bahia feito por Thales de Azevedo (1953). Outros, como Bastide e Fernandes, rejeitariam a ideia da inexistência do preconceito racial.

O interesse em se afirmar a inexistência do preconceito racial no Brasil (e nas possibilidades comparativas daí decorrentes) ficou evidente com a publicação de

um conjunto de artigos na *International Social Science Bulletin*, em 1950, logo após a publicação da Declaração sobre Raça. A edição contou com textos de Otto Klineberg e de Donald Pierson. Já em abril de 1951, na revista *Courier*, Alfred Métraux assinou um conhecido artigo, intitulado “*Brazil: a land of harmony of all races?*”. Ali, afirmou que a cor não representaria uma barreira na sociedade brasileira. Em meio a esse debate, a pesquisa de Virgínia Bicudo foi executada, acompanhando as demais pesquisas da UNESCO conduzidas em São Paulo. Foi o seu último trabalho sobre atitudes raciais. A partir de então, ela se dedicou à psicanálise.

A autora buscou evidenciar, no universo escolar, os sentimentos e os mecanismos psíquicos de defesa manifestos nas atitudes relacionadas à cor dos colegas. Foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários em uma amostra de 4.520 alunos de escolas do município de São Paulo com idade entre 9 e 15 anos, classificados em: mulatos (2,89%), brancos (86,32%), negros (6,86%) e japoneses (3,99%). De modo geral, buscou-se averiguar se as formas de sociabilidade infantil eram constituídas em bases raciais. A abordagem adotada buscou mensurar atitudes segundo critérios de preferências, assim como em auferir a intensidade de preconceitos motivados por cor, raça e nacionalidade. Em termos da operacionalização de categorias de classificação étnico-raciais, é interessante notar que em seu estudo “japonês” é utilizada de maneira ambígua, pois expressa tanto nacionalidade (em geral dos pais) quanto cor/raça.

Entre os argumentos desenvolvidos pela autora, é possível destacar o da baixa ocorrência de casos de preconceito de fato, pois os dados coletados indicaram a existência de poucas respostas dirigidas efetivamente por motivação racial. Assim, outros elementos além da raça teriam operado nas preferências dos estudantes na escolha de seus parceiros de interação cotidiana. Mais ainda, Bicudo identificou a tendência de outros grupos reproduzirem os padrões de rejeição/aprovação dos estudantes brancos em relação à cor.

Desse modo, ainda que o estudo de Bicudo destacasse a ocorrência do preconceito de cor, a tese da inexistência do preconceito racial permanecia válida, assim como era adequada aos interesses da UNESCO. A pesquisa de Bicudo nos permite constatar que o conjunto de pesquisas publicado sob o título “Branco e Negro em São Paulo” foi composto por pesquisas comportamentais, conforme destacou Élide Rugai Bastos. E, principalmente, o planejamento desses estudos nos remete ao contexto de elaboração do Projeto Tensões.

No tópico a seguir, demonstro que, paralelamente à agenda antirracista, em 1952, uma outra vertente de estudo do Projeto Tensões encontrou a sociologia paulista. A partir dela, pesquisadores investigaram as tensões intragrupo entre os japoneses no Brasil.

“Tensões” intragrupoais dos japoneses no Brasil: os estudos de Seiichi Izumi e Hiroshi Saito

O sociólogo Hiroshi Saito chegou ao Brasil nos anos 1930 para trabalhar em lavouras do interior do estado de São Paulo. Após finalizar seus estudos em um colégio agrícola, buscou oportunidades de vida na capital. Convidado por Emílio Willems (com quem já havia escrito um artigo), em 1947, ingressou na ELSP. Após se graduar, conduziu uma pesquisa de mestrado na mesma instituição, sob orientação de Donald Pierson. Em fins dos anos 1950, defendeu a sua tese de doutorado, publicada sob o título “O Japonês no Brasil” (1961). Nela, examinou a mobilidade ascendente de japoneses no Brasil – o que lhe serviu, em partes, para atestar uma suposta capacidade inclusiva e não-discriminatória da sociedade brasileira.

Imigrante, jornalista e sociólogo, Saito teve protagonismo central na formação de circuitos intelectuais nipônicos na cidade de São Paulo. Além disso, dedicou parte considerável de sua carreira profissional – construída na ELSP e na USP – ao estudo sociológico dos japoneses imigrados (Taniguti e Jesus, 2012; Cotrim, 2016). A sua condição de estrangeiro em terras brasileiras, que inclui uma detenção em 1942 pela polícia varguista e um inquérito visando a sua expulsão do país em 1952, elucida algumas razões pelas quais ele optou dar continuidade à abordagem cultural-assimilacionista da imigração, inaugurada por seu professor Emílio Willems.

No início dos anos 1950, Saito participou da condução de uma vertente do Projeto Tensões conduzida em São Paulo. Àquela época, o tema da imigração fomentava intensos debates, tanto internamente quanto fora do país. No Brasil, o avanço do regime democrático renovou o interesse em retomar oficialmente a imigração: desde 1949, o governo passou a receber refugiados de guerra e, no ano seguinte, revogou a cotização aplicada à entrada de alguns grupos estrangeiros. No plano internacional, a UNESCO explicitou o seu interesse no tema a partir de publicações como “*The Positive Contribution by Immigrants*” (Handlin, 1955).

A UNESCO acreditava que o padrão de tolerância étnico-racial prevalente em sociedades consideradas pacíficas, como a brasileira, possibilitaria a incorporação de imigrantes, mesmo daqueles grupos considerados mais “resistentes à assimilação”, como os japoneses. Em 1951, o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UNESCO deu continuidade à linha de estudos sobre estereótipos e nacionalismos – um dos pilares do Projeto Tensões. Foi quando a juventude japonesa se tornou tema de um *survey*, intitulado “Atitudes da juventude japonesa” – conduzido no Japão entre 1951 e 1952 pelo sociólogo Jean Stöetzel e pelo

holandês Fritz Vos, em parceria com Eizo Koyama, Takao Sofue, Kunio Odaka, Tomoo Otaka e Seiichi Izumi, da Universidade de Tóquio. O principal resultado desse estudo foi o volume intitulado “*Without the Chrysanthemum and the Sword*”, publicado em 1957.

Os objetivos desse estudo foram, segundo matéria especial da revista *Courier*, encontrar respostas às seguintes questões: “em que se apoiam os jovens do Japão do pós-guerra e quais seus sentimentos e atitudes em relação às mudanças”? Eles seriam realmente uma nova geração “sem o crisântemo e a espada?”. O editor afirmou que “as respostas podem nos ajudar a avaliar as chances do Novo Japão de evoluir em linhas democráticas ou reverter a alguma forma de totalitarismo”. Na avaliação de especialistas, é importante considerar que a produção de conhecimento científico e cultural na UNESCO obedeceu ao jogo de forças mantido pelos interesses das Nações Aliadas. Desse modo, o estudo Jean Stöetzel esteve também “imbuído do medo de uma possível revanche do Japão, ideia então difundida no Ocidente” (Maurel, 2006: 739, tradução minha).

Para os coordenadores do estudo “Atitudes da juventude japonesa”, o Brasil parecia ser um caso imperdível para atestar a ocorrência de mudanças atitudinais. No interior do estado de São Paulo, já haviam sido registrados diversos casos de “tensão” social motivado pela exacerbação do sentimento nacional japonês. Frações de imigrantes se recusaram a aceitar a derrota japonesa na guerra e promoveram atentados e assassinatos contra lideranças que reconheciam a derrota. Izumi e Saito buscaram argumentar que tais conflitos seriam casos excepcionais no processo de aculturação dos japoneses já em curso.

Após algumas visitas exploratórias iniciais, em 1952, por intermédio da ELSP, Seiichi Izumi deu início à coleta de dados em São Paulo, no Amazonas e no Pará. Os procedimentos pesquisa aplicados já haviam sido definidos pela UNESCO. A sua aplicação contou com a colaboração de Hiroshi Saito e da antropóloga Nobue Miyazaki. A pesquisa foi divulgada sob o título “Metodologia para o estudo de tensão inter e intragrupal dos imigrantes japoneses no Brasil”. Um de seus objetivos foi “achar um método adequado para os estudos da tensão grupal (da qual foi e continua sendo teatro, a colônia japonesa de após-guerra, que se dividiu em duas correntes facciosas)” (Saito e Izumi, 1953: 195).

Os pesquisadores aplicaram questionários a 637 entrevistados imigrantes japoneses de oito áreas representativas do país. O estudo revelou ao público internacional o conflito entre imigrantes japoneses “derrotistas” e “vitoristas”, estes últimos que, passados alguns anos desde o fim da Guerra, ainda acreditavam na vitória do Japão. Foi notável o esforço dos autores em mostrar que tal conflito havia sido paradigmático; porém, nada mais representaria do que uma

exceção, uma interrupção temporária na *transição* de japoneses em brasileiros. Em termos analíticos, essa transição foi traduzida pela noção de “aculturação” inaugurada por autores da Escola de Chicago (Cotrim, 2016), e seria mais perceptível entre os jovens.

Os achados de pesquisa corroboraram, assim, tanto o interesse da UNESCO em estudar a juventude japonesa do pós-guerra quanto a tese da inexistência do preconceito racial no Brasil. Esses resultados preliminares foram apresentados em sessão da *World Population Conference*, ocorrida em 1954 em Roma, na Itália (Izumi, 1955). No ano seguinte, Izumi realizou um segundo inquérito no Brasil, financiado pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão. O estudo, que também contou com a participação de Hiroshi Saito, abrangeu dezesseis localidades no Brasil onde residiam os japoneses, e deu origem ao livro *Imin* (Imigrante), publicado em 1957.

Na avaliação de Kingsberg, Izumi teve pioneirismo na antropologia japonesa do pós-guerra por difundir a antropologia cultural, em sintonia com as tendências estadunidenses. Contudo, a autora sublinha que isso deve ser compreendido em relação aos interesses que moveram esse tipo de produção científica: “Nas mãos de Izumi, portanto, a antropologia cultural forneceu credibilidade científica para uma nova visão da japonesidade definida pelo cosmopolitismo e a capacidade de se tornar ‘ocidental’” (Kingsberg, 2014: 84, tradução própria). Esse cosmopolitismo ganhou expressão no I Painel Nipo-Brasileiro, realizado em 1956 na ELSP. O evento celebrou o diálogo entre cientistas sociais japoneses e brasileiros.

Considerações finais

A participação de brasilianistas e cientistas sociais brasileiros em ações da UNESCO merece ser constantemente revisitada. Os estudos de Virgínia Bicudo e Hiroshi Saito – intitulados, respectivamente, “Atitudes dos alunos dos grupos de escolares em relação com a cor dos seus colegas” e “Metodologia para o estudo de tensão inter e intragrupal dos imigrantes japoneses no Brasil” –, estão situados em um momento singular do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras do pós-guerra. Por vezes omitidos das narrativas prevaletentes, eles representaram a execução do Projeto Tensões da UNESCO no campo da sociologia paulista no início dos anos 1950. Trata-se de iniciativas que à época alcançaram, possivelmente, uma baixa repercussão acadêmica, o que delas não subtrai uma participação significativa na história disciplinar.

Além das contribuições trazidas pelos resultados alcançados, esses estudos são capazes de nos informar as formas pelas quais se estabeleceu a relação

entre dois domínios científicos em desenvolvimento, situados nos planos local e supranacional, por meio de procedimentos e temas de pesquisa considerados universais.

Ainda que o tema das “tensões” tenha alcançado certo destaque no circuito sociológico internacional com o suporte do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, é particularmente interessante que o seu *modus operandi* científico, com ênfase na abordagem psicocultural de estereótipos raciais e nacionais, tenha encontrado pouca adesão entre os sociólogos brasileiros. Isso pode ser constatado a partir dos trabalhos apresentados no I Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em 1954. Creio que em dias atuais é possível reinterpretá-los à luz da história do Projeto Tensões.

A despeito da rigidez institucional presente no sistema universitário de cátedras, os resultados obtidos pela pesquisa indicam que o campo da sociologia paulista esteve aberto a experiências profissionais de internacionalização, resguardando uma capacidade crítica na recepção de conteúdo teórico-metodológico. A busca pela consolidação da sociologia enquanto disciplina autônoma e nacionalmente arraigada, ocorrida na década seguinte, associou-se à tentativa de produzir interpretações sobre a realidade brasileira mais desvinculadas do etnocentrismo científico presente nas antigas “missões” estrangeiras universitárias.

Referências:

- ABRANTES, Antonio Carlos Souza de. Ciência, educação e sociedade: o caso do Instituto Brasileiro De Educação, Ciência E Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira De Ensino De Ciências (FUNBEC). Tese de Doutorado, História das Ciências e da Saúde, FIOCRUZ, 2008.
- ANGELL, Robert. UNESCO and Social Science Research. *UNESCO/ss/TATu/19*, Unesco Archives, 1950, p. 2.
- AWAD, Mohamed. The Birth of Tensions Project. *Box 3275 – Part I up to 1947*, UNESCO Archives, 1947.
- AZEVEDO, Thales de. *Les Élités de Couleur Dans Une Ville Brésilienne*. Paris, UNESCO, 1953.
- BASTIDE, Roger. Les Relations Raciales au Brésil. *Bulletin International des Sciences Sociales*, UNESCO, v. 9, n. 4, 1957, pp. 525-543.
- BASTOS, Élide Rugai; Sessenta anos de publicação de um relatório exemplar, 07/2015, *Sinais Sociais*, v. 10, Fac. 28, 2015, pp. 29-54.

- _____. UNESCO/ANHEMBI: Um debate sobre a situação do negro no Brasil. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio. (Org.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007, pp. 251-269.
- BEIGEL, Fernanda. (Org.). *The politics of academic autonomy in Latin America*. Routledge, 2013.
- BICUDO, Virgínia Leone. Carta de apresentação ao Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Setembro de 1948. Box 327.5 – Tensions Affecting International Understandings – Part I up to 1947. UNESCO Archives, 1948.
- BLANCO, Alejandro. La sociología: una profesión en disputa. In: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano. *Intelectuales y expertos: la constitución del conocimiento social en la Argentina*. Paidós, 2004, pp. 327-370.
- BODET, Jaime Torres. Unesco and the Social Sciences. In: *International Social Science Bulletin*, v. 1, n. 1-2, UNESCO, Paris, 1949, pp. 9-10.
- BRATTAIN, Michelle. Race, Racism, and Antiracism: UNESCO and the Politics of Presenting Science to the Postwar Public. *The American Historical Review*, v. 112, n. 5, 2007, pp. 1386-1413.
- BRODERSEN, Arvid. UNESCO's tenth anniversary: a retrospective sketch. *International Social Sciences Bulletin*, v. VIII, n. 3, 1956, pp. 401-407.
- CAMPOS, Luiz Augusto. Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo: a história de uma edição. *Revista Estudos Políticos*, v. 6, n. 2, 2016, pp. 622-627.
- CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, [1959] 2006, pp. 271-30.
- CANTRIL, Hadley. The Human Sciences and World Peace: A Report on the Unesco Project: Tensions Affecting International Understanding. *Public Opinion Quarterly*, v. 12, n. 2, 1948, pp. 236-242.
- _____. Preliminary Outline of Project on Tensions Affecting International Understanding. *UNESCO/Soc.Sci./2/1947*. UNESCO Archives, 1947s.
- COTRIM, Aline de Sá. Imigração e assimilação nos estudos sociológicos de Hiroshi Saito (1947-1964). Dissertação de mestrado, História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2016.
- CUTRONI, Anabella Abarzúa. El poder simbólico de la Unesco en América Latina sobre el vínculo Flacso – Unesco. *História da Educação*, v. 22, n. 55, 2018, pp. 244-259.
- DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. 1. ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS/ Editora da USP, 2006. v. 1. 343p.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. International Science, Brazil and the Diplomacy in Unesco (1946-1950). *Science, Technology and Society*, Oxford U.P., New Délhi, v. 9, n. 1, jan./jun. 2004, pp. 29-50.

- DUEDAHL, Poul. (Org.). *A History of UNESCO: Global Actions and Impacts*. Palgrave macmillan, 2016.
- ELZINGA, Aant. A UNESCO e a política de cooperação internacional no campo da ciência. In: MAIO, Marcos Chor. (Org.). *Ciência, Política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro, UNESCO, Ed. Fiocruz, 2004, pp. 89-143.
- FERNANDES, Jéssica Silva e LOPES, Dawisson Belém. Projeção de poder estatal e transnacionalização de interesses: uma análise do comportamento dos Estados Unidos na UNESCO. *Carta Internacional*, v. 9, n. 2, 2014, pp. 31-48.
- FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. 4. ed. São Paulo, Global, 2008.
- GIL-RIANO, Sebastián. Relocating anti-racist science: The 1950 UNESCO Statement on Race and economic development in the global South. *British Journal for the History of Science*, v. 51, n. 2, 2018, pp. 281-303.
- GORDON, Leah N. The individual and 'the general situation': The tension barometer and the race problem at the University of Chicago, 1947-1954. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 46, 2010, pp. 27-51.
- GRISENDI, Ezequiel. El centro de la periferia: internacionalización de las ciencias sociales y redes académicas latinoamericanas. Manuel Diegues Junior y los avatares de la sociología del desarrollo. *Revista Crítica e Sociedade*, v. 4, n. 2, 2014, pp. 148-167.
- GOMES, Janaina Damaceno. Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). Tese de doutorado, FFLCH, 2013.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. O Projeto UNESCO na Bahia. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio. (Org.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007, pp. 25-37.
- HANDLIN, Oscar. *The positive contribution by immigrants: a symposium prepared for Unesco by the International Sociological Association*. Paris, Unesco, 1955.
- HAZARD, Anthony. *Postwar anti-racism: The United States, unesco, and race, 1945-1968*. Palgrave Macmillan, 2016.
- HUTCHINSON, Bertram. *Conditions of Immigrant Assimilation in Urban Brazil*. U.N. Document General E/CN. 12 URB/13. Santiago, 1958.
- INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. *The nature of conflict; studies on the sociological aspects of international tensions*. Paris, UNESCO, 1958.
- _____. World Congress of Sociologists. Abstracts of papers received for the discussion meetings. ISA/Z/8. 1950.
- IZUMI, Seiichi, Acculturation Among the Japanese Agricultural Immigrants in Brazil. In: United Nations Department of Economic and Social Affairs. (Ed.). *Proceedings of the World Population Conference, 1954, vol. II*, New York, United Nations, 1955, pp. 467-476.

- JACKSON, Luis Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo soc.*, v. 19, n. 1, 2007, pp. 115-130.
- JACKSON, John P. Jr. e WEIDMAN, Nadine M. (Eds.). *Race, Racism and Science: Social Impact and Interaction*. New Brunswick, Rutgers, 2004.
- KINGSBERG, Miriam. “Becoming Brazilian to Be Japanese: Emigrant Assimilation, Cultural Anthropology, and National Identity”. *Comparative Studies in Society and History*, v. 56, n. 1, 2014, pp. 67-97.
- KLINBERG, Otto. The Unesco Project On International Tensions A Challenge To The Sciences Of Man - Presidential address by Otto Klineberg on the occasion of the annual meeting of the eastern psychological association. *International Social Science Bulletin*, v. 1, n. 1-2, Unesco, Paris, 1949.
- . *Tensions Affecting International Understanding, A Survey of Research*. New York, Social Science Research Council, 1950.
- . Comments on memorandum regarding Research on Race Relations in Brazil. *Box 323.1*, Unesco Archives, 1950.
- LENGYEL, Peter. *International Social Science: The Unesco Experience*. New Brunswick, N.J., Transaction, 1986.
- MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. Cientificismo e antirracismo no pós-2ª Guerra Mundial: uma análise das primeiras declarações sobre raça da Unesco. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.). *Raça como Questão: História, Ciência e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2010, pp. 145-170.
- MAIO, Marcos Chor. “Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais”. *Dados*, v. 40, n. 1, 1997, pp. 127-162.
- . Tempo Controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. *Tempo Social*, v. 11, 1999a, pp. 111-136.
- . O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, 1999b, pp. 141-58.
- . O Projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. *Revista USP*, n. 46, 2000, pp. 115-128.
- . Modernidade e racismo: Costa Pinto e o projeto Unesco de relações raciais. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio. (Org.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007, pp. 11-24.
- . Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. *Cadernos Pagu*, v. 35, 2010, pp. 309-355.
- . A Crítica de Otto Klineberg aos testes de inteligência. O Brasil como laboratório racial. *Varia hist.*, v. 33, n. 61, 2017, pp. 135-161.
- MAUREL, Chloé. *L’Unesco de 1945 à 1974*. Thèse de doctorat, Paris 1, 2006.

- MÉTRAUX, Alfred. Correspondência de Alfred Métraux ao Diretor-Geral. 22 de janeiro de 1950. Race questions and protection of minorities – Part II from 1950 to 1951. SS/Memo/2279. UNESCO Archives.
- MICELI, Sérgio. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 1, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.
- MÖSSLINGER, Martina. Assimilation and integration discourses in the social sciences (1945-1962). Tese de doutorado, Universität Wien, 2016.
- MOTTA, Roberto. “Gilberto Freyre, René Ribeiro e o Projeto UNESCO”s. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio. (Org.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007, pp. 38-62.
- PANEL ON FUNCTIONS OF SOCIAL RESEARCH. Recommendations to the National Commission for UNESCO. *Box 327.5 – Part I up to 1947*, UNESCO Archives, 1947.
- PEREIRA, Claudio e SANSONE, Livio. (Org.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007.
- PIERSON, Donald. *Survey of the literature on Brazil of sociological significance published up to 1940*. Cambridge: Harvard University Press, 1945.
- PLATT, Jennifer; WALLERSTEIN, Immanuel. *A brief history of the ISA: 1948-1997*, 1998. Bottom of Form
- RANGIL, Teresa T. The politics of neutrality: UNESCO’s Social Science Department, 1946-1956. CHOPE Working Paper n. 2011-08, 2011.
- RODRIGUES, Milton Camargo da Silva. Correspondência da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas ao Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Report on Social Sciences Organizations, existing in Brazil, which are willing to cooperate on resolutions 5.1.1.2, 5.1.1.3 e 5.1.1.4 of the Tensions Project, pp. 01-2. *Box 327.5 – Tensions Affecting International Understandings – Part I up to 1947*. UNESCO Archives, 1948.
- SAITO, Hiroshi e IZUMI, Seiichi. Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil. *Sociologia*, v. 15, n. 3, ago. 1953.
- SAPIRO, Gisèle. Entre o nacional e o internacional: o surgimento histórico da sociologia como campo. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 2, 2018, pp. 349-372.
- SINGH, J. P. *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO): creating norms for a complex world*. London, Routledge, 2011.
- STÖETZEL, Jean. *Without the chrysanthemum and the sword: a study of the attitudes of youth in post-war Japan*. Paris, UNESCO, 1955.
- TANIGUTI, Gustavo. Takeshy; JESUS, Matheus. Gato. “Sociologie de l’immigrant: Hiroshi Saito et l’institutionnalisation des études sur les Japonais du Brésil (1940-1960)”. *Bresil(s)*, v. 2, 2012, pp. 201-224.
- UNITED NATIONS EDUCATION SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Acte Constitutif*. Paris, UNESCO, 1945.

- _____. Outline of plans for the execution of the project 'Tensions affecting international understanding' and report of progress to 15 may 1948. 8 EX/2, Paris, 31 de Maio, 1948. UNESCO Archives.
- UNESCO Social Sciences Department. Principal Project. UNESCO Tensions Research. *UNESCO/SS/TAIU/18*, 4 de novembro de 1949. Unesco Archives.
- _____. Studies of Social Tensions, 1947-1952. *UNESCO/SS/2*, 15 de janeiro de 1951. Unesco Archives.
- XIRAU, Josep. Correspondência a Robert Angell. SS/Memo/1391/21 de dezembro de 1949. *Box 323.1 Race questions and protection of minorities – Part I up to 1950*. UNESCO Archives.
- WAGLEY, Charles. *Race and class in rural Brazil*. Paris, Unesco, 1952.
- WELLS, Claire. *The UN, UNESCO and the politics of knowledge*. Palgrave Macmillan, 1987.
- WISSELGREN, Per. From Utopian One-worldism to Geopolitical Intergovernmentalism: UNESCO's Department of Social Sciences as an International Boundary Organization, 1946-1955. *Serendipities: Journal for the Sociology and History of the Social Sciences*, v. 2, n. 2, 2017, pp. 148-182.
- WOTHERSPOON, Terry. Knowledge and Salvation for a Troubled World: Sociology and the Conference on Science, Philosophy and Religion. *The American Sociologist*, v. 46, 2015, pp. 373-413.

Periódicos

- COURIER*, v. 1, n. 1, 1948, p. 7. Unesco Archives.
- COURIER*, v. 1, n. 5, 1948, p. 2. Unesco Archives.

Recebido em: 23/06/2020

Aprovado em: 06/03/2021

Como citar este artigo:

- TANIGUTI, Gustavo. Internacionalização das ciências sociais: a sociologia paulista e o Projeto Tensões da UNESCO. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 169-198.



Horkheimer crítico de Weber: autoridade, razão e emancipação social

Caio Vasconcellos¹

Resumo: Este artigo propõe uma interpretação de contraposições de Max Horkheimer com a sociologia weberiana. Se as abordagens mais tradicionais circunscrevem a análise dessa problemática ao período da *crítica da razão instrumental* e privilegiam supostas aproximações do frankfurtiano com Weber, este artigo perscruta as rupturas presentes em seus diagnósticos de época e em suas reflexões sobre a natureza do conhecimento sociológico e do papel do intelectual, nos ensaios publicados por Horkheimer nos anos 1930.

Palavras-chave: Sociologia alemã; Teoria crítica; Max Horkheimer; Max Weber; Autoridade moderna; Razão ocidental.

Horkheimer critique of Weber: authority, reason and social emancipation

Abstract: *This article explores Horkheimer's critique of Weber's sociology. Although the dominant analyzes focus on the critique of instrumental reason, my purpose is to focus on the essays published by Horkheimer during the 1930s. The Weberian social theory reveals to be an important interlocutor both in Horkheimer's diagnosis of modernity as in his reflections on the nature of sociological knowledge and the function of the intellectual. In addition, if hegemonic readings point to Horkheimer's proximity to Weberian concepts, the 1930s essays reveal major ruptures between the authors.*

1 Doutor em Sociologia pela USP (2014) – caiovascon@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-2147-0162>

Keywords: *German sociology; Critical theory; Max Horkheimer; Max Weber; Modern authority; Western reason.*

Horkheimer crítico de Weber: autoridad, razón y emancipación social.

Este artículo propone una interpretación de las contraposiciones de Max Horkheimer con la sociología weberiana. Si las lecturas más tradicionales circunscriben el análisis de esta problemática a el período de la *crítica de la razón instrumental*, y llaman atención para supuestas aproximaciones del frankfurtiano con Weber, este artículo escruña las rupturas en sus diagnósticos de época y en sus reflexiones sobre la naturaleza del conocimiento sociológico y el rol del intelectual en los ensayos publicados por Horkheimer en los años 1930.

Palabras clave: Sociología alemán; teoría crítica; Max Horkheimer; Max Weber; autoridad moderna; razón occidental.

Introdução

A relação de Horkheimer com a sociologia de Weber é tema clássico entre comentadores da obra do frankfurtiano. Abarcando análises de diferentes matrizes, os principais trabalhos se circunscrevem no período da *crítica da razão instrumental*, momento no qual certa aproximação de Horkheimer de conceitos weberianos seria índice de antinomias internas ao seu pensamento (Benhabib, 1999; Habermas, 2021 [1981]; Honneth, 1985; Postone, 2014). Se, na fase do *materialismo interdisciplinar*, o frankfurtiano alinhavava suas reflexões teóricas com investigações de recorte empírico, a publicação de *Dialética do esclarecimento* desencadearia rupturas profundas no seu pensamento. Distanciado do marxismo e da própria perspectiva sócio-histórica, Horkheimer deixava escapar a dinâmica concreta das sociedades no pós-guerra europeu, refugiando-se em um pessimismo quase religioso.

Todavía, os diálogos travados por Horkheimer com o pensamento weberiano remontam ao início de sua trajetória intelectual. Por vezes, as referências diretas são pontuais, mas são todas bastante significativas. Elementos centrais para a composição de seu diagnóstico de época, Horkheimer se contrapõe a Weber em suas interpretações sobre: (1) as relações entre a razão ocidental e a nova fisionomia dos grupos dominantes na modernidade tardia; (2) transformações no moderno conceito de autoridade; e, ainda, (3) a natureza do conhecimento sociológico e do papel do intelectual.

O objetivo deste artigo é reconstruir esses diálogos de Horkheimer com a sociologia weberiana². Embora me concentre nos ensaios publicados pelo frankfurtiano nos anos 1930³, e meu propósito principal seja trazer à tona elementos do diagnóstico de época do frankfurtiano articulados em sua crítica a Weber, este recorte também permite perceber certas movimentações nos alvos e no modelo de crítica de Horkheimer. Longe de uma ruptura com os pressupostos do marxismo ao qual se filiava, a reconstrução dos passos desses diálogos revela o esforço do frankfurtiano em seguir o curso do capitalismo tardio e atualizar a sua crítica, algo característico de uma teoria que atribui à verdade um núcleo temporal.

Assim, em um primeiro momento, apresentarei aspectos da interpretação de Horkheimer sobre transformações sócio-históricas que marcam a passagem do capitalismo liberal à modernidade tardia. Em seguida, reconstruo o diálogo do frankfurtiano com Weber acerca do moderno conceito de autoridade, além de aprofundar essa discussão a partir do contraste entre conceito weberiano de sofrimento imerecido e as problematizações de Horkheimer sobre a disjunção entre mérito e felicidade. Por fim, recomponho as contraposições que Horkheimer estabelece entre sua versão de teoria crítica e pressupostos metodológicos da sociologia weberiana.

A racionalidade ocidental ante novos interesses

Se os problemas das sociedades capitalistas são centrais na obra de Weber (Cohn, 2003: 118), o conceito de razão ocidental pode ser considerado sua principal contribuição para a interpretação da peculiaridade histórica da modernidade (Schluchter, 1980: 09). Com gênese reportada sobretudo ao processo histórico-religioso de desencantamento do mundo, a moderna disposição de promover moderação racional ao impulso irracional de ganho ilimitado se sustentava em condições socioeconômicas não negligenciadas por Weber. Não se trata de encarar as éticas econômicas das religiões universais como reflexo de interesses materiais mais essenciais. O objetivo é ressaltar a maneira pela qual a sociologia weberiana compreendia o entrelaçamento entre ideias religiosas e condições de vida associadas a determinados estratos sociais.

2 A pesquisa de doutorado que forneceu subsídios para a elaboração deste artigo foi financiada pela Fapesp (processo n. 2010/00422-4). Agradeço a Rafaela Pannain pela leitura e sugestões ao texto e aos pareceristas anônimos pela avaliação.

3 Para uma interpretação das relações entre Horkheimer e outros autores da teoria crítica com a sociologia weberiana, ver Vasconcellos (2014); para uma discussão a respeito das críticas de Marcuse, ver Vasconcellos (2018).

Se as visões de mundo orientam os interesses – ideais ou materiais – a certos atalhos ou descaminhos, as mais sublimes elaborações teológicas também estão enredadas às condições de vida – i.e., *para que se viva bem e muitos anos sobre a Terra* (Weber, 2004 [1905]: 279). Do mesmo modo, para compreender o tipo específico de razão sedimentado no Ocidente, é essencial recobrar as afinidades entre elementos materiais e ideais que constituíram a modernidade ocidental, recompondo as mediações entre fenômenos socioculturais distintos, personagens e atores sociais variados (Schluchter, 1980: 12).

De acordo com Weber, as camadas burguesas se mostrariam afeitas a condutas religiosas baseadas em um racionalismo prático e cotidiano. Contrariamente aos camponeses, cuja atividade econômica se mantém mais dependente das intempéries da natureza e, portanto, tenderiam a desencadear uma religiosidade carregada de elementos mágico-ritualísticos, os comerciantes, os artesãos, os profissionais liberais sempre desconfiaram de que as causas de seu bem-estar material pudessem ser reportadas a alguma potência misteriosa. Ademais, diferentemente da camada dos guerreiros belicosos, o burguês típico nunca sentiu necessidade de devotar suas preces contra a irracionalidade de seu destino. Face às fantásticas aventuras e aos insondáveis desafios que um herói enfrenta durante sua existência, a capacidade de dominar racionalmente o mundo por meio do trabalho é bem pouco atraente, quando não desprezível. Por outro lado, ante o caráter ordinário da forma de existência de um comerciante, a parcimônia sempre foi melhor conselheira em suas batalhas do dia a dia.

Comum a todos estes tipos foi a tendência à racionalidade prática do estilo de vida, condicionada pelo maior alheamento da dependência econômica da natureza. Sua existência inteira repousa sobre a dominação e o cálculo técnico ou econômico da natureza e dos homens, por mais primitivos que sejam seus meios. Também entre eles pôde a técnica de viver herdada se estereotipar no tradicionalismo, como continuamente tem ocorrido por todas as partes. Mas sempre subsistiu entre eles, ainda que fossem em graus muito distintos, a possibilidade de que surgisse uma regulamentação ética racional da vida, em conexão com a tendência ao racionalismo técnico e econômico (Weber, 2000 [1922]: 256-257).

Weber aponta para diferenças importantes nas condutas religiosas das frações das classes burguesas. Quando constituída em estrato profundamente privilegiado, a grande burguesia se filiaria a tipos de religiosidade similares às das camadas guerreiras. Seus membros podiam ser fervorosamente religiosos, mas

a natureza de sua devoção era alheia a revelações proféticas. As elaborações teológicas a respeito do além passavam tão distantes de sua religiosidade quanto o ordenamento ético e sistemático de suas atividades econômicas.

Os grandes comerciantes da Antiguidade e da Idade Média, os portadores de fortunas exorbitantes, os magnatas mercantis, distinguiam-se por um modo específico de ganhar dinheiro. A multiplicação de suas reservas se realizava pelo financiamento de mercadores, pela concessão de crédito durante o capitalismo colonial, e não por um empreendimento contínuo e formalmente pacífico. Mesmo quando contemporâneo às modernas seitas protestantes, a conduta econômica típica da burguesia abastada se vinculava mais às exigências do capitalismo politicamente orientado.

Algo distinto se verifica com a pequena-burguesia urbana. Portadora de novos e modestos capitais, apenas um comportamento sóbrio e racionalizado possibilitaria a ampliação de seus recursos. Dedicada às incipientes indústrias ou ao comércio, a nascente pequena-burguesia não possuía fundos – nem disposição – de tomar parte em empreendimentos coloniais, na pirataria, grande agiotagem ou em guerras (Weber, 2004 [1905]: 138). Os riscos de tais empreendimentos lhe pareciam um crasso contrassenso. Como se fosse um mandamento religioso, o lucro possível só poderia ser conquistado por uma contabilidade intransigente, e a velha fome por ouro é temperada para se manter estável até queimar *a última porção de combustível fóssil* (Weber, 2004 [1905]: 165).

A parcimônia com os negócios se traduzia em termos religiosos. A vida sacra e temente a deus se articula por uma racionalização ética – sistemática e pormenorizada –, cujos princípios foram revelados em profecias. Fundamentada em um peculiar ascetismo intramundano, a conduta religiosa dos pequeno-burgueses se media como o serviço de um operário ao reino de Deus (Weber, 2004 [1905]: 108) – i.e., uma profissão/vocação (*Beruf*) a ser observada sem nenhum descanso. Entre esses estratos, a possibilidade de o protestantismo encontrar seguidores foi diretamente proporcional à sua caçada contra a influência de concepções mágicas no trato com o divino.

Mas a classe pequeno-burguesa tende efectivamente, como se compreende, com relativo vigor – e, na verdade, por razões que se prendem com o seu modo de vida económico – para a religiosidade de ética racional, sempre que se encontrem reunidas as condições da respectiva génese. É evidente que a vida do pequeno-burguês, sobretudo do artesão e do pequeno comerciante urbanos, está muito mais longe da sujeição à Natureza que a dos camponeses, de modo que, para aquele, a dependência da influência mágica exercida

sobre os espíritos irracionais da Natureza não pode desempenhar o mesmo papel que para os rurais. E que, pelo contrário, as suas condições de existência económica têm um carácter essencialmente mais racional, isto é, são mais acessíveis ao cálculo e à influência exercida com finalidades racionais (Weber, 2000 [1922]: 141).

Posto isto, convém voltar a Horkheimer. Se Weber correlaciona a forma de religiosidade típica do protestantismo aos modos de vida da nascente burguesia urbana, com o frankfurtiano, a questão se desloca para um momento histórico posterior. Transformação decisiva na passagem do capitalismo liberal ao monopolista, a intensa dinâmica de concentração e centralização do capital não mudou as regras do jogo, mas exacerbou a impessoalidade de seus processos.

Conquanto os produtos do trabalho humano continuem a realizar o seu valor no mercado sem planejamento prévio, houve uma alteração importante na fisiologia dos grupos beneficiados pela dominação social. O pequeno empresário do liberalismo fora suplantado por camarilhas de *racket*⁴ que usurparam os postos de comando nos grandes trustes industriais e estados nacionais. Ainda que concentrem os destinos em suas mãos, esse diminuto grupo de dirigentes não controlam efetivamente suas escolhas, posto que suas ações são orientadas – de maneira sempre crescente – pelo imperativo de um capital sempre aumentado.

Esse cenário se impõe por um progressivo descolamento entre os valores forjados com o nascimento da burguesia e o comportamento típico dos sujeitos no capitalismo tardio. Para Horkheimer, as ideias e formas de conduta dos primeiros momentos da modernidade já eram em si ideológicas. Em sentido forte, espelhavam uma aparência socialmente necessária, que iludia os indivíduos sobre seus interesses e reais condições de reprodução da vida social, mas correspondia de forma imediata à dinâmica da sociedade.

Na aurora do capitalismo moderno, a crença do empresário em sua capacidade individual, sua experiência no mercado e seus conhecimentos sobre a situação política dos países não eram infundadas para garantir o sucesso de seus negócios.

Contudo, se o pequeno comerciante do liberalismo já transparecia ser simples personificação do capital, esses outros dirigentes nem mais trazem traços

4 Embora reflexões sobre transformações socioeconômicas que demarcariam o fim do capitalismo liberal já se fizessem presentes nos ensaios de Horkheimer dos anos de 1930, apenas a partir da década seguinte essas discussões foram aprofundadas entre os frankfurtianos. Para uma erudita reconstrução destes debates e uma instigante interpretação sobre o conceito de *racket* e seu papel do diagnóstico de época na *Dialética do esclarecimento*, veja Pagliuso (2015).

de alguma personalidade legítima. Concomitante ao descolamento entre a propriedade jurídica dos meios de produção e o controle efetivo sobre os rumos dos negócios, o poder pessoal de ingerência dos antigos senhores foi coisificado. O preço a ser pago pela manutenção de seus privilégios foi aceitar como legítima a reificação de suas condutas de vida.

Entre os dominados, as consequências são distintas. Na aurora da modernidade, a formação de trabalhadores livres foi inseparável de execuções maciças de seres humanos. O indivíduo que a filosofia iluminista apresentava como sujeito autônomo, livre e cujo comportamento deveria se basear no uso exclusivo da razão; quando pobre, morria mais de trabalho do que de qualquer doença (Horkheimer, 1990 [1936]: 203). Pelo menos como ameaça, os horrores da manufatura e do trabalho em minas continuavam a assombra-los.

Todavia, ainda que a violência aberta não fosse um aspecto superado, a forma de dominação na modernidade tardia atua por mecanismos mais fugidios. Os indivíduos não apenas devem se curvar ante as instâncias de poder, mas precisam reconhecer nesta irrefletida obediência algum tipo de satisfação subjetiva.

Um consórcio de inúmeras instituições sociais cria os pressupostos socio-culturais e materiais necessários para os sujeitos se submeterem – e de bom grado – a uma figura objetivada de autoridade. Mesmo que se erija pela confluência irracional de processos sociais não controlados, o ordenamento social é aceito como o único possível por indivíduos das mais distintas frações de classe⁵. Fazer nascer nas massas o reconhecimento da legitimidade de tal situação é o ponto de partida para perpetuar uma ordem social que já ameaçava recair na barbárie.

Na decisão sobre a sorte das pessoas, sobre recrutamento e demissão das massas operárias, arruinamento dos camponeses de comunas inteiras, desencadeamento de guerras etc., o lugar do despotismo não foi eventualmente ocupado pela liberdade, mas pelo cego mecanismo econômico, um Deus anônimo que escraviza os homens e a quem invocam aqueles que, se não têm poder sobre ele, têm pelo menos o benefício dele. Os donos do poder cessaram de agir como representantes de uma autoridade mundana e celeste e tornaram-se, portanto, funções da legitimidade de suas fortunas. Os empresários, aparentemente livres, são motivados por uma dinâmica econômica desalmada e não por seu íntimo, como se afirma, e não têm meios de se opor a este estado de coisas, a

5 Puzone (2008) apresenta uma leitura bastante erudita das análises de Horkheimer sobre diversas transformações sócio-históricas a que o proletariado foi submetido nas primeiras décadas do século XX, ressaltando dois eventos fundamentais: (1) a derrota do movimento operário organizado e (2) a ascensão de movimentos nazifascistas nos países do centro do mundo moderno.

não ser pela renúncia à existência. A mais completa adaptação possível do sujeito à autoridade efetiva da economia é, ao mesmo tempo, a forma da razão na realidade burguesa (Horkheimer, 1990 [1936]: 202).

O conceito moderno de autoridade

Segundo Horkheimer, a história do amansamento de populações é longa e sempre dependeu de ensinamentos religiosos. Mesmo antes de Lutero, o cristianismo creditava à família a tarefa de inculcar nos jovens um comportamento conformista. Se Santo Agostinho aspirava pela formação de um bom cidadão para estabelecer uma relação harmônica entre Estado e igreja, as lições do protestantismo cresceram em clareza e virulência – fazer brotar nas consciências uma disposição para suportar uma realidade que não reserva espaço para a felicidade.

O frankfurtiano perscruta as causas que repõem os mecanismos de autoridade propagados pelo protestantismo na modernidade tardia – a rija crosta de aço que já pesara como leve manto mostra nova constituição de chumbo. Assumindo a forma de um deus absoluto e transcendente, o espírito do capitalismo se marcou nos indivíduos, preparando o terreno para a ascensão de formas autoritárias de governo e para o recrudescimento geral das sociedades. Das situações mais corriqueiras ao centro do poder político, o deus do calvinismo emprestou a sua forma coisificada de autoridade para perpetuar vínculos hierárquicos injustificáveis.

Justamente este conceito objetivado de autoridade é aplicado, na moderna teoria política da autoridade, ao chefe político. O fato de ele, no protestantismo, ficar reservado para a transcendência – o que, sem dúvida, é religiosamente decisivo – não anula a verdade de que ele, como conceito religioso e político, emana da mesma prática social e de a sinceridade para ele, como uma categoria fundamental da interpretação do universo, é produzida necessariamente pelas condições da mesma pequena família patriarcal (Horkheimer, 1990 [1936]: 218).

A noção de família nuclear burguesa é elemento-chave para interpretar esses desdobramentos. Tal como a concepção protestante de divino, o poder paterno é absoluto e injustificado. Para Horkheimer, o lastro dessa figura de autoridade se assenta em dois aspectos. Não se obedece ao pai por ser digno de respeito, mas por ele ser fisicamente mais forte e quem ganha dinheiro. A obrigação de amor devotado pela criança faz com que a postura complacente diante das arbitrariedades da força e da riqueza se transubstancie em uma relação

moral, perpetuando para muito além da infância a condição de menoridade dos primeiros anos de vida.

No seio da família nuclear burguesa, os indivíduos são educados para reproduzir os caracteres exigidos para a conservação da ordem social – i.e., para não se desesperarem ante a dura disciplina do trabalho. A nova forma de autoridade condiciona os sujeitos a agir pelo uso da razão. Porém, isso não significa transformar a sociedade em algo substancialmente racional. As crianças aprendem que os bons modos correspondem à incondicional submissão aos desmandos do pai. Reconhecer com a força do intelecto que as desigualdades sociais e a recorrente injustiça são condizentes com o único ordenamento possível da vida coletiva é uma lição a ser aprendida mesmo antes dos bancos escolares. Longe de aspirar pela realização de um juízo moralmente superior, as atitudes e condutas estimuladas são aquelas que melhor se adaptam às circunstâncias.

A objetivação da autoridade encontra sua expressão imediata na concepção protestante de Deus. Não é porque Deus é sábio e bondoso que os homens lhe devem veneração e obediência. Interpretada dessa maneira, entender-se-ia a autoridade como uma relação na qual um se subordina racionalmente ao outro em virtude de sua superioridade objetiva; ela compreenderia a tendência a anular-se a si próprio, porque a obediência afinal libertaria o inferior da inferioridade. Todavia, esta opinião contradiz a prática social reinante, na qual, ao contrário, a aceitação da dependência conduz ao seu contínuo aprofundamento. Na consciência da atualidade, a autoridade também não aparece absolutamente como uma relação, mas como uma qualidade inevitável do superior, como uma diferença qualitativa (Horkheimer, 1990 [1936]: 217).

Do sofrimento imerecido a uma nova fraternidade

Ainda que enxergasse certo declínio de sua função negativa no capitalismo tardio, Horkheimer não deixou de tematizar sobre momentos nos quais a família moderna desempenharia um papel contraditório ao *status quo* (Jay, 1984: 126). A disputa no interior da cultura, esse feixe complexo de elementos que atuam para a manutenção ou para a dissolução dos regimes sociais, era a aposta do frankfurtiano para disparar o rastilho. Fazer valer seus aspectos progressistas, orientar seus procedimentos por princípios substancialmente racionais e fomentar o debate intransigente acerca de tudo que seja tido como natural são condições necessárias para uma sociedade justa, politicamente harmônica e culturalmente diferenciada.

Para enfrentar essas questões, convém apresentar uma contraposição entre o conceito weberiano de *sofrimento imerecido* e as problematizações de Horkheimer sobre a disjunção entre *mérito e felicidade*, que caracterizaria a modernidade tardia.

Assim, embora o alvo não seja Nietzsche, mas certa psicologia de seu tempo, para Weber, a análise sociológica dos fenômenos religiosos não pode se fundamentar no conceito de ressentimento. Se a irmandade surgida por meio da sublevação dos escravos – certa vingança dos desfavorecidos – seria plausível para seitas e dogmas específicos, os fenômenos religiosos de variadas civilizações abarcam um conjunto mais intrincado de circunstâncias.

As múltiplas torções pelas quais a noção de sofrimento passou ao longo da história das religiões universais, além do fenômeno subjacente das racionalizações religiosas, permaneceriam ininteligíveis sob essa perspectiva. Para Weber, o que se deve ter em vista são as diversas reações teológicas ante a recorrente disjunção entre o que é oferecido pelas religiões de salvação e aquilo que os seus fiéis clamam. Os efeitos das inúmeras concepções teológicas nas condutas de vida se tornam compreensíveis apenas por essa via.

Da atitude inicial de considerar o acometido de enfermidades ou desgraças duradouras como um possuído, cuja participação nos cultos da comunidade deveria ser impedida, passando por experiências glorificadas de mortificações do corpo como meio de despertar estados sagrados, até se chegar à noção pela qual o pecado é entendido como falta de fé no profeta ou em seus mandamentos, um conjunto de práticas rituais e elaborações teológicas foi constituído para regular as relações entre os sujeitos e poderes sobrenaturais, buscando conferir algum sentido ao mundo.

Todavia, esses processos de racionalização religiosa sempre esbarraram em um substrato social arredo a seus pressupostos. Weber parece mirar algo que se realiza quase a contrapelo. O mais importante seria o que se dá às margens dessas respostas. Diante de um mundo sustentado por relações de dominação, as religiões da salvação se viam obrigadas a formular justificativas teológicas cada vez mais complexas para se manterem fieis a alguma coerência lógica – ao mesmo tempo, sempre se mostrando incapazes de oferecer algo plenamente satisfatório.

O sofrimento imerecido se manifesta, portanto, não apenas como polo propulsor de ações mágico-religiosas, mas como o elemento que escancara seus limites. Diante da constância da manifestação desse núcleo irracional, uma das mais recorrentes alternativas oferecidas erigiu uma concepção dualista de mundo, divisada entre uma moralidade interna e outra externa. Vínculos de piedade

eram reservados às relações instituídas no interior do círculo comunitário-religioso, e as relações com os demais eram condenadas a observar a frieza da lei ou o quente da força.

Na aurora da modernidade, a disjunção entre os compromissos de fraternidade e os requisitos da vida mundana reposicionou sua antinomia em níveis mais elevados. O comportamento econômico do mercado, a responsabilidade do Estado moderno, questões concernentes à avaliação e ao gosto estético, o desatino do amor sexual e as regras do conhecimento intelectual se descolaram da necessidade de libertação do sofrimento, a qual, em outros contextos e momentos, era sistematizada pelas religiões da salvação.

É como se a diferenciação dessas esferas dilacerasse a sociedade e os indivíduos por suas reivindicações e recompensas, por vezes, antagônicas. A velha tensão entre a ética fraternal e as ordens do mundo se internalizou nos indivíduos. Fundamentalmente moderno – ou seja, desencantado –, trata-se da emergência de um novo *politeísmo de valores*, o qual todo indivíduo moderno deve se mostrar capaz de suportar.

O grandioso racionalismo do modo de vida ético-metódico, que brota de qualquer profecia religiosa, destronou o politeísmo para privilegiar a “única coisa necessária” e então, diante das realidades da vida exterior e interior, viu-se compelido àquelas concessões e relativizações que todos nós conhecemos da história do cristianismo. Hoje, no entanto, isso pertence à “rotina comum do cotidiano” da religião. Os vários deuses antigos, desencantados e com isso assumindo a forma de poderes impessoais, erguem-se de seus túmulos, ambicionam poder sobre nossa vida e recomeçam sua luta eterna entre si. O que, porém, se torna precisamente tão difícil para o homem moderno, e difícilíssimo para a geração mais jovem, é ser capaz de enfrentar tal cotidiano. Toda busca obstinada pela “experiência vivida” advém dessa fraqueza. Pois é fraqueza não ser capaz de encarar a face sisuda do destino do tempo em que se vive (Weber, 2013 [1915-20]: 149).

É interessante notar como Horkheimer encaminha uma discussão bastante semelhante, mas constrói um diagnóstico radicalmente distinto. Porque, se já houve um período no qual a distribuição entre o mérito e a felicidade pudesse ser mais equânime, ao promover a cega sentença da economia como critério único de justiça, o capitalismo tardio exacerba as diferenças entre as classes e condena a maior parte da população a uma miséria injustificada. Recoberta pelo manto de uma necessidade natural, a injustiça já não é mais censurável por

ameaças de uma vida perdida e nem compensada por promessas de redenção (Horkheimer, 1990 [1936]: 210). Os requisitos de uma existência confortável na Terra se desprenderam dos esforços individuais, refugiando-se na boa sorte de uma herança generosa, nas incongruências do mercado de trabalho e no caráter fortuito das bolsas de valores.

Ante essa recorrente distribuição desigual entre mérito e felicidade, Horkheimer se debruça sobre o sentido que tal repartição pode assumir para os indivíduos. O papel da cultura é fundamental. A forma pela qual os sujeitos vivem a experiência do sofrimento também assume uma posição-chave para sua interpretação das relações entre as bases econômicas e as esferas culturais no capitalismo tardio.

Para indicar como uma forma cultural, depois que se difundiu uma vez, é conservada sempre resistente a partir de uma nova fonte, basta aqui um breve testemunho. “O que, no fundo, causa revolta contra o sofrimento não é o sofrimento em si, mas a falta de sentido do sofrimento”. Estas circunstâncias levam, segundo Nietzsche, à descoberta da origem da religião. As terríveis diferenças no modo de trabalho e de existência em que se desenvolve o processo indiano de vida, aquela sociedade interpretou através da ideia da migração das almas, segundo a qual o nascimento dentro de uma casta superior ou inferior seria consequência de ações de uma vida anterior. Resulta daí, para as camadas inferiores, uma razão especial para não desejar qualquer mudança do sistema. Por mais que o pária possa dizer a si mesmo que obedece fielmente aos preceitos, ele espera também elevar-se, na próxima reencarnação, à casta dos brâmanes e gozar de seus privilégios (Horkheimer, 1990 [1936]: 187).

As formações culturais prestam serviço indispensável à conservação das relações dominantes. Ao contribuir para a legitimidade da crença em figuras e formas de autoridade, as esferas culturais surgem como um obstáculo às demandas de transformação radical das sociedades. A maneira de reproduzir a vida é plasmada em costumes e práticas sociais. No lugar de uma atitude puramente consciente, o medo de se libertar dos limites de um mundo antigo que desempenha papel proeminente. Apavorados pelas incertezas do novo, os indivíduos tendem a desejar a realidade com a qual convivem diariamente – mesmo que as recompensas prometidas não satisfaçam a ninguém, ou se encontrem postergadas para muito além do túmulo. Isso se dá, porém, por um lado.

Por outro, as incontáveis renúncias infligidas pelo processo de trabalho e pela distribuição de riquezas são espelhadas pelas esferas culturais. Também como sedimento de antigas e de novas esperanças, de anseios postergados, mas nunca silenciados, a religião, a arte e a filosofia adquirem certa autonomia em relação às condições materiais das sociedades, sendo capazes de apontar para um horizonte distinto. Afora raros momentos nos quais a decadência dos grupos dominantes se sustenta apenas pelas armas, examinar as esferas culturais como componentes ativos nos processos sociais não significa um posicionamento socialmente contemplativo.

Os grupos sociais que se devem arranjar com a realidade existente e esperam melhorar sua posição dentro dela mantêm a fé na necessidade desta relação fundamental, mesmo que ela há tempos se tenha transformado numa algema. Deve haver uma autoridade “qualquer”, e com isso se referem não tanto à verdadeira autoridade que se baseia nos bens pessoais, mas à autoridade pública, que os força à subordinação ao Estado e lhes tira a decisão. O esforço para manter esta convicção e estendê-la tanto quanto possível à população inteira ocupa todas as esferas da vida espiritual. Seu resultado, a afirmação da hierarquia social estabelecida e do modo de produção no qual ela se esteia, assim como todos os impulsos psíquicos e formas de consciência ligados a esta afirmação se incluem entre aqueles elementos espirituais pelos quais a civilização se mostra como argamassa de um edifício social com fortes rachaduras (Horkheimer, 1990 [1936]: 212).

Esses esforços não devem se limitar a uma crítica superficial às formas culturais dominantes. Para superar esse estado de coisas, é preciso desassociar concretamente as funções diretivas e executivas da sociedade da relação entre as classes e da maneira de distribuir a riqueza material. No lugar de perpetuar injustiças e garantir a continuidade da dominação, as relações de autoridade se estabeleceriam por meio de interesses substancialmente racionais em uma sociedade emancipada. Somente assim não se estará à mercê de uma economia que concentra dinheiro e poder nas mãos de poucos, enquanto o restante se vê obrigado, por sua pobreza, a se submeter a uma injustiça sem sentido.

Isso porque, além de condicionar os homens ao princípio de autoridade vigente, a família moderna também representa a esperança de uma condição humana melhor. As saudades da infância, momentos das relações entre a mãe e os filhos, os afetos e o amor na relação conjugal são não apenas um conforto à brutalidade do cotidiano, mas uma alternativa – frágil e incerta – ao descalabro

da situação reinante⁶. Para ser verdadeira, a transição a uma sociedade emancipada precisa enxergar nesses aspectos a dignidade de algo racionalmente superior. Mesmo sendo incipiente e precário, vínculos fraternos que sobrevivem em meio às relações familiares assentam as promessas de *felicidade concreta* em momentos nos quais o cotidiano se despega de sua funcionalidade.

No entanto, ao contrário do que acontece na vida pública, o homem, dentro da família onde as relações não se processam por intermédio do mercado e os indivíduos não se enfrentam como concorrentes, sempre teve a possibilidade de atuar não só como função, mas também como pessoa. Enquanto a vida burguesa o interesse comum, mesmo quando não é mediado por acordo, como em catástrofes naturais, guerras ou o abafamento de revoluções, ostenta um caráter essencialmente negativo e se manifesta na defesa contra perigos, ele adquire uma forma positiva no amor sexual e, sobretudo, no carinho materno (Horkheimer, 1990 [1936]: 225-226).

A (in)verdade da teoria tradicional

Espécie de balanço crítico dos primeiros anos de produção dos frankfurtianos (Musse, 1996), “Teoria tradicional e teoria crítica” também pode ser pensado como um programa de problematizações futuras. Especificamente sobre a relação com Weber, há um deslocamento da crítica de Horkheimer em direção aos fundamentos teórico-metodológicos de sua sociologia. Se, em “Autoridade e família”, o objetivo era perscrutar as bases de legitimação do poder de mando no capitalismo tardio, o frankfurtiano se volta aos pressupostos de uma prática intelectual entrincheirada como defesa de amarras forjadas pela ordem jurídica, política e cultural⁷. Lançando mão de um mecanismo de abstração para poder calcular e prever eventos e condutas humanas, essa ciência replica o feitiço que ata os indivíduos e as sociedades presos às *forças imprevisíveis do destino* (Horkheimer, 1983 [1937]: 144).

6 Embora saliente a preocupação de Horkheimer em analisar certo papel disruptivo desempenhado pelas mulheres no interior das relações familiares, Benjamin (1978) identifica um limite importante em seu pensamento. Ao centrar suas atenções na figura paterna e seu vínculo com o tipo de autoridade moderno, Horkheimer deixaria de perceber as especificidades das formas de sociabilização infantil feminina e o potencial utópico assentado na solidariedade das filhas com a situação de mãe. Hewitt (1992) parte de uma avaliação bastante similar do pensamento de Horkheimer para fundamentar instigante crítica feminista ao projeto de *Dialética do esclarecimento*.

7 De Maria e Pissardo (2018) apresentam uma interessante leitura das críticas de Horkheimer à razão e à ciência modernas, explicitando o vínculo interno entre essas reflexões e seu diagnóstico materialista do capitalismo tardio, em uma crítica ao caráter fetichista da ciência e do positivismo da época.

O frankfurtiano abre “Teoria tradicional e teoria crítica” classificando a sociologia de Weber entre as correntes do pensamento que compreendem a teoria em seu sentido tradicional. Segundo Horkheimer, o seu conceito de *possibilidade objetiva* transportaria para a interpretação sócio-histórica o modelo das ciências da natureza. Ignorando uma reflexão mais aprofundada sobre o seu entrelaçamento ao processo vital da sociedade, a sociologia assim concebida se acomodaria à função relegada no quadro da atual divisão do trabalho. Por deduções baseadas em operações matematizantes, essa teoria tradicional acredita estar de posse de um saber que conseguiria amplo acesso à ordem do mundo.

Ainda que se imagine eterno, o modo de funcionamento da teoria tradicional já não mais atende à função real e nem corresponde ao significado da ciência para a existência humana – i.e., opor-se a uma *práxis* social desumana, que torna desumano tudo o que ocorre na realidade (Horkheimer, 1983 [1937]: 140). Ainda que seja inseparável dos reais progressos técnicos da era moderna, o pensamento tradicional se contenta com o conjunto desordenado de facticidades que se avoluma ante a observação imediata.

Segundo esse autor, do mesmo modo que para o especialista em direito penal, a explicação para o historiador não consiste na enumeração mais completa possível de todas as circunstâncias aí presentes, mas em destacar a conexão entre certos componentes do acontecimento, para a continuação do processo histórico, e, por outro lado, os processos individuais determinantes. (...) A afirmação de uma determinada causa histórica implica sempre que, no caso de sua não-realização, devido a regras de experiência conhecidas, e sob as circunstâncias vigentes, ocorreria um outro determinado efeito. As regras da experiência, neste caso, não são outra coisa que formulações do nosso saber a respeito dos nexos econômicos, sociais e psicológicos. Com sua ajuda construímos o percurso provável, omitindo ou incluindo a ocorrência que deve servir para explicá-lo. Opera-se com preposições condicionais, aplicadas a uma situação dada. Pressupondo-se as circunstâncias a, b, c, e, d, deve-se esperar a ocorrência q; desaparecendo p, espera-se a ocorrência r, advindo g, então espera-se a ocorrência s, e assim por diante. Esse calcular pertence ao arcabouço lógico da história, assim como ao da ciência natural. É o modo de existência da teoria em sentido tradicional (Horkheimer, 1983 [1937]: 129).

Para o frankfurtiano, o conhecimento nas ciências sociais traria, a princípio, resultados mais confiáveis do que a investigação de processos naturais. Se não são, se a sociologia tem de lidar com as contradições entre suas asserções

teóricas e o curso das sociedades, esse descompasso deve ser pensado como expressão de uma cisão que caracteriza as formas de sociabilidade existentes.

Ainda que sua forma de expressão se modifique historicamente, o velho e persistente antagonismo entre os indivíduos e a sociedade atravança as legítimas aspirações científicas pela predição de eventos futuros. Para que fosse possível e segura, o ordenamento social pode continuar à mercê de escolhas limitadas à prosaica equação entre meios e fins. A razão e a vida social se tornarão transparentes na medida em que os homens não mais ajam como membros de um organismo irracional (Horkheimer, 1983 [1937]: 139), e a sociedade se transforme em resultado da espontaneidade consciente de indivíduos livres.

Enquanto continuar a reboque de uma economia que multiplica crises e exacerba diferenças sociais, a consonância entre a teoria sociológica e os fenômenos sociais será sempre precária e inautêntica.

Precária porque as sociedades modernas não são organizadas a partir de critérios racionais. A administração da economia e da política, a formação subjetiva dos indivíduos, as esferas culturais, isto é, todos os momentos que compõem a totalidade da vida coletiva sofrem pelas incoerências daquilo que foi constituído como formalmente racional.

Ao descrever o enredo dessa rústica razão, vertentes tradicionais da sociologia conseguem captar aspectos essenciais dessas sociedades. Porém, elas são surpreendidas por fenômenos que não se comportam conforme os parâmetros de sua trama conceitual. Ainda que a própria gnosiologia dominante tematize sobre a recorrente disjunção entre suas considerações teóricas e a empiria, essa ciência ordenadora se ilude com uma insossa superfície ao pressupor como supra-histórico o atual desarranjo entre sujeito, objeto e teoria, apenas expressando de maneira fiel o mundo miserável que se apresenta aos cientistas por suas categorias coisificadas.

O desemprego e a malversação de forças produtivas, as crises econômicas, a militarização das nações e o atual estado das massas são pensados como algo natural, e não como desfecho das inadequadas condições da estrutura social de produção. Período histórico no qual os indivíduos se converteram em apêndices de ferramentas e maquinarias, a expansão desbragada do poder humano se confundiu no trote de suas pernas. A possibilidade de determinar racionalmente o curso dos acontecimentos deu lugar a uma prática intelectual que se jacta em registrar em pormenores aquilo que lhe rodeia, mas se cala diante da tarefa de transformar o mundo.

Inautêntica porque o pressuposto da convergência entre a teoria e a empiria é a ilegitimidade do papel ativo de sujeito assumido pela sociedade. Tal

harmonia não é um simples acaso metafísico, mas se erige em bases sociais falsas. Seus momentos mais cintilantes, aqueles nos quais as indagações científicas entram em ressonância quase perfeita com o senso comum, não se livram da opacidade que acompanha toda e qualquer atividade no interior do ordenamento social.

Um consórcio inconsciente de práticas sociais e de atividades econômicas fomenta a síntese da experiência comum a todos os indivíduos. Sem nenhuma coordenação prévia, a racionalidade resultante do trabalho social é onipresente, condicionando tanto o objeto da ciência quanto o sujeito cognoscente. A aparência de universalidade é reforçada pela percepção subjetiva cotidiana. Os homens são cercados de mercadorias por todos os lados, e sua capacidade de imaginação se estiola diante de uma realidade formada por indústrias, conglomerados habitacionais, agências administrativas e departamentos de entretenimento.

As dificuldades internas que acompanham os conceitos mais elevados da filosofia kantiana, principalmente o Eu da subjetividade transcendental, a percepção pura ou original e a consciência em si testemunham a profundidade e sinceridade de seu pensamento. O duplo caráter destes conceitos kantianos, que mostram por um lado a máxima unidade e orientação, e, por outro lado, algo de obscuro, de inconsciente, de intransparente, define exatamente a forma contraditória da atividade humana nos últimos tempos. A ação conjunta dos homens na sociedade é o modo de existência de sua razão; assim utilizam suas forças e confirmam sua essência. Ao mesmo tempo este processo, com seus resultados, é estranho a eles próprios; parece-lhes, com todo o seu desperdício de força de trabalho e vida humana, com seus estados de guerra e toda miséria absoluta, uma força imutável da natureza, um destino sobre-humano (Horkheimer, 1983 [1937]: 135-136).

Ainda assim, essa correspondência não consegue esconder o caráter cindido do todo. A antiga ilusão liberal de que os indivíduos isolados, ao buscarem a realização de seus interesses egoístas, manteriam a vida social em parâmetros razoáveis de civilidade já não é verossímil. O ocaso do período liberal adiciona um grau ainda maior de irracionalidade à ordem social. A dinâmica que acumula assombrosamente riqueza material e poder político é responsável também pela esterilidade dos últimos tempos. Sob condições capitalistas, o trabalho produz não apenas mercadorias, mas também a realidade que escraviza a classe dos trabalhadores e aterroriza a sociedade pela miséria e violência de forma crescente.

Prenhe de enlevo e de ardil, a modernidade tardia é vista pelo prisma da totalidade. Para além das correias da especialização acadêmica, o pensamento crítico deve ser capaz de interpretar a articulação sistêmica entre o processo socioeconômico e o tecido social. Junto a outros esforços de superação dessa paralisia, a teoria crítica não se limita a descrever o caos por detrás da aparente normalidade, mas participa ativamente – enquanto teoria – da luta por sua superação.

O trabalho social constitui a essência da sociedade. Conquanto não seja desempenhado conforme um plano consciente, os homens não se esquecem de que a sociedade fora construída a partir da sua atividade. Porém, a reação mais trivial é o estranhamento entre a ação humana e seus resultados. O mundo se afigura em sua imediaticidade como produto do capital, e não como consequência da vontade coletiva da associação de seres racionais. Irrompe-se como os movimentos de um autômato, cujo objetivo não se coaduna com anseios humanos, mas com a produção ampliada de mais-valia. Sem desprezar seus preceitos reguladores, as sociedades capitalistas conduzem a humanidade a um destino cego. Fruto dessa constelação, um novo período inumano se prenunciava.

O especialista “enquanto” cientista vê a realidade social e seus produtos como algo exterior e “enquanto” cidadão mostra o seu interesse por essa realidade através de escritos políticos, de filiação a organizações partidárias ou beneficentes e participação em eleições, sem unir ambas as coisas e algumas outras formas suas de comportamento, a não ser por meio da interpretação ideológica. Ao contrário, o pensamento crítico é motivado pela tentativa de superar realmente a tensão, de eliminar a oposição entre a consciência dos objetivos, espontaneidade e racionalidade, inerentes ao indivíduo, de um lado, e as relações do processo de trabalho, básicas para a sociedade, de outro. O pensamento crítico contém um conceito de homem que contraria a si enquanto não ocorrer esta identidade. Se é próprio do homem que seu agir seja determinado pela razão, a práxis social dada, que dá forma ao modo de ser (Dasein), é desumana, e essa desumanidade repercute sobre tudo o que ocorre na realidade (Horkheimer, 1983 [1937]: 140).

Considerações finais

Os diálogos travados por Horkheimer com Weber ao longo dos anos 1930 permitem recompor aspectos centrais de seu diagnóstico de época, além de

perceber algumas movimentações em seu pensamento. Pela crítica à sociologia weberiana, o frankfurtiano interpreta uma transformação importante na fisionomia das classes dominantes na passagem do capitalismo liberal à modernidade tardia como contemporânea a um processo de impessoalização da dominação social. Inspiradas pela intransigência e frieza do protestantismo, as modernas relações de autoridade se replicam na organização da família nuclear burguesa, preparando terreno para o recrudescimento das sociedades e para formas autoritárias de dominação política.

Em primeiro momento, o frankfurtiano aposta no potencial disruptivo das esferas culturais para sustentar suas expectativas de transformação social. Acompanhando o florescimento de uma racionalidade histórica substantiva no interior dos vínculos familiares, a proposta era lançar as bases para um domínio verdadeiramente racional sobre os resultados das atividades humanas. Os elementos progressistas inscritos na razão e na cultura seriam os antídotos contra a dominação e opressão econômica do capitalismo tardio – aspecto decisivo não apenas para compreender as condições de manutenção da ordem coletiva, mas também para alicerçar movimentos de emancipação social.

Ao final da década, Horkheimer traduziu esse compromisso ético em termos metodológicos, esboçando certa reorientação ao seu pensamento. Da crítica e do combate a figuras ideológicas que conformam condutas adaptativas ao mundo social, o frankfurtiano se dirige aos pressupostos internos da ciência tradicional. Manipulando de maneira irrefletida ferramentas abstratas, o problema desta prática intelectual não é sua alienação em relação aos desafios do tempo histórico presente, mas de coagir o espírito humano a reconhecer como racional aquilo que confirma o curso da dominação.

Nesse movimento, é possível perceber também certo redirecionamento no modelo de sua crítica. Porém, longe de preannunciar uma ruptura em direção a uma contradição performativa, o pensamento do frankfurtiano parece vibrar em outro diapasão. Mesmo antes de se conhecer o planejamento racional e a lógica industrial dos campos de extermínio, apostar nos aspectos progressistas da razão e da cultura modernas não se afigurava mais como alternativa possível. O desafio seria compreender os fundamentos e a mecânica de certo *reencantamento fetichista* que desencadearia a iminente recaída à barbárie – e, ao mesmo tempo, desvelar as potencialidades de construção de uma sociedade emancipada represadas no presente histórico. Em *Eclipse da razão*:

Agora que a ciência nos ajudou a superar o temor do desconhecido na natureza, somos escravos das pressões sociais que nós mesmos criamos. Quando

somos chamados a agir de modo independente, imploramos por padrões, sistemas e autoridades. Se por esclarecimento e progresso intelectual entendemos a libertação do homem da crença supersticiosa em forças malévolas, em demônios e fadas, no destino cego – em suma, a emancipação do medo –, então a denúncia daquilo que hoje se chama razão é o maior serviço que a razão pode prestar (Horkheimer, 2015 [1947]: 204).

Referências:

- BENHABIB, Sheyla. A crítica da razão instrumental. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999, pp. 71-96.
- BENJAMIN, Jessica. Authority and the Family Revisited: Or, a World without Fathers? *New German Critique*, n. 13, Winter 1978, pp. 35-57.
- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo. Racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2011 [1981].
- HEWITT, Andrew. A Feminine Dialectic of Enlightenment? Horkheimer and Adorno Revisited. *New German Critique*, n. 56, Spring 1992, pp. 143-170.
- HONNETH, Axel. *Kritik der Macht*. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1985.
- HORKHEIMER, Max. Autoridade e família. In: HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica. Uma documentação. Tomo I*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1990 [1936], pp. 175-253.
- _____. *Eclipse da razão*. São Paulo, Editora Unesp, 2015 [1947].
- _____. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: *Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1983 [1937], pp. 117-154.
- JAY, Martin. *Marxism and Totality*. Berkeley, University of California Press, 1984.
- MARIA, Fábio de; PISSARDO, Carlos Henrique. O fetichismo na ciência e a crise da razão. *Tempo social*, São Paulo, v. 30, n. 3, 2018, pp. 103-122.
- MUSSE, Ricardo. Marxismo: Ciência Revolucionária ou Teoria Crítica?. In: ANTUNES, Ricardo; WALNICE, Rêgo. (Org.). *Lukács – Um Galileu no Século XX*. São Paulo, Boitempo, 1996.
- PAGLIUSO, Ricardo. Do capitalismo monopolista ao processo civilizatório. Tese de doutorado, PPGS-FFLCH-USP, São Paulo, 2015.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.
- PUZONE, Vladimir. Da revolução à integração: a trajetória do proletariado vista por Max Horkheimer. Dissertação de mestrado, PPGS-FFLCH-USP, São Paulo, 2008.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *Rationalismus der Weltbeherrschung*. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1980.

VASCONCELLOS, Caio. A teoria crítica e Max Weber. Tese de doutorado, PPGS-FFLCH-USP, São Paulo, 2014.

_____. Marcuse crítico de Weber. A política no capitalismo tardio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 97, 2018, pp. 01-14.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004 [1905].

_____. Ciência como vocação. In: BOTELHO, Andre. (Org.). *Sociologia Essencial*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2013 [1915-20], pp. 139-151.

_____. Sociologia da religião (Tipos de relação comunitárias religiosas). In: WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Volume 1*. Brasília, Editora da UnB, 2000 [1922].

Recebido em: 17/06/2020

Aprovado em: 06/03/2021

Como citar este artigo:

VASCONCELLOS, Caio. Horkheimer crítico de Weber: autoridade, razão e emancipação social. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 199-219.





Nação e unidade nacional nos pensamentos de Herder, Fichte e List

Flávio dos Santos Oliveira¹

Resumo: O artigo analisa a construção da ideia de nação nos territórios alemães entre 1750 e 1850, relacionando inovações em sua definição a eventos como o Iluminismo, a ocupação napoleônica e a Revolução Industrial. Elucida-se, assim, como o termo nação serviu a propósitos cultural, político e econômico. A princípio, ressaltam-se a crítica de Johann Gottfried Herder ao cosmopolitismo, bem como sua concepção de nação como unidade orgânica, cultural e linguística. Em seguida, discutem-se aspectos do nacionalismo político e da educação nacional de acordo com Johann Gottlieb Fichte. Na terceira seção, examina-se o nacionalismo econômico de Daniel Friedrich List. Por fim, avalia-se em que medida as elucubrações de autores consagrados no assunto, como Benedict Anderson e Nibert Elias, refletem de fato a complexidade desse fenômeno.

Palavras-chave: nação; cosmopolitismo; nacionalismo cultural; educação nacional; economia política.

Nation and national unit in the thoughts of Herder, Fichte and List

Abstract: *The article details the construction of the idea of nation in the German territories between 1750 and 1850, relating innovations in its definition to events such as the Enlightenment, the Napoleonic occupation and the Industrial*

¹ Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES) – Vitória – Brasil – ppghis.ufes@hotmail.com – ecohistoria2015@bol.com.br – <https://orcid.org/0000-0002-2591-9019>

Revolution. In this way, it clarifies how the term nation served to cultural, political and economic purposes. At first, Johann Gottfried Herder's critique of cosmopolitanism and his conception of nation as an organic, cultural and linguistic unity are put into evidence. Next, it discusses some aspects of political nationalism and national education according to Johann Gottlieb Fichte. In the third section, economic nationalism is examined taking into account Daniel Friedrich List's work. Finally, it assesses to what extent the explanations provided by renowned scholars like Benedict Anderson and Norbert Elias reflect in fact the complexity of this phenomenon.

Keywords: *nation; cosmopolitanism; cultural nationalism; national education; political economy.*

Nación y unidad nacional en los pensamientos de Herder, Fichte y List

Resumen: El artículo analiza la construcción de la idea de nación en los territorios alemanes entre 1750 y 1850, relacionando las innovaciones en su definición con eventos como la Ilustración, la ocupación napoleónica y la Revolución Industrial. De este modo se aclara cómo el término nación sirvió a fines culturales, políticos y económicos. En un primer momento se destaca la crítica del cosmopolitismo de Johann Gottfried Herder, así como su concepción de nación como unidad orgánica, cultural y lingüística. A continuación, se discuten aspectos del nacionalismo político y la educación nacional según Johann Gottlieb Fichte. En la tercera sección, se examina el nacionalismo económico de Daniel Friedrich List. Finalmente, se evalúa hasta qué punto las explicaciones de autores de renombre sobre el tema, como Benedict Anderson y Nobert Elias, reflejan realmente la complejidad de este fenómeno.

Palabras clave: nación; cosmopolitismo; nacionalismo cultural; educación nacional; economía política.

1. Introdução

Poucos fenômenos são tão intrincados e desprovidos de consenso analítico quanto o nacionalismo. Um exemplo disso se localiza na impossibilidade de indicar com precisão em que, de fato, encontra-se a matriz da ideia de nação. Enquanto Christian Jansen situa na Idade Média os primórdios de uma interpretação nacionalista da realidade social, Benedict Anderson e Eric Hobsbawm

definem nação e nacionalismo como expressões culturais da modernidade, ao passo que Ernest Gellner e Norbert Elias os consideram como manifestações originárias de sociedades industriais. No caso alemão, embora autores como Ute Planert assinalem a emergência do nacionalismo entre 1740 e 1830, tal evento recua, na verdade, ao período em que intelectuais humanistas difundiram aquilo que conceberam como “virtudes genuinamente teutônicas”, a partir da releitura da obra *Germania* de Gaius Cornelius Tacitus (56 a. C. – 120). Esses eruditos concluíram que coragem, honestidade, castidade, honra e amor à liberdade eram valores que distinguiam os germânicos em relação aos *Welschen*, povos que viviam sob o jugo de Roma (Haug-Moritz, 2008: 430-431; Jansen, 2011: 234-235; Hobsbawm, 1990: 18-40).

Assim, desde o Humanismo do Século XVI, o interesse pela cultura alemã foi expressivo, influenciando gerações até o Romantismo de fins do Século XVIII. A esse respeito, três obras foram particularmente importantes. A primeira se intitula *Vom Nationalstolz* (*Sobre o orgulho nacional*, 1758), de Johann Georg Zimmermann. A segunda, denominada *Vom Tode für das Vaterland* (*Da morte à Pátria*, 1761), foi a reação de Thomas Abbt ao trabalho de Zimmermann. A última, *Von dem Deutschen Nationalgeist* (*Sobre o Espírito Nacional Alemão*, 1765), foi publicada por Friedrich Carl von Moser. Esses manuscritos foram significativos, na medida em que introduziram argumentos que reaparecem mais tarde em expressões como *Sprachnation* (povo unido pela mesma língua), *Kulturnation* (povo unificado pela mesma cultura) e *Erinnerungsgemeinschaft* (lembrança ou memória coletiva) etc. (Jansen, 2011: 235-236).

Desde então, buscou-se inculcar na população alemã uma consciência nacional para além dos estados territoriais individuais. Nesse sentido, a língua vernácula, assim como a cultura literária e intelectual por ela mediada, foi concebida como expressão última da comunidade nacional. Johann Gottfried von Herder (1744-1803), por exemplo, definia nação como uma unidade orgânica, cultural e linguística, que mantém unidos os diferentes indivíduos não somente por meio de ideias, inclinações e modos de vida comuns, mas também por meio de leis e instituições transmitidas às outras gerações por intermédio da linguagem, dos hábitos e da educação, dando-lhes sua forma específica e plural. Por outro lado, Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) construiu seu conceito de nação alemã a partir da autorrepresentação da *völkisch*, isto é, a consciência da identidade comum de um suposto “caráter fundamental” que se origina, sobretudo, da autenticidade de sua língua (Oliveira, 2017: 186; Herder, 2007: 54-55).

Isto poderia ter forjado as bases para a edificação de uma comunidade verdadeiramente nacional já no limiar do Século XIX. Após a dominação napoleônica e o Congresso de Viena, todavia, o vasto território a que correspondia o antigo Sacro Império Germânico foi reunido em 33 Estados, com destaque para Áustria, Prússia, Saxônia, Baden, Württemberg, entre outros, que guardavam zelosamente seus direitos de autonomia, sua independência e, sobretudo, o controle das inúmeras aduanas nos rios e estradas que cortavam seus domínios. Com efeito, para entender a construção da ideia de nação alemã, cumpre inseri-la no âmago do complexo universo cultural, político e econômico do período denominado *Sattlezeit* por Reinhart Koselleck, o que resulta ser de grande ajuda a proposta elaborada pela História Intelectual, com destaque para a História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*).

Essa corrente historiográfica admite ser o conceito (*Begriff*) uma representação discursiva resultante da experiência humana em suas diversas formas de manifestações. Ademais, a análise do conteúdo semântico de conceitos fundamentais (*Grundbegriffe*) podem ser reveladores por oportunizar compreensão ampla do modo como os indivíduos davam sentido aos acontecimentos de sua época e por propiciar maior conhecimento do contexto histórico que subsidiou os elementos à sua composição (Koselleck, 2012: 36). Decerto, como ressalta Koselleck, é possível compreender qualquer período passado reconstruindo a linguagem usada pelos indivíduos para conceituar o mundo ao seu redor. Da mesma forma, John Pocock sustenta que a linguagem empregada por um autor responde a questões específicas do seu tempo (Koselleck, 1996: 59-60; Pocock, 2003: 37; Whatmore, 2015: 09).

No entanto, como as pessoas expressam seus pensamentos de forma assaz diferente, isso exige reconstrução cuidadosa, a fim de compreender: o que elas estavam fazendo; quais eram suas intenções; o que significavam as idéias enunciadas; e como elas se relacionam com o universo linguístico de sua época. Seria, outrossim, pretensão pueril intentar esgotar nos limites dessas páginas um tema de tamanha complexidade. O que se propõe no que se segue é evidenciar por que, durante o intervalo a que corresponde o lapso de 1750 a 1850, o nacionalismo deixou de ser mera aspiração cultural para se tornar um fenômeno político e, posteriormente, econômico. Desse modo, busca-se averiguar, considerando-se o caso alemão, em que medida essa metamorfose semântica se relaciona com o que está acontecendo em um contexto histórico mais amplo, caracterizado pela difusão dos ideais iluministas, pela conquista e ocupação napoleônica e pelo advento da Revolução Industrial.

2. Nacionalismo cultural em Herder

Embora os irmãos Schlegel, Grimm, Tieck e Novalis também tenham se ocupado de resgatar em suas obras a história, a música, os mitos e o folclore alemães, a matriz do nacionalismo cultural alemão se encontra na crítica de Johann Gottfried Herder (1744-1803) ao cosmopolitismo.² Na verdade, tem-se dito que seu nacionalismo se origina de sua insatisfação com a cultura oficial da época, a qual era fortemente influenciada pelo iluminismo francês e sua aceitação quase que servil por parte dos governantes de Berlim. A causa de seu descontentamento, todavia, tem raízes mais profundas. Segundo Jose Villacaña, a aversão de Herder ao iluminismo pode estar relacionada à falta de afinidade entre essa visão de mundo e a cultura que durante séculos moldou a religiosidade alemã, marcada pela interioridade e desapego pelas coisas mundanas. Esse genuíno *modus vivendi* lhe serviu como ponto de partida para sua crítica à concepção abstrata, mecânica, enciclopédica e técnica do iluminismo³ (Villacaña, 1991: 130-131).

Herder tem sido, pois, considerado um dos precursores não apenas do Historicismo e da *Volksgeist*, mas também do nacionalismo cultural, isto é, a idéia segundo a qual a nação é a personificação de uma cultura única e um modo de vida original, dotado, no entanto, de existência objetiva acima dos interesses particulares dos seus membros e da situação jurídico-territorial vigente (Herder, 2007 [1774]: 13; White, 2005: 17; Pititto, 1998: 183; Johnson, 1996: 130). Herder exerceu, ademais, notável influência sobre a Estética ou Filosofia da Arte. Suas ideias sobre intuição e autenticidade o fizeram um dos principais porta-vozes da reação romântica ao classicismo, ao racionalismo e à crença

2 O cosmopolitismo se funda na crença de que o mundo constitui uma grande pólis (*πόλις*) e que todos os seres humanos compartilham características essenciais que os unem, ou deveriam uni-los, em uma ordem global que suplante todas as fronteiras. Nos territórios germânicos, o cosmopolitismo assumiu grande variedade de acepções, sendo defendido tanto pelos representantes do Romantismo, quanto pelos seguidores do Idealismo Alemão (Cavallar, 2015: 05; Kleingeld, 1999: 515-518).

3 Como salienta Villacaña, esse substrato religioso constitui parte essencial da *Bildung*, entendida aqui como elemento fundante mais amplo de formação da personalidade, valores e cultura germânica, a qual permeia outrossim toda a proposta nacionalista romântica alemã. Sem essa noção mística de um espírito que se expande através do *continuum* espaço-temporal, sem essa presença abrangente do divino na geografia e na história, não se pode entender o pensamento nacionalista de Herder, para quem um Deus onipresente atravessa todas as manifestações sensíveis, de modo que sua presença constitui a única maneira de observar uma diversidade infinita a que aspira a uma unidade subjacente a tudo o que existe. Consequentemente, uma nação, um idioma, uma maneira de ser e de pensar são realidades intocáveis, pois exprimem o divino em sua singularidade. Essa constatação converge com a conclusão de Jürgen Habermas de que por muito tempo, ainda na modernidade, a filosofia e os próprios teóricos da ciência da natureza ainda não haviam se desvencilhado inteiramente do viés teológico e da cosmovisão cristã (Villacaña, 1991: 133; Habermas, II V., 2019: 98).

na onipotência do método científico. Ele sustentava que muitas atividades e situações humanas, períodos históricos e civilizações possuem características únicas que marcam de forma indelével sua especificidade. Tentar reduzir tal fato a combinações arbitrárias de uniformidade a fim de descrevê-los ou analisá-los segundo regras universais tende a obscurecer precisamente aquelas diferenças cruciais que constituem a qualidade intrínseca do objeto estudado (Herder, 2007: 13). Herder prossegue:

Que nação na terra não tem alguma cultura? E quão limitado seria o plano da Providência se a isso a que chamamos cultura, e que amiúde devíamos chamar apenas o essencial langor de cada indivíduo da raça humana, fosse criado. Nada é mais indefinido do que esta palavra, e nada é mais enganoso do que as mesmas aplicações a todos os povos e épocas. Quão poucos são cultivados em um povo culto? E onde está a vantagem em definir isso? E até onde isso contribui para sua felicidade, a felicidade dos seres humanos⁴ (Herder, 1841 [1784-91]: vi, *tradução nossa*).

Para Herder, a razão é sempre *a posteriori*. Ela trabalha com conceitos de casualidade e, por isso, não pode compreender o todo criativo, visto que os acontecimentos causais são previsíveis, e os criativos, não. Posto isto, Herder acreditava que uma linguagem a que aspire apreender a movimentação misteriosa da vida deve se estruturar em metáforas em vez de conceitos (Safranski, 2010: 23). Por esse motivo, ele rejeitou muitos dos princípios fundamentais do Iluminismo, bem como a visão teleológica da história por ela propagada. Na verdade, Herder tinha grandes reservas quanto à ideia mecânica e linear de progresso, porque viu nisso um agente destruidor a nivelar as diferenças entre os povos, negando, assim, sua natureza autêntica. Em vez da razão iluminada, da ciência ou da tecnologia, Herder sugere que as manifestações intrínsecas da natureza humana, como a espontaneidade emocional de empatia ou a criatividade do artista, são as verdadeiras expressões de humanidade (Johnson, 1996: 130).

Em seu entendimento, os grupos humanos são naturalmente diversos devido, sobretudo, à influência do clima, da geografia e das diferentes necessidades físicas e biológicas que constituem os indivíduos. O elemento, contudo, que os integra e os torna uno é a sua língua, principal elo de ligação e veículo de suas

4 “Welches Volk der Erde ist’s, das nicht einige Cultur habe? Und wie sehr käme der Plan der Vorsehung zu kurz, wenn zu dem, was wir Cultur nennen und oft nur verfeinte Schwachheit nennen sollten, jedes Individuum des Menschengeschlechts geschaffen ware? Nichts ist unbestimmter als dieses Wort und nichts ist trüglicher als die Anwendungen desselben auf ganze Völker und Zeiten. Wie wenige sind in einem cultivirten Volke cultivirt? Und worin ist dieser Vorzug zu setzen? Und wie fern trägt er zu ihrer Glückseligkeit bei? zur Glückseligkeit einzelner Menschen nämlich [...]” (Herder, 1841 [1784-91]: vi).

tradições e memórias comuns (*Erinnerungsgemeinschaft*). Desse modo, repousa na linguagem toda tradição, história, religião e princípios de existência de um povo (White, 2005: 171; Zank, 1994: 07). Até mesmo as mais primitivas formas de comportamento e solidariedade preservadas pelos mitos, e que unem um indivíduo a outro, só podem ser expressas e transmitidas às gerações posteriores na forma de símbolos, em particular, por meio da linguagem falada. Com isso, a visão tradicional da sociedade como lugar da rivalidade individualista perde sentido, pois os indivíduos estão reunidos por vínculos indissociáveis pelo simples fato de compartilharem a mesma língua (Berlin, 1976: 165; Villacaña, 1991: 134).

De acordo com sua teoria da expressividade, Herder acreditava que o indivíduo só é autêntico na medida em que é fiel a si mesmo, isto é, à sua natureza interior. A expressividade, porém, não se limita apenas à esfera do indivíduo. Ao contrário, todos os empreendimentos criativos, como a arte, a literatura, a indústria, o comércio, a ciência e as instituições políticas, bem como as ideias, os credos, os costumes e os mitos, também dependem dessa ideia de originalidade. Com efeito, tal como os indivíduos, um povo deve ser fiel à sua própria cultura, isto é, à sua matriz de valores⁵ (Herder, 2007 [1774]: 55; White, 2005: 172; Pititto, 1998: 189). Disso resulta que, se de fato o indivíduo não pode prescindir de sua comunidade cultural, o homem que não pertence a nenhuma comunidade particular, isto é, o perfeito cosmopolita, obviamente não pode existir. É com base nesse entendimento que Herder exortou seus colegas alemães a romperem com a deliberada imitação da cultura francesa, admoestando-os, em vez disso, a se voltarem à contemplação de seu próprio patrimônio nacional.⁶ Além do mais, já que o homem não é visto como um ser dotado de natureza única e 5 universal, mas como produto de realidades culturais específicas que devem ser protegidas

5 Em Herder, encontra-se o germe de uma longa contraposição entre *Kultur* e *Zivilisation* que se estenderá até o Século XX, ecoando de modo emblemático em *Das Unbehagen in der Kultur* (*O Mal-estar na Cultura*, 1930) de Sigmund Freud, em que o renomado psicanalista evidencia as tensões fundamentais envolvendo o indivíduo e a sociedade, como aquelas resultantes da busca liberdade instintiva e da demanda contrária da civilização por conformidade e repressão de instintos. Além disso, esse debate persiste na Filosofia da História de Spengler, de modo que a relação entre mundo exterior/técnico e interioridade/subjetividade (*Kultur*) costura algumas discussões do romantismo alemão a respeito da nação.

6 No Século XVIII, intensificou-se sobremaneira a circulação de ideias na Europa Central graças ao esforço de intelectuais como Christian Garve (1742-1798), que traduziu, entre outras, o *Essay on the History of Civil Society* (*Ensaio sobre a História da Sociedade Civil*, 1772) de A. Ferguson; a obra de E. Burke, *On the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful* (*Sobre a Origem de Nossas Ideias do Sublime e da Beleza*, 1772); e a obra de J. MacFarlan, *Inquiries Concerning the Poor* (*Investigação sobre a Pobreza*, 1785). A esse respeito, Stefanie Stockhorst caracteriza o Iluminismo como uma *République de lettres*, uma comunidade discursiva baseada na rede e na estimulação recíproca de promoção do conhecimento, que ultrapassou não apenas as fronteiras sociais, mas também nacionais e linguísticas, configurando o que Michel Espagne e Michael Werner denominam *transfert culturel* (Stockhorst, 2010: 07-08; Prochasson, 1991: 911-912).

da intervenção de uma sobre as outras, Herder afirmava que cada grupo só pode ser comandado por participantes da própria comunidade cultural, e que a dominação política de outras nações é inaceitável (Herder, 2007 [1774]: 15; White, 2005: 167-171; Snyder, 1995: 03).

Com isso, Herder não apenas evitava a tentação de reduzir o fluxo heterogêneo da experiência humana a unidades homogêneas, mas também rechaçava toda e qualquer forma de uniformidade que tivesse por finalidade a dominação de uma ou mais culturas sobre outras (Berlin, 1976: 155). Apesar de toda sua formulação sobre as peculiaridades dos povos, Herder elaborou seu conceito de nação, sobretudo, de um ponto de vista moral e espiritual. Seu nacionalismo não visava se tornar expressão da vida pública, seja na forma do Estado, seja na tentativa de prevalecer sobre outras culturas (White, 2005: 172; Pititto, 1998: 189). Para ele, nada é tão manifestamente contrário aos objetivos do governo político do que o alargamento não natural das fronteiras dos Estados, ou seja, a imposição artificial de um conjunto de valores que sempre viola a unidade orgânica da cultura original. Desse modo, como ele via no Estado um potencial destruidor de diversidades, sua ideia de nação não poderia assumir uma forma ligada a essa entidade política, cujo principal objetivo lhe parecia ser a centralização, coerção e a conquista (Herder, 2007 [1774]: 324; White, 2005: 172).

A guerra, onde ela não é uma forçosa auto-defesa, mas uma insensata agressão sobre uma nação vizinha pacífica, é um ato desumano, a mais brutal iniciativa, posto que não apenas a nação agredida é levada à morte e à devastação inocentemente, mas também a nação que conduz tão injusto sacrifício. Pode haver uma visão mais abominável para um Ser supremo do que dois exércitos humanos opostos a se ferir mutuamente? E o resultado da guerra, mais terrível do que a si mesmo, são a doença, a fome, a peste, o roubo, a violência, a devastação de países, a brutalização das mentes, a destruição de famílias, a deterioração da moral nas longas gerações⁷ (Herder, 1841, [1784-91]: 366-367, tradução nossa).

7 “Der Krieg, wo er nicht erzwungene Selbstverteidigung, sondern ein toller Angriff auf eine ruhige, benachbarte Nation ist, ist ein unmenschliches, ärger als thierisches Beginnen, indem er nicht nur der Nation, die er angreift, unschuldigen Weise Mord und Verwüstung drohet, sondern auch die Nation, die ihn führet, eben so unverdient als schrecklich hinopfert. Kann es einen abscheulichern Anblick für ein höheres Wesen geben, als zwei einander gegenüber stehende Menschenheere, die unbeleidigt einander worden? Und das Gefolge des Krieges, schrecklicher als er selbst, sind Krankheit, Lazarethe, Hunger, Pest, Raub, Gewaltthat, Verödung der Länder, Verwilderung der Gemüther, Zerstörung der Familien, Verderb der Sitten auf lange Geschlechter” (Herder, 1841 [1784-91]: 366-367).

Embora questionável, conforme Isaiah Berlin, em Herder, o sentimento nacional não era um fenômeno político e jamais veio a sê-lo, pois ele reprovava qualquer forma de nacionalismo agressivo, seja qual fosse a sua manifestação. Não havia nada contra o qual ele esbrave mais incisivamente do que o esmagamento de uma comunidade por outra e a subsequente eliminação das culturas locais, pisoteadas sob as botas de algum conquistador (Safransky, 2010: 30; Berlin, 1976: 158-175). Para ele, a natureza criou as nações, e não os Estados; ao mesmo tempo, ela não fez algumas nações intrinsecamente superiores a outras (White, 2005: 170; Wippermann, 1979: 104). Portanto, qualquer que seja a forma como se entenda o pensamento herderiano, quer como nacionalista, quer como romântico, o certo é que a figura política do Estado não se encaixava em suas teorias como eixo principal⁸ (Berlin, 1976: 163).

3. Fichte: liberdade e educação nacional

Por muito tempo, Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) foi devoto dos ideais iluministas e revolucionários. Ele mesmo chegou a afirmar que concebeu a sua *Wissenschaftslehre* (*Doutrina da Ciência*, 1804) em paralelo com a preocupação de reconhecer a legalidade da Revolução Francesa (Ferrer, 2000: 99). Em 1793, Fichte publicou *Beitrag zur Berichtigung der Urtheile des Publikums über die Französische Revolution* (*Contribuição para a Retificação dos Juízos do Público sobre a Revolução Francesa*), em que defendeu não somente o cosmopolitismo como ideal universal e a Revolução Francesa como expressão máxima do elo que une direito e autodeterminação, mas também limitou a finalidade da constituição política à promoção da cultura de liberdade (Villacaña, 1991: 149; Fichte, 1793: 27-29).

Após os *Grundzüge des Gegenwärtigen Zeitalters* (*Traços Fundamentais da Época Contemporânea*, 1805), em que ainda manifestava indiferença em relação a qualquer protagonismo de uma nação ou povo sobre outro, estando a pátria (*Vaterland*) lá onde reside a justiça e a cultura, Fichte, perplexo com os eventos que se desencadeavam na Europa, começou a manifestar suas primeiras afirmações ufanistas em *Der Patriotismus und sein Gegenteil: Patriotische Dialogen* (*O Patriotismo e o seu Inverso: Diálogos Patrióticos*, 1805) (Ferrer, 2000: 113; Zeman,

8 É bastante discutível que a definição de nação herderiana seja de fato despida de conteúdo político, tendo em vista que, embora Herder rejeite o nacionalismo agressivo ou a posição de um Estado centralizador, isso não exclui sua abordagem de posicionamento político. Sua consideração acerca da organicidade do povo como expressão da cultura original e elemento fundante da comunidade nacional exprime em parte o ideal republicano em voga à época.

1999: 268). Com o avanço dos franceses em Berlim, Fichte abandonou a cidade, seguindo o rei e sua corte para Königsberg. Posteriormente, com a humilhação sofrida pela Prússia e sua redução a um estado satélite de Napoleão, o filósofo retorna à capital ocupada, traumatizado e convencido de seu papel histórico na mobilização de um povo carente de renovação moral (Cunha, 2013: 71).

Por conseguinte, seus *Reden an die Deutschen Nation* (*Discursos à Nação Alemã*, 1808) foram, de fato, sua resposta à invasão estrangeira e à queda do Sacro Império Germânico (Ponte, 2013: 73). Esses discursos foram proferidos num ciclo de conferências no grande anfiteatro da Academia de Ciências de Berlim, no domingo 13 de dezembro de 1807, um ano e meio após o grande desastre. Durante aquele inverno em que foram pronunciados seus “Discursos”, as autoridades francesas não concederam devida atenção às suas palestras, negligentemente, classificadas como “lições públicas feitas em Berlim sobre o aperfeiçoamento da educação, por um célebre professor alemão” (Gómes, 2005: 02; Chevallier, 1995: 235).

Decerto, o tema central dos Discursos é educação. Trata-se, no entanto, de uma educação nacional (*National-Erziehung*), ou seja, voltada exclusivamente à regeneração das especificidades do povo alemão (Fichte, 2009 [1808]: 10-11; Fuchs, 2006: 05). Seu objetivo consistia, fundamentalmente, em restabelecer os alicerces que permitiriam a continuidade no porvir de uma nação que se encontrava ameaçada (Gouvea, 2011: 04). Nesse caso, a salvação da nação alemã ia se consumir mediante a transformação absoluta de todo o sistema de educação até então em vigor, pois, nas palavras de Fichte, “nenhuma nação que tenha afundado em tal estado de decadência pode emancipar-se pelos meios usualmente empregados até agora” (Fichte, 2009 [1808], 15);

De acordo com o eminente filósofo alemão, a racionalidade amplamente veiculada pela educação estrangeira suprimiu a conexão estabelecida pela religião entre a vida presente e a vindoura, ao mesmo tempo em que reforçou a concepção segundo a qual a felicidade do homem consiste apenas na prosperidade material. Nesse sentido, prossegue Fichte, os alemães, durante muito tempo, foram educados a aspirar somente aquilo que lhes fosse aprazível segundo seus próprios critérios de bem-estar, mesmo que em prejuízo de toda a comunidade. Por causa disso, Fichte, como tributário da filosofia kantiana, predicava que a nova educação (*Neue Erziehung*) devia instituir a boa vontade como atributo essencial e constante do povo alemão (Fichte, 2009 [1808]: 16-24; Gordon; White, 2010: 35).

Sua nova educação visava à formação integral, abrangendo não apenas a esfera intelectual, mas também a vida cívica, moral e religiosa de todos os

cidadãos indistintamente (Gordon; White, 2010: 35). Ela devia ter sucesso na formação de indivíduos autônomos, independentes e autossuficientes; eles seriam fundamentalmente determinados e capazes de fazer a coisa certa de forma resoluto e espontânea, sem hesitar e sem qualquer expectativa de recompensa material ou cálculos utilitários, pois, para Fichte, a causa da decadência moral e da catástrofe militar da Alemanha repousava essencialmente no egoísmo resultante do “materialismo” introduzido e desenvolvido ao extremo em solo germânico (Fuchs, 2006: 08). Já que a grande maioria da população alemã estava quase que completamente privada dessa educação superior, a solução imediata proposta por Fichte seria difundir a nova educação a todos alemães, sem exceção, de modo que o conhecimento não se tornasse privilégio exclusivo de uma classe particular, mas sim a expressão da nação enquanto tal (Gordon; White, 2010: 35).

Por meio da nova educação, queremos moldar os alemães em um corpo associativo, que deve ser estimulado e animado em todos os seus membros individuais pelo mesmo interesse [...]. Assim, não nos resta mais nada, a não ser aplicar o novo sistema a todos os alemães sem exceção, de modo que não seja a educação de uma única classe, mas a educação da nação, simplesmente como tal e sem exceção de nenhum dos seus membros individuais. É nesse sentido que se diz que na formação do homem acompanha-se um verdadeiro prazer no que é certo, de modo que toda distinção de classes, que possa no futuro encontrar um lugar em outros ramos de desenvolvimento, será completamente removida e desaparecerá. Desta forma, crescerá entre nós, não a educação popular, mas a verdadeira educação nacional alemã⁹ (Fichte, 1808: 8 41-42, tradução nossa).

Como a função histórica da Alemanha perpassa sua renovação espiritual, Fichte concedeu significativo destaque a *Bildung*. Contudo, como ele mesmo sugere, durante muito tempo, a única educação pública que os alemães receberam consistia unicamente na preparação para alcançar a bem-aventurança no céu. Até as instituições de ensino superior eram voltadas principalmente para

9 “Wir wollen durch die neue Erziehung, die in allen ihren einzelnen Gliedern getrieben und belebt sey durch dieselbe Eine Angelegenheit [...]. Es bleibt sonach uns nichts übrig, als schlechthin an alles ohne Ausnahme, was deutsch ist, die neue Bildung zu bringen, so dass dieselbe nicht Bildung eines besondern Standes, sondern dass die Bildung den Nation schlechthin als solcher, und ohne alle Ausnahme einzelner Glieder derselben, werde in welcher, in der Bildung zum innigern Wohlgefallen am Rechen nämlich, aller Unterschied der Stände, der in andern Zweigen der Entwilung auch fernerhin statt finden mag, völlig aufgehoben sey, und verschwinde; und dass auf diese Weise unter uns, keinesweges Volks-Erziehung, sondern eingenthümliche deutsche National-Erziehung entstehe” (Fichte, 1808: 41-42).

a formação do clero; as outras áreas do conhecimento configuravam apenas apêndices para tal fim. Por conta de tal situação, Fichte apregoava constituir-se dever de todos os Estados Germânicos se incumbirem da educação pública em seus domínios, a fim de desenvolver em todos os alemães o anseio de autosacrifício em prol da nação, pois fosse a educação monopólio da Igreja ou de grupos privados, isso estaria em total desacordo com os interesses nacionais (Fichte, 1808: 346; 2009 [1808]: 146-151).

Ao elaborar seus “Discursos”, estava evidente para Fichte que a “Alemanha” existia apenas como uma vaga noção geográfica, não havendo ainda uma unidade política germânica. “Portanto, não era de maneira alguma clara – mesmo para os habitantes da Europa Central – se realmente havia algo denominado nação alemã” (Cunha, 2013: 72). Aliás, o parco público que frequentou suas conferências em Berlim constituía uma pequena e subrepresentada elite intelectual prussiana. Por esse motivo, visto que a regeneração do povo alemão não seria alcançada somente pela renovação política, mas também espiritual, Fichte se empenhou a construir uma nova representação da identidade alemã com o fito de apresentar para seus ouvintes uma impactante concepção do que os alemães foram, são e ainda poderiam vir a ser se abdicassem de seu estado de passividade.

Com esse propósito, Fichte salienta a existência de um genuíno espírito alemão assim como um permanente “caráter nacional” (*Nazional-Character*), que deve ser preservado da intromissão estrangeira, especialmente, da influência francesa (Snyder, 1995: 03). Em virtude desse místico “caráter fundamental”, somente o alemão estaria apto a receber a cultura em questão, à exclusão de todos os outros povos europeus, pois, segundo Fichte, o “caráter fundamental” do alemão deriva essencialmente de seu habitat, sua raça, sua memória, sua religião e, sobretudo, sua língua (Fichte, 2009 [1808]: 48-49). Dito de outro modo, sua índole peculiar se origina do fato de os alemães terem ficado no habitat natural dos seus antepassados. Esse relativo isolamento constituiu sua memória como legado e sua raça como expressão da cultura, isto é, uma cultura de liberdade que lhes permite acesso ao supra-sensível. Além disso, com a Reforma, sua religião se desenvolveu em um grau mais elevado de liberdade, e sua língua, por não ter sido misturada com a de outros povos, ficou mais próxima da matriz grega, inexcedível fonte cultural do ocidente, o que, em seu entendimento, explica sua indelével identidade e superioridade em relação às outras tribos germânicas, que, em seu processo de sincretismo, assimilaram a já decrépita língua latina e, por isso, sucumbiram ante a latinidade (Fichte, 1808: 118; 2009 [1808]: 73; Chevallier, 1995: 238).

No entanto, apesar de todo seu vigor e eloquência, os ouvintes dos Discursos de Fichte não se sentiram galvanizados. O público, em sua maioria, parece ter respondido com silêncio indiferente à sua exaltada pregação (Chevallier, 1995: 240). Por causa de sua incessante ênfase na prioridade do Volk e da nação sobre o Estado, Fichte atraiu para si a desaprovação da corte, de modo que seus “Discursos” foram proibidos de ser lidos de 1814 a 1824. Outrossim, como suas ideias visavam estabelecer um Estado alemão unificado, seus projetos educacionais foram recebidos com hostilidade pelos príncipes de vários Estados, como a Saxônia, Württemberg e Bavária. Por isso, em vez de se tornarem expressão popular, suas idéias foram assimiladas de maneira seletiva e, quando muito, aplicadas somente em alguns Estados particulares¹⁰ (Fuchs, 2006: 05-09; Villacaña, 1991: 147; Schulze, 1991: 111).

Ao nível da política organizada, verifica-se que os príncipes invocavam os argumentos nacionalistas somente se servissem aos seus interesses particulares. Em razão disso, tanto na Áustria como na Prússia, por exemplo, o patriotismo foi o elemento essencial na supressão das diferenças políticas e sociais durante a era revolucionária. Superado esse período, entretanto, a paz não resultou na unificação da Alemanha, visto que os príncipes, naturalmente, impuseram todos os tipos de obstáculos a qualquer iniciativa que ameaçasse destruir a sua soberania e as hierarquias estabelecidas segundo seus critérios de autoridade e prestígio. Desse modo, pode-se aduzir que a representação da consciência da identidade comum de um suposto “caráter fundamental” do germânico, como em Fichte e nos românticos, não foi suficiente para levar a termo a unificação política.

4. Nacionalismo econômico e geopolítica no pensamento de Friedrich List

List nasceu em 6 de agosto de 1789, em Reutlingen, Stuttgart. Quando jovem, adquiriu excelente formação prática como burocrata no reino de Württemberg, o que chamou a atenção do Freiherr Karl August von Wangenheim, então Ministro da Cultura, que o nomeou, em 1816, primeiro Professor de Administração e Política (*Staatspraxis und Staatswissenschaft*) na Universidade de Tübingen. Em seguida, tornou-se List secretário consultente da *Deutsche Handels – und Gewerbeverein* (Associação Industrial e Comercial da Alemanha) e, logo depois, deputado na Assembleia Representativa de Württemberg. Seus artigos da época

10 O modelo de educação nacional de Fichte influenciou particularmente o ministro Wilhelm Humboldt (1767-1835) que, dois anos após a publicação dos “Discursos”, isto é, em 1809-1810, deu início uma completa reconstrução de todo o sistema de ensino da Prússia, tarefa continuada e aperfeiçoada por Süverne Altenstein entre 1810-1818 (Gordon; White, 2010: 36).

constituem provas irrecorríveis de que ele foi um dos principais idealizadores do *Zollverein* (União Aduaneira dos Estados Alemães), cuja finalidade, em seu entendimento, seria unir uma nação historicamente dividida, pois a confluência dos interesses econômicos particulares serviria de elo à instituição de um sentimento nacional coletivo, que deveria suprimir todos os obstáculos que obliteravam o tráfico interno¹¹ (List, 1846 [1850]: 370-371; 1909 [1819]: 139).

Em seus *Outlines of American Political Economy* (*Esboços de Economia Política Americana*, 1827), obra escrita durante a sua estadia nos Estados Unidos (1825-1832), List afirma que a ortodoxia liberal clássica tem por objeto apenas a economia dos indivíduos, tendo em vista uma república universal, que abrange todos os membros da raça humana. Essa doutrina omite, todavia, um estágio intermediário entre o indivíduo e o mundo inteiro. Este é a nação, à qual os indivíduos estão unidos por laços de patriotismo (List, 1989 [1837]: 28). Segundo List, a raça humana está separada em nacionalidades distintas, sendo cada uma delas mantida coesa por poderes comuns, sendo diferente de outras sociedades da mesma espécie, as quais, no exercício de sua verdadeira liberdade natural, opõem-se entre si. Desse modo, List acusa Adam Smith de ter criado uma doutrina que é obviamente de natureza cosmopolita, ao preconizar liberdade absoluta de comércio, desconsiderando os interesses específicos de nações individuais¹² (List, 1983 [1841]: 97-99).

Por outro lado, List nota que as nações são tão diferentes em sua condição quanto o são os indivíduos. Uns são enormes, outros anões; uns são jovens, outros são velhos. Alguns são supersticiosos, aborrecidos, indolentes, sem instrução e bárbaros; outros são iluminados, ativos e empreendedores. Do mesmo modo, algumas nações são predominantes sobre outras. Uma são independentes, ao passo que outras vivem mais ou menos em um estado de dependência (List, 1909 [1827]: 164-165). Algumas nações são dotadas de abundantes recursos naturais, enquanto outras são totalmente desprovidas desta parte da riqueza

11 Decerto, List percebeu que, diante do fortalecimento da Inglaterra como nação industrialmente desenvolvida e a reafirmação da Áustria e da Rússia como potências imperiais após o Congresso de Viena, somente a supressão das barreiras políticas e econômicas, que até então dividiam os territórios germânicos, poderia levar à superação da fragmentação política e do retardo técnico-industrial dos Estados Alemães (Oliveira, 2017: 186).

12 Quando List desembarcou nos Estados Unidos, estava em processo de consolidação a doutrina de pensamento econômico que viria a ser posteriormente denominada Sistema Americano (*The American System*). Esse se baseava, sobretudo, no *Report on Manufactures: Communicated to the House of Representatives* (1791) de Alexander Halmilton, primeiro Secretário do Tesouro Americano (1789-1795), que defendia o uso de tarifas protecionistas temporariamente como forma não apenas de proteger as indústrias nascentes, mas também de criar um mercado interno e um banco nacional para garantir a estabilidade monetária (Oliveira, 2017: 190).

nacional. Muitas nações se sustentam por meio de um frágil sector agrário; outras dispõem de indústrias e atividades comerciais; enquanto só algumas conseguiram desenvolver um equilíbrio invejável entre todos os setores da atividade econômica. Por conseguinte, List define a Economia Política ou Nacional como a ciência que prescreve normas às quais cada nação individual tem que obedecer, a fim de progredir em suas condições econômicas.

Desse modo, a Economia Nacional ensina como determinado país pode dirigir e regular a economia mundial, seja para suplantar restrições estrangeiras, seja para aumentar sua capacidade de produção; ou, em outros termos, como criar um mundo em si mesmo, a fim de crescer em poder e riqueza, para se tornar uma nação mais poderosa, rica e bem sucedida, sem restringir, todavia, a economia dos indivíduos e da humanidade mais do que o bem-estar dos povos permite. A ideia de Economia Nacional se origina, portanto, do próprio conceito de nação, entendida como uma comunidade de indivíduos que possui governo, leis, instituições, interesses e história comuns, constituindo um só corpo livre e independente que segue apenas aos seus ditames, sendo dotada de prerrogativas para regular os interesses dos indivíduos a fim lhes proporcionar maior segurança coletiva em relação a outras nações. Nesse sentido, o objeto da economia desse corpo não deve ser apenas a riqueza como um fim em si mesmo, mas principalmente o poder, pois a riqueza nacional é aumentada e assegurada pelo poderio da nação, ao passo que o poderio nacional é aumentado e assegurado pela riqueza nacional (List, 1909 [1827]: 162).

Amiúde, List declarava ser seu principal objetivo promover a grandeza da nação alemã (*deutsche Nation*). Em seu entendimento, uma grande população e um extenso território, dotado múltiplos recursos naturais, são exigências da nacionalidade. Por outro lado, uma nação restrita em área e dividida por várias línguas só pode constituir instituições, arte e ciências deficientes. Em seu *Sistema Nacional de Economia Política*, está implícita uma representação tão ampla do que seria Alemanha que abrange praticamente todo o antigo Sacro Império Germânico. De fato, levando-se em consideração apenas a extensão oriental da Prússia, os domínios alemães (*Deutschland*) se estendiam até Königsberg, hoje Kaliningrado, possessão russa, confinante à Lituânia. Do mesmo modo, a despeito das diferenças étnicas, os territórios sob regência austríaca abarcavam a área correspondente às atuais República Tcheca, Eslovênia, Hungria, Bósnia e Herzegovina, Croácia e grande parte do norte da Itália.

Certamente, List não intuiu isso de uma só vez, mas, ao contrário, foi elaborando aos poucos, como resultado de suas especulações sobre a extensão do *Zollverein*, alicerces da unidade econômica da futura nação alemã (Oliveira,

2017: 199). Em 1819, List foi incumbido de elaborar uma petição na qual deveria tornar legítimas as reivindicações da Associação Comercial e Industrial Alemã no que concerne à supressão das tarifas aduaneiras e portagens. Esse requerimento foi apresentado durante a Feira de Páscoa em Frankfurt am Main, evento que reunia grande número de comerciantes e fabricantes de praticamente todos os Estados Alemães. Nesta ocasião, List discursou em prol da abolição das barreiras alfandegárias em todos os domínios germânicos, incluindo nesses a Áustria (Österreich) e a Suíça (Schweiz), além dos Estados Alemães propriamente ditos. Ao se referir aos inúmeros portos de alfândegas espalhados pela Alemanha, List ressalta que, para ir de Hamburg à Áustria, ou de Berlim à Suíça, contavam-se dez aduanas e dez portagens, que, além de dificultar o comércio, oneravam sobremodo o preço final das mercadorias (List, 1850 [1819]: 17; 1909 [1819]: 139-140).

É importante frisar que List formulou seu conceito de nação alemã tendo em vista um télos político-econômico. Sua concepção de Alemanha, por exemplo, reflete suas preocupações a propósito das necessidades econômicas e militares de uma nação que se encontrava, em grande medida, desprovida de recursos naturais para adentrar à nova fase do capitalismo industrial, a qual demandava oferta abundante de matérias-primas e grandes mercados consumidores. Na primeira metade do Século XIX, tornou-se evidente a escassez de novos territórios a serem descobertos. Por causa disso, pensar estratégias cautelosas para a conquista de novas terras era questão mais essencial do que levar adiante a mera exploração de suas riquezas. No *Sistema Nacional de Economia Política*, obra em que List discute extensamente os efeitos positivos da integração econômica para a nação alemã, o *Zollverein* configura o panorama que articula seu pensamento geopolítico, o qual deve ser entendido não apenas como doutrina da influência do espaço geográfico sobre a política de um Estado, mas também como a ciência que analisa a influência das condições geográficas sobre as estratégias políticas e econômicas do governo nos âmbitos nacional e internacional.

Para List, a Alemanha só alcançaria real e duradoura prosperidade quando se tornasse uma potência na terra e no mar; somente assim ela poderia defender sua independência e proteger seu comércio exterior (List, 1983 [1841]: 124). Com efeito, o progresso econômico alemão exigia que seus domínios abarcassem os mares do Báltico, Negro e Adriático, incluindo uma área muito maior do que aquela particularmente ocupada pelos povos genuinamente alemães (Sicker, 2010: 45). Baseando-se na relativa identidade cultural dos povos nórdicos, List defendia insistentemente a anexação dos Países Baixos e da Dinamarca para atender à necessidade de acesso e controle sobre a desembocadura do rio Reno

e do Mar do Norte, ainda que insinuando ser isso, na verdade, uma oportunidade para que essas nações encontrem um meio de superarem suas limitações (List, 1850 [1844]: 238).

Foi pelo seu Zollverein que a nação alemã conseguiu pela primeira vez um dos mais importantes atributos de sua nacionalidade. Mas essa providência não pode ser considerada completa enquanto não abranger o território inteiro, desde o Reno até as fronteiras da Polônia, incluindo a Holanda e a Dinamarca. Uma consequência natural dessa união deve ser a admissão desses dois países na Confederação Germânica e conseqüentemente na nacionalidade alemã; com sua união, a Alemanha conseguirá o que atualmente lhe faz falta, ou seja: locais de pesca, poderio naval, comércio marítimo e colônias. Além disso, deve-se enfatizar que os dois países já faziam parte da Alemanha, no que diz respeito à sua origem e às características gerais. A dívida que oprime essas duas nações é apenas uma consequência de seus extraordinários esforços no sentido de se manterem como nações independentes, sendo de se esperar que esse mal chegue um dia a tornar-se um peso insuportável para essas duas nações, quando então a incorporação a uma nação maior lhes parecerá desejável e necessária (List, 1983 [1841]: 124-125).

List expressa grande interesse, igualmente, pela Bélgica e Suíça (List, 1850 [1844]: 238; Salin, 1960: 13). Realmente, ele acreditava que esses territórios foram separados da Alemanha em um período de desintegração nacional. Mas, no que concerne à sua posição geográfica e às suas circunstâncias comerciais e industriais, bem como no tocante à origem e à língua de seus habitantes, tratam-se de províncias alemãs (List, 1983 [1841]: 272). List acreditava que, se os Estados Alemães conseguissem açambarcar pacificamente essas regiões, formando um todo, e se esse poderoso organismo nacional fosse capaz de fundir suas instituições representativas com seus interesses até onde é possível compatibilizá-los, a Alemanha realizaria aquilo que o sistema napoleônico não foi capaz de implementar por valer-se da violência. Ela poderá assegurar a paz para o continente europeu por muito tempo, e simultaneamente transformar-se no ponto central de uma aliança continental duradoura.

4. Questionamentos sobre a ideia de nação

A construção da identidade nacional, bem como as manifestações coletivas de entusiasmo nacionalista, constituem temas de notória relevância político-social. Entretanto, a singularidade da forma como os indivíduos são afetados por eventos que podem ensejar ímpeto ufanista é de tal modo dessemelhante que

tem dificultado a formulação de juízo objetivo acerca de suas causas. Alguns estudiosos, como Benedict Anderson, acreditam que “nacionalidade, qualidade de nação e nacionalismo são artefatos culturais de uma classe particular”. Conforme o historiador inglês, por volta do final do Século XVIII, a criação desses artefatos ocorreu de modo quase espontâneo, graças ao complexo cruzamento de forças históricas que, uma vez colocadas em ação, foram capazes não apenas de serem canalizados com graus variáveis de autoconsciência a uma grande diversidade de terrenos sociais, mas também de se mesclarem a uma quantidade correspondentemente ampla de constelações políticas e ideológicas (Anderson, 2008: 04).

Além disso, o autor de *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (*Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*, 1983) concebeu o termo nação como uma “*comunidade política imaginada e inerentemente limitada e soberana*”. Em seu entendimento, toda nação tem limites finitos, já que *nenhuma nação se imagina coincidente com toda a humanidade*. Do mesmo modo, para Anderson, a nação nasce soberana, pois se origina em uma época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade da ordem divina e do reino dinástico hierárquico (Anderson, 2008: 06-07).

Como exposto acima, na literatura alemã, o termo nação adquiriu importância significativa em meados do Século XVIII por meio da obra de Johann Gottfried von Herder e suas críticas ao cosmopolitismo e universalismo difundidos pelo Iluminismo. Para Herder, assim como em Fichte, o conceito de nação foi elaborado, principalmente, de um ponto de vista cultural. Nesse sentido, ambos identificaram na língua um elemento tanto de integração, quanto de unidade, já que ela constitui o mais importante elemento de ligação e veículo das tradições e memórias comuns de um povo. Desse modo, a nação conformaria o meio através do qual a humanidade realiza sua singularidade e diversidade, manifestando em toda sua plenitude a verdadeira riqueza e variedade da natureza humana (Berdahl, 1972: 66). De fato, quando o conceito de nação foi elaborado, tendo como parâmetro a língua, a *Volkgeist* e o viés histórico, ele foi concebido de modo bastante diverso ao modelo interpretativo de Anderson. No final do Século XVIII, quando o historiador inglês situa o surgimento do conceito de nação como comunidade imaginada, limitada e soberana, o Sacro Império Germânico, por exemplo, abarcava em seu vasto território diversas minorias étnicas como francesas, italianas, polonesas, eslavas etc. Em outras palavras, além das atuais regiões da Alemanha, Áustria, Suíça e Liechtenstein, também pertenciam ao antigo *Reich* uma parte do leste da França, o norte da atual Itália, a Eslovênia, a República Checa, o oeste da Polônia, o Sul da Dinamarca etc. (Moita,

2012: 22; Edelmayer, 1994: 172). Tal configuração social e política dificulta a assimilação da proposta interpretativa de Anderson, haja vista a ausência em sua obra de estudo empírico aprofundado para os casos arrolados.

Por outro lado, Norbert Elias e Michael Schröter, em *Studien über die Deutschen: Machtkämpfe und Habitusentwicklung im 19 und 20 Jahrhundert (Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução dos hábitos nos séculos XIX e XX, 1992)*, discutem o fenômeno do nacionalismo sob um prisma sociocultural. Por conseguinte, eles sugerem que o ideal nacionalista, isto é, “uma imagem ideal do país e da nação podem ser observados nas concepções alimentadas pelas classes médias da maioria dos países europeus entre os séculos XVIII e XX”. Nesse sentido, o nacionalismo se encontra intimamente relacionado à ascensão da chamada *Bildungsbürgertum* (burguesia letrada), a qual cresceu em paralelo à classe média econômica (*Wirtschaftsbürgertum*), que começava a se beneficiar das crescentes liberdades decorrentes da emergente ordem social capitalista. Com efeito, a fim de se contraporem ao código aristocrático de honra e prestígio, os intelectuais da classe média, como porta-vozes dos estratos sociais em ascensão, desenvolveram uma moralidade considerada válida para todas as pessoas, isto é, baseada em uma sociedade sem distinções de classe, e orientada apenas pela virtude e pela razão¹³ (Cunha, 2013: 67-70; Elias; Schröter, 1997: 128-131). Conforme explicado por Elias e Schröter:

Assim como os grupos aristocráticos tinham baseado na ancestralidade da família seu orgulho e suas pretensões a um valor especial, também, como seus sucessores, os mais importantes setores das classes médias industriais basearam cada vez mais seu orgulho e suas pretensões num valor especial, ora na ancestralidade de sua nação, ora em realizações, características e valores nacionais aparentemente imutáveis (Elias; Schröter, 1997: 129).

13 Esse tipo de abordagem sobre as origens do nacionalismo é desenvolvido extensamente por Antony Smith. Em seu livro *Nationalism and Modernism (Nacionalismo e Modernismo, 1998)*, Smith afirma que a maioria dos nacionalismos tem como protagonistas os intelectuais, os quais, além de prover as definições básicas e as caracterizações da nação, são também os mais ávidos consumidores de mitos nacionais. Segundo Smith, todos os movimentos políticos e sociais modernos clamam por lideranças eloquentes a fim de produzirem impacto num mundo em que a educação secular, as comunicações e a burocracia racional se tornaram as marcas da modernidade. Além das necessidades imediatas de propaganda e comunicação, os intelectuais representam o único estrato com interesse permanente na própria ideia da nação e capaz de trazer as outras classes para a plataforma da solidariedade comunitária, em defesa da causa da autonomia. Igualmente, eles são hábeis em apresentar o ideal nacionalista de auto-determinação como expressão da cidadania, de modo que, pelo menos em princípio, todas as classes possam compreender os benefícios da participação na vida política. Por fim, somente eles podem fornecer os laços sociais e culturais com os outros estratos necessários para que o ideal da nação possa ser traduzido em um programa prático, segundo uma base popular (Smith, 1998: 56-57).

No que concerne à formação dessa auto-imagem, constata-se relativa subordinação dos valores morais ou humanistas às virtudes estritamente nacionais. Aos poucos, esse movimento favoreceu o desenvolvimento de um *ethos* nacionalista que, todavia, acabou por transmutar os tradicionais laços de dependência e obrigação não apenas em relação a determinadas pessoas ou a uma única pessoa numa posição de mando, mas também em relação a uma coletividade soberana que o próprio indivíduo forma com milhões de outros indivíduos, de acordo com as crenças das pessoas envolvidas. Progressivamente, essa coletividade atrai para si fortes emoções positivas, do tipo usualmente chamado “amor” (Elias; Schroter, 1997: 131-143). Dessa forma, conforme a perspectiva sociológica proposta por Elias e Schröter, o fenômeno do nacionalismo guarda relação direta com a emancipação cultural das classes médias e a secularização de suas experiências políticas e associativas. Por isso, o conceito de nação, até então bastante vago e ligado à identidade nobiliárquica medieval, passou a adquirir proeminência no debate político da época, pois assim se poderia legitimar o princípio da igualdade para todos, seja sob epíteto de súdito, seja sob a denominação específica de cidadão (Cunha, 2013: 66-67).

Igualmente, Elias e Schröter reconhecem que, embora o termo nação forme derivativos que culminam na nacionalização do próprio *ethos* e dos sentimentos de coletividade, ele se distingue das outras grandes crenças sociais do período, como o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo, pois, operando na dimensão psicológica da unidade, o nacionalismo, diferentemente dos outros movimentos políticos, traz consigo permanente potencial unificador. Além disso, a palavra nação se refere, outrossim, a um aspecto de transformação global pela qual passaram, durante um lapso definido de tempo, as sociedades-Estados em que se configurava uma relação de equilíbrio de poder (*Machtbalance-Figuration*), próprio de sociedades interdependentes. Do mesmo modo, eles sugerem ser o nacionalismo um fenômeno social característico das grandes sociedades-Estados industriais que se inseriam no estágio de progresso inerente às formações sociais do Século XIX e XX (Elias; Schroter, 1997: 143-144).

Certamente, essa explicação para o surgimento e difusão do nacionalismo é bastante satisfatória. Ela melhor se aplica, contudo, aos países europeus em que alguns grupos sociais se beneficiaram da emergente ordem capitalista, sobretudo a partir da segunda metade do Século XIX. Por outro lado, importa lembrar que o termo classe média abrange grande variedade de indivíduos provenientes das mais variadas categorias sociais. Por isso, tem-se a impressão de que grande parte da produção intelectual provém exclusivamente desse segmento. No caso alemão, porém, a construção do conceito de nação e seus diversos neologismos precederam, sobretudo, o advento das sociedades industriais. Na

verdade, como exposto acima, o debate sobre o significado profundo do termo nação remete à segunda metade do Século XVIII; além disso, embora as guerras napoleônicas tenham sido um dos fatores mais influentes para a intensificação e disseminação do nacionalismo, isso não determina a data de seu nascimento. Ao contrário, como todos os movimentos históricos, o nacionalismo tem suas raízes profundas no passado mais remoto. As condições que tornaram possíveis a sua emergência amadureceram durante séculos antes que convergissem em sua manifestação (Kohn, 2005: 03).

Diferentemente das tradições anglo-americana e francesa, em que a nacionalidade se desenvolveu intrinsecamente relacionada a princípios políticos como a cidadania e o senso de lealdade ao Estado, ou seja, os critérios básicos para ser um membro da nação, na Europa Central, a ideia de nação não surgiu como fenômeno político (Johnson, 1996: 134). Nesse sentido, enquanto na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos o nacionalismo encontrou sua expressão predominante, mas nunca exclusivamente, nas mudanças políticas e econômicas, na Alemanha, Itália e entre os povos eslavos, o nacionalismo viveu principalmente no campo cultural. No início, entre esses povos, não foi o Estado, mas sim a *Volksgeist* e suas manifestações na literatura e no folclore, na língua materna e na história que se tornaram o centro de emanção do nacionalismo (Kohn, 2005: 04).

De fato, pode-se arguir que, nos territórios germânicos, o conceito de nação sofreu alterações semânticas que, em grande medida, exprimem as mudanças radicais decorrentes dos grandes eventos que marcaram o período denominado *Sattelzeit* por Koselleck.¹⁴ Contudo, também é verdade que esses eventos impeliram o nacionalismo a diferentes direções. De acordo com Koselleck, é possível entender a profunda crise de pensamento por intermédio da qual conceitos políticos e sociais mudaram de sentido e adquiriram novas conotações e significados, servindo tanto para a interpretação do passado quanto para nortear expectativas futuras.¹⁵ Essas ressignificações são passíveis de verificação, pois refletem as alterações ocorridas na estrutura da

14 Koselleck concebe como *Sattelzeit* o lapso que se estende de 1750 a 1850. Trata-se, pois, de uma ferramenta de cunho estritamente teórico que pretende situar no espaço e no tempo o processo de percepção, conceituação e incorporação de vocábulos que exprimiram as mudanças que ocorreram como decorrência de eventos como o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (Koselleck, 1996: 69).

15 Koselleck afirma que, desde o final do Século XVIII, um número cada vez maior de conceitos adquiriram terminação de movimento -ismos-, evocando um futuro totalmente novo e diferente. Portanto, uma característica fundamental dessas representações discursivas é que elas não fazem qualquer alusão a uma experiência precedente, ou seja, não tem como fundamento de determinação o passado. Dentre tais conceitos, Koselleck cita os termos: progresso, emancipação, desenvolvimento, liberalismo, nacionalismo etc. (Koselleck, 1996: 61).

linguagem para apreender as transformações históricas resultantes de grandes rupturas (Koselleck, 2012: 36; 1996: 61-62).

Do mesmo modo, um conceito pode se tornar antiquado quando as circunstâncias ou o contexto nos quais foram elaborados deixam de existir, ou no caso em que a realidade muda tão bruscamente que o conceito não mais consegue apreender e exprimir discursivamente a complexidade do mundo. Por conseguinte, em longo prazo, raramente as palavras traduzem plenamente a verdadeira dimensão de determinados fatos. Ao contrário, ambos se modificam uniforme e paralelamente (Koselleck, 2012: 63; 1996: 62). O conceito de nação recebeu diversas acepções como resposta às transformações que se desencadearam na Europa Central. Em meados do Século XVIII, a primeira fase romântica ou protonacionalista foi, principalmente, cultural, literária e folclórica, despi-da de implicações políticas específicas ou imediatas. Essa fase conforma um período geralmente referido como “despertar nacional”, pois se ocupa de criar as tradições nacionais. Ela forneceu, todavia, os fundamentos para uma segunda e terceira fases, as quais correspondem à primeira metade do Século XIX, caracterizada pelo uso político e econômico da ideia de nação (Johnson, 1996: 136).

Considerações finais

Apesar de reconhecer a especificidade do nacionalismo alemão, bem como a contribuição dos poetas românticos e dos filósofos idealistas para sua construção, a ênfase exclusiva no viés cultural e étnico levanta uma série de problemas. O primeiro deles repousa na impossibilidade de propor respostas plausíveis às questões concernentes à relação intrínseca entre as ideias e as mudanças políticas. Em outras palavras, como explicar o que de fato aconteceu para transformar o nacionalismo cultural em movimento político? Ao contrário do que esperavam os poucos nacionalistas radicais que começaram a exigir a unificação política após 1815, as guerras de libertação produziram um patriotismo cuja lealdade foi direcionada aos Estados Alemães individuais. A Prússia, por exemplo, durante muito tempo, denunciou a unificação como um atentado à sua autonomia política. Com efeito, por mais importante que tenham sido as guerras de libertação, elas não explicam completamente por que a ideia cultural de nação foi gradualmente transformada em demanda por unidade política, nem por que, após a ocupação francesa ser removida, a Alemanha não foi imediatamente unificada (Berdahl, 1972: 68-69).

Uma segunda limitação da descrição cultural ou étnica das origens do nacionalismo alemão é que ela tem pouca relação com o que realmente os

nacionalistas aspiravam. O princípio étnico, por exemplo, apresentava como reivindicação o fato de que a língua falada determinava a posse do território. Consequentemente, o princípio linguístico-cultural custou à Alemanha parte da Polônia, bem como levou os tchecos a buscarem a autonomia da Boêmia; os italianos demandarem parte do Tirol, colocando em dúvida, ainda, o futuro de Schleswig-Holstein. Por isso, o critério cultural se tornou menos importante e atrativo do que o poder do Estado na definição de nação em 1848 e nas duas décadas que se seguiram. O Estado nacional criado por Bismarck, por exemplo, excluiu muitos alemães, pois a unidade nacional para ele não era um fim em si, mas um meio para alcançar determinado objetivo, a saber, a expansão do poder da Prússia. Por isso, essa ênfase sobre o critério étnico-cultural da unicidade da tradição nacional alemã tem sido mais útil na descrição das ideias de alguns indivíduos nacionalistas do que para demonstrar por que esse nacionalismo se desenvolveu e como foi moldado o Estado nacional que dele emergiu (Berdahl, 1972: 69-70; Breuilly, 1982: 07).

De tudo isso, depreende-se que a ideia de nação foi, na prática, um conceito funcional, uma vez que serviu a propósitos diversos, fossem eles culturais, políticos ou econômicos. Como ressalta Koselleck, com maiores ou menores desvios dos significados precedentes, os conceitos podem continuar a ser usados e re-utilizados. Embora tais variações possam ser marginais ou profundas, a reciclagem linguística assegura pelo menos um grau mínimo de continuidade. Desse modo, mesmo assumindo diferentes significados, ao contrário de se anular, eles se complementavam mutuamente (Koselleck, 1996: 63). Com efeito, não obstante Herder definisse nação como uma comunidade cultural e linguística, e Fichte a designasse como uma substância que une um povo numa mesma vida física e espiritual, a concepção de nação como unidade econômica, proposta por List, não nega a validade das outras que lhe precederam, mas, em vez disso, apenas deixa explícito o aspecto dinâmico da linguagem em seu processo histórico.

Referências:

- ANDERSON, Benedict R. O'G. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- BERDAHL, Robert M. New Thoughts on German Nationalism. *The American Historical Review*, v. 77, n. 1, 1972, pp. 65-80.
- BERLIN, Isaiah. *Vico and Herder: Two studies in the History of Ideas*. London, Chatto & Windus, 1976.

- BOIANOVSKY, Mauro. Friedrich List and the Economic Fate of Tropical Countries. *History of Political Economy*, v. 45, n. 4, 2011, pp. 01-52.
- BREUILLY, John. *Nationalism and State*. Manchester, Manchester University Press, 1982.
- CAVALLAR, Georg. *Kant's Embedded Cosmopolitanism: History, Philosophy and Education for World*. Göttingen, Hubert & Co, 2015.
- CHEVALLIER, Jean Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro, Agir, 1995.
- CUNHA, Marcelo Durão R. *O caminho à unidade: Heinrich von Sybel e os dois momentos do conceito de nação na Alemanha oitocentista*. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- EDELMAYER, Friedrich. Nuevas investigaciones sobre la historia del Sacro Império Romano Germânico (1519-1648). *Cuadernos de Historia Moderna*, n. 15, 1994, pp. 171-189.
- ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1997.
- FERRER, Diego. O Nacionalismo de Fichte e a Transformação da Doutrina da Ciência. *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 17, 2000, pp. 97-119.
- FICHTE, Johannes G. *Beitrag zur Berechtigung der Urtheile des Publikums über die Französische Revolution*. Danzig, Verlag Ferdinand Troschel, 1793.
- FICHTE, Johannes G. *Reden an die deutsche Nation*. Berlin, Realschulbuchhandlung, 1808.
- FICHTE, Johannes G. (1808). *Adresses to German Nation*. New York, Cambridge University Press, 2009.
- FUCHS, Erich. Fichte capostipite del nazionalismo tedesco? Contributo alla comprensione dei Discursi alla Nazione Tedesca. *Archivio di storia della cultura*. Anno XIX, 2006, pp. 03-15.
- GÓMES, Juan L. J. La Idea de Nación: Fichte y Hegel. *Saberes*, v. 3, 2005, pp. 01-14.
- GORDON, Peter; WHITE, John. *Philosophers as Educational Reformers: the influence of Idealism on British educational thought and practice*. New York, Routledge, 2010.
- GOUVEIA, Regiane Cristina. Projetos para a Nação: reflexões a partir de Fichte, Renan e Rodó. *Revista Ágora*, n. 12, 2011, pp. 01-15.
- HABERMAS, Jürgen. *Auch eine Geschichte der Philosophie*. Berlin, Zweiter Band. Suhrkamp Verlag, 2019.
- HAGEMANN, Karen. Desperation to the Utmost: The Defeat Occupation in Prussian Experience and Perception. In: FORREST, Alan & WILSON, Peter H. (Org.). *The bee and the Eagle: Napoleonic France and the End of the Holy Roman Empire, 1806*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009, pp. 191-213.
- HAUG-MORITZ, Gabriele. The Holy Roman Empire, the Schmalkald League, and the Idea of Confessional Nation-Building. *Proceedings of American Philosophical Society*, v. 152, n. 2, 2008, pp. 427-439.

- HERDER, Johann G. *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*. (Erster Band). Leipzig: Johann Friedrich Hartknoch Verlag, 1841.
- HERDER, Johann G. (1774), *Filosofía de la Historia para la Educación de la Humanidad*. Buenos Aires, Editorial Nova, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780. Problemme, myth, reality*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- HROCH, Miroslaw. From National Moviment to the Fully-formed Nation: The Nation-building Process in Europe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (ed.). *Mapping the Nation*. London, Verso, 2012, pp. 78-97.
- JANSEN, Christian. The formation of German nationalism 1740-1850. In: SMITH, Helmut W. (ed.). *The Oxford Handbook of Modern German History*. Oxford, Oxford University Press, 2011, pp. 234-259.
- JOHNSON, Lonnie. *Central Europe: Enemies, Neighbors, Friends*. Oxford, Oxford University Press, 1996.
- KLEINGELD, Pauline. Six Varieties of Cosmopolitanism in Late Eighteenth-Century Germany. *Journal of the History of Ideas*, v. 60, n. 3, 1999, pp. 505-524.
- KOHN, Hans. *The Idea of Nationalism*. New York, Times Book Review, 1994.
- KOHN, Hans. *The Idea of Nationalism: a study in its origins and background*. New Jersey, Transaction Publishers, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Begriffsgeschichten: Studien zur Semantik und Pragmatik der politischen und sozialen Sprache*. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid, Trotta, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. A Response to Comments on the Geschichtliche Grundbegriffe. In: LEHMANN, Hartmut; RICHTER, Melvin. (Org). *The Meaning of historical terms and concepts: New studies on Begriffsgeschichte*. German Historical Institute, Occasional Paper, n. 15, 1996, pp. 59-70.
- LIST, Friedrich. Die politische oekonomische Nationalheit der Deutschen (1846). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) *Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)*. Band II, Stuttgart und Tuebingen: F. G. Cottascher Verlag, p. 367-434, 1850.
- LIST, Friedrich. Zur deutschen Eisebahnfragen (1844). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) *Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)*. Band II. Stuttgart und Tübingen: F. G. Cottascher Verlag, pp. 235-254, 1850.
- LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política* (1841). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)
- MOITA, Luís. Uma releitura crítica do consenso em torno do sistema vestefaliano. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, v. 3, n. 2, 2012, pp. 17-43.

- OLIVEIRA, Flávio S. Bases do Nacionalismo Econômico em Friedrich List. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 35, n. especial, 2017, pp. 185-207.
- PITITTO, Rocco. Herder o la ragione umana come linguaggio. *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università della Basilicata*, v. 1, n. 8, 1998, pp. 183-220.
- POCOCK, John Greville Agard; MICELI, Sergio. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, EDUSP, 2003.
- PONTE, Yeimy D. Relación entre el sistema de Fichte y la Realidad Social em la obra: Discursos a la Nación Alemana. *Revista Diálogos & Confrontos*, v. 2, n. 1, 2013, pp. 69-77.
- PROCHASSON, Christophe. Michel Espagne et Michael Werner (éd.). Transferts. Les relations interculturelles dans l'espace franco-allemand (XVIIIe-XIXe siècles). In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 46^e année, n. 4, pp. 911-912, 1991.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Romantismo: uma questão alemã*. São Paulo, Estação Liberdade, 2010.
- SALIN, Edgar. *Friedrich List. Kerneuropa und die Freihandelszone: Zwei Reden zur europäischen Politik*. Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1960.
- SCHULZE, Hagen. *The course of German nationalism: from Fredereck the Great to Bismarck, 1763-1867*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- SICKER, Martin. *Geography and Politics Among Nations: An Introduction to Geopolitics*. Bloomington: Universe, Inc, 2010.
- SMITH, Antony. *Nationalism and Modernism*. London, Routledge, 1998.
- SNYDER, Louis L. *Roots of German Nationalism*. Bloomington, Indiana University Press, 1995.
- STOCKHORST, Stefanie. Introduction. Cultural transfer through translation: a current speperctive in Enlightenment studies. In: STOCKHORST, Stephanie (ed.). *Cultural transfer through translation: the circulation of enlightened thought in Europe by means of translation*. New York, Rodopi, pp. 07-28, 2010.
- VILLACAÑAS, Jose L. Fichte y los Origenes del Nacionalismo Alemão Moderno. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)*, n. 72, 1991, pp. 129-172.
- WHATMORE, Richard. *What is Intellectual History?* Cambridge: Polity Press, 2015.
- WHITE, Richard. Herder: On the Ethics of Nationalism. *Humanitas*, v. 18, n. 2, 2005, pp. 166-181.
- WIPPERMANN, Wolfgang. Der Ordensstaat als Ideologie: Das Bild des Deutschen Ordens in der deutschen Geschichtsschreibung und Publizistik. Berlin, Colloquium Verlag, 1979. In: ZANK, Wolfgang. *Nation, Customs Union, Political Union: Collective Identity, Economy, and Politics in Germany 1771-1871 in a Non-Structualist Perspective*. Aalborg, European Research Unit, 1994.

ZEMAN, Vladimir. Fichte's Philosophy and its influence on the Ideas of the Fall of 1914. *Symposium*, v. 3, n. 2, 1999, pp. 259-274.

ZUBIRÍA, Martín. Los Discursos a la Nación Alemana de Fichte, ¿Um “paso atrás” en el proyecto político de la Ilustración? *Philosophia*, v. 74, n. 1, 2014, pp. 77-94.

Recebido em: 17/06/2019

Aprovado em: 23/08/2021

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Flávio dos Santos. Nação e unidade nacional nos pensamentos de Herder, Fichte e List. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 221-247.





O gênero da marca – Repensando a relação entre subjetividade e mercado¹

Nicolas Wasser²

Resumo: O presente artigo propõe uma revisão da questão sobre como, e através de quais instrumentos, as subjetividades contemporâneas estão sendo acessadas pelo mercado. Trazendo experiências exemplares da história e da atualidade, defende-se uma perspectiva crítica voltada à naturalização da marca enquanto modo de conduta dos sujeitos. Reconstruiremos: (1) como as mercadorias obtiveram vida própria; (2) o papel da ciência comportamental; (3) o papel da mídia; e (4) como os estilos de vida e as posturas políticas entraram no governo da marca. Partindo dos estudos pós-operaístas, feministas e queer, enfatizaremos o desafio crítico que se apresenta: (5) nas emoções e (6) nos corpos. Perguntaremos quais as habilitações, as novas precariedades e, sobretudo, as ambivalências que decorrem do governo da marca.

Palavras-chave: marca; subjetividade; gênero; LGBT; capitalismo.

The gender of the brand – Rethinking the relationship between subjectivity and the market

Abstract: *This article revisits the question of how, and through which instruments, contemporary subjectivities are being accessed by the market. Drawing on*

1 Este texto tem como base a minha pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, financiada pela CAPES (2012-2016). Além disso, a revisão deste texto está vinculada ao meu projeto de pós-doutorado em andamento, fomentado pela FAPESP (19/05219-7).

2 Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas – nicwa@unicamp.br – <http://orcid.org/0000-0001-8580-0899>

historical and contemporary experiences, we defend a critical perspective aimed at the naturalization of the brand as a mode of conduct. Seeking this purpose, we consider (1) how commodities obtained a life of their own, (2) the role of behavioral science, (3) the role of the media, and (4) how lifestyles and political stances entered the government of the brand. Drawing from post-operait, feminist and queer studies, we emphasize the critical challenges that lie (5) in emotions and (6) in bodies. Against this backdrop, we stress enabling moments, new precarities and, above all, the ambivalences that arise from the brand's government.

Keywords: *brand; Subjectivity; Gender; LGBT; capitalism.*

El género de la marca – Repensando la relación entre subjetividad y mercado

Resumen: El presente artículo propone una revisión de la cuestión sobre cómo, y a través de qué instrumentos, el mercado accede a las subjetividades contemporáneas. Aportando experiencias ejemplares de la historia y de la actualidad, defiende una perspectiva crítica centrada en la naturalización de la marca como modo de conducta de los sujetos. Reconstruiremos (1) cómo las mercancías obtuvieron una vida propia, (2) el papel de la ciencia del comportamiento, (3) el papel de los medios de comunicación y (4) cómo los estilos de vida y las posturas políticas entraron en el gobierno de la marca. A partir de los estudios postoperatorios, feministas y queer, enfatizaremos el desafío crítico que reside (5) en las emociones y (6) en los cuerpos. Preguntaremos cuáles son los empoderamientos, las nuevas precariedades y, sobre todo, las ambivalencias que surgen del gobierno de la marca.

Palabras clave: marca; subjetividad; género; LGBT; capitalismo.

Introdução

Durante a realização do trabalho de campo para minha tese de doutorado sobre as promessas ambivalentes da diversidade LGBTQI+ e racial no âmbito de uma empresa de moda brasileira, deparei-me com um fenômeno inesperado. Da maioria das vendedoras e dos vendedores – fontes mais imediatas da minha interlocução com o mundo da empresa –, emergia um grande e, ao mesmo tempo, um tanto peculiar entusiasmo pela marca, *Visibly Hot*³. O alvoroço

3 Devido a questões dos direitos autorais, o nome da empresa foi substituído por um nome fictício.

parecia percorrer as autonarrativas sobre quem se aspirava ser, as emoções e os laços afetivos explicitados com os ideais e a estética da marca, assim como a estilização dos corpos (ver Wasser, 2015, 2017). Desconfiado de que se tratava de um fenômeno de obcecção, nas conversas durante a pesquisa, pude perceber como neste entusiasmo também se refletiam os contextos sociais e as aspirações correlatas desses jovens. Apesar de as condições de trabalho ali encontradas relatarem os múltiplos desafios causados por um emprego precário, o gesto desta marca de gratificar certas identidades e corpos comumente tratados como inoportunos em ambientes comerciais, principalmente de negras, negros e LGBTQI+, abriu certos espaços de habilitação e de autoestima no plano subjetivo. Se, no caso, a experiência era inseparável dos interesses do mercado, este tinha de se afirmar para a construção de subjetividades que almejavam por mais autonomia, direitos e reconhecimento.

À procura de entender essas contradições encontradas no campo, nenhuma das explicações sociológicas contemporâneas parecia responder de forma satisfatória. A teoria amplamente recebida sobre o novo espírito do capitalismo (Boltanski e Chiapello, 2009), por exemplo, capta bem a transformação histórica e cultural voltada a uma crença, difundida nas sociedades de cunho ocidental e na economia como uma esfera autônoma de pensamento e ação. Além disso, consegue mostrar como, desde as revoltas de 1968, empreendedores e o campo do *marketing* obtiveram um considerável sucesso quando começaram a adotar, retoricamente, as críticas formuladas pelos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, esta sociologia da crítica oferecida por Boltanski e Chiapello é incapaz de iluminar criticamente as contradições e tensões ilustradas acima, e que emergem, principalmente, para as posicionalidades e os corpos historicamente minorizados – um aspecto que ganha ainda mais peso quando olhamos para uma sociedade marcada por profundas desigualdades e colonialidades, como a brasileira. Partindo da averiguação de que o capitalismo contemporâneo, de certa maneira, apreendeu sobre como absorver ou fazer uso de entidades culturais e políticas, qual seria a ferramenta ou tecnologia que se inovou, ao longo de sua trajetória, e que hoje lhe permite forjar políticas de identidade que capturam, emocionam os sujeitos?

O presente artigo mostra que a marca é uma tal tecnologia, construída e gradualmente aperfeiçoada a partir do Século XIX, pela qual as subjetividades estão sendo acessadas e remodeladas pelo mercado. Enquanto proposta central, sugiro olhar para a marca não apenas como um paradigma ou “*logos*” da economia global (Lury, 2004), mas sobretudo como um modo historicamente específico de conduta dos sujeitos. Argumenta-se que a marca delinea um

manejo, relacionado ao conhecimento de *marketing*, que reconstitui a relação entre produtores e consumidores. Deixando o papel de sujeitos passivos, consumidores começaram a produzir a experiência de serem “empoderados” por certas marcas e ofertas do mercado. Ocasionalmente, indivíduos e grupos historicamente oprimidos usam uma marca para se organizar e destacar a sua posicionalidade (Comaroff e Comaroff, 2009; Bourcier, 2020). Do nosso ponto de vista, é tarefa oportuna das ciências sociais e de uma análise crítica atualizada elucidar as habilitações, as armadilhas e, sobretudo, as ambivalências que decorrem de tais processos, pelos quais as subjetividades se entrelaçam inseparavelmente aos instrumentos do mercado.

A abordagem à marca aqui forjada se inspira na obra de Foucault e sua análise das tecnologias de poder na sua interseção com as tecnologias de si. Em seu entendimento de governo, o pós-estruturalista francês direcionava a atenção às formas históricas de regulação dos sujeitos, do manejo das relações familiares, das crianças, da sexualidade, dos corpos e dos desejos (Foucault, 2008). Pensar o paradigma da marca a partir de tal engrenagem, entre um “governo de si” e um “governo dos outros”, ajuda a redirecionar a perspectiva a um campo clássico de análise social: a relação entre o mercado e o sujeito. As tradições marxistas⁴, principalmente os representantes da Escola de Frankfurt, enquadraram a indagação crítica desta relação pela sua ênfase na “falsa consciência” e na hipótese de uniformização das massas, causadas pela indústria cultural (Horkheimer e Adorno, 1969; Marcuse, 2004). Já os estudos pós-operaístas (Hardt e Negri, 2000; Lazzarato e Negri 2001; Arvidsson, 2006), feministas (Gil, 2009; McRobbie, 2009) e *queer* (Preciado, 2008; Engel, 2009; Bourcier, 2020), que investiram para fazer dialogar a análise das relações sociais sob o capitalismo contemporâneo⁵ com o pós-estruturalismo e o pensamento de Foucault, conseguiram complexificar o quadro da crítica. Sobretudo, revelaram como o poder econômico atravessa corpos, desejos e emoções dos sujeitos.

Baseado nesta ampliação da crítica às formas de subjetivação sob o capitalismo contemporâneo, enfatizaremos uma epistemologia interseccional (Hill Collins e Bilge, 2016) que se preocupa em identificar as maneiras pelas quais não apenas a classe social, mas sobretudo o gênero, a sexualidade e a raça se apresentam como vetores intimamente conectados à conduta da marca. Quais são os sujeitos e grupos sociais preferencialmente acessados e mobilizados pelo

4 Para a relação entre a noção de governamentalidade de Foucault e o marxismo, ver Lemke (2017).

5 Esses estudos têm focado, principalmente, em fenômenos de controle e subjetivação característicos do neoliberalismo.

poder da marca? Quais são as conexões entre os efeitos das estratégias de marca e a (re)produção de desigualdades de gênero, raça, classe, assim como da heteronormatividade? Com o fim de dar um contorno às estratégias e aos saberes envolvidos na trajetória da marca, lançaremos mão de diferentes exemplos históricos e de uma revisão bibliográfica elaborada com referência em minha pesquisa de doutorado (Wasser, 2017). Nesse caminho, percorremos certos produtos e marcas, mas, sobretudo, chamaremos atenção para o papel dos desejos, corpos e emoções enquanto sítios ao mesmo tempo do mercado e da crítica.

Como as mercadorias obtiveram vida própria

Dada a complexidade da questão sobre o que a marca exatamente é ou significa (Manning, 2010), é difícil rastrear sua aparição histórica em totalidade. No entanto, há forte evidência de que as atividades comerciais que emergiram durante a industrialização ocidental no Século XIX abriram caminho para o que hoje conhecemos como marca. McClintock (1995) demonstrou o quanto cedo a propaganda e os espetáculos de mercadorias se expandiram sob o império vitoriano. Segundo suas análises, as mercadorias inglesas, como o sabão, faziam parte da missão civilizadora. Em serviço ao império, profissionais adequados – os hoje chamados publicitários – começaram a administrar os sinais e os sistemas das imagens do produto. Cartazes de propaganda e pacotes especificamente desenhados para produtos coloniais, como chocolate, café ou biscoitos, acessaram as casas de milhões de pessoas. O sabão, como McClintock argumenta, ganhou literalmente poderes mágicos e de fetiche (McClintock, 1995: 207). Como uma tecnologia que reivindicava purificação social, a propaganda do sabão impunha a ideia da superioridade ocidental, (re)inventando a diferença racial e a invisibilidade da mulher no processo de produção capitalista, como sua base de poder. Lavar o estigma da pele dos corpos não-brancos se tornou uma promessa racista de regenerar os supostamente ameaçados corpos da classe média. Além disso, a propaganda reforçava a noção vitoriana do lar que aprisionava as mulheres burguesas (McClintock, 1995: 216).

Para McClintock, a mercadoria doméstica tomou a forma de um agente histórico. Ela realizava um trabalho para o império, disseminando uma aspirada salvação moral e econômica, embora um outro aspecto das mudanças comerciais do Século XIX na Europa ocidental também tenha sido de grande impacto: a emergência dos centros comerciais. Junto à expansão de novos grupos de consumidores – especialmente as mulheres –, estes centros facilitaram a agência tomada pelas mercadorias. Em seu clássico *Au bonheur des Dames*

(1980[1883]), um documento rico para a história social, o escritor francês Émile Zola descreveu a emergência da loja de departamento. Retratou uma Paris do final do Século XIX, quando empresários burgueses induziam uma considerável mudança social, não só em termos de mercadoria, mas em relação aos papéis do gênero feminino (Nava, 1996: 72). Naquele período, a mulher burguesa seria novamente relegada aos reinos privados. Os investimentos dos varejistas urbanos em pretensas arquiteturas para suas lojas mudaram esta situação consideravelmente (Nava, 1996: 63). Esses novos palácios seduziam com suas modas lúcidas, oferecendo novos estilos de vida femininos, como diversão autônoma e passeios sem companhia masculina.

Mercadorias, tais como roupas, sedas ou lingerie, eram o cerne de esforços ainda recentes das marcas (Miller, 1981: 25). Ao seu redor, as lojas de departamento parisienses encenavam um ambiente ilustre, no qual as compras não eram mais obrigatórias e os clientes podiam entrar nas lojas gratuitamente. A interação entre arquitetura, publicidade e desenho das embalagens começava a ocupar um papel decisivo na apresentação e venda dos produtos. Esse era, provavelmente, o segredo de Boucicaut, o emblemático acionista de um dos mais elegantes palácios comerciais de Paris, o *Bon Marché*. Seus investimentos em edifícios intensamente iluminados revolucionaram antigas estratégias na promoção de vendas (Miller, 1981: 41), pois sua arquitetura continha mais do que simplesmente prazeres visuais para os consumidores. Historiadores concordam que as primeiras lojas de departamento começaram a utilizar técnicas que produziam ambientes sedutores e estimulavam as fantasias das pessoas (Nava, 1996: 66).

Ambos os aspectos, a publicidade de produtos e a nova arquitetura voltadas a estimular as compras, contribuíram para a emergência do paradigma da marca no começo do Século XX. Os produtos e mercadorias começaram a ser desenhados com o fim de serem incorporados pelos consumidores. Portanto, as mercadorias se transformaram em instrumentos afetivos que interviam, de forma imediata, nas relações sociais, tratassem elas do projeto colonial da supremacia branca, de uma nova autonomia para as mulheres burguesas através do consumo ou, simplesmente, de gostos culturais em relação a um produto específico. Os agentes das empresas do começo do Século XX estavam convencidos de que os produtos poderiam (e deveriam) orientar a prática social (Lury, 2004: 16). Porém, sua convicção não emergiu somente em função de seu poder econômico. As mercadorias também eram usadas enquanto tecnologias pedagógicas para transmitir mensagens sem a necessidade de textos ou livros. As ideologias coloniais materializadas em sabonetes exóticos, para retomar este

exemplo inicial, chegaram em famílias e grupos sociais carentes – as “massas” – que tinham pouco ou nenhum acesso à educação, portanto, tampouco a debates sociais, políticos, nem sequer científicos (McClintock, 1995: 209).

As intervenções de mercadorias cresceram e, principalmente, as firmas norte-americanas avançaram suas técnicas de *marketing* a fim de orientar as “massas”. A Coca-Cola, refrigerante americano mais famoso do mundo, obteve seu sucesso ascendente em torno de 1900 ao propagandear medicamentos patenteados. Como Pendergrast (2000) coloca,

Os fabricantes de medicamentos patenteados foram os primeiros empresários americanos a reconhecer o poder da frase de efeito, do logotipo e da marca registrada identificáveis, do endosso de celebridades, do apelo ao status social, da necessidade de se manter “eternamente nisso”. Por necessidade, foram os primeiros a vender imagem em vez de produto (Pendergrast, 2000: 11, *tradução nossa*).

Desconfortos físicos, tais como fadiga e dores de cabeça, foram apresentados como argumentos médicos de venda da Coca-Cola. No entanto, a imagem vendida pelo refrigerante também prometia a adoção de uma missão social ampla. Nos Estados Unidos, a transição de uma nação de fazendeiros rurais para uma sociedade urbana, assim como os grandes fluxos de imigração, havia desestabilizado a coesão social. Portanto, a Coca-Cola propagandear propositalmente seu refrigerante como sendo a bebida comum da nação: pessoas de todas as classes e grupos deveriam ser capazes de comprá-la (Pendergrast, 2000: 14). Dessa forma, o refrigerante espumante se tornou o ingrediente símbolo do sonho americano.

Em seguida, a consolidação das imagens das mercadorias, ocorrida na primeira metade do Século XX, foi acompanhada pela inovação tecnológica das mídias de massa: cinemas, periódicos, estações de rádio e novos canais de televisão abertos para propagandas. Em 1926, a companhia norte-americana General Mills lançou um dos primeiros “jingles”, uma canção de rádio composta exclusivamente – e repetida constantemente – para propagandear um cereal para o café da manhã, o *Wheaties* (Taylor, 2012: 84). A Bulova, fábrica de relógios de luxo, produziu o primeiro anúncio de televisão em 1940. Essas mudanças tecnológicas e seus impactos no cotidiano assim como na vida política foram tão intensas que se tornaram uma preocupação dos intelectuais críticos da época. Membros notáveis da Escola de Frankfurt viam no mercado de consumo e nos seus instrumentos de *marketing* a expressão de uma nova racionalidade do

capitalismo. Argumentavam que as necessidades e os pensamentos das pessoas estavam sendo manipulados, controlados e disciplinados pela “indústria cultural” (Horkheimer e Adorno, 1969: 152). Segundo eles, atitudes de oposição seriam neutralizadas, pois as identificações oferecidas pelas propagandas levavam a uma massiva uniformidade estética e ao “comportamento unidimensional” (Marcuse, 2004: 32).

A perspectiva negativa destes pensadores sobre a tecnologia⁶, bem como o tom apocalíptico e, ao mesmo tempo, elitista de suas teses sobre a decadência cultural, parece pouco útil para a análise dos meandros do capitalismo contemporâneo. No entanto, localizar os autores frankfurtianos como comentadores de sua época totalitária nos permite reconhecer um aspecto de seu argumento. Adorno, Horkheimer e Marcuse constataram que a cultura de consumo tinha começado a naturalizar um modo específico das pessoas acessarem e experienciarem as suas subjetividades. As escolhas sobre que produtos comprar ou que serviços utilizar se tornaram um fator considerável da vida social e das identidades. Profissionais de *marketing* produziam mercadorias que carregavam valores sociais atrativos, que somente poderiam ser acessados ou vistos de perto através da compra do produto. Como Marcuse indicou, as pessoas se reconheciam através das mercadorias que as rodeavam, fosse através dos seus carros ou dos seus eletrodomésticos (Marcuse, 2004: 29). Até os meados do Século XX, esse modelo de produção subjetiva – que veio criando novas necessidades de consumo de massa de forma autoritária – foi uma chave para a evolução das marcas. Empreendedores se esforçavam para engendrar socialmente “como as pessoas pensavam e se sentiam através de produtos comerciais de marca” (Holt, 2002: 71, *tradução nossa*).

A ciência comportamental e a virada para as necessidades do consumidor

Os anos do pós-guerra introduziram um afastamento das antigas fórmulas econômicas para se vender mercadorias. Até o meio do Século XX, os ideais de Gestão Científica⁷ dos processos de trabalho tinham dominado o mercado.

6 Naturalmente, a referência à Escola de Frankfurt não implica supor uma postura homogênea em relação à tecnologia. Especialmente, a obra de Walter Benjamin (1996) demonstra uma posição diferenciada e um pensamento complexo sobre a relação entre estética, ideologia e tecnologia. Apesar de que o autor tenha visto o perigo do fascismo tomar dispositivos tecnológicos, ele acreditava igualmente no seu potencial da emancipação social.

7 A Gestão Científica é vista como a inovação do engenheiro norte-americano Frederick Taylor, que recomendava racionalizar os processos de trabalho nas empresas e que teve enormes efeitos para as formas de subordinação e repressão dos trabalhadores (Santos, 2015).

Estes pensavam a relação entre produtores e consumidores de forma ao mesmo tempo mecânica e hierárquica, sendo, assim, bastante próxima à maneira com que Adorno, Horkheimer e Marcuse dirigiram suas críticas em relação à “traição das massas”. Esse modelo de cima para baixo perdeu território com o surgimento de uma revolução comercial nos anos 1960 (Lury, 2004: 18). Intelectuais orgânicos do mercado foram chamados a fim de substituir o foco das necessidades da companhia pelas necessidades do consumidor. “Satisfazer o cliente” se tornou a ideia prevalente que substituiria técnicas de marketing anteriores. Tal objetivo só podia ser atingido ao se saber mais sobre como as pessoas comuns percebiam, apropriavam-se e utilizavam de fato os produtos de uma determinada marca (Lury, 2004: 20).

O *marketing*, conseqüentemente, gerou um conglomerado de estudos científicos que ajudariam a se aproximar do consumidor. A ciência comportamental, principalmente a psicologia, tornou-se a aliada mais confiável desse empreendimento crescente. Entrevistas, discussões em grupo e testes se propunham a criar arquivos de informação que dariam novos *insights* sobre a personalidade e individualidade do consumidor. Tanto psicólogos como publicitários estavam bem conscientes das críticas ao capitalismo que foram feitas com respeito ao seu caráter autoritário. E, quase cnicamente, estes cientistas concederam aos consumidores uma capacidade que Marcuse lhes tinha negado. Os consumidores não eram mais olhados como seres passivos, mas, ao contrário, como indivíduos com esperanças e desejos próprios (Miller e Rose, 2008: 119). Como apontado por Miller e Rose, governar tais consumidores não significava conduzi-los sob uso de força nem os tratar enquanto bloco uniforme. Para além dos imperativos de lucro, as técnicas de *marketing* careciam de um conjunto de entendimentos sobre o comportamento humano. Estas técnicas identificavam as forças motrizes da agência do consumidor na psiquê específica de determinados grupos sociais, de sexo ou idade. Portanto, as mercadorias tinham que ser desenhadas e comercializadas através de promessas diversificadas e socialmente discerníveis (Miller e Rose, 2008: 139).

Essas tecnologias do *marketing* produziram novas relações entre conhecimento psicológico, consumidores e publicidade. Em primeiro lugar, o *marketing* tinha que ir além de características físicas do produto. Como se poderia vender sorvete no inverno ou convencer as pessoas sobre os benefícios do chocolate? Abordagens psicanalíticas pareciam fornecer novas respostas. Os prazeres dos alimentos foram conectados à infância e à expressividade dos impulsos humanos. Pesquisas de *marketing* sobre o sorvete indicaram que o seu modo de consumo se relacionava ao símbolo de aleitamento materno. Agindo como uma espécie

de substituto, tomar sorvete poderia aliviar ansiedades ou depressão. Assim, recomendações para se oferecer sorvete a pessoas em situações de estresse foram dirigidas a instituições tais como hospitais, cinemas e cantinas industriais (Miller e Rose, 2008: 123). Sob uma perspectiva psicanalítica, o alimento expressava desejos sexuais e sociais – um significado psicológico que também passou a ser abordado por profissionais de *marketing*. A propaganda do chocolate, por exemplo, prometia alçar desejos e ansiedades para aumentar as vendas. Seu sucesso, portanto, dependia da esperteza do marqueteiro em intermediar as propriedades do produto e a mensagem de remédio psicológico iminentemente atuante sobre as necessidades diárias dos consumidores (Miller e Rose, 2008: 124).

Em muitos casos, o conhecimento psicológico adquirido no serviço de *marketing* ampliou enormemente o foco de pesquisa. Ao invés de focar apenas em um produto específico e nos modos contíguos de sua utilização pelo consumidor, os estudos de psicologia social voltaram sua atenção especialmente para atitudes de certos grupos sociais. Mais uma vez, as mulheres ficaram entre os interesses principais. O *British Tavistock Institute for Human Relations* (TIHR), uma instituição que deu início a serviços de pesquisa de *marketing* nos anos 1950, operava um estudo de caso sobre o *marketing* de produtos caseiros para permanentes de cabelo. Seu intuito tratava de investigar as atitudes gerais e o comportamento das mulheres em relação ao seu cabelo (Miller e Rose, 2008: 125). Realizava entrevistas que apontavam certas “obsessões” com o cuidado capilar, cujas origens se relacionavam a ansiedades profundas em relação à “personalidade feminina”, expressas através de medos sobre danos ou perda de cabelo. Dessa forma, para as estratégias de *marketing*, recomendava-se adicionar aromas aliviadores de ansiedade à loção e, ainda, que se promovesse o produto caseiro para permanente, acompanhado de material escrito que expressasse confiabilidade por sua perícia técnica (Miller e Rose, 2008: 127).

Como Miller e Rose (2008: 129) enfatizam, no que concerne às técnicas de conduta, a relação entre o saber psicológico, a publicidade e a produção mudou consideravelmente a noção de escolha do consumidor. Em comparação ao modo de governo hierárquico, os indivíduos e grupos sociais passaram a ser conceituados com a capacidade de gerar significados próprios. Dessa forma, parecia insuficiente uma influência sobre o consumidor somente através de mensagens educativas e promessas de status social – como havia sido o caso do *Pears Soap* (marca de sabão) ou dos primeiros anúncios da Coca-Cola. Em primeiro lugar, tornou-se preciso diferenciar a escolha do consumidor da oferta do produto pretendido, estudado a partir de um grupo social específico e de suas manifestações diárias. O *marketing* de aspiradores de pó em meados do

Século XX, principalmente em países da Europa ocidental, dava especial atenção à carga física (e psicológica) que o trabalho doméstico exigia das mulheres da classe média. Sugerindo uma aliviação para a tarefa da faxina, instigavam-se supostas necessidades para mobilizar um determinado grupo de consumidores, as mulheres “do lar”. Embora alguns grupos de mulheres tenham elogiado tais inovações tecnológicas na época, a perspectiva atual reconhece o quanto essas tecnologias de *marketing* reproduziram a divisão sexual do trabalho. As marcas de aspirados de pó, ferros elétricos e de máquinas de lavar roupa se enquadraram em um processo de tornar o trabalho doméstico feminino uma mercadoria; entretanto, ao mesmo tempo, naturalizaram-no, novamente, como um trabalho não-remunerado (Huws, 2019).

A mídia e a fábrica social do cotidiano

Como mencionado acima, teóricos da escola de Frankfurt haviam expressado sua preocupação em relação aos efeitos da alienação decorrente da mídia e da assim chamada indústria cultural. Na avaliação deles, as pessoas se distanciariam das supostas condições reais de suas vidas e seriam literalmente captadas por uma falsa consciência. Hoje, tal crítica parece não só demasiadamente parcial nos sentidos analíticos, mas também insuficientemente complexa no que diz respeito às mudanças sociais que têm reformulado a relação entre mercado, mídia e subjetividade. Como ressalta Arvidsson (2006), as mudanças do Século XX acarretaram uma situação contemporânea em que grande parte da vida cotidiana se apresenta de forma completamente integrada, ou pelo menos referenciada, à cultura midiática. Ao invés de tentar separar analiticamente as duas esferas, é necessário partir do pressuposto de que estamos lidando com um certo amálgama entre mídia e vida cotidiana nas sociedades ocidentais, se quisermos reformular a reflexão crítica a respeito. Segundo as pistas de Arvidsson, a cultura midiática é hoje um canal que fornece “um ambiente (ou uma série de ambientes) dentro do qual a vida ocorre naturalmente” (Arvidsson, 2006: 13, *tradução nossa*). Esta observação não deve, obviamente, levar-nos a conceituar esse “natural” como algo abstrato ou a-histórico. Se considerarmos, como exemplo, a noção generalizada do amor romântico e como esta veio se tecendo através das indústrias do lazer ao longo do Século XX (Illouz, 2011) ou ainda a forma como os canais de YouTube estão funcionando como espaços para a negociação de intimidade, autoestima, autenticidade e relações de amizade (Berryman e Kavka, 2018), fica evidente que se trata de uma relação de subjetividade, mídia e mercado historicamente específica.

Focando os poderes que participam em moldar esta relação carregada de ambivalências, trazemos aqui a contribuição de alguns teóricos do pós-operaísmo⁸. Ainda que tenham recebido pouca atenção no que toca ao tema de marcas e consumo, eles oferecem um estimulante deslocamento de perspectiva sobre como rastrear a linha de desenvolvimento das engrenagens capitalistas. Os pós-operaístas partem da constatação de que os processos de produção industrial perderam o seu papel emblemático para a criação de valor. Segundo Hardt e Negri (2000), a “informatização” da economia os substituiu a nível mundial, agindo de modo a fundir os reinos da fábrica e da sociedade. O trabalho imaterial, argumentam, está no centro do controle capitalista. Seus produtos são principalmente conhecimento e comunicação, mas também sentimentos e relações sociais (Foltin, 2002: 07). Os pensadores do pós-operaísmo atuam na suposição de que o capitalismo *per se* não dispõe de recursos adequados de convencimento. Portanto, ele depende do engajamento social, da criatividade e necessidade das pessoas, de suas aspirações emancipatórias e até de lutas políticas. Diferente de outras linhas de pensamento de tradição marxista, é neste aspecto do trabalho que os pós-operaístas localizam não apenas opressão e controle, mas também potencial para novas formas de ação coletiva. Uma vez que o trabalho se apresenta como uma fábrica de sociabilidades, de coletividades espontâneas e de um «intelecto geral» (Hardt, 1996: 05), sua força se desdobraria antes e, potencialmente, além da captura capitalista.

Nesta linha de pensamento, Arvidsson (2006) desenvolve uma reflexão sobre as marcas. Para o autor, a invenção e a inserção de uma marca dependem de qualidades emocionais, estéticas e sociais não necessariamente produzidas em fábricas ou locais de trabalho, mas, em geral, nas práticas da vida cotidiana. O *branding* é de alguma forma um emblema: retrata o impulso do capitalismo para colocar em ação aquelas sociabilidades que são necessárias para sua sobrevivência, estimulando o que os pós-operaístas chamam a «fábrica social» das relações contemporâneas (Hardt e Negri, 2000: 284). Arvidsson avança ainda mais ao argumentar que, na nova forma de relação entre produção e consumo do período “informativo”, os consumidores contribuem ativamente com sua força de trabalho imaterial. Com a expansão da comunicação digital, impulsionada por gravadores, fotografias Polaroid ou câmeras de vídeo nos anos 1980, e mais tarde pelo surgimento da tecnologia de rede social dos anos 1990, a

8 Esta corrente teórica se baseia nos movimentos sociais dos anos sessenta e setenta na Itália, que foram chamados de operaísmo. A tese básica é a de que as lutas da classe trabalhadora funcionam – além de seus projetos emancipatórios – como o motor do desenvolvimento capitalista (ver Foltin, 2002).

participação dos consumidores foi intensificada de forma maciça. Esses meios de comunicação multiplicaram interativamente os sentidos possíveis atribuídos a certos produtos, “participando, de forma mais profunda, da vida cotidiana e convidando-se a serem implantados produtivamente em novas circunstâncias sociais” (Arvidsson, 2006: 28, *tradução nossa*).

Gestação de marcas é o nome do campo de saberes e práticas, voltado a compreender e participar no que as pessoas espontaneamente ou rotineiramente produzem como sociabilidades. Trata-se do desenvolvimento de estratégias que visam à criação de vínculos afetivos que fazem com que as associações sociais e subjetivas a um dado objeto coincidam com a criação de valor. Nas palavras de Arvidsson, a maior parte do trabalho de gestação de marcas consiste em gerir as relações e criações sociais nas quais os consumidores se engajam:

é garantir que o mundo social comum que eles produzem por meio da marca (um novo estilo de rua, uma experiência de união familiar no McDonald's, uma experiência de empoderamento com a Nike) se some à marca, inovando ou reproduzindo seu conjunto de qualidades desejadas (Arvidsson, 2006: 82, *tradução nossa*).

Ao mesmo tempo, o autor se distancia da ideia de que a gestação de marcas represente um o controle total e de que o seu uso se reduza aos “maus” interesses da economia privada (Arvidsson, 2006: vii). Se não existir mais produção subjetiva fora do contexto biopolítico informado por mercadorias, faz-se igualmente necessário ficar atento às diferentes formas de como tanto consumidores quanto produtores empenham o manejo da marca.

O papel dos estilos de vida e das posturas políticas

Por bastante tempo, a comunicação pública administrada por precursores históricos da gestação de marcas teve uma audiência estritamente definida: as classes médias. Ainda que aspiradores de pó, refrigerantes e carros fossem dependentes dos gastos da classe trabalhadora, sua estética referencial se originava no ambiente burguês e trazia a ideia de felicidade privada garantida pelo núcleo familiar. Com a mudança de estratégias para uma interação mais direta com os desejos dos consumidores, a gestão de marcas diversificou seus grupos-alvos. Uma vez que os profissionais do *marketing* queriam saber o que os consumidores “se tornaram” a partir dos produtos, começaram a desenvolver novos instrumentos que pudessem “antecipar uma certa atitude, modo de agir ou sentimento” (Arvidsson, 2006: 61, *tradução nossa*). A partir de seus

ícones, como o *cowboy* independente – o homem Marlboro – da década de 1950, os estilos de vida se tornaram um dos focos centrais da gestação de marcas. A soberania projetada para os consumidores foi direcionada de modo a criar formas particulares de vida, que ocasionalmente iam além dos limites específicos da classe social. Estilos de vida variados – dos cosmopolitas, dos jovens, das subculturas, dos descolados, dos exóticos ou até dos “perversos” – se tornaram novos meios por onde as marcas se instalaram e foram simbolicamente transmitidas.

Atores internacionais, como a *Starbucks*, obtiveram grande sucesso ao desenvolverem sua marca em torno da ideia de café como estilo de vida cosmopolita. De acordo com as percepções de Gaudio (2003), a mesma empresa conta com a fusão das conversas supostamente naturais das pessoas em torno do consumo comercializado do café. A “experiência do café” foi inventada a fim de fornecer um terceiro espaço aos clientes: um ambiente que sugerisse deixar de lado tanto o trabalho quanto o lar (Gaudio, 2003: 676). Como os próprios publicitários destacam, as pessoas precisam de interação social rotineiramente, e a *Starbucks* lhes oferece a possibilidade de se sentir “do mundo” (*out in the world*) em um local seguro e confortável. De fato, a marca de cafeteria atrai por meio de um rol de atividades possíveis: conversar com amigos, ler sozinho, escrever, ser criativo, ouvir à eclética música de fundo ou consumir suas linhas de cafés empacotados (Gaudio, 2003: 675). Com efeito, as conversas no café se tornaram bastante naturalizadas, de modo que se apresentam não somente como atividades livres, mas também como um espaço de interação social cosmopolita e “igualitário”. Ao mesmo tempo, a obrigação de se comprar café e a exclusão social que se opera em função do alto preço dessas bebidas são escondidos afetivamente dentro desta experiência do café (Gaudio, 2003: 683).

Apesar da existência de inúmeras técnicas da gestação de marcas, as quais não serão descritas aqui detalhadamente⁹, há um procedimento comum para a maioria delas. Como no exemplo da *Starbucks*, as imagens e aspirações pretendidas pela marca são destinadas a se espalhar por tecidos sociais já existentes – sejam estes de ambientes de sociabilidade, de grupos sociais ou movimentos políticos. A *Nike*, por exemplo, insere sua marca na subcultura do gueto urbano, representada pela música rap e por jovens dos subúrbios. Já a *Absolute Vodka*

9 Algumas das estratégias mais agressivas são chamadas de marketing “viral”, de “guerrilha” ou “discrição”. Até mais do que propagandas de estilos de vida, elas usam palavras e tópicos relacionados às marcas que são espalhados por canais de comunicação, como provedores de e-mails, Facebook ou outros grupos sociais específicos que supostamente a espalhariam a círculos sociais mais amplos (Arvidsson, 2006: 69).

está mobilizando técnicas similares para costurar sua marca dentro e através da cultura de festas gays. Para o discurso do *marketing*, tais estratégias são vistas como extremamente eficazes. Uma vez que a marca se estabelece dentro de um grupo ou estilo subcultural, acredita-se que seus consumidores “agem como se fizessem parte dela, ou como se fosse melhor agir no estilo daquele universo, ao utilizar bens carimbados com a marca em questão” (Arvidsson, 2006: 69, tradução nossa).

Pensadoras feministas têm chamado atenção para os efeitos ambivalentes desta instalação das marcas em universos juvenis e movimentos sociais. Reexaminando as subjetividades femininas, Gill (2009) e McRobbie (2009) observam uma mudança na representação contemporânea das mulheres jovens na cultura popular e na mídia. Exemplificada nas fotografias de Eva Herzigová para *Wonderbra*, em 1994, os corpos femininos não se apresentariam mais de forma passiva, mas como expressão de sujeitos de uma nova autonomia, referenciada como feminista. Mas esta representação, as autoras provocam, andaria paradoxalmente de mãos dadas com valores neoconservadores de gênero e que ainda comunicaria a submissão ao controle do mercado. Para estas autoras, as propagandas pós-feministas estariam considerando o feminismo ao mostrar que este era uma coisa do passado (McRobbie, 2009: 16). A incorporação de críticas e energias feministas se apresenta, no caso, de forma irônica. Integrada na marca, a força cultural e política do feminismo corre o risco de perder o seu efeito, já que a sua crítica da propaganda e da mídia vem sendo domesticada (Gil, 2009: 98).

Na mesma direção, vão as reflexões da teórica *queer* Engel (2009), que alerta sobre os efeitos de normalização econômica de pessoas LGBT no hemisfério Norte. Em um de seus exemplos, uma propaganda de carro da *Ford*, ela chama a atenção para as ofertas ambíguas do que chama de “integração projetiva” (Engel, 2009: 145). Por um lado, a propaganda da *Ford* apregoa seu engajamento com a parada LGBT em Colônia, promovendo sua empresa como uma marca de mente aberta. Ela usa uma linguagem de tolerância que pode ser facilmente absorvida pela hegemonia cultural da heterossexualidade. Contudo que os sujeitos LGBT sejam ali retratados em termos de parceria familiar e amor, eles não causam perturbação. Por outro lado, Engel enfatiza que esta integração seria parcial, pois há sujeitos que não se encaixam nem nestes termos domesticados de vivências LGBT nem nas expectativas neoliberais de sucesso individual e econômico.

Vale lembrar que nem sempre é possível destrinchar certas lutas políticas de sua relação com marcas ou nichos de mercado. Como tem mostrado França (2007) para o caso brasileiro, a expansão do empreendedorismo GLS (Gays,

Lésbicas e Simpatizantes) a partir de 1990 coincidiu com uma mudança nas formas com que o movimento LGBT definia e reivindicava sua identidade. Anteriormente enquadrada pelo vocabulário do gueto¹⁰, a mesma deixava o status de vítima em direção ao orgulho. Os mercados de lazer contribuíram na promoção da visibilidade desse projeto de tal forma que empresários passaram a se enxergar como ativistas ou estimuladores de uma “identidade positiva” (França, 2007: 299). Tais subjetividades LGBT, forjadas na interseção entre aspirações políticas e interesses do mercado, ainda se intensificaram na segunda década do Século XXI. Como se mostrou com base em um estudo de caso sobre uma empresa de moda brasileira (Wasser, 2015; 2017), até os desejos e aspirações dos vendedores estão entrando nas estratégias de uma marca que se comercializa pela diversidade LGBT. Neste contexto, as ambivalências se mostram por uma forte tensão encontrada pelos funcionários na sua construção de uma trajetória ao mesmo tempo profissional e pessoal. A grande maioria se identifica entusiasmadamente com as promessas da marca em abrir um espaço mais descolado, jovem, alternativo e LGBT – não apenas para os consumidores, mas também para eles enquanto representantes deste espírito. No curto e médio prazo, porém, muitos destes funcionários se desiludem de seus vínculos afetivos com a suposta causa. Além de limites retóricos da diversidade LGBT, muitos se depararam com a precariedade de seu emprego que profundamente limita a realização de seus desejos.

A marca corporativa que emociona

A ideia de que produtos e serviços são melhor promovidos por trabalhadores e publicitários que representem o mesmo “segmento” ou “perfil” social de seu público-alvo é uma fórmula consolidada nas estratégias de *branding*. Já bem antes do fenômeno LGBT citado acima, etiquetas de moda como *Tommy Hilfiger* ou *Benetton* começaram a sistematicamente contratar o tipo de pessoa para quem pretendiam vender. Como Arvidsson expõe, elas os encorajam a ler, viajar, sair e mergulhar na cultura de pares tanto quanto possível e assim fazer uso de suas percepções ao desenvolver novos estilos e modas (Arvidsson, 2006: 70, *tradução nossa*).

O que viria a ser conhecido como a marca corporativa emergiu como uma resposta empresarial às críticas desenvolvidas durante o Século XX. As empresas foram constantemente acusadas de serem extremamente impessoais,

10 Vale mencionar que, na época, o enquadramento político e histórico do movimento portava o nome movimento homossexual (Facchini, 2018).

organizadas de modo racional e, por isso, destrutivas para a vida social das pessoas. Inicialmente, as empresas responsabilizaram a área das relações públicas para mudar essa situação e criar uma imagem positiva da corporação. Com a virada governamental em direção ao comportamento do consumidor, os investimentos transcenderam essa área. Contratavam-se especialistas em símbolos, com o fim de moldar a “consciência” e a “alma” próprias da empresa como um todo (Arvidsson, 2006: 83). Esperava-se que isso também servisse para fortalecer o bem-estar e o comprometimento dos funcionários. Não por acaso, Deleuze referiu-se a esses procedimentos do *marketing* como exemplo do que ele observava no início da década de 1990: a passagem do que Foucault (1999) havia nomeado de sociedade disciplinar para a sociedade de controle, um processo de metamorfose cultural do capitalismo.

Informam-nos que as empresas têm uma alma, o que é efetivamente a notícia mais terrificante do mundo. O *marketing* é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente dos nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua (Deleuze, 1992: 224).

Tanto a rotação rápida como a intervenção ilimitada são características cruciais do governo do *branding* corporativo. O *marketing* se esforça principalmente em apagar as distinções entre trabalho e lazer, de forma que sua zona de controle aumente modularmente¹¹. Nessa lógica, o trabalho deve ser experienciado de acordo com o espírito da empresa, traduzindo-se em um estado de ânimo, no qual o trabalho se apresenta por uma gramática de emoções que perpassam a felicidade e a diversão.

Durante algumas décadas, a personagem da comissária de bordo simbolizou esta fusão de *lifestyle* com as estratégias do *branding*. Como Hochschild (2003) mostrou em seu estudo seminal sobre a *Delta Airlines*, o trabalho emocional realizado pelas comissárias de bordo nos anos 70 e 80 servia tanto para criar a imagem voltada para o mercado quanto para gerar motivação entre as funcionárias. Nas palavras de Hochschild, essa forma de trabalho levou ao fenômeno em que “parecer ‘amar o trabalho’ se tornou parte do trabalho” (Hochschild,

11 Gilles Deleuze definiu a *modulação* como a característica lógica da sociedade de controle, em contraste com os invólucros que tinham sido significativos nas sociedades disciplinares. Para Deleuze, a *modulação* é “como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (Deleuze, 1992: 220).

2003: 06, *tradução nossa*). A companhia *Delta Airlines* empreendeu enormes esforços para convencer seus clientes da genuinidade dos sorrisos de suas comissárias. Suas funcionárias foram, portanto, instruídas em sessões de treinamento em que aprendiam sobre atendimento ao passageiro. Como um objetivo geral, as comissárias eram imbuídas a criarem a sensação de conforto e bem-estar para o consumidor. Em outras palavras, eram estimuladas a produzirem um espaço afetivo na aeronave que remontava à sensação de um lar aconchegante.

O investimento emocional aí se desdobrava como a força motriz do processo modulado de *branding*, forjando a pretendida “alma” da *Delta Airlines*. Como as comissárias de bordo eram impelidas a orquestrarem tanto os seus próprios sentimentos como os dos passageiros, a rotina de trabalho se tornava uma experiência abrangente. De acordo com a pesquisa de Hochschild, as comissárias às vezes sofriam pelos efeitos causados por seus sorrisos. Ao chegar em casa após longa viagem, elas apresentavam dificuldade em conseguir relaxar. “É como se eu não pudesse me liberar da euforia artificial a que me manteve em alta durante a viagem” (Hochschild, 2003: 04, *tradução nossa*), relatou uma trabalhadora em seu primeiro ano. De certa forma, as comissárias sentiam a repercussão do mesmo investimento emocional que ativamente produziam: o entusiasmo em participar de um empreendimento glamouroso que se define pelo esforço corporativo da companhia aérea a fim de estimular as ideias de liberdade da classe média. Finalmente, essas sensações incitadas em torno da marca operavam como agentes que elevavam o compromisso da funcionária bem como a identificação do cliente com a marca.

O gênero corporificado do *branding*

A comissária de bordo era um caso emblemático de *branding* corporativo¹², pois ela tipificava os esforços organizacionais para encorajar seus funcionários a “produzir-se como membros da organização, e assim produzir a organização mesma” (Arvidsson, 2006: 88, *tradução nossa*). Apesar das emoções continuarem exercendo um papel crucial nas formas de subjetivação de marcas contemporâneas, pesquisas mais recentes mostram que elas não são os únicos fatores. A própria comissária de bordo, vista de outro ângulo analítico, é igualmente demandada a utilizar o seu corpo, ou melhor, a pôr em movimento sua performance de gênero de acordo com as expectativas culturais de feminilidade. Como extensão do foco de Hochschild no trabalho emocional, Tylor e

12 Sobre o declínio desta figura no caso da companhia aérea brasileira *Varig*, ver o estudo de Castellitti (2019).

Hancock (2001) alegam que a exposição contínua das atendentes de voo à olhada do cliente – este imaginado como masculino heterossexual – as obriga a domesticarem seus corpos de determinadas maneiras. Elas devem “andar com leveza” pelos corredores da cabine e “sempre sorrir” para os passageiros (Tyler e Hancock, 2001: 31). Organizações, assim, muitas vezes (re)produzem as hierarquias que dizem respeito às relações de gênero (Acker, 1990). A construção de feminilidades e masculinidades representam vetores decisivos das diferentes estratégias típicas do *branding* contemporâneo.

A FARM, uma das marcas brasileiras mais bem sucedidas do segmento de moda feminina de classe alta, por exemplo, utiliza o conceito de “beleza natural feminina”. O corpo das suas vendedoras, de suas modelos nos anúncios e o grupo alvo de consumo convergem no que se projeta na “garota zona sul carioca”: uma menina alta, magra, na faixa dos vinte anos, branca e levemente bronzada. Kátia, cofundadora da marca, vê o sucesso da FARM em função da sua estratégia de contratar meninas jovens, as “garotas mais bonitas”. Ela observa que as funcionárias são as melhores “vitrines”, a coisa mais importante quando um cliente entra na loja: “É mais importante do que qualquer coisa, pois é o produto vivo, que pode dizer quem a marca é, pra quem ela é” (Carvalho, 2014: 82). A FARM tem um público-alvo bastante restrito. Sua “autêntica” garota carioca é a filha da elite socioeconômica do Rio de Janeiro que adora passar tempo na praia e pedalar uma bicicleta elétrica, usando vestidos leves e graciosos. Seu corpo implica um estilo de vida fácil e sem preocupações, uma pessoa, como dizem os donos da marca, que “estuda nas melhores universidades da cidade” e frequenta os “lugares mais bacanas” (Carvalho, 2014: 81).

A centralidade da encenação de certas feminilidades (e masculinidades) para se forjar o espírito de uma marca ainda recebeu pouca atenção sociológica no que diz respeito aos esforços corporais e afetivos por parte dos sujeitos envolvidos. No caso da *Visibly Hot*, também atuando no segmento de moda, pôde-se mostrar que uma forma contemporânea do *branding* repousa sobre a criação de técnicas de venda afetivas que mobilizam o flerte e a sedução (Wasser, 2015; 2017). Além de instruídos por treinamentos mensais, os funcionários vêm sendo motivados a desenvolverem as suas próprias estratégias de venda sob uso de estilização dos seus corpos e de sua mobilização afetiva. As dinâmicas daí resultantes contribuem mais uma vez ao espírito da “diversidade” (LGBT, alternativa, jovem, descolado, atraente) da marca. Trata-se do universo dos desejos que, como já indicado pelo aspecto do trabalho emocional, ganhou cada vez mais destaque para as fontes “vivas” do capitalismo contemporâneo. É este também o ponto de Preciado (2008), quando insiste que estaríamos imersos nas tensões

ambíguas da “era farmacopornográfica”. De acordo com a sua hipótese, tanto a indústria farmacêutica quanto a indústria pornográfica colocaram os desejos sexuais a seu serviço. Estes seriam celebrados, multiplicados e incitados, mas simultaneamente particularizados como “realidades tangíveis” (Preciado, 2008: 32). Como ilustram os exemplos de *Viagra*, *Playboy* e *Testogel*, a intensificação dos desejos não tem necessariamente um efeito libertário. Em muitos casos, os desejos sexuais estimulados pelas indústrias farmacopornográficas que permeiam a circulação midiática contemporânea estão reproduzindo o falocentrismo, a subordinação feminina ou a afetividade heteronormativa.

Igual à abordagem feminista e pós-operaísta dos processos de comercialização, a perspectiva *queer* de Preciado assume uma tensão profundamente ambivalente entre subjetividade e mercado. O controle farmacopornográfico – e, para os nossos fins, o poder da marca – pode atravessar os corpos, incitando-os a aumentarem os seus prazeres e os guiando para caminhos da (hetero)normatividade e da desigualdade de gênero. Ao mesmo tempo, os desejos continuam sendo instâncias de conturbação e contestação, já que nunca fluem de forma completamente capturados pelo mercado. Preciado mostra isso pelo seu radical projeto da aplicação de *Testogel*, uma estratégia voltada para “frustrar” o controle heteronormativo e cisgênero que permeia o capitalismo farmapornográfico. Mas há outras evidências de que as subjetividades almeçadas pelo capitalismo se desdobram de formas ambivalentes. A incitação dos afetos, como se mostrou no caso de vendedores de moda (Wasser, 2015), pode resultar em excessos contraprodutivos, como ciúmes e outras frustrações, que atrapalham a lucratividade. Além disso, há fortes indícios de que o ativismo de marca (Manfredi-Sánchez, 2019) não se exaure em exploração. Nos casos em que uma marca se enreda com movimentos sociais e suas reivindicações, isto pode ter efeitos momentâneos de fortalecimento sobre as subjetividades emergentes. As experiências do caso dos funcionários da *Visibly Hot* (Wasser, 2016) ressaltaram que, apesar das precariedades enfrentadas, a conexão com a empresa podia desencadear momentos de autonomia e reconhecimento de subjetividades LGBT e negras.

Considerações finais

A visita a diferentes momentos históricos da tecnologia da marca desde os fins do Século XIX até os dias atuais evidenciou que é difícil supormos relações sociais contemporâneas nas sociedades ocidentais que não sejam de alguma forma afetadas, influenciadas ou envolvidas pelo mercado. Isto se aplica não apenas a entidades como movimentos sociais ou subculturas, mas também aos

territórios dos corpos e dos fluxos das emoções. Do nosso ponto de vista, no entanto, não cabe concluir que os sujeitos se tornam unidimensionais, acrílicos ou ainda alienados. No presente artigo, esboçou-se uma perspectiva crítica à marca que desafia a suposta natureza da relação entre subjetividade e mercado sob as condições histórico-culturais do capitalismo contemporâneo, tentando superar o reducionismo que tais empreendimentos analíticos frequentemente herdaram da Escola de Frankfurt. Neste empreendimento, mostramos como os estudos pós-operaístas e os estudos feministas e *queer* ajudam a afiar a visão crítica para as ambivalências que se abrem no âmbito sujeito-mercado e que abrangem tanto novas formas de precariedades quanto recentes formas de habilitação.

A referência a diferentes episódios históricos ainda mostrou que a relação das marcas com grupos socialmente oprimidos ou desfavorecidos tem mudado de forma considerável. Enquanto em suas origens a mercadoria e o consumo em massa agiram como cúmplices de ideários racistas e sexistas, hoje mostra-se o oposto: muitas marcas se apresentam, pelo menos retoricamente, como atores dos campos antirracista, feminista e LGBTQI+. A experiência mais recente disso, no entanto, mostra que é necessário reformular a crítica – ainda necessária – do governo da marca. Por um lado, a crescente representação de subjetividades negras, feministas e LGBTQI+ no âmbito das marcas tem efeitos de habilitação; porém, ao mesmo tempo, pode contribuir a uma consolidação neoliberal de sucesso, autenticidade e autorrealização, se não perguntarmos até que ponto essa participação abre ou não um campo de direitos para estes grupos. Por outro lado, tem-se observado que a celebrada inclusão mercantil de subjetividades negras, feministas e LGBTQs no mercado de trabalho por vezes obscurece a questão da continuação do trabalho precário e, portanto, de estruturas de desigualdade oriundas do capitalismo. Estes aspectos altamente ambivalentes devem ser considerados para pesquisas futuras, especialmente quando se trata de entender como os movimentos sociais se apropriam das marcas e assim também mudam sua natureza.

Referências:

- ACKER, Joan. Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations. *Gender & Society*. Chicago, v. 4, n. 2, 1990, pp. 139-158.
- ARVIDSSON, Adam. *Brands. Meaning and value in media culture*. London & New York, Routledge, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1996.

- BERRYMAN, Rachel; KAVKA, Misha. Crying on YouTube: Vlogs, self-exposure and the productivity of negative affect. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*. Thousand Oaks, v. 24, n. 1, 2018, pp. 85-98.
- BOLTANSKI, Luc; Chiapello, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- BOURCIER, Sam. *Homo.Incorporated. O triângulo e o unicórnio que peida*. São Paulo, n-1 edições, 2020.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York/London, Routledge, 1990.
- CARVALHAL, André. *A moda imita a vida: como construir uma marca de moda*. São Paulo, Estação das Letras e Cores, 2014.
- CASTELLITTI, Carolina. O naufrágio da Varig: bifurcações biográficas, desilusão e quebra do futuro. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, Buenos Aires, n. 3, v. 5, 2019, pp. 01-24.
- COMAROFF, John L.; COMAROFF, Jean. *Ethnicity, Inc.* Chicago & London, The University of Chicago Press, 2009.
- DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle*. In: *Conversações*, São Paulo, Editora 34, 1992, pp. 219-226.
- ENGEL, Antke. *Bilder von Sexualität und Ökonomie. Queere kulturelle Politiken im Neoliberalismus*. Bielefeld, transcript, 2009.
- FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, Alameda, 2018, pp. 311-330.
- FOLTIN, Robert. Immaterielle Arbeit, Empire, Multitude. Neue Begrifflichkeiten in der linken Diskussion. Zu Hardt/Negrís “Empire”. *grundrisse. zeitschrift für linke theorie & debatte*. Wien, v. 2, 2002, pp. 6-20.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, Belo Horizonte, v. 13, n. 28, 2007, pp. 289-311.
- GAUDIO, Rudolf P. Coffeetalk: Starbucks™ and the commercialization of casual conversation. *Language in Society*, Cambridge, v. 32, 2003, pp. 659-691.
- GILL, Rosalind. Supersexualize Me!: Advertising and the ‘Midriiffs’. *Mainstreaming Sex. The Sexualization of Western Culture*. Feona Attwood (Ed.). London/New York, I.B.Tauris, 2009, pp. 93-110.

- HARDT, Michael. Introduction: Laboratory Italy. *Radical thought in Italy: a potential politics*. Paolo Virno and Michael Hardt (Eds.). Minneapolis MN, University of Minnesota Press, 1996, pp. 01-11.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge MA/London, Harvard University Press, 2000.
- HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Malden, Polity Press, 2016.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 2003.
- HOLT, Douglas B. Why Do Brands Cause Trouble? A Dialectical Theory of Consumer Culture and Branding. *Journal of Consumer Research*. Chicago, n. 29, v. 1, 2002, pp. 70-90.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente. Mit einem Nachwort von Jürgen Habermas*. Frankfurt am Main, S. Fischer Verlag, 1969.
- HUWS, Ursula. The hassle of housework: Digitalization and the Commodification of Domestic Labour. *Feminist Review*. Thousand Oaks, n. 123, 2019, pp. 8-23.
- ILLOUZ, Eva. *O Amor nos Tempos do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- LEMKE, Thomas. Foucault, governamentalidade e crítica. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 24, n. 1, 2017, pp. 194-213.
- LURY, Celia. *Brands. The logos of the global economy*. London & New York, Routledge, 2004.
- MANFREDI-SÁNCHEZ, Juan Luis. Brand activism. *Communication & Society*. Pamplona, n. 32, v. 4, 2019, pp. 343-359.
- MANNING, Paul. The Semiotics of Brand. *Annual Review of Anthropology*. Santa Cruz, n. 39, 2010, pp. 33-49.
- MARCUSE, Herbert. *Der eindimensionale Mensch. Studien zur Ideologie der fortgeschrittenen Industriegesellschaft*. Springe, zu Klampen Verlag, 2004.
- MCCLINTOCK, Ann. *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. New York, Routledge, 1995.
- MCROBBIE, Angela. *The Aftermath of Feminism. Gender, Culture and Social Change*. London/Thousand Oaks/New Delhi/Singapore, SAGE, 2009.
- MILLER, Michael B. *The Bon Marché: Bourgeois Culture and the Department Store, 1869-1920*. Princeton/Chichester, Princeton University Press, 1981.
- MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. *Governing the Present: Administering Economic, Social and Personal Life*. Cambridge UK/Malden MA, Polity, 2008.

- NAVA, Mica. Modernity's Disavowal: Women, the City and the Department Store. *Modern Times. Reflections on a century of English modernity*. Mica Nava; Alan O'Shea (Eds.). London/Thousand Oaks/New Delhi, SAGE, 1996, pp. 56-91.
- PENDERGRAST, Mark. *For God, Country and Coca-Cola: The Definitive History of the Great American Soft Drink and the Company that Makes it*. New York, Basic Books, 2000.
- PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid, Espasa, 2008.
- SANTOS, Cleito Pereira dos. Trabalho, controle e subordinação: o taylorismo-fordismo como modo de organização da autoridade do capital no Século XX. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Juiz de Fora, v. 8, n. 19, 2015, pp. 106-120.
- TAYLOR, Timothy. *The Sounds of Capitalism. Advertising, Music, and the Conquest of Culture*. Chicago, The University of Chicago Press, 2012.
- TYLER, Melissa; HANCOCK, Philip. Flight Attendants and the Management of Gendered 'Organizational Bodies'. *Constructing Gendered Bodies*. Kathryn Backett-Milburn; Linda McKie (Eds.). Basingstoke, Palgrave, 2001, pp. 25-38.
- WASSER, Nicolas. Afetos ao trabalho – Notas sobre a sedução da subjetividade em uma empresa brasileira de moda. *Cadernos Pagu*. Campinas, 2015, pp. 401-427.
- WASSER, Nicolas. Regulating Sexy Subjects: The Case of Brazilian Fashion Retail and Its Affective Workforce. In: HOFMANN, Susanne; MORENO, Adi. (Eds.). *Intimate Economies. Bodies, Emotions, and Sexualities on the Global Market*. New York: Palgrave, 2016, pp. 57-78.
- WASSER, Nicolas. *The promise of diversity. How Brazilian brand capitalism affects precarious identities and work*. Bielefeld: Transcript, 2017.
- ZOLA, Émile. *Au Bonheur des Dames*. Paris, Éditions Gallimard, 1980 (1883).

Recebido em: 12/01/2021

Aprovado em: 12/05/2021

Como citar este artigo:

- WASSER, Nicola. O gênero da marca – Repensando a relação entre subjetividade e mercado. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 249-272.



Dimensões da branquitude na política de oferta de vagas do Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Mato Grosso

Maria Auxiliadora de Almeida Arruda¹

Resumo: O racismo institucional assegura a manutenção do privilégio da branquitude. Baseado em pesquisa bibliográfica e documental, este artigo se propõe a investigar se e como o modelo de reserva de vagas adotado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), no período de 2008-2018, legitima o privilégio racial branco ou se, ao contrário, contribui para o seu desmantelamento, conforme objetivos originais das políticas de ações afirmativas. Observou-se que o uso de critério socioeconômico e não racial (2009-2012) e categorias de classificação local nos editais e formulários de inscrições (2012-2018) privilegiou, ostensivamente, o grupo branco e serviu ao enfraquecimento das ações afirmativas.

Palavras-chave: Ideologia do branqueamento; Relações raciais; Lei n. 12.711/2012; Educação profissional; Desigualdades sociais.

Whiteness dimensions in the vacancy offer policy of the Federal Institute of Professional, Scientific and Technological Education of Mato Grosso

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Avançado Diamantino/MT – Brasil – maria.almeida@dmf.ifmt.edu.br – <https://orcid.org/0000-0003-3443-5099>.

Abstract: *Institutional racism maintain the privilege of whiteness. Based on bibliographic and documentary research, this article investigates whether and how the vacancy reserve model adopted by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT), in the period 2008-2018, legitimizes the white racial privilege or if, on the contrary, it contributes to its dismantling, according to the original objectives of the affirmative action policies. It was observed that the use of socioeconomic and non-racial criterion (2009-2012) and categories of local classification in the edicts and registrai-os forms (2012-2018) ostensibly privileged the white group and served to the weakening of affirmative actions.*

Keywords: *Whitening ideology; Race relations; Law n. 12.711/2012; Professional education; Social differences.*

Dimensiones de branquitud en la política de oferta de vacantes del Instituto Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica de Mato Grosso

Resumen: El racismo institucional asegura el mantenimiento del privilegio de la blancura. Con base en una investigación bibliográfica y documental, este artículo se propone investigar si y cómo el modelo de reserva de vacantes adoptado por el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Mato Grosso (IFMT), en el período 2008-2018, legitima el privilegio racial blanco o si, por el contrario, contribuye a su desmantelamiento, de acuerdo con los objetivos originales de las políticas de acción afirmativa. Se observó que el uso de criterios socioeconómicos y no raciales (2009-2012) y categorías de clasificación local en los avisos y formularios de registro (2012-2018) privilegiado ostensiblemente al grupo blanco y sirvió para debilitar las acciones afirmativas.

Palabras clave: Ideología blanqueadora; Relaciones raciales; Ley n. 12.711/2012; Educación profesional; Diferencias sociales.

Introdução

A ideia de raça é uma construção social. O racismo é constitutivo da nossa formação social e um princípio organizador de todas as relações sociais, de tal maneira que, em escala global, divide tudo entre as formas e os seres superiores (homem branco, europeu, civilizado, acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (negros, selvagens, bárbaros, abaixo da linha do humano), estabelecendo o privilégio racial da brancura (Du Bois, 1999; Gilroy,

1993; Quijano, 2005; Fanon, 2008; Hall, 2016, Silvério, 2018; Bernardino-Costa e Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018).

Na década de 1950, o sociólogo Guerreiro Ramos criticou os estudos das relações de raça no Brasil centrados no negro como tema feitos por sociológicos adeptos ao biologismo e propôs uma inversão ao estudar a branquitude como uma patologia social e a normalização do padrão branco em nossa sociedade. “No plano ideológico, é dominante ainda a brancura como critério de estética social” (Ramos, 1995: 171-172). Para o autor, a minoria dominante de origem europeia usou a força, a violência e um sistema de pseudojustificações de estereótipos ou de processos de domesticação psicológica para afirmar a dogmática da excelência da brancura e da degradação estética da cor negra.

Nesse sentido, o patológico seria a identificação do branco brasileiro com o padrão estético europeu e a permanência desses dogmas após a abolição, quando se produziu situações de absorção quase que completa da minoria branca, por um “processo de miscigenação e de capilaridade social” (Ramos, 1995: 175). A sua compreensão da branquitude no Brasil o leva a afirmar que “não há mais entre nós coincidência entre raça e classe” (Ramos, 1995: 173).

Na educação brasileira, a diferença no acesso a níveis de ensino pela população é segmentada por cor/raça e é intensificada nos anos e níveis mais avançados da escolarização (IBGE, 2010). Portanto, a categoria raça não é socialmente neutra, mas se trata de um critério de hierarquização social, de modo que as oportunidades educacionais e as chances de vida inferiores a que estão expostos aqueles considerados não brancos em decorrência do racismo e discriminação racial, passado e presente, acompanham-nos ao longo de toda a sua trajetória de vida (Silva e Hasembaig, 1992).

Desse modo, a branquitude é um processo de construção social de significados, um lugar de neutralidade racial do branco, bem como de expressão de poder e privilégio racial, econômico, político, social, material e simbólico (Azevedo, 1987; Giroux, 1999; Frankenberg, 2004; Bento, 2005; 2014; Schucman, 2012; Piza, 2014; Carone, 2014). Um lugar de vantagem em sociedades estruturadas na dominação racial, que se desloca dentro de denominações étnicas ou de classe (Frankenberg, 2004; Bento, 2014).

Ademais, neste estudo, a branquitude se refere à forma como os sujeitos brancos se apropriam da categoria raça e do racismo na constituição de suas subjetividades e, ao se apropriarem, acreditam que “ser branco” determina características morais, intelectuais e estéticas dos indivíduos que os distinguem de outros (Arruda, 2020).

Esse lugar de poder e privilégio racial – branquitude – é protegido por um silêncio que não é apenas o não-dito, mas aquilo que é apagado, pelo silêncio da opressão (Bento, 2005; 2014). Reconhecer que a desigualdade social entre brancos e negros é fruto do racismo e da discriminação racial tem levado à implementação de políticas de ações afirmativas que visam corrigir o efeito dessa discriminação (Bento, 2005).

A adoção de políticas públicas de ação afirmativa no Brasil é decorrente de estudos acadêmicos produzidos nas décadas de 1970, 1980 e 1990 sobre a natureza das desigualdades raciais, da ação política do Movimento Negro e das agendas internacionais antirracistas, como a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada no ano de 2001 pela Organização das Nações Unidas em Durban, África do Sul, que reconheceu a existência do racismo e a necessidade de implementação de políticas globais voltadas à igualdade plena e erradicação do racismo e da discriminação racial. Assim, atualmente, a política mais relevante, no contexto das desigualdades educacionais entre grupos étnico-raciais e socioeconômicos, é a reserva de vagas para o acesso às universidades e IFs, implementada pela Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012², conhecida como a Lei de Cotas.

Essa política implica na contraposição das desigualdades educacionais causadas pela distribuição desigual da riqueza econômica aliada ao não reconhecimento de grupos sociais que fazem parte de nossa formação social e do círculo vicioso do racismo institucional impregnado nas políticas públicas, instituições e práticas cotidianas (Silvério, 2002), a exemplo da branquitude fundamental e silenciosa de nossas instituições e práticas sociais (Bento, 2014).

Racismo institucional se refere às práticas exclusionárias motivadas por um discurso racista anterior, silenciado posteriormente, mas institucionalizado de modo a garantir a continuidade daquelas mesmas práticas (Miles, 1989). No Brasil, Silvério (2002) argumenta que há vínculos entre o racismo institucional e a política estatal, pois o Estado esteve presente na configuração sociorracial da força de trabalho no momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, quando não desenvolveu nenhuma política pública voltada à população ex-escrava para integrá-la ao novo sistema produtivo. “Daí poder afirmar que a presença do Estado foi decisiva na configuração de uma sociedade livre que se funda com profunda exclusão de alguns de seus segmentos, em especial da população negra” (Silvério, 2002: 225).

2 Ao longo do texto, também faz-se referência a essa lei usando o termo reserva de vagas, constante na própria Lei.

Historicamente, a educação profissional, enquanto uma política educacional de Estado, responde a objetivos e finalidades de um dado contexto e organização local, voltados ao fortalecimento do poder político, cultural e econômico e seus arranjos produtivos locais e à formação de trabalhadores. E, em sua trajetória inicial, possibilitou o treinamento técnico e manual, com vistas à exploração de trabalhadores no processo de industrialização, através de políticas educacionais criadas e financiadas pelo Estado (Freitag, 1980; Azevedo, 1987).

A educação profissional é uma política de Estado voltada à formação de força de trabalho para o mercado no Brasil. Na comemoração dos 100 anos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), o Ministério da Educação (MEC) publicou um histórico da formação do trabalhador no Brasil, no qual ressalta que, originalmente, a oferta da educação profissional foi dirigida a grupos sociais historicamente discriminados e reconhece o enfoque preconceituoso e excludente contido nas suas primeiras legislações, afirmando a tentativa de sua superação, especialmente através da expansão da RFEPCT e dos Institutos Federais (IFs), criados pela Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Assim, a RFEPCT, que historicamente surgiu atrelada ao projeto nacional de desenvolvimento da industrialização para atender às demandas tecnológicas de formação de força de trabalho buscadas por empresários nacionais e às expectativas de ascensão social dos trabalhadores, expandiu-se, consolidou-se e sofreu mudanças no decorrer dos anos. Atualmente, ela é vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelos IFs e por instituições que não aderiram ao modelo IF, a saber: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II. É nesse contexto que está sendo compreendida a criação e implantação da RFEPCT e, por extensão, dos IFs.

Pode-se dizer que a RFEPCT, em sua trajetória de formação de trabalhadores, ofertou ensino público, primário e profissionalizante às crianças pobres, geralmente negras, nas Escolas de Aprendizizes Artífices (EAAs), por sua vez, transformadas a partir de 1950 em escolas técnicas, que passam a ofertar o ensino técnico em todos os níveis da educação básica e em todas as regiões do Brasil, na forma integrada³, ou seja, propondo-se a assegurar a formação geral

3 Assegurar, simultaneamente, a formação geral-propedêutica e as condições de preparação ao exercício de profissões técnicas, segundo Ciavatta (2006), significa remeter a educação técnica de nível médio a seus fundamentos científico-tecnológicos e histórico-sociais.

propedêutica e o preparo para o exercício de profissões técnicas aos filhos de trabalhadores, com o objetivo de atender aos interesses dos ciclos econômicos macros do país com uma mão de obra mais especializada. Mais tarde, essas escolas são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), com oferta de ensino técnico em detrimento da formação integrada e de cursos de graduação e pós-graduação.

Atualmente, essas instituições, que já existiam, em sua maioria compõem os IFs criados pela Lei n. 11.892/2008. “No entanto, são instituições com características e objetivos bem mais abrangentes do que aquelas que lhes deram origem, permitindo sua análise como uma nova arquitetura acadêmica” (Otranto e Paiva, 2016). Conforme a Lei n. 11.892/2008, os IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, de oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, preferencialmente na forma integrada e com a finalidade de formar e qualificar cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia (Brasil, 2008).

Com efeito, a trajetória da Educação Profissional Federal em Mato Grosso, construída por instituições com denominações e objetivos diversos, como: a EAAs de Mato Grosso (1909-1941), Escola Industrial (1941-1968), Escola Técnica (1968-2002), Centro Federal de Educação Tecnológica (2002-2008) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT (a partir de 2008), traz implicações para a sua política de oferta de vagas, especialmente com a implementação da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que regulamenta a reserva de vagas para o acesso às Universidades e aos IFs.

A referida Lei estabelece que as universidades e IFs devem reservar no mínimo 50% das vagas em todos os cursos e turnos para alunos que estudaram integralmente em escolas públicas. Dessas vagas, deve ser feita uma segunda reserva de vagas voltada para outras duas condições: 1) 50% para estudantes oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; e 2) uma proporção para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência que deve ser equivalente à soma dessas populações na Unidade da Federação em que se encontra a instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, esta discussão é resultado de um percurso teórico e metodológico que envolveu pesquisa bibliográfica e documental (leis, documentos, editais de processos seletivos para acesso aos cursos de nível médio integrado à formação profissional, dados coletados nos portais do MEC, da Rede Federal, IFs da região Centro-Oeste e IFMT), para um estudo sobre a política educacional da RFEPCT, relacionada à oferta de vagas, sobretudo com o objetivo de investigar se e como o

modelo de reserva de vagas adotado pelo IFMT, no período de 2008-2018, legítima o privilégio racial branco ou se, ao contrário, contribui para o seu desmantelamento, conforme objetivos originais das políticas de ações afirmativas.

A oferta da Educação Profissional e a construção da branquitude: um breve histórico

O IFMT tem sua gênese no início do Século XX, meados da Primeira República e no cenário econômico de desenvolvimento da industrialização, quando, pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, o Presidente Nilo Procópio Peçanha criou nas capitais dos Estados 19 Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), destinadas ao ensino profissionalizante, primário e gratuito, subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, com a justificativa de preparar os filhos de trabalhadores pobres à força de trabalho e torná-los úteis à Nação.

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação (Brasil, 1909).

A justificativa de oferta da educação profissional não faz uso explícito do termo raça, mas expõe um repertório de representações estereotipadas⁴ utilizadas para marcar a diferença racial e significar negativamente o “Outro” racializado, com o uso de palavras como “despreparo técnico e intelectual” e “ociosidade ignorante e propensão ao vício e ao crime”, que são sentidos e estereótipos sociais e morais, criados socialmente e na cultura, atribuídos ao negro e não ao branco (Hall, 2016).

Dávila (2006) afirma que, no Brasil, na primeira metade do Século XX, a expansão da educação pública foi guiada de forma explícita e implícita pelo pensamento racial e práticas racializadas, pois tornar a escola acessível aos brasileiros pobres e não brancos, historicamente excluídos do espaço escolar na sua maioria, deu-se pela lógica eugênica de educar – uma tentativa de “aperfeiçoar” a raça, criar uma população nacional “saudável e melhor” e elevada à categoria social de brancos, ou seja, embranquecida na sua cultura e, eventualmente, na

4 A estereotipagem é uma prática representacional que reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença e exclui tudo o que é diferente, ou seja, os tipos sociais fora da normalidade (Hall, 2016).

cor da pele e nacionalista. O autor ressalta que os negros eram equiparados à degeneração (falta de saúde, preguiça, criminalidade) apesar da política educacional ocultar a questão da raça. Como exemplo, na justificativa legal para as EAAs, o discurso sobre raça é transformado em uma prática cotidiana em que a raça não é evidente, mas sempre importante.

Assim, conforme Dávila (2006), no Brasil, essa ideologia de branqueamento se refere à: a) encarnação de ciência, modernidade, cultura e autodefinição europeia; b) associação da brancura à força, saúde, virtude e superioridade racial; e c) a crença de que a degeneração era uma condição adquirida e, portanto, remediável. Com efeito, os reformadores educacionais e formuladores de políticas públicas – médicos e cientistas sociais – conferiram à educação pública princípios que vigoraram durante todo o Século XX, ou seja, as escolas públicas criadas foram transformadas em espaços “em que Séculos de suprematismo branco-europeu foram reescritos nas linguagens da ciência, do mérito e da modernidade. As escolas que eles criaram foram projetadas para imprimir sua visão de nação brasileira ideal, naquelas crianças sobretudo pobres e não brancas” (Dávila, 2006: 24).

Ademais, para Cunha (2000), a justificativa para criação das EAAs é positivista, com uma via ideológica conservadora e assistencialista e outra progressista, a do industrialismo, de modo que a educação profissional passa a ofertar o ensino industrial-manufatureiro destinado à formação de força de trabalho ligada à produção daqueles “que não tinham o mesmo sinal étnico da liberdade e da dignidade – a cor da pele” (Cunha, 2000: 90).

Conforme Azevedo (1987), a EAA foi criada no contexto das políticas imigracionistas racistas no Brasil que afirmavam a superioridade do branco europeu como trabalhador ideal para a industrialização do país e o tipo racial adequado para a formação de uma identidade nacional que extinguisse a inferioridade racial dos nacionais (pobres e descendentes em sua maioria de africanos), os quais deveriam receber o aprendizado profissional.

A inferioridade racial significava “incapacidade para o trabalho livre, baixo nível mental e irracionalidade; tendência para a vagabundagem, a bebida, o crime. Em resumo, a negação de tudo que era atribuído ao branco enquanto caracteres inatos” (Azevedo, 1987: 254). Pela mesma razão, Guerreiro Ramos (1995) critica a branquitude – normalização da ideologia da superioridade racial dos brancos vinculada a um sistema de pseudojustificações de estereótipos que perpetuam a inferiorização e a discriminação da maioria – ligada a um projeto emancipador de nação.

Para Carone e Bento (2014), a ideologia do branqueamento coincide com o início da industrialização no Brasil, como uma pressão cultural exercida pela

hegemonia branca, sobretudo após a abolição da escravidão, para que o negro negasse a si mesmo, no corpo e na mente, como condição para ter aceitação e mobilidade na nova ordem social. Bento (2014) relaciona branqueamento e branquitude e mostra que ambos se reforçam mutuamente para potencializar o racismo, que não é exposto, mas pressuposto nas representações que exaltam a invisibilidade da superioridade racial branca e a visibilidade da inferioridade racial, social e moral do outro racializado, ou seja, do negro.

A branquitude é construída socialmente como a identidade racial do branco brasileiro, *locus* de privilégio material e simbólico, de humanidade, neutralidade, poder, dominação e supremacia econômica, política, social e racial branca (Schucman, 2012; Carone, 2014; Bento, 2014; Piza; Rosemberg, 2014; Arruda, 2020). Como bem lembra Fanon (2008), esse processo resulta do colonialismo europeu que tem em seu cerne o preconceito, discriminação racial e a cisão ontológica como meio de imposição e afirmação violenta da superioridade racial branca como norma e referência de humanidade.

Kunze (2006), no estudo sobre a criação e organização da EAA, afirma que, em Mato Grosso, a EAAMT (1909-1941) ofertou ensino primário e profissionalizante aos pobres com objetivo de formação de força de trabalho manual e não de intelectuais. As EAAs foram renomeadas em Liceus em 1941, Escolas Industriais em 1942 e Escolas Técnicas Federais em 1959, com ensino profissional considerado de nível médio e com ingresso por exames de submissão destinado às classes menos favorecidas (Brasil, 2008). A Escola Técnica Federal de Mato Grosso – ETFMT (1968 a 2002) ofertou cursos de nível médio integrados à formação profissional.

Assim, em relação a quem se destina à educação profissional, o texto legal destaca apenas a classe. A raça não é mencionada, como se o problema limitasse à classe social. Em contraposição, Bento (2014) argumenta que, mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, de maneira que considerar que a raça possa estar subsumida, ou seja, diluída na classe social, é uma saída sempre utilizada, mesmo diante da constatação de que a pobreza tem cor, que os negros ocupam um lugar de desvantagem maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. Ademais, é importante enfatizar que a criação das escolas técnicas se deu no contexto de elaboração acadêmica e apogeu do mito da democracia racial por meio de Gilberto Freyre, sendo, portanto, inconveniente a exposição formal da raça nos argumentos das políticas públicas (Bento, 2014).

Conforme Bento (2014), em sua obra “Casa grande e senzala”, (1933), Gilberto Freyre identifica-se com os ideais da miscigenação e do branqueamento ao

dizer que a distância social entre dominantes e dominados modifica com o cruzamento inter-racial, que elimina as contradições, harmoniza as diferenças e dilui os conflitos. Assim, ele nega o preconceito e a discriminação, possibilitando a compreensão de que o insucesso do negro se deve a ele mesmo. Dessa maneira, a elite branca tem os argumentos para se defender e continuar a usufruir do privilégio racial. “Estes postulados constituem a essência do famigerado mito (ou ideologia) da democracia racial brasileira. Esse mito, ao longo da história do país, vem servindo ao triste papel de favorecer e legitimar a discriminação racial” (Bento, 2014: 48).

O ensino profissional passou por várias reorganizações, dentre as quais, as reformas educacionais conhecidas como Reforma Capanema – executadas na gestão do ministro da educação Gustavo Capanema entre 1934 e 1945 – que, em 1942, transformou as EAAs em escolas industriais e técnicas passando a ofertar o ensino profissional de grau secundário – ensino médio – para o qual, o acesso passou a depender de exames de seleção. Em 1959, essas escolas são transformadas em Escolas Técnicas Federais, com oferta de ensino profissional integrado à formação geral-propedêutica, voltada para o trabalho industrial especializado. O MEC, em documento que faz um histórico da formação do trabalhador no Brasil, assim justifica as Escolas Técnicas Federais: “Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização” (Brasil, 2009: 04).

Para Dávila (2006), o elo entre indústria e educação era mais do que casual, pois os reformadores da educação se valeram tanto das ciências aliadas à eugenia quanto de práticas de racionalização da força de trabalho na indústria no Brasil. O objetivo era criar um Brasil moderno pela aplicação de paradigmas racionais e científicos à organização da sociedade, por meio de atitudes e comportamentos reformados das classes populares. “Essas atitudes reformadas viriam não das próprias classes populares, mas de técnicos que seriam capazes de atuar como engenheiros sociais” (Dávila, 2006: 34).

Para Dávila (2006), as reformas educacionais expressavam um imaginário racial de construção de uma nação social e culturalmente branca. O ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, defendia a ideia da superioridade da “raça branca” em uma perspectiva cultural. A educação seria um meio de transmissão de noções básicas de saúde, higiene, comportamento e cultura, para embranquecer a nação e permitir que todos, independentemente de sua cor, fossem elevados à condição de brancos. Em outras palavras, na visão dos reformadores da educação, “educar” significava “melhorar” e “progredir”, que, por sua vez, era equiparado a “embranquecer”. Como exemplo, a educação secundária ofertada

na escola considerada modelo, o Colégio Pedro II – equiparado aos IFs pela Lei n. 11.892/2008 – ofertava ensino a um grupo reduzido de pessoas, das quais os sonhos de ascensão social eram permeados pelos valores da branquidade – virtudes desejadas de saúde, cultura, ciência e modernidade.

Ademais, com a oferta do ensino profissional integrado à formação geral-propedêutica, as escolas técnicas federais adquiriram qualidade de ensino (Ciavatta, 2006; Arruda, 2010, Turmena e Azevedo, 2017) despertando o interesse das camadas médias que viram nessas escolas a oportunidade de obter uma formação preparatória consistente para os vestibulares (Arruda, 2010). Todavia, quando os alunos mais bem preparados passaram a concorrer pelas vagas ofertadas nas escolas federais, o acesso dos alunos oriundos das camadas mais pobres da população se tornou mais restrito (Arruda, 2010).

O Conselho Nacional de Educação, pelo parecer 16, de 1999, afirma a qualidade do ensino nas escolas técnicas e sua busca como opção de estudos por grupos sociais privilegiados para uma boa preparação ao vestibular. Essa afirmação subsidiou a Resolução n. 04/1999 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, por sua vez desvinculada do ensino médio, por força da Lei n. 9.394/96 e do Decreto n. 2.208, de 1997, sendo reiterada como ensino destinado à classe menos favorecida e alternativo ao nível superior. Assim, as políticas educacionais para o ensino médio dos anos de 1980 e 1990 reforçaram a dualidade e fragmentação entre a educação geral-propedêutica e a profissional (Cunha, 2000; Kuenzer, 2007; Ciavatta e Ramos, 2011).

Em 2002, a Escola Técnica Federal de Mato Grosso foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFETMT). “A partir de então, além do ensino médio e dos cursos profissionais de nível básico e técnico, passou a oferecer cursos profissionalizantes de nível tecnológico e pós-graduação em nível Lato Sensu” (Brasil, 2014: 31). Em 2004, pela luta de servidores e alunos, os CEFETs voltaram a ofertar o ensino profissional integrado ao nível médio.

Em 2008, a maioria dessas instituições foi transformada em IFs e passou a compor a RFEFCT por meio da Lei n. 11.892, de 2008. “Essa nova arquitetura acadêmica aglutinou de diversas identidades institucionais mediante interesses econômicos, políticos e sociais, promovendo novos contornos ao ensino técnico, tecnológico, científico e profissional” (Otranto e Paiva, 2016). E ainda, essa lei integrou um elenco de normas governamentais visando alcançar a concretização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), considerado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva como um dos relevantes eixos educacionais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Assim, o IFMT foi criado

mediante a integração das três instituições que existiam no estado: CEFETs de MT e de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres.

No processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, a RFEPCT e a constituição do modelo IF resultam da implementação de dispositivos legais no Governo Lula, visando a uma política de expansão e interiorização de oferta de vagas da educação profissional atrelada às demandas do sistema produtivo e nas áreas estratégicas para o crescimento da economia.

Desse modo, os IFs vivenciaram uma expressiva expansão de seus *campi*, bem como da oferta de vagas, no período de 2009 a 2016. De 1909 a 2002 (pouco menos de um século), existiram 140 escolas técnicas no país, enquanto com a execução do Plano de Expansão da RFEPCT até 2016, foram construídas mais de 500 unidades, em apenas oito anos. Atualmente, existem 644 *campi* e 38 IFs em todos estados ofertando cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. No estado de Mato Grosso, por exemplo, o IFMT foi criado abrangendo inicialmente apenas a Mesorregião Centro-Sul.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

A composição da população de Mato Grosso, sua condição e dispersão geográfica são decorrentes das populações que aqui viviam e chegaram em diferentes épocas, condições e posições de poder material e simbólico. Conforme os Censos de 2000 e 2010, é formada, em sua maioria, por pardos e pretos (negros)⁵, estando acima da média nacional, a saber: 53,56% e 60%, respectivamente. No Censo de 2010, a população de Mato Grosso era composta por pardos (52,41%), brancos (37,47%), pretos (7,57%), amarelos (1,14%) e indígenas (1,40%). Na Região Centro-Oeste, Mato Grosso é o Estado com maior proporção de negros e em sua capital, Cuiabá, os negros são 65,1%, sendo superior à média estadual e nacional (IBGE, 2010).

Nesse contexto, insere-se a expansão da RFEPCT e a criação do IFMT em Mato Grosso, atualmente composto por 19 *campi* e quatro Centros de Referência distribuídos em todas as mesorregiões do Estado. O IFMT é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, que oferta cursos técnicos de formação inicial, de nível médio integrado à formação

5 “O termo negro no Brasil pode significar tanto a origem africana comum de pretos e pardos quanto a posição similar que ocupam na estrutura de estratificação social” (Silvério, 2018). No primeiro caso, negro é uma construção política de agência comum e, no segundo caso, uma descrição estatística que revela os impactos da discriminação racial nas oportunidades existentes em uma sociedade organizada hierarquicamente por cor/raça.

profissional, cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia e licenciatura, bem como cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, destinados à formação e qualificação de cidadãos em consonância com os arranjos produtivos locais, ou seja, à lógica do mercado, visando ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Esse propósito é afirmado pelo IFMT na primeira publicação da Carta de Serviços ao Cidadão:

[...] os campi localizados em São Vicente, Confresa, Campo Novo do Parecis, Juína e Cáceres, cuja região está voltada a vocação agropecuária, possuem estruturas de escolas-fazenda e, dentre outras características, mantém alojamento (residenciais estudantis), restaurante e estrutura necessária para receber alunos internos em suas sedes. Os demais campi possuem estrutura voltados para a área de prestação de serviços, indústria e comércio (Brasil, 2013: 05).

É pertinente salientar que a maioria dos *campi* do IFMT (8 de 19) estão distribuídos na mesorregião Norte de Mato Grosso, ou seja, em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, que varia entre 0.703 e 0.785, contrariando a proposta de expansão dos IFs em municípios polos com baixo indicador educacional e desenvolvimento socioeconômico. Dentre as mesorregiões de Mato Grosso, a mesorregião Norte tem o maior percentual de brancos (45,02%), nível de instrução de brancos superior a de negros (IBGE, 2010), maior extensão territorial (53,55%), bioma Cerrado, presente de forma isolada ou principal, usado para a agropecuária e onde estão situados seis dos 13 municípios de Mato Grosso com o Produto Interno Bruto (PIB) superior a um bilhão (Faria, 2013).

Conforme o Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, no período de 2009-2018, o IFMT disponibilizou 10.860 vagas somente para os cursos de nível médio integrado à formação profissional, em conformidade com o art. 8º da Lei n. 11.892, de 2008, que prevê a oferta de no mínimo de 50% das vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma integrada. Os cursos técnicos e tecnológicos ofertados seguem o Catálogo Nacional de Cursos criado em 2008.

A política de oferta de reserva vagas do Instituto Federal de Mato Grosso e a branquitude

O IFMT, no período de 2009 a 2011, implantou a política de ação afirmativa com implementação de um sistema social e não racial, ou seja, de reserva de 50% das vagas nos cursos superiores e técnicos integrados ao nível médio para estudantes oriundos de escola pública, pelos Editais de números: 35/2009,

28/2010 e 61/2011, sendo estabelecida pelo Conselho Superior (CS) “como uma forma de equalizar as oportunidades de ingresso àqueles que, sem a definição de cotas específicas, jamais teriam garantidos os seus direitos de ingresso nos cursos em questão” (Brasil, 2009: 02).

A partir de 2012, com a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012 e pela Portaria 18, de 11 de outubro de 2012, o processo de reserva de vagas para ingresso nos cursos técnicos integrados ao nível médio do IFMT sofreu alterações. Nos editais n. 076/2012, 052/2013, 050/2014, 061/2015 e 069/2016, do percentual de 50% de vagas reservadas aos alunos oriundos de escola pública, 62% foi destinado para estudantes oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) e 38% para autodeclarados como “outras etnias”; esta categoria, por sua vez, desaparece nos editais n. 059/2017 e 072/2018.

É importante enfatizar que, em 2009, ano seguinte à sua criação, o IFMT implantou um sistema dual de reserva de vagas aprovado *ad referendum* pelo CS por meio da Resolução n. 006/2009, na qual 50% das vagas em todos os cursos e turnos foram destinadas ao acesso universal e 50% aos alunos egressos de escola pública. Assim, até 2011, o IFMT implantou um sistema de reserva de vagas com critério estritamente socioeconômico, ao estabelecer o seguinte:

Art. 2º Haverá reserva de vagas (cotas) em todos os cursos do IFMT, a serem preenchidas da seguinte forma: [...] Cursos Técnicos de Nível Médio integrado ao Ensino Médio: 50% das vagas por curso e turno serão reservadas para estudantes que tenham cursado de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental ou equivalente em Escola Pública” (Brasil, 2009: 02-03).

É possível pensar que a política de reserva de vagas implementada pelo IFMT no período de 2009 a 2011, baseada unicamente no critério socioeconômico e não racial e justificada pelo CS como um mecanismo de promoção equitativa de oportunidade, revela a ideia de que a ação afirmativa tem a função de corrigir aspectos econômicos das relações entre os grupos sociais⁶ que formam o estado de MT. Portanto, o IFMT não reconheceu o critério étnico-racial e as

6 Grupo social é uma coletividade de pessoas diferenciada de pelo menos outro grupo em decorrência de práticas culturais e modos de vida próprios. As ideias de grupo social e de identidade são complementares, não podem ser discutidas separadamente no contexto das políticas de ação afirmativa. Essa compreensão é indispensável para se falar em reconhecimento positivo do que vem a ser uma pessoa negra (Bernardino, 2002).

desigualdades raciais na política de reserva de vagas que operou nos três anos seguintes à sua criação. Diante disso, é importante enfatizar que “as políticas de ação afirmativa buscam, por meio de um tratamento temporariamente diferenciado, promover a equidade entre grupos que compõem a sociedade (Bernardino, 2002: 257).

Essa neutralidade racial na política de reserva de vagas do IFMT pode ser compreendida a partir de estudos como o de Bernardino (2002), que discute o significado das propostas de ação afirmativa no contexto brasileiro de relações raciais. O autor argumenta que a realidade social do Brasil é estruturada pelo mito da democracia racial e pelo ideal de branqueamento, que, por sua vez, operam no sentido de manter intacto o padrão de relações raciais no Brasil, a saber: não expor os conflitos raciais, não reconhecer a existência de grupos raciais e o problema de justiça racial e não pôr em prática nenhum tipo de política com tratamento diferenciado em decorrência da raça que pudesse corrigir as desigualdades raciais, mesmo se este reconhecimento pudesse significar uma oportunidade para a correção de desigualdades (Bernardino, 2002).

O IFMT, ao implementar uma política de reserva de vagas no período de 2009 a 2011, baseada unicamente no critério socioeconômico e não racial, reconhece a desigualdade social, mas não reconhece que essa desigualdade é resultado da discriminação racial. Isto é um dos aspectos constitutivos da branquitude (Bento, 2014). E, em um contexto onde os lugares de poder são hegemonicamente brancos, a reprodução institucional destes privilégios é quase que automática e funciona como uma barreira silenciosa em defesa dos privilégios reproduzida incansavelmente através de argumentos como: o problema das desigualdades (e da situação dos negros) no Brasil, na verdade, é de ordem social, e não racial. Portanto, sua solução viria através de políticas voltadas para a população pobre, mesmo diante de fartos dados de principais institutos de pesquisa reconhecidos nacionalmente como o IBGE, mostrando que dentre os pobres, os negros são a esmagadora maioria (Bento, 2005).

É importante ressaltar que, entre 2009, ano da resolução CS/006 que estabeleceu o sistema de reserva de vagas no IFMT e a publicação do edital de seleção 072/2018 (Quadro 1), ocorreram alterações significativas, tanto informadas pelo texto da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, pelo Decreto n. 7.824 e pela Portaria Normativa n. 18, ambos de 11 de outubro de 2012, que regulamenta sua implementação, quanto informadas pelo sistema de classificação informal do Estado de Mato Grosso, utilizado pelo IFMT nos editais de seleção.

Quadro 1 – Percentual de ingressantes na educação profissional de nível médio integrado do IFMT (2009-2018) por cotas e os critérios e categorias utilizados

Critérios	Anos dos Editais				Observações críticas
	2009-2011	2012-2016	2017	2018	
Escola Pública (EP)	50%			9,03% de 60%	2009-2011 criada por decisão do CS, a reserva de vagas considerou a origem escolar – critério social.
EP + Renda + Pretos, Pardos e Indígenas (PPI)		62% de 50%		14,36% de 60%	A partir de 2012 a reserva de vagas passa a considerar origem escolar, renda e autodeclaração racial como PPI.
Outras etnias		38% 62% de 50%			Categoria usada pelo IFMT, em desconformidade com as categorias do IBGE previstas na legislação (Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012 e Portaria nº 18/2012). Nessas legislações, o percentual utilizado pelo IFMT para “outras etnias” deve ser destinada aos demais candidatos de escola pública. Os editais do IFMT não fazem nenhuma definição para essa categoria.
EP + Renda + PPI + PcD.			62% de 50%	4,06% de 60%	A partir de 2017 são incluídas pessoas com deficiência (PcD).
Não autodeclaração como PPI			38% de 50%		No edital nº 059/2017 a categoria “outras etnias” é substituída por “não autodeclarados PPI.
EP + PPI				14,36% de 60%	O edital nº 072/2018 também exclui a categoria “outras etnias”.
EP + R + PcD				4,06% de 60%	No edital nº 072/2018 com base na Lei 12.711/2012, com alterações introduzidas pela Lei 13.409/2016, no Decreto 7.824/2012, com alterações introduzidas pelo Decreto 9.034/2017, na Portaria Normativa 18/2012, na Portaria Normativa 21/2012 e nas alterações introduzidas pela Portaria Normativa 9/2017, destina o percentual de 60% das para ingresso por cotas distribuídas em oito modalidades.
EP + PPI + PcD				2,55% de 60%	Edital 072/2018.
EP + R				9,03 de 60%	Edital 072/2018.
EP + PcD				2,55% de 60%	Edital 072/2018.

Fonte: Elaboração própria com base nos Editais de processos seletivos do IFMT no período de 2009-2018.

Assim sendo, a partir de 2012, em conformidade com a lei de cotas, o IFMT passa a utilizar critérios mistos (social e racial). Sobre isso, Osório (2009) argumenta, a partir de evidências estatísticas produzidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006 sobre as relações entre classe, raça e acesso ao ensino superior, que o sistema de reserva de vagas para acesso às instituições públicas federais deve considerar simultaneamente cotas sociais e raciais para promover o acesso equitativo nessas instituições. Em conformidade, Senkevics (2017) também aponta a necessidade de mesclar critérios para mirar as

desigualdades por ângulos distintos, e ainda afirma que “o sistema de reserva de vagas para acesso às instituições públicas federais no Brasil, obedece a um critério misto, em que o atendimento a um critério está condicionado ao cumprimento de outro” (Senkevics, 2017: 42).

Todavia, para Feres Júnior e Campos (2016), a Lei de Reserva de Vagas estabelece critérios hierárquicos com ascendência de critérios socioeconômicos (escola pública e renda) sobre critérios estritamente raciais ou étnicos e mantém uma relação bastante ambivalente, para não dizer distante, de princípios de justiça multiculturalistas, evidenciando que o critério racial não é o mais relevante para a Lei, posto que “subsumiu a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas à cota para estudantes oriundos de escolas públicas e economicamente carentes” (Feres Júnior e Campos, 2016: 278). Ainda conforme os autores, essa é uma maneira de manter a branquitude fundamental, mas silenciosa das instituições e práticas sociais racistas porque não atende amplamente à população negra que têm suas oportunidades de acesso aos bens materiais, simbólicos e culturais reduzidos devido ao preconceito e ao racismo que permeiam as relações sociais.

Sobre as categorias de classificação, é pertinente destacar também que a Lei de Cotas utiliza categorias oficiais de classificação do IBGE, que classifica a população em cinco categorias: branca, parda, preta, amarela e indígena. Segundo Osório (2009), cerca de 99% da população se declara em uma das três primeiras categorias. Ao contrário do que supõem os críticos dos instrumentos utilizados pelo IBGE, dentre os seis termos que foram usados por 95% da população, cinco são os mesmos que o instituto aplica em suas pesquisas: branca, preta, parda, amarela e indígena (Osório, 2013; Petrucelli, 2013). Esse sistema classificatório é usado pelo IBGE quase sem modificações desde o censo de 1940; por ser muito estudado e criticado, já demonstrou ser adequado para o estudo das desigualdades raciais no Brasil (Osório, 2009; 2013).

Todavia, o IFMT, no processo de reserva de vagas executado no período de 2012-2016, além das categorias oficiais preto, pardo e indígena, inseriu uma categoria de classificação arbitrária denominada de “outras etnias”, que não consta entre as categorias de classificação oficiais do IBGE e tampouco nos Sistemas de Reserva de Vagas implementados nos Processos Seletivos dos IFs da Região Centro-Oeste, visto que, nos IFs de Goiás, Goiano, de Mato Grosso do Sul e de Brasília. Constatou-se um silêncio sobre essa categoria nos editais do IFMT, visto que os mesmos não apresentam nenhum tipo de definição do que seria “outras etnias”.

E ainda, como parte desta pesquisa, foi realizada uma caracterização dos alunos ingressantes nos seis cursos técnicos de nível médio integrado do IFMT – *Campus* Cuiabá, no período de 2014 a 2017. Assim, foram acessadas 1.277 pastas

individuais arquivadas na Secretaria Geral de Documentação Escolar, nas quais foram encontradas as fichas de matrícula, que possibilitaram observar que: a informação sobre a cor/raça raramente aparece informada, mas não há informação acerca da forma de ingresso por cota ou acesso universal, tampouco dos critérios exigidos na cota racial.

Entre os documentos constantes nas pastas individuais, havia um fragmento de papel A4, com informações relacionadas aos editais de seleção preenchidas por uma comissão designada para auxiliar na organização documental de matrícula, contendo: autodeclaração de cor/raça raramente anotadas, ingresso por acesso universal ou cota, adicionada à renda menor ou maior de 1,5 salário mínimo, PPI e “outras etnias”. Observou-se ainda que pessoas brancas ingressaram livremente pela categoria “outras etnias”, assim como pretas, pardas e amarelas e que nenhuma pessoa declarou etnia específica para ingressar por essa categoria no IFMT – *Campus* Cuiabá. Então, qual seria o propósito dessa categoria? Se não foi usada para fins das Ações Afirmativas, foi para desvirtuar o propósito da política.

Ademais, concretamente, os estudantes que ingressaram no IFMT – *Campus* Cuiabá pela categoria “outras etnias” foram aqueles que optaram pela não autodeclaração de cor/raça, inclusive brancos. O que o IFMT denominou de “outras etnias”, na Lei de Cotas, refere-se a não autodeclaração. Dessa maneira, essa categoria foi substituída por não autodeclarados PPI nos editais de seleção a partir de 2018. Pode-se dizer que o propósito da política de Ação Afirmativa foi desvirtuado na tentativa da instituição reproduzir um imaginário social de que vivemos em um Estado em que a democracia étnico-racial é operante.

Guimarães (2003) ressalta que, no contexto da “democracia racial”, pelo menos dos anos 1940 até os 1960, Gilberto Freyre fez um discurso voltado à dominação política e social que afirmava a existência de relações democráticas e igualitárias entre brancos e aqueles construídos racialmente como negros. Nesse viés, cabe ressaltar a análise crítica feita por Frankenberg (2004) da branquitude como um *locus* de dominação, elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas”, em vez de especificamente raciais, assim como “a branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe (Frankenberg, 2004: 312).

Desse modo, a ideologia da democracia racial serve à manutenção do privilégio da branquitude, na medida em que o IFMT inseriu uma categoria denominada de “outras etnias” como mais um critério para reserva de vagas pretensamente étnico-racial, que na prática significou tão somente a inserção

de estudantes de escola pública, inclusive brancos, que optaram pela não auto-declaração de cor/raça. Em outros termos, a instituição implanta um formato de ação afirmativa que reflete o imaginário social local de que o problema da desigualdade de acesso à educação é de classe e não racial.

Outra questão a notar é em relação ao percentual mínimo de vagas reservadas. No período de 2012 a 2017, o IFMT realizou seus processos seletivos ofertando 50% das vagas em todos os cursos e turnos para o acesso universal e 50% para a reserva de vagas. E, em 2018, esse percentual de reserva de vagas foi alterado para 60%. É pertinente pensar acerca da proporção dessa seletividade aparentemente equitativa. Conforme o Censo do IBGE de 2010, 60% da população de Mato Grosso é composta por pardos e pretos; sendo assim, não haveria impedimento para a disponibilização do percentual de 60% para a reserva de vagas, em vez de fazê-lo apenas a partir de 2018. Essa consideração é relevante, porque tanto na Lei de Cotas quanto na Portaria n. 18, de 2012, 50% é o mínimo e não o máximo; esse mínimo deve considerar o último censo, o qual, no período desta pesquisa, é o mesmo de 2010.

Se for considerado que no Brasil a maioria da população (53%) não é branca e, em Mato Grosso, essa proporção é ainda maior (62%), que em MT a maioria das pessoas de 7 a 14 anos frequentou o ensino fundamental público e era, em sua maioria, constituída por pretos e pardos, que a renda familiar *per capita* de MT é inferior a 1,5 salário e que a proporção de analfabetismo da população não branca em idade potencial para cursar o nível médio é mais de duas vezes superior ao da população branca (IBGE, 2010), pode-se dizer que, direta e indiretamente, a seleção feita pelo IFMT, no período de 2008-2018, para inserção nos cursos de nível médio integrado à formação profissional através da oferta do mesmo percentual (50%) para acesso por meio de reserva de vagas e por acesso universal, possibilitou oportunidades desiguais para brancos e negros ou ainda, que houve ostensivamente privilégios para o grupo branco.

Outra questão analisada é em relação ao questionário eletrônico usado pelo IFMT para obter informações de todos os candidatos, cotistas e não cotistas, no ato da inscrição no processo seletivo. Os editais justificam que esse questionário tem a finalidade de obter o perfil dos candidatos inscritos e de subsidiar as políticas da instituição. A análise dos dados gerados e fornecidos pela política de ingresso do IFMT sobre o perfil dos candidatos inscritos no processo seletivo (2009-2018) mostrou que, em relação à declaração de cor/raça, os candidatos tiveram a opção de marcar uma dentre seis categorias de classificação apresentadas.

Desse modo, o IFMT utilizou no questionário eletrônico seis categorias de classificação de cor/raça, a saber: negra, mestiça (substituída em 2017 no

questionário por morena), outra, asiático oriental, indígena e branca. Essas categorias, além de não serem as mesmas utilizadas no processo de reserva de vagas previsto nos editais do IFMT, também diferem das cinco categorias formais utilizadas pelo IBGE: preta, parda, amarela, branca e indígena, sendo apenas as duas últimas consideradas no questionário do IFMT.

Em outras palavras, as categorias de classificação de cor/raça utilizadas no questionário eletrônico diferem daquelas constantes nos editais de 2009 a 2016. Por exemplo, enquanto nos editais é usado o termo “outras etnias”, no questionário eletrônico, o termo utilizado é “outra”. Os editais fazem uso das categorias preto, pardo e indígena; já o questionário eletrônico utiliza negra, mestiça/morena, outra e asiático oriental. Os editais destacam que as informações obtidas no questionário subsidiarão o desenvolvimento de políticas institucionais; assim sendo, pode-se dizer que ele estaria fornecendo dados não uniformes e oficiais, que, por sua vez, podem servir de base para a ocorrência de deslocamentos na política de reserva de vagas do IFMT.

É importante argumentar que um questionário dessa natureza feito por uma instituição pública precisa fazer uso de termos oficiais de classificação racial, a fim de que possa servir para obtenção de dados uniformes e confiáveis, uma vez que esses dados poderão ser usados para redefinição e fortalecimento de políticas públicas e de ações afirmativas voltadas ao combate do racismo, da discriminação racial e da desigualdade social.

Ainda, os dados fornecidos pela política de ingresso do IFMT sobre o perfil dos candidatos inscritos no processo seletivo (2009-2018) mostraram que, nos processos seletivos realizados no período de 2009 a 2017, o percentual de candidatos brancos inscritos, em cada ano, é superior a 37,47% (percentual da população branca de MT), com exceção apenas para o ano de 2015, em que o percentual é de 37%. É pertinente destacar que a média do percentual de candidatos brancos inscritos nos processos seletivos é de 40%, superior ao percentual da população branca de Mato Grosso. Ao se considerar que o percentual de mestiço é negro e que todos são aprovados no processo de seleção, obtém-se ainda um percentual inferior ao da população negra de Mato Grosso, o que acarreta problemas em relação à efetiva aplicação da lei, haja vista que o percentual da população negra no Estado deve ser assegurado nos editais de seleção.

A classificação racial é entendida como o conjunto de categorias em que os sujeitos da classificação podem ser enquadrados e, para tal, é importante que os termos empregados tenham uso corrente e o mais disseminado possível para proporcionar maior uniformidade e confiabilidade aos dados obtidos (Petruccelli, 2000; Osório, 2003; 2013, Senkevics, 2017). De 1940 até o Censo

Demográfico de 1991, a classificação era só de cor. Foi com a inclusão da categoria indígena, a partir desse Censo, que a classificação passou a ser designada de cor ou raça, ganhando suas cinco categorias atuais.

Essa classificação é usada também nos demais levantamentos do IBGE, nos registros administrativos do governo brasileiro, e em pesquisas realizadas por outras instituições (Petrucci, 2000; Osorio, 2003; 2013). Existem basicamente três métodos de identificação racial. O primeiro é a autoatribuição de pertença, no qual o próprio sujeito da classificação escolhe o grupo do qual é membro. O segundo é a heteroatribuição de pertença, no qual outra pessoa define o grupo do sujeito. O terceiro é a identificação de grandes grupos populacionais dos quais provieram os ascendentes próximos por meio de técnicas biológicas, como a análise do DNA (Osório, 2003). Os dois primeiros são denominados de processo de autoidentificação e processo de heteroidentificação, por Piza e Rosemberg (2014).

Piza e Rosemberg (2014) fazem um histórico do sistema de classificação racial no Brasil e a inclusão do quesito cor (ou pertencimento racial) nos censos brasileiros, no qual ressaltam que os termos usados para nomear a cor não são neutros e sim históricos, porque carregam índices de preconceito, discriminação, distanciamento, de superação e se relacionam com determinações tanto microestruturais quanto macroestruturais que, por sua vez, estabelecem ligações estreitas entre declaração de cor e tentativas individuais e institucionais de branqueamento. Nesse sentido, o uso de categorias de classificação informais, locais e ou nativas pelo IFMT podem ser lidas como uma busca de branqueamento e de encobrimento do racismo como implicações da ideologia da democracia racial.

Considerações Finais

A política de ação afirmativa adotado pelo IFMT, nos três anos seguintes à sua criação, legitimou o privilégio racial branco, ao possibilitar oportunidades desiguais para brancos e negros e, ostensivamente, privilegiar o grupo branco, através da implementação de um modelo de reserva de vagas com critério unicamente socioeconômico e não racial no período de 2009-2012. Esse modelo, entendido aqui como uma prática institucionalmente racializada, assegura a neutralidade racial da branquitude na política de reserva de vagas do IFMT e revela um contexto social e institucional estruturado pelo mito da democracia racial e pelo ideal de branqueamento, que operam no sentido de não reconhecer a existência de grupos étnico-raciais marcada pela desigualdade social e não

executar uma de política com tratamento étnico-racial diferenciado voltada à correção de desigualdades.

É pertinente enfatizar que uma das dimensões que constitui a branquitude é o não reconhecimento de que a desigualdade social é resultado da discriminação racial. Em outras palavras, um modelo de reserva de vagas baseado unicamente no critério socioeconômico, noutros termos, escola pública, ao mesmo tempo em que reconhece a existência da desigualdade social não reconhece que essa desigualdade é resultado da discriminação racial. E, assim, a instituição opera de forma automática e silenciosa como guardiã do privilégio da branquitude, por sua vez, mantida e perpetuada com o argumento de que o problema das desigualdades é de ordem social, e não racial.

Ademais, a implementação da política de reserva de vagas do IFMT (2012-2016) operou para legitimar o privilégio racial branco a partir das categorias de classificações raciais locais usadas de modo disparatado e inconsistente nos editais e formulários de inscrições, que serve como um artifício de enfraquecimento das ações afirmativas e, portanto, como um mecanismo de perpetuação da exclusão dos grupos negros e indígenas.

O que fica evidente é uma intensa reação institucional à perda do privilégio racial da branquitude, o qual, por seu caráter dinâmico, desloca-se em regras e categorias aparentemente neutras no processo de reserva de vagas, as quais carregam consigo a manutenção do silêncio acerca da defesa de privilégios raciais. Estas dimensões da branquitude implicam séculos de pensamentos e ações racistas que potencializam a reprodução do racismo e da superioridade da branquitude.

Referências:

- ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Escolas Técnicas Federais: Escolas de Elite ou Instituições que Formam para o Trabalho? *Revista RETTA*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 2010, pp. 125-141.
- ARRUDA, Maria Auxiliadora de Almeida. Privilégio branco e a (im)possibilidade de implementação de políticas antirracistas: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Tese de doutorado, Sociologia, UFSCar, 2020.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BENTO, Maria Aparecida Siva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 2014, pp. 25-58.

- BENTO, Maria Aparecida Siva. Branquitude e poder: a questão das cotas para negros. *Simpósio Internacional do Adolescente*. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSCO000000082005000100005&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 27 set. 2021.
- . Branquitude e poder – a questão das cotas para negros. 2011. Disponível em: <geledes.org.br>. Acesso em: 23 out. 2019.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOQUEL, Ramón. (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte, Autêntica, 2018.
- BERNARDINO Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 2, 2002, pp. 247-273.
- BRASIL. Decreto n. 7566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB n. 04*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1999.
- BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Resolução 006, de 15 de outubro de 2009. Aprova o sistema de reserva de vagas (cotas) para alunos egressos de escolas públicas. Cuiabá/Mato Grosso: Conselho superior, 2009. Disponível em: <<http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/resolucoes-consup-2009/>>. Acesso em: 23 set. 2021.
- BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 ago. 2012.
- BRASIL. *Carta de serviço ao cidadão*. Cuiabá/Mato Grosso, 2013. Disponível em: <http://ifmt.edu.br/media/filer_public/16/dc/16dc51bd-9bdf-48f1-9778-67a1df9fo41b/carta-de-servicos-ao-cidadao_-_2013.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.
- BRASIL. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, 2014.
- BRASIL. *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>>. Acesso em: 1 maio 2018.
- CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 2014, pp. 13-23.

- CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, v. 5, n. 8, jan./jun. 2011, pp. 27-41. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- CIAVATTA, Maria. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96 (especial), out. 2006, pp. 911-934.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, mai./jun./jul./ago. 2000, pp. 89-107.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. São Paulo, Unesp, 2006.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro, Lacerda, 1999.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008.
- FARIA, Alexandre Magno de Melo. *Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 2013.
- FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social? *Lua Nova*, São Paulo, n. 99, 2016, pp. 257-293.
- FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não-marcada. In: WARE, Vron (Org.). *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo, Moraes, 1980.
- GILROY, Paul. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. Harvard University Press, 1993.
- GIROUX, Henry A. Por uma pedagogia e política da branquitude. *Cadernos de pesquisa*, n. 107, jul. 1999, pp. 97-132.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Antonio. Como trabalhar com “raça” em Sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, jan./jun. 2003, pp. 93-107.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2016.
- IBGE. *Censo Demográfico, 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2021.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100 Especial, out. 2007, pp. 1153-1178.
- KUNZE, Nadia Cuiabano. *A Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso 1909/1941*. Cuiabá, CEFETMT, 2006.
- MILES, Robert. *Racism*. Londres, Routledge, 1989.

- OSORIO, Rafael Guerreiro. *O sistema classificatório de “cor e raça” do IBGE*. Rio de Janeiro, Ipea, 2003.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 138, set./dez. 2009, pp. 867-880.
- . A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. In: PETRUCCELLI, José Luiz; SABOIA, Ana Lúcia. *Características Étnico-Raciais da população*, Rio de Janeiro, 2013, pp. 83-89.
- OTRANTO, Célia Regina; PAIVA, Liz Denize Carvalho. Contextos identitários dos institutos federais no Brasil: implicações da expansão da educação superior. *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados, v. 6, n. 16, jan./abr. 2016, pp. 07-20.
- PETRUCCELLI, José Luis. *A cor denominada – Estudos sobre a classificação étnico-racial*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.
- PETRUCCELLI, José Luis. Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia. (Orgs.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. 2013, pp. 31-50.
- PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 2014, pp. 91-120.
- PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 2014, pp. 59-90.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina: perspectivas latino-americanas. *Clacso*, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.
- SENKEVICS, Adriano Souza. (Org.). *Cor ou raça nas instituições federais de ensino superior: explorando propostas para o monitoramento da Lei de Cotas*. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.
- SCHUCMAN, Lia. Vainer. Entre o “branco”, o “encardido” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado, Psicologia Social, USP, 2012.
- SILVA, Nelson do Valle; HASEMBALG, Carlos Alfredo. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, nov. 2002, pp. 219-46.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Quem negro foi e quem negro é? Anotações para uma sociologia política transnacional negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze;

MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, Belo Horizonte, Autêntica, 2018, pp. 269-284.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. *Revista Diálogo Educação*, Curitiba, v. 17, n. 54, jul./set. 2017, pp. 1067-1084.

Recebido em: 07/02/2021

Aprovado em: 18/05/2021

Como citar este artigo:

ARRUDA, Maria Auxiliadora de. Dimensões da branquitude na política de oferta de vagas do Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Mato Grosso. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 273-298.



O reconhecimento na era do desempenho: tensões e disputas na luta moral contemporânea

Marcos de Jesus Oliveira¹

Lorena Rodrigues Tavares de Freitas²

Resumo: O objetivo aqui é apresentar um conjunto de reflexões acerca das tensões e das disputas na luta por reconhecimento na contemporaneidade, situando-a no contexto da sociedade do desempenho em que a exigência de autenticidade como condição para a ação coletiva se tornou, paradoxalmente, um limite às próprias políticas do reconhecimento das diferenças. Inicialmente, são delineados os aspectos constitutivos da sociedade do desempenho para, em seguida, estabelecer um diálogo crítico com teóricos do reconhecimento, destacando o que, em suas teorizações, torna possível contornar os dilemas da sociedade do desempenho cuja forma neoliberal atual tende a colonizar a vida. Finalmente, o ensaio critica as normatividades sociais que impedem ou enfraquecem as lutas pautadas pela gramática do reconhecimento das diferenças no contexto da sociedade do desempenho.

Palavras-chave: reconhecimento social; sociedade do desempenho; movimentos sociais.

1 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) – Foz do Iguaçu/PR – Brasil – oliveira-mark@yahoo.com.br – <https://orcid.org/0000-0002-0478-3941>

2 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) – Foz do Iguaçu/PR – Brasil – lorenade-freitas@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-3908-470X>

The recognition in the era of performance: tensions and disputes in the contemporary moral struggle

Abstract: *The aim here is to report a set of reflections about the disputes over the struggle for recognition in contemporary times, by placing it in the context of the performance society in which the demand for authenticity, as a condition for collective action, has become, paradoxically, a limit to the very policies of recognizing differences. The analysis accounts for the constitutive aspects of the performance society and establishes a critical dialogue with the recognition theorists. We finish by criticizing the social norms that prevent or weaken the struggles guided by the grammar of the recognition of differences in the context of the performance society.*

Keywords: *social recognition; society of the performance; social movements.*

Reconocimiento en la era del rendimiento: tensiones y disputas en la lucha moral contemporánea

Resumen: El objetivo aquí es presentar un conjunto de reflexiones sobre las tensiones y disputas en la lucha por el reconocimiento en la contemporaneidad, ubicándola en el contexto de la sociedad del rendimiento en la que la exigencia de autenticidad como condición para la acción colectiva se ha convertido, paradójicamente, un límite a las propias políticas de reconocimiento de las diferencias. Inicialmente, se perfilan los aspectos constitutivos de la sociedad del rendimiento, y luego se establece un diálogo crítico con los teóricos del reconocimiento, destacando lo que, en sus teorizaciones, permite sobrepasar los dilemas de la sociedad del rendimiento cuya forma neoliberal actual tiende a colonizar la vida. Finalmente, el ensayo critica las normatividades sociales que impiden o debilitan las luchas guiadas por la gramática del reconocimiento de diferencias en el contexto de la sociedad del rendimiento.

Palabras-clave: reconocimiento social; sociedad de rendimiento; movimientos sociales.

1. Introdução

Com o presente ensaio, pretende-se discutir algumas das tensões e das disputas na luta por reconhecimento na contemporaneidade, situando-a no contexto da sociedade do desempenho em que a exigência de autenticidade como

condição para a ação coletiva se tornou, paradoxalmente, um limite às próprias políticas do reconhecimento. O interesse pela problemática do reconhecimento e das formas de sofrimento nele implicadas surgiu da compreensão segundo a qual um dos grandes desafios da luta moral contemporânea é o de fazê-la passar de uma gramática privatizante para uma linguagem pública não-assimilacionista e sem necessariamente assumir uma irredutibilidade entre as duas esferas. No entanto, por partirmos do pressuposto de que o sofrimento não é uma realidade objetiva à espera de um observador que o nomeie, mas é criado no próprio ato de nomear em processos altamente conflitivos e de poder, para ser transformador da realidade e de si mesmo, esse precisa ser inserido num quadro em que se percebam a contingência e os condicionantes pelos quais sua inteligibilidade é construída, ultrapassando-o num processo permanente de politização.

Para desenvolver o objetivo acima, ademais dessa breve introdução, o ensaio segue delineando alguns aspectos acerca da ideia de sociedade do desempenho de Byung-Chul Han, um importante e recente desdobramento das teorizações sobre a sociedade do espetáculo de Guy Débord. Trazemos à tona os modos pelos quais a sociedade do desempenho opera uma normatividade social que pode impedir ou enfraquecer um conjunto de lutas pautadas pela gramática do reconhecimento social. Na sequência, em diálogo crítico com Axel Honneth e Judith Butler, buscamos evidenciar caminhos possíveis para contornar alguns dos impasses das lutas por reconhecimento contemporâneas. O ensaio tem como pano de fundo a ideia segundo a qual as formas de sofrimento contemporâneas estão vinculadas à configuração de determinadas normatividades sociais. Nossa contribuição – se é que podemos falar em algo assim – está na busca por ampliar as reflexões sobre as linhas de força que condicionam os processos sociais no ocidente contemporâneo, elucidando possíveis alternativas para contornar os mecanismos pelos quais a sociedade do desempenho impõe limites à luta por reconhecimento.

2. Do espetáculo ao desempenho: o mal-estar da civilização neoliberal globalizada

Originalmente publicada em 1964, “A sociedade do espetáculo” de Guy Débord figurou como um ponto de inflexão importante nos debates sobre as transformações técnicas na sociedade capitalista, resultado do acúmulo marxista que, desde os teóricos que se organizaram em torno do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, vinham esmiuçando suas dinâmicas. A centralidade assumida pela imagem em decorrência do avanço dos meios de comunicação e do consumo de massa era o desdobramento necessário de uma era

pós-aurática, para dizê-lo inspirado em Walter Benjamin. A reprodutibilidade técnica alcançava níveis até então inimagináveis e em velocidades igualmente inéditas e extraordinárias, adentrando e colonizando cada vez mais o mundo da vida das pessoas num fetichismo indeterminável³.

A despeito da importância das reflexões de Débord, sobretudo porque conseguiu oferecer uma descrição teórica acerca dos mecanismos de funcionamento da sociedade da imagem, seu pensamento se manteve, preponderantemente, restrito a círculos de tradição marxista. Recentemente, sua contribuição foi retomada pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, que, embora não proponha uma interpretação marxista da sociedade ocidental, tem oferecido *insights* valiosos à discussão sobre os desdobramentos da sociedade contemporânea, o consumo de massa e o impacto das tecnologias da informação na constituição da subjetividade, na conformação do mal-estar da civilização e suas formas de sofrimento. Apesar de que a hipótese de que vivemos sob uma tirania da visibilidade, em que tudo tende a ser reduzido a seu valor de exposição, ainda precise ser mais explorado de um ponto de vista sociológico dedicado a desvendar os mecanismos institucionais de reprodução dessa ordem, a descrição torna possível organizar um conjunto de reflexões acerca do contemporâneo.

No conjunto de seu trabalho, Han elabora o conceito de sociedade do desempenho e da positividade como o triunfo do “fim da história”, uma sociedade sem ou com pouca potência para o negativo e a transformação dele decorrente. A descrição do filósofo é demasiadamente sombria, não se ocupando das inúmeras formas de resistência que fervilham por todo o globo. A despeito disso, sua tese oferece caminhos interessantes para evidenciar que alguns dos focos de resistência, paradoxalmente, se tornaram funcionais à ordem existente na medida em que, mesmo se afirmando contrários à ordem, acabaram incorporando algumas de suas linhas de pensamento e de ação. Algo assim decorre do fato de que a sociedade da positividade adentra todas as esferas da vida, sobretudo a subjetiva. Aliás, conforme já apontou Christian Dunker (2016), mas não apenas ele, o neoliberalismo como o modo atual de funcionamento do capitalismo é uma forma de vida no sentido de que, não sendo a vida um fato puramente biológico, se vê capturada e produzida pelas tendências e necessidades do mercado e de seu fetichismo ilusório.

3 Há uma longa tradição acerca do valor heurístico da categoria no campo da análise social. Desde Freud (2007), a noção tem servido para descrever a negação da diferença no capitalismo (cf. Adorno, 1980; Zizek, 1991), bem como os regimes simbólicos das sociedades coloniais (cf. Bhabha, 1998). A problemática central das diversas abordagens sobre o fetichismo tende a girar em torno da negação da diferença e da alteridade ou de uma celebração de algo como aquilo que tamponará a falta (sexual, simbólica e/ou material) de um sujeito histórico em posição dominadora.

A sociedade positiva constitui subjetividades conformadas a esse padrão, tornando-se um reino de opiniões, já que a opinião como *doxa* não permite questionamentos como acontece com a lógica de produção da verdade e do conhecimento. Nessa sociedade, as pessoas buscam, incessantemente, a felicidade, a autorrealização, o bem-estar e o prazer, recusando toda e qualquer sombra de sofrimento que, segundo inúmeras tradições filosóficas, além de ser inevitável e inerente à experiência humana, representa o negativo, aquilo que possibilita a reinvenção contínua de si e das estruturas sociais. Paradoxalmente, essa sociedade que deseja erradicar, a qualquer preço, as dores e as aflições humanas nunca produziu tanto sofrimento psíquico e, como consequência, promessas infundáveis de que ele pode ser excluído desde que o indivíduo se submeta a sua parafernália (psico)farmacológica ou a seus rituais de purificação.

Para Han (2017b), se a sociedade disciplinar da qual Sigmund Freud foi contemporâneo era marcada pela histeria, que, no quadro dos quatro discursos de Jacques Lacan (1992), é aquela que questiona o mestre, hoje prevalecem os quadros de depressão⁴ e ansiedade, típicos de uma sociedade da positividade cheia de dúvidas, incertezas e hesitações. Em que pese as críticas posteriores realizadas por Michel Foucault (1999) à “hipótese repressiva”, “Eros e civilização” de Herbert Marcuse (1999), lançado em 1955, é um bom exemplo das insurgências contra a repressão das sociedades disciplinares, um pensamento do negativo. E a dupla referência aqui à psicanálise não é fortuita tampouco aleatória, já que, de Freud a Lacan, vimos a teorização do sintoma não apenas como algo da ordem do individual, mas também do social. Não sem razão, Julia Kristeva (2000), psicanalista lacaniana, sugeriu, em alguns de seus escritos, que nos faltava o senso da revolta, da histeria do século anterior.

A depressão é sintoma social do fracasso, de uma sociedade que impõe padrões cada vez mais irrealizáveis e inalcançáveis, e cuja consequência é o sentimento de incapacidade, derrota e frustração, de nunca estar à altura dos imperativos sociais e de suas imposições. Como oposto da paixão, a depressão é o contrário da negatividade:

A sociedade positiva evita todo e qualquer tipo de negatividade, pois esta paralisa a comunicação. Seu valor é medido apenas pela quantidade e velocidade da troca de informações, sendo que a massa de comunicação também revela seu valor econômico e vereditos negativos a predicam. Como *like* surge uma comunicação conectiva muito mais rápida do que o *dislike* (Han, 2017: 24).

4 Além da depressão, Han destaca o “*burnout*, déficit de atenção ou síndrome da hiperatividade, [nas quais] ao contrário, não se vê a influência do processo de repressão e do processo de negação” (2017b: 88).

A sociedade do desempenho é, portanto, uma sociedade do cansaço, do esgotamento psíquico. E, para o esgotamento físico e mental, surge uma farmacologia prometedora de redenção e de salvação. A exaustão está ligada, entre outras questões, ao regime 24/7 do capitalismo atual, conforme sinalizado por Jonathan Crary (2016), uma rotina de vida em que as fronteiras entre trabalho e descanso se tornam cada vez mais tênues em favor da intensificação do ritmo laboral. O novo regime apoiado nas cadeias de produção e de financeirização e nas tecnologias de comunicação do capitalismo tardio globalizado pretende tornar as pessoas hiperconectadas durante 24 horas por dia nos sete dias da semana. Nas últimas décadas, as pessoas têm dormido menos e pior, fazendo crescer o número de usuários de remédios para dormir ou de estimulantes para se manter acordado por mais tempo. A exaustão também decorre da alta competitividade, além de resultado das incertezas geradas pela flexibilização dos direitos trabalhistas e dos direitos sociais. A “corrosão do caráter” (Sennett, 1998) ocasionada pela emergência do “sujeito empreendedor” imposta pelo avanço da cultura neoliberal de precarização das relações sociais afeta o sentimento de segurança pessoal e a estabilidade de uma narrativa do eu cujo papel seria conferir sentido à trajetória biográfica do sujeito.

Nesse contexto, as lutas sociais na atualidade parecem acontecer em grande medida na forma de disputas entre indivíduos do que entre ideologias, agrupamentos, classes e/ou projetos de uma boa sociedade. Algo assim decorre do fato de que, hodiernamente, há uma colonização da luta coletiva por reconhecimento social essencialmente vinculada à ascensão inquestionada de políticas baseadas em identidades (cf. Dunker, 2017). As políticas identitárias, apesar de sua incontestável importância como fonte de mobilização e representação política de grupos historicamente oprimidos, muitas vezes, acabam por enfraquecer o potencial revolucionário de suas reivindicações por trazer, no bojo de sua linguagem, a exigência de autenticidade própria à sociedade do desempenho, cujo desague se dá por uma competição entre narrativas que pretendem dizer seus sofrimentos como mais legítimos. Transformar a arena pública em um mero espaço para a hierarquização de formas de sofrimento e/ou em um lugar definidor daqueles que são seus porta-vozes únicos ou privilegiados torna a luta pelo reconhecimento do sofrimento e da diferença limitada aos seus escolhidos, esvaziando, portanto, o debate de seu caráter político.

A competição entre narrativas descrita acima tem a ver com a ideia de que as reivindicações políticas só logram legitimidade quando expressas por aqueles ou aquelas cujas experiências de exclusão e violência coincidam, supostamente, com as reivindicações específicas que defendem. Assim, temos a conhecida

fórmula política de que apenas mulheres podem falar sobre as opressões que sofreram, apenas negros podem tematizar as discriminações raciais, apenas transexuais podem falar sobre transfobia e assim por diante. Embora extensa, vale a pena ler as palavras de Christian Dunker, já que desconstroem, com estilo próprio, os riscos de argumentações naturalizadas em espaços político-acadêmicos ou em alguns movimentos sociais:

Para a mentalidade particularista, sua própria opinião carrega um a mais de valor cujo compartilhamento é problemático, gerando identificações narcísicas para cada vez mais segmentadas e condomínios cada vez mais exclusivos. O grande problema é que não parece possível uma autêntica dedicação política sem algum engajamento identitário. Nesse ponto muitos concordarão sobre o valor “estratégico” de colocações como *só uma mulher pode falar sobre feminismo, pois só ela sabe o que é viver sua opressão de gênero*. Como se uma mulher trans fosse no fundo “impura”, pois não é essencialmente uma mulher posto que nascida homem. (...) *Só uma mulher, negra, pobre e objeto de violência possuirá a autoridade para falar de sua condição*. Como se a pena e a compaixão fossem os afetos políticos centrais de uma verdadeira transformação. Como se a autenticidade do sofrimento fosse o motor espontâneo da autoridade política. (...) Exemplos de metafísicas da propriedade, da propriedade mais fascinante e fetichista que pode haver na era do capitalismo imaterial: a própria identidade (Dunker, 2017: 298, *grifos do autor*).

Apesar de favorecer à conscientização das opressões sofridas pelos grupos sociais cujas identidades políticas eles representam, as reivindicações feitas pelos movimentos sociais muitas vezes não conseguem dar um passo para além da denúncia (necessária, mas insuficiente quando não sai de si mesma) das opressões e partir para a articulação coletiva em prol de ações políticas direcionadas por estratégias mais amplas de transformação das cadeias de dominação que produzem estas opressões. Isso ocorre porque os diferentes grupos subalternizados, representados pelos diferentes movimentos identitários, muitas vezes se perdem na exigência do privilégio epistêmico e/ou político do subalternizado, único que pode “falar” da sua própria opressão e lutar pela própria libertação. Isso acarreta diferentes contornos à gramática do reconhecimento, sobretudo, porque algumas dessas lutas levaram à compreensão de que “não parece possível uma autêntica dedicação política sem algum engajamento identitário” e, de maneira ainda mais perniciosa, de que “a autenticidade do sofrimento” é “o motor espontâneo da autoridade política” (Dunker, 2017: 298).

O fetichismo da identidade como uma patologia social do capitalismo tardio e, seu correlato, o individualismo, é, no quadro dos argumentos apresentados, efeito da sociedade do desempenho e de seu excesso de positividade. Nesse contexto, a identidade surge como uma solução mágica para um conjunto de desigualdades e violências, tornando-se um fim em si mesmo. No entanto, paradoxalmente, tende a deixar as relações de produção de desigualdades simbólicas relativamente intactas.

As lutas pela definição dos que estão aptos ou não a falar em nome dos oprimidos são estimuladas pelo modelo neoliberal que ganha com a fragmentação das lutas coletivas, que ocorre tanto nas mídias digitais quanto fora delas. As mídias digitais exercem um papel preponderante no crescimento tanto das patologias sociais, quanto da individualização das lutas por reconhecimento. É graças a elas que o tempo 24/7 se estabelece mais perfeitamente, pois não há limite e nem interrupção para as incansáveis polêmicas e denúncias que se repetem, uma atrás da outra, inflamando os debates virtuais e afogando os indivíduos em inesgotáveis e saturantes espirais de denúncias e acusações. As mídias digitais favorecem a captura das lutas por reconhecimento pela lógica individualizante e neoliberal do sistema, mantendo os indivíduos presos nesse *loop* infinito até o esgotamento psíquico, impedindo-os, assim, de dar o passo em direção a uma ação coletiva com fins de transformação social.

A individualização das reivindicações políticas é causa e efeito de sua cooptação pelo modelo neoliberal que, funcionando com o controle monopolizado e restrito da tecnologia por determinados grupos transforma as demandas dos oprimidos – na maior parte das vezes legítimas – em mera opinião. E, como afirma Byung-Chul Han, “opiniões não tem consequências, não são mordentes e penetrantes como as ideologias, faltando-lhes a negatividade repercutiva. Assim, a atual sociedade da opinião deixa intocado aquilo que já existe” (2017: 23). Dentro dessa lógica, o problema do histórico silenciamento do subalterno é equacionado de maneira muito simples: toda e qualquer enunciação vinda dele se torna uma verdade. Afinal, sendo subalterno, somente ele vive na pele as violências próprias a seu lugar histórico. Nesse ponto, embora falando desde um referencial teórico um pouco estranho à linha argumentativa até então elaborada, Ramón Grosfoguel realiza uma distinção entre lugar social e epistêmico. Para o filósofo porto-riquenho (2007: 459-60), o fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno. Tal observação é importante, pois assumir que todo sujeito em posição subalterna produz um saber subalterno é tornar,

nos termos da sociedade do desempenho, o conhecimento mera opinião, algo sem negatividade.

A ideia de que fazer política implica ter um selo de subalternidade traz um impasse limitador da luta pelo reconhecimento das diferenças. Isso porque a retórica política se assenta na ideia segundo a qual certos sujeitos têm o privilégio epistêmico e/ou político. Não se trata de reiterar a estrutura de silenciamento de inúmeros sujeitos e grupos para que relações de poder permaneçam intactas, mas de perceber que a fuga das formas hegemônicas de identidades – branca, masculina, europeia, burguesa, heterossexual etc. –, fechando-se em condomínios epistêmicos e/ou identitários, é uma forma de reforçar a estrutura a qual se pretende fissurar. A retórica da salvação é uma produção moderna e impede de que o jogo das diferenças se instaure, já que a saída já está dada de antemão.

Em sua genealogia do *self* ocidental, Charles Taylor (1997) definiu a autenticidade como possibilidade de experimentação autônoma da própria personalidade, mas em uma relação necessariamente constitutiva com seus outros significativos⁵. A autenticidade, mobilizada de forma paradoxal pelo modo de vida neoliberal decorrente da linguagem do desempenho e como condição para a ação coletiva, tem revelado limites às próprias políticas do reconhecimento, já que, como uma “patologia social”, parece impedir a emergência mesma do conflito e de seu papel na transformação da realidade social. Aqui convém dizer que, para Vladimir Safatle (2018), Axel Honneth foi um dos autores contemporâneos a resgatar o conceito de patologia social como forma de dar a ver as limitações colocadas pela normatividade social do capitalismo em sua fase neoliberal. Não se trata, portanto, de pensar indivíduos que desviam da norma, mas como as normas limitam as realizações da vida. Na sociedade do desempenho, a autenticidade aparece diluída num empreendedorismo de si em que o outro é excluído como potência de negatividade.

3. Sobrevivendo ao desempenho: o potencial crítico das teorias do reconhecimento

Em “Luta por reconhecimento”, Axel Honneth (2003) busca realizar uma empreitada teórica com fins de desenvolver uma nova visão crítica da modernidade a partir da teoria do reconhecimento social. Sob a luz da psicologia social de George Herbert Mead, resgata as três etapas do reconhecimento idealizadas por Hegel (amor, direito e solidariedade) e constrói uma tipologia das três

5 Taylor afirma que o ideal de autenticidade se infiltrou por completo na consciência moderna. Ele pressupõe a ideia de que cada um de nós possui um modo próprio e único de ser humano que deve ser articulado e buscado para que se possa alcançar a realização (Mattos, 2006).

formas de desrespeito social correspondentes às etapas do reconhecimento. Seu objetivo é explicar de que maneira as lutas coletivas por reconhecimento como força moral se configuram como motor de mudanças sociais que caminham para um processo histórico de progresso moral. De acordo com ele, a experiência das formas de desrespeito social pode impulsionar o desenvolvimento de conflitos sociais na configuração de lutas moralmente motivadas de grupos sociais que tentam estabelecer, cultural e institucionalmente, formas recíprocas de reconhecimento.

O conceito de luta social desenvolvido pelo autor sugere que, ao contrário dos modelos utilitaristas, os motivos de resistência social se configuram no âmbito de experiências morais provenientes da transgressão de expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas. Essas expectativas se ligam às condições de formação da identidade pessoal e retêm os padrões de reconhecimento sob os quais um sujeito pode saber-se respeitado em sua comunidade. Quando estas expectativas são desrespeitadas pela sociedade em geral, tem-se o tipo de experiência moral expressa no sentimento de desrespeito.

Ao se deparar com uma situação em que suas pretensões de reconhecimento social lhes são negadas, a reação emocional negativa gerada por esse desrespeito pode conter em si a possibilidade de que seja revelada cognitivamente ao sujeito a injustiça sofrida, podendo essa percepção cognitiva da injustiça se transformar em motivo de resistência política. Honneth aponta que a forma da articulação política do desrespeito social sofrido pelos grupos depende sempre do seu entorno político e cultural, deixando em aberto como se configurará a articulação pública do desrespeito e das lesões vivenciadas pelos grupos sociais. Isso significa que ele oferece um modelo teórico-analítico geral que, articulado às particularidades histórico-culturais das diferentes sociedades, pode ser uma ferramenta interessante para compreender como se configuram as lutas políticas dessas últimas.

Não obstante, Honneth enfatiza que, para que a luta por reconhecimento tenha um caráter de luta social que gere transformações na sociedade, não caindo numa demanda apenas individual, é preciso que a experiência individual de desrespeito sofrida seja compreendida “como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (Honneth, 2003: 257).

Se, em “Luta por Reconhecimento”, Honneth apostava nas lutas por reconhecimento como meios possíveis de ampliação da cidadania, em “Barbarizações do conflito social”, seu diagnóstico já não é tão otimista. Inspirado na teoria

social de Parsons e Durkheim, Honneth entende as sociedades modernas como constituídas por esferas de ação social diferenciadas e cristalizadas em torno de valores e normas que oferecem parâmetros a partir dos quais as pessoas podem se reconhecer reciprocamente e, a partir disso, garantem fontes morais de integração social. Nesse sentido, a base motivacional que impulsiona as pessoas em cada um desses subsistemas é a busca pelo respeito social dos/das parceiros/das de interação e esse respeito varia com os princípios morais institucionalizados e intersubjetivamente inteligíveis em cada domínio. Honneth destaca do pensamento de Parsons três principais esferas de ação, a economia capitalista, o direito moderno e a família nuclear burguesa.

O esforço de reconstrução do que Honneth chama de uma teoria “periférica” dos sistemas de Parsons tem para o primeiro a importante função de partir da construção analítica da sociedade realizada pelo segundo para, a partir de então, poder traçar as características dos conflitos sociais nas sociedades industrializadas da atualidade. Desse modo, a reconstrução que Honneth faz de Parsons é também uma adesão aos seus pressupostos teóricos, ao mesmo tempo em que uma utilização de suas ferramentas analíticas para realizar um diagnóstico atualizado do tempo presente. Para Honneth, as transformações econômicas e sociais trazidas pelo neoliberalismo nas últimas duas décadas do século XX acabaram por gerar “uma gradual erosão destas regras compensatórias de pacificação”, o que levou a uma barbarização dos conflitos sociais, um estado de anomia gerado pela obliteração e dessimbolização das formas institucionalizadas de obtenção de reconhecimento social em cada um dos três subsistemas, gerando incertezas na população acerca de como alcançar as formas normativamente fundadas de respeito social.

Para chegar a esse diagnóstico, Honneth destaca do pensamento de Parsons três principais esferas de ação, a economia capitalista, o direito moderno e a família nuclear burguesa, para demonstrar como elas vêm perdendo suas funções de integração social. Nesse sentido, a base motivacional que impulsiona as pessoas em cada um desses subsistemas é a busca pelo respeito social dos/das parceiros/das de interação e esse respeito varia com os princípios morais institucionalizados e intersubjetivamente inteligíveis em cada domínio. Assim, na esfera do direito, as pessoas agem em conformidade com as regras e normas institucionalizadas em busca de serem respeitadas como sujeitos portadores de direitos igualitários e universalizados. Resgatando a teoria de Parsons, Honneth afirma que, na esfera da economia capitalista, “será atribuída aos seus membros a respectiva medida de reconhecimento que corresponder à intensidade meritocrática de suas contribuições individuais para a produção através da divisão

do trabalho” (2014: 160), sendo o tamanho do salário o parâmetro a partir do qual o status de cada pessoa poderá ser contabilizado.

Entretanto, Honneth aponta que, ao construir seu arcabouço teórico nos meados do século XX, Parsons já estava consciente de que as desigualdades sociais se apresentam como obstáculos permanentes no sistema de reconhecimento baseado no princípio do mérito e mediado pelo mercado, sendo por isso a esfera econômica no capitalismo para ele uma fonte constante de conflitos sociais na medida em que as desigualdades sociais gerariam um descompasso entre as expectativas de reconhecimento social e as possibilidades reais de obtê-las. É por isso que Honneth demonstra a importância que o subsistema da família nuclear moderna possui na teoria do reconhecimento de Parsons. Para esse último, o reconhecimento afetivo que a família propicia poderia compensar os prejuízos na expectativa de obtenção de respeito regularmente sofridos na esfera da economia. Assim como nas demais esferas citadas, na família, as relações dos indivíduos entre si são reguladas através de normas que, uma vez cumpridas, permitem atribuir-se reciprocamente estima. Todos devem igualmente oferecer ajuda e apoio. Contudo, Parsons afirma que o pai acaba recebendo uma dose maior de respeito e maior peso nas decisões centrais da esfera familiar, devido ao seu papel como único provedor econômico.

A revolução neoliberal em curso desde a década de 1980 tem colapsado os avanços normativos que o Estado de bem-estar social produziu ao ampliar as normas de reconhecimento (Honneth, 2009). Ela atua, segundo Honneth, “de una u otra manera sobre las esferas de acción normativamente estructuradas que diferenciamos arriba, produciendo así evoluciones que conducen a una reversión parcial de los logros normativos institucionalizados en dichas esferas” (Honneth, 2009: 399).

A consequência é que, na esfera do direito, Honneth afirma que a expectativa que Parsons tinha de uma ampliação linear do direito de cidadania igualitária para um círculo crescente da população parece hoje bastante difícil de conceber, pois uma quantidade cada vez maior de pessoas se encontra destituída dos direitos de cidadania, enquanto que os que se encontram contemplados por esses direitos buscam cada vez mais fontes de reconhecimento fora dessa esfera. No subsistema econômico, Honneth demonstra que a aposta de Parsons em uma crescente obtenção de reconhecimento social escalonada pelo tamanho do salário que cada homem receberia de acordo com a sua participação na divisão do trabalho se mostrou frustrada. Devido aos processos de desregulamentação e desprofissionalização produzidos pela neoliberalismo, o trabalho social em grande medida perdeu o seu papel como “fonte de renda contratualmente

assegurada e confiável nas áreas subalternas e menos qualificadas” (Honneth, 2014: 167), de forma que o número de pessoas que tem condições atualmente de participar de uma concorrência meritocrática normativamente ordenada no mercado de trabalho é cada vez mais reduzido. De igual maneira, a aposta de Parsons de que a esfera da família compensaria as expectativas frustradas de reconhecimento que os homens (apenas eles) enfrentariam graças às injustiças da concorrência meritocrática foram por água abaixo devido a entrada das mulheres no mercado de trabalho e as consequentes alterações que isso gerou nas relações de força no interior da família.

Nesse sentido, a reestruturação neoliberal do sistema capitalista modifica a função e os significados dos progressos normativos obtidos pelo Estado de bem-estar social que, segundo Honneth (2009: 391), criaram avanços morais jamais vistos em todas as esferas de integração normativas das sociedades capitalistas, tais como formas efetivas de igualdades de oportunidade na educação, nas políticas sociais e trabalhistas, por exemplo. A reestruturação neoliberal é paradoxal na medida em que modifica permanentemente o significado e as funções dos avanços normativos institucionalizados pelo Estado de bem-estar social, pulverizando seu caráter emancipador de forma silenciosa, sem que a maior parte da população esteja consciente desse processo. Honneth inclusive aponta ser esse um dos grandes efeitos paradoxais do capitalismo neoliberal: cada vez mais os indivíduos passam a perceber seus desempenhos, êxitos e fracassos de forma individualizada, sem conseguir vinculá-los a condições sociais mais amplas, tomando cada vez mais para si as responsabilidades que deveriam ser compartilhadas coletivamente.

Estamos de acordo com o diagnóstico de Honneth a respeito da erosão das formas coletivas de formação de vínculos sociais provocadas pelo modelo neoliberal. Como vimos anteriormente, esse modelo, ao mobilizar de forma paradoxal a autenticidade, oblitera o seu potencial emancipador, acentuando uma concepção de responsabilidade baseada numa percepção radical de autossuficiência individual que se exime de qualquer responsabilização pelo outro e se baseia, como afirma Judith Butler, na “obrigação de maximizar o valor de mercado de cada um como objetivo máximo da vida” (Butler, 2018: 21). Contudo, a interpretação de Honneth de que as buscas por autorrespeito caíram na barbarização porque não há mais disponível “nenhuma esfera normativamente regulada para sua preservação e satisfação confiáveis”, não podendo por isso “se apoiar em qualquer princípio legitimador” e, portanto, tendo perdido “qualquer chance de uma codificação intersubjetivamente inteligível” (Honneth, 2014: 172), restando apenas o solipsismo da autoafirmação politicamente inócua,

parece cair num cenário sombrio em que a barbarização parece um destino inescapável e irreversível.

É problemática a ideia de uma barbarização dos conflitos sociais que, em sua inspiração durkheimiana, identifica uma patologia social em termos de anomia. Sua argumentação acerca da “falta de direcionamento normativo” e de desnormatização da luta por respeito resultam em uma interpretação um tanto quanto conservadora, fruto talvez da dificuldade de perceber que, em vez de propriamente uma desintegração das esferas normativas institucionalizadas, seja possível apontar a emergência de um novo padrão normativo cuja incipiência ainda não nos permite vê-lo com total clareza. Assim, ao trazer nesse trabalho a discussão sobre a sociedade do desempenho, estamos nos esforçando para esclarecer a positividade do contexto moral-normativo que impõe nuances à autenticidade como valor orientador das lutas por reconhecimento. Ao invés de argumentar em favor de uma ausência de normatividade e barbarização, como faz Honneth, o esforço caminha na direção de pensar como a autenticidade é moldada pelas exigências de desempenho, ensejando uma normatividade moral própria com consequências para as lutas sociais.

Destarte, ao contrário do caminho traçado por Honneth de afirmar que as pessoas tolhidas do acesso às esferas estabelecidas de reconhecimento na atualidade não dispõem mais de nenhuma via para alcançar autorrespeito a partir da participação na vida social, preferimos pensar que o não-enquadramento às formas de simbolização compartilhadas pode significar, em vez de uma anomia, a negação e o questionamento dos modelos normativos hegemônicos. Nesse sentido, estamos propondo pensar as transformações trazidas pelo neoliberalismo como paradoxais também no sentido de que, ao favorecerem a erosão dos modelos normativos dominantes, como afirma Honneth, produzidos pela social-democracia, tem também radicalizado e explicitado como nunca suas desigualdades e injustiças sociais. Se assim for, em vez de um diagnóstico que entende o não enquadramento atual das lutas por reconhecimento às formas hegemônicas de normatividade institucionalizadas como uma patologia social, como uma barbarização dos conflitos sociais, que possamos apontar para o desenvolvimento de novos padrões normativos questionadores das formas institucionalizadas de normatividade.

Seguindo nessa direção, em vez de considerar, como faz Honneth, que os três subsistemas sociais que ele resgata de Parsons perdem suas funções de integração social sob o regime neoliberal, podemos questionar a sua premissa de que tenha de fato havido sob o Estado de bem-estar social a integração normativa abrangente defendida por ele. A questão que se coloca é se é possível afirmar

que as sociedades altamente industrializadas do Ocidente tenham realmente alcançado um grau de generalização das normas jurídicas igualitárias e de possibilidades de inserção profissional no mercado de trabalho formal capazes de garantir cidadania, inserção econômica digna e “integração familiar”⁶ à maior parte da sua população. Se a resposta afirmativa para essa pergunta já é difícil quando consideramos as sociedades modernas altamente desenvolvidas apontadas por esses autores, o que pensar de sociedades como a brasileira, marcadas historicamente por desigualdades sociais abissais?

É por isso que consideramos mais coerente interpretar os conflitos sociais no tempo presente como resultado das transformações causadas pelo neoliberalismo que geram uma radicalização paradoxal do princípio da autenticidade que pode se desdobrar em duas direções opostas: de um lado, a autenticidade pode ser totalmente capturada pela lógica do desempenho e ter seu potencial emancipador colapsado por essa última, como vimos a partir dos argumentos de Han desenvolvidos na primeira parte desse trabalho; do outro lado, tem-se o desenvolvimento de formas de normatividades em curso potencialmente questionadoras das formas dominantes já institucionalizadas nas esferas do mercado capitalista, do direito moderno e da família burguesa. Acreditamos que as lutas por reconhecimento dos movimentos sociais organizados em torno das identidades podem desempenhar um papel fundamental para essas últimas, na medida em que as experiências das formas de desrespeito social sofridas por eles podem impulsionar o desenvolvimento de conflitos sociais na configuração de lutas moralmente motivadas que tentam estabelecer, cultural e institucionalmente, novas formas recíprocas de reconhecimento que funcionam como motor de mudanças sociais mais amplas.

Tendo no horizonte todas essas questões, podemos retomar a discussão das identidades de maneira a destacar seu potencial crítico na luta por reconhecimento. Antes de mais nada, é preciso afirmar o valor estratégico (provisório, contingente) das políticas de identidade sem perder de vista a ideia de que a luta identitária é um meio para o reconhecimento de diferenças que são oprimidas pelas normatividades sociais. Trata-se de não tornar as lutas identitárias um fim em si mesmo, mas um ponto a partir do qual a luta política avança. Judith Butler tem, desde a divulgação de seus primeiros trabalhos considerados mais importantes, a crítica às políticas identitárias como um de seus principais

6 No caso da esfera da família, é importante ressaltar que a ideia de integração defendida por Parsons prespõe um modelo problemático de família baseado na dominação masculina e na heterossexualidade como norma.

alvos. Em “Problemas de gênero”, por exemplo, Butler (2010), na esteira de Michel Foucault, para quem as instituições como formas de saber/poder fundam e conformam os sujeitos, promove uma crítica à categoria mulher como uma condição necessária à luta política como se esta fosse anterior à sua representação política. Estar atento a isso implica um esforço para não cair no engodo das identidades, em não perceber que as identidades se constroem segundo os regimes de verdade pelas quais sua inteligibilidade é possível. E, no contexto atual, a sociedade do desempenho como regime de verdade impõe a exigência de autenticidade de quem sofre e de quem pode falar sobre aquele sofrimento. Para parafrasear a autora, não há identidade por trás das expressões de sofrimento.

Em “Quadros de Guerra”, Butler (2015: 50) aprofunda a crítica às políticas identitárias, visando a reorientar as políticas de esquerda no sentido de considerar a condição precária como uma condição existente e promissora para mudanças em coligações. Para ela, é importante pensar numa política de coligação que, apesar de não prescindir das políticas de identidade, vá além delas. A política de coligação pretende colocar na ação política a ideia segundo a qual as diferenças não devem ser diluídas em nome de uma universalidade. Seria uma potencialização da luta política a partir das diferenças identitárias:

o foco deveria recair menos nas políticas identitárias, ou nos tipos de interesses e crenças formulados com base em pretensões identitárias, e mais na precariedade e em suas distribuições diferenciais, na expectativa de que possam se formar novas coligações capazes de superar os tipos de impasses liberais mencionados anteriormente. A precariedade perpassa as categorias identitárias e os mapas multiculturais, criando, assim, a base para uma aliança centrada na oposição a uma violência de Estado e sua capacidade de produzir, explorar e distribuir condições precárias e para fins de lucro e defesa territorial. Tal aliança não requereria concordância em relação a todas as questões de desejo, crença ou autoidentificação. Constituiria antes um movimento que abrigaria determinados tipos de antagonismos em curso entre seus participantes, valorizando essas diferenças persistentes e animadoras como o sinal e a essência de uma política democrática radical” (Butler, 2015: 55)

Judith Butler considera que a precariedade pode ser a base para essa aliança em coligações que vão além das políticas identitárias, agregando os diferentes grupos dominados a partir de interesses comuns organizados “em formas de oposição política a certas políticas estatais e outras políticas regulatórias”

(Butler, 2015: 210), que criam redes sociais e econômicas deficientes para certas populações, que acabam por ficar expostas à violência arbitrária do Estado (Butler, 2015: 31). Desse modo, Butler aponta para algumas políticas estatais que, uma vez que maximizam a precariedade e produzem violência contra diversos grupos subalternos, criam um inimigo comum e um ponto de contato entre os diversos grupos precarizados.

A política da coligação proposta por Butler é a aliança “entre várias minorias ou populações consideradas descartáveis” (Butler, 2018: 34), ou seja, precárias. As coligações buscam ir além das políticas identitárias, pois não estão necessariamente baseadas em posições do sujeito ou na reconciliação de diferenças entre posições do sujeito, mas abrigam antagonismos e valorizam as diferenças como a característica mesma de uma política democrática radical. São, para Butler, possibilidades nascentes, concretas e provisórias da soberania popular.

Quando corpos se unem na rua, na praça pública ou em outras formas de espaço público, eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, e a reivindicação pelo direito de aparecer é uma reivindicação por um conjunto de suportes sociais que garantam uma vida digna. Mas é também uma demanda corporal por reconhecimento da condição de humanidade, uma luta pelo direito de aparecer como uma vida corporal válida. É importante ressaltar que as propostas de Butler não sugerem a adequação dos indivíduos e grupos precarizados aos regimes de inteligibilidades postos pelo capitalismo neoliberal. Ao contrário, suas propostas caminham no sentido de construir uma mirada crítica que favoreça a desconstrução dos enquadramentos normativos produtores de concepções hierárquicas e excludentes do humano que alimentam e são alimentadas por esse padrão de poder.

Ao contrário do que defende a ideologia neoliberal, Butler afirma que não pode haver vida vivível sem as condições sociais de sustentação da vida. Para ela, somos seres dependentes de reconhecimento e “redes de apoio e sustentação que atravessam as linhas que separam o humano, o animal e o técnico” (Butler, 2018: 147). Profundamente crítica ao neoliberalismo, Butler defende que a garantia das condições sociais de sustentação da vida são, “ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e a matéria de nossas decisões éticas mais árduas” (Butler, 2015: 43). É por isso que não há possibilidades individualistas de ação política transformadora; ao contrário, essa última deve sempre partir da construção de relações dialógicas e coletivas, pois a coligação dos corpos em aliança nas ruas nunca é uma ação individual, mas sim uma ação entre corpos.

Com isso, Butler não está propondo o abandono das políticas identitárias. Ao contrário. É reconhecida a sua importância na crítica ao universalismo que

caracteriza as epistemologias hegemônicas e os modelos mais tradicionais de fazer política. Esses últimos não enxergam – ou não querem enxergar – que as interações entre os múltiplos sistemas de opressão geram condições diferenciais de precariedade, maximizando as vulnerabilidades sociais de determinados grupos sempre que gênero, raça, classe social, nacionalidade e sexualidade se interseccionam. Assim, se os movimentos sociais organizados em tornos das políticas identitárias possuem atualmente um papel fundamental na visibilização, conscientização e tematização política de suas opressões históricas, eles também têm encontrado obstáculos em produzir uma desconstrução mais significativa das cadeias que estruturam suas opressões exatamente porque esbarram na dificuldade de encontrar uma gramática política que ressalte seus interesses políticos comuns, mas sem apagar as suas diferenças.

Seguindo essa direção apontada por Butler, consideramos fundamental pensar nas lutas por reconhecimento social na atualidade como ferramenta política eficaz quando ela é capaz de unir em coligação todos esses corpos precários a quem foi negado, cada um a seu modo, o reconhecimento social da humanidade e, a partir disso, sofreram todas as formas possíveis de violência e exploração. Isso não significa, como já mencionado, consensos e posições identitárias comuns. Mas aponta para a coligação dos corpos precarizados que, expostos a diferentes formas de negação do reconhecimento social, podem desenvolver formas “de se tornar legíveis uns para os outros” e fazer dessa exposição comum à violência a base política para a resistência organizada (Butler, 2018: 45). A gramática política da coligação guarda algumas semelhanças com a da interseccionalidade (Collins, 2019) em sua tentativa de superar problemas relativos à fragmentação das lutas identitárias (Fraser, 2013). A opção pela primeira se deve ao fato de que os debates sobre intersecção se veem amiúde limitados a três grandes sistemas de dominação (classe, raça e gênero) quando, no plano das lutas política contra as opressões, é possível identificar uma miríade de sofrimentos além destes três comumente tomados como principais.

4. Considerações finais

Ao desenhar os traços mais definidores da fase atual de desenvolvimento do capitalismo, Byung-Chul Han constrói um cenário de uma sociedade que expressa uma sofisticação das relações de dominação da modernidade tardia: sem a clareza objetiva que caracterizava as relações de dominação do capitalismo industrial, vivemos em uma sociedade do desempenho cujas relações de exploração econômica extrapolam os limites das fábricas e borram as fronteiras entre o público e o

privado, gerando também uma confusão entre aquele que explora e aquele que é explorado. Byung-Chul Han aponta para uma sociedade que, marcada por um excesso de positividade, de estímulos, por uma saturação de informações e impulsos, gera uma enorme pressão por desempenho e, conseqüentemente, uma violência saturante que produz sujeitos esgotados e esvaziados.

O esgotamento psíquico que caracterizaria essa nova patologia social do momento presente seria consequência da ideologia neoliberal que elogia o desempenho e a produtividade e que leva os indivíduos a crerem que nada é impossível em um mundo que está cada vez mais desvinculado da negatividade das proibições. Essa sociedade se caracteriza por uma saturação de positividade que põe em marcha um tipo de comunicação mecânica, operacional e transparente que torna possível o fluxo contínuo e inesgotável de informações que circulam em alta velocidade. A rapidez desse fluxo só é possível graças à eliminação de qualquer negatividade, pois apenas sem negatividade as informações podem fluir sem qualquer resistência ao curso raso do capital e da comunicação (Han, 2017: 10).

Entretanto, renunciar a alteridade é renunciar a própria construção de nossa subjetividade visto que é por meio dessa que nossa identidade é construída. Seguindo a tradição hegeliana, partimos do pressuposto de que a característica fundamental da vida humana é seu caráter essencialmente dialógico (Taylor, 2000), ou seja, partimos da premissa de que, enquanto indivíduos, somos constituídos e constituídos pela negatividade, pela demanda pelo reconhecimento do Outro, pelas falhas, recusas que essa demanda gera, em resumo, pelo conflito entre o desejo de ser reconhecido pelo Outro e pela ausência desse reconhecimento. As disputas, as ambivalências, a negatividade e os conflitos são constitutivos das relações de comunicação entre os indivíduos. É por isso que, na sociedade da transparência, não se forma comunicação em sentido enfático, porque comunicação significa conflito, negatividade e alteridade (Han, 2017: 114).

A experiência de desrespeito social sofrida por determinados grupos pode impulsioná-los para lutas coletivas moralmente motivadas com intuito de estabelecer, institucional e culturalmente, novos padrões normativos que reconheçam as formas de vida, as identidades e as particulares culturais destes grupos subalternizados como igualmente dignos e legítimos. No entanto, vimos que as lutas por reconhecimento social travadas atualmente têm se apresentado como intrinsecamente vinculadas às políticas identitárias e se desenvolvem em um cenário econômico marcadamente neoliberal, permeado pela lógica do desempenho. Esse cenário político e econômico imprime a essas lutas por reconhecimento uma série de dificuldades para que elas possam se configurar como

lutas políticas coletivas que logrem transformações sociais efetivas. Uma das principais dificuldades se dá pela captura da autenticidade pela lógica individualizante do modelo neoliberal. É justamente essa lógica individualizante que muitas vezes retira a potência revolucionária das reivindicações dos movimentos sociais organizados em torno das políticas identitárias.

A consequência disso é a pulverização das suas demandas por reconhecimento, entendidas como distintas, particulares e desconectadas entre si, estilhaçando as lutas coletivas em inúmeros pequenos grupos identitários restritos às suas próprias identidades e demandas específicas. A pulverização das lutas por reconhecimento é causa e consequência da própria lógica neoliberal. Segundo Crary (2016: 51), “[d]ocilidade e isolamento não são subprodutos indiretos da economia financeira global: estão entre seus objetivos principais”. Nesse sentido, o desafio segue o de fazer políticas de coligação entre sujeitos e grupos distintos contra formas de opressão e dominação que produzem de forma comum para esses grupos redes sociais e econômicas deficientes. Para tanto, faz-se necessário retomar o movimento da negatividade pelo qual o caráter dialógico da luta por reconhecimento se afirma: esse implica em um reconhecimento da alteridade e da diferença que passe pelo combate à gramática privatizante do fetichismo da identidade em prol de mudanças sociais mais profundas, possíveis apenas a partir da política de coligação.

Referências:

- ADORNO, Theodor. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: *Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno*. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- . *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.
- . *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento*. São Paulo, Boitempo, 2019.
- CRARY, Jonathan. *24/7. Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo, Ubu Editora, 2016.
- DEBORD, Guy. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008.
- DUNKER, Christian. *Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo, Ubu Editora, 2017.

- _____. *Sintoma, mal-estar e sofrimento*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo, Graal, 1999.
- FRASER, Nancy. *Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis*. London/New York, Verso, 2013.
- FREUD, Sigmund. Fetichismo. In: *Escritos de psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro, Imago, 2007.
- GROSGOUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeniana, Instituto Pensar, 2007.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Petrópolis, Vozes, 2017.
- _____. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, Vozes, 2017b.
- HONNETH, Axel. *Sofrimentos de indeterminação: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Esfera Pública, 2007.
- _____. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia. (Org.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo, Annablume, 2007.
- _____. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Ed. 34, 2003.
- HONNETH, Axel; HARTMANN, Martin. Paradojas del capitalismo. In: HONNETH, Axel. *Crítica del agravio moral: patologías de la sociedad contemporánea*. 1. ed. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, Universidad Autónoma Metropolitana, 2009.
- _____. Barbarizações do conflito social: Lutas por reconhecimento ao início do século 21. *Revista Civitas*. Porto Alegre, v. 14, n. 1, jan./abr. 2014, pp. 154-176.
- KRISTEVA, Julia. *Sentido e contra-senso da revolta: poderes e limites da psicanálise*. 1. São Paulo, Rocco, 2000.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. São Paulo, LTC, 1999.
- MATTOS, Patrícia. *A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo, Annablume, 2006.
- SAFATLE, Vladimir. Introdução – Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social. In: SAFATLE, Vladimir et al. (Org.). *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte, Autêntica, 2018.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no capitalismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 1998.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

———. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo, Loyola, 1997.

ZIZEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1991.

Recebido em: 06/11/2021

Aprovado em: 17/07/2021

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Marcos de Jesus e FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. O reconhecimento na era do desempenho: tensões e disputas na luta moral contemporânea. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 299-320.



As mulheres na política institucional em Mato Grosso do Sul: análises da participação feminina nos pleitos eleitorais¹

Jaqueline Teodoro Comin²

Alzira Salete Menegat³

Resumo: O presente artigo apresenta análises sobre as mulheres ocupando cargos na política institucional de Mato Grosso do Sul (MS), com base nos dados coletados no site do TRE/MS. Considera-se, para a pesquisa, todos os pleitos eleitorais, iniciando em 1982, quando aconteceram as eleições diretas, chegando até o pleito de 2018. Ao computar os dados, verifica-se o número de mulheres candidatas e, também, quantas foram eleitas para os cargos de: prefeitas, vereadoras, deputadas estaduais e federais, senadoras e governadoras. Os resultados da pesquisa mostram baixo número de mulheres na política institucional, com sub-representação feminina, mantida nos 40 anos da história de existência de Mato Grosso do Sul, evidenciando desigualdades e domínio masculino nesse campo.

Palavras-chave: Mulheres; política institucional; pleitos eleitorais; Mato Grosso do Sul.

1 As reflexões deste artigo são parte da dissertação de mestrado, defendida no ano de 2019, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Dourados (PPGS-UFGD), intitulada “Mulheres e política institucional em Mato Grosso do Sul: a relação entre o social e o constitucional”.

2 Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – jaquelineteodoroc@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-0691-9435>

3 Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – alziramenegat@ufgd.edu.br – <https://orcid.org/0000-0001-8777-7637>

Women in institutional politics in Mato Grosso do Sul: analyses of female participation in electoral elections

Abstract: *The present article analyzes the women participation in institutional politics of Mato Grosso do Sul (MS), with data collected from the TRE/MS' site, considering the in electoral election of 1982, when happened the direct elections, reaching the electoral election of 2018. Computing the data, we the number of women candidates and how many were elected to the positions of: mayors, councilors, state and federal deputies, senators and governors. The results of the research show low number of women in institutional politics, with underrepresentation feminine, maintained for 40 years of the creation from Mato Grosso do Sul, pointing inequalities and male dominance in this area.*

Key-words: *Women; institutional politics; electoral elections; Mato Grosso do Sul.*

Las mujeres en la política institucional en Mato Grosso do Sul: análisis de la participación femenina en las elecciones electorales

Resumen: Este artículo presenta análisis sobre las mujeres que ocupan puestos en la política institucional de Mato Grosso do Sul (MS), basados en datos recopilados en el sitio web de TRE/MS, considerando la primera elección en Mato Grosso do Sul, que tuvo lugar en 1982, cuando tuvieron lugar las elecciones directas, llegando a las elecciones de 2018. Calculando los datos verificamos el número de mujeres candidatas y también cuántas elegidas para los cargos de: alcaldes, concejales, diputados estatales y federales, senadores y gobernadores. Los resultados de la investigación muestran un bajo número de mujeres en la política institucional, con subapresentación femenina, mantenida en los 40 años de la historia de existencia de Mato Grosso do Sul, a evidenciar la desigualdades y dominación masculina en este campo.

Palabras clave: Mujeres; política institucional; elecciones electorales; Mato Grosso do Sul

Introdução

Investigar o tema das mulheres na política institucional em Mato Grosso do Sul suscita a percepção do quanto esse espaço está permeado por relações de poder desiguais, alicerçadas sob a lógica do patriarcado, assim como ocorre em

outros campos. No entanto, no campo da política institucional, elas têm uma forma singular, por ser lugar de determinações, visibilidades, onde são decididos os rumos sociais pela ótica jurídica.

Com esse fio condutor, procuramos, neste artigo, refletir sobre as mulheres em cargos da política institucional, eleitas nos diferentes pleitos eleitorais da história de Mato Grosso do Sul (MS), desde as primeiras eleições diretas, em 1982, até o pleito de 2018. Os dados estatísticos, obtidos na plataforma do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, possibilitaram cruzar diversas variáveis; dentre elas, o número de candidaturas femininas e, também, o número de mulheres eleitas e reeleitas nos diferentes pleitos eleitorais para os seguintes cargos: vereadoras e prefeitas em todos os municípios do estado, deputadas estaduais, deputadas federais, senadoras, governadoras e vice-governadoras eleitas.

Interessou-nos analisar a participação feminina em cada um dos pleitos eleitorais que se sucederam ao longo dos 40 anos da criação de Mato Grosso do Sul, compreendendo a inserção das mulheres no âmbito da política institucional, espaço que, em Mato Grosso do Sul, bem como na realidade brasileira, mostra-se predominantemente masculino.

Cabe destacar que, ao nos referimos às mulheres na política de Mato Grosso do Sul, estamos tratando da política partidária/institucional, lugar em que os números mostram a sub-representação feminina. No entanto, para além da política institucional, elas, historicamente, atuaram e atuam em diversos espaços políticos do conjunto da sociedade, ocupando as ruas, os movimentos sociais, as organizações, os grupos, as associações, fazendo pressão, colocando pautas fundamentais para o debate visando melhorias na estrutura da sociedade.

As mulheres no Brasil são propulsoras na reivindicação e conquista de direitos, como destaca Avelar (2001), visto que se encontram atuando em ambientes dinâmicos da formação de mulheres (algumas passam a ocupar a política partidária), articulando-se com órgãos internacionais, marchas mundiais, consolidando, assim, o movimento feminista brasileiro como o maior e o mais organizado da América Latina. Elas estiveram e se mantêm na luta pela igualdade de direitos, demandando pautas que evidenciam as diferenças de gênero; estas não devem se traduzir em desigualdades sociais, como demonstram os números da política institucional.

O trabalho de coleta de dados no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul nos mostrou que, no estado, em 2018, 13% das mulheres ocupavam os cargos como eleitas. Em escala nacional, no mesmo ano, a representação de mulheres na Câmara dos Deputados era de 15% de eleitas. Do total de 513 deputados, 77 são deputadas federais. Logo, é fundamental pensarmos onde estão as mulheres nesse

panorama, bem como a quantidade e as características da representação feminina no espaço da política institucional de Mato Grosso do Sul, analisando em que sentido ainda se mantêm os elementos históricos, que determinaram o espaço público como *locus* dos homens e o espaço privado como lugar das mulheres.

Para organização das reflexões, dividimos o texto em duas partes: na primeira, apontamos um breve cenário de Mato Grosso do Sul e de como a política institucional corresponde a um espaço público pouco alcançado pelas mulheres; na segunda parte, analisamos os números de mulheres candidatas e, também, de eleitas e de reeleitas para os diversos cargos: senadoras, deputadas federais e estaduais, governadoras, vice-governadoras, prefeitas e vereadoras, na história política do estado. Importa salientar que a população feminina em Mato Grosso do Sul é de 1.337 milhões, o que representa 52% de seu eleitorado, conforme Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul⁴.

O cenário de Mato Grosso do Sul

O Mato Grosso do Sul é um estado recente e sua criação ocorreu com o Plano de Desenvolvimento de Integração Nacional, assinado em 1977, pelo então presidente Ernesto Geisel. Houve a divisão do então estado de Mato Grosso, criando duas unidades federativas. Implantado o estado, o primeiro governador foi Harry Amorim Costa, oriundo do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma escolha “técnica” do General Geisel, visando à aprovação do colégio eleitoral na Assembleia Legislativa, numa indicação antidemocrática, garantida pelo AI-2. Esse documento autorizava decisões vindas do alto escalão da administração, tomadas por um grupo seletivo, sem participação popular (Queiroz, 2006).

O contexto era o final do regime militar, e a criação de Mato Grosso do Sul ocorreu junto com a gradual redemocratização brasileira, num momento de esfacelamento do dito “milagre econômico”, do fim das cassações, dos atos institucionais e da censura à imprensa. No governo do general João Figueiredo, desde 1978, foi consolidada a reforma partidária, criando o multipartidarismo e extinguido os dois partidos existentes: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esses dois partidos foram transformados em Partido Democrático Social (PDS) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Neste cenário, ocorreram as eleições gerais de 1982 no Brasil, sendo as primeiras votadas pelo povo após a instauração do governo militar, o qual terminou em 1985 (Bittar, 1998).

4 Disponível em: <<https://www.tre-ms.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

O contexto da formação de Mato Grosso do Sul em conjunto com seus primeiros governos, como também os interesses das classes dominantes desde as aspirações divisionistas caracterizavam uma política de interesses a favor da classe dominante local, composta majoritariamente por homens, que, segundo Bittar (1998: 34), estava organizada por grupos “[...] partidários arenistas sul-mato-grossense: a) “independentes” – grupo vinculado ao ex-governador Pedro Pedrossian; b) “ortodoxos” – grupo alinhado ao ex-governador José Fragelli; c) grupo do deputado federal Levy Dias, denominado “renovador”, uma dissidência da facção Pedrossian”.

Na divisão do estado, pairava a promessa de substituição das oligarquias do antigo governo de Mato Grosso, mas isso não se concretizou, pois foram mantidos membros do grupo anterior, ocorrendo mudanças mais significativas e isoladas nas lideranças do poder institucional desde 1998, quando assumiu o governo de José Orcílio Miranda dos Santos, o “Zeca do PT”, que governou por dois mandatos, até 2006. Com a saída de Zeca, a elite retornou ao governo com André Pucinelli, do partido MDB, que governou até 2014, e, na sequência, Reinaldo Azambuja, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), reeleito em 2018 (Bittar, 1998). Dessa forma, o estado de Mato Grosso do Sul, desde sua criação, foi perpassado por uma elite rural com base no latifúndio, na pecuária de corte e na agricultura para exportação, sendo um estado rural, com traço forte do campo, na produção de grãos, cana-de-açúcar e criação de gado. Conta com uma população de 2.449.024 milhões de pessoas (conforme última amostra da população realizada pelo IBGE, em 2010), distribuída em 49% de homens e 51% de mulheres. Embora constituído por maior percentual feminino, elas ocupam pouco os espaços de poder, evidenciando um processo de invisibilidade e dominação, que se mostra também nos dados de violência feminina. Neles, o Mato Grosso do Sul figura no Brasil com elevados índices de crimes violentos letais intencionais contra mulheres. Em 2015, foram 83 casos⁵, e as taxas de estupros somaram 1.458 casos, em 2016⁶.

Dessa forma, na história de Mato Grosso do Sul, houve uma combinação de poderes, reunindo na dinâmica do estado homens detentores de patrimônio e de poder político institucional, o que acentua desigualdades que atingem as mulheres, levando à sub-representação delas na política institucional.

5 Ver índices disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2016/fotos-de-feridos-confirmam-tiros-em-confronto-entre-indios-e-fazendeiros/>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

6 No contexto nacional, o Mapa da Violência, de 2015, evidencia que o Brasil é o 5º país do mundo que mais mata mulheres, com uma taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres; dentre essas, as mulheres negras são as maiores vítimas desse tipo de violência. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2021.

A realidade sul-mato-grossense expressa a de âmbito nacional. O que parece interessar na política institucional brasileira em relação às mulheres não é o fato de os partidos políticos buscarem meios para que elas façam parte desse processo e assumam cargos de gestão na política institucional, mas de mantê-las na posição de “ajudantes” de homens políticos. É sustentado o modelo da política com predomínio masculino, mesmo diante de incentivos para o fortalecimento da participação das mulheres no cenário político, dentre eles a Lei n. 12.034/2009, a qual garante cotas femininas de 30% na política institucional.

As mulheres na política institucional de Mato Grosso do Sul

Os dados dos pleitos eleitorais para os cargos da política institucional em Mato Grosso do Sul, disponíveis na página oficial *online* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS), são fontes para análises da participação política feminina desta reflexão, compreendendo quantas mulheres registraram candidaturas e quantas foram eleitas, identificando a representatividade feminina nesse campo. Vejamos os números de mulheres e de homens nos pleitos de Mato Grosso do Sul, para o cargo de governador do estado, evidenciados na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados dos pleitos para governadora/or em Mato Grosso do Sul

Ano	Total de candidatos/as (H + M)	Candidatas (M)	Eleitas (M)	Partidos	Nº de Votos
1982	4	-	-	-	-
1986	3	-	-	-	-
1990	3	-	-	-	-
1994	4	1	-	PRONA	21.773
1998	4	-	-	-	-
2002	6	1	-	PSDB	500.542
2006	5	-	-	-	-
2010	3 *	-	1 **	PMDB	704.407
2014	6	3	1 ***	PSDB	741.516
2018	6****	0	-	-	-

Fonte: Tabela construída com base nos dados do TRE-MS e TSE

* candidatos a governador, todos com vice mulher

** (vice do André Pucinelli eleita- Simone Tebet)

*** (Rose Modesto – Vice de Reinaldo Azambuja)

**** (4 dos candidatos tinham vice mulher, o vice do governador eleito é homem)

Conforme os dados da Tabela 1, em Mato Grosso do Sul, as mulheres ainda não ocuparam o cargo de governadoras, tendo lá chegado somente duas mulheres na condição de vice-governadoras. Quanto ao número de mulheres que se candidataram a esse cargo nos 10 pleitos já realizados no estado, somam um total de 39 candidatos homens (10 eleitos), frente a cinco candidatas (nenhuma delas obteve êxito como cabeça de chapa). Somente duas vice-governadoras foram eleitas, no ano de 2010, com Simone Tebet, vice de André Pucinelli, e, em 2014, com Rose Modesto, vice de Reinaldo Azambuja. No total, as mulheres representam 12% como candidatas, nenhuma eleita.

No cenário nacional, em toda história política, apenas sete mulheres foram governadoras por 10 vezes. Dentre elas, Roseane Sarney (PFL) foi a primeira governadora eleita no país, em 1994, sendo reeleita em 1998 e em 2010. Wilma de Faria (PSB) também foi reeleita no Rio Grande do Norte, ocupando mandato de 2003 a 2010. Em 2018, somente Maria de Fátima Bezerra (PT) foi eleita governadora do Rio Grande do Norte.

No cenário sul-mato-grossense, ao analisarmos cada pleito, separadamente, em 1994, elas representavam 25% de candidaturas; em 2002, essa porcentagem caiu para 16%. O maior número ocorreu em 2014, com três mulheres candidatas a vice-governadoras. Em todos os outros anos, não houve nenhuma candidata, o que apresenta um retrocesso e uma inconstância.

Cabe salientarmos que as vices compuseram chapas após o ano de 2010, quando no sistema eleitoral já havia sido estabelecida a cota de 30% para mulheres, conforme determinado pela Lei n. 12.034/2009. A presença de mulheres como candidatas na condição de vice só tem um crescimento no período da mudança na Lei de Cotas. Parece figurar como intenção partidária voltada a demonstrar a ideia do “politicamente correto”, visto que, ao compor chapas com um homem e uma mulher, os partidos reforçam a representação de que estão promovendo a igualdade de gênero, não interessando se as mulheres estão na condição de vices. Além disso, existem no âmbito dos partidos políticos outros fatores que estimulam essa participação, como os recursos destinados do fundo especial para campanha de mulheres. Aquelas vistas como “boas de votos” são alçadas a “ajudar” os candidatos homens a se elegerem.

É preciso destacar que, no ano de 2009, por meio da Lei n. 12.034, conhecida como Lei de Cotas para mulheres na política, em seu art. 10, § 3º, foi assegurado que os partidos ou coligações deveriam preencher suas candidaturas com o mínimo de 30% e o máximo de 70% para cada sexo. Pela referida Lei, foi estabelecido o percentual de candidaturas

por partido político, no que concerne aos cargos do legislativo, exceto aquele para o Senado, visto que este faz parte das eleições majoritárias. Sendo assim, os cargos contemplados para cumprimento da Lei são para vereadoras/es, deputadas/os estaduais e federais, os quais são eleições de disputa proporcional, em que vários candidatos/as são eleitos/as, em conformidade com o número populacional de cada estado e de cada município.

O não cumprimento das cotas para candidaturas por sexo prevê impugnação (autuada pela justiça eleitoral) de candidaturas masculinas com vistas a manter a proporção 30% – 70% exigida por Lei. A penalidade aplicada impugna candidatos homens do partido que não cumpram a Lei de Cotas, até a proporção chegar à equivalência da porcentagem exigida. Em 2019, o TSE passou a exigir a cassação de toda a chapa do partido, se constatada ocorrência do uso de candidaturas laranjas⁷. Esse percentual foi alcançado somente em 2012, com um percentual de 32% de candidatas em todos os cargos. Nos anos de 2014 e 2018, o número esteve próximo, mas o percentual de mulheres eleitas diminuiu no último ano em Mato Grosso do Sul.

A Lei de Cotas, na política institucional, compõe o conjunto das diversas pautas que foram traduzidas em leis, demandadas pelas mulheres em movimentos de cunho político, encaminhando debates e conquistando direitos. Por isso, defendemos a ideia de que é preciso ir além e somar forças, para que as mulheres façam políticas nas diversas instâncias sociais, como nos movimentos sociais, associações, academias, bairros, ruas, mas que também ocupem o poder institucional, dentre os quais as lideranças de partidos (esses que escolhem candidatos e destino de recursos para campanha).

O fato é que a maioria que ocupa e exerce o poder político, se considerado o âmbito do todo do Brasil, é constituída por homens brancos, ricos, com ensino superior. No entanto, a realidade do país apresenta outra composição, sendo formada por 54% de negros/as, 51% de mulheres e 16% (minorias) com ensino superior, divulgado por meio da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNADc (IBGE, 2016)⁸. Ou seja, parte significativa das mulheres

7 O termo “laranja” se refere às candidaturas registradas apenas para cumprir uma lei de cotas, destinadas para candidaturas de mulheres, atendendo à obrigatoriedade da Lei n. 12.034, instituída no ano de 2009, ou seja, candidaturas assumidas em pleitos eleitorais, que não foram concretizadas na prática. Houve o registro das candidaturas, mas não a disputa efetiva durante o período de campanha eleitoral, visto que, ao final do pleito, não somam nenhum ou poucos votos. Isso indica acordo partidário em prol de outros interesses, apenas para os partidos atenderem à legislação.

8 Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/2511-np-pnad-continua/30980-pnadc-divulgacao-pnad4.html>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

se encontra destituída do poder, sub-representadas e, assim, uma pequena elite decide os rumos do país.

Interessa questionarmos também acerca das mulheres como vices, posição, por vezes levada para angariar votos, a depender do histórico social ou familiar de cada candidata. No entanto, é uma estratégia que mantém as mulheres longe da ordem dominante, utilizando competência e popularidade delas para compor candidaturas masculinas.

A esse respeito, Avelar (1996: 02) aponta que

[...] a representação feminina diminui drasticamente quando se ascende às mais altas esferas do poder, seja naquelas da representação política eleitoral, seja nos canais corporativos como nos altos escalões dos ministérios e secretarias de Estado [...]. No campo econômico, a maior evidência é que, embora haja maior participação da mulher no mercado de trabalho, os trabalhos femininos apresentam, em sua grande maioria, as seguintes características: são sub-remunerados, pouco regulados e sazonais.

Outro aspecto a ser considerado e nos reportando ao contexto do Brasil é o fato de as eleições proporcionais ocorrerem em conjunto com as majoritárias para os cargos de vereadoras/es, prefeitas/os, governadoras/es, senadoras/es, deputadas/os federais e estaduais. Esse fator também implica em uma desvantagem para os cargos legislativos, em que se concentra um maior número de mulheres, como é o caso de governadoras, cargo para o qual uma mulher nunca foi eleita em Mato Grosso do Sul. Desse ponto de vista, a população acaba por dar mais atenção aos cargos executivos, como aponta Araújo (2011: 110):

Há uma mão dupla nesse processo: candidatos ao Legislativo esperam e cobram dos candidatos majoritários apoios de diversos tipos; e por outro lado candidatos proporcionais de vários partidos tendem a trabalhar e concentrar suas campanhas em um candidato majoritário. Dito de outro modo, enquanto um deputado ou vereador concorre com vários outros, inclusive do seu partido, um candidato a governador terá uma base de apoio mais ampla e um universo de concorrentes mais restrito.

Em relação aos representantes do Senado, a Tabela 2 apresenta a composição nos pleitos eleitorais que compreendem os anos de 1982 a 2018:

Tabela 2 – Resultado dos pleitos para Senadoras/es em Mato Grosso do Sul

Ano	Total de Candidatos/as (H + M)	Candidatas (M)	Eleitas (M)	Partido	Nº de votos
1982	7	-	-	-	-
1986	10	-	-	-	-
1990	3	-	-	-	-
1994	7	1	-	PRONA	49.735
1998	5	-	-	-	-
2002	7	-	-	-	-
2006	7	2	1	PSDB	607.584
2010	5	-	-	-	-
2014	6	-	1	PMDB	640.336
2018	13	1	1	PSL	373.712

Fonte: Tabela construída com base nos dados do TRE- MS e TSE.

A história de baixa participação feminina no Senado se repete, com números menores ainda, se comparados àqueles para o cargo de governador/a. Para o Senado, houve somente quatro candidatas em toda história dos pleitos eleitorais em Mato Grosso do Sul, com três delas eleitas, sendo a primeira Marisa Serrano, em 2006. No decorrer dos pleitos analisados, 66 homens foram candidatos ao cargo e 15 deles eleitos. Assim, as mulheres chegaram a 6% do total como candidatas e a de 16% eleitas, ou seja, os homens são maioria, representando 94% de candidatos e 84% são eleitos.

Analisando os pleitos individualmente, as candidaturas femininas representaram 14% em 1994, saltando para 28% em 2006, mas caindo para 8% em 2018, queda considerável. As eleitas representaram 33% em cada pleito individual, que teve uma eleita em um total de três cadeiras ocupadas pelo estado. Já em relação ao panorama nacional,

[...] observando inicialmente o índice de mulheres no Senado, lembramos que esta instância opera como reapresentação dos Estados no Congresso Nacional. Trata-se de uma eleição quase majoritária, já que elege, alternadamente, 1/3 e 2/3 dos senadores de 4 em 4 anos, conformando um total de 81 senadores. Estes têm mandato de 8 anos. Pode-se dizer que a posição atual é mais confortável do que nos outros níveis de Representação Proporcional. Nas eleições de 2010, 13,4% dos candidatos eram mulheres. Foram eleitos 2 senadores por estado e 8 mulheres conseguiram

se eleger, o que corresponde a 14,81% do total de eleitos no ano de 2010 (Araújo, 2011: 111-112).

O panorama nacional nos mostra que a situação das mulheres em Mato Grosso do Sul está em pequeno número nesses cargos. Contudo, com as eleições de 2018, ocorreu maior representatividade feminina, sendo duas mulheres eleitas, Simone Tebet e Soraya Thronice. Além delas, um homem eleito, Nelson Trad. Cabe destacar que a primeira vez que uma senadora foi eleita no Brasil ocorreu em 1979, sendo ela Eunice Mafalda Berger Michiles, pelo estado do Amazonas, quando já havia se passado quase 50 anos do direito ao voto feminino.

Um fator preponderante é pensar em como ocorre a eleição majoritária. O cargo para Senado é disputado por pessoas indicadas pelo partido. Como na maioria deles apenas uma concorre ou no máximo duas, há uma “peneira na seleção”, com elevada competitividade. Fatores como recursos financeiros, popularidade, trajetória, poder econômico contam na definição da representação, além do amparo que esses candidatos recebem dos vários candidatos do Legislativo, que trabalham em conjunto com governadores/as e senadores/as. Por isso, a necessidade de as mulheres disputarem degraus no âmbito dos partidos e, assim, fazerem-se presentes também no momento dos pleitos eleitorais.

Além disso, é fundamental considerar a estrutura e a distribuição dos lugares sociais entre homens e mulheres, questionando a manutenção da divisão dos espaços entre públicos e privados, nas diversas instâncias da sociedade, visto que se constitui em um aspecto marcante que impede a transformação da vida, excluindo as mulheres da esfera pública e fortalecendo o poder patriarcal.

O modelo construído culturalmente com estereótipos masculinos e femininos opostos, dicotômicos e excludentes condicionaram as mulheres a estarem longe dos espaços de poder de maior visibilidade, como a política institucional. Essa é uma realidade que, como podemos ver, mediante os dados da política institucional, ainda está presente e afeta diretamente nosso cotidiano, uma que não são as mulheres que estão decidindo sobre suas vidas. Vejamos o resultado dos pleitos para deputado/a federal na Tabela 3:

Tabela 3 – Pleitos para deputadas/os federal em Mato Grosso do Sul

Ano	Total de candidatos/as (H + M)	Candidatas (M)	Eleitas (M)	Partido	Nº de Votos
1982	31	1	-	-	-
1986	46	2	-	-	-
1990	55	5	1	PTB	52.463
1994	40	3	2	PSDB e PFL	40.641 e 38.164
1998	53	7	-	PSDB	54.537
2002	88	20	-	-	-
2006	71	16	-	-	-
2010	74	24	-	-	-
2014	116	41	1	PSB	75.149
2018	118	38	2*	DEM e PSDB	75,068; 120.901

Fonte: Tabela construída com base nos dados do TRE-MS e TSE.

* Teresa Cristina e Rose Modesto (mais bem votadas no cargo QP).

Na câmara dos deputados e deputadas federais, vemos um aumento em relação ao número de candidatas mulheres. Em Mato Grosso do Sul, são eleitos oito nesse cargo por pleito, com maior percentual de vagas para disputa. Porém, isso não significa que tenha aumentado o número de mulheres eleitas. Esmiuçando os dados, notamos que apenas quatro ocuparam a vaga em 40 anos, porque, das seis eleitas, três foram reeleitas: Marilu Cegatto Guimarães (1990, 1994) e Marisa Serrano (1994, 1998). Nas eleições de 2018, Teresa Cristina foi reeleita; porém, não assumiu o mandato, pois foi nomeada Ministra da Agricultura e, com isso, Rose Modesto passou a ser a única mulher a representar o estado na Câmara Federal, tendo em vista que, no âmbito estadual, nenhuma deputada estadual foi eleita, posteriormente, em Novembro de 2020, Mara Caseiro (PSDB), que estava como suplente, assumiu uma cadeira após o falecimento do deputado Onevam de Matos.

Para compreendermos a dimensão da parte ocupada pelas mulheres em âmbito federal, importa visualizarmos esses números em percentuais, em que 535 homens candidatos representam 78%. As mulheres foram 157 candidatas, cerca de 22% deste total, não havendo equidade em nível de concorrência, bem como diferença acentuada no número de eleitos.

Analisando individualmente os pleitos para Câmara Federal e o percentual de candidatura feminina em cada ano, verificamos o aumento desta, principalmente, nos anos de reforço da Lei de Cotas. Em 1982, elas eram apenas 3%. Já em

1998, o ano em que houve aumento da cota para 30%, esse número foi para 13%, ainda longe do percentual prescrito em Lei. Este foi alcançado apenas em 2010, com 32%, após a Lei n. 12.034/2009 exigir o preenchimento dessas vagas, média mantida em 2018. Observando individualmente os pleitos em relação às eleitas, o maior percentual foi em 1990, com 11% de candidatas. Em 1994, chega a 4%; em 2014, não alcançou o patamar de 1%, ficando em 0,86%. Em 2018, atingiu 1%.

Com a Lei de Cotas, ocorreu aumento no número de candidatas, o que não tem gerado efeitos na proporção do número de eleitas, sendo quase nula a variação das eleitas. O fato de, em 1990, elas representarem 11% se deve ao menor número no total de candidatos concorrendo: apenas 55; destes, cinco eram mulheres.

Em nível nacional, segundo dados do IBGE, no mandato de 2014 – 2018, do total de 513 deputados, apenas 10,7% eram mulheres. Já no Senado, dos 81 parlamentares, 16% eram mulheres. Quanto ao cargo de governadoras, em 2018, apenas uma mulher foi eleita, no Rio Grande do Norte. Já para o Senado, foram eleitas 15% de mulheres; para Câmara dos deputados federais, também 15%. Assim, no contexto nacional, foram eleitas 77 mulheres⁹ em relação a 513 homens. A região que menos elegeu deputadas federais no Brasil foi a Centro-Oeste, com apenas 10 mulheres eleitas; entre os estados da região, figura o Mato Grosso do Sul com o menor percentual de mulheres eleitas: apenas duas.

Segundo dados de janeiro de 2019, do *Inter Parliamentary Union* (IPU)¹⁰, o Brasil ocupa a posição 134^o no *ranking* mundial de 190 países, em percentual de distribuição entre homens e mulheres na Câmara, o que representa um aumento em relação aos anos anteriores, quando estava na 154^o posição. Na frente do Brasil, encontram-se países como China, Israel, Rússia, Angola, Armênia, Camboja, Colômbia. Entre os países que compõem a América Latina, estamos à frente apenas do Paraguai. Os cinco primeiros países com maior igualdade entre os sexos na política institucional são: Ruanda, com 61% de mulheres, ocupando cargos na Câmara; Cuba, 53,2%; Bolívia, 53,1%; México, 48,2%; Suécia, 47,3%; e Granada, 46,7%.

A partir do 13^o do ranking, ainda segundo *Inter Parliamentary Union* (IPU), os países passam a ter percentual abaixo de 40%, em relação ao número de mulheres nos cargos políticos; já após o 49^o, os números são em percentual inferior a 30%. No *ranking*, há 40 países com média de 10%, grupo no qual o Brasil se encontra. Ao analisarmos os dados, notamos que algo não está coerente, pois, se vivemos em um país democrático, que garante igualdade e mais da metade da população é constituída de mulheres, essas estão sub-representadas.

9 Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml>>. Acesso em:

10 Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Com esse panorama, percebemos que o contexto e a situação das mulheres em níveis mundiais evidenciam que elas são pouco representadas no cenário político, fazendo com que suas vidas privadas estejam sendo decididas por outros, por grupos seletos, privilegiados e distantes da realidade da maioria delas. Sobre a participação feminina nesse cenário, podemos notar que, no

[...] caso da mulher há uma dupla face nesta inserção: a participação enquanto cidadã e enquanto sujeito mulher. Enquanto cidadã, a mulher divide com os demais grupos oprimidos a escassez de recursos de participação, isto é, ela se encontra em um campo político onde a dominação se expressa por um universal que a exclui como positividade, a possibilidade de participação dependendo do interesse ou não de integração por parte daqueles que se apropriam do campo político. A possibilidade de participação dá-se concretamente quando a mulher se transforma em sujeito de seu sexo e rompe com o universal. A questão que permanece é a da luta por espaço na agenda política, que é pouco democrática por excelência e que, no contexto brasileiro, tem tintas dramáticas em alguns momentos (Pinto, 2003: 200).

Com base em uma ordem dominante estabelecida e entranhada pelo sistema patriarcal, fruto do modelo de colonização brasileiro, determinados grupos sociais não conseguem compor os estratos da representação do Estado. O cenário na Câmara Estadual de Mato Grosso do Sul é apresentado na Tabela 4:

Tabela 4 – Resultados dos pleitos para deputadas/os estadual em MS

Ano	Total de Candidatos/as (H + M)	Candidatas (M)	Eleitas (M)	Partido	Nº de votos
1982	64	-	-	-	-
1986	167	11	2	PFL e PDS	11.850, 6.434
1990	195	12	-	-	-
1994	115	9	1	PMDB	20.551
1998	182	21	1	PMDB	23.605
2002	216	28	3	2 PMDB e PSDB	15.212, 5.251 e 12.312
2006	172	25	1	PSDB	19.843
2010	268	68	1	PSDB	24.636
2014	395	128	3	PR, PMDB, PT do B	39374, 21.860, 23.532
2018	326	107	-	-	-

Fonte: Tabela construída com base nos dados do TRE-MS e TSE.

Ao analisarmos a Tabela 4, podemos inferir que, quanto menor hierarquicamente o cargo, na escala de níveis de representação do estado e de tomada de decisões, maior o número de candidatos. No entanto, recorrendo ao percentual que nos mostra a proporção entre homens e mulheres nos diferentes pleitos, somam 1.691 candidatos e 409 candidatas. Isso significa que os homens representam 80% e as mulheres 20%, concorrendo ao cargo de deputados/as estaduais ao longo da história do estado.

Com relação aos eleitos, os homens representam 95%, com 231 eleitos, e elas apenas 5%, das 9 eleitas, ocupando o cargo por 12 vezes, pois duas foram reeleitas: Celina Jallad (1994, 1998 e 2002) e Dione Hashioka (2006 e 2010 – eleita na média da coligação partidária). Dessa forma, nos 40 anos de política sul-mato-grossense, o número de candidatas aumentou, mas caiu a quantidade de eleitas. Exemplo disso é o resultado do pleito de 2018, no qual nenhuma mulher foi eleita para o cargo de deputada estadual. Ao longo da história, foram eleitas para esse cargo as seguintes mulheres: Marilu Cegatto Guimarães e Marilene Moraes Coimbra (ambas eleitas em 1986); Celina Martins Jallad (1994, 1998 e 2002); Simone Tebet e Bela Barros (2002); Dione Hashioka (2006 e 2010); Grazielle Salgado Machado, Mara Elisa Navachi e Maria Antonieta Amorim dos Santos (2014).

Diante desse cenário, é possível entender expressões populares que compõem o tecido social e assumem significados e condutas, como aquela de que “política é coisa de homem”, manifesta para além dos momentos de pleitos eleitorais e que acaba por afastar as mulheres das disputas, porque gera sentimento de que estão adentrando a um espaço que não lhes pertence. É o peso da dominação que as fazem chegar aos pleitos eleitorais “de mansinho”, procurando não ser percebidas. Quando chegam de forma mais incisiva (como deve ser), são rotuladas e estereotipadas¹¹. No entanto, se são candidaturas femininas oriundas de famílias tradicionalmente atuantes na política, são aceitas partidariamente, porque representam continuidade a um segmento consolidado, especialmente por ter todo o anteparo e influência popular.

Analisando individualmente os pleitos, as candidaturas femininas para a câmara estadual se mantiveram de 6% a 8%, de 1986 até 1994. Em 1998, houve

11 Cita-se como exemplo o processo pelo qual passou a Presidenta Dilma Rousseff, em seu segundo mandato, nos anos de 2014 e 2015, até o momento em que foi destituída do cargo, tendo sofrido ataques, que colocavam em questão sua feminilidade, como se sua identidade de gênero implicasse em sua capacidade como gestora pública no cargo para o qual havia sido eleita, de maior importância no Brasil. São curiosas as justificativas externadas pelos deputados federais, na seção para a votação do *impeachment*, em que “em nome e pela família” foi o motivo que mais apareceu nas manifestações dos votos.

elevação, passando para 11% e crescendo, mesmo timidamente, até 2006, com 14%. Aumento mais significativo ocorreu em 2010, após o reforço da Lei de Cotas, atingindo 25%, quando entrou em vigor a punição do partido que não alcançava o percentual definido em Lei. Assim, em 2014 e 2018, o índice de mulheres candidatas chegou no patamar de 32%.

O número de eleitas em Mato Grosso do Sul aparece entre 4% e 8% no período de 1986 até 2002, quando atingiu 12%. Nos dois pleitos subsequentes (2006 e 2010), esse número caiu para 4%, quando apenas uma mulher foi eleita (por média): Dione Hashioka. Já em 2014, houve um aumento para 12%, o que é pouco considerável, visto que, em 2018, não houve nenhuma eleita. Os números revelam que o aumento de candidaturas femininas não tem se traduzido em mais eleitas; quando há um aumento, não é significativo de mudanças, visto não ser um número estável ou que se eleva nos pleitos seguintes, marcando inconstância.

O problema não se encontra na Lei de Cotas, como demonstra Araújo (2013), mas em como essa Lei é aplicada e acompanhada no Brasil, pois vimos exemplos de sucesso em outros países. A grande questão é como os partidos interpretam a Lei e, especialmente, como a aplicam. Podemos inferir que eles usam estratégias diversas; dentre elas, as candidaturas “laranjas”, expressão indicada pelas autoras, que correspondente às candidaturas assumidas em pleitos eleitorais que não foram concretizadas na prática, ou seja, houve o registro das candidaturas, mas não a disputa efetiva durante o período de campanha eleitoral, uma vez que, ao final do pleito, os candidatos somam nenhum ou poucos votos.¹²

No caso de Mato Grosso do Sul, pelo apanhado geral dos dados obtidos no TRE/MS, nos pleitos de 2012 a 2018, verificamos a existência de 1.129 candidatas laranjas mulheres e 583 candidatos laranjas homens nessa nomeação, se considerado o perfil de obtenção de 0 a 10 votos. Desse total, 652 candidaturas obtiveram zero voto, das quais 60% desse total são candidaturas registradas pelo TER-MS como candidaturas femininas.

Nos números de candidaturas de mulheres, essas aumentaram conforme os anos da implantação e revisão da Lei de Cotas, como em 1998, momento em que passou de nove candidatas para 21, mais que o dobro. Em 2010, de 25 passou para 68, o que quase triplicou; e, em 2014, com a punição em vigor para os partidos que não cumprissem o número, houve alteração, chegando a 128. Contudo, esse aumento não é traduzido em eleitas; e, em 2018, por exemplo, o número reduziu para 107 mulheres candidatas, numa variação que sinaliza que os partidos não estão respeitando as cotas, com efetivas candidaturas femininas.

12 Isso indica acordo partidário em prol de outros interesses, apenas para os partidos atenderem à legislação.

Vale destacarmos que o percentual na proporção de homens e de mulheres que ocuparam a Câmara é feito com base no número que compõe a bancada de deputados/as estaduais em Mato Grosso do Sul, a qual é composta por 24 cadeiras. Essas foram ocupadas, ao longo dos anos, por 228 mandatos de homens, frente a 12 de mulheres. Nesse pequeno número de mulheres, algumas foram reeleitas, parte delas pertencentes a famílias com tradição na política institucional.

Com isso, não afirmamos que as mulheres eleitas em Mato Grosso do Sul, provenientes de famílias com trajetórias na política (especialmente de homens na política institucional), não tenham legitimidade e competências para ocuparem cargos, mas chamamos a atenção para a urgência na ampliação da participação feminina nas diferentes camadas sociais, especialmente de mulheres das camadas populares, mudando o cenário da representação da política institucional.

É fundamental assumirem representações no Legislativo, independente da classe social a que pertencem, juntamente com os deputados/as federais e vereadoras/es, espaço que se caracteriza como um canal fundamental de negociação e legitimação da democracia, além de circulação, regulação dos recursos utilizados pelo executivo. Diante disso, devemos pensar acerca dos obstáculos culturais, simbólicos, palpáveis e históricos que restringem as mulheres de atuarem no espaço público e político. Há um aparato institucional e social engendrado com base em estereótipos e preconceitos que as mantêm distantes desse domínio. Neste sentido, Safiotti sinaliza (1994: 280) que

[...] as mulheres foram, nas sociedades simples, objeto de troca por parte dos homens (Lévi-Strauss, 1976) e o são, embora disfarçadamente, nas sociedades complexas, a tarefa de estabelecer alianças ficou a cargo dos homens. As mulheres sempre foram os veículos das negociações. Ora, a política – onde o poder é, por excelência, exercido – consiste em negociar, em fazer e desfazer alianças. Esta lide treina os homens não somente na negociação, mas na percepção da oportunidade de estabelecer tal ou qual aliança com tal ou qual facção. As mulheres não recebem este treino. Desta forma, o gênero é sim um eixo a partir do qual o poder é articulado. Esta articulação processa-se em detrimento das mulheres. Poucas são as que chegam aos parlamentos do mundo inteiro. Em lá chegando, mostram-se canhestras na negociação, enfim, como não poderia deixar de ser, neófitas no exercício do poder.

Percebemos que a maneira como as relações de gênero se encontram distribuídas e estruturalmente alicerçadas determina as configurações como tais. As mulheres ainda não são educadas para ocuparem os espaços públicos de maior visibilidade, nem a falarem ativamente, nem a decidirem, tampouco a serem imperativas.

As diferenças nas relações de gênero legitimam a distribuição desigual do poder, não sendo uma interação estática, visto que há resistências à dominação, mas a maioria das mulheres não se encontra nessa situação emancipatória, mas sim em contextos que mantêm as diferenças hierarquizadas. A Tabela 5 apresenta os números de candidatos/as referentes às eleições para prefeita/o.

Tabela 5 – Resultado dos pleitos para Prefeitas/os

Ano	Total de Candidatos/as (H + M)	Candidatas (M)	Total de Candidatas/os Eleitos (H + M)	Eleitas (M)
1982	230	4	65	2
1985	84*	3	65	-
1988	197	3	65	-
1992	223	10	77	1
1996	216	18	77	5
2000	223	21	77	5
2004	207	25	79	10
2008	182	21	79	10
2012	205	28	79	9
2016	232	24	79	7

Fonte: Tabela construída com base nos dados do TRE-MS.

* Segurança Nacional (período da ditadura do regime militar)

Em relação ao pleito para prefeitas/os¹³, notamos números maiores ainda, quando comparados aos de deputadas estaduais, ou seja, se há aspectos com relação proporcional de grandeza são as instâncias dos cargos, quanto menor hierarquicamente, em nível de estado, maior o número de mulheres candidatas. Porém, ainda assim, não na mesma proporção para quantidade de eleitas.

13 Os partidos e o número de votos das mulheres eleitas para prefeituras estão em nota de rodapé devido à sua extensão desproporcional ao tamanho da tabela, sendo eles:

Partido das mulheres eleitas -> **1982** - PDS; **1985** - o; **1988** - o; **1992** - PDS; **1996** - PV, PT, PDT, PPB, PTB; **2000** - PFL, PPS, PDT, PSDB, PSDB; **2004** - PDT, PL, PMDB, PDT, PT, PL, PDT, PDT, PT, PT; **2008** - PMDB, PR, PDT, PR, PR, PMDB, PT, PMDB, PMDB, PT; **2012** - PR, PT, PT, DEM, PT, DEM, PMDB, PMDB, PMDB; **2016** - PMDB, PSDB, PR, PR, PSDB, PMDB, PMDB

Número de votos -> **1982** - 1740, 2.111; **1985** - o; **1988** - o; **1992** - 2.722; **1996** - 922, 1.309, 3.442, 2.447, 2.636; **2000** - 1.681, 6.162, 2.893, 1.594, 3.268; **2004** - 2.993, 7.906, 29.244, 4.313, 4.534, 1.532, 2.726, 4.293, 3.248, 5.641; **2008** - 36.228, 1.318, 4.125, 1.886, 7.481, 2.686, 5.088, 3.983, 11.520, 2.077; **2012** - 3.932, 3.629, 4.766, 2.165, 5.865, 1.433, 28.606, 3.359, 6.041; **2016** - 2.394, 1912, 43.452, 6.882, 2.919, 2.60, 7.140.

Nesse sentido, no percurso da história sul-mato-grossense, foram 1.842 homens candidatos durante os pleitos de 1982 a 2016 para o comando das prefeituras, em relação a 157 candidaturas femininas, as quais correspondem a 7,8% do total de 92,2% homens candidatos. Foram eleitas 49 mulheres e 693 homens para os cargos de prefeitas/os. Ao analisarmos a proporção de candidaturas por cada pleito, verificamos que, no primeiro, em 1982, elas participaram com 2% de candidaturas, variando até 4% nas eleições de 1992. Desde 1998, esse número dobra, passando para 8% de candidaturas e chegando até 12% nos dois pleitos que se seguem. Em 2012, houve maior participação feminina, com 14% de candidatas; já em 2016, esse percentual caiu para 10%. Notamos uma inconstância e poucos resultados para serem considerados como crescimento, visto que cargos de votações majoritárias não se enquadram na Lei de Cotas. Porém, nos cargos proporcionais, também não estão representando um maior aumento de eleitas.

Nesse contexto, como apontamos anteriormente, 49 mulheres foram eleitas de 1982 a 2016, e notamos que a região Sudoeste de Mato Grosso do Sul é a que mais elegeu mulheres como prefeitas, pois elas estiveram por 24 vezes a frente do poder municipal. Já a região com menor expressividade foi a do Centro-Norte, com apenas seis mulheres eleitas, seguida pela região Leste, com nove, e a do Pantanal, com 10. Verificamos que, do total de 79 municípios que compõem o Mato Grosso do Sul, apenas 27 deles tiveram mulheres eleitas nas prefeituras, isto é, 52 municípios¹⁴ do estado nunca tiveram a presença feminina no poder executivo municipal.

Dessa maneira, compreendemos um número reduzido delas também no poder municipal, representando 8% do total de candidatas já eleitas. Notamos, ainda, que, quando uma mulher é eleita prefeita, há menor número de vereadoras eleitas na mesma cidade. A média geral de vereadoras eleitas por pleito e por cidade é de três mulheres. Quando uma mulher assume o poder municipal, esse número cai para uma ou nenhuma vereadora eleita na cidade. Nesse sentido, analisamos que há uma falsa sensação de que houve aumento de mulheres participando da política, o que se manifesta pelo aumento no número de candidaturas, atendendo ao exigido pela Lei. Isso indica que a Lei tem sido cumprida na “marra”, quando observamos as táticas dos partidos para cumprirem ao exigido pela Lei, bem quando analisado os resultados das eleitas, sem ampliação no número delas, mantendo o quadro de sub-representação.

14 Os municípios seguintes foram fundados desde 1982, ano que corresponde ao primeiro pleito analisado; sendo assim, participaram de um menor número de eleições. São eles: Coronel Sapucaia – 1987, Chapadão do Sul, Dois Irmãos do Buriti, Juti, Paranhos, Santa Rita do Pardo, Sonora e Vicentina – todos criados em 1989. Já Alcinoópolis, Japorã, Laguna Carapã, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul foram criados em 1993. Os mais recentes foram Figueirão – 2005 e Paraíso das Águas em 2013.

É importante considerarmos ainda que as candidaturas locais são mais acessíveis às mulheres, por conta de sua própria dinâmica e de menor amplitude, acarretando menos custos para campanha e menor mobilidade para outras regiões. Essa, em âmbito apenas local, não traz implicações para mulheres que combinam a atuação na política institucional com a função materna e o espaço doméstico. No entanto, devemos considerar a dinâmica econômica, em que recursos econômicos são decisivos na campanha política e, principalmente, nos cargos executivos, em sua maioria, concentrados pelos homens.

A reforma política de 2017 alterou a cota para 30% do fundo eleitoral para ser destinado às candidaturas de mulheres; entretanto, também observamos casos de candidatas laranjas, utilizadas para desvio da verba para homens, figurando como vices em candidaturas para o uso do fundo eleitoral. Além disso, há que se considerar a amplitude da atividade política, para além do espaço institucional, e que constrói também os caminhos para a inserção nesse âmbito. Essa participação exige tempo e dispêndio de atenção, algo que, na maioria das vezes, é pouco exercido pelas mulheres, devido às barreiras culturais impostas pelo patriarcado em relação à divisão do trabalho, que as consomem pela dinâmica do espaço doméstico, o qual inclui auxiliarem seus companheiros. Devido a esses fatores, poucas são as mulheres que conseguem romper essa barreira, e é de relevância imediata que assumam esses cargos, para que cada vez mais haja uma ascensão no número de mulheres na política, mostrando que é possível a presença delas nesse espaço. Vejamos os dados para as representações nas Câmaras municipais, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Resultado de pleitos para vereadoras/es em Mato Grosso do Sul

Ano	Total de Candidatas/os (H + M)	Candidatas (M)	Total de Candidatas/os Eleitos (H + M)	Eleitas (M)
1982	2.579	133	629	20
1985	*	-	-	-
1988	4.830	345	695	36
1992	6.009	548	777	52
1996	3.836	727	784	96
2000	5.478	1.195	767	82
2004	4.830	1.170	721	106
2008	4.884	1.234	721	93
2012	6.150	2.012	833	111
2016	6.920	2.291	845	111

Fonte: Tabela construída com base nos dados do TRE-MS.

* Área de segurança nacional – ditadura militar

Quanto mais adentramos na participação das mulheres nos cargos políticos, bem como na distribuição dos espaços e funções sociais, compreenderemos o quanto a ordem dominante está impregnada pelas relações sociais desiguais no que se refere ao gênero, sendo reproduzida e remodelada com o avanço da sociedade, ramificando-se em todos os espaços e relações, com intuito de manter a ordem dominante masculina. O último cargo, nesse quadro estadual, a ser analisado se refere à esfera municipal. Os dados revelam números ainda maiores de mulheres candidatas e eleitas, o que desperta a esperança de vermos maior número delas em cargos de expressividade nesse âmbito. Porém, ao analisarmos os dados, essa primeira impressão se desfaz, pois reaparece a permanência de níveis baixos de representação feminina também no cargo vereadora. Somam 9.655 candidatas concorrendo ao cargo de vereadoras, representando 22% do total. Os candidatos homens chegam a 35.861, correspondendo a 78%.

Em relação às eleitas, correspondem a 707, 11% nos nove pleitos que se sucederam em Mato Grosso do Sul. Eles somam 6.065 homens vereadores. De fato, há pouca representação feminina em todos os cargos do executivo e legislativo. As mulheres são a maioria da população brasileira e estão sim nesses espaços, mas bem distantes de dominarem ou igualarem-se ao número de homens; assim, a política institucional vai sendo vista como “coisa de homens”.

Ao analisarmos os pleitos individualmente, constatamos essa realidade. As mulheres como candidatas estiveram de 5% a 9% nos anos de 1982 a 1992. Esse número aumentou em 1996 para 19%, crescendo até 25% em 2008. As cotas somente são atingidas em 2012, com 32%; o mesmo percentual se repetiu em 2018.

Observando o número de eleitas para prefeitura, é possível percebermos que não houve aumento considerável em relação à variação da proporção de candidatas para esse cargo, alcançando de 3% a 7% no período de 1982 a 1992. Em 1996, esse número aumentou para 12%, o qual se manteve com poucas nuances até 2016, com 13%, isto é, mais de duas décadas e o número de eleitas pouco ascendeu. Assim, a sub-representação é mantida. Como isso pode ser explicado? Aliado à ordem patriarcal, ainda presente na sociedade brasileira e especialmente em Mato Grosso do Sul, outros elementos se somam, como tempo livre, menor poder patrimonial, dependência de cônjuges, que, no caso de mulheres – esposas de políticos –, participam ativamente da política, fazendo campanhas, ocupando o papel de “mulheres de homens públicos”, figurando como um acessório para puxar votos para eles.

Cabe destacarmos também que algumas mulheres chegaram à política institucional contando com apoio de pais ou avós de tradição política em Mato

Grosso do Sul¹⁵ e galgaram pleitos, o que não significa que não tenham capacidade para o cargo, mas que puderam contar com maior apoio para chegarem a esses cargos. A questão, como apontado anteriormente, é que se amplie o seu número, bem como as demandas para além dos interesses de grupos específicos, fazendo da política institucional o lugar da equidade de gênero. Com isso, criaríamos bases para uma nova cultura política e seria possível traduzi-la para outros espaços da sociedade, representando as mulheres, superando a sub-representação feminina e o sistema patriarcal ainda dominante, exercido por homens, os quais detêm mecanismos, técnicas e estratégias particulares que controlam as “regras do jogo”, delimitando a presença ou ausência feminina no espaço público.

Essa ordem patriarcal foi construída histórica e culturalmente por violências simbólicas de cunho educacionais, ideológicos, políticos, econômicos, científicos e religiosos, por vezes incorporadas e reproduzidas também por mulheres, como mostra Saffioti (1994). As leis são meios fundamentais para efetivar mudanças, as quais, combinadas às políticas públicas com foco em processos educativos, chamam a atenção para as diferenças existentes e as mazelas que provocam, motivando resistências e desejo de transformações sociais.

Neste sentido, é importante pensarmos sobre a população eleitora em Mato Grosso do Sul, a fim de visualizarmos se há um número expressivo de pessoas no grupo das mulheres e por que esses números não se veem refletidos ocupando esses espaços, questionamentos que nos levam a analisar os dados da Tabela 7.

Tabela 7 – População eleitora em Mato Grosso do Sul

ANO	MULHERES		HOMENS	
	Nº	%	Nº	%
1988	433.672	47,23%	484.602	52,77%
1990	485.782	47,40%	539.146	52,60%
1992	539.705	47,78%	589.867	52,22%
1994	560.863	48,31%	600.191	51,69%
1996	579.269	48,80%	607.689	51,20%
1998	860.192	48,55%	640.136	50,93%

15 Podemos citar a senadora Simone Tebet (filha de Ramez Tebet, político de 1975 a 2003). Ela foi prefeita de Três Lagoas, deputada estadual e vice-governadora. Atualmente, é senadora. Também podemos mencionar a prefeita Ilda Salgado Machado, a deputada estadual Grazielle Machado (respectivas esposa e filha de Londres Machado, o qual é recordista brasileiro de legislaturas estaduais consecutivas de 1971 a 2018). Além dessas, há a deputada federal e atual ministra Teresa Cristina (neta de Fernando Corrêa da Costa, governador de MT por duas vezes e senadora 4 vezes, bisneta de Pedro Celestino Corrêa da Costa, governador nas primeiras décadas do Século XX).

2000	662.445	49,76%	668.814	50,24%
2002	708.307	50,15%	704.120	49,85%
2004	755.297	50,69%	734.684	49,31%
2006	793.893	50,98%	763.451	49,02%
2008	827.777	51,24%	787.727	48,76%
2010	871.628	51,31%	827.020	48,69%
2012	911.750	51,45%	860.192	48,55%
2014	938.932	51,69%	877.694	48,31%
2016	971.122	51,90%	900.015	48,10%
2018	978.833	52,12%	899.148	47,88%

Fonte: Tabela construída com base nos dados do TSE.

Os números da Tabela 7 revelam que a população eleitora em Mato Grosso do Sul é, em sua maioria, feminina, desde 2002. Esse número vem aumentando até os dias atuais. Já entre a população masculina, houve um declínio proporcional. Faz 16 anos que as mulheres estão como maioria de votantes em Mato Grosso do Sul; porém, essa maioria não se traduz na escolha de candidatas femininas.

Considerações finais

Os dados que apresentamos demonstram a sub-representação feminina na política institucional de Mato Grosso do Sul, embora as mulheres estejam presentes em números ínfimos para os diferentes cargos e nos diversos pleitos eleitorais. A representatividade feminina na política sul-mato-grossense fica evidente ao compararmos o percentual de mulheres eleitas após a Lei n. 12.034/2009, período referente às cotas para ocupação de cargos políticos por diferentes sexos. Também evidencia que o fator cotas para candidaturas femininas alterou a dinâmica nas candidaturas, mas ainda há partidos que usam de estratégias para manipulá-las, não criando meios para estimular a filiação e atuação das mulheres no âmbito partidário.

Com isso, inferimos que as direções partidárias parecem lembrar da existência das mulheres somente em época de campanha, devido ao percentual da cota feminina, mas sem oferecer condições para que elas atuem constantemente nos partidos e mesmo nos momentos de campanhas eleitorais, com recursos e tempo diferenciados. As cotas contribuíram para aumentar o número de mulheres candidatas, mas não se traduziu em eleitas. Isso ocorre porque, historicamente, a política é tida como campo masculino e antagonico a tudo a que se refere ao feminino nos mundos simbólico, ideológico e cultural, gerando obstáculos para que as mulheres alcancem posições de poder.

Percebemos, conforme os dados apresentados, que, na dinâmica de Mato Grosso do Sul, a representação feminina diminui, especialmente quando ascendem aos cargos de maior escalão de poder. No entanto, sabemos que isso não ocorre só na política, mas também no judiciário, nos altos cargos de empresas, ministérios e secretarias em âmbito nacional. No campo do trabalho em que são visualizadas, observamos a ocupação de empregos desvalorizados, sexistas, mal remunerados e temporários, aspectos decorrentes das diferenças de gênero, naturalizadas no tecido social e que se mostram na política institucional.

Observamos ainda que, nesses 40 anos de criação de Mato Grosso do Sul, apenas duas mulheres foram vice-governadoras, nove mulheres deputadas estaduais, quatro deputadas federais e três senadoras, duas vice-governadoras, três senadoras, quatro deputadas federais, além de nove deputadas estaduais.

O que ocorre massivamente são homens dominando o poder político e em todas as instâncias da política institucional. Com esse modelo, a democracia jamais será de fato concreta, pois não há equidade de gênero e de classe. Para a inserção efetiva das mulheres nesse campo, é preciso que sejam exercidos os direitos e deveres cidadãos, em que seus interesses sejam defendidos e que tenham consciência da posição em que foram colocadas historicamente, distantes do poder, potencializando resistências.

As direções apontadas por este estudo traçam as curvas da sub-representação das mulheres na política institucional em Mato Grosso do Sul, pois o patriarcado ainda estrutura esse sistema, por meio de arranjos do jogo político, com predomínio da representação masculina no poder político institucional. Além disso, criam dificuldades para o aumento da quantidade de mulheres eleitas, mantidas sob a égide de estratégias partidárias, até mesmo ao burlar as cotas femininas, fazendo aparecer “candidatas laranjas”, tornando visível a desigualdade nesse campo, fragilizando o estado democrático e representativo.

Referências:

- AVELAR, Lúcia M. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo, Ed. Konrad-Adenauer-Stiftung Centro de Estudos, Editora Unesp, 2001.
- ARAÚJO, Clara M. O. *As mulheres e o poder político: desafios para a democracia nas próximas décadas*. Rio de Janeiro, CEPIA; Brasília, ONU Mulheres, 2011.
- ARAÚJO, Clara M. O. Cotas femininas e financiamento de campanha. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, 2013, pp. 11-30.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico*, 2010.
- BITTAR, Marisa. *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*.

CAMPO Grande, UFMS, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades*. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, 2006, pp. 149-184.

SAFFIOTI, Heleith I. B. *Mulher Brasileira é assim*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, NIPAS, Brasília, UNICEF, 1994.

TRE-MS. Estatísticas do Eleitorado. Disponível em: <<https://www.tre-ms.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Recebido em: 16/02/2020

Aprovado em: 21/08/2021

Como citar este artigo:

COMIN, Jaqueline Teodoro e MENEGAT, Alzira Salete . As mulheres na política institucional em Mato Grosso do Sul: análises da participação feminina nos pleitos eleitorais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 321-345.





Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa no Brasil: balanço de vinte anos de produção acadêmica¹

Kátia Sento Sé Mello²

Juliana Tonche³

Resumo: Considerando a expansão das práticas de mediação de conflitos e justiça restaurativa no Brasil, nosso objetivo é analisar a produção acadêmica relativa a essas formas não violentas de administração de conflitos entre os anos 2000 e 2019. Qual lugar o tema ocupa nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil? Seriam a mediação e a justiça restaurativa temas de “baixo impacto”, conforme aparecem nas práticas implementadas no sistema de justiça criminal? Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa a partir do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Palavras-chave: Estado; Justiça Restaurativa; Mediação de Conflitos; Sistema de Justiça Criminal.

- 1 Este artigo foi originalmente apresentado no formato *paper*, no 44° Encontro Anual da ANPOCS (01 a 11/12/2020) no GT 47 Violência, punição e controle social: perspectivas de pesquisa e de análise e contou com recursos advindos do sub-projeto associado do INCT-InEAC/UFF: Análise comparada de categorias jurídicas em processos sociais de administração de conflitos: democracia, igualdade jurídica, cidadania e demanda por direitos – Chamada Pública MCTI/CNPq/CAPES FAPs n. 16/2014 – Programa INCT – 2017 a 2023.
- 2 Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPSEM-PPGSS/UFRJ; INCT-InEAC/UFF e NECVU-IFCS/UFRJ) – Rio de Janeiro – Brasil – ksemello@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-6683-4444>
- 3 Professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) – Juazeiro – Brasil – juliana.tonche@univasf.edu.br – <https://orcid.org/0000-0002-9008-0774>

Conflict Mediation and Restorative Justice in Brazil: review of twenty years of academic production

Abstract: *Considering the expansion of mediation and restorative justice in Brazil, our objective is to analyze the academic production related to these non-violent forms of conflict resolution between the years 2000 and 2019. What place does the theme occupy in Human and Social Sciences in Brazil? Are mediation and restorative justice “low impact” themes, as they appear in the practices implemented in the criminal justice system? For this purpose, a qualitative and quantitative research was carried out from the database system of theses and dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Brazil).*

Keywords: *Conflict Mediation; Criminal Justice System; Restorative Justice; State.*

Mediación de conflictos y justicia restaurativa en Brasil: análisis de veinte años de producción académica

Resumen: Considerando la expansión de las prácticas de mediación de conflictos y justicia restaurativa en Brasil, nuestro objetivo es analizar la producción académica relacionada con estas formas no violentas de manejo de conflictos entre los años 2000 y 2019. ¿Qué lugar ocupa el tema en las Ciencias Humanas y Sociales en el Brasil? ¿Son temas de mediación y justicia restaurativa de “bajo impacto”, tal como aparecen en las prácticas implementadas en el sistema de justicia penal? Para tanto, se realizó una investigación cualitativa y cuantitativa desde el banco de tesis y disertaciones de la Coordinación para la Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (Brazil).

Palabras clave: Estado; justicia restaurativa; mediación de conflictos; sistema de justicia penal.

Introdução

Nosso interesse em realizar uma pesquisa sobre a produção acadêmica relativa à mediação de conflitos e justiça restaurativa no Brasil, entre os anos 2000 e 2019, deveu-se a duas razões principais⁴. Em primeiro lugar, por serem tratadas como “Alternative Dispute Resolution” – ADR (Nader, 1993), ou “formas não

4 Gostaríamos de registrar aqui nossos agradecimentos a Renato Dirk, que apoiou esse trabalho colaborando com a confecção dos gráficos, mapas e figuras que ilustram as análises.

violentas de administração de conflitos”⁵, elas passaram a ser implantadas no Brasil como “formas alternativas” à tradicional maneira como as instituições de justiça e segurança pública lidam com conflitos cotidianos e as violências. Parecia-nos que tais instrumentos poderiam contribuir para a minimização destas e para políticas de sua prevenção. Do mesmo modo, estas modalidades se tornaram parte de políticas públicas durante o processo de democratização política em nosso país, paradoxalmente acompanhadas do registro de aumento das violências criminais (Adorno, 2003). Em segundo lugar, estudos comparativos realizados pelas autoras, uma delas entre Brasil e Argentina e a outra entre Brasil e Canadá, têm demonstrado que, na Argentina, por exemplo, as pesquisas revelaram a baixa produção acadêmica sobre a mediação de conflitos (Matta e Godoy, 2016), o que não espelha a intensidade com que sua prática é capilarizada naquela sociedade, tanto institucionalmente quanto informalmente. No Brasil, por outro lado, apesar das dificuldades que pesquisadores têm encontrado para ingressar no campo empírico onde se realizam mediações judiciais de conflito, a produção acadêmica tem se tornado bastante difundida, considerando especialmente os dilemas e paradoxos encontrados em sua implantação no sistema judicial (Mello e Lupetti Baptista, 2011).

Em relação às disparidades entre Brasil e Canadá, constatou-se que, neste último país, a justiça restaurativa conta com mais estrutura e reconhecimento, embora ainda não tenha conseguido ultrapassar a condição de serem iniciativas pontuais, acessórias em relação ao modelo corrente de justiça (moderno e ocidental) e sua produção acadêmica, em consonância com as experiências locais, enfatiza mais este modelo de justiça em sua interface com questões relacionadas aos povos autóctones (Jaccoud, 1999; Stuart, 1997). Este quadro contrasta com a situação brasileira em que não são discutidas culturas tradicionais de povos originários e os programas de justiça restaurativa contam com menos reconhecimento e recursos. Esse contexto, entretanto, pode estar passando por um processo mais recente de mudança desde que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem encampado a pauta e se empenhado na propagação dessa nova política nacional de justiça (Resoluções n. 225/16 e 288/19)

5 A opção pela utilização da categoria formas não violentas de administração de conflitos (Mello e Lupetti et al, 2018), em oposição à definição corrente de formas alternativas de resolução de conflitos, visa abranger uma série de procedimentos de justiça que são conduzidos de forma dialógica, horizontal e diversificada, presentes nos rituais judiciais e não judiciais, que formam um conjunto de práticas distintas da forma tradicional do sistema judicial brasileiro. Além disso, a natureza alternativa desses procedimentos já foi problematizada em trabalhos anteriores (Mello e Lupetti Baptista, 2011; Tonche, 2020).

Para a concretização de nosso intento, optamos por realizar um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e em periódicos científicos nas grandes áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, focalizando especialmente aquelas áreas que têm sido mais representadas nos fóruns acadêmicos e políticos de debates sobre administração de conflitos, violência e segurança pública, quais sejam: Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Direito e Psicologia. As primeiras questões que orientaram nossa busca diziam respeito ao lugar que o tema ocupa nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Seriam a mediação de conflitos e a justiça restaurativa temas de “baixo impacto” (Sinhoretto, 2011), conforme aparecem nas práticas implementadas no Sistema de Justiça Criminal? Ou será que, por outro lado, ao contrário da posição marginal que a mediação e muito particularmente a justiça restaurativa ainda ocupam no campo das práticas do Direito, quando se trata da produção acadêmica, esses temas têm ganhado cada vez mais espaço?

Indagávamos sobre o período em que mais estes temas aparecem e quais os contextos políticos. Qual a área de especialidade que mais produz sobre o tema? Que tipos de abordagem são privilegiados? Quem são os atores sociais e institucionais que produzem sobre o tema? Quais as perspectivas analíticas? Como se distribuem por regiões do Brasil? Para tanto, optamos por realizar a pesquisa em duas frentes: no banco de teses e dissertações da CAPES e nas revistas científicas especializadas e livros publicados.

A pesquisa específica nos periódicos e livros se encontra em andamento e, por esta razão, uma análise do lugar da mediação de conflitos e da justiça restaurativa nestes espaços será apresentada em artigo futuro.

1) Notas metodológicas

A observação do banco de teses da CAPES nos levou inicialmente à escolha de alguns filtros, que poderiam ajudar a refinar a pesquisa de levantamento dos trabalhos no sistema online. Em primeiro lugar, escolhemos Ciências Humanas como a grande área de conhecimento. Refinando a busca, optamos pelas seguintes áreas de concentração: Antropologia, Ciência Política, Direito, Psicologia e Sociologia (mesmas áreas selecionadas no levantamento dos periódicos). O tipo de busca para o grau acadêmico foi definido para as três especialidades estrito sensu: mestrado, mestrado profissional ou profissionalizante e doutorado, ao longo do período compreendido entre os anos 2000 e 2019. Concluímos as buscas em abril de 2020, de maneira que é possível que nossa

pesquisa não contemple o conjunto consolidado dos trabalhos produzidos em 2019, por imaginarmos que muitos podem ter sido incluídos no sistema depois do mês de abril ou ainda estarem em processo de consolidação, diante das transformações pelas quais vem passando a CAPES no contexto político no qual esta pesquisa se realizou.

A primeira busca foi realizada separadamente a partir das palavras-chave: “mediação de conflitos” e “justiça restaurativa”. Os termos foram lançados entre aspas para que o sistema pudesse, ao manter as palavras juntas, fornecer os trabalhos que tratassem dos temas que são objeto deste artigo. Somente a palavra justiça, por exemplo, a palavra conflito ou a palavra mediação captariam um número infinito de trabalhos que não necessariamente constituiriam o objeto de nossa pesquisa. Dessa forma, encontramos, originalmente, 338 referências que abrangiam dissertações de mestrado e teses de doutorado que envolviam a palavra “mediação de conflitos” e 306 referências quando se tratava de “justiça restaurativa”.

Desde o início, entretanto, ficou claro que o banco de teses da CAPES apresenta incongruências: a cada retorno ao sistema de buscas, para conferência dos trabalhos, os resultados do universo de dissertações e teses sobre o tema divergiam, tanto em números quanto em áreas do conhecimento, para mais ou para menos. Após sucessivas tentativas de chegarmos a um número conclusivo de trabalhos a partir dos recortes definidos, decidimos não restringir as buscas às áreas do conhecimento pensadas inicialmente, tomando cuidado apenas com relação a dois pontos: o período que nos interessava, ou seja, a partir do ano de 2000, a presença dos termos de busca no título dos trabalhos, isto é, mediação de conflitos e/ou justiça restaurativa. Foi possível notar que o banco de teses seleciona trabalhos que não necessariamente tratam do tema/termo de busca de maneira central, provavelmente porque ele também capta palavras-chave destes trabalhos. Nesse caso, como para nossa pesquisa era importante que os trabalhos não fossem transversais ao tema, mas focados neles, excluímos os trabalhos que não faziam menção à mediação ou justiça restaurativa no título.

O caminho tomado de não limitar as áreas do conhecimento acabou se mostrando interessante por permitir que tivéssemos um panorama geral das áreas que mais produzem nos temas da mediação de conflitos e justiça restaurativa.

Para o tema “mediação de conflitos”, obtivemos o resultado de busca de 338 trabalhos. Mantidos apenas aqueles que contém a palavra mediação no título, o número se fixou em 193 trabalhos, que espelham o universo dos programas de pós-graduação distribuídos por áreas de conhecimento nas diferentes instituições de ensino superior no Brasil. Em relação à “justiça restaurativa”, foram

identificados 306 trabalhos. Destes, excluídos os que não continham as palavras de busca no título, chegamos a um número de 220 trabalhos que foram incluídos no estudo (universo da pesquisa).

A partir daí, dividimos nosso banco de dados em dois documentos de trabalho: um para mediação de conflitos e outro para justiça restaurativa. Neles, preenchíamos, a partir das informações fornecidas pelo sistema da CAPES, dados das teses e dissertações tais como autoria, título, resumo, programa de pós-graduação, região, ano de conclusão, tipo de pesquisa realizada e área do conhecimento.

Pautando-nos em Rubin (2009) e Harrington e Rifkin (1988), que questionaram se essas formas não violentas de administração de conflitos não estariam promovendo um processo de feminização na área, por estarem essas alternativas ligadas à ideia do cuidado⁶ que é comumente associada ao gênero feminino, investigamos também entre os autores a variável gênero. A ideia foi observar se, no campo da produção acadêmica, haveria discrepâncias em relação ao gênero dos autores, com mais mulheres ou homens se interessando pela temática.

Esta navegação pelo Banco de Teses e Dissertações da CAPES, embora de um lado seja rica pelo acervo disponível dos trabalhos de mestrado e doutorado defendidos no Brasil, de outro, apresenta limitações. Para além das dificuldades já expostas aqui, relacionadas ao sistema de buscas, ele só contém informações mais detalhadas dos trabalhos a partir do ano de 2013. Assim, não dispusemos, para nossa pesquisa, dos resumos e áreas de concentração dos trabalhos concluídos antes desta data.

Serão apresentados, a seguir, os resultados da primeira fase de coleta e análise dos dados, relacionados ao levantamento na plataforma online de Teses e Dissertações da CAPES.

2) Catálogo de teses e dissertações da CAPES

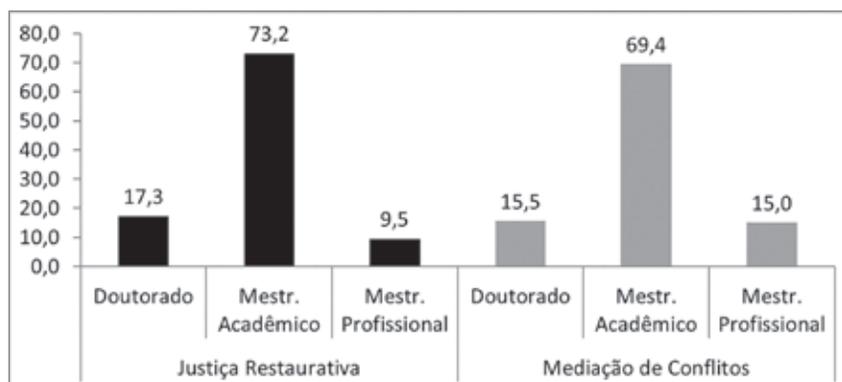
O primeiro dado obtido nesta fase da pesquisa se refere à quantidade de trabalhos catalogados no sistema da CAPES, distribuídos entre teses e dissertações (Gráfico 1). Tanto na mediação de conflitos quanto na justiça restaurativa existe maior número de dissertações comparativamente ao de teses. No caso da justiça restaurativa, temos 82,7% de dissertações (inclusos neste caso os trabalhos dos mestrados profissionais) e teses representando 17,3% do total de trabalhos

6 Bonelli (2013) afirma que, nas carreiras jurídicas, “o ingresso de mulheres foi maior nas profissões que incorporaram funções relacionadas aos cuidados, a atividades rotineiras e pouco especializadas” (Bonelli, 2013: 132).

catalogados. Na mediação de conflitos, são 84,4% de dissertações em relação a 15,5% de teses.

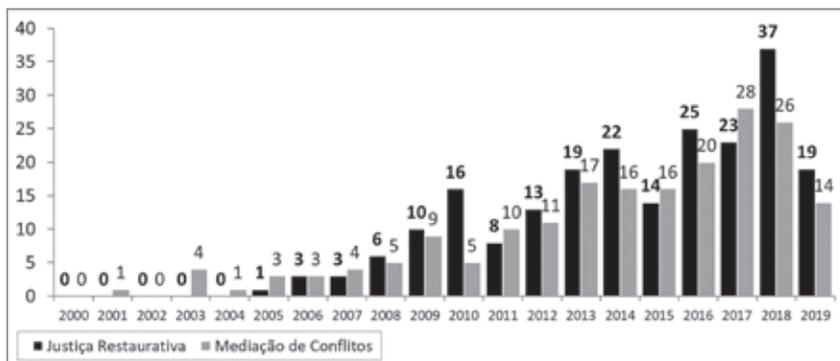
Em consonância com o maior número de dissertações defendidas, comparativamente às teses, é digno de nota também o avanço progressivo de trabalhos de mestrados profissionais, muitos contendo projetos de intervenção como produto final, o que pode significar uma novidade na área. Isso é especialmente relevante no caso da mediação, em que a porcentagem de trabalhos de mestrados profissionais chega a 15%, quase a mesma representatividade das teses (15,5%).

Gráfico 1. Dissertações e teses com a temática mediação de conflitos e justiça restaurativa, valores relativos 2000-2019



Fonte: Autoria própria (2020)

Com relação à distribuição das teses e dissertações ao longo do tempo que compreende a pesquisa (Gráfico 2), temos que, na primeira década (entre 2000-2010), os trabalhos ainda são em menor quantidade, havendo um crescimento expressivo no segundo decênio (a partir de 2011). O ano em que mais se produziu no tema da justiça restaurativa, de acordo com este dado, é 2018; na mediação, em 2017. Como afirmamos anteriormente, não é possível fixar o número total de trabalhos do ano de 2019, por supormos que muitos trabalhos podem ter sido inseridos no sistema da CAPES após nossa fase de coleta de dados. Por isso, seria prematuro estimar que está em curso uma diminuição da produção nestes temas por termos menor quantidade de trabalhos registrados em 2019. Pelo contrário, o que a análise dessa série temporal aponta, de forma geral, é um aumento progressivo de trabalhos ao longo dos anos.

Gráfico 2. Dissertações e teses segundo os anos, valores absolutos 2000-2019

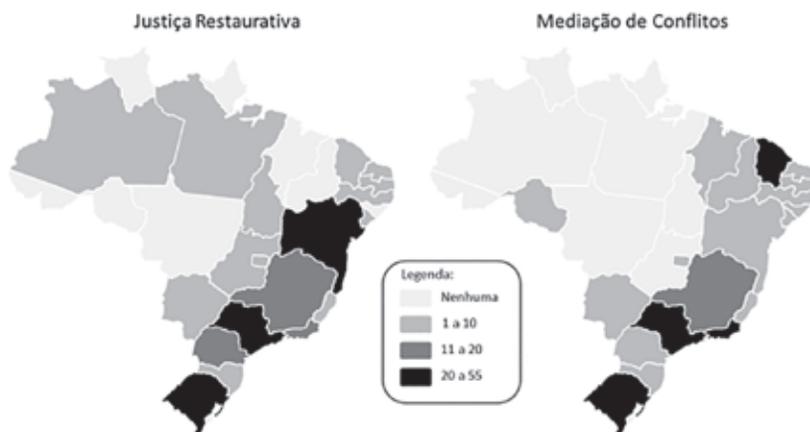
Fonte: Autoria própria (2020)

Sobre a distribuição dessa produção acadêmica pelas regiões do país, temos que as três regiões que mais produzem nos temas são Sudeste (lidera tanto no caso da justiça restaurativa quanto da mediação), Sul e Nordeste. Com relação à justiça restaurativa, o Sudeste concentra 39,5% dos trabalhos (seguido das regiões Sul, com 27,3%, e Nordeste, com 24,5%). Já na mediação de conflitos, o Sudeste apresenta 45,6% do total de trabalhos (seguido de Nordeste com 28% e Sul com 21,8%).

Detalhando melhor a produção, agora por estados, na justiça restaurativa, São Paulo é o estado que detém o maior número de trabalhos, com 25%, seguido do Rio Grande do Sul com 16,4% e Bahia com 11,4%. No caso da mediação de conflitos, São Paulo também aparece em primeiro, com 20,7% do total, seguido de Rio de Janeiro, com 16,1%, e Ceará, com 15,5%. Nesse caso, o Rio Grande do Sul fica em quarto lugar dentre os estados com maior produção na área, com 13%.

A Figura 1, a seguir, mostra as diferentes configurações dessa distribuição, tanto para a justiça restaurativa quanto para a mediação, a partir de intervalos de valores absolutos:

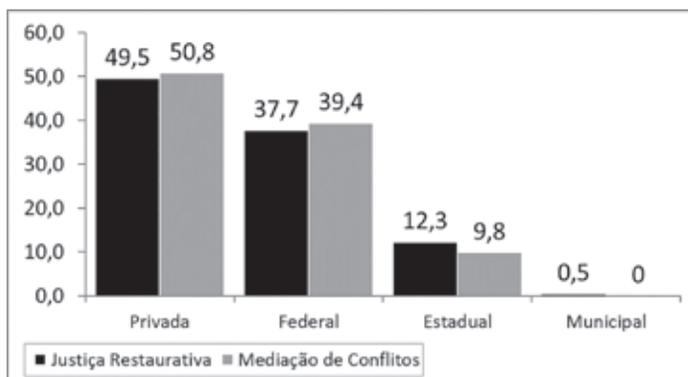
Figura 1. Distribuição estadual das Dissertações e Teses nos temas Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos, valores absolutos 2000 - 2019



Fonte: Autoria própria (2020)

Outro dado interessante da pesquisa diz respeito às instituições que mais produzem sobre justiça restaurativa e mediação de conflitos. Nos dois casos, é bem equilibrado o número de trabalhos divididos entre instituições de ensino superior privadas e públicas (Gráfico 3). No caso da justiça restaurativa, 49,5% da produção se localiza nas instituições privadas, enquanto 50,5% se distribuem nas públicas, divididas entre federais, estaduais e municipais. Na mediação de conflitos, 50,8% dos trabalhos estão nas instituições privadas e 49,2% nas públicas nos três níveis da federação.

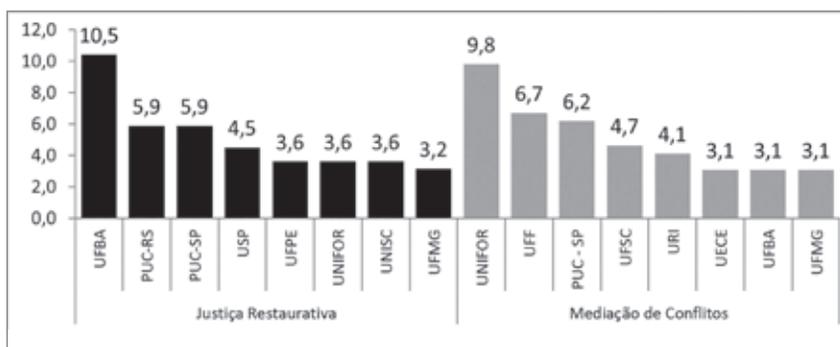
Gráfico 3. Tipo de instituições com Teses e Dissertações no tema Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos – valores relativos – 2000 a 2019



Fonte: Autoria própria (2020)

No tema da justiça restaurativa, a universidade que detém o maior número de trabalhos catalogados na plataforma da CAPES é a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com 10,5% dos trabalhos. No caso da mediação de conflitos, quem detém é a Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Entretanto, quando somadas todas as PUC do país, temos que, na justiça restaurativa, a porcentagem de seus trabalhos chega à 15,5% do total; na mediação de conflitos, 9,8%, empatando, neste caso, em produção com a UNIFOR. Estas informações constam no Gráfico 4 a seguir:

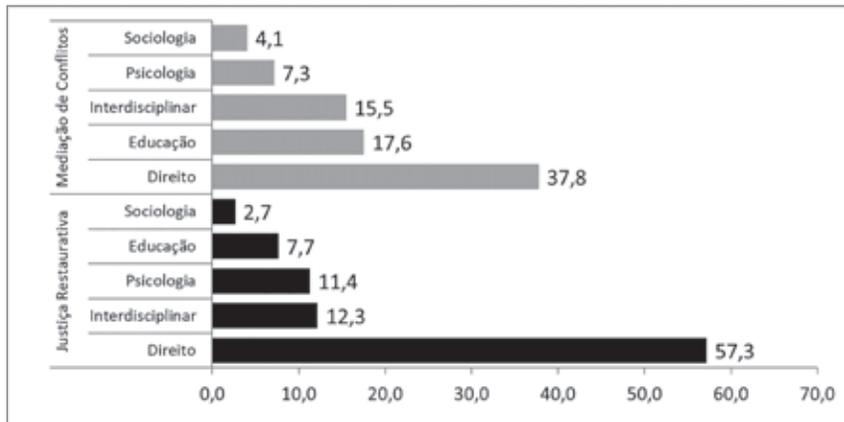
Gráfico 4. Distribuição das Teses e Dissertações com o tema Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos segundo instituições – 2000 a 2019 – valores relativos



Fonte: Autoria própria (2020)

Uma das principais questões norteadoras da pesquisa dizia respeito às áreas de especialidade em que os temas mais apareceriam. Nossos dados corroboraram nossa hipótese de que a área do Direito seria preponderante em relação às demais (Gráfico 5). Restringindo as buscas para as cinco áreas de avaliação da CAPES com mais teses e dissertações na temática, temos que, na mediação, o Direito chega a representar 37,8% dos trabalhos, ao passo em que, na justiça restaurativa, ele representa mais da metade: 57,3%.

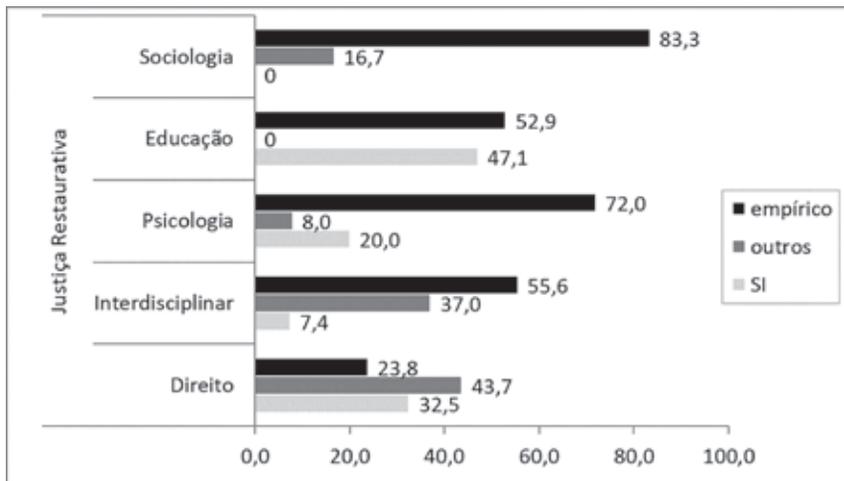
Gráfico 5. Cinco áreas de avaliação/Capes com mais Teses e Dissertações nos temas Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos, valores relativos, 2000 a 2019



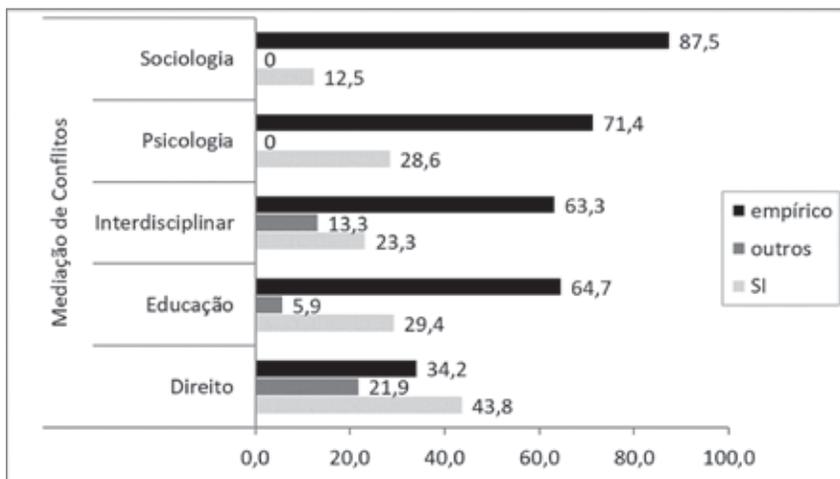
Fonte: Autoria própria (2020)

Os trabalhos no campo do Direito, embora em maior número, acabam focando mais em análises documentais, jurisprudenciais e normativas, em detrimento das contribuições acadêmicas que se apoiam em dados empíricos, embora tenha crescido o número de trabalhos no Direito com esse perfil também. Nos Gráficos 6 e 7 a seguir, é possível observar essa informação:

Gráfico 6. Justiça Restaurativa e as áreas de concentração na CAPES

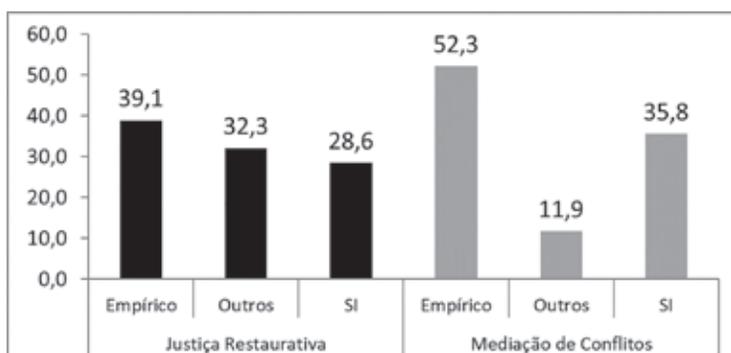


Fonte: Autoria própria (2020)

Gráfico 7. Mediação de Conflitos e as áreas de concentração na CAPES

Fonte: Autoria própria (2020)

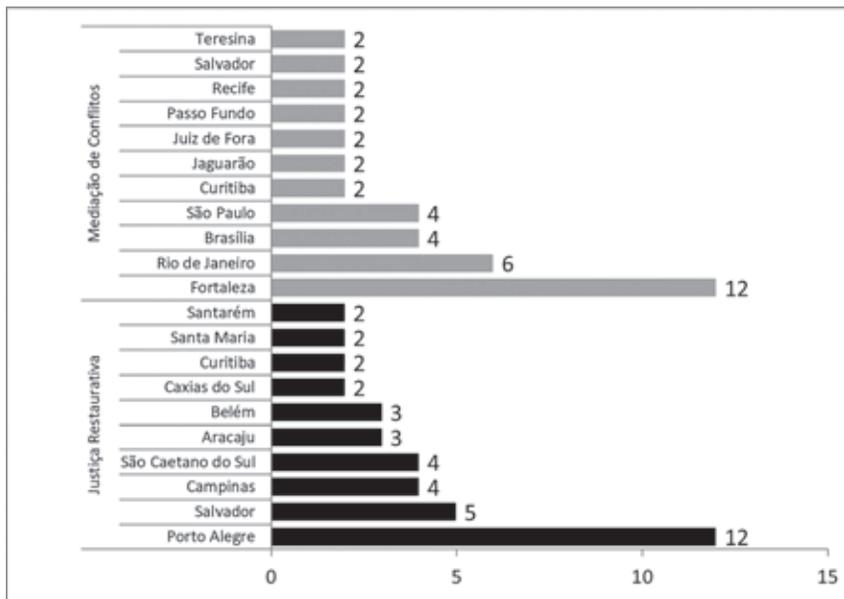
Não fazendo essa diferenciação por áreas e distribuído o total de trabalhos por tipos de pesquisa desenvolvida (Gráfico 8), é possível verificar que a maioria delas é de pesquisa empírica, sendo essa porcentagem maior no caso da mediação de conflitos, com 52,3%. Na justiça restaurativa, essas pesquisas representam 39,1% do total, havendo uma significativa diferença entre os dois temas nesse quesito.

Gráfico 8. Teses e Dissertações no tema Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos segundo tipos de pesquisa – valores relativos – 2000 a 2019

Fonte: Autoria própria (2020)

Os estados que concentram o maior número de teses e dissertações advindas de pesquisas empíricas são: São Paulo, no caso da justiça restaurativa, com 23 trabalhos; em seguida, o Rio Grande do Sul, com 22 trabalhos; e, em terceiro lugar (com bem menos trabalhos em comparação aos os dois primeiros), a Bahia, com 7 trabalhos. No caso da mediação de conflitos, os estados de São Paulo e Ceará empatam com 17 trabalhos empíricos, seguido de Rio de Janeiro com 12 e Minas Gerais com 10. No Gráfico 9 a seguir, vemos as cidades que foram os principais lócus dessas pesquisas empíricas:

Gráfico 9. Maiores cidades do campo empírico de Teses e Dissertações com o tema Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos – 2000 a 2019 – valores absolutos



Fonte: Autoria própria (2020)

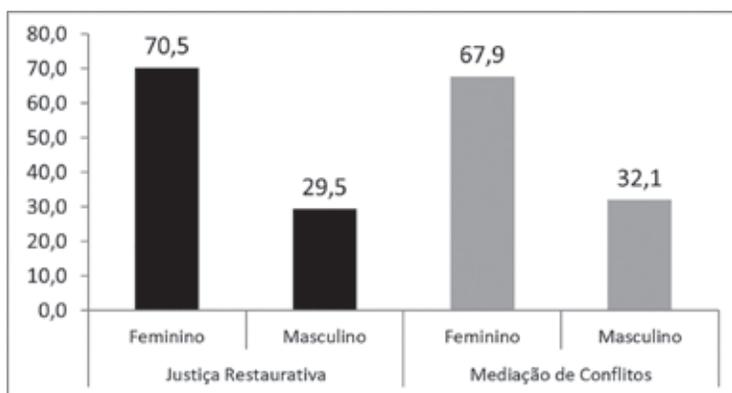
Com relação à justiça restaurativa, importante destacar que duas das cidades onde foram realizadas pesquisas empíricas foram locais onde se implantaram projetos piloto dessa forma não violenta de administração de conflitos, instaurados em 2005, com apoio do Ministério da Justiça e PNUD/ONU. Porto Alegre, que aparece no último gráfico como cidade que acumula maior quantidade de pesquisas empíricas (12 no total), abrigou uma das mais consolidadas experiências de justiça restaurativa no Brasil, que ensejou a criação do bastante conhecido projeto Justiça para o Século XXI. São Caetano do Sul (SP) também aparece no gráfico com quatro trabalhos de cunho empírico

catalogados, sendo este também um município que sediou um dos programas piloto, não figurando apenas o Núcleo Bandeirante (DF), local que também abrigou experiência similar.

Importante pontuar que, assim como observado por Lourenço e Alvarez (2018) ao realizarem um estado da arte dos estudos prisionais, nós também nos deparamos com ausência de menção à metodologia utilizada em muitos resumos, tanto nas teses e dissertações sobre mediação de conflitos como nas de justiça restaurativa.

Um último dado, que nos pareceu bastante relevante, foi com relação ao gênero dos autores dos trabalhos. Nos dois casos, isto é, tanto na justiça restaurativa quanto na mediação, a grande maioria das teses e dissertações foi produzida por mulheres. As proporções são parecidas nesta variável gênero, chegando a um total de 67,9% de autoras no tema da mediação e 70,5% na justiça restaurativa (Gráfico 10). Assim, embora não tenhamos localizado pesquisas que tenham investigado o processo de feminização que estas formas não violentas de gestão de conflitos podem estar promovendo no campo jurídico brasileiro, no nível das práticas, os resultados do levantamento dos trabalhos acadêmicos que realizamos, por outro lado, sugerem que esse processo está em curso quando se trata da produção científica sobre o tema.

Gráfico 10. Gênero dos autores de Teses e Dissertações no tema Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos – valores relativos – 2000 a 2019



Fonte: Autoria própria (2020)

No exercício de tentar mapear os principais conteúdos abordados pelas teses e dissertações que tratam tanto da mediação de conflitos quanto da justiça restaurativa, foi possível identificar alguns temas majoritários.

Em relação à justiça restaurativa, em primeiro lugar, destacam-se os trabalhos que falam dos adolescentes em conflito com a lei. Esses trabalhos, de forma geral, discorrem sobre a adequação e a utilização do modelo restaurativo na área da infância e juventude do nosso sistema de justiça e as medidas socio-educativas aplicadas. A partir dos títulos e resumos, identificamos 49 trabalhos neste tema, entre aqueles de abordagem teórica do assunto (Macedo, 2016) e outros que analisaram experiências concretas de programas desta natureza (Chinen, 2017).

Outro tema recorrente diz respeito ao contexto escolar. Este, por sua vez, em alguns trabalhos como o de Tonche (2015), se liga à questão dos adolescentes em conflito com a lei, já que muitos programas de justiça restaurativa têm como objetivo evitar a judicialização de conflitos que ocorrem nas escolas (públicas). Encontramos 31 trabalhos que têm como objeto de discussão o ambiente escolar. Estes trabalhos, invariavelmente, tocam na questão das violências que ocorrem nestes espaços, geralmente tratados nos termos do *bullying* como sendo sua principal expressão (Louzada, 2013). A quase totalidade destes trabalhos está circunscrita ao ensino fundamental e médio. Entretanto, dentro do nosso escopo, identificamos um trabalho que discute o fenômeno no contexto universitário canadense (Aguar, 2019).

Interessante observar como a produção acadêmica sobre o tema acompanha o próprio desenvolvimento da justiça restaurativa em nosso país. Pensada inicialmente para ser aplicada em casos considerados menos graves do ponto de vista do Direito criminal, ela foi bastante utilizada em experiências que associavam a dimensão escolar ao sistema de justiça para crianças e adolescentes. Um dos projetos piloto inaugurados em 2005 atuava exatamente nessa interseção: o do município de São Caetano do Sul (SP), já mencionado neste trabalho. Mais recentemente, especialmente após as Resoluções do CNJ, ela vem sendo incentivada para o tratamento de casos considerados mais graves, como aqueles que envolvem a violência contra as mulheres. Assim, mais uma vez, foi possível constatar nos resultados de nossa pesquisa que os trabalhos acadêmicos acompanharam esse movimento e mais teses e dissertações sobre esse assunto foram defendidas nos programas de pós-graduação nos últimos anos (Muniz, 2019). Em nosso levantamento, foram 18 trabalhos encontrados no tema da violência contra as mulheres.

A grande parte dos trabalhos, entretanto, apontou para certo roteiro seguido pelos pesquisadores: uma abordagem eminentemente teórica do tema, iniciando a reflexão a partir do delineando de uma crise vivida pelo sistema de justiça criminal, e que parte desse diagnóstico para chegar até a justiça restaurativa. A

partir disso, os trabalhos se dividem: para alguns, a justiça restaurativa pode ser compreendida como uma alternativa ao sistema clássico de justiça; para outros, ela pode servir como complemento. Quer seja entendendo a justiça restaurativa como alternativa ou como complemento, o fato é que esses trabalhos se centram sobre o sistema de justiça criminal, reforçando sua hegemonia sobre o modo como pensamos nossas respostas às situações de violação da lei.

Esse conjunto de trabalhos de inspiração mais teórica (66 no total), embora não possa ser exclusivamente associado a uma área do conhecimento, de maneira geral, caracteriza uma produção que é muito particular do Direito. Entre os temas, discute-se: a institucionalização do modelo restaurativo pelo Poder Judiciário no Brasil (Pallamolla, 2017); a questão do acesso à justiça (Lara, 2013); ou analisam ainda suas possibilidades de aplicação no ordenamento jurídico brasileiro (Tiveron, 2014). Entre os trabalhos de abordagens exclusivamente teóricas, cabe destacar duas referências que balizam discussões na área: o conceito de paradigmas, de Thomas Kuhn (Silva, 2017), e a teoria da Racionalidade Penal Moderna (RPM), de Álvaro Pires (Ciarlini, 2018). No caso de Kuhn, o que estes trabalhos estão fazendo é uma transposição de um conceito que foi cunhado no campo das epistemologias do conhecimento científico para o campo jurídico; já com relação à teoria da RPM, ela é geralmente utilizada para caracterizar essa já referida crise do Direito penal.

Mesmo que em menores quantidades, importante destacar também o que podem ser temas potencialmente emergentes no campo (em contraposição a uma perspectiva que poderia compreendê-los como periféricos): execução penal (9 trabalhos) (Iribarrem, 2019), justiça comunitária (5) (Araújo, 2019), crimes econômicos (5) (Santoro, 2018), crimes ambientais (4) (Santana, 2014), polícia (4) (Elvira, 2016), formação de facilitadores (4) (Vidotto, 2018), ensino jurídico (2) (Ellwanger, 2019) e apenas 1 trabalho nos seguintes temas: política pública (Kikuchi, 2016), drogas (Mendanha, 2016) e balanço da produção acadêmica (Mendes, 2018)⁸.

7 Para os trabalhos que não dialogavam com as categorias selecionadas, apresentando temas alheios às ciências humanas ou ainda sem resumos e com títulos muito vagos, de onde não se podia extrair essa informação, criamos a categoria outros, que somaram 20 trabalhos no tema da justiça restaurativa.

8 Este último trabalho realizou uma investigação similar à nossa, analisando o perfil de 67 teses e dissertações entre os anos de 2014 e 2016 no tema da justiça restaurativa. Os resultados da pesquisa de Daniele Cristina Bahniuk Mendes coadunam com os nossos: a autora conclui que o tema tem abrangência nacional, com ascendência no número de trabalhos ano após ano e, sendo as pesquisas, em sua maioria, da área do Direito. Ademais, as abordagens encontradas foram em sua maioria teóricas, com pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais, constituindo-se como metodologias de pesquisa predominantes.

Já no que diz respeito à Mediação de Conflitos (MC)⁹, houve uma surpresa quando comparamos com o desenvolvimento da implantação desta forma de administração de conflitos, originalmente voltada para o Judiciário, ou seja, marcadamente mediação judicial de conflitos. Esta pesquisa demonstra que, no que concerne às análises no universo acadêmico, o destaque maior é dado ao contexto escolar, que representou 47 trabalhos que enfatizam o papel do professor-mediador como forma de prevenção de conflitos, majoritariamente em escolas públicas tanto da rede municipal quanto estadual (Soares, 2016; Fernandes, 2017; Mendes, 2018; Tinetti, 2018). Seguem os estudos sobre MC no âmbito judicial, totalizando 38 trabalhos. De certa forma, isto aponta para a ampliação da implantação da mediação de conflitos para fora do âmbito exclusivamente judicial. Quanto aos aspectos teóricos, metodológicos e legais, o tema da MC totalizou 25 trabalhos, fortemente marcados pela área de concentração do Direito. A tese de doutorado de Filpo (2015), por exemplo, aborda a interface do Direito com a Antropologia, enfocando a tensão entre a prática dos mediadores judiciais de conflito e os dispositivos legais e doutrinários por meio de pesquisa empírica e entrevistas com atores sociais no âmbito do TJRJ. Debate interessante e inusitado no universo das práticas da mediação judicial é o que revela o trabalho de Vale (2010) sobre a MC aplicada ao contexto de violência doméstica contra pessoas idosas em Brasília. Ainda no âmbito judicial, a MC é analisada do ponto de vista de sua efetividade constitucional como procedimento adequado a conflitos “conjuparentais” (Bastos, 2018), à fenomenologia da MC (Campolina, 2017), ao tema no qual a MC se destaca nas práticas judiciais, que é a sua aplicação na modalidade familiar, em conflitos envolvendo a guarda de filhos (Beraldo, 2015).

Em seguida, os trabalhos tratam da mediação no contexto da Segurança Pública. Destes, cinco trabalhos se referem à mediação no âmbito da Polícia Militar e quatro da Polícia Civil. Estes trabalhos destacam especialmente a implantação da MC em Unidades de Polícia Pacificadora, privilegiando a pesquisa empírica, conforme apontam os trabalhos que analisam as representações e as práticas relativas aos processos de administração institucional de conflitos adotados em uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e à maneira como os conflitos na localidade são representados e encaminhados como demandas à PMERJ (Nascimento, 2013). Outros, seguindo o mesmo contexto e método empírico de pesquisa, analisam os mecanismos de mediação de conflitos em favelas atendidas por Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro (Toscano, 2015), a tensão entre autonomia e tutela nos Centros de MC no âmbito das UPPS (Jesus, 2016). Os trabalhos demonstram ainda

9 Utilizaremos, ao longo do artigo, MC para mediação de conflitos e JR para justiça restaurativa.

que os policiais, para se tornarem mediadores numa UPP, tiveram que cumprir os requisitos dos cursos oferecidos no próprio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Tais trabalhos explicitam que há uma emergência da capilaridade desta forma de administração de conflitos em outras instituições do sistema de justiça criminal e segurança pública.

Em levantamento por meio de questionário ao telefone e e-mail sobre a mediação comunitária de conflitos no Brasil, Mourão e Naidin (2019) identificaram 41 projetos pulverizados pelo Brasil. Apesar disso, nossa pesquisa no banco de teses e dissertações da Capes revelou 12 trabalhos no total do que foi pesquisado. Diversos outros temas se apresentaram de forma pulverizada ao longo destes vinte anos do balanço que realizamos. Os trabalhos sobre mediação de conflitos em contextos de meio ambiente, hospitalar, direitos difusos, trabalhistas, violência doméstica e contra a mulher, socioeducativo, representam baixa intensidade frente aos temas citados anteriormente. Agrupamos estes trabalhos na categoria “outros”, que totalizou o conjunto de 61 teses e dissertações.

Considerações finais

Embora persista uma predominância dos trabalhos na região sudeste, nossos dados demonstraram que o tema “mediação de conflitos e justiça restaurativa” tem se ampliado em nível territorial na pesquisa acadêmica no Brasil. Trata-se de um fenômeno que se consolidou durante as décadas de 2000 e 2010. A pesquisa demonstrou também que existe maior número de dissertações sobre justiça restaurativa e mediação de conflitos que teses, de acordo com as informações colhidas no sistema da CAPES. Ao longo dos anos para os quais nossos olhares se voltaram na pesquisa, ficou evidente também que o interesse pela temática das formas não violentas de administração de conflitos tem crescido, particularmente no segundo decênio (entre 2010-2019).

Os resultados logo de início apontaram também para uma predominância da área do Direito na produção acadêmica sobre estes temas, com trabalhos que se situam mais no campo da jurisprudência, pesquisa normativa, documental e bibliográfica, como supúnhamos, por serem estes temas afeitos ao Direito. Porém, as contribuições dos trabalhos nas demais áreas das Ciências Humanas e Sociais residem no fato de trazerem dados empíricos, oriundos de trabalhos de campo, algo ainda novo para o Direito¹⁰.

10 Essas experiências aparecem especialmente nos trabalhos do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos da Universidade Federal Fluminense (INCT-InEAC/UFF), do qual ambas as autoras fazem parte e no âmbito do qual dialogamos com vários pesquisadores no Brasil e no exterior.

Com relação à distribuição dos trabalhos por regiões do país, ainda persiste uma predominância dos trabalhos na região Sudeste, como acontece com outros temas de pesquisas na área da segurança pública, por exemplo (Campos e Alvarez, 2017). Nesse sentido, o estado de São Paulo ainda aparece como aquele que reúne maior quantidade de trabalhos sobre justiça restaurativa e mediação de conflitos. Além do Rio Grande do Sul, que também figura como um estado importante no que diz respeito à produção acadêmica no caso da justiça restaurativa, e Rio de Janeiro, na mediação, estados da região Nordeste despontam como novos centros de produção do saber nestes temas: Bahia, com relação à justiça restaurativa, e Ceará, quanto à mediação.

Também foi possível observar em nossa pesquisa que não há discrepâncias com relação à produção acadêmica dos temas em relação às instituições de ensino superior públicas e privadas, estando os trabalhos bem distribuídos nestas duas categorias. Quando passamos a olhar, entretanto, para as instituições de forma particularizada, todas as PUC do país (somadas) representam a maior parte dos trabalhos sobre justiça restaurativa (passando a UFBA, que segue enquanto “unidade” sendo a universidade que mais produz no tema) e empata em produção com a UNIFOR no caso da mediação.

Outra suposição que foi confirmada pelos dados se refere ao gênero dos autores. Seguindo as pistas de Rubin (2009) e Harrington e Rifkin (1988), nossa investigação demonstrou que mais mulheres têm se interessado pelo tema das formas alternativas de gestão de conflitos, sendo de sua autoria a maior parte dos trabalhos que levantamos na plataforma. Será que isso sugere que, no campo da aplicação das práticas, a mesma situação se repete? Embora não tenhamos dados suficientes para fazermos esta afirmação, ela parece uma interessante hipótese de pesquisa.

Além disso, é importante destacar as dificuldades que este tipo de estudo como o que desenvolvemos encontra, devido às inconstâncias e irregularidades com que a plataforma fornece os dados dos trabalhos catalogados, obstaculizando o acesso às informações sobre metodologia e campo empírico. Vale explicar que essa dificuldade não decorre somente da plataforma, mas também dos autores que muitas vezes não colocam em seus resumos algumas informações básicas, como qual metodologia empregada e/ou onde foi feito o trabalho de campo. De todo modo, em nossa pesquisa, deparamo-nos com uma boa porcentagem de trabalhos que se basearam em pesquisa empírica, comparativamente aos outros tipos de estudos, e as principais cidades em que se realizaram essas pesquisas são Fortaleza (mediação) e Porto Alegre (justiça restaurativa). Esse dado pode revelar que as investigações empíricas, a despeito das diversas

dificuldades com que os pesquisadores se deparam, tem tentado acompanhar a difusão das práticas em território nacional.

Cabe ainda destacar que, apesar de os trabalhos se concentrarem na área do Direito, que tradicionalmente não realiza pesquisas empíricas, a prevalência dos trabalhos sobre as normativas, legislações e discursos se refere também aos obstáculos encontrados pelos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais em acessar tal campo. Esta dificuldade está diretamente relacionada à maneira como o sistema de justiça criminal lida na gestão das suas instituições, tornando este espaço opaco e fechado aos pesquisadores, mas especialmente à maneira como o Direito na sociedade brasileira limita a autonomia dos indivíduos nas suas tomadas de decisão. Em pesquisas na Argentina, Mello (2016 e 2018) observou que, naquela localidade, são os mediandos que autorizam ou não os pesquisadores como observadores nas sessões de mediação, enquanto, no Brasil, sua interdição é justificada, especialmente no campo judicial, como sendo um dispositivo relativo ao segredo de justiça.

Em “Mediação de Conflitos e Voluntariedade: olhares cruzados entre Rio de Janeiro e Buenos Aires”, Mello (2016) pergunta de que maneira a voluntariedade, enquanto princípio de autonomia das partes, própria do direito privado, nos processos sociais de mediação de conflitos, pode ser exercida no espaço judicial e público em uma sociedade altamente desigual, tanto do ponto de vista legal quanto do ponto de vista das interações sociais. Diz a autora que tal questão atravessa o pensamento social clássico e contemporâneo sobre a tensão entre indivíduo e cultura, ação e determinação, voluntariedade e obrigatoriedade/coação. Tais observações parecem revelar que, mais uma vez, a ordem jurídica se sobrepõe à ordem social no Brasil (Mello e Lupetti Baptista, 2011).

Outro aspecto relevante no debate sobre a mediação de conflitos é apresentado no artigo de Godoy, Matta e Mello (2020), sobre a vinculação complexa da mediação com o estatal e, especificamente, o campo estatal da administração institucional de conflitos. A partir de pesquisa empírica comparada entre Rio de Janeiro e as cidades argentinas de Buenos Aires, Salta e Olavarría, os autores demonstram que o que se denomina “movimento de mediação” supõe uma articulação entre diferentes instituições – judiciais, governamentais de distintos níveis, as ONGs, agências internacionais entre outras – que disputam de forma permanente a afirmação deste dispositivo que se constrói em torno de uma maior estatalidade. Além disso, há uma dimensão da pluralidade de atores sociais, inclusive os autores, que se articulam à prática da mediação, fazendo atravessar as diferentes áreas de conhecimento, como a Antropologia e o Direito.

Este é o caso também da maneira como o Estado se apropriou das iniciativas da justiça restaurativa, conforme observado por Pallamolla (2017) e Tonche (2010). Raffaella Pallamolla discute como o protagonismo do Poder Judiciário tem marcado a história do desenvolvimento desse modelo de justiça no país, ao passo em que Juliana Tonche descreve seu processo de importação como uma expertise do Direito. Segundo a autora, a justiça restaurativa chega verticalizada e, por vias altamente institucionalizadas, dissemina-se do centro para as pontas e não o contrário, como em princípio se poderia supor, levando em consideração os princípios e valores democráticos que ela preconiza.

Referências:

- ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. In: *Tempo Social*, USP, novembro, São Paulo, 2003.
- AGUIAR, Carla Maria Zamith Boin; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Justiça restaurativa no contexto universitário: caso da universidade Dalhousie – Canadá. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- ARAÚJO, Mayara de Carvalho. Justiça restaurativa comunitária: análise de efetividade a partir do Programa Conjunto da ONU em Contagem/MG. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019.
- BASTOS, Ísis Boll de Araújo. A efetividade da previsão constitucional de proteção integral de crianças e adolescentes: o uso da mediação como procedimento adequado à transformação dos conflitos conjuparentais. Tese de doutorado, Direito, PUCRS, Porto Alegre, 2018.
- BERALDO, Anna de Moraes Salles. Guarda dos filhos e mediação familiar: a experiência inglesa contribuindo para uma mudança sistêmica no Brasil. Tese de doutorado, Direito, PUCSP, São Paulo, 2015.
- BONELLI, Maria da Gloria. *Profissionalismo, gênero e diferença nas carreiras jurídicas*. São Carlos, EdUFSCar, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas, série estudos*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Memória e Sociedade. Editora Bertrand Brasil e DIFEL, Rio de Janeiro, 1989.
- CAMPOLINA, Inês Maria de Carvalho. Resolução adequada: uma leitura fenomenológica da mediação. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, Minas Gerais, 2017.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira. e ALVAREZ, Marcos César. Políticas Públicas de Segurança, Violência e Punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, Sergio;

- MARTINS, Benedito. (Org.). *Sociologia brasileira hoje*. 1. ed. Cotia, Ateliê Editorial, 2017, v., pp. 143-213.
- CHINEN, Juliana Kobata. *Justiça Restaurativa e Ato Infracional: representações e práticas no Judiciário de Campinas – SP*. Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.
- CIARLINI, Lea Martins Sales. *A Ética e a Justiça de Emmanuel Lévinas e a Racionalidade Penal Moderna: dois discursos mediados pela justiça restaurativa*. Dissertação de mestrado, Centro Universitário de Brasília, Distrito Federal, 2018.
- ELLWANGER, Carolina. *A lente restaurativa no ensino jurídico: formação do agente pacificador*. Tese de doutorado, Centro universitário de Bauru, São Paulo, 2019.
- ELVIRA, Carlos Alexandre Bacchi. *Policiais Restaurativos como proposta de Política Pública para a Polícia Civil do Estado do Paraná*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2016.
- FERNANDES, Eliane Pinheiro. *Construção coletiva de regras e resolução de conflitos: contribuições para o enfrentamento da violência entre alunos*. Dissertação de mestrado, Educação, PUCSP, São Paulo, 2017.
- FILPO, Klever Paulo Leal. *Dilemas da mediação de conflitos no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado de doutorado, Direito, UVA, Rio de Janeiro, 2015.
- GODOY, M. I., MATTAa, J. P. ; MELLO, Kátia Sento Sé. El/la antropólogo/a en la aldea de la Mediación de conflictos. Un aporte para la problematización de las relaciones entre Estado, mediación de conflictos y Antropología. *Revista Del Museo De Antropología*, v. 13, n. 2, pp. 231-242, 2020. <https://doi.org/10.31048/1852.4826>.
- HARRINGTON, Christine e RIFKIN, Janet. *The Gender Organization of Mediation: Implications for the Feminization of the Legal Professions*. Working Paper Series, 1988.
- IRIBARREM, Aline Santestevan Oliveira. *Justiça restaurativa e prisões: uma perspectiva de combate e prevenção à violência institucional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2019.
- JACCOUD, Mylène. Les cercles de guérison et les cercles de sentence autochtones au Canada. *Criminologie*, v. 32, n. 1, 1999, pp. 07-105.
- JESUS, Daniel Souza Monteiro de. *Os Centros de Mediação de Conflitos em Unidades de Polícia Pacificadora. Entre a autonomia e a tutela*. Dissertação de mestrado, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.
- KIKUCHI, Alexandre Minoru. *Proposta de implantação de política pública de pacificação social por meio da Justiça Restaurativa em Marialva/PR*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2016.
- LARA, Caio Augusto Souza. *A justiça restaurativa como via de acesso à justiça*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

- LOURENÇO, Luiz Claudio. e ALVAREZ, Marcos César. (2018) Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017), BIB, São Paulo, n. 84, pp. 216-236, 2/2017.
- LOUZADA, Marcelle Cardoso. Os conflitos violentos de bullying na escola e seus entrelaçamentos com a Justiça Restaurativa. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.
- MACEDO, Sostenes Jesus dos Santos. Sistema de Justiça (Penal) Juvenil Restaurativo: algumas reflexões sobre o modelo brasileiro. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2016.
- MATTA, Juan Pablo. e GODOY, Mariana Inés. El movimiento de mediación en Argentina: procesos, tensiones y afirmaciones. In: VILLALTA, C.; MATTA, Juan Pablo. e MELLO, Kátia Sento Sé. Dossiê Arranjos sociais, mediações e sentidos de justiça, *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 10, n. 1, Instituto de Ciências Sociais, UnB, Brasília, 2016.
- MELLO, Kátia Sento Sé. Mediação de Conflitos e Voluntariedade: olhares cruzados entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 40, 1 semestre, 2016.
- MELLO, Kátia Sento Sé. e LUPETTI BAPTISTA, Bárbara Gomes. Mediação e Conciliação no judiciário: dilemas e significados. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, IFCS/UF RJ, 2011, pp. 97-122.
- MELLO, Kátia Sento Sé; LUPETTI BAPTISTA, Bárbara Gomes. e FILPO, Klever Paulo Leal. Potencialidades e incertezas de formas não violentas de administração de conflitos no Brasil e na Argentina, Evangraf/Palmarinca, Porto Alegre, 2018.
- MENDANHA, Fabiano Alves. A justiça restaurativa como uma possível alternativa ao poder judiciário para dispensar um tratamento mais humanitário aos usuários e dependentes de droga. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2016.
- MENDES, Daniele Cristina Bahniuk. Um olhar epistemológico sobre a justiça restaurativa à luz dos direitos humanos e o estado do conhecimento em programas de pós-graduação no Brasil, entre os anos de 2014 a 2016. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2018.
- MENDES, N. P. Mediação de Conflitos e aprendizagem de práticas morais: estratégias de prevenção em uma escola pública do Estado de São Paulo. Dissertação de mestrado, Educação, PUCSP, São Paulo, 2018.
- MOURÃO, Barbara Musumeci e NAIDIN, Silvia (Orgs.). *Mediação comunitária no Brasil: Diálogo entre conceitos e práticas*. Rio de Janeiro, CESeC/Mediare, 2019.
- MUNIZ, Paloma Engelke. Justiça restaurativa e violência doméstica: um casamento possível? Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

- PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. A construção da justiça restaurativa no Brasil e o protagonismo do Poder Judiciário: permanências e inovações no campo da administração de conflitos. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- NADER, Laura. Controlling processes in the practice of law: hierarchy and pacification in the movement to re-form dispute ideology. In: *The Ohio State Journal on Dispute Resolution*, v. 9, n. 1, USA, 1993.
- NASCIMENTO, Vânia Reginaldo. Dos tribunais do tráfico à mediação de conflitos: um estudo das representações sobre a administração institucional de conflitos em uma UPP no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 2013.
- RUBIN, Deborah Re-feminizing Mediation Globally. *City University of New York Law Review*, v. 12, Issue 2, 2009, pp. 355-397.
- SANTANA, Vitor de S. Justiça Restaurativa e a lei dos crimes ambientais (Lei n. 9.605/98): uma proposta de aproximação. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2014.
- SANTORO, Luciano de F. A justiça restaurativa e os crimes econômicos. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SILVA, Tamisa R. S. do N. Justiça Restaurativa como paradigma? Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.
- SINHORETTO, Jacqueline. A Justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos, Editora Alameda, São Paulo, 2011.
- SOARES, Patricia Paloma Gonçalves. As manifestações do professor mediador escolar e comunitário acerca da resolução de conflitos: estudo sobre os elementos que constituem essa função nas escolas públicas da rede estadual paulista, Dissertação de mestrado, Educação: História, Política, Sociedade, PUCSP, São Paulo, 2016.
- STUART, Barry. Building Community Justice Partnerships: Community Peacemaking Circles (Ottawa: Department of Justice, Aboriginal Justice Learning Network), 1977.
- TINETTI, Cristiane Aparecida. O professor como mediador escolar e comunitário e suas contribuições para a formação autônoma de estudantes e docentes. Dissertação de Mestrado, Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marilha, 2018.
- TIVERON, Raquel. Justiça Restaurativa e emergência da cidadania na dicção do direito: a construção de um novo paradigma de justiça criminal. Tese de doutorado, Centro Universitário de Brasília, Distrito Federal, 2014.
- TONCHE, Juliana. Internacionalização do saber jurídico e redes profissionais locais: um estudo sobre justiça restaurativa em São Carlos-SP e São Caetano do Sul-SP. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

- _____. A construção de um modelo “alternativo” de gestão de conflitos: usos e representações de justiça restaurativa no estado de São Paulo. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- _____. Justiça Restaurativa e racionalidade penal moderna, uma alternativa possível. In: FULLIN, Carmen e XAVIER, José Roberto Franco; MACHADO, Maíra Rocha. (Org.). A Racionalidade Penal Moderna: reflexões teóricas e explorações empíricas desde o Sul. 1. ed. Almedina, v. , 2020, pp. 303-324.
- TOSCANO, Gabriel Bayarri. Novos conflitos nas cidades e antigas práticas policiais: análise dos mecanismos de mediação em favelas atendidas pelas UPPs. Dissertação de mestrado, Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- VALE, Maria Sueli do. Mediação de Conflito de violência intrafamiliar contra pessoas idosas. Dissertação de mestrado, Gerontologia, UnB, Brasília, 2010.
- VIDOTTO, Leticia Trombini. Participação em processo de formação de facilitadores/as de práticas restaurativas. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Recebido em: 29/01/2021

Aprovado em: 28/03/2021

Como citar este artigo:

MELLO, Kátia Sento Sé e TONCHE, Juliana. Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa no Brasil: balanço de vinte anos de produção acadêmica. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 347-371.





Justiça restaurativa e reconhecimento

Marcos Rolim¹

Luciano Fedozzi²

Resumo: O texto propõe um caminho para o fortalecimento do movimento da justiça restaurativa, sustentando a necessidade de que a abordagem possa desenvolver uma base filosófica e sociológica mais definida e argumentando que a Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth, pode cumprir esse papel. Após a apresentação de uma síntese da Teoria, procura-se demonstrar o quanto as dinâmicas restaurativas podem concorrer para a produção do reconhecimento, evitando que o acusado/condenado seja reduzido à prática delituosa. Os objetivos da restauração envolvem a superação de desrespeitos básicos associados à conduta delituosa, promovendo o reconhecimento de vítimas e autores.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Teoria do Reconhecimento; Desrespeito; Crime.

Restorative justice and recognition

Abstract: *The text proposes a way to strengthen the restorative justice movement, sustaining the need for the approach to develop a more defined philosophical and sociological basis and arguing that Axel Honneth's Theory of Recognition can fulfill this role. After presenting a synthesis of the Theory, we seek to demonstrate how much restorative dynamics can contribute to the production of recognition, preventing the accused/convicted from being reduced to criminal practice. The*

1 Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) – Porto Alegre – Brasil – marcos@rolim.com.br – <https://orcid.org/0000-0003-1076-5990>

2 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre – Brasil – lucianofedozzi@gmail.com – <http://orcid.org/0000-0003-2066-1677>

restoration objectives involve overcoming basic disrespect associated with criminal conduct, promoting the recognition of victims and perpetrators.

Keywords: *Restorative Justice; Recognition Theory; Disrespect; Crime.*

Justicia restaurativa y reconocimiento

Resumen: El texto propone una forma de fortalecer el movimiento de justicia restaurativa, sosteniendo la necesidad de que el enfoque desarrolle una base filosófica y sociológica más definida y argumentando que la Teoría del Reconocimiento de Axel Honneth puede cumplir este rol. Luego de presentar una síntesis de la Teoría, buscamos demostrar cuánto pueden contribuir las dinámicas restaurativas a la producción de reconocimiento, evitando que el imputado/condenado sea reducido a la práctica criminal. Los objetivos de la restauración implican superar la falta de respeto básica asociada a la conducta delictiva, promoviendo el reconocimiento de víctimas y autores de delitos.

Palabras llave: Justicia Restaurativa; Teoría del Reconocimiento; Falta de respeto; Crimen.

O respeito devido não é um ato de gentileza para com os outros. É uma necessidade humana vital.

Charles Taylor

Introdução

A justiça restaurativa é, possivelmente, o mais influente movimento de reforma da Justiça Criminal de nossa época (Dzur, 2015) e tem despertado interesse crescente em todo o mundo, inclusive no Brasil, como já o evidenciaram vários estudos (por ex.: Andrade, 2017). A ideia central do novo paradigma é a da superação de conflitos com ênfase na restauração dos danos causados a começar da responsabilização do autor do fato, mediante um acordo restaurativo em que a vítima é o centro e em que a comunidade se faz representar. Procura-se, assim, viabilizar as condições para que o agressor faça algo em favor da vítima de forma a reparar o mal causado ou, pelo menos, amenizar sua dor (Johnstone, 2003; Braithwaite, 2003; Gavrielides, 2007; Zeher, 2008).

O movimento restaurativo lida com uma margem de indefinições conceituais e convive na interface de diferentes abordagens teóricas, o que alguns

autores como Doolin (2015), Froestad e Shearing (2005), Daly (2002) e Jaccoud (2005) percebem como uma limitação a ser superada. O campo que discute as práticas restaurativas no mundo envolve também contribuições de natureza transdisciplinar aportadas pelo Direito, pela Sociologia, pela Psicologia e pela Filosofia, entre outras (Cremin *et al*, 2021), sendo relevante, também, o papel desempenhado em projetos restaurativos por perspectivas religiosas (Stamatakis, 2013). Entre as definições clássicas de justiça restaurativa, a contribuição de Tony F. Marshall é uma das mais reconhecidas:

Justiça restaurativa é uma abordagem para a solução de problemas criminais que envolve as partes propriamente, e a comunidade em geral, em uma relação ativa com órgãos governamentais. Não é uma prática específica, mas um conjunto de princípios que podem orientar a prática geral de qualquer órgão ou grupo em relação com o crime (Marshall, 2003: 28, tradução nossa).

O mesmo se pode dizer do aporte realizado por Zehr (2002), que, entretanto, também reconhece que o grau de consenso a que chegou o movimento restaurativo se situa em um patamar de definições elementares. A definição que ele ofereceu pode ser sintetizada como:

A justiça restaurativa é um processo para envolver, na medida do possível, aqueles que têm interesse em uma ofensa específica à coletividade, para identificar e enfrentar danos, necessidades e obrigações a fim de alcançar a superação/cura, colocando as coisas no lugar mais certo possível (Zehr, 2002: 39, tradução nossa).

Essas definições básicas deram origem, também, aos conceitos empregados em documentos legais como, por exemplo, nos “Princípios básicos de uso de programas de justiça restaurativa em matéria criminal”³, resolução aprovada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em sua 37ª reunião plenária, em 2002, ou como a Resolução 225 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aprovada em 2016⁴.

Em seu início, a abordagem foi apresentada em contraste com os pressupostos da justiça retributiva, porque se tratava de chamar a atenção para as possibilidades do novo modelo com base nos resultados disfuncionais criados pela universalização do Direito Penal. A justiça restaurativa, entretanto, nunca teve a pretensão

3 ECOSOC Resolution 2002/12, *Basic principles on the use of restorative justice programmes in criminal matters*. Disponível em: <<https://www.un.org/en/ecosoc/docs/2002/resolution%202002-12.pdf>>. Acesso em: 16 dez 2021.

4 Texto compilado a partir da redação dada pela Resolução n. 300/2019. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/compilado160827202007275f1efbfbf0faa.pdf>>. Acesso em: 16 dez 2021.

de substituir a retribuição, mesmo porque a restauração nem sempre é viável e se trata de processo voluntário, dependente, portanto, da disposição das partes. Mais recentemente, alguns autores como Young e Hoyle (2003) e Daly (2013) têm sublinhado o fato de que as medidas de reparação acordadas em um processo restaurativo envolvem alguma dimensão retributiva, já que asseguram um tipo de carga aos autores, ainda que pela via da persuasão. Esse tipo de compreensão fez com que Howard Zehr, por exemplo, alterasse sua visão. Atualmente, ele afirma que as concepções de Justiça devem ser vistas como um *continuum* que se estende do “totalmente restaurativo ao não-restaurativo” (Suzuki; Hayes, 2016).

Ao longo das últimas décadas, projetos de justiça restaurativa têm sido desenvolvidos em áreas diversas (Zehr; Mika, 1998) e acompanhado políticas públicas não apenas em temas que envolvem a justiça criminal ou a justiça juvenil, mas também na resolução de conflitos nas escolas (Hopkins, 2004; Van Ness, 2010; Hayden, 2012), no ambiente de trabalho (Kidder, 2007; Duncan, 2011; Johari *et al*, 2013), no tratamento das reclamações do público contra as polícias (McLaughlin; Johansen, 2002) e na própria execução penal (Adler; Mir, 2012; Beech; Chauhan, 2012; Crocker, 2015; Armour; Sliva, 2016). Uma extensão que faz lembrar a oportuna comparação de Galanter (1981) para quem “assim como a saúde não é encontrada principalmente em hospitais ou o conhecimento nas escolas, a justiça não é principalmente encontrada em instituições oficiais de distribuição de justiça”.

Essa amplitude de usos da justiça restaurativa, não obstante, tem evidenciado algumas dificuldades práticas derivadas da ausência já mencionada de uma base teórica comum que ampare a abordagem. Sem uma teoria compartilhada que lhe sirva de referência e lhe ofereça conceitos operativos, a ideia da restauração tem sido apropriada por diferentes vertentes filosóficas e religiosas, o que amplia os pontos de divergência e desencontro, tornando mais difícil, inclusive, o necessário desenvolvimento de metodologias estruturadas para que projetos possam ser replicados e avaliados.

Procurando contribuir para que o movimento restaurativo encontre caminhos teóricos que o fortaleçam, sustentamos que a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth pode oferecer uma base filosófica e sociológica para a abordagem restaurativa⁵. Entendemos que a relação teórica aqui proposta poderá auxiliar a compreensão das dinâmicas de resolução de conflitos e fixar pressupostos mais amplos para os valores e objetivos da justiça restaurativa, contribuindo assim para desenvolver em torno dela uma agenda inovadora de debates e investigações sociais

5 Há pouca produção acadêmica no Brasil a respeito das possíveis contribuições da Teoria do Reconhecimento para a Justiça Restaurativa. Alguns textos disponíveis sinalizaram esse caminho. Ver, por exemplo: Brusius; Gadea (2015); Silva (2015); Vitale; Silva (2016) e Xavier; Carvalho (2018).

I. Teoria do reconhecimento: respeito, autorrespeito e autoestima

A Teoria do Reconhecimento proposta por Honneth (2003a) representa uma reelaboração da teoria crítica da Escola de Frankfurt até então hegemônica pela Teoria da Ação Comunicativa de Habermas. Não é o caso aqui de apresentar as críticas de Honneth (1991; 2009), mas vale apenas citar que, diferentemente de Habermas, Honneth supõe o conflito social como um fenômeno relevante para a compreensão dos processos de reconhecimento nas sociedades modernas (Honneth, 2003b). Para o argumento desse texto, também decidimos não abordar a crítica de Fraser (1995) à Teoria de Honneth, ainda que seus argumentos nos pareçam muito importantes no debate a respeito de políticas públicas capazes de promover o reconhecimento, notadamente no que diz respeito à possibilidade de se construir uma perspectiva de ação com base no “modelo de status”, ou seja, na busca da não subordinação, ao invés de fazê-lo com base na “identidade”, o que poderia resultar em “formas repressivas do comunitarismo” (Fraser, 2007). No mais, entendemos, como o assinalou com propriedade Mendonça (2007: 183), que “as perspectivas de Honneth e Fraser podem ser combinadas em um viés, simultaneamente, atento à autorrealização de sujeitos e à participação paritária deles em interações sociais”.

Honneth se baseia em uma leitura de Hegel, para quem a história do espírito humano foi interpretada como um processo de universalização conflituosa de potenciais morais. Para Hegel, há um “vir-a-ser da eticidade” que se realiza, concretamente, em tensões básicas inscritas na dinâmica social. Honneth (2003a) observa que essa concepção carrega consigo o ideal de vida ética de Aristóteles, mas não mais como um resultado natural pressuposto na ideia do *zoom politikon*, mas como expressão de uma particular relação entre os seres humanos tensionada por expectativas de reconhecimento. Trata-se, essencialmente, de tomar consciência de que “o reconhecimento da dignidade humana compreende o princípio central da justiça social” (Honneth, 2004).

Para ele, mesmo a condição de autonomia, seria dependente dessa dinâmica:

(...) para poder surgir e se desenvolver, a autonomia necessita do reconhecimento recíproco entre os sujeitos; nós não a adquirimos sozinhos, através de nós mesmos, mas unicamente na relação com outras pessoas que estejam igualmente dispostas a valorizar-nos da mesma maneira como nós devemos valorizá-las (Honneth, 2009: 354).

A primeira dessas expectativas se realiza na relação pais e filhos, com os sujeitos se reconhecendo reciprocamente como amantes e emocionalmente carentes. Pela educação, poder-se-á assegurar a independência dos filhos, o que

supera a “unificação do sentimento”. Após essa primeira esfera de reconhecimento, mergulhada no mundo privado, Hegel assinala o momento em que os sujeitos se reconhecem como titulares de direitos, o que afirma o processo de universalização jurídica. Nessa segunda etapa, os seres humanos se reconhecem como “pessoas” que podem responder por seus atos e firmar ou não contratos com as demais no interior da sociedade civil. Por fim, Hegel sustenta uma terceira esfera de reconhecimento, na relação do indivíduo com o Estado, capaz de afirmar o fenômeno da solidariedade (Honneth, 2003a).

Para Hegel, as formas de desdobramento da experiência amorosa, inicialmente nas relações pais e filhos e, depois, nas interações de amor sexual, representam momentos de reconhecimento recíproco, o que dará aos sujeitos uma condição de autoconfiança básica. Essa experiência ainda não é suficiente, entretanto, para que se promova o reconhecimento do sujeito como “pessoa de direito”. “Amor”, “direito” e “eticidade” formam em Hegel uma tríade de relações de reconhecimento social que permitem ao indivíduo seu próprio processo de autonomização crescente. A terceira etapa de reconhecimento, que configura a eticidade para o jovem Hegel, seria também aquela em que os membros de uma coletividade dada se irmanam em uma solidariedade universal e são capazes de reconhecer nos demais particularidades individuais que destacam, por exemplo, virtudes e características de excelência profissional. Segundo Honneth (2003a: 154), nessa dimensão, efetua-se “a forma mais exigente de reconhecimento recíproco”. Quando um desses reconhecimentos é perturbado, estamos diante de uma situação de desrespeito.

As noções desenvolvidas por Hegel sobre o reconhecimento nas três esferas mencionadas são incorporadas pela reflexão de Honneth (2003a) que busca, entretanto, superar o que há de especulativo nessa contribuição. Para tanto, Honneth se propõe a investigar se a sucessão de etapas de luta pelo reconhecimento pode ser confortada por evidências empíricas; se há, efetivamente, formas de desrespeito correspondentes às experiências de reconhecimento recíproco e se tais formas podem estar na origem de conflitos sociais. Nessa investigação, Honneth identifica tais evidências na Psicologia Social de George Herbert Mead, e reforça seu argumento com noções propostas por pensadores como Charles Taylor e no diálogo com o conhecimento científico produzido em diferentes disciplinas.

Reforçando a ideia hegeliana de que o amor é a primeira forma de reconhecimento, Honneth cita o trabalho do pediatra e psicanalista inglês Donald Woods Winnicott, para quem uma mãe capaz de exercer a contento seu cuidado com o bebê é aquela que lhe concede a experiência da “onipotência primária” com a qual se estrutura a base do fazer-criativo (Moura, 2008). É na interação do bebê com a mãe que se estruturaria a estabilidade psíquica dos indivíduos. Com essa

interação bem-sucedida, com a criação de um ambiente de toque, carinho e cuidados, o bebê segue seu processo de formação sem obstáculos. Esse é o momento em que, desde a perspectiva do bebê, ele e sua mãe formam um todo indiferenciado, em que “a mãe-ambiente necessita fornecer as condições básicas de sustentação que permitam a realização paulatina e ininterrupta do vir-a-ser do bebê” (Galván; Amiralian, 2009). Caso a interação fracasse, porque a mãe não conseguiu reconhecer as necessidades da criança, cria-se um “falso *self*”, fenômeno que poderá acarretar graves consequências na vida do novo ser. O *self* verdadeiro é pensado por Winnicott como um “potencial herdado” (Bollas, 1992) pelo qual o sujeito se sente real e capaz de criar. Uma vida alicerçada na infância em um falso *self* retiraria da experiência humana a chance de um sentido, o que estimularia sentimentos de desvalor diante da vida, da sua própria e dos demais.

Referindo-se a essa contribuição, Honneth (2003a) afirma:

É possível então partir da hipótese de que todas as relações amorosas são impelidas pela reminiscência inconsciente da vivência de fusão originária que marcara a mãe e o filho nos primeiros meses de vida; o estado interno do ser-um simbiótico forma o esquema da experiência de estar completamente satisfeito, de uma maneira tão incisiva que mantém aceso, às costas dos sujeitos e durante toda sua vida, o desejo de estar fundido com uma outra pessoa. Todavia, esse desejo de fusão só se tornará o sentimento do amor se ele for desiludido a tal ponto pela experiência inevitável da separação, que daí em diante se inclui nele, de modo constitutivo, o reconhecimento do outro como uma pessoa independente; só a quebra da simbiose faz surgir aquela balança produtiva entre delimitação e deslimitação que, para Winnicott, pertence à estrutura de uma relação amorosa amadurecida pela desilusão mútua. Nesse ponto, o poder-estar-só constitui o polo, relativo ao sujeito, de uma tensão intersubjetiva, cujo polo oposto é a capacidade de fusão deslimitadora com o outro. O ato de deslimitação recíproca, no qual os sujeitos se experienciam como reconciliados uns com os outros, pode assumir, segundo a espécie de ligação, as formas mais diversas: nas amizades, pode ser a experiência comum de um diálogo que nos absorve ou o estar-junto inteiramente espontâneo; nas relações eróticas, é a união sexual, pela qual um se sabe reconciliado com o outro, sem diferenças (Honneth, 2003a: 174-175).

Na esfera da sociedade civil, Honneth (2003a) sustenta, amparado em Mead, que o indivíduo só alcança a consciência de ser um sujeito de direitos no momento em que reconhece suas próprias obrigações com “o outro generalizado”, um conceito que dá conta de uma mediação estruturante pela qual o indivíduo

internaliza a ação do outro, o que lhe permite a produção do *self*. Para Abib (2005), Mead procura situar o conceito se referindo ao brincar e ao jogar das crianças. Quando a criança brinca, ela adota papéis de pessoas significativas (pai, mãe, irmãos, amigos) que se sucedem na imaginação. Entretanto, quando a criança participa de um jogo com outras crianças, ela precisa se situar tendo presente os papéis exercidos por todos os jogadores, sem o que não será bem-sucedida. Essa projeção é muito mais complexa:

O outro, no jogo, configura-se pela constituição de vários outros. Mead chama esse outro de *outro generalizado* (Mead, 1962). Com o advento do outro generalizado tem início a um só tempo a experiência da criança com a diversidade de papéis e com as perspectivas sociais distintas (Abib, 2005: 100).

Paralelamente a essa ontogênese do reconhecimento, Honneth (2003a) menciona o processo histórico de ampliação da ideia de direitos e que aparece muito frequentemente nas distinções didáticas que apontam para as diferentes gerações/dimensões de direitos humanos. A dinâmica que nos reconhece direitos fundamentais - primeiramente, aqueles considerados como de liberdades negadas ao Estado e que consagram o espaço individual de autonomia e liberdades políticas; depois, os direitos econômicos, sociais e culturais, cuja promessa é a igualdade social e o bem-estar; e, finalmente, os direitos ainda mais amplos e coletivos, que consagram a autodeterminação das nações, o meio ambiente e a paz, para citar alguns - evidencia que o processo de luta pelo reconhecimento segue seu curso no interior da esfera jurídica. Os direitos denegados e que legitimam disputas sociais assinalam conflitos e produzem experiências traduzidas como desrespeito para a consciência dos indivíduos que se percebem como sujeitos de direitos.

A lógica maior desse processo afirma o autorrespeito e o respeito. Honneth entende que o autorrespeito está para a relação jurídica da mesma forma que a autoconfiança está para a relação amorosa e cita passagem de Feinberg (1980) para sublinhar essa relação:

Ter direitos nos capacita a ‘manter-nos como homens’, a olhar os outros nos olhos e nos sentir, de uma maneira fundamental, iguais a qualquer um. Considerar-se portador de direitos não é ter orgulho indevido, mas justificado, é ter aquele autorrespeito mínimo, necessário para ser digno do amor e da estima dos outros. De fato, o respeito por pessoas [...] pode ser simplesmente o respeito por seus direitos, de modo que não pode haver um sem o outro; e o que se chama ‘dignidade humana’ pode ser simplesmente a capacidade reconhecível de afirmar pretensões (Honneth, 2003a: 196).

Para Honneth, a terceira esfera do reconhecimento ultrapassa as condições da dedicação afetiva e da igualdade jurídica, inaugurando as possibilidades da estima social, aquela capaz de reconhecer os sujeitos em suas virtudes e trajetórias singulares. Sim, porque a estima devida a um ser humano não deriva da sua condição comum de dignidade, mas de características pessoais que o distinguem dos demais. A demanda por reconhecimento se prolonga, assim, reforçando a importância do pertencimento:

O eu busca o nós da vida comum em grupo, porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação. Ele não pode manter nem o autorrespeito nem a autoestima, sem a experiência de apoio que se faz através da prática de valores compartilhados no grupo (Honneth, 2013: 77).

Nesse ponto, Honneth lembra a contribuição de George Simmel, para quem a estima social está associada indiretamente aos padrões de distribuição de renda em uma sociedade dada, o que faz com que as disputas econômicas pela partição do produto social integrem a luta pelo reconhecimento. O reconhecimento oferecido pela estima social se traduz, como experiência, em um sentimento do próprio valor ou “autoestima”, o que autorizaria a se falar em “um estado pós-tradicional de solidariedade social” (Honneth, 2003: 208). O quadro abaixo sintetiza as relações sociais de reconhecimento:

Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor e amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Autorrelação Prática (moral)	Autoconfiança	Autorrespeito	Autoestima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violações	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade Social	“Honra”, dignidade

Fonte: Honneth (2003a: 211).

II. Desrespeito, reconhecimento e crime

Quando algumas formas de reconhecimento são negadas aos sujeitos, estamos diante de formas de desrespeito. Uma criança negligenciada, espancada ou vítima de abuso sexual, por exemplo, não obteve o reconhecimento afetivo a que tinha direito e que lhe era essencial para o desenvolvimento da autoconfiança. Essa seria, para Honneth (2003a), a “forma mais elementar de rebaixamento pessoal”.

Toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra a sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere disruptivamente na autorrelação prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito, pois a particularidade dos modos de lesão física, como ocorrem na tortura ou na violação, não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção, chegando à perda do senso de realidade (Honneth, 2003a: 215).

Aquele que tenha sido concretamente privado do acesso às condições mais elementares para a vida digna, sendo-lhe negado quaisquer dos direitos fundamentais como a liberdade, a alimentação, a saúde, a habitação, a educação ou a segurança, vive a exclusão em uma sociedade que assegura esses mesmos direitos a outros grupos. Essa experiência é sentida como desrespeito porque aquele que a vive sabe que integra o corpo social e que, portanto, deveria ter direitos reconhecidos. A consciência do desrespeito, então, é uma decorrência da existência de uma comunidade de direitos, formada por todos os que foram incluídos. Ele é, concretamente, deixado à margem dessa comunidade, não porque tenha feito algo que pudesse justificar a ausência de consideração ou sua invisibilidade, mas porque o modelo de sociedade na qual nasceu e se criou não está orientado pelo objetivo da inclusão, ainda que sua ordem jurídica renove o pressuposto da igualdade de direitos. Para o excluído, soma-se ao desrespeito, assim, uma promessa que tende a ser interpretada como um embuste⁶. Honneth vincula essa condição à perda do autorrespeito:

(...) a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação

6 Alguns autores, notadamente na tradição marxista, assumem esse pressuposto, o que os leva a desconsiderar que o processo de universalização de direitos estimula a luta pelo reconhecimento. Honneth (2003a) assinala que também Sartre, a par da sua contribuição para se compreender as estruturas de dominação, consolidada no conceito de “neurose objetiva”, foi apanhado nessa armadilha, mas destaca a intuição de Georges Sorel ao perceber uma dimensão ética na própria luta de classes.

violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o *status* de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral; nesse sentido, de maneira típica, vai de par com a experiência da privação de direitos uma perda de autorrespeito, ou seja, uma perda da capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos (Honneth, 2003a: 216-217).

Por fim, há uma terceira natureza de rebaixamento moral do sujeito que se impõe pela atribuição de desvalor a indivíduos e grupos sociais, o que costuma ocorrer quando os discursos hegemônicos depreciam modos de vida individuais ou coletivos, valores culturais, políticos ou religiosos, e que agridem a honra ou a dignidade das pessoas. Determinados grupos fragilizados socialmente experimentam esse tipo de depreciação baseado no horizonte cultural de sociedades particularmente segregadoras e intolerantes, o que lhes subtrai o direito a autoestima.

A degradação valorativa de determinados padrões de autorrealização tem para seus portadores a consequência de eles não poderem se referir à condição de sua vida como a algo a que caberia um significado positivo no interior de uma coletividade; por isso, para o indivíduo, vai de par com a experiência de uma tal desvalorização social, de maneira típica, uma perda de autoestima pessoal, ou seja, uma perda de possibilidade de se entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características (Honneth, 2003a: 217-218).

As formas de desrespeito, segundo Honneth (2003a), produzem emoções negativas específicas, como a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo. Esse seria o elo psíquico que permite compreender como o sujeito transita do sofrimento à ação, em busca do reconhecimento que lhe foi injustamente denegado⁷. Essa constatação sugere um caminho para a compreensão de determinadas condutas disruptivas nas sociedades modernas que se encontra com expressivo conjunto de evidências encontradas pela criminologia contemporânea, particularmente com base na abordagem que têm investigado os fatores de risco⁸

7 Honneth não trata do tema, mas há importantes contribuições na filosofia contemporânea a respeito da indignação como uma atitude reativa vicária, como a de Strawson (1962).

8 Mrazek e Haggerty (1994), por exemplo, entendem que fatores de risco devem ser compreendidos como “aquelas características, variáveis ou perigos que, uma vez presentes na vida de um indivíduo, fazem com que seja mais provável que este indivíduo, mais do que alguém da população em geral, desenvolva desordem”.

para o crime e a violência (por ex.: Rubin, Gallo; Coutts, 2008; Farrington; Welsh, 2007; Farrington, 2002; Cohen, 1996; Blumstein, 1995; Hawkins, 1995).

O que tais evidências mostram é que parte importante das ações delituosas são condicionadas por experiências ou circunstâncias determinadas que predis põem algumas pessoas – muito mais do que outras – a atos disruptivos. Muitos dos fatores de risco para as condutas criminosas e/ou violentas estão associados à tipologia do desrespeito proposta por Honneth (2003a), envolvendo, por exemplo: vitimização de crianças e adolescentes por maus tratos, negligência e abuso sexual (Éthier *et al* 2004; Kawabata *et al*, 2011; Braga *et al*, 2017); além de privação de direitos econômicos, sociais e culturais em ambientes sociais marcados pela exclusão, degradação e ofensa (Hawkins *et al*, 2000; Sarmiento, 1999; Zahnw; Wickes, 2017; McDaniel, 2012; Taylor *et al*, 2007). Essas condições ou situações marcam as várias formas de estratificação e de distinção social nas sociedades de países centrais e periféricos.

Diante da experiência do desrespeito elementar, o sujeito pode encontrar o caminho do grupo igualmente vitimado e, na interação com a dor dos demais, compartilhar seu sofrimento e transmutá-lo em luta social. Esse deslocamento, aliás, tende a oferecer ao sujeito uma parcela de reconhecimento.

Nesse aspecto, o engajamento individual na luta política restitui ao indivíduo um pouco de seu autorrespeito perdido, visto que ele demonstra em público exatamente a propriedade cujo desrespeito é experienciado como uma vexação. Naturalmente, aqui se acrescenta, ainda, como um efeito reforçativo, a experiência de reconhecimento que a solidariedade no interior do grupo político propicia, fazendo os membros alcançar uma espécie de estima mútua (Honneth, 2003a: 259-260).

A teoria do reconhecimento, assinala-se, não desconhece a existência de lutas e movimentos orientados por interesses e que dizem respeito à repartição de bens escassos. O que a teoria destaca é que os próprios conflitos distributivos seriam uma forma específica de luta por reconhecimento em que se disputa a avaliação justa da contribuição dos indivíduos e grupos sociais (Honneth, 2004). Tais lutas iniciariam, assim, de um sentimento coletivo de injustiça, por conta de demandas por reconhecimento moral denegadas pela ordem. Cabe à investigação empírica descobrir, com base nessa diferenciação, se esse processo de luta social pelo reconhecimento não é também aquele que prepara a formação dos movimentos mais fortes e legítimos. O vigor de movimentos sociais como os construídos pelas demandas de comunidades pobres por condições de moradia digna nas metrópoles, por um lado, e as lutas por igualdade e respeito de setores sociais (feminista,

antirracista e pelos direitos civis dos homossexuais), assim como as demandas por autodeterminação de minorias nacionais, por outro, parecem sugerir que sim. Há, entretanto, outros caminhos para a dor, incluindo o desespero e o crime.

Considerado apenas no sentido estritamente jurídico, o crime se refere a uma extensa lista de ações tipificadas que se correlacionam em baixa frequência. Na verdade, não há matéria comum que identifique tais ações disruptivas a partir de um *telos* determinado, muito menos perfil ou perfis que distingam seus autores dos demais. A imagem cristalizada no senso comum que nos oferece o estereótipo da “pessoa de bem”, presumidamente um ser respeitador das normas de convívio social, das leis e dos valores cristãos e ocidentais, eternamente açoitado pelo potencial lesivo oferecido pelas “pessoas do mal”, algo como encarnações demoníacas à espera das sanções ditas “exemplares”, é construção discursiva hegemônica sobre a vida social.

Excluindo os casos-limite de psicopatias, não há naqueles perfis imaginários qualquer relação de pertinência com a realidade da prática criminal, porque o crime, como um fato social, é um fenômeno típico da agência humana e que, em alguns momentos, pode representar mesmo a antecipação de mudanças históricas (Dürkheim, 2005)⁹.

O fato revelado desde os primeiros estudos de autorrelato (*self-report studies*) de que a grande maioria das pessoas – se não todas elas – praticaram em algum momento de suas vidas uma ou mais ações delituosas, em geral de menor gravidade e ocorrida na adolescência ou nos primeiros anos de vida adulta (Rolim, 2006), não altera o quadro de profunda estigmatização sobre aqueles que foram apontados como autores de delitos (Ahmed; Lång, 2017). O mesmo ocorre entre os não-condenados, notadamente quando tratamos de grupos já marginalizados socialmente, porque o processo criminal é sabidamente funcional à produção do estigma social sobre os acusados; vale dizer, para a disseminação de um discurso específico que trata o outro como inabilitado à aceitação social plena por conta da “diferença vergonhosa” que lhes foi atribuída (Goffman, 1981), uma dinâmica que é reforçada pelas sentenças condenatórias e pelo cumprimento das penas privativas de liberdade. O processo de estigmatização talvez ofereça aos demais o consolo de se situarem em uma posição alegadamente

9 A passagem em que Dürkheim se refere a essa possibilidade surge, nas Regras do Método Sociológico, após a lembrança do destino de Sócrates: “Segundo o direito ateniense, Sócrates era um criminoso, e sua condenação nada tinha de injusto. Contudo, o seu crime, a saber, a independência do seu pensamento, era útil não só à humanidade, mas também à sua pátria: servia para preparar uma moral e uma fé novas de que os atenienses necessitavam naquele momento (...) A liberdade de pensamento de que gozamos hoje nunca poderia ter sido proclamada se as regras que a proibiam não tivessem sido violadas antes de serem solenemente abolidas” (Dürkheim, 2005: 87).

distinta, ou pode lhes trazer uma percepção de superioridade moral, como o perceberam, aliás, Elias e Scotson (2000) em seu estudo sobre os *outsiders*.

III. Justiça restaurativa e reconhecimento

Em um quadro de intolerância e de pretensões punitivas que legitima todo o tipo de tratamento abusivo por parte dos agentes do Estado, a possibilidade oferecida pelas abordagens restaurativas de que alguém acusado da prática de um crime participe de uma reunião em que todos se tratam com respeito e consideração, em que todos podem se expressar e relatar seus sentimentos e em que o próprio acusado poderá expor suas razões, assumir responsabilidades e ajudar a vítima a se recompor e superar a dor por ele causada aparece como uma chance extraordinária de reconhecimento. O mesmo, assinala-se, ocorre com as práticas restaurativas no tratamento de outros conflitos não-criminais, como na realização de um círculo restaurativo em uma escola, por exemplo, como relatam Brusius e Gadea (2005: 149), em que o aluno revigora seu autorrespeito pela simples possibilidade da interação proposta com o professor.

No procedimento restaurativo, o autor está incluído como um sujeito cuja autonomia é reconhecida. Não se trata mais do “inimigo do Estado”, mas de alguém que errou e que está disposto a agir de forma a reduzir os danos que causou e a amparar a vítima que, até então, não havia sequer sido considerado como pessoa.

O primeiro reconhecimento produzido pela dinâmica restaurativa decorre do fato de que não se trata de provar a culpa atribuída ao acusado, mas de saber o quanto ele está disposto a assumir suas responsabilidades e o que fará em favor das pessoas atingidas por sua ação. Reconhecemos, assim, implicitamente, que o sujeito que produziu um mal é moralmente capaz de produzir um bem e esperamos que a dinâmica restaurativa viabilize esse resultado. Assim, antes mesmo de iniciar o processo, a atribuição ao acusado de uma possibilidade virtuosa desarticula as projeções maniqueístas, o que tende a ser percebido por ele como um ato de respeito.

O que se supera aqui, pela natureza mesma da abordagem, é o processo de redução do acusado/condenado à prática delituosa. No processo criminal, como se sabe, o réu vai sendo, progressivamente, identificado com a ação delituosa a ele atribuída, até o ponto em que, produzida a verdade jurídica que se desdobrará em sentença condenatória, não restar mais, para efeito público, uma pessoa efetivamente, mas um “ladrão”, um “traficante”, um “estuprador”, um “assassino”, etc.¹⁰ Contrariamente, quando todos os participantes da abordagem

10 Entre as referências clássicas a respeito da construção social de identidades delinquentes e que foram pioneiras da chamada “Teoria da Rotulação”, devem-se destacar os trabalhos de Tannenbaum (1938, *apud* Barmaki, 2019) e de Becker (2008).

restaurativa escutam as explicações do autor, quando conhecem algo a respeito das condições que o levaram até a prática do delito, reforça-se o reconhecimento de que aquele sujeito integra uma mesma comunidade de direitos e que suas razões podem transitar no interior dessa esfera com legitimidade, ainda que elas não agreguem consenso nem contornem a exigência da censura moral.

A dinâmica restaurativa exige o exercício da escuta entre iguais e escutar exige atenção ao que é dito. Demanda, também, a postura pela qual concedo ao outro o uso da palavra, já que só posso escutar na oferta de meu silêncio. Por isso, escutar é, em larga medida, um ato de respeito, uma disposição em favor da legitimidade da fala que é outra, diversa da minha, mas que me enriquece.

O processo de encontro com a vítima torna possível ao autor, por outro lado, defrontar-se com os efeitos de sua ação que podem ser, nos casos mais graves, devastadores. Essa possibilidade inviabiliza as estratégias de racionalização que situam o ato delituoso em uma moldura de justificação moral que o autor ergue para si mesmo (Matzda, 1969). Esse tipo de recurso, que oferece algum conforto psíquico aos responsáveis pelas violações, costuma não se manter diante do relato de sofrimento da vítima, o que prepara condições mais propícias ao arrependimento. O que a experiência internacional tem mostrado é que as dinâmicas restaurativas, quando bem preparadas e executadas, permitem que as vítimas se sintam aliviadas por perceberem que não estão sós, que outras pessoas são solidárias e que os autores não se confundem com o mal que praticaram, o que é percebido não de forma lógica, mas de maneira intuitiva (Moore, 1994).

O autor do delito reconhece a vítima no momento em que percebe o mal que lhe causou e a realidade do sofrimento decorrente tende a se impor a sua consciência nos termos de uma demanda por reparação. De outra parte, tudo o que a vítima sabia sobre o autor foi o mal que ele lhe causou. É natural que a figura daquele que lhe acarretou dano, prejuízo e medo tivesse, antes da dinâmica restaurativa, a mesma realidade dos pesadelos. Depois do encontro, com as informações compartilhadas e com a interação com o autor¹¹, a vítima reconhece no sujeito que lhe ofendeu algumas das demais possibilidades humanas, o que inaugura a chance de um acordo reparador. O processo todo pode ser compreendido em termos de um reconhecimento recíproco entre as partes e com a possibilidade de uma solução que será recebida pela comunidade como um produto

11 Alguns projetos de justiça restaurativa têm realizado encontros ou conferências com autores e vítimas não relacionados, especialmente em casos mais traumáticos. Autores e vítimas agem, assim, “em substituição”, relatando suas histórias. Os resultados desse tipo de arranjo têm sido, como regra, muito promissores (Feasey; Williams, 2009 e Armour; Rubin, 2006, *apud* Armour; Sliva, 2016)).

também derivado de sua participação e esforço, o que prepara as condições para o acolhimento da vítima e do autor e para o cumprimento do acordo firmado.

A reparação, ainda que possa implicar em medidas que exigirão esforço e/ou trabalho do sujeito autor do ato ilícito, só pode surgir de um compromisso assumido consensualmente pelos participantes do procedimento restaurativo. Nesse momento, autor e vítima adquirem novas condições, o que redefine suas respectivas posições. Quem havia desrespeitado, agora repara; quem havia sido desrespeitado, agora é considerado. A reparação não desfaz o ato, mas pode desfazer o conflito e reinventar as partes, promovendo reconhecimento.

IV. Considerações finais

Diante do problema apontado por vários/as autores/as da ausência de uma base teórica comum para o movimento da justiça restaurativa, identificamos na Teoria do Reconhecimento de Honneth (2003) uma possibilidade fértil a ser considerada. As razões para isso se vinculam, inicialmente, ao fato de que as dinâmicas tradicionais do Direito Penal estão amplamente correlacionadas ao aprofundamento da marginalização e do estigma social, caminhos que promovem, quando aos sentenciados à prisão, a ausência do reconhecimento nas três dimensões referidas por Honneth (2003): maus tratos, privação de direitos/exclusão social e degradação moral e, quanto às vítimas, a invisibilidade e a desconsideração. Ter presente, por isso, o objetivo de reconhecer a dignidade de todas as pessoas envolvidas e afetadas pelo delito oferece às práticas restaurativas uma referência teórica básica.

As possibilidades inauguradas pela justiça restaurativa procuram construir um contraste com a resposta pública orientada ao castigo, ainda que não tenham a pretensão de substituir o Direito Penal, se não por outro motivo, pelo fato de que as dinâmicas restaurativas não podem ser impostas a autores e vítimas. O contraste se situa, primeiramente, no objetivo de atender às necessidades das vítimas e, ato contínuo, na meta de evitar as possibilidades de maus tratos – experiência básica de destruição da autoconfiança das pessoas – que costuma acompanhar as penas privativas de liberdade. Particularmente em realidades de desrespeito institucional legitimado, como no Brasil, o confinamento traduz a realidade extrema da privação de direitos e da exclusão social oferecida aos condenados, o que abala o autorrespeito. Essa mesma experiência irá assegurar, como regra, a degradação moral materializada pela reprodução de estereótipos e preconceitos que desvalorizam os réus, os condenados e os egressos do sistema prisional, depreciando sua autoestima e as chances de desistência

criminal. Trata-se de uma dinâmica de denegação de reconhecimento que, nos termos de Honneth (2003), é fonte de ampliação sistêmica dos conflitos sociais.

Se as práticas restaurativas pretendem assegurar os direitos das vítimas e atender, também, às necessidades dos autores, para o que é preciso que haja espaços reais de acolhimento nas comunidades, então elas deverão estimular, concretamente, a produção do reconhecimento jurídico (necessário ao autorrespeito) e a solidariedade social (fundamental para a autoestima). As mesmas exigências, assinala-se, estão postas em todas as demais abordagens restaurativas fora do âmbito dos conflitos delituosos, o que autoriza a pensar sobre elas também em termos de reconhecimento. Esse caminho não autoriza a conclusão de que a Teoria do Reconhecimento seja suficiente para embasar a justiça restaurativa e, por certo, aportes oferecidos por outras contribuições teóricas, notadamente no campo da psicologia e da criminologia, serão imprescindíveis. Ter presentes os desafios da produção do reconhecimento intersubjetivo propostos por Honneth, entretanto, parece ser um compromisso inerente à restauração capaz de orientar os profissionais e facilitadores que atuam em projetos de justiça restaurativa.

Referências:

- ABIB, José Antônio Damásio. Teoria social e dialógica do sujeito. *Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v. 7, n. 1, 2005, pp. 97-106. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1938/193817415008.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- ADLER, Joanna R. and MIR, Mansoor. *Evaluation of The Forgiveness Project within prisons*, 2012. Middlesex University's Research Repository. Disponível em: <<https://eprints.mdx.ac.uk/9401/>>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- AHMED, Ali; LÅNG, Elisabeth. The employability of ex-offenders: a field experiment in the Swedish labor Market. *ZA J Labor Policy*, v. 6, n. 6, 2017, pp. 02-23.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pilotando a Justiça restaurativa: o papel do Poder Judiciário*. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/722e01ef1ce422f00e726fbbee709398.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- ARMOUR, Marilyn; SLIVA, Shannon. How Does It Work? Mechanisms of Action in an In-Prison Restorative Justice Program. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 2016, pp. 01-26.
- BARMAKI, Reza. On the Origin of "Labeling" Theory in Criminology: Frank Tannenbaum and the Chicago School of Sociology. *Deviant Behavior*, v. 40, n. 2, 2019, pp. 256-271.
- BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008 [1963].

- BEECH, Anthony R. and CHAUHAN. Evaluating the effectiveness of the Supporting Offenders through Restoration Inside (SORI) Programme delivered in seven prisons in England and Wales. *Legal and Criminological Psychology*, 2012.
- BIAGGIO, Angela Maria Brasil. Introdução à teoria de julgamento moral de Kohlberg. In: NUNES, Maria Lucia Tiellet. (Org.). *Moral & TV*. Porto Alegre, Evangraf, 1988.
- BLUMSTEIN, Alfred. Why the Deadly Nexus? *National Institute of Justice Journal*, 1995. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles/nijj_229.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- BOLLAS, Christopher. *Forças do destino. Psicanálise e idioma humano*. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1992.
- BRAITHWAITE, John. Restorative Justice and Better Future. In: JOHNSTONE, Gerry. (ed.). *A Restorative Justice Reade*. Cullompton, Willan Publishing, 2003.
- BRAGA, Teresa; GONÇALVES, Leonel Cunha; BASTO-PEREIRA, Miguel; MAIA, Ângela. Unraveling the link between maltreatment and juvenile antisocial behavior: A meta-analysis of prospective longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, v. 33, 2017, pp. 37-50.
- BRUSIUS, Analice; GADEA, Carlos Alfredo. Experiências de reconhecimento intersubjetivo e Justiça Restaurativa. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, Editora Unijuí, v. 3, n. 5, 2015, pp. 133-157.
- COHEN, P. Childhood risks for young adult symptoms of personality disorder: Method and substance. *Multivariate Behavioral Research*, v. 31, n. 1, 1996, pp. 121-148.
- CREMIN, Hilary; SELLMAN, Edward; MCCLUSKEY, Gillesan. Interdisciplinary Perspectives on Restorative Justice: Developing Insights for Education. *British Journal of Educational Studies*, v. 60, n. 4, 2021, pp. 421-437.
- CROCKER, Diane. Implementing and Evaluating Restorative Justice Projects in Prison, *Criminal Justice Policy Review*, v. 26, n. 1, 2015, pp. 45-64.
- DALY, Kathleen. Restorative justice: the real story. *Punishment and Society*, v. 4, n. 1, 2002, pp. 55-79. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/29457851_Restorative_Justice_The_Real_Story>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- DALY, Kathleen. The Punishment Debate in Restorative Justice. In: SIMON, Jonathan and SPARKS, Richard. (eds.). *The Sage Handbook of Punishment and Society*, London, SAGE Publications, 2013, pp. 356-374.
- DOOLIN, Katherine. But What Does It Mean? Seeking Definitional Clarity in Restorative Justice. *The Journal of Criminal Law*, 2015, pp. 427-440.
- DUNCAN, Susan Hanley. Workplace Bullying and the Role Restorative Practices Can Play in Preventing and Addressing the Problem. *Industrial Law Journal*, v. 32, 2011, pp. 2331-2366.
- DÜRKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, Martins Claret, 2005.
- DZUR, Albert W. Public Restorative Justice: The Participatory Democratic Dimensions of Institutional Reform, *Raisons politiques*, v. 3, n. 59, 2015, pp. 51-71.

- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- ÉTHIER, Louise S.; LEMELIN, Jean-Pascal and LACHARITÉ, Carl. A longitudinal study of the effects of chronic maltreatment on children's behavioral and emotional problems. *Child Abuse & Neglect*, n. 28, 2004, pp. 1265-1278
- FARRINGTON, David P. and WELSH, Brandon C. *Saving Children from a live of crime: Early risk factors and effective interventions*. Oxford University Press, Oxford, 2007.
- FARRINGTON, David P. Developmental Criminology and Risk-Focused Prevention. In: *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford, Oxford University Press, 2002.
- FEINBERG, Joel. The Nature and Value of Rights. In: Rights, Justice, and the Bounds of Liberty. *Essays in Social Philosophy*. Princeton N. J, 1980, pp. 143-158.
- FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'post-socialist' age. *New Left Review*, n. 212, July/August 1995, pp. 68-93.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 70, 2007, pp. 101-138.
- FROESTAD, Jan e SHEARING, Clifford. Prática da Justiça: o Modelo Zwelethemba de Resolução de Conflitos. In: SLAKMON, Catherine; DE VITTO, Renato Campos Pinto e GOMES PINTO, Renato. (Org.). *Justiça Restaurativa*, Brasília – DF, Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005, pp. 79-124.
- GALANTER, Marc. Justice in many rooms: Courts, private ordering and indigenous law. *Journal of Legal Pluralism*, v. 13, n. 19, 1981, pp. 01-47,
- GALVÁN, Gabriela Bruno e AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. Os conceitos de verdadeiro e falso self e suas implicações na prática clínica. *Aletheia*, n. 30, jul./dez. 2009, pp. 50-58.
- GOFFMAN, Ervin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC, 1981.
- GAVRIELIDES, Theo. *Restorative Justice Theory and Practice: Addressing the Discrepancy*. Helsinki, Finland: European Institute for Crime Prevention and Control, 2007.
- HAWKINS, David J.; HERRENKOHL, Todd I.; FARRINGTON, David P.; BREWER, Davon; CATALANO, Richard F.; HARACHI, Tracy W. *et al.* Predictors of youth violence. *Juvenile Justice Bulletin*, 2000.
- HAWKINS, David J. Controlling Crime Before It Happens: Risk-Focused Prevention. *National Institute of Justice Journal*, 1995. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles/nijj_229.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2021.
- HAYDEN, Carol. Restorative Justice, Restorative Approaches and Schools, Institute of Criminal Justice Studies, University of Portsmouth, UK, 2012. Disponível em: <<https://www.crimetalk.org.uk/library/section-list/38-frontpage-articles/817-restorative-justice-restorative-approaches-schools.html>>. Acesso em: 23 dez. 2021.
- HONNETH, Axel. *The critique of power: reflective stages in a critical social theory*. Cambridge, The MIT Press, 1991.

- HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003a.
- HONNETH, Axel. The Point of Recognition: A Rejoinder to the Rejoinder. In: FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-philosophical Exchange*. Nova York, Verso, 2003b, pp. 237-267.
- HONNETH, Axel. Recognition and Justice: Outline of a Plural Theory of Justice. *Acta Sociologica*, v. 47, n. 4, 2004, pp. 351-364.
- HONNETH, Axel. A textura da justiça: sobre os limites do procedimentalismo contemporâneo. *Civitas*, v. 9, n. 3, 2009, pp. 345-368.
- HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. *Sociologias*, ano 15, n. 33, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, 2013.
- HONNETH, Axel. *Crítica del agravio moral: patologias de la sociedad contemporánea*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica: Universidad Autónoma Metropolitana, 2009.
- HOPKINS, Belinda. *Just Schools: A Whole School Approach to Restorative Justice*. London, Jessica Kingsley Publishers, 2004.
- JACCOUD, Mylène. Princípios, Tendências e Procedimentos que Cercam a Justiça restaurativa. In: SLAKMON, Catherine; DE VITTO, Renato Campos Pinto e GOMES PINTO, Renato. (Org.). *Justiça Restaurativa*, Brasília – DF, Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2005, pp. 163-188.
- JOHARI, Aiza; MORNI, Affidah; FARIDAH, Dayang; BOHARI, Abang and SAHARI, Siti Huzaimah. Conflicting Environment at Workplace: UiTM Sarawac's lecturers, *Procedia, Social and Behavioral Sciences*, n. 101, 2013, pp. 554-563.
- JOHNSTONE, Gerry. (ed.). *A Restorative Justice Reader*. Cullompton, Willan Publishing, 2003.
- KAWABATA, Yoshito; ALINK, Lenneke R. A TSENG, Wan-Ling; VAN IJZENDOORN, Marinus H. and CRICK, Nicki R. Maternal and paternal parenting styles associated with relational aggression in children and adolescents: A conceptual analysis and meta-analytic review. *Developmental Review*, v. 31, 2011, pp. 240-278.
- KIDDER, Deborah L. Restorative justice: not “rights”, but the right way to heal relationships at work, *International Journal of Conflict Management*, v. 18, Issue: 1, 2007, pp. 04-22.
- MARSHAL, Tony Francis. Restorative Justice: an overview. In: A Restorative Justice Reader, Gerry Johnstone (Ed), William Publishing, UK, 2003, pp. 28-45.
- MCDANIEL, Dawn Delfin. Risk and protective factors associated with gang affiliation among high-risk youth: a public health approach. *Injury Prevention*, v. 18, 2012, pp. 53-258.
- MCLAUGHLIN, Eugene and JOHANSEN, Anja. A force for change? The Prospects for Applying Restorative Justice to Citizen Complaints against the Police in England and Wales. *The British Journal of Criminology*, v. 42, n. 3, 2002, pp. 635- 653.
- MATZA, David. *On Becoming Deviant*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1969.

- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em Debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 29, 2007, pp. 169-185.
- MRAZEK, Patricia J., HAGGERTY, Robert J. eds. *Reducing Risks for Mental Disorders: Frontiers for Preventative Intervention Research*. Washington, National Academy Press, 1994.
- MOORE, D. Evaluating Family Group Conferences. In: BILES, David and MCKILLOP, Sandra (eds). *Criminal Justice Planning and Coordination. Conference Proceedings*, n. 24, Canberra, Australian Institute of Criminology, 1994, pp. 207-226.
- MOURA, Joviane Aparecida de. Introdução à Teoria de Winnicott. *Psicologando*, 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/364003175/Introducao-a-Teoria-de-Winnicott>>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- ROLIM, Marcos. *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro/Oxford, Zahar/Oxford University, 2006.
- RUBIN, Jennifer; GALLO, Federico and COUTTS, Adam. Violent crime Risk models, effective interventions and risk management. Prepared for the National Audit Office, Rand Corporation, 2008. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/technical_reports/TR530.html>. Acesso em: 23 dez. 2021.
- SARMIENTO, Alfredo. Violencia y equidad. In: *Conflicto Armado: Criminalidad Violencia y esplazamiento Forzado*. Editors: Departamento Nacional de Planeación. Santafé de Bogotá, DNP, 1999, pp. 47-79.
- SILVA, Amaury. Justiça restaurativa como instrumento da luta por reconhecimento. *AMAGIS Jurídica*, Belo Horizonte, ano VII, n. 12, 2015.
- STAMATAKIS, Nikolaos. The Contribution of Religion to Restorative Justice Behind Bars, *Journal of Law, Religion and State*, v. 2, n. 3, 2013, pp. 263-303.
- STRAWSON, Peter. Freedom and resentment. *Proceedings of the British Academy*, v. 48, 1962. (Reprinted in: STRAWSON, Peter. *Freedom and Resentment and Other Essays*, Methuen, 1974), pp. 01-25.
- SUZUKI, Masahiro and HAYES, Hennessey. Current Debates over Restorative Justice: Concept, Definition and Practice. *Prison Service Journal*, n. 228, 2016, pp. 04-09.
- TAYLOR, Terranc J.; PETERSON, Dana; ESBENSEN, Finn-Aage and FRENG, A. Gang membership as a risk factor for adolescent violent victimization. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 44, n. 4, 2007, pp. 351-380.
- VAN NESS, Daniel. Restorative Justice as World View, ESRC Seminar Series: Restorative Approaches to Conflict in Schools, Seminar 2: International Perspectives on RA, University of Cambridge, 2010.
- VITALE, Carla Maria Franco Lameira e SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves Da. Justiça Restaurativa: o empoderamento dos envolvidos a partir do reconhecimento. *Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflito*, v. 1, n. 2, 2016, pp. 207-221.

- XAVIER, Elton Dias e CARVALHO, Anne Marielle Castro de. Justiça Restaurativa e Reconhecimento: a resposta ao crime a partir do outro. *Anais do VI Congresso em Desenvolvimento Social*, 2018, pp. 593-602.
- YOUNG, Richard. and HOYLE, Carolyn. Restorative Justice and Punishment. In: MCCONVILLE, Sean. (ed.). *The Use of Punishment*, Devon, Willan Publishing, 2003, pp. 199-234.
- ZAHNOW, Renee and WICKES, Rebecca. Violence and Aggression in Socially Disorganized Neighborhoods. In: STURMEY, Peter. *The Wiley Handbook of Violence and Aggression*. (Ed.), John Wiley & Sons Ltd., 2017
- ZEHR, Howard. *The Little Book of Restorative Justice*, Intercourse, PA [US], Good Books, 2002.
- ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. São Paulo, Palas Athena, 2008.
- ZEHER, Howard and MIKA, Harry. Fundamental Concepts of Restorative Justice, *Contemporary Justice Review*, v. 1, n. 1, 1998, pp. 47-55.

Recebido em: 05/04/2021

Aprovado em: 24/08/2021

Como citar este artigo:

- ROLIM, Marcos e FEDOZZI, Luciano. Justiça restaurativa e reconhecimento. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 373-394.



A ideologia do empreendedorismo no campo da tecnologia da informação: adesões e rupturas a partir dos trabalhadores assalariados¹

Laura Senna Ferreira²

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender a presença e o sentido da ideologia do empreendedorismo entre os assalariados de uma categoria profissional. Tendo, como base, uma pesquisa qualitativa, feita junto aos trabalhadores do segmento da tecnologia da informação da cidade de Santa Maria (RS), busca-se observar em que medida ocorrem adesões e/ou rupturas com os sentidos e com os significados predominantes de empreendedorismo. Trata-se de analisar quais são as motivações para o engajamento e/ou para as desfiliações, em relação a essa perspectiva de ações econômica e política. A partir de entrevistas, de questionários e de fontes documentais, observaram-se as dimensões estruturais e os aspectos subjetivos, associados ao modo de vida e à socialização profissional, bem como as condições de trabalho e as trajetórias laborais. O artigo indica que há diferentes motivações e modos de se relacionar com o empreendedorismo: por convicções, pela precariedade da condição salarial e/ou por rupturas de sentido.

Palavras-chave: ideologia; empreendedorismo; gestão laboral; tecnologia da informação.

1 Esta pesquisa contou com o apoio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic).

2 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria – Brasil – laurasennafe@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-4564-1971>

The entrepreneurship ideology in the information technology field: adhesions and ruptures from salaried workers

Abstract: *The article tries to understand the presence and sense of entrepreneurship ideology among employees in a professional category based on qualitative research among workers in the information technology segment in Santa Maria (RS State). It seeks to observe the extent to which adhesions and ruptures with the predominant senses and meanings of entrepreneurship occur. It is about analyzing the motivations for engagement and disaffiliation with this perspective of economic and political action. Based on interviews, questionnaires and documentary sources were observed structural and subjective aspects associated with the way of life and professional socialization, as well as working conditions and work trajectories. The article indicates that there are different motivations and ways of relating to entrepreneurship: by convictions, by the precariousness of the salary condition and/or by meaning ruptures.*

Keywords: *ideology; entrepreneurship; labor management; information technology.*

La ideología del emprendimiento en el campo de la tecnología de la información: adhesiones y rupturas a partir de los trabajadores asalariados

Resumen: El objetivo de este artículo es entender la presencia y el sentido de la ideología del emprendimiento entre los asalariados de una categoría profesional. Se toma como base a la investigación cualitativa junto a los trabajadores del segmento de la tecnología de la información de la ciudad de Santa María (RS). Se busca observar en qué medida ocurren las adhesiones y/o rupturas con los sentidos y significados predominantes del emprendimiento. Se trata de analizar las motivaciones para el compromiso y/o desafilaciones con esa perspectiva de acción económica y política. A partir de entrevistas, cuestionarios y fuentes documentales, se observaron aspectos estructurales y subjetivos asociados al modo de vida y socialización profesional, así como las condiciones laborales y trayectorias laborales. El artículo señala que existen diferentes motivaciones y formas de relacionarse con el emprendimiento: por convicciones, por la precariedad de la condición salarial y/o por rupturas de sentido.

Palabras clave: ideología; emprendimiento; gestión laboral; tecnología de la información.

Introdução

O campo da Tecnologia da Informação (TI) é particularmente permeável aos ideais do empreendedorismo, como ação econômica, visão de mundo e modo de vida. As características do segmento, associadas à alta modernidade, conectividade, inovação e juventude, tornam os agentes econômicos e do trabalho mais sensíveis às perspectivas empreendedoras, em razão tanto da maior facilidade de abertura de negócios no âmbito da TI, a exemplo das *startups*, quanto pela associação entre empresa-trabalho em rede e um certo *ethos*, que desperta para o léxico empreendedor: proatividade, flexibilidade, inovação, competência e risco.

Apesar de o segmento ser mais permeável às ideias do empreendedorismo, muitos trabalhadores não se manifestaram favoráveis e motivados a se tornarem empreendedores. Igualmente, parte dos atuais “empreendedores” indicaram o desejo de serem assalariados, desde que em condições monetárias superiores àquelas comumente encontradas no mercado. A reiteração do repertório empreendedor é uma característica marcante no segmento e está presente nas instâncias institucionais, nos léxicos daqueles que optaram pela abertura de um negócio e entre os trabalhadores assalariados. Entretanto, para os últimos, o empreendedorismo se coloca, com frequência, quando a condição salarial é precária, ou seja, quando os salários são considerados insuficientes, em relação às necessidades da ordem das despesas, dos desejos, dos projetos e das expectativas correspondentes às formações escolar e/ou acadêmica. Isso significa que, para os trabalhadores, em grande medida, são os baixos salários do mercado local que repercutem na possibilidade de abertura do próprio negócio.

O horizonte do empreendedorismo se enlaça ao conjunto dos trabalhadores. Mas, devido às clivagens das profissões, formações, rendimentos, trajetórias e experiências, não se coloca de modo igual para todos. Em razão da relação que se estabelece entre mentalidade e experiência, há capacidades distintas de permeabilidade no quadro das ocupações e, igualmente, no seio de uma profissão – como é o caso da área da Tecnologia da Informação –, considerando que há diferenças, desigualdades e hierarquias entre as empresas e entre os próprios trabalhadores.

Assim, a aspiração de ter o próprio negócio nem sempre indica uma maior adesão a esse universo de valores, pois, em alguns casos, a motivação para fazê-lo pode estar mais na insuficiência da condição salarial do que no engajamento *per se*. Desse modo, aquele que tem a propriedade do próprio negócio não está necessariamente mais afinado com a ideologia do empreendedorismo, posto

que a convicção não é o único componente, nem, essencialmente, o determinante da equação. Em se tratando de uma visão de mundo com força de impacto nas ações, o empreendedorismo pode ser mais ou menos influente, conforme as trajetórias, as posições sociais e as experiências de vida e de trabalho.

Na cidade de Santa Maria (RS), em que esta pesquisa foi realizada, há um fomento ao segmento da Tecnologia da Informação (TI). De modo emblemático, cita-se a constituição de um Arranjo Produtivo Local (APL), o chamado APL CentroSoftware, e de um parque tecnológico, o Tecnoparque³, além das legislações de incentivo, entre outras iniciativas para dinamizar o setor de TI, muitas delas inspiradas em modelos como o da cidade de Florianópolis (SC), conhecida por ser um polo tecnológico.

A questão do assalariamento no mercado de trabalho local é referida, pelos interlocutores deste estudo, como razão para a busca por inserção mais satisfatória em outras cidades. Expresso em outros termos, os trabalhadores apontam os baixos salários como a motivação essencial para a “*fuga dos cérebros*”, indicada como um gargalo do segmento, em razão do fato que a cidade de Santa Maria forma muitos profissionais, em faculdades como UFSM, UNIFRA, ULBRA⁴, entre outras, e muitos deles não ficam na cidade. Igualmente, no caso daqueles que desejam abrir um negócio, a saída da cidade se coloca, muitas vezes, com base na expectativa de se posicionar de modo mais favorável em relação às grandes corporações que dominam o mercado.

O léxico empreendedor se faz ainda mais presente no contexto da flexibilidade laboral brasileira, especialmente após a Reforma Trabalhista de 2017. Se, por um lado, é motivador de práticas voluntárias, por outro, representa uma heterodeterminação da experiência, como no caso daqueles e daquelas que se sentem compelidos ao empreendedorismo e/ou a se representar desse modo, porque esse termo se tornou hegemônico como expressão de visão de mundo e de condutas positiva e reconhecida.

Para a realização deste estudo, foram mapeados os espaços do campo da TI na cidade de Santa Maria, enumerando as empresas, os agentes e as instituições relevantes no segmento. A pesquisa buscou conhecer a história do setor, bem como observou as principais políticas públicas e ações institucionais dirigidas à área de tecnologia. Através de documentos, como editais, resoluções, notícias

3 O Tecnoparque é uma associação independente, inaugurada em 2012, com o propósito de tornar Santa Maria uma cidade mais empreendedora. Sobre o parque, cf.: Disponível em: <<https://santamariatecnoparque.com.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

4 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Franciscana (UNIFRA) e Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

e mídias digitais, analisou-se a construção de uma cultura empreendedora e a presença de um perfil formativo propositivo de um *ethos*, necessário à empregabilidade. Ao longo do percurso, a investigação procurou incorporar empreendimentos de diferentes porte e atividade e, a partir de contatos iniciais, foi constituindo uma rede, com base na indicação dos interlocutores.

Os dados deste estudo se baseiam em pesquisa, desenvolvida ao longo do período 2016-2018, quando foram realizadas análise documental, observação direta e entrevistas. Ao todo, foram feitas 38 entrevistas, ao longo de três anos: 13 com instituições da cidade, que influenciam direta ou indiretamente no setor; 7 com empreendedores; 16 com trabalhadores; e duas com gestores (assalariados, mas que foram indicados separadamente, por exercerem funções de gestão). Para o presente artigo, serão consideradas somente as entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos trabalhadores. Para todos os interlocutores, foi aplicado um questionário, contendo perguntas sobre perfil socioeconômico, escolaridade, rendimentos, inserção ocupacional, entre outros.

Do ponto de vista das técnicas, a pesquisa parte das considerações de Pierre Bourdieu (2005) sobre as dimensões epistêmicas presentes nas escolhas dos procedimentos. No que toca ao modelo de pesquisa, trata-se de uma investigação qualitativa, e, em relação ao método, o propósito é realizar uma abordagem, considerando a totalidade dos processos e suas contradições. O debate teórico desta pesquisa toma, como base, três dimensões consideradas essenciais na produção do conhecimento: 1. Teoria social; 2. Teoria sociológica; e 3. Teoria do objeto. As categorias e os conceitos que balizam a reflexão são sobretudo as noções de ideologia, de empreendedorismo e de gestão laboral. O corrente problema sociológico se torna pertinente em razão do avanço e da capacidade de influência da ideologia do empreendedorismo, a qual se engendra ao se sobrepor às divergências, que remetem a outras possibilidades de conduta acerca de como viver e de como reproduzir a vida. A reflexão, por conseguinte, passa pela compreensão de que as representações também constroem o mundo (Bourdieu, 1990) e que, sendo assim, faz-se importante compreender as disputas de sentidos gravadas na vida social.

O presente estudo tem, como objetivo, compreender as adesões e/ou as rupturas promovidas pelos trabalhadores assalariados do setor de tecnologia da informação da cidade de Santa Maria (RS), em relação à ideologia do empreendedorismo. Trata-se de apreender em que medida esse modelo empreendedor de ação e de percepção se insere entre os sujeitos que atuam como assalariados no segmento da TI. Com base nessas questões, este artigo está dividido em três partes: na primeira seção, discutem-se os principais argumentos e os modelos

de subjetividade do léxico ideológico do empreendedorismo, presentes no campo da TI; a seguir, são analisados aspectos da gestão e do cotidiano laboral, que frustram e/ou que potencializam tal concepção; e, por fim, analisam-se correlações e tensões entre gestão laboral, assalariamento e empreendedorismo, desde os pontos de vista da teoria sociológica e dos interlocutores.

Reflexões teóricas e aspectos preliminares sobre o campo investigado: posições sociais, experiências e visões de mundo

O contexto de fortalecimento da ideologia do empreendedorismo remete às transformações estruturais do capitalismo, desde os processos de reestruturação produtiva e do avanço do neoliberalismo. Desde os anos 1970, intensificando-se nos 1990, verifica-se uma reorganização global das empresas, nos sentidos de se tornarem mais enxutas e de operarem em rede. As mudanças organizacionais se articulam às transformações tecnológicas no horizonte de um novo repertório de ações: *just-in-time*, terceirizações, trabalho em equipe, trabalho por projeto, mobilidades contratual e espacial, oposição às burocracias etc. Na busca por vantagens competitivas, as ordens empresarial e política passam a ser desregular, acarretando flexibilização de contratos, de funções e de direitos.

Na lógica da “acumulação flexível” (Harvey, 1992), afere-se a necessária emergência de um novo perfil de trabalhador, mais disposto a se envolver intelectual e afetivamente com a empresa, a buscar constantemente novos conhecimentos e novas habilidades, a ampliar seu *networking*, a ter disponibilidade para se adaptar e para ver a si mesmo como um empreendedor, voltado a expandir a própria empregabilidade (Boltanski e Chiapello, 2009). Esse novo trabalhador será concebido como aquele que faz das incertezas, da velocidade das mudanças e das instabilidades, insumos e recursos para novas oportunidades e novos rendimentos. O campo da TI já emerge neste contexto de reconversão produtiva e, em razão disso, os profissionais da área se tornam mais permeáveis a uma cultura de riscos. Numa associação entre flexibilidade e liberdade, os capitais sociais são concebidos como favoráveis à “empregabilidade e permanência num mercado em contínua transformação” (Lima, 2010: 160).

Com base no entendimento de que há uma relação entre posições sociais e determinadas disposições (Bourdieu, 1990), foi fundamental, neste estudo, conhecer o espaço social da experiência dos interlocutores. Desse modo, indagar acerca da família, escolaridade, rendimentos, ocupações e gostos foi peça-chave para conhecer o perfil dos trabalhadores da tecnologia da informação, para além da esfera laboral, propriamente dita. Tal momento da pesquisa teve como

base a perspectiva de que aprender sobre a origem familiar, formação e modo de vida contribui na compreensão da escolha pela atuação no campo da tecnologia. Igualmente, no que diz respeito às dimensões estruturais e subjetivas do trabalho, abordando sobre vínculos contratuais, jornadas, funções, rendimentos, relação trabalho e família, formas de gestão, entre outros, permitiu conhecer a posição desses indivíduos no mundo do trabalho e as suas conexões nas diferentes esferas da vida. Ambos os espaços, o do modo de vida, mais geral, e o da esfera do trabalho, em particular, são fundamentais no entendimento das condições de negação, de motivação e/ou de adesão às noções de empreendedorismo.

Uma das perguntas que embasou o estudo foi se haveria algum *habitus* (Bourdieu, 1990), associado à condição de classe e/ou profissional, que contribuiria, como predisposição, tornando o segmento da tecnologia especialmente permeável aos valores do empreendedorismo. Qual a singularidade do trabalho no campo da tecnologia da informação? Quais as estratégias de diferenciação desse coletivo de trabalhadores? Essas perguntas levaram a observar as formas de diferenciação social construídas por esses profissionais, analisando o estilo de ser, as performances e as condutas, de modo a compreender os patrimônios técnico e cognitivo associados a essa área específica, bem como a competência, do ponto de vista das habilidades, dos capitais escolar e cultural, que, espera-se, seja de domínio destes profissionais, ou seja, regras de um campo específico – o da TI –, que decorrem da socialização singular desses trabalhadores.

O segmento da TI compreende certas expectativas das ordens do gosto (games, ficção) e do estilo (liderança, proatividade), aspectos de um modo de vida (*nerd*), linguagem (termos técnicos), crenças e valores (meritocracia). Há, portanto, repertórios valorativo e atitudinal disponíveis, com base nos quais o trabalhador se integra à profissão e tem suas recompensas e/ou frustrações. Nesses termos, tais características criam as condições para uma maior influência de determinadas ideias, nesse caso, daquelas associadas ao empreendedorismo. Isso significa que há um círculo de crenças, que confere verossimilhança às performances, envolvendo comportamentos, valores, paixões, signos de pertencimento e de linguagem, uma partilha de sentido na definição da realidade (Maia, 2019). Desse modo, os profissionais se inserem em uma cultura e passam a fazer “parte de uma comunidade, estilo de vida, modo de consciência” (Zanon, 2019: 93).

Existem coletivos de trabalhadores mais dispostos a incorporar as ideias associadas ao empreendedorismo? Há sujeitos sociais que são os portadores privilegiados dessa ideologia? Essa condição passa pela origem de classe, geracional, experiências laborais e/ou posição em determinado segmento profissional? Se, por um lado, essas variáveis correspondem a uma maior ou menor

sensibilidade para a adesão às noções do empreendedorismo, por outro lado, uma determinada experiência de classe, de grupo, de ocupação e/ou de condições de trabalho poderia ser, então, uma barreira à aceitação da concepção empreendedora? Em que condições isso acontece? E o que seria efetivamente uma afiliação ao empreendedorismo? Seria uma aderência com base em convicções ou uma anuência mais performática, para corresponder às expectativas do que significa ser moderno e atualizado nos dias de hoje?

Com base nessas indagações, observou-se que as adesões aos princípios do empreendedorismo não seguem um curso linear no campo da TI. Mesmo no segmento mais emblemático do capitalismo das redes e das plataformas, considerando os trabalhadores que atuam diretamente com essas tecnologias, como no caso dos desenvolvedores, dos analistas e daqueles que dão suporte e manutenção aos dispositivos informacionais, há tensões, que oscilam entre a expressão de uma representação valorizada pela área, qual seja, a figura do empreendedor, associado a uma dimensão positiva de inovação, e as experiências do dia a dia que, muitas vezes, não realizam as premissas iniciais nas relações laborais. Dessas frustrações, advém, muitas vezes, um abandono, uma desilusão, quando se abre mão de uma adesão aos valores do empreendedorismo, que, às vezes, mesmo que fragilmente, fazia-se presente, por se tratar de um certo rito de ingresso no campo das redes.

A palavra empreendedor é uma classificação que coroa méritos, uma espécie de código de honra, prestígio e reputação para esse coletivo profissional. Associar-se a esse termo é uma forma de fazer parte da rede. Por sua vez, para a compreensão das transgressões e recusas a esse horizonte, é preciso descer à esfera das vivências e considerar os múltiplos espaços de ação dos interlocutores. Se, num primeiro momento, coloca-se uma adesão discursiva e atitudinal em relação ao empreendedorismo, muitas vezes, na ocasião seguinte, dá-se o abandono, uma espécie de partida em relação a um ponto inicial com o qual se era cúmplice por ainda não ter tido a chance experienciá-lo por um tempo maior – esse é, com frequência, o caso dos mais jovens.

Pode ocorrer que a adesão aos ideais do empreendedorismo aconteça de modo performático; quer dizer, como uma adesão estratégica (Goffman, 1985), sem que os atores tenham convicção efetiva no fundo de suas almas. Entretanto, com frequência, trata-se de uma afiliação sincera, no sentido trazido por Goffman (1985), em relação à qual se abandona o pacto somente em razão de acontecimentos das experiências, levando a rupturas com aquilo, que, a partir do vivido, passou a ser considerado um “engano”, como no caso referido por Bourdieu (2007), ao analisar as tensões em torno da noção de meritocracia,

vivenciada por jovens com altos níveis de capital escolar, mas que não encontram espaço de inserção no mercado de trabalho.

Com essas referências, compreendem-se, de maneira mais precisa, a mentalidade e os valores associados ao modo como os trabalhadores produzem as suas vidas no trabalho e nos seus espaços de sociabilidade, tendo em vista a inteira experiência de homens e mulheres (Thompson, 1998). Essa inteira experiência ecoa no sentido da perda de eficiência do empreendedorismo junto a alguns sujeitos, sobretudo, no horizonte das origens, associadas às classes populares, mas não somente nesses casos, haja vista que a “desilusão” (Bourdieu, 2007) com o repertório do empreendedorismo também abre passagem para o abandono das expectativas e adesões iniciais.

As condições concretas de vida nem sempre autorizam as crenças e as convicções da ordem do mérito, que estão subentendidas no repertório empreendedor. Muitas vezes, os trabalhadores utilizam a linguagem do empreendedorismo porque essa é a terminologia hegemônica, reconhecida e valorizada, mas, na sequência dos discursos e das práticas, observa-se uma frequente desfiliação aos pressupostos implícitos à noção. Esse relativo abandono do vínculo pode ocorrer nas ordens dos valores e dos projetos – pois nem todos desejam investir efetivamente no caminho do empreendedorismo e, comumente, esperam dar outros rumos as suas vidas.

A perspectiva do mérito é um dos aspectos constitutivos da concepção de empreendedorismo. Essa visão de mundo se faz presente entre as diferentes classes sociais. Entretanto, em conexão com as condições concretas de vida, o mérito é uma classificação sustentada com mais vigor pelas classes médias, as quais se beneficiam efetivamente dessa construção social (Nogueira, 2000). Nos meios populares, ocorre uma menção mais fluída aos valores da meritocracia. As experiências referentes aos pontos de partida desiguais e ao ingresso na competição, que, não raramente, reforça o ponto de partida, favorece à renúncia a tais ideais (Willis, 1991).

De um ângulo macro, o Brasil e o mundo experimentam um período de forte avanço das ideias neoliberais. Isso significa um contexto que favorece, além do empreendedorismo, a noção de empregabilidade, quer dizer, foco nas competências individuais como formas de escapar do desemprego e ampliar as oportunidades. A empregabilidade é a visão que atribui, sobretudo, ao trabalhador a responsabilidade pelas próprias formação e atualização (Dubar, 1999), no sentido de ensejar um permanente investimento privado no próprio portfólio. A ideia de intraempreendedorismo (Filion, 2004) amplia de tal modo o sistema classificatório, que, no plano da linguagem, praticamente desaparecem

as diferenças entre as categorias empregabilidade e empreendedorismo, posto que o trabalhador adquire um status de empreendedor funcionário, que atua de modo criativo e inovador no interior do espaço laboral.

Pode ocorrer que o modelo empreendedor de conduta e as ideias correspondentes se tornem referenciais de mundo mesmo para aqueles que não têm a mínima chance de serem empreendedores. Nesse ponto, vale a indagação de Boltanski e Chiapello (2009) quanto à repercussão do discurso entre aqueles que não possuem recursos para empreender. No percurso desse sistema classificatório, com base na concepção de empreendedorismo, a perspectiva do agente empresarial se fortalece no horizonte das socializações educacional e profissional. Nas lutas pelas definições das práticas, verifica-se uma colonização classificatória que promove, em grande medida, uma confusão conceitual (Dardot e Laval, 2016), pois, de repente, empreendedorismo passou a ser uma palavra de ordem, que se emprega para quase tudo, inclusive, nos espaços privados – *coaches* aplicam a linguagem empreendedora nas relações amorosas e sexuais, por exemplo, como bem lembra Alves (2011). Assim, a definição extrapola o âmbito econômico e se estende às demais relações sociais.

Se os sistemas classificatórios não determinam as ações, faz-se necessário reconhecer que eles são cruciais nas lutas simbólicas e, conseqüentemente, nas lutas sociais em geral. A autoridade classificatória do empreendedorismo contribui para fortalecer atores e posições que o sustentam como solução e saída para os dilemas das desigualdades e demais problemas sociais. Nesse sentido, o empreendedorismo acaba por entrar na disputa das ideologias (Eagleton, 1997), que extrapolam a esfera da linguagem e dos sistemas classificatórios – em relação aos quais, de modo geral, apresentam-se outras contra ideologias (Bosi, 2010) – e ganham foro de política pública.

No caso em questão nesta pesquisa, pode-se ter como referência a mencionada política do APL⁵, as legislações municipais⁶ direcionadas ao setor de tecnologias, as disciplinas⁷ voltadas ao empreendedorismo nos currículos acadêmicos dos cursos da área da tecnologia da informação e o parque tecnológico da cidade (Tecnoparque), enquanto algumas das expressões de recursos

5 O CentroSoftware foi criado em 2009 e é formado por empresas de tecnologia (desenvolvimento de *softwares*, jogos, *hardware* com *software* embarcado, telecomunicações e segurança da informação) da região central do Rio Grande do Sul.

6 A legislação se compromete a apoiar as incubadoras de base tecnológica e as micro e pequenas empresas do setor e garante que o poder público municipal fomentará as tecnologias inovadoras das empresas locais, mediante incentivos fiscais.

7 Foram analisados os Projeto Político Pedagógicos (PPP) e as disciplinas dos cursos superiores da área da tecnologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

públicos empregados no horizonte de uma ação concreta, que decorre de uma determinada visão de mundo e de um projeto de sociedade.

A categoria empreendedorismo se torna hegemônica e naturalizada. Por ela, tem passado tudo de mais produtivo e interessante que tem sido desenvolvido: uma espécie de teologia da prosperidade, que se vê manifesta em discursos capazes de bloquear a crítica social (Boltanski e Chiapello, 2009), justamente porque há uma simbiose entre as narrativas da crítica e do mercado e ambas lançam mão da gramática empreendedora. Quem se oporia ao empreendedorismo na sua definição ampliada, quando ela inclui inovação, ousadia e criatividade? A gramática do empreendedorismo tem traduzido toda a experiência humana criativa e inovadora, obliterando a imaginação social, no que versa sobre a possibilidade de outros arranjos produtivos e sociais. Criou-se um senso comum de que a forma de se fazer algo pela sociedade é por meio do empreendedorismo, quer dizer, criar e inovar, promover empresas, dar retorno em tecnologia e gerar emprego é algo que os empreendedores sabem e devem fazer. O empreendedor, assim, torna-se modular e é apresentado como o tipo de sujeito mais interessante e desejável, o exemplo emblemático das possibilidades de sucesso e de bem-estar.

Do ponto de vista da ideia de filiação, é crucial indagar sobre o que garante o engajamento ao empreendedorismo, do que depende a sua capacidade de inserção no tecido social e quais são as disposições que precedem e asseguram uma incorporação eficiente. No caminho inverso, faz-se necessário entender quais são os aspectos que embaraçam o engajamento. Nesse sentido, torna-se relevante o que os interlocutores deste estudo entendem por empreendedorismo, ou seja, o que isso significa para eles. Às vezes, pode significar apenas o desejo de não ter um chefe. E no que consiste esse desejo? Nesse ponto, a análise das condições e das formas de gestão do trabalho se torna crucial.

Empreendedorismo, assalariamento e gestão laboral

No caso do segmento da tecnologia da informação da cidade de Santa Maria (RS), foram observadas as principais institucionalidades atuantes na promoção do empreendedorismo, quer dizer, o empenho de instituições acadêmicas, políticas e empresariais⁸. Indo além, portanto, das predisposições de um *habitus* familiar e ocupacional, é preciso pensar sobre as condições institucionais em

8 A Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM) integra as ações do poder público, instituições de ensino, setor empresarial, associações afins e voluntários da sociedade no fomento ao empreendedorismo. Disponível em: <<http://adesm.org.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

um determinado território (Ramalho, 2002), que favorecem ao desenvolvimento de tal *habitus*.

São dois os planos articulados na análise: o das institucionalidades e o das subjetividades. No plano subjetivo, coloca-se a dimensão performativa mencionada anteriormente. A questão da performance tem a ver com a teatralização da vida social (Goffman, 1985) num contexto em que há um desejo, por um lado, de fuga do fracasso e, por outro, um reconhecimento de que o empreendedorismo é considerado mais legítimo do ponto de vista social. No que toca à performatividade, no sentido de se conformar, por um lado (externo), e de guardar uma inconformidade, por outro (interno) – na alma do ser (Chauí, 1993) –, os trabalhadores não necessariamente estão engajados.

Nesse bojo, coloca-se a reflexão sobre individualidade, sobretudo no que diz respeito à ideia de uma individualidade autêntica (Rosenfield, 2006), em oposição à produção de um tipo humano único, semelhante e unilateral (Marcuse, 1992), que emerge da repetição de uma determinada postura. Se o tipo humano empreendedor se coloca como modelo, por corolário, trai as premissas que constituem o seu fundamento, quais sejam, criatividade e inovação constantes. Os portfólios curriculares se tornam, assim, cada vez mais semelhantes, em decorrência do reconhecimento geral de quais são os termos e as demandas no que tange às competências, aparências e linguagens; assim, no lugar da singularidade de cada um (Benjamin, 2000), coloca-se o risco da mimese. A performance, com base em um modelo de sujeito, faz parte de um mecanismo de gerenciamento de impressão para conseguir contratação e/ou melhorar a posição em determinados mercados. Como a fórmula se generaliza como modelo de sucesso, a resultante é a homogeneidade, posto que a maioria se adapta para obter o que deseja, assumindo papéis previstos para gerar impressões positivas, o que leva a uma fragilização da individualidade no correspondente às competências, falas, estéticas e desejos.

Os interlocutores desta pesquisa – que compõem a expressão de um capitalismo reticular (Castells, 1999) – são trabalhadores assalariados em ocupações predominantemente imateriais e cognitivas, parte de uma categoria marcada por profundas clivagens laborais, dos pontos de vista dos contratos, da gestão e dos salários. Se, por um lado, o segmento do qual eles fazem parte produz profundas polarizações, por outro, permanece a condição de trabalhadores que se ocupam com tecnologias da informação, o que faz com que percebam a si mesmos como portadores de uma missão, qual seja: modernizar e transformar em algoritmos todas as esferas da vida que assim permitirem: “*estou olhando esse papel na tua mão e já estou pensando em como transformá-lo num aplicativo*”

(relato, trabalhador M. I., 2017)⁹. Eis o que um dos interlocutores disse à pesquisadora durante a entrevista.

As entrevistas com os trabalhadores foram seguidas da aplicação de questionários, nos quais foram abordados vários aspectos para contribuir no entendimento do perfil dos interlocutores. Parte das respostas será indicada a seguir.

Sobre os trabalhadores: 1) Idade dos interlocutores: a maioria está na faixa dos 20 aos 30 anos; 2) Estado civil: a grande maioria é de solteiros que não possui filhos; 3) Ocupações dos pais: gerente; vendedora; agricultor; cobrador; cozinheira; confeiteira; marceneiro; juiz do trabalho; bancária; bancário; autônomo; servidor público; artesã; funcionária do estado; dentista; professor; professora; pedagoga; contador; autônomo; suinocultor; proprietário de restaurante; dona de casa; 4) Formação escolar dos pais: mãe: a maioria tem ensino médio completo; pai: a maioria tem ensino superior; 5) Escolaridade dos entrevistados: apenas um possui curso técnico de nível médio; todos os demais possuem ensino superior; 6) Cursos de formação mais citados: Sistema de informação; Técnico em informática; Tecnólogo em sistema; Ciência da computação; 7) Instituições universitárias nas quais estudaram: UFSM; UNIFRA; ULBRA.

Sobre os trabalhadores nas referidas ocupações: 1) No que tange à atividade desenvolvida pelo estabelecimento no qual trabalham algumas das funções citadas, foram: imobiliário; *delivery* de comida *online*; desenvolvimento de *software*; ensino; suporte técnico; tintas de segurança; Instituto Federal; emissão de nota fiscal; desenvolvimento de *website*; 2) Em relação à ocupação desempenhada, as respostas mais correntes foram as que seguem: desenvolvedor de *software*; engenheiro de *software*; gerente de projetos; analista de suporte; analista de sistemas (suporte); técnico de sistemas; analista de TI; técnico em informática; 3) Sobre o tempo de ocupação na empresa corrente: a maior parte está no atual emprego há menos de dois anos; 4) A respeito das formas de contratação é feita principalmente por meio da CLT; 5) As empresas tem até dez funcionários; 6) O maior número de trabalhadores tem rendimentos na faixa de um a três salários mínimos.

A gestão da empresa, desde Frederick Taylor (1856-1915), é apresentada como resultante de uma ação científica. Todavia, a gestão é fortemente impactada por uma determinada concepção ideológica. A mais recente delas está sob impacto da noção de empreendedorismo, que, numa concepção ampliada, no sentido de uma determinada racionalidade subjetiva, refere-se a todos os sujeitos inovadores, talentosos e criativos, voltados a investir em si mesmos; assim,

9 Os entrevistados serão identificados pelas iniciais dos próprios nomes.

tanto o proprietário de uma empresa como os trabalhadores dela podem ser considerados empreendedores (Filion, 2004).

A reflexão sobre ideologia proposta neste artigo está inspirada, sobretudo, na obra de Eagleton (1997) e parte de uma noção ampliada que está para além das dicotomias mais usuais neste debate. Conforme o autor, a ideologia precisa contar uma versão da realidade que seja real e reconhecível o bastante para não ser rejeitada. Ela seria vulnerável se falhasse por completo em se harmonizar com a experiência vivenciada. Entretanto, isso não contradiz o fato de que, com frequência, ideologias contêm proposições falsas – é o caso das ideologias racistas e sexistas, por exemplo. A ideologia tem força material e é capaz de organizar a vida prática dos seres humanos. Para o autor, como não vivemos num mundo de cínicos ou de masoquistas, a maioria precisa acreditar que as injustiças estão prestes a serem corrigidas ou que são inevitáveis ou que não são injustiças. Tal significa dizer que as crenças precisam estar, de algum modo, apoiadas

pelo mundo que nossa atividade prática nos revela; acreditar que um número maciço de pessoas viveria e por vezes morreria em função de ideias absolutamente vazias e disparatadas é assumir uma postura desagradavelmente aviltante em relação aos homens e mulheres comuns. Ver os seres humanos como atolados em preconceito irracional, incapaz de raciocinar de modo coerente, é uma opinião tipicamente conservadora (Eagleton, 1997: 24).

Esse olhar ampliado para o tema da ideologia – e a atenção para o fato de que elas existem porque há outros sentidos e significados para as ações (Bosi, 2010) – permite compreender a relação entre empreendedorismo, gestão laboral e adesão e/ou rupturas com uma determinada visão de mundo entre os profissionais do campo da TI. A gestão do trabalho é um dos principais aspectos que diferencia as empresas em mais ou em menos hierárquicas e atualizadas em relação às propostas contemporâneas de gestão, em grande medida, desenvolvidas pela e para a área de tecnologias em rede. Pode-se conceber a gestão em dois estilos que basicamente se expressam numa lógica mais horizontal ou mais vertical. A primeira é considerada a expressão de uma resposta democratizante que as empresas entregaram quando confrontadas com a crítica ao autoritário modelo taylorista-fordista de gestão (Boltanski e Chiapello, 2009; Sennett, 2008).

Parte das empresas, nas quais os interlocutores desta pesquisa trabalham, visando a uma condição mais conveniente à produtividade, preocupa-se em oferecer um ambiente com um clima favorável ao bem-estar laboral. Nesses casos, destacam-se os espaços da empresa com frigobar com bebida, mesa de *ping-pong*, *videogame* e até piscina para os intervalos do trabalho, os quais são seguidos de

um *happy hour*. Na forma e no conteúdo, os propósitos são claros: superar os modelos hierárquicos de gestão, que caracterizam as empresas taylorizadas, e construir um modo menos fastioso de ampliar a produtividade, quer dizer, os espaços são voltados para obter o melhor resultado, onde o controle do trabalho ocorre de modo menos visível, por meio de metas e de resultados (Pires, 2021).

As empresas que aderem a esse tipo de proposta são as que operam com base numa relação decisória horizontalizada: *“Não é um fala o que o outro vai fazer e aí é isso aí. A gente discute junto... É bem horizontal”* (relato, trabalhador C. A., 2018). Nesse modo nivelado, os chefes são vistos mais como amigos do que como superiores – são líderes, que não impõem, mas conduzem e estimulam o grupo. As empresas de TI funcionam, em grande medida, na lógica dos projetos (Boltanski e Chiapello, 2009) e, para cada um deles, tem uma equipe, favorecendo uma proximidade concebida como abertura à criação, novas ideias e benefícios para o grupo. Conforme uma das trabalhadoras: *“todos aqui dentro, de uma forma ou de outra, sabem como o negócio funciona... a gente tem que saber do todo, tem que tá por dentro do contexto, porque isso impacta nos meus resultados”* (relato, trabalhadora C. T., 2018). A relação equilibrada entre as posições é muito valorizada entre os trabalhadores da TI, de modo a favorecer a autonomia na execução dos projetos: *“é mais uma colaboração do que um dá a ordem e o outro obedece. Tem mais uma conversa, ‘ah, a gente tá planejando fazer tal coisa. O que que tu acha?... Pra depois tomar aquela decisão”* (relato, estagiário J. O., 2018).

É igualmente valorizada a liberdade para desenvolver e para resolver problemas sem que haja uma imposição rígida quanto à divisão de tarefas. Segundo um dos interlocutores, a chefia diz: *“olha, eu quero que você faça isso, isso e isso, e, no final, o resultado vai ser esse’. Como que eu vou chegar no resultado é uma opção minha”* (relato, estagiário J. O., 2018). Sobre essa dinâmica horizontal, valorizada por permitir mobilização dos capitais sociais, flexibilidade e liberdade, tem-se a fala de uma das trabalhadoras: *“a gente tem muita autonomia. A gente pesquisa referência, a gente estuda, a gente usa nosso background, que a gente já carrega da vida, assim, e aí pra aplicar no que a gente produz”* (relato, trabalhadora M. O., 2018).

Sobre essa questão, a partir de Wolff (2009), observa-se que a informatização cria condições para o novo modelo de empresa-rede. Em um contexto de competitividade, a comunicação rápida é fundamental. Para tanto, fazem-se necessárias “uma estrutura organizacional integrada, flexível e enxuta e uma nova cultura produtiva com vistas a estimular o trabalhador a estar aberto a mudanças e afeito a compartilhar informações pertinentes à melhoria da produtividade”

(Wolff, 2009: 107). Desse modo, prioriza-se a fluidez da comunicação, em detrimento da rigidez, associada às hierarquias. Assim, tem-se a emergência de novos paradigmas organizacionais, os quais abarcam as subjetividades do trabalho em sua dimensão cognitiva. É o que os relatos de parte do grupo de trabalhadores permitem observar, quer dizer, as subjetividades técnica, intelectual e comunicacional dos trabalhadores estão estreitamente integradas aos processos. Muitas empresas de TI são *startups*, têm uma equipe pequena e, em razão disso, os trabalhadores se posicionam no sentido de serem mais colaborativos: *“um ajuda o outro que a gente fala, né, porque o software quanto mais, digamos, quanto mais conhecimento cada um contribuir agrega valor, ele se torna melhor... cada um vai contribuindo, e a empresa é muito acessível quanto a isso, ele [o proprietário] pede para os funcionários contribuir”* (relato, trabalhador G. R., 2017).

A divisão técnica do trabalho é reconfigurada, pois se entende que a fragmentação entre concepção-execução do modelo taylorista-fordista “impede o fluxo [...] da nova matéria-prima promovida pela maquinaria informática: a informação” (Wolff, 2009: 102). Se, por um lado, verifica-se uma razão da ordem da materialidade para a promoção da flexibilidade, por outro, no percurso dessa reorganização da gestão, ampliam-se os espaços de construção simbólica para performances baseadas nos méritos individuais (Maia, 2019). Essa perspectiva de gestão estimula a integração do *time* e se associa à ideia de que todos estão ali para contribuir uns com os outros e para crescerem juntos, empresas e trabalhadores. Por essa razão, os investimentos em formação e em aperfeiçoamento são constantes: *“é ler, estudar algo pra no outro dia, quem sabe, usar. Ler algum artigo que possa ser importante pra algum cliente... É, que é do meu interesse poder aperfeiçoar o que eu já tô fazendo”* (relato, trabalhadora M. O., 2018). Trata-se de uma busca continuada por qualificação e um envolvimento voluntário e proativo com o trabalho, na medida em que o aperfeiçoamento das competências se sustenta na compreensão e/ou na expectativa de ser útil para a própria empregabilidade (Zanon, 2019).

Apesar das experiências inovadoras, que se verificam entre alguns trabalhadores, em termos de gestão, os empresários locais ainda estão longe de incorporar o que há de mais avançado. Um dos interlocutores afirma que, na cidade de Santa Maria, o empresário ainda tem uma mentalidade do “século passado”: *“um pensamento antigo de como as coisas funcionam, sabe? Ah, o chefe fica na sala dele, na cadeira lá sentado, só mandando, sabe?”* (relato, estagiário J. O., 2018). No entendimento dos entrevistados, as empresas retrógradas acabam dificultando o desenvolvimento técnico dos empregados e impedindo que coloquem em prática o lado empreendedor de cada um:

“a empresa montou uma estrutura de trabalho dos anos 90, tipo, aquele líder... Desculpa, não, líder tem um significado totalmente diferente. Aquele gerente, aquele... Como é? Tipo aquele capitão... que cuidavam dos escravos, sabe? Que não deixava sair, era basicamente isso. Era um cara com um chicote atrás de ti batendo e dizendo “ah, a gente te paga 8h por dia e tu tem que entregar código, entregar programa as 8h por dia”, então se tu saísse mais tarde não tinha problema, eles não iam te pagar hora extra, mas tu chegasse um pouquinho tarde ou saísse exatamente no horário, já ficavam te olhando torto. Esse modelo de trabalho já não dava mais pra mim. Como eu te falei, eu descobri que a principal característica que me levou à programação foi a característica da criação... Tu não tem hora pra criação... Então não servia pra mim, e eu comecei a me incomodar” (relato, trabalhador T. H., 2018).

Essa postura de gestão se contrapõe às expectativas idealizadas para uma empresa de tecnologia, frustra a realização profissional, a lógica do intraempreendedorismo e provoca angústia: *“eu realmente fiquei sufocado... eu acredito que eu entrei em depressão, porque eu chegava em casa e chorava, né? profissionalmente... eu não tinha perspectiva de futuro, entendeu? ... dei o sangue pela empresa e a empresa não cuidou de quem deu o sangue por ela”* (relato, trabalhador T. H., 2018). Em razão dessa frustração, esse trabalhador pediu demissão, pois ponderou que as práticas da empresa eram incompatíveis com a cultura da categoria profissional, fortemente marcada pela ideia de atividades laborais autônoma e criativa.

Em outro relato, também se pode perceber a dinâmica da relação entre as gestões tradicional e/ou moderna. A lógica retrógrada de gestão fratura valores fundamentais da categoria, os quais estão, em grande medida, associados à autonomia no exercício profissional. Para os interlocutores, uma típica empresa de TI é aquela que é inovadora no mercado e nas relações laborais. Mesmo nos casos em que as gestões criativa e horizontal não são acompanhadas por salários esperados, ainda assim, retroceder em relação à promoção de espaços laborais alternativos parece ser o limite, isto é, espera-se que um *modus operandi* progressista seja respeitado pelos empreendedores do segmento:

“a gente não tinha muito horário, a gente tinha um horário da carteira de trabalho mesmo, por exemplo, meu horário era às oito, eu chegava oito e meia, nove horas porque no dia anterior eu estava atendendo um cliente até às dez da noite, a gente tomava café nas mesas e dava um tempo e a gente jogava vídeo game, jogava uma bola no pátio, era uma casa, tomava banho de piscina, fazia um churrasco, era bem tranquilo, era um ambiente mais caseiro” (relato, trabalhador L. U., 2017).

Não se trata apenas do acesso a benefícios materiais, mas de um estilo considerado compatível com as ideias de risco e inovação – as palavras mais valorizadas no setor de tecnologia da informação. Trata-se de um repertório voltado a produzir a mobilização das inteligências e das subjetividades: “*tem videogame, tem puff, tem vinte minutos por dia para descansar, tomar seu café; não é aquela coisa de tu sentar no computador, olhar para frente e ficar ali trabalhando*” (relato, trabalhador L. U., 2017). Os trabalhadores fazem questão de distinguir a atividade de TI, no sentido de que, por ser uma atividade criativa, demanda um modelo de gestão flexível. A lógica empreendedora da inovação deve ser empregada em todas as frentes: produto, mercado e gestão da equipe. Critica-se, assim, os formatos tradicionais de gestão: “*um perfil antigo... Tem que dar uma chicotada... eu mando em todo mundo, eu chego com a cara fechada, todo mundo fica com medo e faz o que eu mando, mais ou menos era assim que eles imaginavam, não tinha mentalidade de uma empresa de tecnologia*” (relato, trabalhador H. E., 2017).

As formas de contratação são diversas nessas empresas, abrangendo estagiários, celetistas, *freelancers* e Pessoas Jurídicas (PJ). Todavia, no caso dos interlocutores, predomina a condição de assalariamento com carteira assinada. Praticamente, todos os trabalhadores de TI entrevistados se referem aos salários como insuficientes, considerando as demandas diversas de cada um: aluguel de imóvel, alimentação, vestuário, plano de saúde, viagens, lazer, entre outros. “*O salário da área de TI, e eu vou falar de uma forma geral, aqui em Santa Maria, é muito baixo. Mesmo o pessoal que tá há mais tempo ganha muito pouco em Santa Maria pro custo de vida que é, então eu comecei a perceber que não, não tava bom onde eu tava, e tipo, eu não tinha perspectiva*” (relato, trabalhador T. H., 2018).

Para superar o problema da restrição salarial, utilizam-se estratégias, tanto no sentido de mudar de empresa quanto de combinar diferentes empregos, de obter contratos na carteira de trabalho e em ocupações paralelas, como *freelancers*, tentar um negócio próprio e, com frequência, sair da cidade de Santa Maria, para buscar outros mercados, aceitando propostas mais satisfatórias, em termos salariais. Como se trata de um setor de trabalhadores especializados, cuja maioria tem significativa formação acadêmica na área da TI, uma avaliação de ordem meritocrática é feita na menção aos salários: “*Eu acho que, pela minha importância na empresa, eu poderia ter um rendimento melhor*” (relato, trabalhadora M. O., 2018). De certa maneira, há uma forte expectativa de que investimentos em capital escolar e em conhecimento mereçam correspondências salariais: “*veio a minha decepção do mercado de trabalho, porque eu estudava, eu evoluía e eu não tinha reconhecimento... eu não tive aumento de salário...*

E eu não tinha perspectiva, 'eu sou programador, que que eu vou fazer?'" (relato, trabalhador T. H., 2018).

As diferenças salariais são consideradas relativamente naturais, mas desde que justificáveis por critérios que passam, basicamente, por tempo de trabalho, conhecimento, cargo, escolaridade e outros preceitos, que tenham clara justificativa meritocrática. Um dos interlocutores comenta que, depois de pagar anos de faculdade: *"a questão de trabalhar como funcionário não é muito lucrativo... então acaba se ganhando muito mais desenvolvendo seus próprios projetos... melhor desenvolver tu sozinho em casa para uma grande empresa de um grande polo, por exemplo, do que trabalhar para uma empresa em Santa Maria aqui"* (relato, trabalhador M. I., 2017). Em razão disso, muitos trabalhadores também acabam investindo em projetos próprios na área: *"final de semana, eu uso para minhas coisas particulares"* (relato, trabalhador M. I., 2017).

Com base no fato de que muitas das empresas – por falta de condições e/ou para se tornarem mais competitivas – não oferecem salários e benefícios entendidos como próprios de uma empresa de TI, abrem-se brechas para conflitos, trazendo, portanto, elementos da concretude da experiência, que vêm a compor o entendimento a respeito das possíveis rupturas com as práticas e com os valores do empreendedorismo. Todavia, alguns desses sujeitos combinam a condição de assalariados e de proprietários de empreendimentos (Lima, 2010), de modo que tais articulações favorecem à imbricação entre posições e, sobretudo, entre as perspectivas e as identidades (Dubar, 2009), concorrendo para que trabalhador e empreendedor deixem de se colocar no imaginário como coisas invariavelmente distintas.

A expectativa quanto a abrir a própria empresa é variada e se faz presente de diferentes maneiras. Em relação aos que têm interesse em ter o próprio negócio, destaca-se: *"hoje em dia, o que eu sei é que eu não quero ser funcionário pro resto da minha vida... Então, eu preciso fazer alguma outra, eu não sei se eu tenho perfil de liderança, mas isso eu vou ver com o tempo. Vou arriscar pra eu ver se eu tenho este perfil"* (relato, trabalhador C. A., 2018). Nesse mesmo sentido, de querer abrir o próprio negócio, outro interlocutor se posiciona da seguinte maneira: *"eu pretendo adquirir o máximo de experiência possível e abrir minha própria empresa... eu quero experimentar, que eu acredito que dedicando todo meu esforço, todo meu trabalho em benefício próprio... vai te abrir novas portas. Então, é uma coisa que eu planejo"* (relato, estagiário J. O., 2018).

Para alguns dos entrevistados, a abertura do próprio negócio seria uma oportunidade para colocar em prática uma ação mais direta em torno do empreendedorismo: *"pensar fora da caixa... tentar buscar, resolver algum problema*

e tanto no teu desenvolvimento pessoal quanto na vida de outras pessoas” (relato, estagiário J. O., 2018). Uma das trabalhadoras indica que seu objetivo maior é de abrir o próprio negócio: *“Eu penso em adquirir experiência, aprender com erros dos outros e estudar, e aí também explorar algo que seja só meu, que eu mesma construa e que possa também ajudar outras pessoas a construírem as suas vidas”* (relato, trabalhadora M. O., 2018). Sobre a noção de empreendedorismo, conforme uma das trabalhadoras:

“acho que é uma forma de trazer mudanças pra sociedade, acho que antes de qualquer ajuda a melhor coisa que tu pode fazer por uma pessoa, o que o empreendedor pode fazer, é dar um emprego pra uma pessoa que precisa, acho que é, socialmente falando, é algo essencial. Antes de falar em projetos sociais, acho que quando um empreendedor dá um emprego a alguém... dar essa chance pra essa pessoa poder trabalhar e poder construir sua vida, eu acho que isso é algo maravilhoso do empreendedorismo” (relato, trabalhadora M. O., 2018).

A figura do empreendedor, como modelo de conduta, é preponderante nesses relatos. Ele é o personagem em melhores condições para promover o bem-estar social, o que se supõe que seja feito, por meio do mercado, mediado pelos protagonismos dos empreendedores (Dardot e Laval, 2016), *“se nós tivéssemos mais empreendedores, eu acho que facilitaria muito mais o cotidiano das pessoas”* (relato, trabalhador L. E., 2017). Um dos entrevistados afirma que tem dúvidas entre seguir a carreira acadêmica ou abrir o próprio negócio. Vive o dilema de continuar ou abandonar o emprego público para se deter exclusivamente aos próprios projetos. Hoje, dedica-se à atividade de programador, mais do que aos “negócios”, mas seu foco mesmo é ser empresário, justificando suas razões da seguinte maneira: *“um programador nunca vai chegar ao lugar do empresário, do empreendedor, de quem ganha, tu vai estar sempre ganhando a tua migalha, [por isso, o importante é] como fazer o negócio funcionar”* (relato, trabalhador J. U., 2017). Nas palavras do entrevistado: *“eu me vejo um pequeno empreendedor ... Eu acho que o mais bacana do empreendedorismo é tu poder criar algo ou entregar alguma novidade que vai mudar a vida de alguém ou que vai ajudar a vida de alguém a ser melhor”* (relato, trabalhador J. U., 2017).

A satisfação e as expectativas de parte dos entrevistados não são apenas financeiras, mas passam, em grande medida, pelo engajamento na criação e na possibilidade de inovar e, assim, contribuir socialmente. Entram, aqui, os critérios de justiça social, aos quais se referem Boltanski e Chiapello (2009), mais especificamente a motivação para fazer parte da construção do bem-estar de

uma coletividade. O envolvimento profissional e o afeto pela atividade passam pelo sentimento de missão social (Zanon, 2019) e pelas projeções, em torno da construção de um mundo simbólico de caráter modernizador (Maia, 2019).

Parte dos trabalhadores faz ponderações a respeito de ter o próprio negócio, tais como ter muita coisa para pagar e o retorno não ser seguro, nem suficiente. Um dos interlocutores afirma que, na universidade, teve disciplina sobre empreendedorismo, mas abrir o próprio negócio nunca lhe chamou atenção, pois prefere trabalhar somente com a parte de programação: *“acho que o Brasil é muito complicado pra isso, né? [risos] ... muitas questões burocráticas só pra abrir, muito imposto, prefiro não me arriscar assim ... acho que nunca abriria uma empresa... Muito incômodo, bah. Tá louco”* (relato, trabalhador C. E., 2018). Os trabalhadores também se referem à dificuldade para gerir e para liderar, assim como não gostariam de se comprometer com as burocracias, que envolvem as contratações e as questões tributárias. Um deles afirma que se deu conta de que não poderia ter a própria empresa porque gostava mesmo de programar:

“tinha um professor meu que dizia assim na pós, sobre empreendedorismo: que tu pode ser empreendedor-empresário ou tu pode ser um empreendedor-empregado. Geralmente o mais fácil, o que mais rende pra ti é o empreendedor-empregado, é aquele que dá soluções pra empresa, que inova dentro da empresa dentro daquilo que ele atua... No momento em que eu consegui colocar em prática numa empresa, eu realmente cresci... Eu não me vejo como empresário. Não tô dizendo que eu nunca vou fazer isso, mas não é algo que eu tenha planejado... Eu gosto de ser empreendedor, eu já descobri isso, ... eu gosto de ser o empreendedor-funcionário do que o empreendedor-empresário” (relato, trabalhador T. H., 2018).

Trata-se de uma visão ampliada de empreendedorismo como intraempreendedorismo (Filion, 2004) e, sobretudo, como subjetividade e modo de ser, que generaliza essa categoria classificatória nas esferas laboral e empresarial. No entendimento desse trabalhador: *“Todo mundo quer ser empreendedor, mas, na verdade, a maioria quer ser empresário. Não quer fazer algo novo, quer montar uma coisa que dê dinheiro e não tentar alguma coisa que vá trazer valor, certo?”* (relato, trabalhador T. H., 2018). Expressa-se, nessas circunstâncias, o ideal da figura que produz impacto, ao contribuir com a sociedade, encontrando novas soluções para os problemas; nesse caso, o emprego prático da “inovação” é a dimensão central e valorizada (Schumpeter, 1982). Desse modo, estabelece-se quase uma fusão de sentidos, posto que a palavra fulcral para o empreendedorismo também é medular no campo da tecnologia da informação: inovação.

Estabelece-se, assim, uma das principais pontes que conecta, ideal e simbolicamente, os diferentes atores e posições no segmento da TI. Um dos entrevistados afirma que abriria uma empresa apenas se realmente tivesse algo novo a propor, e se refere à noção ampliada de empreendedor:

“tem se usado essa palavra como sinônimo de empresário. E eu acho que o empregado também empreende uma jornada, que é a jornada de se qualificar e direcionar a vida dele para os objetivos que ele busca, seja para qualificação profissional, ou seja, de estabelecer um determinado padrão de vida que ele deseja ou alcançar determinados conhecimentos, isso também é um empreendimento pessoal, né? ... eu enxergo como um empreendedor, hoje, como formando a minha pessoa, eu estou buscando conhecimento, aprimorando, né?” (relato, trabalhador V. I., 2018).

A maioria dos interlocutores indica que não pensa em abrir o próprio negócio, mas que visa a contribuir com a empresa em que trabalha. Parte dos entrevistados compreende que o ideal do empreendedorismo se realiza plenamente nas expectativas em torno de abrir um negócio e de se inserir no mercado, a partir de uma inovação, embora nem todos desejem fazê-lo: *“eu gosto de ter ali o meu trabalho, fazer o atendimento e essa parte de empreendedorismo, por exemplo, vender, não sou muito bom em vendas, não ia conseguir vender, cobrar também, não sei cobrar... então não teria muito essa coisa de empreendedorismo”* (relato, trabalhador L. U., 2017).

Para parte dos interlocutores, a figura do empreendedor estará associada, sobretudo, àquele que inova e que abre o próprio estabelecimento, detendo não apenas a propriedade e a maior parte dos ganhos, mas os custos de envolvimento requeridos pela empreitada. Por mais que o discurso da gestão generalize o empreendedorismo como subjetividade, uma parcela significativa dos trabalhadores não concebe essa prática como efetivamente disponível – tanto no âmbito das intencionalidades como no da materialidade. Por outro lado, a ação de abertura do próprio negócio pode ocorrer por uma razão prática – como descontentamento salarial e desilusão com a ausência de retorno (das ordens econômica e do reconhecimento) à altura dos capitais sociais investidos – e, não necessariamente, por uma inclinação aos valores empreendedores. Além disso, por vezes, os relatos denotam uma maior valorização da condição do fazer técnico – o caso do desenvolvedor, por exemplo – do que dos significados e da ação empreendedora, propriamente, quer dizer, o engajamento é mais ligado à condição de artífice (Sennett, 2009) do que ao horizonte do empreendedor.

Em determinadas circunstâncias, as restrições do assalariamento – passar a vida inteira ganhando “migalhas”, como afirmou um dos interlocutores – impulsionam a busca por soluções, via projetos individuais, os quais são facilitados pelo tipo de “negócio imaterial”, que caracteriza o setor de TI. Apreende-se, dos relatos, que o assalariamento insatisfatório é fator que impulsiona a expectativa de abertura do próprio negócio, mas esse não se torna determinante em adesões unânime e incorrosível aos universos prático e valorativo do empreendedorismo. Para os interlocutores, há duas dimensões que podem estar mais ou menos articuladas: por um lado, há a ideia do empreendedor como subjetividade engajada aos valores da empresa; e, por outro, há as perspectivas de criar algo novo e de alimentar o sonho de vir a abrir o próprio negócio.

Mesmo no segmento da tecnologia da informação, um dos mais permeáveis ao modelo empreendedor de conduta, não raro o ideal de empreendedorismo não se coloca no campo das mentalidades e das ações – pelo menos, não se coloca em todos os seus sentidos –, indicando que, se esse repertório é dominante, ele não é o único disponível. Para muitos trabalhadores, as demandas centrais são, em grande medida, as das melhorias da gestão e da condição salarial. Há um espírito próprio a cada época. No momento atual, o empreendedorismo é a perspectiva que mais bem caracteriza as novas ideologias, associadas aos mundos da empresa e do trabalho. Todavia, apesar da influência exercida sobre os assalariados, como princípio classificatório, nem sempre se coloca como linguagem dominante e como alternativa desejável no horizonte das ações.

No que diz respeito à relação entre assalariamento e empreendedorismo, se, por um lado, os trabalhadores incorporam a lógica empreendedora, por outro, apesar das afinidades com as perspectivas de responsabilização, de individualização e de meritocracia, associadas ao empreendedorismo, a posição social do trabalhador ecoa na percepção, no reconhecimento e nas queixas a aspectos da gestão e dos baixos salários. Assim, a posição concreta dos trabalhadores – em particular, os benefícios e os rendimentos salariais – nem sempre corresponde às expectativas propostas pelas performances empreendedoras, uma vez que, nesse horizonte discursivo, cada um colhe o que planta, quer dizer, cada indivíduo obtém, em rendimento, o que investe em tempo, em dedicação e em conhecimento. Todavia, os trabalhadores que utilizam desse cálculo acabam, por vezes, percebendo que a equação não fecha nos termos desejados.

Assim, na experiência direta desses sujeitos, uma parte importante, queimenta o empreendedorismo – os enunciados discursivos manifestos na linguagem da meritocracia –, entra em colisão com as vivências. Isso não significa, por parte dos assalariados, um completo abandono das premissas iniciais, mas traz

à tona elementos que apontam para o conflito, no âmbito da reprodução social. Nesse sentido, as experiências laborais, quando ficam aquém do esperado pelas projeções dos trabalhadores da tecnologia – inspiradas no espírito do Vale do Silício (Zanon, 2019; Pires, 2021) –, produzem conflitos e dificultam a completa adesão ao empreendedorismo, por parte dos assalariados.

Considerações finais

Para Eagleton (1997), uma ideologia tenta não reconhecer que um dia nasceu, pois isso significa admitir que pode morrer:

a ideologia é antes um campo de significado complexo e conflitivo, no qual alguns temas estarão intimamente ligados à experiência de classes particulares, enquanto outros estarão mais “à deriva”, empurrados ora para um lado, ora para o outro na luta entre os poderes contendedores. A ideologia é um domínio de contestação e negociação, em que há um tráfego intenso e constante: significados e valores são roubados, transformados, apropriados através das fronteiras de diferentes classes e grupos.... (Eagleton, 1997: 96).

Existem várias dimensões nas ideologias: crenças, aspectos afetivos, inconscientes, míticos, simbólicos; quer dizer, elas não podem ser igualadas a meras proposições verdadeiras ou falsas. Não se pode atribuir à ideologia características invariáveis e é preciso evitar argumentos essencialistas e muito parciais. A ideologia é uma força social, que constitui ativamente, e de forma conflitiva, os sujeitos, mas essa não decorre de efeitos automáticos de estruturas objetivas. A tradução simbólica daquilo que os homens fazem é, também, uma forma de luta. Esse processo que cinge a “luta das classificações” (Bourdieu, 1990) faz parte do decurso de dominação/oposição simbólica.

O setor de tecnologia informacional é um dos grandes consumidores da literatura sobre gestão empresarial. Há um esforço empresarial para aderir às mudanças associadas às formas modernas de gestão do trabalho, as quais incluem novas técnicas organizacionais, autocontrole, gestão democrática e flexibilidade. A força do empreendedorismo no campo da TI é uma expressão da capacidade mobilizadora das ideologias. Nas esferas das intencionalidades e das ações, as expectativas são fluidas, variadas e comunicam sobre a questão das adesões e/ou rupturas com o empreendedorismo: 1) associadas ao intraempreendedorismo (subjetividade empreendedora); 2) vinculadas ao plano de abertura do próprio negócio (razão prática, com ou sem a adesão valorativa ao empreendedorismo); e 3) conexas ao aperfeiçoamento técnico (com ênfase na condição de

artífice do trabalhador). As maiores diferenças e as possíveis rupturas de sentidos, nos planos valorativo e atitudinal, são mais significativas no segundo e no terceiro pontos indicados acima, com destaque para as fendas, que se abrem, na ordem meritocrática do empreendedorismo, a partir das experiências laborais.

Assim, mesmo em um segmento como o da TI, cuja cultura profissional é especialmente aberta aos valores meritocráticos e às novas práticas de gestão, se, por um lado, observa-se uma afinidade com o empreendedorismo no plano das performances discursivas, por outro, nem sempre se verifica a mesma inclinação, no que toca às ações presentes e planejadas para o futuro, sobretudo, quando observadas do ponto de vista da experiência laboral. Trata-se, portanto, de uma equação que tenciona a permeabilidade do empreendedorismo no horizonte das práticas dos sujeitos.

Referências:

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO, Theodor et al. (Org.). *Teoria da Cultura de massa*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: Crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. *O ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, Vozes, 2005.
- BOSI, Alfredo. *Ideologia e contra ideologia: temas e variações*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- BRIDI, Maria Aparecida. O setor de tecnologia da informação: o que há de novo no horizonte do trabalho? *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, n. 41, outubro 2014, pp. 277-304.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 19, n. 64, setembro 1999.

- DUBAR, Claude. *A crise das identidades: A interpretação de uma mutação*. São Paulo, Edusp, 2009.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo, UNESP; Boitempo, 1997.
- FILION, Louis Jacques. Entendendo os intraempreendedores como visionistas. *Revista de Negócios*, Blumenau, v. 9, n. 2, abril/junho 2004, pp. 65-80.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 1992.
- LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, setembro/dezembro 2010, pp. 158-198.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar: um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: NOGUEIRA, Maria Alice et al. (Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- MAIA, Marcel Maggion. Como as Startups crescem? Performances e discursos de empreendedores à procura de capital. *RBCS*, v. 34, n. 99, 2019.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982.
- PIRES, Aline Suelen. As novas configurações espaciais do empreendedorismo tecnológico e as experiências de trabalho no polo de tecnologia de São Carlos-SP. *RBCS*, v. 36, n. 106, 2021.
- RAMALHO, José Ricardo. Dinâmica sociopolíticas em novos territórios produtivos. Dossiê: Novos espaços industriais e desenvolvimento regional. RAMALHO, Ricardo (Org.). *Cadernos CRH*, 19, n. 46, janeiro/abril, 2006.
- ROSENFELD, Cinara. Autonomia no trabalho informacional: liberdade ou controle?. In: PICCININI, Valmiria et al. (Org.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea*. Porto Alegre, UFRGS, 2006.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 2008.
- SENNETT, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro, Record, 2009.
- THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das letras, 1998.
- WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- WOLFE, Simone. O 'trabalho informacional' e a reificação da informação sob os novos paradigmas produtivos. In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy. (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.

ZANON, Breilla. “*Não era amor, era cilada*”: startups, coworkings e a mobilização do desejo pelo mundo do trabalho. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2019.

Recebido em: 19/04/2021

Aprovado em: 28/08/2021

Como citar este artigo:

FERREIRA, Laura Senna. A ideologia do empreendedorismo no campo da tecnologia da informação: adesões e rupturas a partir dos trabalhadores assalariados. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 395-421.





Ação sindical e política industrial: a participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no Inovar-Auto¹

Jonas Tomazi Bicev²

Resumo: O presente artigo consiste em descrever as principais ações do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante as negociações do Inovar-Auto (regime automotivo que vigorou entre 2012 e 2017), com o objetivo de discutir os dilemas que os trabalhadores enfrentam ao apoiarem as políticas de estímulo ao setor industrial. A partir de entrevistas com lideranças sindicais, realiza-se uma análise acerca das capacidades de sindicatos e governos de influenciarem as decisões das empresas transnacionais, da relação da política federal com a negociação sindical estabelecida nas firmas e das dificuldades de atrair investimentos para uma região de antiga industrialização.

Palavras-chave: Sindicato; Metalúrgicos; ABC; Negociação; Inovar-Auto.

Trade union action and industrial policy: the participation of the ABC metalworkers' union in Inovar-Auto

Abstract: *The present paper consists of describing the main actions of the ABC metalworkers' union during the Inovar-Auto negotiations (the automotive regime,*

1 Este artigo apresenta os principais resultados de pesquisa de doutorado, que contou com apoio material e financeiro concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC).

2 Centro de Estudos da Cultura Contemporânea - São Paulo - Brasil - jonas.bicev@yahoo.com.br - <https://orcid.org/0000-0002-7449-087X>

which ran between 2012 and 2017) in order to discuss the dilemmas faced by workers when they supporting policies to stimulate the sector industrial. From the interviews with union leaders, we developed an analysis of capacities of unions and government to influence the decisions of transnational corporations; the relationship between federal policy and union negotiation, inside firms; and difficulties of attracting investments to a region of former industrialization.

Keywords: *Union; Metalworkers; ABC; Negotiation; Inovar-Auto.*

Resumen: El presente artículo consiste en describir las principales acciones del Sindicato de Trabajadores Metalúrgicos de ABC durante las negociaciones de Inovar-Auto (régimen automotriz, que estuvo vigente entre 2012 y 2017), con el objetivo de discutir los dilemas que enfrentan los trabajadores al apoyar las políticas de estímulo al sector industrial. A partir de entrevistas con líderes sindicales, se realiza un análisis sobre: las capacidades de sindicatos y gobiernos para influir en las decisiones de las empresas transnacionales; sobre la relación entre la política federal y la negociación gremial que se establece en las empresas; y las dificultades de atraer inversiones a una región de antigua industrialización.

Palabras clave: Sindicato; metalúrgicos; ABC; negociación; Innovar-Auto.

1. Introdução: características do Sindicalismo dos Metalúrgicos do ABC e breve histórico da participação dos trabalhadores nos regimes automotivos

Composta por sete municípios do estado de São Paulo (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), a região do Grande ABC possui atualmente uma população estimada em 2,7 milhões de pessoas. Localizada a cerca de 20 km do município de São Paulo e a 50 km do Porto de Santos – isto é, entre o maior mercado consumidor e o maior porto do Brasil –, durante as décadas de 1960 e 1990, a região recebeu os principais investimentos de montadoras estrangeiras no país, que iniciaram a produção brasileira de veículos e autopeças: General Motors (unidade em atividade, em São Caetano do Sul, desde 1927); Mercedes-Benz (S. B. do Campo, 1956); Volkswagen (S. B. do Campo, 1957); Scania (S. B. do Campo, 1962); Toyota (S. B. do Campo, 1962); Ford (S. B. do Campo, 1967, quando adquiriu as operações da Willys Overland).

Após um período inicial, de chegada e instalação das montadoras (1956-1968), em que as empresas recebiam incentivos fiscais e financiamento subsidiado em troca da realização de índices elevados de conteúdo nacional, o setor automotivo (indústria automobilística e de autopeças) e os serviços relacionados se tornaram

economicamente preponderantes e fundamentais para a compreensão das transformações na dinâmica do emprego e da estrutura produtiva do ABC. Foi no setor automotivo também, mais precisamente na indústria automobilística de São Bernardo do Campo e Diadema, que emergiu, durante as greves ocorridas entre 1978 e 1980, o movimento de trabalhadores conhecido como *novo sindicalismo*. Além das demandas por reposição salarial, o movimento expressou uma luta mais geral por direitos de cidadania no interior da sociedade (isto é, direito à moradia digna, educação e saúde básica), sendo, por isso, decisivo para o fortalecimento da resistência e oposição política à ditadura militar (Rodrigues, 1997).

A partir da retomada do regime democrático, devido ao contexto de meados da década de 1980, de crise econômica e redução do investimento das montadoras transnacionais nas unidades industriais brasileiras, a ação sindical dos metalúrgicos do ABC, que tinha situado o espaço fabril como o espaço privilegiado da contenda entre o capital e o trabalho, começa a se voltar também “à discussão de temas relacionados à regionalidade, ao desenvolvimento local, regional e à formulação e implementação – junto com outros atores sociais e políticos – de políticas públicas voltadas para esse território” (Ramalho e Rodrigues, 2018: 73). Nesse sentido, a negociação tripartite estabelecida durante os dois acordos da câmara setorial do setor automotivo (mar. 1992 e fev. 1993) foi determinante para a ampliação da agenda sindical e consolidação de um modelo de atuação *contratualista*, que privilegia a negociação ao conflito e busca assegurar a melhoria nas condições de trabalho e os investimentos na região, por meio da realização de acordos (por unidade industrial) e convenções coletivas (negociadas com cada subsetor industrial da base do sindicato) (Rodrigues, 1997: 43)³.

Em um momento de atraso tecnológico da indústria e estagnação do mercado de automóveis, negociou-se, na ocasião, uma redução de impostos federais (IPI) e estaduais (ICMS), junto com uma diminuição nas margens de lucro dos principais elos da cadeia produtiva, que, no total, contabilizaram uma redução temporária de 22% no preço final dos carros de passeio e comerciais leves. Ao final da experiência, verificou-se, entre 1992 e 1993, um aumento nas vendas de veículos de 143%, ao lado de uma realização apenas parcial das metas de emprego (Arbix, 1996). A literatura sociológica identificou, de um lado, a constituição de um modelo de “negociação entre entidades representativas e autônomas da sociedade civil e um Estado que as reconhece como autônomas e representativas” (Cardoso e Comin, 1995: 412); de outro, um *corporativismo setorial*, no qual os sindicatos representam os interesses das *frações de*

3 Atualmente, a base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC compreende os municípios de São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

classe ou coletivos de trabalhadores mais organizados no interior da categoria ou setor econômico (como os operários das montadoras de automóveis, entre os metalúrgicos; ou os funcionários dos bancos públicos, entre os bancários) (Boito Jr., 1994: 27).

Após o esvaziamento das câmaras setoriais, em decorrência da exclusão dos trabalhadores da negociação do “carro popular” e da política comercial adotada na primeira fase do Plano Real (isto é, redução das alíquotas de importação, acompanhada de apreciação cambial), uma nova política industrial, com o foco no setor automotivo, foi discutida e implementada somente em dezembro de 1995 (Arbix, 1996). Com o objetivo de conter o desemprego e a ameaça de desindustrialização parcial do país, o governo federal, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), anunciou o aumento das alíquotas de importação dos veículos de 20% para 70%, além de conceder, por um período de quatro anos (dez. 1995 a dez. 1999), vantagens às montadoras já instaladas no país. Estas últimas – desde que alcançassem um índice de nacionalização dos veículos de 60% – eram autorizadas a importar com tarifa especial de 35% (Cardoso, 2006; Sallum Jr., 2000).

Como resultado do regime automotivo e do acirramento da *guerra fiscal* entre os estados da Federação, entre 1996 e 2002, quatorze fábricas de automóveis foram inauguradas no Brasil. Em razão de uma combinação de fatores – que vão desde a tentativa de evitar a negociação, junto com a capacidade de mobilização sindical, até o montante de incentivos fiscais recebidos –, as empresas evitaram os municípios do ABC e, com exceção da Ford (Camaçari – BA), concentraram-se nos estados do Sul e Sudeste do Brasil, que são territorialmente próximos dos países do Cone Sul (Cardoso, 2006).

Durante o governo FHC, em resposta ao encerramento e ao deslocamento das fábricas para outras localidades (como aconteceu, por exemplo, com a Bras-temp, que se transferiu para Joinville – SC), a ação sindical dos metalúrgicos do ABC se concentrou na negociação da reestruturação produtiva de firmas como a Ford e VW, em contato direto com a direção mundial das empresas (Barbosa, 2003). No âmbito federal, contudo, a participação dos sindicalistas se restringiu à concepção e gestão das políticas transversais de qualificação profissional (Guimarães, Comin e Leite, 2001)⁴.

4 Segundo Guimarães, Comin e Leite (2001), a partir do governo FHC, os representantes sindicais dos trabalhadores – ao lado dos representantes patronais e do governo – participaram ativamente da gestão e da construção de programas de geração de emprego, renda e de qualificação profissional, financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. Os autores citam dois exemplos: o projeto Integrar, gerido pela Confederação Nacional de Metalúrgicos da CUT, e o Plano Nacional de Formação Profissional (o Planfor). Entre 1996 até o final de 1998, o projeto Integrar havia atendido 205 mil pessoas, com unidades em nove estados da Federação. Já o Planfor, a partir de um investimento de R\$ 226 milhões, alcançou, no ano de 1996, a marca de mais de 1,3 milhão de pessoas, o equivalente a um gasto de R\$ 190,00 por aluno treinado (Guimarães et al., 2001: 442-445).

Por esse motivo, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de outubro de 2002 representou para os metalúrgicos do ABC a oportunidade de ampliar a participação orgânica de seus representantes na gestão dos negócios do Estado e de avançar no projeto de desenvolvimento, defendido no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela corrente Articulação Sindical, ou seja: proteção da indústria instalada no país, valorização do salário mínimo, do emprego registrado e da negociação coletiva (Cardoso e Gindin, 2017: 22). No caso dos setores mais organizados do sindicalismo da CUT, o aumento da participação política se deu em grande medida pelo sucesso eleitoral dos quadros sindicais filiados principalmente ao PT e pela atuação dos sindicalistas nos fóruns de discussões sobre políticas públicas e conselho de administração das estatais e fundos de pensão (Jardim, 2007).

Em relação ao setor automotivo (indústria automobilística e autopeças), o período de expansão da produção e das vendas de veículos (2004-2012), decorrente das reduções temporárias de IPI e das medidas de estímulo ao consumo interno, permitiu que, no início do governo de Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-ago. 2016), um novo regime automotivo fosse construído pela coalizão produtivista, “composta pelos empresários industriais associados à fração organizada da classe trabalhadora” (Singer, 2018: 57). Esse regime, negociado de modo tripartite, em grande parte, tentava reproduzir o funcionamento das câmaras setoriais, mas inovava em relação aos acordos anteriores, por condicionar as vantagens tributárias – concedidas às empresas – à realização das atividades de montagem e etapas produtivas no Brasil, à melhoria da eficiência energética dos veículos e aos investimentos (ainda que modestos) em pesquisa e desenvolvimento.

A partir de análise da literatura e entrevistas conduzidas entre 2015 e 2018, com dirigentes sindicais e um assessor técnico do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, nas próximas seções, serão discutidas as razões do apoio e da participação dos sindicalistas na política setorial do setor automotivo. A partir da interpretação e justificativa das ações por parte dos atores, analisam-se as condições políticas e sociais que permitiram a participação informada dos trabalhadores nas negociações, a relação da política federal com as negociações no interior das firmas, as disputas e o quanto os resultados obtidos se aproximaram das metas acordadas. Ao final do artigo, indicam-se futuros caminhos de pesquisa e a contribuição do estudo para discussão da literatura sobre cadeias produtivas e os dilemas da participação sindical nas políticas industriais.

2. As razões para um novo regime automotivo

De acordo com Sturgeon et al. (2017), a *Cadeia Global de Valor* (CGV) automotiva se organiza, inicialmente, a partir de três atividades: (1) *design* e o desenvolvimento dos veículos; (2) montagem final; e (3) desenvolvimento e a produção de componentes, autopeças, módulos e subsistemas. Apesar de variações nas configurações locais da cadeia, que resultam de uma complexa combinação de regulamentações governamentais, participação do capital local, arranjos institucionais e acordos multilaterais de comércio e investimento, em quase todo o país, o poder de mercado está concentrado num pequeno e proeminente grupo de produtores de automóveis (firmas líderes globais) e num maior, porém, seletivo, grupo de fábricas de autopeças multinacionais (fornecedores globais)⁵.

Em relação à distribuição geográfica, as funções de criação e engenharia, tais como *design* conceitual, definição de estilos, tecnologia e motores dos veículos, em geral, são conduzidas pelos estúdios das principais marcas de automóveis ou estúdios independentes e laboratórios de engenharia localizados nos tradicionais centros de produção automotiva (Detroit – EUA; Wolfsburg e Stuttgart/Alemanha; Turim/Itália; Paris/França; Tóquio e Nagoya/Japão). A montagem final, entretanto, tende a se concentrar em unidades industriais das firmas líderes da cadeia, localizadas em países integrados aos centros regionais de produção automotiva (ex.: México, Turquia, Marrocos, Canadá), ou com um mercado consumidor de grande dimensão (ex.: China, EUA e Brasil) (Sturgeon, Chagas e Barnes, 2017: 07).

Ainda que as recentes inovações nas técnicas de montagem e no maquinário tenham aumentado a flexibilidade das linhas de produção, a maioria das unidades industriais em atividade possui plataformas e equipamentos projetados para a montagem de um único modelo ou para veículos de tipos semelhantes. Esta limitação em relação à demanda deixa as fábricas e seus fornecedores locais recorrentemente expostos aos períodos de queda da produção e funcionamento ocioso. Por isso, os principais países produtores (como EUA, Japão, Alemanha e Coreia do Sul) são aqueles cuja indústria, além da demanda doméstica, é capaz de realizar investimentos diretos e exportar veículos acabados ou kits de componentes completos (CKD) para outros países do mercado global (Ibidem: 10).

5 As atividades de distribuição, reparo e reciclagem também são partes significativas da indústria automotiva e responsáveis pela geração de empregos em larga escala. Essas atividades, entretanto, são predominantemente realizadas pelos atores locais e, por isso, são apenas parciais ou marginalmente analisadas nos estudos das cadeias globais de valor (Sturgeon, Chagas e Barnes, 2017: 03).

Apesar de a indústria brasileira enfrentar dificuldades para exportar, para além dos países do Mercosul; no biênio 2011-2012, o mercado brasileiro de automóveis e caminhões apresentava resultados positivos. Além do recorde de 3,8 milhões de veículos novos vendidos em 2012 (correspondente à soma das vendas dos carros de passeio, comerciais leves, caminhões e ônibus), nesse mesmo ano, com uma frota em circulação estimada em 37,3 milhões de veículos, o mercado estava próximo da saturação nas regiões Sul e Sudeste – onde havia um veículo para cada quatro habitantes –, mas distante de esgotar o seu potencial de crescimento nas Regiões Norte e Nordeste, onde havia, respectivamente, um veículo para cada 14 e 12 habitantes⁶. Naquela época, o Brasil chegou a representar o 4º maior mercado consumidor e o 7º maior produtor da cadeia automotiva global (atualmente, caiu para 9º).

Havia, portanto, bons motivos para que as empresas transnacionais do setor automotivo estivessem atentas ao mercado brasileiro, onde o desemprego se mantinha baixo e a continuidade das políticas de expansão de crédito e valorização do salário mínimo favorecia o consumo de bens duráveis. Uma tendência, porém, preocupava os sindicalistas e os pesquisadores do setor: uma parcela crescente da demanda, que se estendia dos automóveis de luxo aos veículos de médio e pequeno porte, era atendida por veículos importados. Assim, de acordo com os dados da Anfavea (2018), a importação de veículos acabados, que, no ano de 2003, representava apenas 5% das unidades comercializadas (um total de 73.887 unidades), aumentou durante oito anos seguidos, alcançando, em 2011, a marca de 24% (um total de 857.892 unidades) (Anfavea, 2018: 64-65).

Entre os metalúrgicos do ABC, onde a produção automotiva historicamente se apoiou em uma densa rede de fornecedores e serviços locais, a preocupação com o crescimento acelerado das importações (principalmente dos automóveis importados da China e da Coreia do Sul, que, entre 2009 e 2011, saíram de uma participação de 1% para 5% do mercado nacional) se traduziu na organização de protestos de rua, seminários (com a presença de políticos, empresários e assessores da presidência da República) e cobranças via imprensa, no intuito de convencer o governo federal da necessidade de um novo regime automotivo – o último havia se encerrado em dezembro de 1999 –, mais abrangente do que os incentivos

6 Os cálculos foram realizados a partir das estatísticas populacionais do IBGE e da frota em circulação, estimada pela Anfavea (2018). A dimensão da frota de veículos estimada pela Anfavea e outras entidades patronais, como o Sindipeças e Abipeças, difere e está bem abaixo dos dados divulgados no site do DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito), porque as estatísticas governamentais não levam em conta os veículos que deixam de circular em cada ano por conta de acidentes, desmanches, desgaste excessivo ou perda total (Cf. a metodologia em Sindipeças, 2016).

temporários e capaz de induzir os investimentos e a reestruturação do Parque Industrial do país. Esse período de incertezas e esforços dos sindicalistas foi, assim, retratado por Valter Sanches (representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Daimler AG e secretário-geral da IndustriALL Global Union)⁷:

Oito anos de crescimento ininterrupto da indústria. A indústria mesmo com horas extras, com contratações, com aumento de capacidade não conseguia atender esse brusco aumento da demanda e isso era suprido com importados. E o que é que a gente alertava ao governo: a hora em que o mercado começar a se estabilizar, que era uma previsão, que isso poderia representar um problema e uma ameaça aos postos de trabalho (Sanches, Programa Brasil Metal. *Rede TVT*, 2014)⁸.

Além do histórico de negociações com as empresas transnacionais do setor automotivo, a presença de dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no Conselho de Administração do grupo Daimler/Mercedes-Benz e no Comitê Mundial dos trabalhadores da VW e da Ford – uma prática fomentada pelo Sindicato desde meados dos anos 1990 – conferia aos sindicalistas a capacidade de prever e se preparar para os futuros investimentos das montadoras⁹. Conforme o relato do “entrevistado M” (assessor técnico do sindicato entre 2009 e 2016), duas tendências da indústria foram identificadas na época: a padronização do “trem de força” (*powertrain*) dos veículos globais – isto é, o câmbio, eixo e motor – e a construção de plataformas que fossem móveis (de fácil transporte para o mercado de outro país).

A produção de plataformas (chassi ou base estrutural dos veículos) e motores é atualmente uma das atividades centrais da indústria automobilística. Em geral, ela é realizada nas matrizes ou nas fábricas do país de origem das montadoras. Depois de produzidas, as plataformas são transportadas para diferentes

7 A IndustriALL Global Union é uma federação sindical internacional, multisetorial, fundada em 2012, a partir da fusão de organizações como a Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, a Internacional dos Trabalhadores Químicos, da Celulose, da Energia, Mineração e Indústrias Diversas e a Federação Internacional de Trabalhadores na Indústria, Têxtil, Vestuário e Couro. Atualmente, a entidade conta com o apoio de mais de 600 sindicatos, filiados em 140 países.

8 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2E5mXplYQ98>>. Acesso em: 13 out. 2021.

9 O intercâmbio de experiências entre sindicalistas metalúrgicos alemães e brasileiros contribuiu para a valorização e o aumento da participação dos metalúrgicos do ABC nos conselhos de trabalhadores e fóruns internacionais. Na Alemanha, além das comissões de fábrica, desde 1951, os trabalhadores participam de dois outros importantes organismos de gestão das companhias públicas e privadas: o conselho de administração e o conselho de direção. Inicialmente restrito às indústrias de mineração e siderurgia (carvão e aço), a partir da revisão da lei geral de empresas em 1972, o modelo foi estendido para os demais setores industriais (Sturmthal, 1971).

países de acordo com o modelo de automóvel que atenda à demanda local. Esta distinção entre países produtores de automóveis e países produtores de plataformas já era conhecida pelos trabalhadores; a novidade, porém, era a capacidade de produzir diferentes modelos/famílias de automóvel em uma mesma plataforma global, ou seja, a partir de uma mesma base estrutural:

O que diferencia normalmente uma plataforma da outra? É o que a gente chama de “entre eixos”, que é a distância entre a roda da frente e a roda de trás [...] A Volkswagen estava desenvolvendo uma plataforma que era flexível, então eu posso ampliar ou diminuir o “entre eixos”, eu posso produzir um carro maior ou menor na mesma plataforma [...] a GM estava fazendo pesquisa nesse campo, a Volks, a Ford, havia uma política de investimentos para ter núcleos produtores de plataformas e *powertrains* pelo mundo. Onde ficaria? A gente tinha a informação de que essas plataformas e as fábricas de motores, elas ficariam normalmente na matriz [...] Eles teriam uma segunda planta na China e existia uma disputa sobre um terceiro polo de produção que seria entre Brasil, México ou o inverso de onde eles estavam, por exemplo, se eu estou na Alemanha, eu faço uma fábrica nos Estados Unidos; se eu sou uma fábrica americana, eu faço na Europa (Entrevistado M, 25/04/2018).

Em paralelo às informações obtidas pelos metalúrgicos do ABC, a partir do intercâmbio com os sindicalistas dos países desenvolvidos e das discussões com os trabalhadores ferramenteiros – que, devido à necessidade de testes, recebem o projeto de um automóvel novo com um ou dois anos de antecedência – havia, também, a atuação política de técnicos e membros da burocracia governamental, com experiência de trabalho ou gestão empresarial na indústria automotiva, que, na época, estudavam o setor e trabalhavam em uma nova regulação do mercado e ações tributárias capazes de induzir o investimento do setor privado nas atividades de pesquisa e engenharia.

Tinha também um grupo no governo ligado à ABDI [Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial]¹⁰ na época, eles eram quem de dentro do governo estudava o setor automotivo. Então havia conversas entre o sindicato

10 A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) foi criada em 2004 pelo governo federal com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas focados no aumento da competitividade e produtividade da indústria brasileira. A agência está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); entre suas atribuições, destacam-se a oferta de apoio técnico sistemático e a preparação de relatórios setoriais e globais de acompanhamento e monitoramento da política industrial brasileira. Conferir site institucional. Disponível em: <<https://www.abdi.com.br/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

e o pessoal da ABDI, e o grupo da secretaria que cuidava do setor automotivo, que vai ser o Bedran [Paulo Bedran, diretor do departamento da Indústria do Equipamento de Transporte do MDIC] e depois vai entrar a Margarete [Margarete Gandini, coordenadora da Indústria Automotiva do MDIC] e depois vai entrar esse outro pessoal. Era um pessoal que pensava a estratégia do setor automotivo e conhecia muito do setor[...] alguns tinham experiência de trabalho, trabalhavam em montadoras, alguns tinham trabalhado em montadoras fora do país. Você tinha um grupo que entendia muito disso. Você não pode esquecer que no final do governo Lula, o Ministro do Desenvolvimento é o Miguel Jorge [vice-presidente de RH da VW Brasil, entre 1995 e 1998; atual vice-presidente do conselho consultivo da MAN-Caminhões América Latina] (Entrevistado M, 25/04/2018).

Em seu estudo sobre o Inovar-Auto a partir da perspectiva governamental, Cavalcante (2017) indica que, desde de 2009, representantes do governo e das empresas estudavam uma política capaz de acelerar os investimentos na melhoria da eficiência energética dos veículos, pois, a partir de 2015, os automóveis produzidos no Brasil seriam impedidos de circular em diversos países, incluindo a Argentina (principal destino de nossas exportações automotivas) (Cavalcante, 2017: 90). Outro ponto importante, enfatizado pelos atores governamentais, era o cuidado em se estabelecer contrapartidas associadas à sustentabilidade da política (ou seja, estabelecer exigências que não fossem questionadas na OMC). Assim, foram estabelecidas metas de investimentos em ciência, pesquisa e o desenvolvimento de veículos com menor emissão de poluentes. Havia também a preocupação em se estabelecer metas realistas e viáveis, isto é, objetivos capazes de estimular as empresas e, ao mesmo tempo, possíveis de serem alcançados em um intervalo de cinco anos (Ibidem, 2017: 97)¹¹.

Conforme as descrições e os achados da literatura, diversas circunstâncias – parte delas históricas e outra parte conjunturais – favoreceram a construção de um novo regime automotivo no âmbito do Programa Brasil Maior. Membros da burocracia governamental tinham um elevado conhecimento técnico sobre o setor automotivo e eram capazes de questionar e discutir as reivindicações feitas pela Anfavea. Por sua vez, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tinha um

11 Apesar das restrições às políticas industriais impostas pela Organização Mundial de Comércio (OMC), existe uma regra que autoriza subsídios seletivos, desde que estejam atrelados aos investimentos das empresas em inovação e P&D. Segundo Cavalcante (2017), foi a partir dessa “zona cinzenta” que diversos países estabeleceram as suas políticas recentes em prol do desenvolvimento produtivo em convívio com a OMC e demais players correlatos (Cavalcante, 2017: 93-94).

conjunto de informações, obtidas tanto no âmbito internacional quanto no âmbito local, sobre a intenção das montadoras de lançarem novos modelos e inaugurarem novas unidades de produção na América Latina. Isso tornava plausível o esforço do governo brasileiro em oferecer vantagens de mercado para as empresas dispostas a trazer parte de sua produção para o país.

A defasagem tecnológica dos veículos brasileiros e o crescimento das importações dos veículos chineses – a preços inferiores à média nacional e sem a contrapartida de investimento local¹² – ameaçavam, na época, a estratégia brasileira defendida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de um aumento da participação brasileira na produção mundial de automóveis pela via da coordenação de mercado; ou seja, aumento do emprego formal e do consumo no mercado doméstico → aumento da arrecadação de impostos → capacidade de financiar a renovação da frota → maior rigor da legislação relativa à segurança e meio ambiente → melhorias técnicas nos veículos → aumento das exportações.

Nessa disputa sobre os rumos do mercado e da política automotiva do país – que opunha, de um lado, os interesses do setor importador e, de outro, os interesses do setor produtivo (representado principalmente pela VW, Ford, GM, FIAT e Renault) –, tanto os metalúrgicos quanto os representantes das montadoras instaladas no ABC encontraram na elaboração de um novo regime automotivo a oportunidade de se beneficiarem de uma política em grande parte protecionista. Do lado das montadoras, apesar das críticas à intervenção estatal, tentava-se assegurar a posição de mercado e a margem de lucros elevada; do lado dos trabalhadores, buscava-se condicionar o acesso ao mercado à realização de investimentos e geração de empregos no país.

Ninguém obteria vantagens se fosse simplesmente operar com CKDs no Brasil, ele teria de cumprir várias etapas de produção para aderir à primeira fase do Inovar-Auto. As empresas mesmo sabendo que teriam de cumprir etapas de produção, ampliar o conteúdo nacional, fizeram os seus investimentos. Hoje muitas montadoras já são realidade [...] as empresas podem até não gostar da intervenção do Estado, na verdade, elas não gostam.

12 Segundo Luiz Curi (presidente da Chery no Brasil), no ano de 2011, quando as atividades da empresa ainda se restringiam à importação de veículos chineses (ou seja, antes de inaugurar a sua fábrica em Jacareí, SP), a intenção inicial de sua direção era vender no mercado brasileiro o modelo compacto, o QQ, equipado com airbag duplo, ABS, CD player e sensor de estacionamento, por, na época, R\$ 19,9 mil. Essa proposta, contudo, enfrentou enorme resistência das montadoras e concessionárias locais. Ao final dessa disputa, para evitar maiores danos a sua imagem e problemas de distribuição, a Chery se convenceu em elevar o valor de seu modelo QQ para o preço inicial de R\$ 23 mil (Cf. Leite, J. Tem muita gordura para queimar. *UOL Carros*. O Mundo em Movimento, 20/06/2011).

Preferem a liberdade, a desregulação do mercado para fazer do jeito delas, como e quando querem; porém, o Brasil é um país grande e promissor (Entrevistado F, presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC entre 2013 e 2017. Entrevista realizada no dia 29/09/2016).

3. A construção política do novo regime automotivo: o Inovar-Auto

A execução das ações políticas de regulação da produção e do mercado automotivo, reconhecida pela literatura e pelos atores sociais envolvidos como Inovar-Auto, foi na realidade desenvolvida em duas etapas.

Na primeira delas, iniciada com o Decreto Presidencial n. 7.567 de 15 de setembro de 2011, o governo brasileiro estabeleceu um aumento de 30 pontos percentuais na alíquota do IPI de todos os veículos comercializados no país, com exceção daqueles cujos produtores (isto é, as grandes empresas do setor automotivo) apresentassem um índice de conteúdo regional médio da produção de 65% e um investimento local em pesquisa e inovação superior ou igual a 0,5% do faturamento. Para essas empresas, com a produção predominantemente regional (ou seja, com automóveis ou componentes produzidos no Brasil, Argentina, Uruguai ou México), o aumento do IPI seria reduzido ou até eliminado¹³. Além disso, para garantir seus efeitos positivos sobre a cadeia automotiva local, definiu-se que das onze etapas de produção que compunham a montagem de um veículo leve; seis delas deveriam ser realizadas no Brasil¹⁴.

Essa política de elevação do IPI, elaborada pelos atores setoriais, foi uma novidade bem recebida pelo Ministério da Fazenda. Até então, as políticas de incentivo se baseavam na concessão de descontos nos impostos sem a garantia de seu repasse, pelas empresas, aos consumidores. Desse modo, ao inverter o sentido da política – aumento do IPI para todos os veículos nacionais e importados – e conceder crédito tributário atrelado à realização de metas de produção

13 O abatimento de até 30 pontos percentuais do IPI (isto é, o equivalente ao aumento anunciado) seria feito a partir da concessão de *créditos presumidos* do imposto, ou seja, a montadora deveria apresentar ao governo federal as notas fiscais e outros comprovantes de seus gastos e, caso atendessem às exigências, os créditos seriam revertidos em desconto do IPI.

14 As onze etapas listadas pelo decreto presidencial foram: “1. Montagem, revisão final e ensaios compatíveis; 2. Estampagem; 3. Soldagem; 4. Tratamento anticorrosivo e pintura; 5. Injeção de plástico; 6. Fabricação de motores; 7. Fabricação de transmissores; 8. Montagem de sistema de direção, suspensão, elétrico, freio, eixos, motor, câmbio e transmissão; 9. Montagem de chassi e carroceria; 10. Montagem final de cabines ou de carrocerias, com instalação de itens acústicos, térmicos, forração e acabamento; 11. Produção de carrocerias através de peças avulsas, estampadas ou formatadas regionalmente” (Brasil, Decreto n. 7.567 de 15 de setembro de 2011).

local, o governo garantia a arrecadação e ao mesmo tempo favorecia as montadoras que produziam no país (Cavalcante, 2017: 98).

Esse primeiro conjunto de ações políticas, porém, provocou imediatamente a reação dos grupos sociais organizados, entre os quais se destacam o setor importador, os partidos de oposição ao governo de Dilma Rousseff e o poder judiciário.

O setor importador, diretamente afetado pelo aumento do IPI, foi o maior crítico da intervenção do Estado brasileiro no mercado automotivo. Aliado aos parlamentares e partidos de oposição ao governo Dilma Rousseff, ele tentou judicializar a disputa política. De acordo com o posicionamento da Abeiva (Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores) divulgado na época, a atuação do governo brasileiro prejudicou principalmente as montadoras chinesas e sul-coreanas – casos da JAC Motors, Chery, Lifan, Hafei e Kia Motors –, pois as montadoras com produção nacional – com destaque para Ford, GM, VW, FIAT e Renault – importavam, com relativa liberdade, veículos de luxo (como as SUVs, por exemplo) e componentes estratégicos (como o câmbio automático) de países com os quais o Brasil mantinha acordos comerciais (casos do Mercosul e do México).

As reclamações dos importadores repercutiram no Congresso Nacional e mobilizaram até a instância máxima do poder judiciário: o Supremo Tribunal Federal. No dia 20 de outubro de 2011, provocados por uma denúncia feita pelo partido Democratas (DEM), os ministros do STF decidiram por unanimidade suspender a validade do Decreto Presidencial n. 7.567 por um período de 90 dias. Entre as razões apontadas pelos ministros, destaca-se a inconstitucionalidade da medida, pois, segundo a Constituição Federal, com exceção de alguns poucos tributos, os impostos só podem aumentar depois de 90 dias do anúncio de seu acréscimo no Diário Oficial da União.

Após a derrota sofrida no STF e as críticas de polos distintos do espectro político, de sindicato de trabalhadores aos empresários do setor importador, o governo procurou, no âmbito doméstico, reforçar a negociação tripartite da política setorial e, no âmbito externo, reviu os acordos comerciais vigentes no setor automotivo. A política de livre-comércio entre Brasil e México (vigente desde 2002) foi substituída pela política de cotas comerciais de importações automotivas (de US\$ 1,4 bilhão, em 2012, até US\$ 1,6 bilhão a partir de 2015). Em relação à Argentina, o regime “flex” foi prorrogado até junho de 2015, esse acordo manteve a relação de US\$ 1,5 exportado pelas montadoras brasileiras, sem impostos alfandegários, para cada US\$ 1,0 importado do país vizinho.

No dia 03 de abril de 2012, a Presidente Dilma Rousseff anunciou os dezoito Conselhos de Competitividade do Programa Brasil Maior¹⁵. Vinte dias depois, ocorreu em Brasília/DF a primeira reunião do conselho do setor automotivo, coordenada por Heloisa Menezes (Secretária de Desenvolvimento da Produção do MDIC). Além dos empresários, participaram do conselho o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre (escolhido como o representante dos trabalhadores no Conselho), e Paulo Cayres (Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT). Conforme as palavras do então assessor técnico dos metalúrgicos do ABC, o conselho automotivo era considerado uma nova oportunidade de alterar e, se possível, aumentar a influência dos trabalhadores na definição da política industrial automotiva:

[...] a história dos trabalhadores no ambiente industrial é assim, o empresariado vem e põe a pauta das transformações, das mudanças, da necessidade de investimento, de isenção fiscal, ou seja, ele põe a pauta para o governo e o trabalhador diz não, tudo bem, mas para vocês darem isso pra eles, nós precisamos garantir o emprego, precisa melhorar as condições de trabalho, precisa diminuir o número de acidentes. Ou seja, o histórico dos trabalhadores é dizer: eles entendem da política estratégica do setor, mas nós queremos contrapartidas para apoiar, para defender que o governo apoie isso. E o que é que o ABC resolve fazer com o conjunto de informações que ele tinha do setor? Ele diz não. [Ele diz] nós não viemos aqui para discutir a vírgula, a vírgula vocês já sabem e isso nós resolvemos na fábrica. Nós não precisamos do governo para ter melhor salário, mais PLR e melhor condição de trabalho [...] O que a gente quer? Nós queremos discutir a política. Porque a política é a garantia do futuro do emprego para a região do ABC. A garantia da manutenção do setor automotivo no Brasil e da nossa capacidade de permanecer como um setor importante na economia nacional e influir na economia global (Entrevistado M, 25/04/2018).

A organização permanente no local de trabalho e a autonomia em relação ao Estado nas negociações coletivas são características que distinguem o sindicalismo metalúrgico do ABC desde o início da década de 1980. Apesar de

15 1. Petróleo e gás natural; 2. Complexo da saúde; 3. Automotivo; 4. Defesa, aeronáutico e espacial; 5. Bens de capital; 6. Tecnologia da informação e comunicação; 7. Complexo eletrônico; 8. Calçados, têxteis, confecções; 9. Gemas e joias; 10. Móveis; 11. Construção civil; 12. Química; 13. Energias renováveis; 14. Mineração; 15. Metalurgia, siderurgia; 16. Papel e celulose; 17. Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; 18. Agroindústria; 19. Comércio, serviços e serviços logísticos (Brasil, MDIC, 2013: 34).

reconhecerem a importância da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como referência ou norma orientadora, é a partir do sistema composto pela comissão de fábrica (composta por representantes sindicais e não sindicais), comissão sindical de empresa (composta somente por diretores de base do sindicato) e sistema único de representação (sistema existente nas empresas em que a comissão de fábrica se fundiu com a Comissão Interna de Prevenção e Acidentes, a CIPA) que os metalúrgicos do ABC adquirem maior poder de barganha nas negociações dos salários e outros benefícios. Durante as reuniões tripartites, a Anfavea e o Sindipeças tentaram trazer a discussão do custo do trabalho para o centro das negociações; entretanto, desistiram após os sindicatos contra-argumentarem com a proposta de discutirem também o preço dos veículos, os quais são definidos em termos nacionais, apesar da conhecida desigualdade salarial existente entre as regiões e as unidades produtivas.

Depois de quase cinco meses de discussões, no dia 17 de setembro de 2012, inicia-se a segunda fase da política automotiva do Governo Dilma Rousseff¹⁶. Com duração de cinco anos (out. 2012-dez. 2017), entre as medidas anunciadas no Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (quando passou a se chamar Inovar-Auto), destacam-se as novas exigências em relação a: 1) a eficiência energética e a segurança dos veículos; 2) a execução no Brasil de 8 a 10 etapas de produção, de um veículo leve, e 9 a 11 etapas de produção de um veículo pesado; e 3) investimentos na ciência e na engenharia brasileira por meio da realização de pelo menos duas das seguintes propostas:

- a. Investimento de, no mínimo, 0,15% da receita operacional bruta¹⁷ em pesquisa e desenvolvimento, chegando a 0,5% em 2017;
- b. Destinação de 0,5% da receita operacional bruta às atividades de engenharia e desenvolvimento de tecnologia industrial básica, subindo para 1,0% em 2017;
- c. Adesão ao programa brasileiro de etiquetagem veicular (PBEV), com informações técnicas sobre o veículo, o consumo de combustíveis e a emissão de poluentes.

16 Ao todo, foram realizadas quatro reuniões do Conselho de Competividade do Setor Automotivo, todas elas ocorridas entre os meses de abril e dezembro de 2012. Em sua composição, havia um predomínio dos representantes das empresas e suas associações que, juntos, somavam 10 representantes. Os trabalhadores somavam 4 representantes, sendo 2 sindicalistas (um da CUT e outro da Força Sindical) e 2 técnicos do Dieese. Os demais membros eram representantes do governo e técnicos da ABDI (total de 8 membros).

17 Receita operacional bruta: valor faturado com o total de venda de bens e serviços (descontado o valor dos impostos e contribuições).

Em relação à eficiência energética, isto é, a razão entre a distância percorrida e o consumo de combustível, definiu-se uma meta obrigatória (incremento de 12% na eficiência) e outras duas opcionais (de 15,46% e 18,84%). Caso os produtores alcançassem a meta mais audaciosa, um veículo leve movido à gasolina teria um desempenho de 17,25 km/l, em 2017, e os movidos a etanol, de 11,96 km/l. Segundo Roberto Marx e Adriana M. de Mello (2014), essa era a média prevista para os carros vendidos na região do Euro em 2016. Assim, “em 2017, o Brasil estaria apenas um ano atrás da legislação europeia em relação à eficiência energética” (Marx e Mello, 2014: 09). Considerada uma ação estratégica no estímulo à inovação, o reforço da regulação ambiental se deu *pari passu* às exigências de segurança – como a obrigatoriedade de freios ABS e airbag duplo frontal nos veículos –, de modo a ampliar o potencial de exportação dos automóveis produzidos no Brasil¹⁸.

O setor importador também foi objeto de uma nova regulação. Para as montadoras que importavam automóveis acabados, mas que tinham a intenção de iniciar ou transferir parte de sua produção para o Brasil, foi concedida uma cota-crédito de IPI (correspondente a 50% da capacidade produtiva esperada), que, durante a construção da fábrica, permitia importar anualmente até 25% dos automóveis produzidos futuramente, sem o aumento de 30pp do IPI. Os outros 25% do crédito concedido seriam revertidos em abatimento dos impostos somente após o início da produção nacional. Para as empresas que insistiam em trabalhar somente com importações, foi estabelecida uma cota comercial de 4.800 unidades anuais e o abatimento de impostos foi condicionado à contribuição ao fundo de financiamento de P&D, atividades de engenharia e tecnologia industrial básica (entre 0,5 e 1,0% do faturamento).

Em relação às políticas setoriais anteriores, a literatura destacou que o Inovar-Auto continha a novidade de incutir nos objetivos de redução de consumo de combustível (o principal indutor de inovação) o aumento do que, na verdade, pode ser considerado gasto em P&D para alcançar tais fins, “estimulando a base tecnológica da indústria, a construção de fornecedores de autopeças

18 A obrigatoriedade dos freios ABS e do airbag duplo frontal (motorista e ocupante do banco da frente) se iniciou no Brasil em 1º de janeiro de 2014. Apesar da resistência das montadoras – cautelosas quanto ao aumento de preços dos veículos –, a medida era prevista pelo Conselho Nacional de Trânsito desde 2009 e, ao longo de cinco anos, foi ampliada gradativamente. A partir de sua validade para todos os automóveis novos, produzidos no Brasil, modelos históricos como a Kombi (produzida na VW Anchieta entre 1957 e 2013) e o Fiat Mille (antigo Uno, produzido na fábrica de Betim (MG) entre 1984 e 2013) saíram do mercado. O Gol da VW e novo Uno da FIAT ainda são comercializados, mas passaram por mudanças significativas no design e na estrutura.

capacitados, além de incorporar na lista de interessados, aqueles que ainda não produziam, mas pretendiam iniciar as suas atividades produtivas no país (desde que comprovada a intenção dos investimentos)” (Marx e Mello, 2014: 10).

Para os metalúrgicos do ABC, o Inovar-Auto era uma política de atração de investimentos para atender inicialmente à demanda do mercado doméstico e preencher uma lacuna da produção nacional (que, na época, carecia de montadoras especializadas no segmento de luxo e esportivo). Nesse caso, o aumento das exportações seria um objetivo secundário da política, isto é, uma consequência da melhoria da qualidade dos veículos produzidos no país.

Qual era a nossa estratégia na construção do Inovar? Era alinhar o automóvel brasileiro com o veículo global. Alinhar é o que? Se a gente quisesse transformar o país num polo, ou seja, um dos três ou quatro polos produtores de automóveis do mundo, o carro produzido no Brasil teria que ser capaz de ser vendido na Alemanha, nos EUA e isso significava mudar um conjunto de regras aqui dentro [...] Eu diria para você que se não fosse essa disputa do Inovar a gente estaria hoje andando com um carro sem *airbag* e sem freio ABS no Brasil. Antes as montadoras não se importavam com esses investimentos (Entrevistado M, 25/04/2018).

4. Resultados do Inovar-Auto: avançar para além da vírgula?

A evolução do número de companhias credenciadas no Inovar-Auto – 18 no final de novembro de 2011 e 33 em outubro de 2017 – demonstra a competência do governo brasileiro em atrair o investimento estrangeiro direto. Entre 2013 e 2017, foram inauguradas seis novas fábricas de automóveis no Brasil: BMW, Araquari – SC (2014); Nissan, Resende – RJ (2014); Chery, Jacareí – SP (2014); Fiat/Chrysler, Goiana – PE (2015); Mercedes-Benz, Iracemápolis – SP (2016); Jaguar/Land Rover, Itatiaia – RJ (2016) (Anfavea, 2018)¹⁹.

De acordo com Almeida Filho (2018), ao comparar os dados da autonomia (km/l) de um veículo representativo do ano de 2012 com outro de 2017 – cálculo a partir de 250 modelos, marca e versão mais emplacados nos dois anos – a cada 10.000 quilômetros rodados, a redução anual no consumo de combustível

19 Cabe destacar que, em 2012, ou seja, ainda antes do Inovar-Auto entrar na sua segunda fase, a Toyota havia inaugurado uma nova unidade em Sorocaba – SP (09/08/2012) e a Hyundai em Piracicaba – SP (09/11/2012). A Honda concluiu a construção de sua nova unidade de produção em Itirapina – SP em abril de 2015. No entanto, devido ao agravamento da crise econômica e desempenho das vendas abaixo das expectativas, o início das operações da fábrica se deu apenas em fevereiro de 2019.

foi de 90 litros, em um veículo movido a gasolina, e 118 litros, em um veículo a etanol. Isso representou para o usuário uma economia de R\$ 322 por ano (gasolina) e R\$ 312 por ano, quando abastecido com etanol (a preços médios dos combustíveis em 2016). Em relação à emissão de CO₂ na atmosfera, um veículo a gasolina, representativo de 2017, emite 0,22 ton de CO₂ a menos do que em 2012 (Almeida Filho, 2018: 77-78).

Apesar dos benefícios socioambientais decorrentes da circulação de automóveis menos poluentes e do avanço tecnológico dos veículos produzidos, Ibusuki, Kaminski e Pascoal (2017) observaram, no entanto, que as inovações introduzidas durante o Inovar-Auto se basearam em adaptações feitas pela engenharia nacional de tecnologias desenvolvidas em outros centros de pesquisas, já conhecidas e amplamente difundidas na Europa e na América do Norte. A única exceção entre as montadoras *first comers* (que chegaram antes dos anos 1990) foi a Fiat, que estabeleceu um projeto de pesquisa em conjunto com as universidades brasileiras para redução de consumo, peso e atrito. As demais montadoras com maior tempo de atuação no mercado nacional optaram por atender às metas do regime automotivo a partir da reprodução de plataformas globais, o que, em alguns casos, reduziu os investimentos em nacionalização, tropicalização de componentes e derivativos locais; em conjunto, estes elementos consumiam entre 2% e 3% do faturamento das montadoras (Ibusuki et al, 2017: 07)²⁰.

No caso de São Bernardo do Campo (SP), ao concentrarmos a análise nos exemplos das duas principais montadoras de automóveis e carros de passeio da região, a Volkswagen e a Ford, notamos que os efeitos do Inovar-Auto sobre a produção e o emprego variaram bastante. Na Volkswagen Anchieta, ocorreu a troca de motores (produzidos em São Carlos), o redesenho de modelos tradicionais como Gol e Saveiro e a realização da montagem final do Jetta. Com o passar dos anos, porém, a fábrica perdeu a centralidade na produção de novos veículos:

A produção está baixa e isso não tem muita discussão. Você pode discutir o que levou a isso né [...] A Volks deixou de investir, está com essa família de Gols e Saveiro envelhecida, ela parou com a Kombi e não botou nada no lugar, hoje praticamente ela está com o sedan do Voyage e do Jetta. Não tem um novo Polo, um novo Santana [...] Você tem uma crise no mercado

20 Ao contrário das montadoras mais antigas, as montadoras que se instalaram depois da abertura do mercado, ocorrida nos anos 1990 (como a PSA, Hyundai e as montadoras japonesas), aumentaram o investimento local. Assim, depois do Inovar-Auto, a PSA construiu um laboratório para controle de emissões veiculares em Porto Real - RJ (investimento de 30 milhões) e a Hyundai construiu um centro de pesquisa e desenvolvimento na fábrica de Piracicaba (R\$ 100 milhões) (Ibusuki et al., 2017: 07).

automobilístico, aí você teria que contabilizar os números exatos, mas grosso modo a produção da Volks hoje de três plantas poderia ser feita numa só, e nós temos aqui [Anchieta], Taubaté e Curitiba para você ver o tamanho da crise. De produzir 270, 260 mil carros aqui na Anchieta, nós estamos produzindo hoje 150, 160 mil, isso é cem mil carros a menos comparado com 2012 (Entrevistado C, metalúrgico e diretor sindical da VW, 12/04/16).

A chegada de um novo produto ocorreu somente em 2017 (isto é, já no final do Inovar-Auto), quando a empresa anunciou a produção na Anchieta de dois novos modelos: o novo Polo e o Virtus. A realização dos novos investimentos, contudo, foi negociada desde 2012 e somente se realizou após um acordo de cinco anos com os trabalhadores e os sindicatos de todas as fábricas da VW no país; que, no caso do ABC, envolveu a abertura de um Programa de Demissão Voluntária (PDV), definição antecipada da Participação de Lucros e Resultados (PLR) e o congelamento de salários em 2015, 2016 e 2017 (isto é, garantiu-se apenas a reposição da inflação).

Enquanto, na Volkswagen Anchieta, a chegada dos novos investimentos esteve apenas indiretamente relacionada às ações do Inovar-Auto, no caso da Ford Taboão, a política setorial teve influência direta, ao acelerar, em abril de 2013, o início da produção do *New Fiesta Hatch* (um carro global) e do *Novo Cargo* (setembro 2013), um caminhão extrapesado concebido em conjunto pela equipe de engenharia do Brasil e da Turquia. De acordo com as palavras de importantes sindicalistas, a vinda de ambos os modelos demandou esforço e capacidade de negociação dos trabalhadores:

Nós passamos uma dificuldade muito grande na década de 2000, nós estávamos sem produto [...] A gente produzia aqui o Ford Ka desde 1997, ou seja, já era um carro defasado e nós não tínhamos um produto de ponta [...]. Ao longo desse período, a fábrica nos passava a necessidade de ser uma fábrica global, com um carro global, um carro que se pudesse produzir em vários países e entre 2009 e 2010, ela começou as conversas para trazer um novo carro para cá (Entrevistado J, metalúrgico e diretor sindical da Ford, 04/11/2016).

Foram oito meses de negociação para fábrica fazer um investimento de 800 milhões de reais. Nesse mesmo período, nós negociamos a vinda de um caminhão extrapesado com 670 milhões de reais de investimento. Um total de 1 bilhão e 470 milhões de reais de investimento para fazer os dois produtos (Barba apud Eulálio e Passos, 2016: 189).

Nessa época, a adesão de cerca de 600 trabalhadores a um PDV e a aprovação de um modelo alternativo de terceirização, conhecido como *Ford Service* – “em que os salários dos novos contratados [e a PLR] são menores, porém [...] os benefícios são iguais ao de um trabalhador Ford” (Entrevistado J, 04/11/2016) –, foram ações decisivas para viabilizar a montagem final do *New Fiesta* no ABC (um carro que, antes, era importado do México). Apesar de um início promissor, quando liderou o mercado de carros compactos acima de 1.0, o modelo perdeu espaço na linha de produtos da montadora e, com o passar dos anos, foi ultrapassado pelas vendas de outro veículo da companhia, o Ford Ka, produzido na unidade de Camaçari (BA). De acordo com o ranking de emplacamentos elaborado pela Federação Nacional de Distribuidores de Veículos Automotores, em janeiro de 2019, enquanto o Ford Ka ocupava a 2ª posição, o New Fiesta era apenas o 47º veículo mais vendido do país (Fenabrave, 2019)²¹.

Em relação ao mercado de caminhões, a Ford também teve um início positivo durante o Inovar-Auto; porém, mais tarde, encontrou dificuldades em razão do agravamento da crise política e econômica (que culminou na queda da presidente Dilma Rousseff)²². De acordo com Costa Lima (2019), entre 2014 e 2016, a produção de caminhões da Ford – que se restringia aos modelos leves, semi-leves e médios – “caiu de 22.199 veículos produzidos em 2014 para 9.949 em 2016” (Anfavea *apud* Costa Lima, 2019: 03). Esse período de dificuldades da economia brasileira, somado às alterações previstas na legislação ambiental do país (adoção dos motores Euro 6 em todos os novos caminhões produzidos a partir de 2020), dificultou a negociação e a chegada de novos investimentos, resultando no encerramento das atividades da fábrica de São Bernardo do Campo, no dia 30 de outubro de 2019.

No caso da Ford, especificamente, cabe destacar que a recente interrupção da produção de caminhões no ABC (uma atividade que a Ford mantinha apenas no Brasil e na Turquia) compõe um abrangente plano de reestruturação das atividades globais da empresa, que, no início de 2018, anunciou o objetivo

21 Disponível em: <www.fenabrave.org.br>. Acesso em: 18 jan. 2020.

22 As demais montadoras de caminhões de São Bernardo do Campo também apresentaram resultados positivos nos dois primeiros anos do Inovar-Auto (2013-2014). A Scania, estimulada pela prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento, aumentou a sua produção em 60% entre 2012 e 2013 (de 17.332 unidades para 28.154); e a Mercedes-Benz, para atender às exigências de conteúdo regional nos caminhões Accelo e Actruz (montados em Juiz de Fora/MG), elevou a produção de motores em São Bernardo para cinco mil unidades. Segundo Valter Sanchez, antes do Inovar-Auto, esses motores e outros componentes agregados (como o eixo, câmbio e peças estampadas) eram todos importados da Alemanha. Isso representou a manutenção de 350 postos de trabalho (*Tribuna Metalúrgica*, ed. 3306, 05/02/2013). Disponível em: <<http://www.smabc.org.br/smabc/tribunas.asp>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

de priorizar o mercado de SUVs, picapes e veículos comerciais (isto é, veículos em que se destaca no mercado mundial). Além disso, para ampliar os investimentos nos serviços de mobilidade, veículos elétricos, híbridos e autônomos, a companhia planeja reduzir em 10% a sua força de trabalho global (cerca de 20 mil trabalhadores diretos). Essas mudanças de prioridade e reorganização das atividades da montadora inviabilizaram as propostas sindicais para a recuperação da fábrica – como as propostas de flexibilização de jornadas, salários e PDV –, restando aos trabalhadores a expectativa de que outra companhia do setor automotivo realize a compra das instalações.

Ao final do Inovar-Auto (dez. 2017) surgiram avaliações positivas, como as endossadas pelas lideranças do sindicato dos metalúrgicos do ABC, que valorizaram a introdução de novos itens de segurança nos veículos; a melhoria do desempenho relativo à eficiência energética e à chegada de novas montadoras; que, em 2017, reduziram os efeitos da crise no mercado doméstico com um aumento de 46% das exportações brasileiras de automóveis (Barbosa, 2018). Por outro lado, o caráter protecionista da política, que novamente beneficiou o setor automotivo, foi questionado por importantes tendências da literatura econômica e correntes críticas do movimento sindical.

De acordo com as estimativas do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea, 2018), em 2015, o setor de automóveis, caminhões e ônibus recebeu uma assistência setorial efetiva²³ de 203%, isto é, “mais de duas vezes o valor adicionado de livre comércio do setor” (Ibidem: 07). Isso significa que o setor foi capaz de “receber” da sociedade brasileira um prêmio extra de R\$ 18,7 bilhões, em função do sobrepreço dos veículos, assegurado pelas tarifas de importação (Ibidem: 09). Para o pensamento econômico predominante, ao dificultar as importações de veículos acabados ou limitar a concorrência externa – considerada um dos motores da inovação –, o governo brasileiro foi responsável por induzir a construção de um número excessivo de fábricas de automóveis (43 unidades no total, das quais 37 se dedicam apenas à produção de carros de passeio), que elevaram a produção para além da demanda doméstica e, atualmente, operam com capacidade ociosa (Sturgeon *et al.*, 2017: 34).

Apesar do reconhecimento de que a crise política e as medidas de austeridade econômica, adotadas durante o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff e ampliadas durante o governo Temer (ago. 2017-dez. 2018), prejudicaram

23 “Uma estimativa do quanto a sociedade estaria transferindo para cada setor de atividade através do sobrepreço pago pelo produto vendido no mercado doméstico em função da existência de uma tarifa de importação” (Ipea, 2018: 02).

a realização do Inovar-Auto; para as correntes minoritárias, que se posicionam à “esquerda” do movimento sindical, os investimentos locais exigidos em P&D foram pouco audaciosos e a garantia de emprego praticamente inexistiu ou foi incapaz de impedir as demissões, que se intensificaram a partir de meados de 2014²⁴. Existe, ainda, outra vertente da crítica, de referência “social-democrata”, que defende o fomento do setor industrial pela via indireta. Nesse caso, as políticas baseadas em isenções fiscais, desoneração da folha de pagamentos ou vantagens de mercado concedidas diretamente às empresas, devem ser substituídas pelo investimento público em obras de infraestrutura, saneamento básico, expansão da agricultura familiar, da qualificação e da renda do trabalhador.

Embora tanto a vertente liberal quanto a vertente social-democrata tenham contribuído para a identificação dos limites do Inovar-Auto e apresentado alternativas – abertura do mercado com reforço da regulação ambiental ou aumento do investimento direto do Estado em infraestrutura social e urbana –, o desafio enfrentado pelo governo brasileiro, que também é objeto de preocupação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, permanece em aberto, ou seja: como aumentar o conteúdo nacional dos produtos e os investimentos em pesquisa e engenharia brasileira, em setores dominados pelas companhias transnacionais.

De acordo com os resultados apresentados, uma abertura irrestrita do mercado brasileiro tende a intensificar o processo de desmonte da cadeia produtiva local; por isso, grande parte das soluções e das alternativas propostas atualmente envolve uma maior proteção e incentivos governamentais à internacionalização das empresas do setor de autopeças e componentes (ou seja, apoio ao desenvolvimento de novos projetos, abertura de escritórios nos países centrais e o intercâmbio de engenheiros e trabalhadores).

5. Considerações finais: desafios para o sindicalismo no setor automotivo

Atualmente, uma das críticas recorrentes à literatura sobre *cadeias globais de valor* (a qual concentra os trabalhos recentes sobre a indústria automotiva) consiste em apontar os limites de sua ênfase analítica no poder das firmas – isto é, na cooperação e disputas entre empresas de diferentes etapas da cadeia e níveis territoriais (local e global) – que, por vezes, relega a um segundo plano a capacidade da burocracia governamental e regulamentações nacionais em definir as configurações locais da cadeia de valor (Ramalho e Santos, 2018).

24 Cf. Maria, J. Chega de dinheiro público para as montadoras. *Congresso em Foco*. Opinião. 5 maio 2014. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/chega-de-dinheiro-publico-para-as-montadoras/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Ao apresentar, portanto, o regime automotivo brasileiro e suas regras relativas a conteúdo local, segurança e eficiência energética como o resultado da troca de informações entre sindicalistas, quadros da burocracia governamental e representantes das empresas transnacionais – com especial ênfase na participação e conhecimento acumulado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC –, os resultados expostos reforçam a pertinência das análises teóricas baseadas no modelo de *Redes Globais de Produção* (RGP); as quais consideram *os agentes de poder coletivo* (sindicatos, associações patronais, movimentos sociais e ONGs) atores políticos capazes de “influenciar companhias em localidades específicas das RGPs, seus respectivos governos e, por vezes agências internacionais” (Henderson, *et al.*, 2011: 158).

Entre os objetivos acordados, a política se mostrou eficiente em aumentar a eficiência energética dos veículos (isto é, reduzir a emissão de poluentes ou a queima de combustíveis) e atrair novas montadoras, especialmente nos segmentos de luxo e esportivos²⁵. Porém, reproduziu os limites das políticas anteriores, como: investimento relativamente baixo nos setores de P&D nacional, importação elevada de motores e componentes estratégicos e a concentração das novas montadoras em territórios de reduzida atividade sindical e próximos dos países do Mercosul (com exceção da fábrica da FCA, em Goiana – PE).

Novamente, a região do ABC foi preterida em relação à instalação de novas montadoras. A vigência de um regime automotivo, contudo, foi verificada como um fator positivo pelos sindicalistas entrevistados por facilitar a chegada de novos investimentos e plataformas de automóveis às fábricas antigas (casos da Ford e VW), que, no caso da montadora estadunidense, garantiu a sobrevivência de suas atividades pelo período de seis anos (2013-2019).

Além dos desafios de conter o desmonte e a crescente importação existente no setor de componentes e autopeças, os limites do Inovar-Auto revelam também o desafio de modernização do Parque Industrial Automotivo pela via da coordenação de mercado em um país do sul global. Devido ao agravamento da crise política e crescente déficit nas contas públicas, o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff se iniciou com o anúncio de medidas de austeridade econômica, que geraram desemprego e prejudicaram a realização de itens

25 De um total de 44 empresas (com produção interna e importadoras) que se habilitaram no Inovar-Auto entre 2013 e 2017, apenas uma importadora de carros de alta performance cujo nome foi mantido em sigilo sofreu reprovação (a decisão ainda cabe recurso). Cf. RIATO, G. Todas as montadoras cumpriram meta de eficiência energética do Inovar-Auto. *Automotive Business*. 29 jan. 2018. Disponível em: <<http://automotivebusiness.com.br/noticia/26938/todas-as-montadoras-cumpriram-meta-de-eficiencia-energetica-do-inovar-auto>>. Acesso em: 13 out. 2021.

importantes dos acordos (como, por exemplo, a adoção do rastreamento digital das peças utilizadas nos veículos). Nesse caso, as lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – que, durante o período de crescimento, procurou se valer de sua relação histórica com o Partido dos Trabalhadores para influenciar os investimentos das montadoras –, durante o período recessivo, também sofreram com o desgaste político sofrido pelo partido. A partir das demissões, intensificadas a partir de 2015, a relação de proximidade com o governo federal viabilizou, ainda, a aprovação do Programa de Proteção (atual Seguro) Emprego²⁶. Entretanto, esse instrumento, ao lado de outras medidas como layoffs, férias coletivas e PDV, consiste em mais uma ação paliativa, de redução de danos, que adia, mas dificilmente evita grande parte das demissões.

Em agosto de 2017 (ou seja, próximo de seu encerramento), o Inovar-Auto foi condenado pela OMC por violar três regras do comércio internacional: atrelar subsídios a investimentos no país; tributar de modo diferenciado produtos nacionais e estrangeiros (isto é, além do limite de 35%); e oferecer vantagens fiscais com base nas regras de conteúdo local. Um novo regime automotivo, o Rota 2030, foi implementado pelo governo federal, em meados de 2018. De acordo com as novas regras, os incentivos fiscais (créditos tributários) concedidos às empresas continuam atrelados à comprovação de investimento local em P&D e à melhoria da eficiência energética dos veículos; porém, diferentemente da política anterior, tanto as montadoras quanto as autopeças estão legalmente livres das exigências de conteúdo nacional ou metas de execução de atividades produtivas no país.

Existe uma expectativa de que o Rota 2030, ao adequar a legislação brasileira às principais regras do comércio internacional, seja capaz de trazer ao país as últimas inovações promovidas pela indústria (como o desenvolvimento de veículos híbridos, elétricos, autômatos) e os investimentos nos serviços e nas novas plataformas associadas à produção e ao mercado automotivo (aplicativos de transporte, carona, compartilhamento e aluguel de carros). Contudo, os recentes movimentos da GM, que ameaçou deixar São José dos Campos – SP (jan. 2019), e o encerramento das atividades da Ford, em São Bernardo do Campo – SP (30 out. 2019), alertam para as dificuldades de retomar a produção brasileira de modo economicamente sustentável.

26 Acordos nos quais trabalhadores, sindicato e empresas negociam a redução da jornada e salários em até 30%, com o custeio pelo governo federal (por meio dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador) de metade da redução salarial (até o limite de 65% da maior parcela do Seguro Desemprego).

Aos sindicatos, e mais especificamente no caso do sindicato dos metalúrgicos do ABC, resta o desafio de encontrar saídas coletivas para o desemprego industrial que se anuncia. A VW-Anchieta introduziu 343 novos robôs na linha de montagem do Polo e do Virtus e a Mercedes-Benz já possui parte de sua fábrica no ABC baseada no conceito de Indústria 4.0. Entre as transformações identificadas pela literatura, destacam-se: o avanço da inteligência artificial em robôs e máquinas; o uso intensivo da internet; a impressão e projeções em 3D; e o acesso ao conhecimento e ao elevado volume de dados (*bigdata*), armazenados em nuvem. Estima-se que, até 2030, os países da OCDE perderão cerca de 20 milhões de empregos, somente no setor industrial (Oxford-Economics, 2019). Nesse contexto, o apoio às iniciativas de qualificação e recolocação profissional dos trabalhadores, junto com a aproximação e troca de experiências com as organizações dos trabalhadores informais e dos ocupados por meio de aplicativos, é uma iniciativa com o potencial de renovar, ou, pelo menos, conter o declínio do poder dos sindicatos industriais.

Referências:

- ADDIS, C. Cooperação e desenvolvimento no setor de autopeças. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro. (Org.). *De JK a FHC. A Reinvenção dos Carros*. São Paulo, Scritta, 1997, pp. 133-158.
- ALMEIDA FILHO, Gilberto Martins de. Programa Inovar-Auto: Atendimento das metas de eficiência energética e suas externalidades. Dissertação de mestrado, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.
- ARBIX, Glauco. *Uma Aposta no Futuro. Os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística*. São Paulo, Scritta, 1996.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (Anfavea). *Anuário da indústria automobilística brasileira 2018*. São Paulo, Gráfica Mundo, 2018. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuarios>>. Acesso em: 19 dez. 2018.
- BARBOSA, Mario dos Santos. *Sindicalismo em Tempos de Crise. A experiência na Volkswagen do Brasil*. Santo André, Alpharrabio, 2003.
- BARBOSA, N. Inovar-Auto foi mais que proteção temporária, e não é hora de ficar sem política automotiva. Blog do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV). Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/inovar-auto-foi-mais-que-protecao-temp>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- BOITO JR, Armando. De Volta para o Novo Corporativismo. A trajetória política do sindicalismo brasileiro. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 3, São Paulo, Fundação Seade, 1994, pp. 23-28.

- BRASIL. Decreto n. 7.567, de 15 de setembro de 2011. Regulamenta os artigos 5º e 6º da Medida Provisória n. 540, de 2 de Agosto de 2011, os quais dispõem sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em favor da indústria automotiva e altera a Tabela de Incidência do IPI-TIPI, aprovada pelo Decreto n. 6.006, de 28 de Dezembro de 2006. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 8, 16 de setembro de 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Plano Brasil Maior. Inovar para competir. Competir para crescer. *Balanço Executivo – 2 anos*. Brasília, DF, ago. de 2013.
- CARDOSO, Adalberto e GINDIN, Julián. O movimento sindical na Argentina e no Brasil (2002-2014). In: *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 1, jan./abr. 2017, pp. 13-37.
- CARDOSO, Adalberto. A nova face da indústria automobilística brasileira ou a tese da convergência revisitada. In: CARDOSO, Adalberto; COVARRUBIAS, Alex. (Org.). *A Indústria Automobilística nas Américas. A reconfiguração estratégica e social dos atores produtivos*. Belo Horizonte, UFMG. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006a, pp. 79-111.
- _____. e COMIN, Álvaro. Câmaras setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automobilístico. In: CASTRO, N. A. (Org.). *A Máquina e o Equilibrista. Inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo, Paz e Terra, 1995, pp. 387-427.
- CAVALCANTE, Rafael Vidal. *Política Industrial no Brasil a partir da perspectiva das capacidades estatais: o programa Inovar-Auto*. Dissertação de mestrado, Ciências, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- COSTA E LIMA, Raphael Jonathas da. Disrupção e transformação no setor automotivo: um balanço do fechamento da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo/SP. *Democracia e Mundo do Trabalho*. 12 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.dmtemdebate.com.br>>. Acesso em: 27 fev. 2020.
- EULÁLIO, Alberto; PASSOS, João Ferreira. *A História de luta dos trabalhadores na Ford. São Bernardo do Campo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2016.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DOS VEÍCULOS AUTOMOTORES (FENABRAVE). *O Desempenho da Distribuição Automotiva no Brasil*. São Paulo, Fenabreve, 2019. Disponível em: <<http://www.fenabreve.org.br/porta/v2/Conteudo/anuarios>>. Acesso em: 18 out. 2021.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; COMIN, Álvaro; LEITE, Márcia de Paula. Por um jogo de soma positiva: conciliando competitividade e proteção ao emprego em experiências inovadoras de negociação no Brasil. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; MARTIN, Scott. (Org.). *Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo, Editora Senac, 2001, pp. 417-447.

- HENDERSON, J *et al.* Redes de Produção Global e Análise do Desenvolvimento Econômico. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, 2011, pp. 143-170.
- IBUSUKI, Ugo; KAMINISKI, Paulo Carlos; PASCOAL, Erik Telles. O Sistema de Inovação do Setor Automotivo Brasileiro: lições aprendidas com o Inovar-Auto. In: *Anais do 11º Congresso de Inovação e Gestão de Desenvolvimento do Produto*. São Paulo, set. 2017, Escola Politécnica USP. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/cbgdp2017/086.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Relatório de Assistência Setorial: custos e benefícios da proteção tarifária no Brasil. Nota técnica, n. 13. Diretoria de Estudos de Relações Econômicas Internacionais. 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34413:nota-tecnica-2018-novembro-numero-13-dint-relatorio-de-assistencia-setorial-custos-e-beneficios-da-protecao-tarifaria-no-brasil&catid=187:dinte&directory=1>. Acesso em: 18 out. 2021.
- JARDIM, Maria Aparecida Chaves. Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, UFScar, São Carlos, 2007.
- MARX, Roberto; MELLO, Adriana Marotti De. New initiatives, trends and dilemmas for the Brazilian automotive industry: The case of Inovar Auto and its impacts on electromobility in Brazil. In: *International Journal of Automotive Technology and Management*, v. 14, n. 2, 2014, pp. 138-157.
- OXFORD-ECONOMICS. *How Robots Change the World. What Automation Really Means for Jobs and Production*. Disponível em: <<https://www.oxfordeconomics.com/recent-releases/how-robots-change-the-world>>. Acesso em: 13 out. 2021.
- RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo do ABC e a era Lula: contradições e resistências. In: *Lua Nova. Revista de cultura e política*, São Paulo, n. 104, 2018, pp. 67-96.
- _____. e SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Trabalho e Ação Sindical em Redes Globais de Produção. In: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 30, n. 1, 2018, pp. 09-29.
- RIATO, Giovanna. Todas as montadoras cumpriram meta de eficiência energética do Inovar-Auto. *Automotive Business*. 29 jan. 2018. Disponível em: <<http://automotivebusiness.com.br/noticia/26938/todas-as-montadoras-cumpriram-meta-de-eficiencia-energetica-do-inovar-auto>>. Acesso em: 13 out. 2021.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política. A Trajetória da CUT (1983 a 1993)*. 1. ed. São Paulo, Scritta, 1997.

- SALLUM JR, Brasília. Globalização e Desenvolvimento. A estratégia brasileira nos anos 90. In: *Novos Estudos, Cebrap*, n. 58, São Paulo, nov. de 2000, pp. 131-156.
- SANCHES, Valter. Brasil Metal: A indústria automobilística II-1/3. Rede TVT. Youtube. 13, out. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2E5mXpLYQ98>>. Acesso em: 18 out. 2021.
- SHAPIRO, H. A primeira migração das montadoras: 1956-1968. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro. (Org.). *De JK a FHC. A Reinvenção dos Carros*. São Paulo, Scritta, 1997, pp. 23-88.
- SINDIPEÇAS. *Análise sobre o levantamento da frota circulante*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.sindipecas.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2021.
- SINGER, Andre. *O Lulismo em Crise. Um quebra-cabeças do período Dilma (2011-2016)*. 1. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- STURMTHAL, Adolf. *Los Consejos Obreros*. Barcelona, Fontanella, 1971.
- STURGEON, Timothy; CHAGAS, Leonardo Lima; BARNES, Justin. Inovar Auto: Evaluating Brazil's Automotive Industrial Policy to Meet the Challenges of Global Value Chains. In: *Brazil's Productivity Programmatic Approach*. World Bank Group. Washington, dec. 2017.

Recebido em: 20/10/2019

Aprovado em: 04/03/2020

Como citar este artigo:

- BICEV, Jonas Tomazi. Ação sindical e política industrial: a participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no Inovar-Auto. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro – abril, 2022, pp. 423 – 450.

Diretrizes para Autores

A Revista Contemporânea publica artigos em português,
inglês, espanhol e francês.

Normas para o envio de originais:

Para a submissão de textos, é exigida dos autores a titulação mínima de mestre. Fomentamos publicações de interesse acadêmico e social, redigidas de forma coerente, objetiva, gramaticalmente adequada, e que apresente consistência teórico-metodológica e argumentativa.

A submissão de um artigo a *Contemporânea* implica que o mesmo não tenha sido publicado total ou parcialmente como parte de livros ou em revistas e que não tenha sido enviado simultaneamente a outro periódico. Manuscritos publicados em anais de eventos científicos são considerados inéditos: nesses casos, os autores devem informar em nota de rodapé os dados completos dos anais do evento no qual o trabalho foi apresentado.

Todos os trabalhos devem ser inéditos, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo das obras assinadas é de responsabilidade exclusiva dos autores, assim como a seleção dos descritores (palavras-chave).

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) palavras-chave (no máximo cinco) e título, em português, inglês e espanhol; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês - A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a

pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos no mínimo e seis no máximo, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional - Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil - xxxxx@ufscar.br - ORCID:

Indicação do Financiamento da Pesquisa - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Citações – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

Notas de Rodapé - Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas - As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders- Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, que avalia a titulação mínima dos autores; a adequação textual dos trabalhos; a originalidade e o enquadramento dos mesmos no foco e escopo da revista. Após esse primeiro processo, o Comitê Editorial encaminha as peças para dois consultores *ad hoc* no sistema de avaliação dupla cega. No caso de concordância entre os consultores, os pareceres - que podem aceitar o artigo, recusar o artigo ou propor mudanças - são encaminhados pelo Comitê Editorial ao autor. Quando há pareceres contraditórios entre estes consultores, o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Conforme a legislação brasileira - Lei nº 9.610/1998 - não será aceita qualquer forma de plágio. Em caso de denúncia de plágio, o comitê editorial usará um programa específico para detectar o plágio - software CopySpider – (<https://copyspider.com.br/main/pt-br>) . Se confirmado, o artigo será retirado da revista.

O tempo estimado para uma decisão final é de 3 meses no caso de artigos que sejam rejeitados na avaliação pelo Comitê Editorial (que avalia aspectos formais, assim como a adesão do artigo ao escopo da revista). Para os artigos enviados para pareceristas *ad hoc*, o tempo médio entre a submissão e a decisão final é de 10 meses.

A revista recebe um número cada vez maior de submissões e desde início de 2020 tem se esforçado para reduzir o tempo de avaliação dos artigos.

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão:

Tamires Bonani

Diagramação:

Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br

